

PORTUGAL INDEPENDENTE

JORNAL ANTI-IBERICO, LITTERARIO E NOTICIOSO
DEDICADO A S. M. EL-REI O SR. D. PEDRO V

E AOS PORTUGUEZES RESIDENTES NO PAIZ E NO BRAZIL

REDACTOR — Augusto José Gonsalves Fino

PUBLICA-SE AOS SABADOS

Assigna-se e paga-se este jornal: em Coimbra, na Imprensa da Universidade; nas Provincias, em casa dos Srs. Directores de Correios; no Brazil, em casa do Sr. José Julio Lopes Gonsalves, Rio de Ostras. Preços por trimestre: em Coimbra 400 réis; nas Provincias 460 réis; no Brazil (moeda forte) 700 réis; — número avulso 100 réis. — Toda a correspondencia, franca de porte, será dirigida ao Redactor do *Portugal Independente*, Coimbra. — Escriptos não publicados, não serão restituídos.

Exm.º Sr. — A Redacção d'este jornal, com a esperança de ser attendida, toma a liberdade de, por este meio, se dirigir a v. ex.ª, rogando-lhe a graça especial de se dignar proteger e auxiliar a publicação do *Portugal Independente*, concorrendo v. ex.ª com a sua assignatura para que a Redacção possa, sem grande dificuldade, sustentar uma empresa, a que do coração se dedicou; e cujo intuito, aliás nobre e nacional, merece a consideração de todas as pessoas que desejam a independencia de sua patria, e o socêgo e tranquilidade d'um povo, que, por sua coragem e destresa, quebrou em 1640, os ferros da oppressão que o humilhava ás barbaras e tyrannicas leis de Castella.

A Redacção, pois, confiada em que v. exc.ª se não negará prestar seu tão valioso apoio, tem a honra em se confessar summamente penhorada e agradecida por tão elevado favor.

A. J. GONSALVES FINO.

Depois de havermos feito espalhar alguns exemplares do prospecto que annunciava a reaparição do *Cysne*, que, segundo a opinião de alguns *criticos sem critica*, se havia affogado nas últimas enchentes do Mondego; diversas pessoas, que nos devem toda a consideração, nos mostraram a conveniencia de que este jornal se intitulasse — PORTUGAL INDEPENDENTE, e não *Cysne*, visto que o nosso intuito é advogar a causa da liberdade e independencia da nossa patria querida.

Abraçamos immediatamente e da melhor vontade aquella ideia nobre e sublime; e hoje ahí vae o novo campeão de lança em riste e viseira descoberta combater o inimigo.

Sahirá elle victorioso? Cremos que sim: — mas para arrostar com um tão enorme perigo, carece de que todos os portuguezes, amantes da patria, lhe proporcionem os recursos indispensaveis, para que, no campo da batalha, possa, no auge do combate, bradar aos seus adversarios — *victoria! Portugal é e será sempre independente!*...

Com esta esperança é que o nosso jornal sae á luz da publicidade.

A Redacção deliberou augmentar, do preço já annunciado, 40 réis na assignatura por trimestre, visto que o formato tambem augmenta; e dedicar o jornal a todos os Portu-

guezes, quer residentes no paiz, quer no Brazil.

Coimbra, 5 de Outubro de 1861.

A Redacção.

Importantes questões de principios e de interesses, pairam na atmospheria politica da Europa, produzindo um sentimento de inquietação geral com respeito ao futuro d'esta distincta parte do mundo. A perspectiva de guerras com todos os seus horrores, que de taes questões podem surgir, justifica esse serio receio, de que participam todas as grandes e pequenas nações; porque grande maravilha será, que de tão nebuloso horizonte se não desprenda a faisca que ateie um incendio, de que será difficil prever a extensão.

Não falta em Portugal quem tambem conheça a gravidade da actual situação politica da Europa, e que partilhe tão bem fundados receios: a sua imprensa mais illustrada, dedica a tão transcendentales questões, a mais séria attenção, e homens pensadores de todas as côres politicas, lhes ligam o mais expressivo interesse. E com bastante razão. Apesar, de Portugal ter presentemente pouco pêso na balança da politica europeia, e de que os seus votos e aspirações se sejam de pouca monta para receber, que no meio de uma conflagração geral, esses votos e aspirações sejam illudidos, que á paz de que tanto necessita, para se restabelecer das feridas abertas por suas longas e violentas dissensões domesticas, succeda uma guerra, que tanto mais fatal lhe pôde ser, quanto sobre elle pesar esse estado de enfraquecimento de que desgraçadamente tanto se resente.

Todas as nações empregam o maior empenho em tractar da sua defesa, augmentando e instruindo os seus exercitos e armadas, ampliando e melhorando as fortificações de suas praças de guerra e costas maritimas; o que de certo não fazem por dar destino a recursos pecuniarios que lhes superabundem, mas por prevenirem outros sacrificios mais avultados, e talvez infructiferos, assim como, desaires e desgraças. Nenhuma de aquellas nações se quer achar desprevenida, quando as presentes difficuldades politicas venham a ter o desfecho que tanto receiam: todas acham no estado melindroso de algumas questões europeias uma razão justificada, para semelhantes prevenções e sacrificios.

Só Portugal se tem tornado notavel, pela maneira como tem desprezado taes precauções. Não achamos razão alguma, para que elle encare a situação da Europa de uma maneira differente, e até mesmo entendemos, que elle n'isso deveria ser mais sollicito. Como nação pequena e pobre, ser-lhe-ha difficil, de em um caso repentino colligir recursos de vulto; mas com discernimento, zêlo e perseverança, os

podia crear e dispôr. Era esta a marcha governativa que Portugal deveria seguir com respeito aos acontecimentos europeus, e a que lhe daria a consideração de um paiz bem governado e previdente.

Se as grandes questões que se ventitam no continente europeu já aconselham, que Portugal, a exemplo das outras nações, se previna para qualquer eventualidade; ainda outras razões tornam para elle tal necessidade mais palpitante. Vizinho de uma nação incomparavelmente mais poderosa, que muito tem ultimamente desinvolvido o seu poder militar, e onde se tem tornado geral o desejo de annexar a si esta interessante parte da peninsula, torna evidente a urgencia de bem entendidas prevenções. Um desapercibimento como o actual pôde trazer a Portugal os mais tristes resultados. Pôde, no meio de uma gigantesca lucta europeia, achar-se exposto aos baldões de grandes e oppostas influencias; aos insultos das armas estrangeiras; e esquecido ou desprezado por sua fraqueza e desorganisação pôde a final ser victima de tractados prepotentes, dictados por uma politica interesseira. E se, no meio da geral desordem, se vir abandonado de allianças, e como agora indefeso, e a sua inimiga natural e ambiciosa vizinha a Hespanha, a olhar todas estas circumstancias como para ella de um exito auspicioso, pôde muito bem dar-se o caso, de que postergando todas as leis do direito das gentes, ella aproveite o ensejo de tentar e conseguir pela força desejos que jámais lhe será possivel realizar por outros meios.

É indispensavel que Portugal cuide do que mais lhe pôde assegurar o seu maior bem, — a liberdade — o que se poderá conseguir, com certeza, com a organização de suas forças, e prevenção de todos os seus meios de defesa; objectos em que ha longo tempo reflecte a mais indisculpavel incuria.

Um dos grandes embaraços que se pôde querer fazer valer como obstaculo á realisação de tão grande urgencia, é o da escacez de recursos que para isso são indispensaveis. Ninguém ignora, que a verba que no orçamento da despesa do estado figura para aquelle destino, applicada com mais zêlo, economia e patriotismo, a muito mais chegava; mas quando se reconhecesse a sua insufficiencia, deveria soffrer o necessario augmento; porque não podemos admittir, que em interesses de esta ordem se fuja a sacrificios; nem a nação jámais os hade negar, quando conheça, que com consciencia e tacto se empregam na conservação da sua independencia.

É pois urgente, que se preste a maior attenção a um interesse tão vital para este povo. Pelo ruido de seus aprestes, saiba a Europa, que neste seu canto ainda existêssa briosa nação portugueza, disposta a sustentar a sua independencia, que tanto ama. Que neste bello solo, em que a historia e todas as tra-

dições testemunham que o sentimento de liberdade é innato, só ha corações que por ella palpitam, e pulsos para brandir armas que a defendam; mas que não ha escravos com pulsos para algemas. Que 'neste seu canto ainda tremula altivo em seu elevado pedestal das mais eminentes glorias o estandarte das sagradas quinas que a guiou para a presente epocha de civilisação; que, firmado em raizes de mais de sete seculos, não cederá a qualquer sópro; e que, se uma negra ingratidão levar a Europa a voltar-lhe as costas, determinando por um despotico e barbaro decreto a sua queda, caia embora, mas com o estrondo e gloria dignos da sua gloriosa existencia.

O descuido em que estão as cousas militares, assim como tudo o mais, em Portugal, provém de um espirito de negligencia, que ultimamente se tem inoculado em o nosso character nacional. Mimoseados com o mais bello clima, e accumulados de favores da natureza, não propendemos muito para cansar os espiritos com investigações moraes, que dêem impulso aos interesses materiaes, e um lugar distincto e invejavel no meio dos povos civilizados.

Este defeito nacional é a maior causa do atrazo e dificuldades, com que seguimos os povos mais adiantados; que forçados, por fugirem á miséria, a que os condemnava o desfavor da natureza, conquistam com o seu desinvolvimento intellectual, um desinvolvimento material que lhes proporciona uma superior posição de bem-estar, força e consideração.

Com mais razão poderia Portugal gozar estas vantagens, se para as conseguir, empregasse eguaes meios. E é indubitavel, que jámais sahirá d'esse estado de debilidade, sem que com acerto e firmeza encete tão vantajosa carreira.

Este era o systema que desde muito tempo se deveria ter seguido em Portugal, e sempre será o unico, pelo qual se lhe pôde cimentar uma prosperidade futura, que lhe proporcione força e recursos, que são a melhor base em que se pôde firmar a sua independencia.

A muita consideração que nos merecem os interesses economicos d'este paiz nos levará a occupar-nos d'elles em alguns dos momentos de que possamos dispôr, para expender nossas ideias pela imprensa; não por enquanto; porque, pela gravidade da actual situação politica, antepomos quanto respeito aos meios de defesa patria, sobre o que, havemos em primeiro lugar fazer algumas considerações. Entendemos que se não deve perder tempo, em fomentar quanto possivel seja, tudo o que nos possa fazer marchar no caminho do progresso; mas que o nosso primeiro cuidado em uma situação critica, seja o de salvar a liberdade patria: livres, poderemos emendar os erros passados, e recuperar a distancia que nos separa da posição que nos compete; mas como escravos, nenhuma outra missão podemos ter, mais que a de soffrer e curvar humilhados.

JOSÉ AUGUSTO CESAR DE VASCONCELLOS.

Abaixo publicamos a carta que um nosso amigo nos remetteu, na qual nos dá a sua opinião a respeito do titulo que pozemos a este jornal. Como não temos a devida auctorisação, omittimos o nome do nosso amigo, que aliás é respeitavel.

«Meu charo Augusto

«O novo titulo (é o do jornal), que me fez lembrar o *Feliz Independente* do Padre Theodoro d'Almeida, obra de san moral, que li em melhores tempos, merece reflexão, porque demanda assumptos em harmonia com o rótulo.

Tens pennas aptas, que manejem bem estes assumptos, e que tenham conhecimento dos factos historicos do tempo da restauração de 1640? Este memoravel acontecimento não foi, como o vulgo pensa, devido a uma lucta desesperada, alcançando nós, no campo da batalha, o triumpho da nossa independencia, a victoria da nossa nacionalidade roubada. Foi um conjuncto de circumstancias; foi a diversão das forças de Hespanha, que então era um vasto imperio, e que não só dominava a península iberica, mas a Italia, Hollanda, etc.; foi a guerra civil; foi, emfim, mais um facto providencial, que estava marcado no livro dos destinos das nações do mundo, do que um tenaz esforço de um povo opprimido.»

«Esta é a verdade, e tenho sobre este ponto principio assente.

Não te deixes levar por superfluidades, nem arrastar pela seductora expressão — *amor da patria*.»

«Que o homem tenha amor e afeição aos patrios lares, onde pela vez primeira viu a luz do dia, concebe-se, é natural, é nobre; que a estes chame o vulgo menos instruido e adiantado — *amor da patria* — é desculpavel; é uma expressão innocente, como innocente é o espirito que a dicta. Mas a patria, a verdadeira patria é o mundo.»

«O homem não é d'este, ou d'aquelle lugar ou sitio. Aonde se dá bem e melhor pôde viver, é ahi sua patria, porque a patria é a terra, que é a mãe commum. E nem por isso abdica, nem renega da afeição que tributa aos patrios lares.»

«A prova do que te digo, é que nem sempre somos felizes na região em que nascemos: milhares de factos o confirmam e demonstram.»

«O teu jornal terá de responder sempre ás invectivas estrangeiras, mas com prudencia e tino diplomatico. Deverá reproduzir os bellos artigos do *Contemporaneo* de Madrid, e combater o folheto de M. Gullon, e d'outros.»

«É assim que eu entendo, que teu jornal corresponderá ao fim, que indica no rotulo. Olha que bons estadistas e economistas combatem a restauração de 1640, e é preciso não os offender, mas sim captivar e predispor a opinião europia, que, ha annos, se nos mostra acrimoniosa.»

«Garnier-Pagés, Girardin e outros, cujos nomes não tenha á mão, são nossos adversarios.»

«Finalmente, encheria uma folha de papel com considerações, apesar de ter longe valiosos auxiliares. Porém, se tens desejos no novotitulo, mãos á obra. Minha opinião, franca, e tenho que é prudente. É o que sahiu dos bicos da penna.»

Sobre os festejos do 1.º de dezembro, o Sr. J. A. C. de Vasconcellos, no seu bem escripto opusculo — *Os Portuguezes e a Iberia*, que ha pouco deu á luz, diz o seguinte:

«É digna do maior louvor a resolução que o bom povo portuguez tomou de appresentar o mais solemne protesto contra as loucas pretensões dos ibericos, com a muito significativa, nobre e bem entendida deliberação, de festejar o dia 1.º de dezembro, anniversario do equal e sempre glorioso de 1640, em que se arvorou o estandarte da independencia portugueza, quebrando-se os ferros do tyrannico, e sempre odioso jugo castelhano.»

«Ei-a, pois, portuguezes, festejemos com entusiasmo o dia 1.º de dezembro, anniversario d'aquelle em que nossos avós quebraram os ferros da mais ominosa escravidão; nada de insultos á vizinha nação, com cujo governo

ha hoje boa harmonia; se alguns hespanhóes apparecerem entre nós 'nessa occasião, seja-lhes feito o melhor acolhimento; seja um dever de todas as pessoas sensatas, embaraçarem que algum imprudente lhes faça o minimo vexame; mas se o seu fim de virem entre nós, fôr o de nos fazerem provocações, não sejam então poupados ao merecido ensino; será bom que se não esqueçam, que da raia para cá ha outro rei, e outra lei.»

«Por último, somos de parecer, e do coração desejamos que se festeje o dia 1.º de dezembro, sendo para sentir que haja uma só povoação que falte a esta demonstração nacional, mas entendemos que se não devem fazer preparativos muito dispendiosos; o prestigio a taes festas, dá-lh'o a generalidade e o entusiasmo; devendo reservar-se as bolsas patrioticas para alguma occasião em que o seu concurso seja não só tão significativo, mas de maior utilidade á causa da independencia da patria.»

Em junho do corrente anno, houve nos pagos do concelho uma concorrida reunião popular, a que assistiram as principaes pessoas d'esta cidade. Foi nomeada uma comissão central, e esta nomeou outras por freguezias, que denminou *filiaes*, a fim de que empregassem os possiveis esforços para que os festejos do 1.º de dezembro, anniversario da restauração e independencia de Portugal em 1640, se fizessem com o maior esplendor e magnificencia: mas são já decorridos quatro mezes, e as comissões ainda não deram começo aos trabalhos. Achamos pois de absoluta necessidade, que as respectivas comissões desde já dêem principio á honrosa tarefa que lhes foi confiada, e que se não poupem a fadigas e a sacrificios por obterem o melhor exito na missão de que se encarregaram.

Já que tocámos 'neste assumpto, é de nosso dever chamar a attenção dos dignos membros da comissão central para as diversas disposições dos artigos do projecto do programma, que o Sr. Olympio Nicolau Ruy Fernandes appresentou, e que abaixo publicamos.

O pensamento é nobre e sublime; e cremos que merecerá a approvação de todo o paiz.

Artigo 17.º Sollicitar-se-ha da Mesa da Sancta Casa da Misericordia de Coimbra que 'num dia de tão grande regosijo publico amplie as suas esmolas ás familias e pessoas recolhidas e necessitadas; pedindo-se-lhe que as esmolas sejam distribuidas pela Mesa em corporação.

Art. 18.º O mesmo se sollicitará do Definitorio da Veneravel Ordem Terceira da Penitencia, em relação aos seus irmãos pobres ou enfermos, e que a distribuição seja feita com a mesma solemnidade.

Art. 19.º Pedir-se-ha ás Ex.ªª Sr.ªª Directoras da Associação Consoladora dos Afflictos que tambem exerçam 'naquelle dia a sua humanitaria missão, distribuindo o maior numero de esmolas, que fôr compativel com os fundos do cofre da sua Associação.

Art. 20.º Sollicitar-se-ha da beneficente Direcção do Asylo da Infancia desvalida, que no referido dia se celebre missa na capella do Asylo, e que seja distribuido ás crianças alli acolhidas um jantar mais mimoso que o commum; pedindo-se ás Ex.ªª Sr.ªª Protectoras que acompanhem as crianças, tanto 'naquelle acto religioso, como durante o jantar.

Art. 21.º O mesmo se sollicitará da Mesa da Sancta Casa da Misericordia, em relação aos alumnos dos dois collegios de orphãos a cargo da dicta Sancta Casa.

Art. 22.º Igual sollicitação se fará á Direcção do Asylo de Mendicidade, relativamente ao jantar dos asylados.

Art. 23.º A sôpa distribuída aos presos pobres da cadeia será neste dia augmentada e melhorada, indemnisando-se o fornecedor da despesa que accrescer, mediante prévio ajuste quanto á quantidade das rações, que houverem de ser distribuídas.

Art. 24.º Com a necessaria antecedencia se sollicitará das autoridades judiciaes a classificação moral dos presos existentes na cadeia de Coimbra; e em vista d'essa classificação se impetrará do Poder moderador a graça do perdão para dois ou tres presos; e, sendo deferida esta supplica, serão postos em liberdade no dia 1.º de Dezembro do corrente anno, com todas as solemnidades de que este acto deve ser revestido, para no futuro poderem ser apresentados á clemencia real, e obter o indulto de suas penas.

Art. 25.º Nos claustros de Sancta Cruz será distribuído um bôdo aos pobres que se apresentarem com bilhetes, que lhes terão sido escrupulosamente distribuídos pelas Auctoridades administrativas parochiaes, d'accôrdo com os reverendos parochos das respectivas freguezias da cidade, que serão convidados para assistir á distribuição do bôdo, que será feita sob a inspecção dos mesmos reverendos parochos.

Art. 26.º Sem de fôrma alguma se desattenderem as prescripções da sciencia, sollicitar-se-ha da direcção dos hospitaes da Universidade que no mencionado dia seja distribuída aos doentes uma alimentação, que, com quanto conveniente ao estado de cada um d'elles, possam, ao menos, os convalescentes, conhecer que seus irmãos menos infelizes se não esqueceram dos que estão jazendo no leito da dôr, e por isso infelizmente privados de todo e qualquer prazer.

Art. 27.º Os mendigos doentes, que apparecerem naquella dia na cidade, como succede em todas as occasiões de grande concurrencia, serão caridosamente conduzidos ao claustro de Sancta Cruz, e alli conservados e alimentados durante o dia, para evitar que vão collocar-se nos sitios de maior passagem, ou que transitem pelas ruas que devem ser percorridas pelos dois prestitos acima mencionados.

Art. 28.º Propôr-se-ha á Direcção do Asylo de Mendicidade, que dê o seu assentimento para que alli sejam recolhidos alguns mendigos, que pelo seu estado de indigencia se tornem merecedores d'esta caridade; preferindo-se os que apresentarem estado de cegueira, ou deformidades; devendo os agraciados ter ingresso no Asylo no referido dia 1.º de Dezembro de 1861.

Art. 35.º Para que as sobras, tanto da quantia votada pela Camara para estes festejos como da subscripção que para o mesmo fim se deve promover, tenham applicação util e humanitaria, serão entregues ao Asylo de Mendicidade de Coimbra, como compensação pelo encargo de receber os novos asylados; para que o Asylo possa de futuro assumir as proporções a que deve ser elevado como Asylo districtal.

Abaixo publicámos o relatorio e contas do Monte-Pio da Imprensa da Universidade, relativas ao anno de 1860 a 1861.

A direcção é digna dos mais bem tecidos elogios, pelo zelo que empregou durante a sua gerencia, pelo augmento e prosperidade d'aquella associação.

Senhores: A ausencia do presidente nato

da assembleia geral, assim como a do presidente e secretario da direcção d'este Monte-Pio, obstruiu a que nos poderíamos reunir no dia proprio para celebrar-nos o 12.º anniversario da installação do nosso Monte-Pio: tendo por isso de ser adiada a reunião d'esta assembleia, só hoje podemos vir cumprir com o dever que nos impõem os estatutos, qual é o de prestar-vos contas da nossa gerencia durante o anno que findou em 31 d'agosto ultimo, e depôr em vossas mãos o laborioso cargo que nos confiastes.

Ahi tendes patente a conta geral da receita e despesa do nosso Monte-Pio: por ella consta que a receita, incluido o saldo que nos foi passado do anno anterior, subiu á quantia de 836\$065, e a despesa á de 119\$195 réis; sendo o saldo existente em cofre, no sobreredito dia 31 d'Agosto, a quantia de 716\$870 réis. A este saldo accresceu a quantia de 10\$800 réis, importancia das quotas cobradas neste mez de Setembro.

A direcção pouco tem a dizer-vos ácerca da receita. A cobrança das quotas e dos juros das dividas contrahidas no anno da nossa gerencia, e mesmo d'algumas anteriores, andou sempre regular, excedendo qualquer d'estas verbas a importancia de eguaes verbas cobradas na maior parte dos annos anteriores, como é facil de verificar.

A verba dos donativos, na importancia de 7\$025 réis, tambem excedeu a do anno passado, sendo o mais importante aquelle que nos foi offerecido pelo nosso digno facultativo, o ex.º sr. dr. Raymundo Venancio Rodrigues, por ser a cedencia de metade da sua limitadissima gratificação. Não nos deve tambem ser indifferente a pequena verba offerecida pelo Ill.º sr. Olympio, administrador d'este estabelecimento, porque revelaria o apoio moral que nos presta, se nos não fôra bem patente o decidido amor que consagra a esta associação. Recebam pois estes senhores, e em geral todos os nossos benfeitores, a expressão sincera da nossa gratidão, e agradecimento.

Em quanto á despesa, tambem este anno a verba dos soccorros na importancia de 72\$500 réis, excedeu a do anno anterior, apesar de ser menor o número dos socios doentes o que revella serem as doenças de maior gravidade.

A verba do receiptuario subiu tambem á quantia de 21\$135 réis, sendo 1\$050 réis a importancia dos remedios aviados na pharmacia do sr. Manoel Abilio Simões de Carvalho, pela urgencia com que eram reclamados na última doença do socio Antonio Dias, e o resto, na importancia de 20\$105, foram aviados na do sr. Luiz Botelho. Ambos estes senhores são crédores dos nossos cordeaes agradecimentos pelo consideravel abatimento que nos fizeram e boa vontade com que se dignaram servir esta associação.

O funeral do nosso consocio Antonio Dias, cujo fallecimento tivemos de lamentar no dia 24 de Fevereiro ultimo, foi feito com a decencia devida; e com quanto fosse excedida a verba de 6\$000 réis, que vae incluida na despesa, esse accrescimento foi supprido por subscripção, em que teve a maior parte o ill.º sr. administrador d'esta imprensa, visto os estatutos nos não auctorisarem a dispender mais do que aquella quantia, na verdade limitadissima para se poderem celebrar taes actos com o decoro que exige esta sociedade. A direcção já agradeceu á *Philharmonica Conimbricense* o distincto obsequio, que nos fez, de acompanhar gratuitamente o feretro d'aquelle nosso consocio, e agora, em nome de toda a associação, aqui novamente lhe presta um testemunho irrefragavel da sua gratidão e sympathia.

Cumpre-nos agora declarar-vos, que nos saldos que têm passado de uns para outros annos vae sempre involvida a verba das dividas, e por isso julgámos dever continuar com o mesmo systema. Pelo mappa das nossas contas vereis, que o saldo, que passámos em metal, excede aquelle, que recebemos da direcção anterior, na quantia de 126\$365 réis, e que a importancia das dividas que passámos é menor do que a que nos foi passada, conseguindo diminui-la na quantia de 43\$295 réis.

Ácerca das restantes verbas, tanto da receita como da despesa, nada mais accrescentaremos. Todas ellas se acham devidamente escripturadas e documentadas: eis ahi patentes os livros e documentos respectivos — examinaí tudo, e depois julgai-nos.

A direcção, ao terminar este imperfeito relatorio, não pôde deixar de nelle registrar mais um acto de extrema philantropia e generosidade. Referimo-nos ao desinteresse e caridade com que o ill.º sr. José Maria Pereira Coutinho tomou a seu cuidado o tractamento clinico da derradeira molestia do nosso consocio Antonio Dias, prestando-se d'ahi em diante a substituir gratuitamente o nosso digno facultativo, quando estivesse impedido durante o desempenho de suas importantes funcções academicas, ou civis. Mil graças lhe sejam dadas.

Não devemos tambem esquecer os importantes serviços, que nos tem prestado o sr. Luiz Candido, na qualidade de cirurgião da sociedade, pelos quaes se torna digno de louvores.

Como sabeis, senhores, a nossa associação foi contemplada com a distribuição do jornal *Conimbricense*, sendo a importancia da sua assignatura satisfeita pela benemerita sociedade Madrepora, instituida no Rio de Janeiro. Os serviços prestados ao paiz por aquelles nossos compatriotas, são superiores a qualquer elogio; e por isso, tributando-lhe aqui os nossos agradecimentos, ousamos pedir, e é de esperar, que aquella prestante associação amplie a sua obsequiosa offerta, mandando que tambem sejamos contemplados com o *Archivo Pittoresco*, de que a referida sociedade manda distribuir alguns milhares de exemplares.

Permitti agora, senhores, que em breves palavras, façamos ao resumo de nossos actos: — cifram-se elles na fiscalisação e zelo pelos interesses da associação, e na justa distribuição das garantias devidas aos associados. Temos a convicção de que cumprimos com o nosso dever; porém, se a nossa consciencia nos illude desculpae-nos os erros, porque são filhos de ignorancia e não de vontade. Oxalá que a nova direcção, que ides eleger, remedie as faltas involuntarias que possamos talvez ter commettido, possa levar a effeito os melhoramentos que o seu ardente zelo lhe sugerir, conseguindo a consolidação, o augmento e o esplendor da sociedade, a que todos nos ufanámos de pertencer.

Sala das sessões do Monte-Pio da Imprensa da Universidade, 29 de setembro de 1861.

O secretario, servindo de presidente, José da Silva Bandeira.

O thesoureiro, Adrião Marques.

Conta geral da receita e despesa do Monte-Pio da Imprensa da Universidade desde o dia 26 de agosto de 1860 até ao dia 31 de agosto de 1861.

Receita
Saldo que passou do anno antecedente: 100
Em dinheiro metal. 187\$035 | 633\$800
Em dividas ... 446\$765 |

Transporte.....	633\$800
Recebido de quotas semânaes...	161\$860
Idem de gratificações.....	29\$260
Idem por conta de diplomas....	3\$520
Idem de multas.....	600
Idem de donativos offerecidos....	7\$025
<hr/>	
Somma réis..	836\$065

Despesa	
Soccorros abonados a dezeseis socios doentes.....	72\$500
Recetuario para os socios doentes	21\$155
Funeral do socio Antonio Dias..	6\$000
Compra de um livro para assentamento das quotas.....	340
Gratificação ao facultativo, o ex. ^{mo} sr. dr. Raymundo.....	12\$000
Dicta ao cirurgião, o sr. Luiz Candido.....	7\$200
<hr/>	
	119\$195
Saldo que passa para o seguinte anno, em metal... 313\$400	716\$870
Dicto, em dividas... 403\$470	
<hr/>	
Somma réis....	836\$065

Monte-Pio da Imprensa da Universidade,
31 de agosto de 1861.

O Secretario, José da Silva Bandeira.
O Thesoureiro, Adrião Marques.

NOTICIAS ESTRANGEIRAS

Recommendâmos á attenção dos leitores a seguinte carta:

«Napoles 14. — Um correspondente, para ser honrado, deve ser veridico, e para ser veridico deve separar da sua imaginação tudo o que d'ella proceda, tendo o valor e a longanimidade de contar o exacto, o que realmente souber, sem consideração, que lisongeie ou repugne aos seus sentimentos.

Ha um anno que estudo com toda a attenção os negocios do meu paiz, e nem uma só vez tenho querido separar-me d'esta regra de proceder; julgando que me não tenho separado, pois que não tenho mencionado factos cuja exactidão não se tenha visto confirmada, e que não tenho aventurado apreciações sem lhes poder dar solidos fundamentos. Recordo este merecimento porque me parece opportuno fazel-o, e entro no vivo, por assim dizer, da correspondencia.

A circular de Ricasoli continha affirmações admiraveis sobre a natureza, fins, objecto, marcha, tendencia, origem e forças da reacção realista. A circular de Ricasoli negava tudo o que é verdade, afirmando tudo o que é mentira. É livre para a imprensa official, ou officiosamente mentirosa, crer ou deixar de crer na duplicidade pyramidal do governo de Turin; e é tanto mais natural que proclame essa imprensa as suas denegações heroicas, quanto é sabido que não conhece a Italia, nem os seus povos, nem a sua historia, nem as suas aspirações; porém livre deve ser-me tambem a mim dar um desmentido á circular e á imprensa que repete as suas calúnias, e ao mesmo tempo sollicito d'ella que me perdôe.

Hoje posso dar-vos os dados mais precisos e exactos sobre a insurreição e seu estado no reino, desafiando os agentes do poder a que desmintam as minhas noticias.

Nos ultimos dias do mez d'agosto, nas alturas de Montevergine, juncto d'Avellino, concentraram-se partidas bastante fortes, sob o commando de chefe mui resolutivo: Cipriani.

As massas de realistas subiam a 3,000 homens. O general Pinelli resolveu cercal-os no dia 1 e 2 de setembro. Eis aqui o seu plano d'ataque: Primeiramente estabeleceu o seu quartel general em Avella, onde concentrou o grosso das suas tropas, para servir de base ás suas operações. Esse centro estendia-se em duas alas prolongadas, nas quaes estendia as suas forças, desde o Castellejo d'Avella, no qual collocou duas companhias, até Monteforte rodeando assim Avellino, Mesogliano, Luisimonte e outros pontos estrategicos, occupados além d'isso pelas suas tropas.

Nas alturas de Monteforte collocou 400 bersaglieri: o completo das forças de Pinelli passava de 22,000 homens.

Os bersaglieri começaram vivamente o ataque, foi encarniçado em ambas as partes, e durou muitas horas. Houve muitos mortos de parte a parte; porém o total das perdas dos realistas não pôde fazer-se constar; em quanto ás dos piemontezes, só em feridos tiveram 200 homens. O combate cessou por então, cansados em extremo os bersaglieri; porém mal se tinham entregado ao descanso, quando foram surpreendidos pelos realistas, que lançando-se impetuosamente sobre elles e desbaratando-os, romperam a linha de circumvallação tão sabiamente estabelecida por Pinelli, penetrando com toda a felicidade e grande damno dos inimigos nos montes do Tuburno, a dar a mão aos insurgentes de Nola, Benevento o Capitanata.

Esta formidavel expedição terminou como a do Matese: deu em resultado o mesmo vacuo, nem mais nem menos que a circular de Ricasoli.

A partida que penetrou no Tuburno, augmentada com a de Montevergine, occupa hoje todo o valle d'Arienzo, S. Bartholomeu, e até juncto de Lucera, na Pulha, resguardada por fortes posições e em communicação com as partidas do Matese, nos confins dos Abruzzos. Para conseguir este resultado houve fortes combates, nos quaes foram derrotados os guardas mobilizados. Porém tudo se explica sabendo que o povo todo fraternisa com os realistas, e os soccorre e auxilia de todos os modos, já levando-lhes viveres, já alojando-os em suas casas e tractando os feridos, já auxiliando-os nos combates quando encontram occasião propicia. A opposição do povo aos piemontezes e aos guardas mobilizados é grande, e comprehendese; pois estes não penetram nas aldeias sem commetterem brutalidades, cuja relação não é possível fazer nem escutar.

Na Basilicata, todas as montanhas e os bosques do Voltorno estão occupados por numerosas partidas, sob o commando de Crocco e Caschetta.

Neste momento acabo de saber que um antigo guerrilheiro hespanhol, Borges, desembarcou no principado de Tarento com uma partida bastante forte, e vindo de Malta. Ao passar o territorio napolitano deu um entusiastico viva a Francisco II.

Para combater os realistas dispõe Cialdini de uma força que antes passa que baixa de 100:000 homens. Conseguirá o seu objecto? Não, não ha ninguem que o creia: elle mesmo sabe que, se, occupando militarmente o paiz, pôde contel-o por algum tempo e reprimir a insurreição, a insurreição se levantará potentissima na primeira conjuntura; sabe que o reinado dos piemontezes é ephemero como o seu triumpho.

Julgue-se, pois, dos embustes diplomaticos e militares que vêm de Turin ou sahem de Napoles forjados por Cialdini ou Ricasoli! O veu d'infamia, com que se queria occultar a situação, levantou-se, e já a Europa conhece as faltas, os crimes, os actos ferozes d'estes li-

bertadores. Todo o homem de coração tem direito de protestar, em nome da humanidade, contra esta vasta carnificina que organisaram os piemontezes, esses piemontezes, secctarios atrozes d'uma unidade monstraosa, contra um povo que os aborrece e abomina. Não; o ferro e o fogo nada poderão contra a heroica resistencia d'um povo que lucha orgulhosamente pela reconquista do seu paiz invadido.

Já esse povo, a quem chamam bandido, faz empallidecer numerosos batalhões. Pobres aldeões desafiavam valorosamente a morte todos os dias em frente dos soldados aguerridos; todos os dias morrem muitos d'elles; mas dizem-mam o exército inimigo. Um morto nas fileiras dos realistas levanta dez inimigos contra os piemontezes; em tanto que nestes um morto forma um vacuo que não se pôde encher.

Sim, piemontezes: chegastes a ponto de serdes mais dignos d'odio, que de piedade; arrastados por um erro fatal, estaes comprometidos por elle de tal maneira, que não ha força humana que possa libertar-vos da terrivel catastrophe que se balanceia sobre vossas cabeças. Como e porque parte apparecerá a justiça do povo? Ainda ninguem o sabe; mas ninguem ha tambem que deixe de achar-se sob a impressão d'um sinistro presentimento que chega involto num murmurinho mysterioso da vingança que troa ao longe, e guarda para a arremessar terrivel sobre os tyrannos a cólera que as suas impiedades e crueldades acenderam no coração d'este povo catholico e monarchico como poucos.

PASMATORIO

Pedido — Tendo de dirigir o nosso jornal a muitos individuos que até hoje ainda se não dignaram assignal-o, rogâmos-lhes a especial graça (mas não de graça) de nos prestarem o apoio de que tanto carecemos para a sustentação de *Portugal Independente*. Se por ventura a nossa supplica não for attendida, esperâmos ao menos que no curto espaço de oito dias nos devolvam este exemplar e o nome da pessoa que rejeita, a fim de lhe suspendermos a remessa. E quando assim não aconteça, é evidente que o nosso pedido teve aceitação.

A importancia da assignatura por trimestre é tão diminuta, que não sabemos quem deixará de concorrer com ella para um tão justo fim.

Eleição — A da commissão administrativa do Monte-Pio da Imprensa da Universidade teve lugar no domingo, 29 do corrente; e os socios mais votados foram os srs. Antonio Ferraz, presidente; Manuel Augusto de Seixas, secretario; João Correia dos Santos, thesoureiro; João Luiz Gonsalves e Ludovino Antonio da Cruz, fiscaes, todos typographos. Damos os parabens aos novos eleitos; e desejâmos que tomem na devida consideração o augmento e prosperidade dos negocios que lhes foram confiados.

Novo theatro — Ha quem sustente que é impossivel que a récita d'abertura do novo theatro de S. Christovão tenha lugar no 1.º de dezembro proximo futuro, fundando-se, dizem, em as obras se acharem muito atrazadas, e em haver apenas dois mezes de intervallo.

A commissão encarregada da direcção dos trabalhos não encontra difficuldade alguma em o theatro se abrir naquelle dia, porque diz que as obras estão muito adiantadas.

Qual das duas opiniões será a mais conforme? Nós temos que a segunda é a melhor; e dizemos isto porque sabemos que os ensaios começam brevemente.

PORTUGAL INDEPENDENTE

JORNAL ANTI-IBERICO, LITTERARIO E NOTICIOSO

DEDICADO A S. M. EL-REI O SR. D. PEDRO V

E AOS PORTUGUEZES RESIDENTES NO PAIZ E NO BRAZIL

REDACTOR — Augusto José Gonsalves Fino

PUBLICA-SE AOS SABADOS

Assigna-se e paga-se este jornal: em Coimbra, na Imprensa da Universidade; nas Provincias, em casa dos Srs. Directores de Correios; no Brazil, em casa do Sr. José Julio Lopes Gonsalves, Rio de Ostras. Preços por trimestre: em Coimbra 400 réis; nas Provincias 460 réis; no Brazil (moeda forte) 700 réis; — número avulso 400 réis. — Toda a correspondencia, franca de porte, será dirigida ao Redactor do *Portugal Independente*, Coimbra. — Escriptos não publicados, não serão restituídos.

EXPEDIENTE

Os srs. Assignantes das provincias muito nos obsequiam se desde já satisfizerem a importancia do primeiro trimestre, podendo entregal-a ao sr. director do correio da localidade; ou remetel-a á redacção por meio de valles ou estampilhas. A publicação no jornal do nome do sr. assignante da provincia que pagar, servirá de recibo.

E aos srs. directores de correios de novo rogamos o seu valioso auxilio.

Em Coimbra é feita a cobrança pelo sr. Antonio Porto, entregador do jornal.

Se porventura nos achassemos em melhores circumstancias, não começariamos já a fazer aquelle pedido.

Arborisação

Annuindo com a melhor vontade ao convite que nos foi feito, para darmos cabimento no nosso humilde periodico, á acta da reunião que foi celebrada no dia 29 do mez proximo passado, na villa da Figueira da Foz, por convite do ex.^{mo} governador civil d'este districto, ainda que completamente leigos na materia, acompanharemos esse documento com algumas reflexões que nos pareceram convenientes; pedindo com tudo nos sejam relevadas quaesquer faltas, que, pela importancia da materia e nossa incompetencia, forçosamente commetteremos na sua apreciação.

A necessidade e vantagens da arborisação em grande ou pequena escala, é um facto incontroverso; e já a imprensa periodica tem superabundantemente tractado essa questão e por forma tal, que hoje pouco ou nada podemos acrescentar.

As madeiras de construcção naval e terrestre — escaceiam, e póde dizer-se que as suas principaes fontes estão quasi esgotadas; assim como o estão as proprias para combustivel que se extrahia das cepas produzidas nas nossas serras, cuja falta se vae fazendo sentir entre nós, pela carestia do carvão; e maior e muito mais sensivel esta se tornaria, principalmente nesta cidade, se não fóra o coke extrahido do carvão mineral que em larga escala suppre aquella falta. Muitos dos proprietarios de terrenos montanhosos, proximos e sobranceiros ao Mondego e seus afluentes, mal avisados têm andado destruindo os arvoredos, e substituindo-os pela cultura de cereaes; soffrendo assim graves prejuizos, pela destruição dos fructos e dos proprios terrenos agricultados, causada pelas chuvas, que continuamente precipitam as terras no alveo do Mondego, perdendo num momento

as avultadas despesas, que em muitos annos têm feito; além de concorrerem por essa forma para o entulhamento dos rios e destruição dos fertes campos marginaes; ao passo que pela adopção do systema d'arboricultura, obteriam não só a conservação dos terrenos, mas um lucro abundante e permanente, e evitariam os males que estão causando, não só á agricultura em relação aos terrenos contiguos aos rios, mas especialmente a esta cidade e aos vastos campos vizinhos de todo o Mondego. O nosso litoral, desde a costa de Lavos até Mira, na extensão talvez superior a oito legoas, também, em grande parte, carece de ser arborizado, não só pela riqueza que de futuro d'ahi póde porvir, mas pela necessidade, ha muito reconhecida, d'evitar a continuação do movimento das areias, que ameaçam invadir e submergir não só os terrenos productivos que lhes estão proximos, mas ainda as povoações vizinhas, que já em grande parte estão soffrendo as consequências d'essa invasão.

Applicar pois prompto remedio a todos esses males, e promover ao mesmo tempo os melhoramentos e a riqueza que devem provir da sementeira immediata de penisco e plantação de outras arvores, conforme o exigirem as condições dos diferentes terrenos, é isso uma obra grandiosa, que ha muito anda na mente de todos; e a juncta geral d'este districto, nos seus relatorios e consultas dirigidas ao governo, têm representado a necessidade urgente de se darem promptas providencias a esse respeito; mas, infelizmente, a essas representações têm succedido o que geralmente succede a todas, quando tractam de melhoramentos districtaes.

As junctas geraes fallecem os necessarios meios para empresa tão arrojada, e nem mesmo poderiam conseguir cousa alguma de vantagem, sem o concurso das camaras legislativas e do governo. Este, envolvido sempre nos negocios geraes do estado, mal póde prestar a attenção devida aos negocios districtaes, sem que alguém tome a iniciativa; as camaras municipaes, nos seus respectivos concelhos, muito poderiam fazer, mas falta-lhes a vontade e os bons desejos, porque a sua actual organização viciosa, e o facciosismo com que a maior parte d'ellas são eleitas, afastam de taes corporações o estímulo com que deviam empenhar-se em promover todos os beneficios e melhoramentos de que carecem e são susceptiveis os municipios.

Estudadas todas estas circumstancias, necessario era que alguém tomasse a iniciativa em negocio de tanta transcendencia, e felizmente assim succedeu, porque o ex.^{mo} governador civil d'este districto Antonio Vaz da Fonseca e Mello, apenas tomou conta da administração d'elle conscio dos deveres que como tal lhe cumpria desempenhar, foi seu primeiro cuidado examinar as grandes necessidades do mesmo districto, reconhecendo immediatamente que a principal d'ellas era a arborisação dos

terrenos montanhosos e baldios que bordam os rios e se comprehendem no vasto litoral, e começando a visitar alguns concelhos, deu preferencia aos da Figueira da Foz e Mira, e aproveitando a sua residencia naquella, onde o estado de sua saude o obrigou a tomar alguns banhos do mar,ahi mesmo, longe de gosar do ocio, que ordinariamente disfructa quem faz uso de tal remedio, se deu ao trabalho de continuar a estudar e examinar practicamente este importante negocio, e ahi o vemos tomar nelle a iniciativa, convidando a uma reunião os seus principaes habitantes, para lhe expôr a conveniencia de uma associação, que tomasse sobre si tão grandiosa empresa. Tal convite foi coroado dos melhores resultados, porque, como consta da acta que em seguida inserimos, foi unanime a approvação do pensamento de s. ex.^{ta}; ficando assim lançada a base indispensavel para a formação d'essa associação; e auxiliada essa iniciativa pela imprensa periodica de todo o paiz, cuja attenção ousámos provocar para tão importante negocio — por aquelles que lhes devem prestar apoio, — e por todos os habitantes d'este districto e mesmo de fóra d'elle, que certamente concorrerão a fazer parte da associação, tomando o número d'acções que os seus teres lhes permittirem. Se esse alvitre fór adoptado, confiámos que, constituída ella e mediante uma gerencia zelosa e activa, as vantagens publicas e particulares em breve se farão sentir; e o nome de s. ex.^{ta} será sempre pronunciado e ouvido com respeito neste districto, como o unico chefe que, até hoje, verdadeiramente soube comprehender a alta missão que lhe foi confiada.

Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos sessenta e um, aos vinte e nove de setembro do dito anno, nesta villa da Figueira da Foz, e casas do tribunal Judicial, aonde eu primeiro amanuense da Camara Municipal no impedimento do escrivão da mesma Camara vim, e ahi presente o excellentissimo governador civil d'este districto de Coimbra, o commendador Antonio Vaz da Fonseca e Mello, o administrador d'este concelho, José Ricardo Pereira Cabral, o presidente da camara, o doutor José Joaquim Borges, e um grande número de cidadãos, que todos haviam sido convidados para esta reunião pelo dito excellentissimo governador civil, a fim de propor objectos de interesse d'este concelho; e logo o dito excellentissimo governador civil, tomando a cadeira da presidencia, fez á assembleia uma proposta, depois de indicar e demonstrar os seus fundamentos; e a proposta é a seguinte: — que sendo da mais instante e urgente necessidade fazer-se sementeira de penisco, e plantação de arvores em os baldios d'este districto, e especialmente nos do litoral, aonde as areias estão invadindo os fertes terrenos e importantes

povoações, e não podendo as camaras municipaes, por seus próprios recursos, attender a objecto de tanta transcendencia, nem tão pouco o governo do Estado, em razão das muitas obras de interesse geral a seu cargo, propunha a formação de uma sociedade, que por meio d'acções e pela forma e maneira, que em futuro se ha de deliberar, faça progressivamente aquella sementeira: e dando a palavra a qualquer dos cidadãos presentes, estes todos unanimemente aplaudiram, e approvaram a iniciativa tomada por sua excellencia em objecto de tão reconhecida necessidade, como a formação de mattas, e de muitas e consideraveis vantagens para o districto; e todos se manifestaram dispostos e deliberados a fazer parte da sociedade proposta, segundo a força de cada um, quando, depois de empregados os meios competentes, se assentem e reconheçam as bases, sobre que deve formar-se a mesma sociedade. E, não havendo mais coisa alguma a tractar-se, se fez a presente acta, que vae assignada pelo dicto excellentissimo governador civil, administrador do concelho, presidente da camara e mais cidadãos presentes: e eu Ricardo Fernandes Thomaz no impedimento do secretario da camara municipal a escrevi.— Está conforme.— Secretaria do Governo Civil de Coimbra, 3 de Outubro de 1861.— O secretario geral, *Diogo Annes de Magalhães Villasboas*.

Hespanha e Portugal

Por sentimento e por instincto se reconhecem as mais importantes verdades, ainda antes que o raciocinio as demonstre, e explique os fundamentos em que se baseiam. É uma d'estas verdades, que na península em que habitamos ha duas nações distinctas — a portugueza e a hespanhola. Se houvera dois estados e uma só nação, os estados facilmente se junctariam. O difficil, o ponto mais que impossivel, é junctar, é fundir as nacionalidades. Assim é que nós, sem embargo de sempre havermos acariciado o pensamento da união iberica, tambem sempre considerado esse pensamento mais como uma sublime aspiração, quasi irrealisavel, ou só realisavel num remoto porvir, que como um plano politico, para cuja realisação e complemento já estejam preparados os animos e as coisas, e que sem custo possa levar-se ao cabo, com boa vontade, audacia e fortuna.

O exemplo da Italia, ainda suppondo que a revolução italiana chegue a prospero termo, não deve por modo algum allucinar-nos, nem mover-nos á imitação. São mui diversas as circumstancias em ambas as penínsulas. Alli, ou não ha nação, ou ha de haver uma Italia; aqui ha duas nações, e ainda por ventura durante seculos continuaria a haver duas nações, embora ambas, ou por uma revolução, ou por conquista, ou por enlace régio, viessem a constituir um só Estado.

Genova, Veneza, Pisa e Amalfi, foram poderosas e gloriosas républicas; porém, não existiram como nações. Não é mistér buscar razões, basta o senso commum, basta o ouvido para perceber que soam disparatadamente estas phrases — *a nação pisana, a nação genovesa, e até a propria nação milanesa ou napolitana*. Na Italia, porque a historia ou o destino, porque Deus, em summa, assim o quiz, não ha senão uma só nação, embora tenham havido numerosos e independentes estados — senhoria em Veneza, ducado em Milão e reino em Napoles.

Na nossa península acontece o contrario. Portugal, ainda que é uma nação irman, não faz parte, não é mesma nação hespanhola. É

tão grande a historia de Portugal, que não pôde perder-se, nem confundir-se na historia de outro povo.

Não é esta, contudo, a maior difficuldade. Grande, heroica, admiravel, é tambem a historia de Aragão, que igualmente não pôde perder-se nem confundir-se em qualquer outra; e sem embargo, a nacionalidade, a autonomia aragoneza, na conjunctura opportuna, veio a amalgamar-se com a de Castella, constituindo ambas a nacionalidade hespanhola. A maior difficuldade é que a conjunctura opportuna, o momento propicio em que a junção fôra facil, passou ha muito tempo. Desde então têm-se feito cada vez maiores as differenças que nos vão separando, em lugar de nos unirem.

Naquelles bons tempos de mútua prosperidade, quando portuguezes e castelhanos dividiamos o imperio dos mares nunca d'antes navegados; naquelle bons tempos, em que o poeta podia dizer, em louvor da *nobre Hespanha*, que era a cabeça da europa toda, e Portugal o cume da cabeça, em que podia duvidar fallando dos portuguezes, qual era:

..... mais excellente.

Se ser do mundo rei, se de tal gente;

emfim, naquelles bons tempos dos reis catholicos e de D. João III, quando o papa Alexandre VI,

Uma linha lançando ao céu profundo,
Por Fernando e João reparte o mundo

e em que, sem nota de vaidosos nem de fanfarrões, podiamos fazer dizer aos nossos heroes:

Do Tejo ao China o portuguez impera,
De um pólo a outro o castelhano vóa,
E os dois extremos da redonda esphera
Dependem de Sevilha e de Lisboa;

naquelles bons tempos, repetimos, sem que as sobressaltassem receios, nem pungissem infortunios, ambas as nações podiam estreitar-se e confundir-se no cume da grandesa e da gloria, como Aragão e Castella se confundiram. Porém, depois do desastre de Alcacer-Quibir, a nação portugueza, humilhada e moribunda, sujeita e prostrada sob o sceptro de ferro de Philippe II, não pôde unir-se, embora tivesse de submeter-se a Castella. Assim é que a revolução de 1640 veio a ser indispensavel; foi o renascimento de um povo que morrêra, ou que gemia escravo, cuja gloria eclipsada era mistér que volvesses a recuperar o seu brilho. O dominio dos Philippes roubou a liberdade áquelle povo, e não lhe deu força nem amparo. As ricas colonias, o Brasil, hoje tão próspero imperio, porventura houveram sido melhor defendidas pelos portuguezes sós, apesar da sua prostração, que pelo possante, porém mal governado poder da Hespanha.

Não se estranhe pois, que os portuguezes suspirassem pela perda independencia, e que a recobrassem. Com ella parecia renascer a passada gloria, e algo do passado poderio. A subida ao throno da casa de Bragança foi mais popular que a da nobilissima e heroica dynastia de Aviz. Desde então a separação entre a Hespanha e Portugal fez-se cem vezes mais profunda, a rotura mais difficil de soldar, os signaes caracteristicos de ambas as nacionalidades mais proeminentes e diversos.

(Continúa)

A França em Roma

Terminou a deploravel questão, a que deu o nome Mons. Merode.

A França, fiel á moderação dos seus sentimentos e da sua conducta, acceitou a satisfação offerecida pelo governo pontificio. As relações directas estabelecidas entre o general Goyon e o cardeal Antonelli são uma destituição moral, imposta como castigo ao ministro das armas pela côrte de Roma.

Ao nosso paiz é sufficiente esta satisfação, por isso que não procura nos arrebatamentos de uma paixão extraviada, pretexto para renunciar á sua abnegação; e é sufficiente á França, principalmente quando parte de um soberano, ha doze annos, protegido pelas nossas armas, e servido pela nossa gloria.

Mas, mesmo antes d'esta solução, como antes do escandalo produzido por um odio, cuja violencia é de todos sabida, fica intacta a questão da occupação de Roma pelas nossas tropas, com as difficuldades a ella inherentes, com as impacencias que a nossa attitude provoca, e com os interesses amparados pela nossa bandeira.

Havemos de continuar em Roma a defender a inviolabilidade da independencia da Santa Sé, ou, se nos retirarmos havemos de desinteressar a França nesse terrivel problema, deixando ao pontificado e á Italia a carreira dos seus destinos? Tal é hoje, em vista das desintelligencias suscitadas entre as côrtes de Roma, e de Turim, o elemento essencial da questão romana.

Pois bem; não vacillemos em dizel-o; nas circumstancias actuaes, a retirada das nossas tropas daria o triplice resultado de enfraquecer o poder moral da França, de comprometter o pontificado e de condemnar a inevitaveis perigos a independencia italiana.

Em quanto ao pontificado, estão patentes os perigos que ameaçam o seu poder, sendo suspeito para a Italia e achando-se isolado na Europa, da qual todos os governos, á excepção da França, o combatem ou o abandonam.

Tambem não é possivel occultar por outro lado, que a unidade italiana se acha mal estabelecida, que está cheia de luctas internas de disturbios, e de inquietações, para o futuro; neste esforço de um povo que procura as condições da sua independencia, a unidade é um ensaio e não um resultado.

A respeito mesmo da Italia, o governo de Turin tem uma tarefa immensa a cumprir a pacificação do Meio Dia, a reconciliação na patria commum de povos cuja historia vem separada por espaço de dez seculos. A respeito da europa, tem a responsabilidade da sorte da península, e o seu interesse e o seu dever lhe ordenam que affaste quanto poder tornar-se causa da irritação e de susto para a consciencia pública.

O reconhecimento do reino da Italia pela França, tambem não consagra a nova ordem de coisas, nem poderia servir-lhe de garantia porque envolve reservas formaes sobre todos os pontos que separam a politica do gabinete das Tulherias da côrte de Turim.

Considerações de uma ordem superior aconselharam este acto, e bastam ellas para o explicar: a França nem diante da historia pôde ser responsavel pelas soluções que não promoveu. A dignidade oppõe-se a que haja de acceitar ou de offerecer solidariedades retrospectivas, e a sua lealdade lhe impede suscitar obstaculos ao que deixou succeder, desaprovando-o.

Se o governo imperial tivesse persistido, porém, no rompimento diplomatico motivado pelas empezas do Piemonte no reino de Napoles e nos Estados Pontificios, a unidade italiana teria perdido toda a auctoridade na europa e principalmente na Italia: a reserva do nosso paiz teria sido uma arma para todas

as paixões hostis, e os partidos da unidade teriam lançado sobre a França a responsabilidade de um contratempo.

Ao governo imperial, não podia convir uma situação semelhante, que seria desconhecer os seus interesses e calumniar os seus actos. Pelo contrário, no interesse de todos é preciso que livremente se desembarace o movimento que arrasta a Italia. Se a unidade é possível sem atacar as bases essenciaes da ordem politica e social da europa, a França não a entorpece: se ha de mallograr-se, não appareça a mão da França na sua derrota; e na hora das decepções, suppondo que os reveses sobrevieram, reconheçam a sua falta de condições de vitalidade os que a quizerem e ensaiarem.

Longe de ser uma prenda para a revelação, o reconhecimento do novo reino contribuiu para tornar mais livre a acção politica do nosso paiz. E, em circunstancias taes, quando bandos rebeldes percorrem todas as provincias do sul, havia de aconselhar-se á França que resolvesse as difficuldades italianas?

A sahida das nossas tropas não podia deixar de ser o signal das mais funestas agitações.

Abandonaria a Italia ao movimento revolucionario que procura arrastal-a, e, apenas contido pela mão habil dos seus homens de estado, abriria os conselhos do rei aos partidos extremos, que querem converter a corôa de Victor Manuel em prenda das suas insensatas tentativas, e a final exporia o poder politico do pontificado a uma ruina certa, que devemos prevenir, para não ter necessidade de remediar.

Só as paixões reaccionarias podem explorar a desordem que se seguisse a taes commoções, e a deferencia do nosso governô com desejos temerarios não teria outra consequencia mais do que restituir probabilidades favoraveis á causa perdida do dominio d'Austria.

Sim. Esta politica, seria ao mesmo tempo anti-franceza, anti-italiana e anti-liberal; seria o abandono dos interesses nacionaes e religiosos de que somos defensores.

É pois necessario que a França permaneça em Roma, protegendo a Italia contra as facções que a agitam, e o pontificado contra a revolução que o ameaça.

Exige-o interesse da Italia, cuja temeridade a levaria ás catastrophes; o interesse do papado, a quem a França não pôde abandonar, fiel ás tradições da sua historia; o proprio interesse da nossa França, para a qual, não devemos esquecer-o, a questão italiana é comtudo uma questão franceza.

No problema hoje pendente estão em acção duas grandes causas; pôde dividil-as o espirito de partido, mas nos seus disvellos une-as a politica tradicional da nossa patria.

Estas causas são: a emancipação da Italia livre da sua secular escravidão; a su-tentação do pontificado, reconciliado com o genio dos tempos modernos e protegido pela abnegação dos povos contra as ameaças da revolução.

E na presença das nossas tropas na cidade eterna, consiste a garantia d'este duplo interesse.

A França, que consomme doze annos em Roma, com o fim de proteger o poder temporal do soberano pontifice, e de constituir a sua influencia politica do outro lado dos Alpes; a França, que destruiu o dominio da Austria, ganhou as batalhas de Magenta e Solferino, mudou em proveito da Italia o direito dos tratados de 1815, e que, para conseguir estes grandes resultados, sacrificou 50:000 homens, e 350 milhões de francos, não abandonará, quando a sorte da Italia ainda está incerta, o posto em que defende unidos o pon-

tificado, a independencia italiana e a sua propria influencia.

De um alfarrabio manuscripto de 1640, copiámos esta poesia feita á feliz aclamação de el-rei D. João IV.

No grande anno fatal décimo oitavo
Do Pontifice Summo, oitavo Urbano,
Imperando Fernando em Allemanha,
E reinando em França Luduvico, o bravo;
Tendo Amurate o grão sceptro Othomano,
Governando Philippe a nobre Hespanha,
Ó maravilha estranha!
Em João foi confirmada
A palayra divina;
Em João, successor de Catharina,
Phenix real a quem foi usurpada
A corôa Lusitana,
Que da cabeça já cahiu tyranna.

Ao primeiro Affonso o rei supremo
Prometteu de attentar com piedade
Quando o reino estivesse attenuado:
Chegou de desventuras ao extremo
Portugal, e se viu na ferrea edade
De todos por defuncto já chorado;
Mas o Senhor lembrado
Com amor piedoso
Nos dá Principe Augusto,
João, rei portuguez, prudente, justo.
O seculo dourado mais ditoso
Com tal rei se renova,
E torna Portugal á edade nova.
Raros signaes, prodigios milagrosos,
Ó grande rei, nos mostram claramente
Que dom sois da Divina Providencia!
No dia em que aclamamos venturosos
O vosso doce nome, de repente
Reinou amor e cessou a resistencia.

A profunda sciencia
Do Apóstolo bradava:
Já é chegada á hora
De levantar irmãos, a vós sonora;
A piedosa igreja então cantava:
Ao rei esperado
O caminho lhe tende preparado.
Primeiro que o Messias se mostrasse,
No mundo se acabou toda a maldade:
Para entrar a ditosa Monarchia,
Antes que o vosso nome se acclamasse,
Cahiu Lucifer de nossa edade,
Acabou a suberba e tyrannia!
Já toda a prophecia
Vemos em vós comprida.
Sois, ó João, mandado
Por Deus a Portugal, o desejado.
Foi principe da paz, rei da concordia
O Senhor que nos deu a lei da graça,
Ao mundo trazendo a mór bonança:
Ao vosso nome, ó rei, toda a discordia
Cessou, não ha perigo nem desgraça,
Cresce o amor, esquece-se a vingança!

Ó unica esperanza
Da portugueza gente,
Que, em vontades unidas
Offrece a vossos pés, bens, honras, vidas.
Reinae, Senhor, vivei eternamente;
E, atemorizado,
O mundo tema a um rei pelo ceu dado,
O qual a estrella mostrou ao Deos menino.
Tal o sol para o Austro remontando
No venturoso tempo vós mostrava.
Mas outro confirmou, sol mais divino,
O poderoso braço despregando,
Que de Christo piedoso a mão nos dava,
Quando vos acclamava
O grande sacerdote,
O Rodrigo zeloso
Auctor d'este successo milagroso,

Seguiam versos que nenhum sentido nos faziam, porisso os omittimos.

Para que o mundo todo advirta é note
Que, Portugal se ganha
Por um Rodrigo, nome infausto á Hespanha;

(Continúa)

Patria!

Não quero, patria perder-te,
Porqu'és livre como o ar,
Hei-de sempre defender-te
Se portuguez respirar.
Da liberdade és rainha,
O sangue das minhas veias
Darei por ti, patria minha!

'Neste peito encanecido
Pulsa luso coração!
A pró ti hei combatido
E não combati em vão.
Reguei de meu sangue, a terra;
Pela cara liberdade
Pelejei em crua guerra!

Hoje podem inda meus pulsos
Duas armas empunhar;
Mas são fracos, são convulsos
Para grilhões supportar,
Pela patria tão querida
Quero morrer pelejando
Qu'è só d'ella a minha vida!

É d'ella sim, que sou luso,
Porque nasci portuguez;
Não quero dominio intruso
Nem hespanhol, nem francez!
Portugal! só quero a tí,
Quero patria portugueza,
Quero a terra onde nasci.

Quero vêr, illeso inteiro,
O meu velho Portugal!
Cubra sempre este guerreiro
Dourado manto real.
Qu'essas hostes estrangeiras
Em vão tentam derrubar
As quinas d'estas bandeiras.

Este voto, meu, tão forte,
É o voto da nação;
Prefere cruenta morte
Aos grilhões da escravidão.
Antes a febre amarella!
Antes fome, peste e guerra!
Qu'as algemas de Castella.

Lagos, setembro de 1861.
A. Butler.

PASMATORIO

As aguadeiras — São geraes as queixas contra a falta de agua na fonte da Sê Velha. As aguadeiras dizem que para encher um cantaro, é mistér perder uma manhan. Pedimos á camara municipal se digne attender a uma das primeiras necessidades públicas, providenciando para que cessem as queixas que nos têm sido feitas.

Guarda — Lembrámos á direcção do novo theatro de S. Christovão, que prestaria um relevante serviço á humanidade se nomeasse guarda do mesmo theatro, o marido da actriz, Maria de Linhares. Crêmos que a escolha seria acertada, visto que tem de ser provido aquelle logar.

Publicação agricola — O sr. Manuel Adelinio de Figueiredo, bacharel formado em philosophia pela universidade de Coimbra, publicou um util e excellentes livro, que se in-

titula — *Estudos de Agricultura*. Sabemos por pessoa aliás respeitável e competente, que é uma obra do maior merecimento, e que muito honra o seu illustre auctor.

O sr. Manuel Adelino torna-se, pois, crêdor dos mais bem tecidos encomios pelo serviço relevante que, com aquella publicação, acaba de prestar á agricultura, principalmente numa epocha em que bem pouco, ou nada se cuida, em cousas de geral utilidade.

Quando na frente de um livro se encontra um nome tão respeitável, como o do sr. Manuel Adelino de Figueiredo, torna-se desnecessaria qualquer recommendação.

Os *Estudos de Agricultura* vendem-se em todas as lojas de livros de Coimbra.

Theatro de S. Christovão — Continuam com grande actividade as obras do novo theatro, que, com aquella denominação, se anda construindo na antiga igreja do mesmo nome.

A plateia, assim como parte dos camarotes, acha-se já concluída: o tecto está pintado, e o panno de bocca não tardará a concluir-se. A construção do palco deu-se agora principio. Estamos convencidos que no fim d'este mez já alli se podem fazer os ensaios, pois que antes d'isso, segundo nos dizem, serão no antigo theatro da Sé Velha.

O que notámos, porém, nas obras do novo theatro, é a falta de operarios; e supomos que, sendo estes em maior numero, tanto de pedreiro, como de carapinteiro, em trinta dias estaria, com pouca differença, prompto para se abrir ao publico.

No nosso n.º 5, poderemos dizer com melhores fundamentos, se sim ou não, a primeira recita terá logar no dia 1.º de dezembro. Afirmar agora uma ou outra cousa seria um absurdo.

Lembrança — Mandando ultimamente a camara municipal d'esta cidade conduzir caradas de entulho para altear a rua do Carmo lembrámos-lhe a conveniencia de tambem ordenar que em seguida seja calçada, para evitar, o que já por duas vezes aconteceu, que a força da agua que alli passa, quando chove, leve o entulho adiante de si, ficando não só perdido o trabalho, como o dinheiro que se dispendeu com aquellas obras.

Parochia — Pessoa que nos merece todo o crédito, nos diz que a parochia de S.ª Clara se acha num estado deploravel. O pastor de aquelle rebanho não cumpre com os sagrados deveres que lhe confiaram; consta mesmo que nem presta o devido respeito ao culto divino. Chamámos, pois, a attenção do s. ex.º o sr. Bispo Conde, a fim de que melhore a condição d'aquelles parochianos, dando-lhes um parochio digno da elevada missão de que fôr encarregado. Voltaremos ao assumpto.

Regresso — Finalmente que quasi todas as familias que se achavam na Figueira a uso de banhos e arez do mar, têm deixado aquella villa, e regressado a suas localidades. A Figueira, segundo nos dizem, acha-se quasi deserta de banhistas.

Melhoras — O nosso amigo, o sr. José Pereira Junior, que ha alguns mezes tem estado bastante doente, vae experimentando consideraveis melhoras. Fazemos votos pelo seu completo restabelecimento; o que de certo será grande satisfação para os seus numerosos amigos.

Novo jornal — Publicou-se o 1.º numero do *Gremio Alemtejano*, jornal redigido por alguns academicos. É mais um campeão que entra na arena da imprensa. Que a sua vida seja prolongada, é o que mais desejámos.

Gabinete do Instituto — Dizem que o guarda do gabinete do Instituto não cumpre com os seus deveres, e que está bem longe de desempenhar aquelle cargo como deve. Contam-se-

nos factos altamente vergonhosos, praticados por aquelle guarda, que não podemos deixar de rogar á illustre direcção, que proceda a uma syndicancia, a fim de ser melhor esclarecida, e deliberar como julgar mais conveniente.

Providencias — Pedimol-as á respectiva auctoridade, a fim de evitar que na rua da Sophia se conservem os indecentes carrões, que alli fazem estação, e descarregam as encomendas que conduzem de Lisboa e Porto para esta cidade.

Custa a acreditar que em Coimbra se consintam semelhantes abusos, mas é uma verdade. Podia escolher-se outro local, e desterrar da Sophia aquella immundicie, que causa nojo além de muitas vezes interromper o trânsito. Oxalá que não tenhamos de voltar ao assumpto.

Satisfação — Como houvessemos deliberado mudar o titulo do nosso jornal, depois de o termos anunciado com o de *Cysne do Mondego*, entendemos que o nosso dever é pedir desculpa aos srs. assignantes por não havermos consultado a opinião de cada um.

Pedido — Aos nossos collegas, a quem enviámos o 1.º numero, pediamos o obsequio de se dignarem fazer troca com o nosso jornal, enviando-nos, francas de porte, as suas acreditadas folhas. E agradeçemos áquellas redacções que nos têm feito a remessa.

Outro — Rogámos por muito favor aos srs. assignantes se dignem obsequiar-nos, promovendo outras assignaturas pelos seus amigos. É uma fineza que para nós será de grata recordação.

Agradecimento — Não podemos deixar de nos confessar summamente agradecidos áquellas pessoas que se têm dignado auxiliar-nos nesta honrosa e difficil tarefa. A todas protestamos eterna gratidão e verdadeira estima.

1.º de Dezembro — Já foi publicado o manifesto e a circular da commissão central de Lisboa, nomeada para solemnizar o 1.º de dezembro. Em Coimbra, porém, não nos consta que até hoje se tenha dado um só passo a semelhante respeito. Parece incrível que, sendo a commissão central nomeada com o maior entusiasmo, o resultado seja zero! Illustres membros da commissão, já é tempo de despertar.

Portugal e Hespanha — Com este titulo publicou o *Contemporaneo*, de Madrid, um bem elaborado artigo, que hoje começamos a reproduzir no lugar competente d'esta folha.

Será verdade? — Um jornal de Pernambuco dá a noticia d'um terremoto, que destruiu a cidade de Campos, na provincia do Rio de Janeiro, fazendo consideravel numero de victimas. A semelhante noticia, que bastante horrorosa, damos *quarentena*, porque não nos consta que as correspondencias d'aquelle imperio, vindas no ultimo paquete, digam cousa alguma a tal respeito. Deus permitta que tão horrivel noticia seja completamente falsa.

Irmans da caridade — Parece que no dia 26 de setembro ultimo passaram em Elyas, com direcção a Lisboa, duas irmans da caridade do reino vizinho. Esta remessa que de Hespanha nos fazem tem mais que se lhe diga; pois é sabido que em nenhum outro paiz é tão cego e violento o fanatismo. Venha pois, mais esse presente.

Vindimas — Na Bairrada já se acham terminadas. A colheita geralmente foi maior do que se esperava. O mesmo aconteceu em Vizeu. O vinho d'esta novidade é reputado de qualidade, como ha muitos annos não tem havido.

A França em Roma — A *Patrie* publica, com aquelle titulo, o artigo que hoje reproduzimos, e para o qual chamámos a attenção de nossos leitores.

Noticias do Brazil — Acaba de installar-se no Rio de Janeiro uma nova associação, que se denominará — *Portuguesa Primeiro de Dezembro*, cujo fim é commemorar o anniversario da independencia de Portugal em 1640. Os instituidores d'esta patriótica sociedade, parece que têm na intenção promover, entre os nossos irmãos, residentes naquelle imperio uma subscrição, a fim de, com o seu producto, mandar construir uma fragata de guerra e offerecel-a a sua magestade el-rei o sr. D. Pedro v, para d'este modo solemnizarem dignamente o grande facto da nossa independencia. Os nossos irmãos d'além mar não podiam ter um pensamento mais grandioso, nem mais digno, para testemunhar á Europa quanto está arreigada em todos os portuguezes, mesmo nos que vivem anseantes da patria, o amor á independencia e liberdade de Portugal.

Leiam e admirem — Em Hespanha foi ultimamente recolhido o jornal, a *Discussion*; o *Contemporaneo* foi multado em 30:000 reales (1:380\$000 réis), desistindo este jornal do recurso que havia intentado, porque o tribunal superior resolveu, ha pouco tempo, uma causa analoga contra a *Iberia*.

Se por ventura em Portugal ha alguns *liberaes* partidarios da união-iberica, revejam-se naquelle espelho, e lancem as suas barbas de mólho, visto que as dos vizinhos já começaram a arder. Tomem, porém, cautella, não se descubram aos seus patricios.

Marcha — A força do regimento 9, estacionado nesta cidade, foi rendido por outra do 14, vinda de Vizeu. Aquelle destacamento marcha para Lamego, reunir-se ao corpo. Durante a sua estada aqui, foi sempre observada a mais rigorosa disciplina, devida ao incansavel zelo dos dignos commandantes.

Sahida — Em virtude de marchar para Lamego a força do 9 de infantaria, sae tambem o nosso amigo o ill.º sr. tenente, João Rodrigues.

Este illustre cavalleiro deixa em Coimbra a mais viva saudade, e inconsolaveis os seus numerosos amigos, que á porfia se esmeram em lhe tributar respeito e homenagem.

O Bejense — Este jornal, que havia suspenso a sua publicação, acaba de reaparecer, contendo materias de bastante interesse e utilidade. É proprietario e responsavel o sr. Antonio Ignacio de Sousa Porto.

Que fartura! — Dizem que no concelho de Elyas, a colheita do vinho foi tão extraordinaria, que chegou a não haver vasilhas para o recolher. Os amigos de deus Baccho, lá de aquelles sitios, ficam saltando de contentes.

E que tal? — Na occasião em que em Logroño (Hespanha) se estavam correndo touros, desabou a praça, que deu em resultado 200 pessoas mortas e feridas.

Parte telegraphica — Consta que o sr. Arcebispo de Gôa recebeu uma parte telegraphica, convidando-o a ir tomar posse do governo da sua diocese.

Reunião

Teve logar no dia 10 do corrente nos paços do concelho, uma reunião a que concorreram alguns membros das commissões encarregadas dos festejos do 1.º de dezembro. Foram nomeados os srs. dr. Antonio dos Sanctos Pereira Jardim, Olympio Nicolau Ruy Fernandes e Ignacio Rodrigues da Costa Duarte para redigirem o projecto de programma para aquelles festejos. E pela falta de numero, resolveu-se que no domingo 20 do corrente, se celebrasse nova reunião, não só da commissão central, como das filiaes. É por tanto de esperar que os respectivos membros não deixem de concorrer.

PORTUGAL INDEPENDENTE

JORNAL ANTI-IBERICO, LITTERARIO E NOTICIOSO

DEDICADO A S. M. EL-REI O SR. D. PEDRO V

E AOS PORTUGUEZES RESIDENTES NO PAIZ E NO BRAZIL

REDACTOR — Augusto José Gonsalves Fino

PUBLICA-SE AOS SABADOS

Assigna-se e paga-se este jornal: em Coimbra, na Imprensa da Universidade; nas Provincias, em casa dos Srs. Directores de Correios; no Brazil, em casa do Sr. José Julio Lopes Gonsalves, Rio de Ostras. Preços por trimestre: em Coimbra 400 réis; nas Provincias 460 réis; no Brazil (moeda forte) 700 réis; — número avulso 100 réis. — Toda a correspondencia, franca de porte, será dirigida ao Redactor do *Portugal Independente*, Coimbra. — Escriptos não publicados, não serão restituídos.

EXPEDIENTE

Os srs. Assignantes das provincias muito nos obsequiam se desde já satisfizerem a importancia do primeiro trimestre, podendo entregal-a ao sr. director do correio da localidade; ou remetel-a á redacção por meio de valles ou estampilhas. A publicação no jornal do nome do sr. assignante da provincia que pagar, servirá de recibo.

E aos srs. directores de correios de novo rogamos o seu valioso auxilio.

Em Coimbra é feita a cobrança pelo sr. Antonio Porto, entregador do jornal.

Se porventura nos achassemos em melhores circumstancias, não começariamos já a fazer aquelle pedido.

BARRA DA FIGUEIRA

Um importante assumpto, está prendendo actualmente a attenção pública, e apesar de nossas debéis forças, alguma cousa tambem diremos hoje a tal respeito.

É da barra e melhoramento do porto da Figueira da Fóz, que nos vamos occupar por alguns momentos.

Ha muitos annos que costumamos visitar a villa da Figueira, porque a nossa deteriorada saúde a isso nos obriga, e temos mui presente na memoria, que, anteriormente á execução d'essa desastrada e inconvenientissima obra, executada pela empresa — Damasia — o Mondego era navegavel até á sua Foz, quer em praia-mar, quer em baixa-mar, e por fórma tal que, desde Villa-Verde até ao caes da Figueira, raro era acharem os barqueiros fundo, para firmarem as varas, com que davam direcção aos barcos; e a barra existia e existiu sempre juncto ao Forte, não só pelo espaço de vinte, quarenta ou mais annos, mas durante seculos; e se não com toda a profundidade natural, ordinariamente com aquella que exigiam as pequenas embarcações que demandavam aquelle porto; e se algumas marés a obstruíam, outras a desobstruíam, de maneira que com doze, dezeseis, vinte ou vinte cinco palmos de profundidade, a barra foi permanente sempre no mesmo local, e o porto e rio esteve constantemente limpo de areias, dando fundeadouro a todas as embarcações, mesmo a algumas de lote superior. Além d'isso existia o bello ancoradouro do cabedello, onde, com toda a segurança, se abrigavam os navios dos temporaes; e factos são estes que ninguem nega e nem os apologistas das novas obras ou do respectivo director podem negar.

Pretendeu-se melhorar a barra, e projectaram-se diversas obras, com o fim de a con-

servar constantemente com toda a sua profundidade, pondo termo ao capricho das mares, que de vez em quando lh'a diminuiam.

Taes desejos eram louvaveis, porque d'esse melhoramento permanente, deviam resultar grandes vantagens para a Figueira, para Coimbra e para toda a Beira; e com o sacrificio de um imposto que se estabeleceu sobre todos os generos trazidos ao porto, e a que o commercio d'aquella villa e d'esta cidade, gostosa e voluntariamente se offereceu, contractaram-se as obras que foram julgadas indispensaveis para se obter aquelle melhoramento; e (só depois de reunidos alguns mil cruzados na Alfandega, que a empresa recebeu), com o producto do imposto, construiu-se o decantado tapume ou molhe, no sitio do pontão e a que muitos dão este nome, que não é mais do que uma parede ou muralha de estacas e pedra solta, que custou muitos e muitos contos de réis, porque a empresa os recebeu. E qual foi o resultado d'esses sacrificios que fez o commercio? Elle ahí tem estado bem patente: — foi o entulhamento e perda completa do porto e da barra, o desapparecimento d'esta do seu antigo local, e a sua abertura ao sul do cabedello, que ameaçava a destruição dos ferreiros terrenos de Lavos, e até mesmo d'esta povoação!!

Concluida tal obra, facil foi prever esse mesmo resultado, porque apenas foram separadas do Mondego as correntes das aguas dos rios de Lavos e Soure, e diminuida a força d'ellas, que encontradas todas ou involvidas com as dos marés tinham conservado a barra no antigo local, logo appareceram indicios d'entulhamento do porto, porque a corrente do Mondego por si só, não era sufficiente para arrojear as areias para o mar; mas longe de se emendar sem demora o erro commettido, como convinha, nem a empresa curou de o fazer, não obstante ter-se compromettido a conservar sempre limpos o porto e a barra, de maneira que um e outro dessem facil accesso a todas as embarcações que os demandassem, nem o governo, apesar de repetidas representações a obrigar ás obras necessarias, para que ella cumprisse as condições a que se sujeitára; e nem admira, porque ordinariamente os governos só são fortes com os fracos, aos poderosos curvam a cabeça...

Só um homem foi capaz de cortar o nó que por muitos annos prendera os seus antecessores, a esse homem ha de sempre a Figueira, Coimbra e todo o seu districto, agradecidos, tributar toda a consideração, e pronunciar seu nome com respeito: foi o ex.^{mo} Sr. Carlos Bento da Silva, quando ministro das obras publicas, que fez rescindir o ruinoso contracto e ordenou as obras necessarias, de que foi encarregado o engenheiro Francisco Maria Pereira da Silva.

Levadas as cousas ao estado a que haviam chegado, forçoso foi emprehender obras de

grande vulto, e ellas ahí estão realisadas, senão com todo o proveito que se esperava e era para desejar, ao menos com a vantagem de trazer a barra para o seu antigo local.

Mas que na execução d'essas obras tem havido muito desperdicio e muita miseria, está isso levado á evidencia, porque o sr. Silva ainda não se justificou das fortes e repetidas accusações que lhe tem sido feitas pela Imprensa, e ainda ultimamente em uma correspondencia publicada no *Jornal do Commercio* n.º 2398, de 1 do corrente mez; e sobre cujos factos cumpre ao governo mandar investigar immediatamente; mas em nenhuma d'essas accusações vimos ainda exigir do sr. Silva explicações em quanto a uma contradicção em que este sr. se acha, combinado o seu procedimento como engenheiro, com o parecer que appresenta no seu relatorio dirigido ao governo, e publicado no *Commercio de Coimbra*.

Apesar de não possuirmos conhecimentos hydraulicos, folgamos de ver o sr. Silva a nosso lado, confirmando o juizo que haviamos feito ha muito, do tal desastrado pontão que, como s. s.^a, temos como a primaria e unica causa do miseravel estado a que chegou o porto e a barra da Figueira, porque no n.º 4 da 2.^a parte do seu relatorio diz elle: «Deve-se ao tapume, feito em 1843, no sitio chamado do pontão, o estado de ruina (N. B.) a que chegou este porto antes de principiarem as obras actuaes, etc. A abertura do canal para communicar o rio de Lavos com a parte superior do Mondego, como antigamente tinha logar, é uma das principaes obras presentemente a executar, para restabelecer, como convém, o jogo das marés em toda esta bacia salgada, e dar-lhe uma acção mais energica, principalmente no rio de Lavos, onde se perdeu o grande fundo e vantajoso receptaculo das aguas que d'antes alli se encontravam.»

Portanto, acha-se demonstrado não só pelas razões que acima apresentamos, mas pela propria confissão do engenheiro, que ao tapume feito em 1843 se deve o estado de ruina a que chegou o porto e a barra da Figueira, e por isso seja-nos licito dirigir neste logar uma pergunta ao sr. Silva: se a causa de todo o mal era e é ainda hoje a existencia do tapume, e durando as obras, de que s. s.^a está encarregado, ha já mais de quatro annos, qual é a razão porque não se occupou s. s.^a de empregar desde logo os meios necessarios para destruir esse tapume completamente? Pois tirada a causa não cessa logo o effeito? Nos poderiamos dizer, e sem errar, a razão porque se não tem levado a effeito essa obra, mas aqui a omitteremos agora.

Permitta-nos porém o sr. Silva e as pessoas entendidas, que apresentemos aqui uma opinião, embora seja taxada de heretica, e é, que a destruição do tapume, era a obra que no plano geral, devia ter tido o primeiro logar:

que feita ella, muito teriam diminuido as difficuldades que houve a vencer, para tapar a barra aberta ao sul, por que assim se tinham evitado tão enormes despesas á nação, e o sr. Silva não teria sido alvo de tantas accusações e suspeitas, a que, com a procrastinação das obras, tem dado logar; e não sabemos como s. s.ª possa defender-se e justificar-se da falta do desmancho do tapume, que elle reputa a causa principal e unica dos males, que existem, ao passo que ha um anno está gastando grossas sommas com o embellezamento da villa da Figueira propriamente dicto, e com obras totalmente alheias ás do *melhoramento do porto e barra*, unicas de que se acha encarregado; tornando-se por essa fórma um cego instrumento do sr. presidente da camara, que, segundo consta, não cessa de o comprometter com as suas exigencias, a que s. s.ª se presta com tanta facilidade. O sr. Silva já teve tempo de mais para conhecer essas poucas pessoas com quem vive em intimidade e que o hão de arruinar; e tambem para conhecer aquellas que tem abandonado, mas que melhor lhe iria, se não taxasse de absurdos os conselhos sinceros e francos, que essas lhe têm dado, como s. s.ª fez.

Se o sr. Silva tracta em boa fé, como acreditamos, os negocios importantes de que se acha encarregado, desprenda-se de mesquinhas e inuteis considerações,—abandone esse fausto com que tem dirigido as obras,—deixe-se d'estar a organisar esquadras navaes, que para nada prestam,—e limite-se ao pessoal e material restrictamente indispensavel para levar a cabo as obras necessarias para se conseguir o fim desejado; e não esteja creando diariamente edificios e nichos que causam graves apprehensões e dão todos os indicios de que as obras da barra nunca hão-de ter fim, e que será por tanto duradouro esse cancro que vae minando as definhadas forças do thesouro-público.

Ao governo compete fazer entrar o sr. Silva nos seus deveres, e confiámos que o fará quanto convém e é indispensavel, para que por uma vez desapareçam essas graves apprehensões; tornando o ingenheiro, qualquer que elle seja, responsavel por todos os desperdicios que possa commetter, e auctorizando-o sómente á execução das obras que por uma commissão competente, forem julgadas as precisas para o melhoramento do porto e barra, e nada mais.

Se a Figueira carece de melhoramentos, a camara municipal, mais zelosa no desempenho da missão que lhe foi confiada, que os verifique, porque para isso a lei lhe fornece os meios necessarios.

Hespanha e Portugal

(Continuado do n.º 2)

Na Italia, a litteratura e a lingua litteraria são as mesmas em todas as provincias. O Tasso não é uma gloria do reino de Napoles, mas de toda a Italia. Dante e Machiavel são italianos e não florentinos. Em Portugal, ao contrario, nasce, cresce e desinvolve-se, e se aparta cada vez mais da nossa, uma litteratura nacional propria e exclusiva d'aquelle povo. No principio os nossos trovadores, os nossos primeiros poetas escreveram em portuguez, como Masias e o rei sabio. Os trovadores portuguezes compraziam-se de escrever em castelhano. O castelhano e o portuguez não pareciam dois idiomas diversos, mas duas fórmas, dois modos do mesmo idioma. Na côrte magnifica de el-rei D. Manoel, resôa em verso e em prosa a lingua de Castella. O Cancioneiro de Resende abunda em verso castelhano. A musa dramatica portugueza ensaia-se auspiciosamente nos autos de Gil Vi-

cente, muitos d'elles em portuguez, mesclados e confundidos. O primeiro poeta lyrico portuguez, o justamente célebre Sá de Miranda escreve uma parte das suas obras na nossa lingua; o Camões nisto o imita e o segue. Todavia, apesar de Aljubarrota, e o que é mais, apesar de Vasco da Gama, do infante D. Henrique, do grande Albuquerque, isto é, apesar da magnifica epopeia da historia de Portugal no seculo xv, epopeia que não só faz de Portugal uma nação, mas uma nação gloriosissima, importantissima, e com uma grande missão providencial no mundo, Portugal considerava-se parte da Hespanha.

Hespanha era uma cabeça da europa toda; Portugal, porém era cume da cabeça, isto é, parte d'ella, como diz o poeta, a quem os portuguezes chamam o — príncipe dos poetas hespanhoes.—A conquista feita pela corrupção e pela violencia sobre um inimigo prostrado, e a perversa dominação e ainda peor administração dos Philippes, vieram aniquillar ou retardar a verdadeira união de ambos os povos, que já se ia formando. A revolução de 1640 acabou de romper os amigaveis laços que nos uniam.

Que portuguez, sem ser tido como mau portuguez, ousaria desde então, ha poucos annos, fallar da união iberica?

Na Italia pelo contrario em todos os tempos, em todas as provincias e estados, têm almejado, têm defendido, têm aconselhado a unidade os homens mais patriotas e os mais afamados pelo seu amor á terra natal, por a haverem sublimado.—Dante, Petrarca, Machiavel, Manzoni, Leopardi, Tosti, Botta, todos os homens eminentes de aquella peninsula, se mostram partidarios da sua unidade, e não reconhecem nella senão uma só nacionalidade.

Alli, cada dia se têm unido mais; aqui nos temos ido separando. Alli, a mesma litteratura e o mesmo idioma; alli, communs as glorias alcançadas e as affrontas recebidas. Os que exaltam a Italia, chamam a toda ella a patria das artes, mestra das gentes, terra dos grandes poetas e dos grandes capitães; e os que a deslustravam, quando era abatida e escrava lançavam a injúria e o vilipendio sobre toda ella, sem exceptuar uma unica provincia, ou dizendo, se faziam excepção, que aquella provincia não era Italia. Entre Hespanha e Portugal nunca existiu semelhante solidariedade, mórmente na desgraça. Seremos demasiado orgulhosos para aceitar como nossas as faltas dos nossos irmãos. Sel-o-hemos tambem ainda que não tanto, para ter como nossas, as suas glorias.

De todos os modos a união iberica, embora difficilima, embora seja um formoso sonho, não se póde affirmar que seja completamente impossivel e menos que venha a ser desdouro para uma das duas nações se estas lograrem unir-se com a Inglaterra e a Escocia, e não como a Inglaterra, e a Irlanda, a Austria e a Hungria, a Polonia e a Russia.

Partidarios, em certo modo, d'essa futura união, mas ao menos completa e íntima, d'essa união feita com mútuo consentimento e beneplacito e para bem de ambos os povos; d'essa união que ha de vir a lograr-se, é mistér preparar-a mui de antemão e com singular prudencia, d'essa união têm sido, e porventura continuam a ser partidarios muitos dos homens mais illustres que hoje honram a Portugal, muitos dos que mais o amam, veneram e adoram a sua gloria, e do mesmo modo, não poucos hespanhoes, que não querem a Portugal para arredondar territorio, mas para que, unidos dous povos tão generosos e grandes, volvam, porventura, a ser, nos seculos futuros, o que foram nos passados — a cabeça da europa toda.

Se algum hespanhol sonhou com a difficilima união de Portugal e Hespanha, como realisavel actualmente, e tem o desvario de menospresar Portugal, e o mau gôsto e o pouco tacto de o dizer, não é isso culpa de toda a nação hespanhola, a qual pensa e sente a respeito de Portugal de maneira mui diversa.

Não cremos que nenhum patriota portuguez, ainda negando absolutamente e para sempre, até a possibilidade da união iberica, se tenha offendido com o iberismo de D. Sinibaldo de Mas, de Castellar e de tantos outros, cuja boa fé, cujo amor e cujo entusiasmo, se não os lisongeára, devêra satisfazel-os.

Se depois, segundo ouvimos dizer, appareceu um escriptor animado de outros sentimentos pouco favoraveis a Portugal, e pedindo ou desejando em nome d'esses sentimentos a união d'aquella monarchia á Hespanha, bem podem acreditar os portuguezes que esse escriptor não é órgão fiel e legitimo da opinião pública da Hespanha.

Ainda não lemos o folheto a que alludimos; sabemos, porém, pelos jornaes d'aquelle paiz, que produziu em Portugal um desgosto muito grande, e isto nos leva a examinal-o com imparcialidade, acudindo pela dignidade da nação portugueza se no dicto folheto foi injuriada, e reprovando essa união immediata, obrigada ou pouco decorosa para Portugal que o folhetinista deseja, se não em nome de uma união futura, espontanea e honrosa para todos, em nome da egualdade e do fraternal affecto e da estreita alliança, que devêra haver entre as duas egregias nações d'esta peninsula.

(Continúa)

De um alfarrabio manuscripto de 1640, copiamos esta poesia feita á feliz acclamação de el-rei D. João iv.

(Continuado do número 2)

No dia ao grão Saturno dedicado,
Planeta que o assento tem mais alto,
Foi vossa acclamação e juramento;
Promette este planeta que exalçado
Vosso imperio será, e nunca falto
De alta gloria, que suba ao firmamento:
Mas se melhor attento,
Estrella mais ditosa
Do dia era senhora,
A virgem, que é do Eterno ceu, Aurora;
Que pésa a lua mais que o ceu formosa
A divina Maria,
Por quem sabado é claro e fausto dia.
Já se póde chamar perda ditosa
A que o reino chorou em longo pranto,
Cheio de mágua, falto de esperança,
Pois, perdendo, ganhou o bem que gosa
Portugal, que trocou em doce canto
Os suspiros, e os males em bonança.
Milagrosa mudança!
Recuperado vemos
O sceptro já perdido!
Alegre o triste, o debil atrevido
Do contento e amor são tudo extremos:
Já tudo reverdece!
A noite dia, a terra ceu parece,
Quaes vos podia dar Palas ou Marte,
Em que, fama, ganhaes altas empresas
Se em um ponto vos deu tudo a ventura,
Reinaes Senhor em a mais nobre parte;
Vencidas as vontades portuguezas
Que unidas estão na fé mais pura:
Á vista d'esta, escura
Fica já qualquer gloria:
Já pouca fama ganha
O nome de João vencendo a Hespanha,
Pois que publica gloriosa historia,

E sabe todo o mundo
Que a venceu o primeiro e o segundo.
Na Asia vos adora a India rica
Com tributos de aromas, e diamantes:
Africa vos presenta o fino ouro:
A America, que além do Equador fica,
O assucar; e a Europa os abundantes
Campos, que regam o Tejo, o Minho e o Douro:
Já o adusto mouro
O Turco, o Persa altivo
O forte Moscovita
O Tartaro, que o Caspio mar habita,
O guerreiro Hollandez, o Chim lascivo
Teme, e admira ver Rei tão amado.
Canção d'um pobre ingenho, parco, inculto,
Falto d'aquelle estylo, que esta idade
Agongorado diz, critico, e culto
Não desfaleças, antes vaidade
Cobra, que ainda ha ingenhos
Que applaudidos empenhos
Sollicitam zombando;
Venera pois ao Rei, que vaes cantando.

O *Jornal do Commercio*, do Porto, publica o seguinte artigo:

Casamento de El-Rei

Dos enlaces matrimoniaes dos monarchas não está dependente o destino dos povos; mas é certo que ainda influem nas relações dos estados entre si.

O sentimento monarchico está profundamente arreigado na europa; é como um dogma politico que todos os povos respeitam e consideram essencial para a manutenção da sociedade.

Os reis já não o são por direito divino, são-n'o por direito popular — já não são os senhores das fazendas e das vidas dos seus vassallos, mas os primeiros cidadãos, os primeiros funcionarios do estado. Apesar porém do throno se erguer no meio de instituições mais ou menos democraticas, ainda está cercado de uma aureola que lhe dá o prestigio da realza e a fé politica.

Sem embargo, pois, das convulsões sociaes que agitam a europa; sem embargo de já hoje se conhecer quão fragil é a base em que assentam os thronos, os monarchas e as dynastias nas suas relações de familia exercem uma influencia, se não directa, pelo menos indirecta nas relações dos povos.

A boa harmonia entre dous gabinetes funda-se muitas vezes nas sympathias pessoaes dos monarchas, e quantas vezes, contrariamente, não se accendem cruas guerras entre dois povos, cuja causa remota, são as antipathias dos soberanos respectivos, ou os seus agravos pessoaes? E essas antipathias, e esses agravos escondem-se por detrás de motivos adrede procurados para um rompimento fatal. E, se as coisas não chegam a tanto extremo, o que acontece é, o estado mais poderoso contrariar e até vexar o mais fraco, cujo soberano incorreu na inimidade do outro mais forte; contrariar-o nas suas alianças, abusar da força para o compellir a actos indignos, influir na sua politica, conforme a propria vontade, e não em harmonia com os interesses d'este estado.

A sociedade está ainda sujeita aos caprichos e ás velleidades da realza, apesar das instituições com certo colorido democratico, apesar mesmo do voto universal, e de outras mentiras ou phantasmagorias politicas mais ou menos dissimuladas.

Por outro lado, o throno deve procurar

sempre popularisar-se; em todos os seus actos deve reflectir-se o vivissimo desejo de satisfazer os votos da maioria da nação. A propria vida intima dos monarchas está subordinada ás conveniencias do paiz; as suas proprias amizades devem ser reguladas pelo interesse publico. É esta a compensação dos privilegios que a nação confere á realza, e a garantia que o monarcha dá de que está votado ao paiz que lhe confiou a suprema direcção dos seus destinos.

Grande e sublime é o encargo de ser rei, mesmo constitucional, porque sempre o «rei fraco fará fraca a forte gente», porque elle é o fiel da balança que modera os impetos de uns, contém as demasias de outros; e collocado na esphera social mais superior, deve andar acima de todas as paixões que se resolvem no tempestuoso mar da governação do estado. E se elle é o moderador dos excessos, tambem deve ser a móla que dê impulso aos tibios e fortaleça os pusilâmines, que hesitam ante as difficuldades e os embaraços que tantas vezes fazem titubiar os seus conselheiros.

O rei póde muito, e póde ser um grande cidadão, quando tiver a consciencia dos seus deveres e a intelligencia e a decisão precisas para bem os cumprir; não póde nada, é um mau cidadão, quando se deixa dominar pelas facções, e é o chefe ou instrumento de corrilhos nefastos ao paiz.

Acceptámos a fórmula politica como ella está estabelecida, e queremos que d'ella emanem a maior somma de bens para o povo. Não é essa fórmula por certo a última expressão de perfectibilidade politica, mas será ainda por muito tempo a que predominará no mundo civilisado.

Se pois por uma parte os enlaces matrimoniaes dos monarchas influem nos destinos dos povos; se o rei deve sujeitar as suas sympathias pessoaes aos interesses publicos; se elle deve em tudo procurar ser agradável á maioria da nação; se, por outra parte, o rei deve estreitar as relações de amizade entre o estado que dirige e todos aquelles cuja politica, cuja forma de governo, cujas aspirações, cujos sentimentos mais se coadunam com a politica, com a forma de governo, com as aspirações e com os sentimentos do seu proprio estado, cumpre que o monarcha medite e pense maduramente antes de escolher a princesa que ha de com elle occupar o throno, e ser a sua companheira na prosperidade e na gloria, na desventura e no abatimento.

A imprensa de Portugal, até hoje tem deixado correr á revelia as negociações do casamento de el-rei, e das senhoras infantas. Não temos procedido como nos cumpria, porque esses factos não são apenas negocios da vida intima da familia real; o paiz interessa-se nelles por muitos motivos.

É certo que a dynastia da sr.^a D. Maria II, que Deus haja, é cara á grande maioria dos portuguezes, não só porque occupa o throno a trôco de penosissimos sacrificios sem embargo de lhe caber a herança real, por direito, senão tambem porque a memoria do chefe d'essa dynastia, o sr. D. Pedro IV, será sempre grata a este paiz, ao qual outhorgou a liberdade, que depois defendeu como rei, como soldado e como cidadão. Além d'isso, a sr.^a D. Maria II educou seus filhos, para serem como são, principes illustrados, e a sua casa foi, e é, exemplo de virtude.

Muitos são pois os motivos que tornam sympathica aos portuguezes a familia real, e designadamente a pessoa de el-rei o sr. D. Pedro V.

Ora, ultimamente começou a correr na imprensa estrangeira o boato de que anda em negociações o casamento de el-rei com a prin-

cesa Maria Pia, filha do rei de Italia, Victor Emmanuel, e esse boato logo veio a ser um desejo do paiz.

(Continúa)

Sr. Redactor do *Portugal Independente*:

A comissão central de Lisboa — 1.^o DE DEZEMBRO — commetteu-me o honroso encargo de seu correspondente 'nesta cidade. Enviou-me uma porção de circulares e programmas, para eu proceder á sua conveniente distribuição. A comissão central de Lisboa não quer de modo algum impôr as suas opiniões ás provincias; deseja, porém, insinuar alguns pontos, a fim de evitar complicações internacionaes, que poderiam ser promovidas por manifestações ruidosas, ou expansões inconvenientes.

A comissão deseja que a imprensa periodica se pronuncie no sentido do programma para que nas localidades, em que tenham de effectuar-se festejos populares, aquellas manifestações se harmonisem da melhor forma e com a dignidade, que reclamam os interesses do nosso paiz.

Esperando a cooperação efficaz de v., sou com verdadeira estima e consideração — De v. — *Olympio Nicolau Ruy Fernandes*. — Coimbra, 14 de outubro de 1861.

Circular

A comissão eleita em Lisboa para regular o modo porque se ha de celebrar 'nesta capital o anniversario do memorial dia 1 de dezembro de 1640, decidiu sem discrepancia, que as usuaves demonstrações de regosijo publico, os festejos ruidosos que promovem ajuntamentos, e excitam manifestações ás vezes imprudentes, não condiziam com a gravidade e sizuidez que deve ter a commemoração d'este anniversario nacional, tanto assim, que os proprios restauradores da nossa independencia, se limitaram a celebral-o e perpetual-o com a solemnidade religiosa d'acção de graças ao supremo Arbitro do destino das nações; voto este que nos, como seus descendentes e catholicos, devemos cumprir, sollicitando que se observe em todas as parochias da monarchia.

Além d'este dever religioso, todos os testemunhos perennes da nossa gratidão, prestados á memoria dos libertadores do reino, serão bem cabidos 'nesse dia, excepto os ephemeros, que embora alegrem o animo, não deixam na memoria do povo a recordação permanente d'este grande feito de patriotismo, o mais audacioso de que ha memoria na historia universal.

Pelo que, resolveu a comissão:

1.^o — Que o «Te-Deum» instituido pelos restauradores da independencia de Portugal em 1640, a que ainda annualmente se canta na Sé de Lisboa, seja este anno celebrado com a maxima solemnidade.

2.^o — Que 'nesse dia, e na frente do palacio dos condes de Almada, onde se reuniram e conspiraram os auctores da gloriosa revolução de 1640, se levante um padrao em que se gravem e perpetuem os seus nomes, com a seguinte inscripção: AOS RESTAURADORES DE 1640 — A CIDADE DE LISBOA EM 1861.

3.^o — Que se publique, tambem 'nesse dia, um compendio da historia de tão patriótica e legitima revolução, para ser distribuido gratuitamente pelas escholhas publicas do reino, e generalisado pelo povo, com o intuito de lhe inflammam o amor e zelo da independencia nacional, cuja restauração e manutenção tanto custou a nossos avós.

4.^o — Que estas deliberações se communique ás commissões já instituidas, e ás que

se houverem de crear, a fim de que todas concorram para a unidade d'esta manifestação nacional.

Não cabendo no tempo que decorre até ao proximo dia 1 de dezembro, adoptar outros alvitres que foram propostos á commissão central, decidiu-se que ficassem reservados para opportunamente se lhes dar solução.

Lisboa 30 de setembro de 1861.

O Presidente, *Antonio Esteves de Carvalho*.
Os Secretarios, *João Ricardo Cordeiro, Junior*. — *Pedro Weneeslau de Brito Aranha*.

Manifesto

A commissão eleita pelos cidadãos lisboenses que se reuniram no historico palacio dos condes de Almada, para prescrever o modo por que na capital se hade dar maior solemnidade ao anniversario da revolução de 1640, que restituiu a Portugal os fóros de nação independente, de que fóra esbulhada por Philippe II de Castella em 1580, julgou conveniente, antes de tomar qualquer arbitrio, expôr aos seus eleitores e a todo o reino, a interpretação que dá ao mandato com que foi honrada, derivando essa interpretação, não só dos termos em que elle é concebido, mas tambem do pensamento que attribue ao povo portuguez, na commemoração solemne, que tanto em Lisboa como noutras terras do reino, deliberou fazer no dia primeiro de dezembro proximo.

O povo portuguez, seguro da sua existencia nacional, e conscio dos imprescriptiveis direitos em que ella assenta, sem ter esquecido as heroicas acções com que seus antepassados conquistaram e mantiveram a independencia da patria, havia quasi apagado, pelo seu character humano e pacifico, a recordação pública de cruentas pelejas, que foram mais um desengano, entre tantos que a historia accumula, de que a força e a ambição, por si sós, não lograram no mundo triumphos duradouros.

Depois que a Hespanha perdeu Portugal, por essa lei immutavel, que em diferentes periodos, mas com o mesmo rigor, tem posto por terra todos os senhorios creados sómente pela violencia, os dois povos das Peninsula, constituídos em nacionalidades separadas, têm corrido a mesma sorte, tanto nas contendas internas, como na grande lucta europeia, em que batalharam pelo mesmo principio, alcançando dos seus triumphos, não a sujeição de um ao outro, mas a independencia de ambos.

A França, com inteira abnegação, depoz no archivo das suas glorias militares o mappa das conquistas que fizera; e, convencida de que a sorte das armas fóra a sentença da razão e da justiça, nem hoje, que tão crescida está em poder, e tão voltada ás suas recordações guerreiras, se julga com direito aos dominios que perdeu, nem tão pouco se mostra propensa a empregar os seus exercitos para os reconquistar á face da Europa.

A Hespanha, seguindo este exemplo, não se humilha; antes fóra mais para lhe estranhar a ella o intento de avassallar Portugal, do que á França o designio de retomar os estados que outr'ora formaram o seu ephemero e revoltoso imperio.

A dominação estrangeira gera sempre rancões que se transmitem de geração a geração, e que só o decurso do tempo pôde apagar; sobretudo quando esse dominio pesou duramente sobre uma nação altiva e generosa.

Ha quasi tres seculos que nossos avós cahiram na servidão estranha. A Providencia

punia talvez com esse castigo uma epocha de lastimosa decadencia moral. Sessenta annos de oppressão reanimaram, pela dôr de cruéis padecimentos, as virtudes públicas esmorecidas, e os brios heroicos de um povo de soldados. A gente portugueza quebrou então o jugo, e combateu. Deus abençoou os seus esforços. Suppunham que Portugal se ia dissolvendo no tumulto; e elle, como Lazaro, ergueu-se á voz do Senhor!

A lucta foi longa, e ainda hoje, 'nesta terra da patria, que é sancta para nós, como esperamos que o seja para nossos netos, ha vestigios do que nos custou a independencia e a liberdade.

A geração que combateu, a geração que lavrou com sangue o seu testamento politico nos campos de batalha, ou nos muros rotos das povoações incendiadas, legou aos filhos uma herança de odio vingativo. Aquelles tempos não eram como estes nossos: e que o fôsem, se essa ruim paixão pôde ter desculpa, é quando se enraiza no coração do que é ou do que foi servo contra os seus oppressores.

Os annos volveram, a civilisação caminhou; a razão pública esclareceu-se: e d'esses rancões antigos não restava, entre o nosso povo, senão uma desconfiança que tinha a sua plena justificação na historia. O que fóra odio implacavel, e depois repugnancia tenaz, começou a converter-se, entre as classes mais cultas, numa sympathia propria de bons vizinhos, e digna de povos civilizados e christãos.

Infelizmente houve quem tomasse esta transformação, que não é mais que indicio de progresso e de brandura nos costumes, como symptoma de indiferença pela propria nacionalidade. Houve quem pensasse, que, segundo o exemplo do nosso velho alliado dos tempos heroicos, o guerreiro Aragão, cujo elmo de bronze, doirado pelo sol de cem batalhas, jaz cahido ao lado do leão de Castella, não nos repugnaria vêr enxerir as quinas a um canto do escudo hespanhol! Era um d'aquelles equívocos que fazem sorrir mudamente; mas 'neste caso a mudez interpretou-se como indiferença, talvez como approvação.

(Continúa)

PASMATORIO

Festividade — No domingo, 13 do corrente, teve logar na igreja de Sancta Justa, d'esta cidade, a festividade do Senhor Jesus dos Oleiros. Orou o sr. padre Luiz Antonio Torreira, da Pucariça, que bastante agradou. Houve de tarde arraial e arrematação de fogaças, e tocou a philarmonica Boa-União.

Temporal — Não é possível descrever o horror que causou o temporal que houve 'nesta cidade, no dia e noite de 16 do corrente. Eram tantos e tão repetidos os relampagos; tão medonha a trovoada; tão ameaçador o vento que soprava, e tão grossa a saraiva que cahiu, sendo alguma do tamanho de castanhas, que por toda a parte se ouviam gritos e súplicas ao Altissimo.

Grande número de vidros se quebraram, e muitas pedras volumosas se arrancaram das ruas, e foram com a enchente. Crêmos que os prejuizos são consideraveis.

Agradecimento — Constando-nos que o sr. Reis, vereador da camara, ordenára que fôsem multados os donos dos carrões permanentes na Sophia, não podemos deixar de agradecer a s. s.ª a attenção que se dignou prestar ao pedido, que, sobre aquelle assumpto, fizemos no nosso antecedente número. Continuâmos, pois, a rogar ao digno verrea-

dor, que prohiba que em similhante local se façam as cargas e descargas, obrigando os donos dos carrões a ter armazens onde se possa fazer aquelle serviço, para que o público não continue a ser encommoado.

Pergunta — Qual é a razão porque o n.º 2 do nosso jornal, foi, segundo nos consta, escondido pelo guarda do gabinete do Instituto ás pessoas que alli o tem procurado para o lêr? Pedimos providencias á illustre direcção.

Enthusiasmo — Já é grande o enthusiasmo entre o povo d'esta cidade para solemnizar com o maior esplendor, o anniversario da independencia de Portugal, no 1.º de dezembro.

Reunião — Terá logar amanhã, 20, nos paços do concelho, a já annunciada reunião da commissão central e das filiaes, encarregadas dos festejos do 1.º de dezembro. Crêmos que os respectivos membros não deixarão de concorrer.

Commercio de Coimbra — Os srs. Antonio Rodrigues Pinto e João Matheus dos Sanctos deixaram de fazer parte da empresa d'aquelle jornal.

Alexandre Herculano — O retrato d'este acreditado escriptor portuguez vae ser remettido de Lisboa para a sala das sessões da sociedade portugueza *Madrepora*, instituida no Rio de Janeiro.

Cantanhede — O sr. Antonio Pessoa Alves da Fonseca, numa correspondencia publicada no n.º 29 do *Districto d'Aveiro*, pede ao sr. Governador civil de Coimbra, que faça uma visita ao concelho de Cantanhede, para melhor conhecer o estado deploravel a que se acha reduzido aquelle povo. Se os factos que o sr. Pessoa aponta são, como crêmos, verdadeiros, achâmos da maior conveniencia que o chefe d'este districto dê as mais energicas providencias.

É horroroso — Diz a *Correspondencia de Hespanha*, que horrorisam os pormenores que dá uma carta de Napoles da maneira que fusilaram os piemontezes aos 72 prisioneiros feito em Avelli. Pozeram-nos em uma fila, de pé, atados uns aos outros, e mandou-se que uma columna lhes fizesse fogo ás pernas pela frente, e outra collocada por detraz á cabeça. Á terrivel voz de fogo, ambas o fizeram simultaneamente, porém resultou, que as balas da segunda columna passaram quasi todas sobre as cabeças das victimas, que feridas sómente nas pernas cahiram conservando a razão. Foi preciso acabar com a vida d'aquelles desgraçados a tiros e a bayonetadas, em cuja operação empregaram mais d'um quarto de hora.

PUBLICAÇÕES LITERARIAS
OS PORTUGUEZES
E
A IBERIA
EM QUE SE EVIDENCIAM

AS INFELICIDADES QUE RESULTARIAM A PORTUGAL
PELA SUA FUSÃO COM HESPANHA.

J. A. C. de Vasconcellos.

Vende-se na loja da Imprensa da Universidade e nos commissarios respectivos. Preço 200 réis.

IMPRESA DA UNIVERSIDADE.

PORTUGAL INDEPENDENTE

JORNAL ANTI-IBERICO, LITTERARIO E NOTICIOSO
DEDICADO A S. M. EL-REI O SR. D. PEDRO V
E AOS PORTUGUEZES RESIDENTES NO PAIZ E NO BRAZIL

REDACTOR — Augusto José Gonsalves Fino

PUBLICA-SE AOS SABADOS

Assigna-se e paga-se este jornal: em Coimbra, na Imprensa da Universidade; nas Provincias, em casa dos Srs. Directores de Correios; no Brazil, em casa do Sr. José Julio Lopes Gonsalves, Rio de Ostras. Preços por trimestre: em Coimbra 400 réis; nas Provincias 460 réis; no Brazil (moeda forte) 700 réis; — número avulso 100 réis. — Toda a correspondencia, franca de porte, será dirigida ao Redactor do *Portugal Independente*, Coimbra. — Escriptos não publicados, não serão restituídos.

EXPEDIENTE

É com o maior empenho que rogamos aos srs. Assignantes das provincias se dignem satisfazer a importancia do primeiro trimestre, remetendo-a a esta redacção em estampilhas, ou em valles, ou entregando-a ao sr. director do correio da localidade. E igualmente pedimos o favor de nos obterem algumas assignaturas; pelo que nos confessaremos summamente agradecidos.

Festejos populares

No domingo, 20 do corrente, teve lugar nos paços do concelho, a reunião que, no nosso antecedente número havíamos annuciado, da commissão central e das filiaes, encarregadas dos festejos do primeiro de dezembro.

Leu-se o programma elaborado pela commissão, que d'esse trabalho havia sido encarregada na última sessão; e foi approvedo.

O anniversario da independencia de Portugal será, pois, este anno celebrado em Coimbra d'uma maneira pomposa e solemne; o povo mostra estar possuido do maior enthusiasmo, concorrendo, com quanto suas forças o permittem, para a realisação d'uma festa puramente nacional.

O programma é o seguinte: que no dia 1.º de dezembro, pelas nove horas da manhã, terá lugar uma demonstração com gyrandolas e com repiques de sinos em todas as igrejas da cidade; que na Sé-Cathedral se celebre uma missa cantada, com sermão, para assistir á qual serão convidadas todas as auctoridades, o corpo cathedratico e o academico, funcionarios publicos, corporações, irmandades, etc.; que linda a missa, saia uma procissão que será composta de todas as irmandades, e acompanhada das pessoas convidadas para assistirem áquelle acto religioso, que recolha a Sancta Cruz, e que a acompanhe a força militar aqui estacionada, e as duas philarmonicas artisticas; que se solicite da Sancta Casa da Misericordia, da Veneravel Ordem Terceira, da Associação Consoladora dos Afflictos e das direcções dos Asylos de Infancia desvalida e de Mendicidade, que no dia immediato ao da festividade ampliem a sua beneficencia aos infelizes que se achem acolhidos sob a sua protecção; que no mesmo dia seja augmentado o jantar aos presos retidos na cadeia de Coimbra; que se peça aos chefes de todas as repartições e estabelecimentos publicos, que façam illuminar as frontarias dos respectivos edificios; que igual pedido se faça aos habitantes da cidade para que illuminem o exterior de suas habitações, e decorem as janellas das ruas por onde haja

de passar a procissão; que se dirija um pedido á corporação das duas sociedades philarmonicas para que concorram a abrilhantar os festejos patrioticos; que se provesse de modo, que as despesas a fazer sejam o mais reduzidas que possível fôr, entregando-se ao Asylo da Mendicidade as sobras da subscrição promovida pelos habitantes de Coimbra; que se dirija um pedido á direcção d'aquelle Asylo, para que no dia da festividade admitta no mesmo Asylo alguns mendigos, que devam ser preferidos pelas suas circumstancias; e que o ingresso dos novos asylados tenha logar depois do *Te-Deum*; que finalmente a commissão executiva fique auctorisada a ampliar o programma em tudo o que fôr deficiente; fazendo-se auxiliar de todas as pessoas que julgar convenientes, e cujos serviços solicitará.

As commissões filiaes trabalham com a maior actividade, e consta-nos que a subscrição já sobe a uma cifra valiosa.

E nem podia deixar de ser assim: pois é possível que qualquer portuguez, amante da sua patria, deixe de concorrer com algum donativo para um tão justo fim? Crêmos que não.

Continuem, pois, os membros das respectivas commissões a mostrar-se assíduos no cumprimento de seus deveres, que o povo saberá annuir aos seus tão decididos esforços, e co-roar suas fadigas.

Algumas considerações sobre as praças de guerra de Portugal

Quando qualquer nação se vê ameaçada ou involvida em uma guerra, o mais seguro penhor, para a salvação da sua independencia, ou para que as consequências d'ella menos se façam sentir, é sem dúvida a boa organização militar de suas forças e predisposição de todos os meios de defesa. Em todos os tempos se reconheceu esta verdade, e segundo o grau de progresso que assignala as diferentes epochas, se lhe deu a devida consideração.

Estes principios geraes, reconhecidos em todos os tempos e por todos os povos, em que o progresso tem tido influxo, ainda subsistem; e apesar das transformações que tem soffrido a arte de fazer a guerra, não é menor a importancia que hoje merecem. E jámais a defesa, de uma nação poderá ter uma melhor base, do que a boa disciplina de suas tropas, e a fortificação dos pontos que por sua posição strategica se tornem importantes.

Em Portugal, e em epochas que não vão longe, houve grande attenção com tão importante objecto; tornando-se notavel, por seu poder militar e maritimo que lhe grangeava muito respeito e consideração. As numerosas fortalezas, que cobriam suas fronteiras, de so-bejo provam o muito cuidado que havia pela

sua defesa; e o dominio que sustentava em tantas e tão vastas regiões de todas as partes do mundo, testemunha o quanto podiam as suas bellas tropas, que tão gloriosa e proveitosamente serviam os interesses da nação.

Tão notavel era então Portugal por seu grande desinvolvimento de forças, quanto hoje o é por sua desorganisação e descuido militar. Seria muito difficil fazer comprehender em qualquer outra nação da Europa, onde, em geral se capricha em marchar a par do progresso, e ha a maior sollicitude por quanto respeita a objecto tão importante, a lamentavel indifferença que por elle ha em Portugal.

Não é em uma ou outra parte do ramo militar, não é um ou outro vicio na organisação da força pública, que sómente seja necessario corrigir; mas em todas as suas partes, e desde os fundamentos.

O barómetro que marca o desleixo, e quanto nestes ultimos tempos ha de lamentavel nos negocios da guerra em Portugal, é, sem dúvida, o estado das praças de guerra, que quasi todas se vão reduzindo a um amalgama de ruinas, e sem que em alguma se tenha feito o minimo melhoramento, que indique, que nesta parte, já chegou a Portugal a influencia do progresso do seculo XIX.

Não sabemos como avaliar um tão grande erro, se por uma completa indifferença, ou se por falta de conhecimentos em materia de tanta importancia.

Será possível, que esta última razão tenha grande parte em tal resultado; porque poderão ser mais geraes do que pensamos as erradas theorias com que temos ouvido argumentar alguns officiaes do exercito, relativamente á importancia que modernamente têm as praças de guerra. — Em seu entender, julgam inuteis quaesquer cuidados com paredes velhas (como dizem das praças), porque as paredes que decidem a sorte da guerra são as fileiras de soldados nos campos da batalha. — Que nenhum exercito se occupa já em bater praças, porque a tactica moderna é avançar sobre as capitaes. — Que já não ha praças inconquistaveis, porque todas succumbem facilmente ante o progresso da sciencia militar. E outros que taes erros.

Sempre que ouvimos argumentos d'esta natureza, a quem tem obrigação de melhor entender de tal assumpto, sentimos grande magua, por vermos que a nação tanto dispende com quem não está no caso de entender da sua defesa. São praxes apanhadas a dente, como vulgarmente se diz, e a que não sabem interpretar a sua força e verdadeiro sentido; o que os leva a avançar opiniões, em que revelam a completa ausencia de conhecimentos militares.

Os que assim discorrem, parece ignorarem os primeiros rudimentos de tactica antiga e moderna. Pois, se em todos os tempos, qualquer vallado, parede velha, moita de arvores,

etc., foram consideradas boas posições ou pontos de apoio, em que um corpo de tropas pôde augmentar consideravelmente a sua força, por que razão o deixarão de ser fortes baluartes, erriçados de canhões?

Não ha dúvida, que em um paiz todo aberto como Portugal, ainda que possua boas praças de guerra, quando seja atacado por forças muito superiores, estas podem avançar sobre a capital sem que percam tempo em as tomarem; mas, é então para o exército invasor uma necessidade absoluta, enfraquecer-se, para deixar um corpo de observação, pelo menos, de dupla força d'aquella do inimigo que deixa na sua reductura, para segurança de suas communicações. E se o exército da defensiva, for levado a encerrar-se na capital e alli chegar a uma situação insustentavel, ainda pôde tentar um esforço heroico, de com as armas na mão abrir caminho para uma boa praça de guerra, e ao seu abrigo, possível mudar a sorte da guerra.

Um dos maiores desastres que em uma guerra pôde succeder a qualquer nação, é sem dúvida, o perdimento da sua capital, e por consequencia, dos seus maiores recursos. Se a guerra teve por origem qualquer estímulo ou questão internacional, é provavel, que ella então chegasse ao seu termo; mas se os fins do vencedor, são a conquista ou condições de paz inaceitaveis, então a perda da capital não importa o completo triumpho de invasor. Quando ainda fiquem boas praças de guerra, ainda ha soldados e canhões que possam fazer um energico protesto, ainda tremulam bandeiras onde se concentrem os patrióticos esforços de um povo. Será ainda possível, que o invasor tenha uma difficil retirada, em que pague a sua facil entrada na capital.

O systema de avançar rapidamente sobre as capitães, foi uma innovação posta em prática por Napoleão I, e com que conseguiu terminar de um golpe de mão campanhas, que poderiam ter uma longa duração. Porém, Napoleão, além das numerosas e aguerridas tropas de que dispunha, do seu incomparavel prestigio, e de finissimo tacto politico com que dispunha as suas empresas, tinha a vantagem de pôr em prática aquella e outras innovações que iam de encontro ás praxes de guerra até alli usadas; e quando os seus competidores, afferrados ás velhas tacticas se preparavam para as suas methodicas operações, viam-se repentinamente desconcertados em seus planos, e esmagados pela força e pela astucia. Depois de algumas lições, aprenderam, e a seu turno tiraram a desforra. Ainda hoje aquelle systema pôde ser efficaz, mas só quando a força do invasor seja immensamente superior, ou que o invadido esteja na maior desprevenção; porque aliás, seria uma grande imprudencia do invasor, em offerecer a primeira batalha nas linhas da capital, a tropas a que sangrentas perdas não fizeram ainda perder a força e a moral.— Poderia soffrer um revez de ordem tal, que uma retirada em ordem seria impossivel, e que nella ainda as perdas seriam terriveis.

Segundo os argumentos d'esses taes doutores em tactica, limitava-se a missão do nosso exército, logo que rompesse uma guerra, a encerrar-se na capital, e abandonar ao inimigo todo o paiz e recursos que lhe serviriam contra ella; e provavelmente, sem outro plano mais do que esperar que os alliados acudissem; e se o seu socorro falhasse ou se se demorasse por muito tempo, curvar-se á sorte que ao invasor approuvesse impôr ao paiz.

Para um similhante resultado valia bem a pena de a nação fazer avultados e constantes sacrificios com um exército! (Continúa)

O *Jornal do Commercio*, do Porto, publica o seguinte artigo:

Casamento de El-Rei

(Continuado do n.º 3)

Raro será o povo onde a causa da emancipação e da unidade da Italia tenha mais affeições que em Portugal. Quando o rei Carlos Alberto, cedendo ao infortunio, abdicou a corôa em seu filho, para que mãos mais vigorosas e melhor fadadas, podessem na conjunctura propicia continuar a obra da liberdade da Italia, que elle encetára tão gloriosamente, foi a Portugal que veio buscar o repouso de uma curta, mas fadigosa lida. Foi aqui, e na terra mais illustre pelos serviços e dedicação á liberdade, que o desventurado, mas glorioso, monarcha do Piemonte achou a paz e o socêgo que anhelava, cercado de todos os respeitos, de todas as sympathias, que se traduziram em factos eloquentes.

Foi a sombra da liberdade proclamada, defendida e assegurada pelo duque de Bragança, que o rei Carlos Alberto escolheu para abrigo dos seus ultimos dias; e aqui achou o termo dos seus desgostos, inclinando a cabeça, resignado ao destino iniquo que o opprimiu. Acompanharam-no na morte as lagrimas dos portuguezes, como nos campos da batalha o haviam acompanhado com os votos fervorosos pela victoria da causa que propugnava.

O Piemonte mostrou-se grato á hospedagem que Portugal dera ao rei infeliz; e as mutuas provas de bizarría, que entre ambos os paizes houve então, apertaram ainda mais a sua amizade.

Desde essa epocha a Italia não tem estremeado uma só vez 'nesse movimento em que anda empenhada, para se constituir senhora e rainha de si propria, que em Portugal não se reflecta o estremeamento, ou para a exaltar e engrandecer, ou para sentir os seus males.

Depois a Italia tem soffrido muito para ser livre, e Portugal padeceu aturados martyrios antes que D. Pedro IV podêsse segurar-lhe a liberdade; e esta confraternidade no soffrimento é ainda outra causa para que os dous povos mais se estimem e respeitem.

E não será fóra de proposito lembrar que o primeiro poeta que deu justo apreço ao nosso Luiz de Camões, e que em um soneto, monumento da mais sympathica cordialidade entre dous genios tão sublimes, deixou memorado o intimo affecto da Italia a Portugal, foi o Tasso, o cantor da *Jerusalem*, cujo fado foi tão cruel na vida, como são grandes as memorias que de si deixou.

Assim como os principes de Saboya e de Aviz se tinham ligado por intimos laços de parentesco no casamento da infanta D. Beatriz com o duque Carlos III, assim os dous principes da poesia italiana e portugueza, se uniram pelo affecto e pela fraternidade do talento.

Este facto tão significativo, talvez pareça isolado e estranho ao que estâmos escrevendo mas não é, porque o podiamos ajunctar com outros mais modernos, mostrando como a litteratura portugueza é estimada e devidamente apreciada na Italia. E não haverá 'neste facto alguma cousa mais de que um facto litterario?

Sem que agora accumulamos mais provas de mutua sympathia que existe entre os dous povos, mencionaremos com tudo as attenções de que foi objecto o marquez Caracioli di Bella 'nesta côrte e 'nesta cidade, e as distincções e honras extraordinarias feitas pelo rei Victor Manuel ao visconde de Seisal, embaixador extraordinario de Portugal para fe-

licitar aquelle monarcha pela constituição do reino da Italia.

Todos estes singulares testemunhos de apreço e de estima, significam que os dous povos e os seus soberanos estão no mais perfeito accôrdo.

Por outro lado entre as duas dynastias de Bragança e de Saboya ha não só o parentesco, que remonta á primeira rainha portugueza, a sr.ª D. Mafalda, mulher de el-rei D. Affonso Henriques, senão tambem as gloriosas tradições que as constituem duas das mais illustres casas soberanas da Europa.

A casa de Saboya, antiquissima casa soberana, tem na historia as mais gloriosas páginas escriptas com a espada e com os mais heroicos feitos; assim como a casa de Bragança é herdeira das glorias de illustres cavalleiros e de monarchas que encheram o mundo com o seu nome.

São duas familias nas quaes os enlaços matrimoniaes honram a ambas, sem que nenhuma d'ellas possa dizer qual fica mais honrada.

É sabido, como dissemos, que el-rei D. Affonso Henriques foi casado com a senhora D. Mafalda, filha de Amadeu III, conde de Saboya, de Mariana e Piemonte; e assim a primeira rainha de Portugal foi d'essa illustre casa de Saboya.

Depois, a infanta D. Beatriz, filha de el-rei D. Manuel, casou com o duque de Saboya, Carlos III.

E note-se uma circumstancia notavel, que na dynastia de Saboya recorda este consorcio. A primeira vez que na serie dos duques se encontra o nome de Manuel, é no filho do duque Carlos III e da infanta D. Beatriz, o qual se chamou Emmanuel Felisberto, e depois d'elle é que achâmos principes d'esta casa com este nome de Manuel: tão grato parece haver sido a esta familia o enlace matrimonial na dynastia do Mestre de Aviz. E dá-se agora a coincidencia de que o rei Victor Emmanuel tem o nome do seu ascendente o nosso rei D. Manuel. Singular coincidencia, que parece prognosticar a nova alliança nas duas familias!

Depois, el-rei D. Affonso VI desposou a sr.ª D. Maria Francisca Isabel de Saboya, filha de Carlos Manuel de Saboya, duque de Nemours e Aumale, a qual, annullado este matrimonio, veio a casar com el-rei D. Pedro II.

D'este consorcio nasceu a infanta D. Isabel, que foi jurada princeza herdeira da corôa em 1674, e que teve o seu casamento, devidamente auctorisado pelas côrtes, ajustado com Victor Amadeu II, duque de Saboya.

Celebraram-se os esponsaes 'nesta cidade e partiu uma luzida armada para trazer o noivo; porém o consorcio malogrou-se, e a princesa veio a perder o casamento e o direito á corôa, porque desposando el-rei D. Pedro, em segundas nupcias, a sr.ª D. Maria Sophia de Neubourg, teve filhos varões, e occupou o throno o principe D. João, filho d'este segundo consorcio.

Ha pois intimos laços de parentesco entre as duas dynastias, e ha mais as sympathias populares que em ambos os paizes ellas gozam.

O povo folgaria de vêr, sentada no throno portuguez ao lado do sr. D. Pedro V, a filha do rei da Italia, do monarcha que impéra em um dos mais formosos e em breve um dos mais poderosos reinos do mundo. Seria uma alliança aconselhada pelas conveniencias de familias e pela vontade do povo.

A princesa Maria Pia, filha de um monarcha tão heroico, reúne aos dotes do coração, os que dá uma educação esmerada e illustrada; — é filha de um rei liberal que, quando principe, com a espada combateu valorosa-

mente ao lado de seu infeliz pae, para libertar a Italia; — é neta de um monarcha que deu principio á grande obra da emancipação italiana, e que foi grande no infortunio, como o fôra empunhando a espada e o sceptro.

Em Portugal encontrará a princesa de Saboya muitas memorias gratas ao seu coração. No Porto está levantado um templo, recordação piedosa votada por sua tia á memoria de seu avô, Carlos Alberto. A princesa lembrar-se-ha que o seu glorioso avô viveu ralado de desgostos e consumido, porque succumbiu na empresa de restituir a liberdade á patria commum, e esta recordação e os dictames e exemplos do augusto pae e sua côrte, asseguram ao throno portuguez uma rainha digna d'elle como princesa excelsa e senhora illustrada.

A Portugal convém a alliança da Italia, e por isso deve procurar cimentá-la por todos os modos. O reino da Italia, depois de serenadas as tempestades que agora levantam as contrariedades politicas, depois de consummada a sua unidade completa, que ha de consumir-se talvez mais cedo do que pensamos, será inquestionavelmente um poderosissimo reino, não só pelo seu extenso territorio, senão também pelos seus vastissimos recursos. E não convirá antes a Portugal o enlace matrimonial de el-rei nessa illustre casa soberana que em qualquer outra obscura, sem importancia politica, sem influencia nenhuma, embora os seus pergaminhos sejam nobilissimos? E quaes podem ser mais nobres que os da casa de Saboya?

Uma rainha, naturalmente, exerce sempre poderosa influencia na educação dos filhos do monarcha: como mãe procurará inspirar-lhes as ideias e os sentimentos que a animam; por isso, considerado o assumpto, por este lado convém que a esposa do soberano seja nascida e criada em um estado onde impere a mesma ordem politica que rege nos estados do seu esposo. E a princesa de Saboya, mais que qualquer outra princesa, reúne todos estes predicados, que tornariam o seu enlace com el-rei o sr. D. Pedro, popularissimo no paiz.

Assim o consorcio de el-rei o sr. D. Pedro y com a princesa de Saboya, seria mais um motivo para augmentar o affecto que o povo vota ao soberano; seria mais uma garantia para a liberdade d'esta terra; seria a base de uma alliança altamente proveitosa á nação; seria finalmente um facto politico importantissimo.

Pôde ser que nos enganemos nas nossas apreciações, contudo estamos convencidos de que exprimimos os desejos do povo, e advogamos uma causa de interesse nacional.

Abaixo publicamos a circular que, por ordem da illustre direcção da sociedade Madrépora, composta de portuguezes e instituida no Rio de Janeiro, acaba de ser dirigida aos professores das escolas gratuitas de instrucção primária do reino, pelas quaes aquella associação manda distribuir 800 volumes do interessante jornal o *Archivo Pittoresco*, que no fim do anno serão o premio dos alumnos mais distinctos pelo estudo e pela applicação.

«III.º sr. — Encarregados pela SOCIEDADE MADRÉPORA, composta de portuguezes estabelecidos no Rio de Janeiro, de distribuir pelas escolas e estabelecimentos de educação gratuita em Portugal 800 volumes do *Archivo Pittoresco*, semanario instructivo e litterario com grayuras, levamos ao conhecimento de v. s.ª que temos recommendação especial da Direcção da mesma benemerita sociedade para incluímos na lista das escolas contempla-

das com este donativo aquella que v. s.ª dignamente dirige, e bem assim quaesquer outras d'esse districto, sendo gratuitas.

«Para este fim pedimos a v. s.ª o favor de nos participar a localidade da sua escola, e bem assim de fazer chegar esta circular ao conhecimento dos mais professores e mestras d'esse concelho, que estejam em idênticas circunstancias.

«Logo que recebermos a resposta de v. s.ª faremos a remessa pelo correio, franca de porte dos n.ºs publicados, correspondentes ao exemplar destinado á escola de v. s.ª

«Lisboa... de setembro de 1861.—Somos de v. s.ª att.º v.ºº e cr.ºº — Castro, Irmão & C.ª»

Manifesto

(Continuado do número 3)

Parte da imprensa periodica de Madrid suppoz que havia em Portugal quem estivesse enfadado de ser portuguez; e insinuou, que, se nos unissemos á Hespanha, podiamos realizar altas phantasias de poder e engrandecimento, de que uma nação não precisa para ser feliz, nem aproveitar mais á civilização commum, para a qual todos os estados, pequenos e grandes, podem concorrer.

Porque deixámos passar sem contestação esses devaneios, pouco faltou para que tudo quanto constitue o nervo de uma nação, que os representantes de todas as actividades d'esta terra, os representantes da imprensa, da tribuna, da propriedade, do capital, do commercio, da milicia, do sacerdocio, e da magistratura, fôssem declarados ibericos! Pintavam um verdadeiro 1580.

Estas dissertações da imprensa interessada, e por isso incompetente, passaram as raias da Peninsula, e acharam ecco 'noutra imprensa além dos Pyrneos, que tem a seu favor a presumpção de imparcialidade. Não affirmámos que o facto fôsse fortuito e gratuito; o que sabemos só, é que a poesia tornou-se doutrina, a utopia systema, e que depois d'isto não é permitido o silencio.

Precisavamos, portanto, expôr claramente a opinião unanime do povo portuguez, e assegurar aos homens e aos governos que se interessam no melhor regimento da familia europeia, que é ânimo e deliberação nossa, defender a integridade do territorio que possuímos, não aceitando aggregações, incongruentes com o character e tradições nacionaes, e que nos empenhâmos, quanto cabe em nossas facultades, e nol-o permittem os obstaculos da governação que todos os povos têm encontrado nos aperfeiçoamentos sociaes, por sermos dignos de fazer parceria com as nações civilizadas, tanto pelos nossos feitos passados, como pela nossa vida contemporanea.

Nenhuma razão politica, moral ou economica, em beneficio commum da Europa, exige que Hespanha e Portugal formem um só estado; e o direito publico europeu, reconhecendo 'nestes últimos tempos, para todas as annexações e transacções politicas, como condição indispensavel, a vontade manifesta dos povos, não permite que se constranja uma nação, por mais pequena que seja, a abdicar o seu nome, o seu passado, a sua autonomia.

Portugal, avivando e celebrando com mais solemnidade o anniversario da reconquista da sua independencia em 1640, nem pretende ferir o pondunor da briosa nação hespanhola, nossa amiga e alliada, nem resuscitar os odios que outr'ora inimizaram os dois povos vizinhos.

Não quer reptal-a. Não leva a mão á espada. Unicamente aponta para o seu direito, e diz á Europa que está decidido a defendel-o.

Nenhum outro motivo inspirou aos portuguezes a ideia de manifestar o seu patriotismo, determinando sem insinuação nem concerto prévio, na capital, nas provincias, em cidades e aldeias, repôr na memoria nacional, com a devida solemnidade, o anniversario da restauração da nossa independencia em 1640.

O modo mais adequado de celebrar este anniversario, pareceu-nos ser aquelle mesmo que estabeleceram os nossos libertadores, com o addicionamento que a nossa gratidão lhes deve.

Na circular que juncta com este manifesto dirigimos ás commissões já instituidas, e ás que se houverem de crear, vão indicados os alvitres que adoptámos.

O sentimento publico, assim como se moveu, de per si, a esta manifestação, hade realisar-a com sisudeza, sem ostentações vans, e com a circumspecção que demanda tal solemnidade.

Lisboa, 25 de agosto de 1861.

Alexandre Herculano — Anselmo José Bramcamp — Antonio Esteves de Carvalho — Dr. Antonio Joaquim Ribeiro Gomes de Abreu — Antonio José Marques Leal — Antonio José Pereira Serzedello Junior — Antonio da Silva Tullio — Ayres de Sá Nogueira — Conde de Almada — Conde de Redondo — Custodio Firmo Rodrigues — Domingos Ferreira Pinto Bastos — Feliciano de Andrade Moura — Francisco Vieira da Silva — Innocencio Francisco da Silva — Jacintho Augusto de Freitas Oliveira — João José Barbosa Marreca — João Daniel de Sines — João Luiz de Moraes Mantas — João Ricardo Cordeiro Junior — Joaquim Antonio Gonçalves Teixeira — Joaquim José Pereira Guimarães — José Cesar Giurian — José Estevão Coelho de Magalhães — José Joaquim Alves Chaves — José Maria Chaves — José Maria Frazão — José Maria da Silva e Albuquerque — José Mauricio Velloso — José do Nascimento Gonsalves Correia — José da Silva Mendes Leal Junior — Luiz Augusto Rebello da Silva — Luiz de Castro Guimarães — Luiz Philippe Leite — Luiz Telles de Mello — Luiz de Vasconcellos de Azevedo e Silva — Manoel Coelho Torrezão — Manuel de Jesus Coelho — Pedro Wenceslau de Brito Aranha — D. Sebastião Maldonado.

PASMATORIO

— No dia 3 de Novembro proximo futuro, terá logar o bazar de prendas a beneficio de Possidonio da Silva Alves Brandão, pintor e esculptor, que se acha, ha annos, prêso nas cadeias d'esta cidade. Pedimos o auxilio do publico a favor d'aquelle infeliz. As prendas são dirigidas á loja do sr. Paulo Jose da Silva Neves, negociante na Calçada.

— Como por ahí já se começa a fallar muito na eleição da camara municipal d'esta cidade a que se ha de proceder no dia 24 de novembro proximo futuro, brevemente apresentaremos algumas considerações a esse respeito, e teremos a honra de offerecer uma lista aos eleitores do Concelho de Coimbra, composta de individuos que por certo não deixarão de aceitar o cargo para que forem eleitos, e que o hão de desempenhar com aquella probidade e rectidão de que se carece para a melhor ordem, prosperidade dos negocios d'este municipio.

Um acto eleitoral requer sempre toda a circumspecção; e quando qualquer cidadão é obrigado a votar 'neste, ou 'naquelle individuo, contra a sua consciencia, essa eleição deve ser invalida. Nós apenas indicaremos os individuos que julgamos merecerem a approvação dos eleitores do municipio; mas não

instámos para que a nossa lista seja preferida a outras que forçosamente hão de apparecer no campo eleitoral.

— A juncta geral d'este districto, nos cinco dias de sessão extraordinaria que teve para a revisão da contribuição pessoal, desde 17 até 22 do corrente (porque o dia 20, domingo, não obstante não haver sessão, foi contado na folha) fez de despesa, segundo nos consta, 96\$000 réis, porque a ella só concorreram oito procuradores; se todos os treze se reunissem, vejam ao quanto subiria aquella verba, tão desnecessaria e inutil! O serviço que a juncta fez em cinco sessões e seis dias, qual-quer pessoa o fazia 'num só: — e a querer a lei que um tribunal o fizesse, tinha os conselhos de districto, a quem elle podia ser encarregado. A nossa lei só se occupa de fanfarronadas!

— Continuam as queixas contra os arrozaes que causam damno a muitos povos d'este districto. Diz-se que a freguezia de Vil de Matos está soffrendo de um modo assustador, por alli se terem semeado os arrozaes; que o povo apparece com o rosto macilento, e familias inteiras se acham doentes, tendo augmentado a mortalidade, tanto na gente como no gado.

— Em Braga, segundo diz o *Bracharense*, pela occasião da última trovoadá, a chuva cahia a torrentes, e de toda a parte fusilavam os relampagos, parecendo que o ceu estava cercado d'uma cinta de fogo. Mais tarde sobreveio um impetuoso furacão, que felizmente foi pouco duradouro, e por isso não consta que produzisse estragos notaveis.

— Em Aveiro, na Costa do Vallado, o vento que soprou, deitou abaixo muitas arvores e levou as telhas d'algumas habitações ruraes.

Na Oliveirinha o furacão fez tambem estragos nas arvores e casas. Na Mouta, na quinta do sr. Casimiro Barreto, cahiram dois cedros annosos, e muitas outras arvores.

No forte da barra todos os vidros foram quebrados; e muitas aves maritimas ficaram esmagadas, fluctuando depois sobre as aguas da ria.

Em Veiros, concelho de Estarreja, caiu uma faisca sobre uma fábrica de phosphoros; o prédio ardeu todo.

Na freguezia de Salreu, o vento abateu alguns pinheiros seculares, e muitas arvores fructiferas.

Em Sancto Thyrso tambem a trovoadá e o furacão atterrou toda a gente, quebrando o granizo igualmente muitos vidros das janellas das casas.

No Porto, a tempestade foi igualmente medonha; porém felizmente poucos estragos causou.

— Na Figueira da Fóz cahiram duas faiscas sobre um navio, partindo-lhe o mastro, e outra que entrou e sahio por uma escótilha, sem causar o menor damno.

— Em Torre de Bruscos, freguezia de Villa-Secca, concelho de Condeixa cahiu uma faisca electrica em casa d'uma pobre familia, matando o chefe e um filho d'este. Uma filha ficou sem sentidos, mas acha-se quasi restabelecida.

— Em Alvaiazere cahiu pedra do peso de 200 grammas, causando graves prejuizos, com especialidade nos telhados.

— Por ordem superior foram mandados fechar, com algumas excepções, os bilhares, no bairro alto, em Coimbra. A dever tomar-se aquella providencia, entendemos que devia ser geral.

— Falleceu na sua casa da Louzan o ex.^{mo} sr. Antonio Cardoso de Faria Pinto, desembargador aposentado, e um excellente cavalleiro. O sr. Faria Pinto, contava um sem numero d'amigos, sentindo todos tão inesperada morte. A terra lhe seja leve.

— Dissemos no nosso n.º 2 que davamos quarenteua ao que um jornal de Pernambuco havia dito sobre a destruição da cidade de Campos, no Brasil; e não nos enganámos, porque felizmente não houve tão enorme catastrophe. Os jornaes e cartas vindas d'aquelle imperio nada dizem a similhante respeito. Não duvidámos que tivesse logar algum terremoto, mas crêmos tambem que, se houve prejuizos, foram de pequena monta.

— A malla-posta de Lisboa conduz já os passageiros á estação dos Carmellitas, no Porto. Parando até agora no Alto da Bandeira, foi por certo um grande melhoramento fazel-a entrar na cidade invicta.

— O sr. Camillo Castello-Branco, e a ex.^{ma} sr.^a D. Anna Plácido, foram absolvidos (!) no dia 17 do corrente. Ha muito tempo que se achavam presos na relação do Porto.

— Segundo diz uma correspondencia de Turin, dirigida á *Verdade*, jornal hespanhol, o casamento do sr. D. Pedro V, com a princesa Maria Pia de Saboia, está definitivamente tractado, e realisar-se-ha para a primavera.

Diz o correspondente que ha mais d'um mez foi o retrato da princesa remetido ao rei de Portugal.

Por uma correspondencia estrangeira tambem consta que o governo portuguez, mandou construir tres navios de guerra a vapor. Oxalá que seja verdadeira a noticia; porque, se se não cuida do augmento da nossa marinha de guerra, bem certa é a ruina e perda das nossas ricas colonias.

— Sua magestade el-rei acaba de comprar á casa de Verraux de Paris 650 aves, especies que pela maior parte são da Australia e China, muito raras e de grande estima. Com esta acquisição tem hoje o museu real mais de quatro mil aves.

— Em Inglaterra, o paiz classico das eccentricidades, celebrou-se ultimamente uma exposição de cães. Havia trezentas libras para serem distribuidas em premios entre 43 classes. Appareceram, porém, animaes tão lindos, que os intendedores e amadores da especie canina avaliaram em mil e duas mil libras esterlinas alguns dos finos bichinhos!

— As nossas duas embarcações de guerra, de que não havia noticia já appareceram: O *Bartholomeu Dias*, chegou a Southampton no dia 4, e a *Estephania*, no dia 1.º a Gravesend.

— O sr. D. Miguel de Bragança completa hoje 59 annos de idade.

— No dia 29 do corrente é igualmente o anniversario natalicio de s. m. el-rei o sr. D. Fernando II. Por este motivo haverão gyrandolas e repiques de sinos, e se conservarão fechadas as repartições.

— Segundo diz o *Viriato*, este anno espera-se uma colheita espantosa de castanhas, não havendo lembrança de uma tal abundancia.

— Em 1807 o marechal Davonst occupava uma parte da Pomerania até á ilha de Regen, onde collocára um destacamento. Este recebeu ordem de evacuar a ilha, e retirando com precipitação, deixou alli, por esquecimento, uma sentinella. O pobre soldado fartou-se de passear por muitas horas, até que perdendo a paciencia, correu ao corpo da guarda: achou-o deserto, os seus camaradas haviam embarcado, e o misero, vendo-se só, ficou inconsolavel, porque, além do abandono recebeu ser considerado deseter do seu regimento.

Foi para a cidade, e contou a sua historia a um homem honrado, que o consolou e o tomou a seu serviço. Com o tempo estreitaram as suas relações, e o soldado veio a cazar com a filha do dono da casa.

Decorreram cinco annos. Uma certa manhan appareceu uma frota no canal, e a noticia correu de que eram os francezes, que aportavam á ilha.

— Estou perdido! Exclamou o soldado, vão prender-me como deseter!

Depois acóde-lhe uma inspiração. Veste o seu uniforme, pega na espingarda, e corre para o ponto, onde cinco annos antes os seus compatriotas o tinham abandonado.

Os francezes desembarcaram.

— Quem vive? Grita o soldado.

— Francez?! — responde um official. —

Que fazeis vós aqui?

— Estou de sentinella.

— De sentinella! Desde quando?

— Desde 1807.

O official fica admirado, o soldado explica-se, e contado o caso ao almirante, este riu ás gargalhadas, e mandou passar immediatamente uma baixa em fórma ao nosso homem, que esteve de sentinella desde 1807 até 1812.

PUBLICAÇÕES LITERARIAS

NOVA TABUADA

EXACTA E CURIOSA

COM O NOVO

SYSTEMA METRICO-DECIMAL

DE PESOS E MEDIDAS

TABELLAS DE REDUCCÃO

E

EXERCICIOS E PROBLEMAS PARA INTELLIGENCIA DO MESMO SYSTEMA

POR

J. S. Bandeira

Approvada pelo Conselho Geral de Instrucção Pública.

3.^a EDIÇÃO

CORRECTA E REFORMADA

Este opusculo torna-se recommendavel, não só pela sua extrema barateza, mas principalmente pela clareza e precisão com que está escripto, satisfazendo assim tanto ás intelligencias no seu primeiro periodo de desinvolvimento, como ás necessidades do mestre em sua explicação poupando igualmente ás classes desfavorecidas da fortuna o sacrificio da compra, muito mais cara, de tractados especiaes sobre o systema metrico, por se acharem reunidas n'esta tabuada todas as explicações necessarias para intelligencia do mesmo systema. Preço 50 réis.

Vende-se em Coimbra na loja da Imprensa da Universidade, e nas mais terras do reino em casa dos commissarios da mesma Imprensa.

ANNUNCIOS

Na loja nova de Antonio José Duarte, na rua de Sophia, se vendem bilhetes inteiros, meios, quartos, oitavos e fracções, de todos os preços, da loteria extraordinaria da Sancta Casa da Misericórdia de Lisboa. A extracção será no dia 12 de novembro proximo futuro, e o prémio grande é de 50\$000:000 réis. Na mesma loja se está formando uma sociedade.

PORTUGAL INDEPENDENTE

JORNAL ANTI-IBERICO, LITTERARIO E NOTICIOSO
DEDICADO A S. M. EL-REI O SR. D. PEDRO V
E AOS PORTUGUEZES RESIDENTES NO PAIZ E NO BRAZIL

REDACTOR — Augusto José Gonsalves Fino

PUBLICA-SE AOS SABADOS

Assigna-se e paga-se este jornal: em Coimbra, na Imprensa da Universidade; nas Províncias, em casa dos Srs. Directores do Correios; no Brazil, em casa do Sr. José Julio Lopes Gonsalves, Rio de Ostras. Preços por trimestre: em Coimbra 400 réis; nas Províncias 460 réis; no Brazil (moeda forte) 700 réis; — número avulso 400 réis. — Toda a correspondencia, franca de porte, será dirigida ao Redactor do *Portugal Independente*, Coimbra. — Escriptos não publicados, não serão restituídos.

EXPEDIENTE

É com o maior empenho que rogamos aos srs. Assignantes das provincias se dignem satisfazer a importancia do primeiro trimestre, remettendo-a a esta redacção em estampilhas, ou em valles, ou entregando-a ao sr. director do correio da localidade. Eguamente pedimos o favor de nos obterem algumas assignaturas; pelo que nos confessaremos summamente agradecidos.

Eleição da camara municipal

Em o nosso passado número promettemos offerecer uma lista aos eleitores do concelho de Coimbra, composta de individuos que não só não deixarão de acceitar o voto de seus constituintes, mas também que hão de desempenhar os cargos de vereadores d'este municipio com aquella intelligencia, imparcialidade e rectidão de que se carece para a boa ordem e regularidade dos negocios municipaes.

Não querendo entrar na apreciação dos factos publicamente apontados á actual vereação, porque respeitamos seus illustres membros, entendemos contudo que o unico meio de pôr fim a tantos dissabores, é eleger nova camara, confiar na probidade dos eleitos, e apoiar seus actos, que merecerão, por certo, a approvação dos povos do concelho de Coimbra, e que terão na consideração devida o bem-estar e commodidades de seus constituintes.

Eis a lista:

Dr. João Antonio de Sousa Doria
Bacharel, Antonio Maria Ferrão Montenegro
Bacharel, Diogo José dos Sanctos, da Larçã
Olympio Nicolau Ruy Sanctos
Leovegildo Antonio da Cunha
João Lopes de Sousa

José dos Sanctos Monteiro, de Castello Viegas
Estamos convencidos de que a nossa escolha é das mais acertadas; e pedimos, porisso, o apoio de nossos concidadãos, a fim de que os individuos que a propomos sejam aquelles a quem se confie a administração municipal no biennio de 1862 a 1863.

O municipio muito lucrará com semelhante eleição.

Algumas considerações sobre as praças de guerra de Portugal

(Continuado do n.º 4)

É também um grande erro, o dizer-se, que as praças de guerra já não têm importancia alguma, porque em presença do progresso da sciencia militar, nenhuma se pôde considerar inconquistavel.

Também intendemos, que nenhuma praça

pôr mais bem fortificada que esteja, deixará de succumbir, se totalmente fôr abandonada á sua sorte, ou que o seu soccorro se faça esperar por muito tempo; mas não cahirá com muita facilidade, se os seus meios de defesa estiverem em relação com os de ataque, no que respeita ao progresso da arte e aprovisionamentos; porque então, para ser tomada pela força, precisa de um sitio em regra; o que não se consegue com essa apregoada brevidade; e a praça que hoje resistir dois ou tres mezes, faz mais do que uma que em outro tempo resistisse um anno. A facilidade de communicações tem hoje grande influencia nas operações de uma guerra, cujas alternativas têm de passar-se em um muito mais curto espaço de tempo. Essas guerras que duravam annos, já não são possíveis, nem nação alguma poderia hoje supportar os seus destroços, em attenção aos sempre crescentes meios de destruição que nellas se empregam. Para o caso do soccorro de uma praça sitiada, se elle fôr possível, o exército a elle destinado, já não precisa como outrora, de mezes para se reunir e preparar. Se a perda da praça ameaçada importar uma ferida mortal que a nação queira evitar, instantaneamente é toda advertida do perigo que corre, e dos sacrificios que por ella lhe cumpre fazer: a imprensa é hoje o melhor e mais prompto agente para esse encargo.

Seria bastante curioso ouvir as opiniões dos *talentosos* militares que assim julgam das praças de guerra: — sobre o que pensam das outras nações que tanto interesse lhes ligam; e que se partilhassem taes principios, melhor as dispensariam; porque ellas, dispondo de exercitos em que os combatentes se contam por centenas de milhares, estavam melhor no caso de só se escudarem com as suas incommensuráveis paredes de soldados: mas o que a ellas Russia, nunca se descuida de melhorar e augmentar as suas praças de guerra. A França possui-as muito boas, e cuidadas com o maior esmero; tendo modernamente muralhado a capital, e circumdado de um novo recinto a sua praça de Lille. Inglaterra não tracta presentemente de outra cousa. O maior orgulho da Allemanha, é pelas suas praças de guerra; dispondo-se agora a Austria para fortificar Cracovia de uma maneira respeitavel. O Piemonte, alguns annos antes de em 1859 se aventurar a uma tão arriscada guerra, as suas maiores prevenções foram com a sua forte praça de Alexandria; que parece, que só ella poderia ser a tábuca de salvação, no caso de um revez. A Hespanha nunca tractou de fortificações como actualmente. Só Portugal é que de tal não tracta, e só elle é que possui quem julgue isso desnecessario!

Por ligarmos muita consideração ás fortificações permanentes, não se queira por isso suppor, que somos de parecer e que aconselhámos, que se façam dispendios com toda

essa alluvião de praças antigas que possuímos e que em grande parte nome tal nem merecem. Por seu grande número, serviriam em tempo de guerra, mais para absorverem todas as forças em guarnições do que para uma boa defesa; mas é inquestionavel, que Portugal necessita ter em suas fronteiras algumas boas praças fortes, distribuidas pelos pontos mais estrategicos, e contempladas com todos os melhoramentos introduzidos na arte de fortificação. As barras de Lisboa e Porto igualmente precisam ser bem fortificadas como demanda a sua muita importancia.

A natureza dividiu Portugal em tres regiões militares, traçadas pelos seus principaes rios, Tejo e Douro: em qualquer d'ellas ou em todas ao mesmo tempo, se podem dar as operações do inimigo, pelo que, em todas se precisa de algumas boas fortalezas, indispensaveis em todas as qualidades de guerra.

Na guerra offensiva, podem servir ao exercito de base de operações, depósito de munições e viveres, hospitaes de sangue, etc. E se o exercito soffre um revez, pôde sobre ellas operar a sua retirada, livrando-se talvez de um destroço que poderia soffrer, se fôsse acossado em uma maior distancia.

Para a guerra defensiva ainda as praças são mais necessarias a Portugal, pela falta de linhas fortes que cubram suas fronteiras. Os seus principaes rios pela disposição do seu curso, não podem servir de linhas que cubram um exercito destinado a embaraçar uma invasão do inimigo; mas será para isso muito consideravel a sua importancia, se, por um bem combinado systema de defesa, houver praças em posições que auxiliem a estrategia; em que, conjunctamente com aquellas linhas naturaes, se apoie um exercito que cubrindo aquella parte com segurança de seus flancos, possa sobre elles operar, quando as circumstancias o exijam; podendo talvez assim conter o inimigo, ou aproveitar-se de algum erro que elle commetta. Em summa, podem favorecer toda a chicana que um habil general pôde desinvolver, e que muito pôde favorecer um exercito mais fraco. (Continúa)

Oculo de vêr ao longe

O festejo popular projectado para o primeiro de dezembro do corrente anno, em que parece estar empenhada toda a nação portugueza, não é cousa indifferente. Se o seu alcance politico é transcendente para os portuguezes, que apreciam a sua liberdade, e a independencia da mãe patria, não é menos arriscado o levar-se de assalto uma empresa que demanda fino tacto e maduro estudo.

No abatimento em que hoje se acha Portugal, digno de melhor sorte, que mais poderá appetecer que a manutenção de boas e cordaes relações com a sua visinha, e com as

mais nações, cuja politica se quer fazer prevalecer?

Eu não sou politico, nem estou ao alcance do que vae de bom e mau pelo estrangeiro; mas o que observo é que a ambição do engrandecimento cresce a olhos vistos nos poderosos, procurando-se airosos pretextos para refundir nacionalidades em annexações, a que mais competia dar-se o nome de *vexações*.

Sejamos francos. Fazer reviver festins populares, ha seculos esquecidos, ou despresados, sem pesar bem as consequencias, será prematuro. Se convém inspirar aos portuguezes patriotismo e nacionalidade pela recordação gloriosa da sua restauração em 1640, não é menos necessario o esquecimento dos vexames da *ocupação estrangeira*.

A imprensa hespanhola ainda ha dias se queixou de palavras pouco attentivas para com aquella peninsula, que tiveram logar na cidade do Porto, mesmo na presença do sr. D. Pedro v, por occasião (se não ha engano) da Exposição Industrial; — e por isso quem poderá conter o povo em taes manifestações no respeito fraternal e a imprensa insensata na sua verdadeira orbita?

Supposto que muito respeito os diferentes alvitres que já adoptaram as commissões centraes e filiaes do reino, parece-me que seria menos arriscado fazer converter o producto de taes subscrições em melhoramentos das nossas praças arruinadas e dos caminhos transversaes, que com ellas communiquem, não despresando tambem a disciplina militar de que muito se carece, em maior número de praças de pret, que ha na actualidade.

Outubro, 24 de 61.

Um amigo da independencia portugueza.

Hespanha e Portugal

(Continuado do número 3)

A ideia ou principio das nacionalidades, de que agora muito se falla, como todos os principios geraes, é um principio vago, e, se não vago, até certo ponto contradictorio. As nacionalidades não se determinam pela geographia, nem pelo idioma, nem pela identidade da estirpe, nem pela similhaça ou egualdade da historia, da religião e dos costumes. Tudo isto concorre para as constituir; a sua base, porém, está no sentimento, que não se subordina a regras nem a raciocinios.

A Italia, que é o exemplo que se allega, é uma só nação, porque é uma só nação. A favor da unidade da Italia não ha argumento mais decisivo, que o sentir dos seus filhos. Desde a queda do imperio romano, durante o qual, se toda a Italia esteve unida, tambem esteve unida uma grande parte da Europa, não se realisou a completa unidade italiana, senão por breve tempo e sob o sceptro de Theodorico, de um rei barbaro. Desde então até hoje, o pensamento da união, o mutuo desejo de o realisar, e o sentimento de ser uma só nação dominaram a alma de todos os filhos illustres d'aquella peninsula.

Investigar as causas por que na peninsula iberica não acontece o mesmo, seria trabalho para maiores estudos; basta para agora que seja certo, que na nossa peninsula não succedeu o mesmo.

Na Italia, apesar da divisão dos estados e das guerras, ciumes e inimizades que entre elles houve, não existe senão uma só nação, predomina o sentimento de uma só nacionalidade e o amor de uma só patria, pelo menos desde o tempo do Dante. Ora impere o partido gibelino, ora o guelfo, ora seja o imperador, ora o papa, que se procure como centro da unidade, a unidade é o que a Italia quer.

Na Hespanha, e em Portugal, é mister confessal-o, nunca se pensou 'nessa unidade, nem mesmo na epocha em que ambas as corôas estavam reunidas e adornavam as fronteiras dos Philippes. Portugal era então um dos reinos que compunham o vasto imperio hespanhol. Era como Napoles, como a Sicilia, como Milão, como Flandres. Ninguem imaginava que Portugal e Hespanha fôsem uma só nação e um mesmo povo.

Este pensamento é moderno, é a consequencia illegitima do que chamam o principio das nacionalidades. Em virtude d'este principio, os povos de Portugal e Hespanha deveriam permanecer eternamente separados, porque são dois povos distinctos, embora reconheçam um tronco commum, embora sejam irmãos. São slavos, isto é, irmãos e da mesma raça, os russos, os bohemios, os polacos e os eroatas, e nem por isso constituem uma só nação; nem por isso deixa de ser quasi irrealisavel o sonho do *panslavismo*.

Não é, pois, no principio das nacionalidades que deve fundar-se a aspiração á unidade iberica. Não se pôde negar, não ha razão para negar a nacionalidade portugueza, afim de imaginar como possivel a fusão das duas nações em uma só. Aragão e Castella, Inglaterra e Escocia eram nações distinctas e fundiram-se. A Dinamarca e a Suecia aspiram tambem a unir-se, como já estiveram 'noutro tempo, sem por isso desconhecem que são duas nações perfeitas, que têm tido e continuam a ter razão de ser e de existir separadamente.

É possivel, pôde ser até conveniente e glorioso, que duas nações se juntem; é porém um extremo difficil. É mistér para isso um conjunto de circumstancias propicias, que raras vezes a prudencia humana pôde proporcionar, e que quasi sempre a Providencia Divina dispõe por modo singular. Uniões como a de Castella e Aragão necessitam, além da da fortuna e da sabedoria dos principes e homens politicos que as levam ao cabo, de um ensejo appropriado e de um accôrdo feliz dos povos, que mais parece milagre que resultado de um facto natural. Uniões assim, cada dia se tornam mais difficéis, porque, quanto mais se demoram, maiores differenças e rivalidades surgem entre as nações de que se pretende fazer uma só.

O exemplo da Italia, deveria apartar-nos do *iberismo*, em vez de nos animar a proseguir 'nelle e a realisar-o.

Alli havia uma só nação, humilhada e espinhada sempre pelo estrangeiro. Os seus diversos estados eram criações artificiaes da diplomacia; as suas dynastias, quasi todas estrangeiras, eram impostas pela conquista, muitos dos seus principes occupavam o throno em virtude de um poder oppressor e estrangeiro, e, para cumprir as vontades, auxiliar os projectos e apertar as cadeias, que opprimiam a patria commum. E apesar d'isto, quanto não tem sido difficil, e é ainda, realisar essa unidade, para a qual tudo a encaminhava, unidade que era indispensavel, se a Italia tinha de sahir da prostração e da servidão em que se achava? Que tempestade não levantou em toda a Europa a queda dos *soberanos legitimos*, cujos thronos não tinham raizes no sólo em que foram arguidos? Que guerra civil não provocou em Napoles a perda de uma *autonomia* ingloria, e de um throno, cujo esplendor não era do paiz? Pois, se isto aconteceu na Italia, o que não succederia na peninsula iberica, se procurassemos imitar aquelle movimento? Alli, a união é necessaria para acabar a escravidão: aqui, a união é só conveniente para a nossa maior prosperidade e futura grandeza; alli, ninguem sonhava com uma nação toscana, parmesan ou luquesa: aqui ha duas

verdadeiras e grandes nações; alli nenhuma das dynastias decahidas estava ligada ás recordações gloriosas da patria: e aqui, não é só um membro da familia Bourbon quem occupa o throno; mas a neta de S. Fernando, a successora de Isabel, a Catholica, a representante e descendente d'aquelles illustres, sabios e valorosos reis de Aragão e Castella, cujos triumphos, cujos loiros e cuja fortuna, são a gloria do povo, que amorosamente os conserva na memoria, não é só um Coburgo (*aliás Bragança*) que se senta no throno, mas o descendente do eleito do povo de 1640, o representante e herdeiro d'aquelle valoroso e nobre mestre de Aviz, proclamado rei pelas côrtes de Coimbra, e que em si e na familia compendia e recapitula todas as glorias da patria desde os heroicos esforços do vencedor de Ourique, do conquistador de Silves e de Lisboa, até á grandeza e fortuna de D. Manuel, e á lastimosa e malograda valentia de D. Sebastião, aqui, em summa, isto é, em Portugal e Hespanha, ha duas nações, e ha duas dynastias nacionaes, que symbolisam todas as glorias de cada um d'estes povos.

Basta o que fica dicto, para se comprehender quanto é mais difficil de realisar a unidade iberica, que a unidade italiana. Hespanhoes e portuguezes amam a patria com um sentimento demasiado exclusivo; e ambas as dynastias representam por tal modo a gloria e o grande ser da respectiva patria, que até republicanos e anti-dynasticos, se tornarão monarchistas de D. Isabel II ou de D. Pedro V, no dia em que algum incauto partidario da união iberica lhes propuzer derrubar alguma das duas dynastias para realisar essa união. Acresce a isto que, tanto em Hespanha como em Portugal, o sentimento monarchico, e amor á dynastia estão ainda muí arreigados, que ha menos anti-dynasticos e menos republicanos, do que talvez alguns pensem.

D'esta fórma se comprehenderá quanto é impolitico e contraproducente fallar ou escrever a favor da união iberica, não só em prejuizo da dynastia de Bourbon, senão tambem da dynastia de Bragança. No primeiro caso, todos os monarchistas e dynasticos da Hespanha, isto é, a maioria dos hespanhoes, se levanta contra o iberismo, do que já se notaram symptomas em 1854. No segundo caso, acontece o mesmo em Portugal, como agora se está vendo, com o folheto intitulado *Fusão Iberica*, do sr. D. Pio Gullon. Este folheto salva a falta indicada e algumas outras que indicaremos, está bem escripto e bem pensado, e contém ideias e noticias de grande importancia; porém só por aconselhar a união, condemnando, posto que implicitamente a dynastia Bragança, se explica o effeito que em Portugal causou, tão contrario ao que o seu auctor indubitavelmente tinha em vista.

Não só os patriotas e os leaes, não só os que amam os seus monarchas, senão tambem os que buscam ensejos para os aduarem, a fim de medrarem á sombra d'elles, concorrem para exaltar o espirito público contra similiaes planos, e aproveitam a oportunidade para fazerem gala de patriotismo, e de monarchismo que talvez os não animam. No entretanto a parte san da nação escandalisa-se sinceramente; e, animada pelos escriptos monarchicos e patrioticos, quer competir com os auctores no amor e devoção á monarchia e á patria.

(Continúa)

Commemoração do anniversario do dia 1.º dezembro de 1640

Nos capitulos geraes apresentados a El-Rei D. João IV, nas côrtes celebradas em 28 de

janeiro de 1641, vê-se que o estado do povo propoz o seguinte:

«Pedimos a Vossa Magestade, que pois a virtude do agradecimento é a de que Deus mais se penhora, para continuar nas mercês, e acrescentar nos Imperios, em reconhecimento da mercê, que este Reino recebeu da Poderosa Mão de Deus, no 1.º de dezembro de 1640, em o livrar do captivo, em que estava, seja Vossa Magestade servido mandar ordenar, que no dito dia se faça cada anno uma procissão solemne em todos os logares do Reino, na fórma das mais procissões da obrigação das Camaras.»

A cujo pedido do povo deu El-Rei esta resposta:

«Assim o tenho mandado nos logares que convêm, e vos agradeço a lembrança que neste particular me fazeis» (a)

Do exposto deduz-se: *primo* que El-Rei já antes das côrtes havia ordenado, que se fizesse uma procissão solemne, para se comemorar o glorioso dia 1.º de dezembro de 1640; *secundo* que por ser do agrado d'El-Rei a proposta apresentada pelo povo, elle a approvou; e *tertio*, que as Camaras são obrigadas a fazer todos os annos uma procissão solemne, na fórma das mais procissões da sua obrigação, por força da disposição da Carta Patente de 12 de setembro de 1642, que manda, que em tudo e por tudo se cumpram e guardem, e hajam effeito todas as coisas contidas em cada uma das dictas respostas, sem dúbida nem minúsculo algum. (b)

Não temos até agora noticia de haver El-Rei D. João IV ordenado a Camara de Coimbra anteriormente a 1642, que fizesse uma tal procissão; mas consta-nos que o Bispo Conde João Mendes de Tavira ordenou em 1640, que se fizesse em acção de graças uma procissão, a que elle assistiu, sabido da Sé para Sancta Cruz, onde pregou o Jesuita Gaspar Correia com grande successo e applauso dos ouvintes, e que esta procissão tivera logar no dia 6 de dezembro de 1640, que foi o immediato aquelle, em que constou nesta cidade a aclamação d'El-Rei D. João IV. (c)

É certo, porém, que a Camara Municipal d'esta cidade sempre se considerou obrigada a uma tal festa nacional, e tanto que no Compendio das suas obrigações annuaes se consigna a seguinte obrigação: — Dezembro — A primeira procissão d'acção de graças pela aclamação d'El-Rei D. João IV no anno de 1640. Dá a Camara o sermão e assiste á Missa; sae da Sé e torna a ella; ha bandeira real.»

Era portanto a Camara obrigada a dar nesse dia um sermão, a assistir e a acompanhar com a bandeira real a procissão, que sahia da Sé e a ella voltava.

Consta-nos que a função religiosa ainda se fez no seculo actual á custa do Cabido na Sé Cathedral, d'onde sahia a procissão acompanhada pelo mesmo Cabido, beneficiados da Sé, priores e beneficiados das Collegiadas, e por todos os frades, com excepção d'aquelles que pertenciam ás Ordens Monachas, por serem a isso obrigados pela Constituição do Bispado de 1590, que no tit. 21 determina:

«Que em todas as procissões solenes, que n'esta cidade se fazem, como são a de Corpus Christi, Visitação, Anjos e Ladainhas, e nas festas de quaresma, e na outava do Espírito Santo, tanto que se tanger o relógio da See, ou outro sino para se começar a dicta

procissão, todos os Priores e Beneficiados da cidade e os religiosos que a ellas são obrigados, e costumão a vir, se ajuntê logo nella em quão se tange o dito Sino, o qual se tangerá hã hora continuada, cõ suas Cruzes e Sobrepelizes em ordê de Collegio, como até agora fizerão: & as Sobrepelizes lavadas & boas, como cõuem, que os Sacerdotes e Beneficiados levê em autos tão publicos & assi os tesoureiros, que levão as Cruzes: & de baixo das Sobrepelizes levarão todos roupetas cõpidas, q̄ lhe chegũe aos artelhos. E todos os que não forẽ juntos na nossa See em quão se tanger o dito Sino encorrerão em pena de cinco cruzados para a See e Meyrinhõ sem remissão, e sendo Religiosos isentos se lhe tornarão das tenças ou esmolãs, q̄ de nós ou nosso Cabido tiverẽ.

«E por q̄ nestas procissões solenes, em que vae o nosso Cabido.»

Todos os cidadãos eram obrigados a acompanhar a procissão, sem que para isso fõsse necessario aviso, e os convidados a pegar nas varas do pallio, que faltassem, eram presos na cadeia e pagavam nella a condemnação que lhe fõsse imposta pela Camara (d).

Nesta procissão ia, segundo nos dizem, de baixo do pallio uma imagem de Nossa Senhora da Conceição, de prata, e dava a mesma volta que a procissão de Corpus Christi.

A Universidade solemnizava o anniversario da aclamação de D. João IV da seguinte fórma: havia um prestito, que no dia 30 de Novembro, á tarde, ia a S. Bernardo, e no dia 1.º de Dezembro voltava o corpo universitario á mesma egreja aonde assistia á funcção religiosa dos frades d'aquelle convento.

Abolidos porém todos os prestitos pela Sr.ª D. Maria 1.ª, acabaram as demonstrações publicas da Universidade, perdendo-se com o prestito um feriado, que ainda hoje deveria existir para bem da mocidade estudiosa, sempre ávida de feriados (e).

A. T. F. da Costa.

(d) Util compendio das obrigações annuaes.

(e) Artigos decididos sobre a economia das aulas, actos e acções academicas, mandados observar pela C. R. de 28 de Janeiro de 1790.

PASMATORIO

—No dia 27 de outubro proximo findo reuniram-se, nos paços do concelho, as diversas commissões encarregadas dos festejos do 1.º de dezembro. O producto, até aquelle dia, das subscrições, já montava á quantia de 231\$140 réis, declarando os membros das respectivas commissões, que esperavam ainda obter melhor resultado.

Nas freguezias da Sé-nova e Sancto Antonio dos Oliveas já estavam tomadas as necessarias providencias para brevemente se dar principio á subscrição.

O programma dos festejos foi definitivamente approvado pelo sr. Bispo Conde e pela Camara municipal; esperava-se resposta favoravel da parte do rev.º Cabido.

Deliberou-se que se officiasse ao sr. Rector da Universidade para que sua ex.ª se dignasse convidar o corpo cathedratico para assistir á função religiosa e patriótica.

A subscrição pela academia deve começar no principio de novembro proximo, epocha que se julga mais propria.

O sr. dr. Antonio Teixeira Felix da Costa declarou que lera, que nas côrtes de 1640 foi decretado que em todos os annos se solemnizasse o anniversario da revolução de 1640, a qual lei foi sancionada por D. João IV.

Sobre proposta do sr. dr. Jardim foi deli-

berado que em todos os domingos, ás onze horas da manhan, se reunissem as commissões no mesmo local.

Achando-se ausente o sr. vice-presidente, o sr. secretario propoz que tambem exercesse aquelle cargo o sr. dr. Francisco Rodrigues de Azevedo, o que foi approvado.

O sr. presidente, agradecendo a todas as commissões os esforços empregados para obterem os melhores resultados, esperando que continuem com o mesmo zelo e actividade, fechou a sessão era uma hora da tarde.

—O recebedor d'este concelho de Coimbra acaba de publicar um edital, marcando o praso de 30 dias para a recepção da décima, tendo principio em 2 do corrente, e finalizando em igual dia do mez de dezembro proximo futuro, impondo uma multa aos contribuintes que n'aquelle curtissimo espaço de tempo não concorrerem á chamada. Não nos podẽmos convencer de que os povos de trinta e tantas freguezias possam, durante o tempo fixado, satisfazer as suas collectas, dando-se as seguintes circumstancias (o que aconteceu nos annos anteriores): 1.ª a casa destinada para a recepção da décima é de tão pequenas dimensões, que apenas vinte pessoas nella cabem; 2.ª são apenas dois os empregados a receber e a passar os recibos, accrescendo ainda o seu pouco desinvolvido e servico; 3.ª a recebedoria é aberta ás nove horas da manhan, e fechada ás tres da tarde. Em vista, pois, do que acabamos de expôr, é ou não prejudicial aos povos o pouco tempo que nos editaes se marcou? Por esta fórma, admittido que seja que os contribuintes concorram durante aquella epocha, está provado que tẽm de pagar a multa imposta, não por não cumprirem, mas por culpa do recebedor, que ha de querer, provavelmente, fazer render o officio. Ao sr. delegado do thesouro pedimos as mais inercias providencias, para evitar que o povo seja d'aquella maneira esfolado.

Voltaremos ao assumpto, se por ventura se não dignarem prestar attenção ao que dizemos, pois só rogãmos justiça e a destruição d'um abuso inqualificavel. O povo já começa a bradar contra algumas determinações do citado edital, e parece-nos que deve ser attendido.

—Falleceu nesta cidade no dia 29 do passado o sr. Salgado, alferes commandante do destacamento de cavallaria n.º 4, aqui estacionado. O funeral foi feito com todo o apparato, e acompanhou-o a philharmonica Conimbricense, que generosa e gratuitamente se prestou a isso.

—Pedimos á camara municipal que preste a sua attenção para o estado vergonhoso em que se acham as ruas do Carmo, e da Alegria; e que providencie sem perda de tempo para que aquellas ruas possam ser transitaveis.

—Hoje, dia da commemoração dos feis defunctos, ha missas na capella do cemiterio da Conchada, das 8 ás 9 horas da manhan, e das 11 ao meio dia.

—No dia 29 do passado foi o prestito da cathedral, composto do cabido, beneficiados, capellães e seminaristas, á egreja de Sancta Clara, onde houve missa cantada. Esta festividade é em honra de Sancta Isabel.

—Lembrãmos á respectiva commissão dos festejos populares da independencia de Portugal, que muito conviria, para maior apparato e esplendor, que na procissão do 1.º de dezembro fõsse a imagem da rainha Sancta Isabel, com a qual o povo tem grande devoção. Seria esta por certo uma das melhores deliberações que tomaria aquella commissão.

—Parece ser fóra de dúbida, que a récita de abertura do novo theatro de S. Christovão terá logar no dia 1.º de dezembro. As obras

(a) Collecção Chronologica da Legislação por José Justino d'Andrade e Silva, segunda serie de 1640—1647, pag. 28.

(b) Idem a pag. 58.

(c) D. Gregorio d'Almeida, Restauração de Portugal Prodigioso.

tanto de carpinteiro e pedreiro, como de pintura, acham-se muito adeantadas. Também já allí se andam collocando os cannos de gaz.

— Brevemente teremos récita no theatro academico. Pelo respectivo conselho foi preferido o sr. Joaquim Antunes d'Almeida, para allí ir estabelecer o botequim em noites de espectáculo. A escolha foi acertada, porque o sr. Almeida ha de cumprir com consciencia, que é o que pretendem os concurrentes a theatros.

— Corre por ahi uma boa noticia. Assegura-se que o barão de Moreira, consul portuguez no Rio de Janeiro, fóra chamado a Lisboa e deve chegar n'um dos proximos paquetes. É justiça tardia feita ás reclamações dos nossos compatriotas residentes na capital do Brazil; mas enfim bom foi que se lizesse, porque a dignidade e honra do paiz e do governo imperiosamente o exigem.

— Procedeu-se, no dia 29 do passado, á eleição para os diferentes cargos da sociedade do theatro de S. Christovão, e sahiram eleitos:

Assembleia geral

Presidente, Dr. Bernardino Joaquim da Silva Carneiro; secretario, Sebastião Monteiro Lopes Quaresma.

Conservatorio dramatico

Dr. Antonio Augusto da Costa Simões, bacharel José Antonio dos Sanctos Neves Doria, Ignacio Rodrigues da Costa Duarte.

Direcção

Dr. João Antonio de Sousa Doria, Antonio José Alves Borges, José Julio Cesar, Paulo José da Silva Neves, José Maria Galeão, empadado em votos com o bacharel José Antonio dos Sanctos Neves Doria.

— No Porto, dizem os jornaes d'alli, todos perguntam uns aos outros qual o programma dos festejos do 1.º de dezembro, ao que pessoa alguma sabe responder. Pois admira; porque sendo aquella cidade a que tomou a iniciativa para se solemnizar o anniversario da independencia de Portugal, parece que se devia esmerar em preparar grandes festejos, e appresentar um programma esplendido e apparatoso, porque entre os habitantes da muito nobre, leal e invicta cidade do Porto, ha os precisos elementos para dar uma prova exuberante e clara de quanto preza a liberdade, socêgo e bem-estar da patria. Sentimos demasiado que os influentes tão depressa esmorecessem. Cá na Lusa Athenas todos os dias cresce o enthusiasmo, e preparam-se grandes festejos, em que toda a cidade, sem excepção, toma acalorada parte. É que em Coimbra ha bastante patriotismo, quando se tracta de fazer vêr ao estrangeiro a nossa ambição pela liberdade. Honra, pois, aos conimbricenses.

— Já chegou a esta cidade a primeira dama para o novo theatro de S. Christovão; é a ex.^{ma} sr.^a D. Julia Amelia de Faria e Pinho, uma das mais acreditadas actrizes portuguezas. O drama que ha de subir á scena no primeiro de dezembro deve começar a ensaiar-se com toda a brevidade. Dizem-nos que é a descripção da revolução de 1640 em Evora, e que está bem escripta.

— Em Trancoso, e outras villas de Portugal fazem-se os maiores preparativos para comemorar o anniversario da restauração da independencia d'este reino. Em fim por toda a parte o enthusiasmo passa a delirio.

— Consta que o barão de Moreira, depois de chegar a Lisboa, será demittido de consul geral no imperio do Brazil. Se tal noticia se realisar, desde já sinceramente felicitamos os nossos compatriotas existentes além mar. Ha mais tempo, em vista das accusações, o nosso governo deveria ter dado aquelle passo, para honra d'esta nossa acabrunhada nação.

— Celebraram-se em Lisboa as exequias por alma do conde Cavour. Foram solemnes e aparatosas.

— Sua magestade el-rei o sr. D. Pedro v tem tido um incommodo febril, assim como os srs. infantes D. Augusto e D. Fernando. Este último está gravemente doente com um typho, mas a sciencia emprega os possiveis exforços para salvar sua alteza.

— Rebentou a revolução em Pesth, capital da Hungria.

— A fragata russa Swethana encalhou nas costas do Japão, perdendo-se com toda a tripulação e passageiros, que excediam a 800 pessoas.

— Diz o *Jornal do Havre*, que Victor Hugo vendeu á casa Paguerre, por 400:000 francos (72:000\$000 réis) o manuscrito do seu romance—*Os miseraveis*. Este romance apparecerá, diz o *Boletim de Paris*, em folhetins no *Jornal dos Debates*, antes de ser vendido na livraria.

— Dois amigos, que ha muito tempo se não viam, encontraram-se casualmente.

— Ó lá, como vaes? — disse um ao outro.

— Não muito bom — disse este — pois desde que nos não vemos que me casei.

— Boa noticia!

— Não é muito boa, porque minha mulher tem um genio infernal.

— Mau! . . .

— Não é tanto assim, porque trouxe em dote uns vinte contos de réis.

— Consolação para o teu mal . . .

— Pouca consolação, porque gastei todo este dinheiro em gado lanigero, que morreu todo de ronha.

— Terrivel fatalidade!

— Não foi tanto assim, pois vendi as pelles e tirei mais dinheiro do que me havia custado o gado.

— Ficou uma cousa pela outra.

— Não, senhor, porque a casa aonde eu tinha o dinheiro ardeu toda, sem poder salvar nem cinco réis!

— Que fatalidade!

— Não foi tão grande como pensas, porque tambem ardeu minha mulher.

— Está prompto o caminho de ferro americano, dos pinhaes de Leiria a S. Martinho do Porto.—A estação no pinhal, é em Pedreanos. O número de wagons não excederá nunca a 16.

Haverá pelo menos duas carreiras por semana. O serviço de tração é feito por gado cavallar, ou mular. O caminho tem 37 kilometros, (7 legoas e meia aproximadamente).

A exploração deve começar no 1.º de Dezembro. É tambem uma bella festa commemorativa.

S. Martinho do Porto, é um porto que ainda no seculo passado admittia naus, e onde se construíram algumas. Dista 16 legoas de Lisboa.

— Lord Berkley, homem de grande firmeza e presença de espirito, costumava gabar-se de que nunca se deixaria roubar por um salteador só. Uma noite, que ia de jornada, fez um ladrão parar o seu carrinho, e mettendo-lhe uma pistola pela portinhola, pediu-lhe a bolsa, dizendo, que visse s. s.^a como bastava um só ladrão para o roubar. Lord Berkley fingindo que levava a mão á algibeira para tirar o dinheiro, replicou-lhe com o maior sangue frio:— Nunca tu me poderias roubar sem o auxilio d'esse, que está por detraz de ti.

O ladrão virou a cabeça para olhar, e n'este momento lhe deu lord Berkley um tiro que o matou.

— Já não é um mysterio a projectada expedição de Garibaldi aos principados da Ca-

talunha; Cialdini dirige-se com pés de lã para Madrid, e por fim as gazetas francezas já começaram a fallar sem rodeios, nem equívocos, que se tracta de um modo muito habilmente combinado de exterminar o último ramo dos Bourbons de Hespanha, sentando-se no throno dos reis catholicos a estirpe dos Braganças. Ha quem assegure que o tio Luiz encaminha este plano abertamente! . . . Ora aqui têm no que veio a dar a proclamada annexação, e todas essas fallacias da união iberica. . . Quando muitos já acreditavam que mais dia menos dia as garras do leão castelhano agadanhavam este Portugalsinho, que ia desaparecer da carta geographica da Europa, para todo o sempre, trocaram-se as scenas: agora os que estão em mãos lenções são os castelhanos, que vão ser em breve absorvidos pelos lusitanos. . . Tudo isto se deve ao tacto diplomatico de D. Necessario, que assim de gatinhas está destinado a ser um segundo Cavour na Peninsula Iberica.

PUBLICAÇÕES LITERARIAS

OS PORTUGUEZES

E

A IBERIA

EM QUE SE EVIDENCIAM

AS INFELICIDADES QUE RESULTARIAM A PORTUGAL PELA SUA FUSÃO COM HESPANHA

POR

J. A. C. de Vasconcellos.

Vende-se na loja da Imprensa da Universidade e nos commissarios respectivos. Preço 200 réis.

JORNAL DA ASSOCIAÇÃO

DOS PROFESSORES

5.ª SERIE

Publicou-se o n.º 5.—Vende-se e assigna-se na rua da Saudade n.º 1 em Lisboa.

Por anno com estampilha 980

Seis mezes 500

Tres dictos 270

Avulso 40

ANNUNCIOS

BASAR DE PRENDAS

NO

SALÃO DO THEATRO ACADEMICO

Este basar terá logar no dia 3 de novembro, em beneficio do prêso Possidonio da Silva Alves Brandão.

Na loja nova de Antonio José Duarte, na rua de Sophia, se vendem bilhetes inteiros, meios, quartos, oitavos e fracções, de todos os preços, da loteria extraordinaria da Sancta Casa da Misericordia de Lisboa. A extracção será no dia 12 de novembro proximo futuro, e o prêmio grande é de 50:000\$000 réis. Na mesma loja se está formando uma sociedade.

PORTUGAL INDEPENDENTE

JORNAL ANTI-IBERICO, LITTERARIO E NOTICIOSO
DEDICADO A S. M. EL-REI O SR. D. PEDRO V
E AOS PORTUGUEZES RESIDENTES NO PAIZ E NO BRAZIL

REDACTOR — Augusto José Gonsalves Fino

PUBLICA-SE AOS SABADOS

Assigna-se e paga-se este jornal: em Coimbra, na Imprensa da Universidade; nas Provincias, em casa dos Srs. Directores de Correios; no Brazil, em casa do Sr. José Julio Lopes Gonsalves, Rio de Ostras. Preços por trimestre, ou 12 numeros: em Coimbra 400 réis; nas Provincias 460 réis; no Brazil (moeda forte) 700 réis;—número avulso 100 réis. — Toda a correspondencia, franca de porte, será dirigida ao Redactor do *Portugal Independente*, Coimbra. — Escriptos não publicados, não serão restituídos.



O crepe funerario reveste hoje a familia real portugueza!

Sua Alteza o senhor infante D. Fernando succumbiu no dia 6 do corrente, ás cinco e meia horas da manhan!

A inexoravel morte cortou um dos ramos da magestosa arvore, ceifou mais uma existencia preciosa, que as preces de um povo inteiro não poderam poupar ao fatal destino!

Não lamentámos o passamento do senhor D. Fernando só pela sua qualidade de principe. Como cidadãos livres, deplorámos um facto, que vem enlutar o primeiro cidadão constitucional; tomámos lucto por um dos filhos de D. Maria 2.ª e de D. Fernando, venerandos progenitores, que souberam implantar nos corações de sua numerosa prole os mais salutaes preceitos da moral e da virtude!

É admiravel, é respeitoso, é digno de ser imitado o modo como na vida domestica ou na vida pública se conduz a familia real portugueza!

Nem uma queixa, nem um resentimento contra quem exerceu e agora exerce o supremo poder do Estado! pelo contrario: tudo veneração e reconhecimento pelos repetidos actos da munificencia real. Todos os membros d'aquella familia partilham os mesmos sentimentos humanitarios, e ninguem os excede em accões de philantropia!

O rei está identificado com o povo: quando este soffre, o monarcha não é indifferente aos males que nos affligem; e se no poder humano não existe o remedio para todas as vicissitudes da vida, ha ao menos os meios de neutralisar as suas funestas consequencias; e 'neste affan caridoso, 'neste lidar incessante a bem da humanidade, a iniciativa, se não parte logo d'ante o solio real, não se faz esperar o seu efficaz auxilio e o seu proficuo

exemplo: por isso o povo retribue aos seus principes com a mais decidida affeição, como não a recebe nenhuma outra festa coroada. Em Portugal dá-se a anthese do que se passa 'noutros paizes, que timbram de exercitar a civilisação no mais elevado grau: quando as circumstancias o exigem, o rei aqui é cidadão, e o povo é rei; mas sem que 'nesta permutação se affrouxem os laços, que mutuamente os unem! . . .

Elevemos, pois, 'nesta solemne occasião, as demonstrações do nosso profundo sentimento perante o Pac afflicto e Irmãos consternados; e depositemos junto ao real athaúde a pungente e acerba saudade, que experimentámos.

CAMARA MUNICIPAL

Estando proximo o dia em que se ha de proceder á eleição da camara municipal d'este concelho de Coimbra, temos a honra de appresentar aos nossos concidadãos eleitores a seguinte lista:

Dr. Joaquim Maria Rodrigues de Brito, lente de direito.

Bacharel, Diogo José dos Sanctos, proprietario, de Larçan.

Olympio Nicolau Ruy Fernandes, administrador da Imprensa da Universidade.

Julio Maximo Pereira de Senna, proprietario.

Paulo José da Silva Neves, negociante.

Joaquim Augusto Rosa de Carvalho, proprietario, de Cellas.

José dos Sanctos Monteiro, proprietario, de Castello-Viegas.

Pedimos para esta lista o apoio de todas aquellas pessoas, que desejam ver individuos de toda a probidade á testa dos negocios municipaes.

Programma para os festejos patrioticos, que hão de ter logar no 1.º de Dezembro de 1861.

Artigo 1.º No dia 1.º de Dezembro, pelas nove horas da manhan terá logar uma demonstração com girandolas e com repiques de sinos, em todas as egrejas da cidade.

Artigo 2.º Impetrada a devida venia, ce-

lebrar-se-ha na Sé Cathedral uma missa cantada, com sermão, para assistir á qual serão convidadas as Auctoridades Ecclesiasticas, Academicas, o Corpo Cathedralico e Academico, as Auctoridades Civis, Judicarias, Administrativas e Militar, os Funcionarios publicos, as Corporações, Irmandades, etc. etc.

Artigo 3.º Finda a missa sahirá uma procissão composta de todas as Irmandades convidadas, que será acompanhada das pessoas acima referidas, que se prestarem a tomar parte 'neste acto religioso. A procissão dirigirse-ha ao templo de Sancta Cruz, onde será cantado um solemne *Te-Deum*.

Artigo 4.º Pedir-se-ha que a força armada compareça a este acto, e acompanhe a procissão até Sancta Cruz, e que depois de findo o *Te-Deum* dê as descargas do estylo.

Artigo 5.º Sollicitar-se-ha da Sancta Casa da Misericordia, da veneravel Ordem Terceira, da Associação Consoladora dos Afflictos, e das Direcções dos Asylos de Infancia desvalida e de Mendicidade, que no dia immediato ao da festividade ampliem a sua beneficencia aos infelizes, que se acham acolhidos sob a sua protecção, pedindo-lhes que as esmolas, sejam distribuidas pelas respectivas Mesas e Direcções, em corporação.

Artigo 6.º No mesmo dia será augmentado o jantar aos presos retidos na cadeia de Coimbra, mediante ajuste prévio com o fornecedor das rações aos mesmos presos.

Artigo 7.º Pedir-se-ha aos Chefes de todas as Repartições e Estabelecimentos publicos, que no dia da festividade façam illuminar as frontarias dos respectivos edificios. Igual pedido se fará aos habitantes de Coimbra para que illuminem o exterior de suas habitações, e decorem as janellas das ruas por onde haja de passar a procissão.

Artigo 8.º Pedir-se-ha a cooperação das duas Sociedades Philarmonicas para que concorram para o brilhantismo dos festejos patrioticos.

Artigo 9.º Provêr-se-ha a tudo de modo, que as despesas a fazer sejam o mais reduzidas que possivel fôr, entregando-se ao Asylo de Mendicidade as sobras da subscrição que se promove pelos habitantes de Coimbra, para as empregar na compra de papeis de crédito, que mais productivos sejam.

Artigo 10.º Pedir-se-ha á Direcção do Asylo de Mendicidade que no dia da festividade admitta no asylo alguns mendigos, que devam ser preferidos pelas suas circumstancias; devendo o ingresso dos novos asylados ter logar logo depois do *Te-Deum*.

Artigo 11.º A Comissão executiva fica

auctorizada a ampliar este programma em tudo que fôr deficiente; fazendo-se auxiliar de todas as pessoas que julgar convenientes, e cujos serviços sollicitará.

Coimbra, 18 de outubro de 1861.— Aprovado em reunião de 20 de outubro de 1861.— Está conforme.— O Secretario da Commissão Central, *Olympio Nicolau Ruy Fernandes*.

Extracto da acta da sessão da commissão para solemnisar o anniversario do 1.º de Dezembro de 1640.

No dia 3 de novembro pelas onze horas da manhã, na sala da vereação do concelho de Coimbra, reuniu-se a commissão central e as commissões parochiaes, para o proseguimento dos trabalhos de que as mesmas commissões se acham encarregadas.

O ex.^{mo} sr. presidente, por parte da direcção do Asylo de Mendicidade, declarou, que no dia 1.º de dezembro, em que deverão ter logar os festejos patrióticos, serão admittidos naquelle asylo dois individuos, que pelo seu estado mereçam tal protecção, para o que será isto annuciado nos jornaes, para conhecimento dos que pretenderem aquella graça. A assembleia ouviu com satisfação as declarações do ex.^{mo} sr. presidente.

Por parte das commissões filiaes foi declarado o seguinte:

S. Christovão a subscrição perfaz já a quantia de 70\$000 réis;

Sancta Cruz excede a quantia de 64\$000 réis;

Sé Nova somma já uma quantia excedente a 50\$000 réis;

Sancta Clara, já recebidos 50\$000 réis;

Na de Sancto Antonio dos Oliveas progridem os trabalhos para se obter a subscrição, e continuam em todas as freguezias acima referidas.

Foi deliberado que ás pessoas, que por ventura não tenham podido ser encontradas pelas commissões, quando percorrem as suas respectivas freguezias, se enviem cartas sollicitando os seus donativos, para que aquelles cidadãos, a seu pesar, não deixem por isso de concorrer para um fim tão patriótico e humanitario, como o que se pretende realisar.

O ex.^{mo} presidente declarou, que já havia a resposta official da camara municipal, em que ratificava o accôrdo em que estava com a commissão, como verbalmente já lhe havia sido declarado pelo ex.^{mo} sr. presidente e pela camara em vereação.

Para apresentar ao ex.^{mo} sr. reitor da universidade o officio de convite para s. ex.^{ta}, para o corpo cathedratico da universidade e lyceu, doutores, corpo academico, e empregados, foi nomeada uma deputação composta dos ex.^{mos} srs. doutores Rodrigues, Donato e Jardim, e Olympio.

Suscitou-se discussão sobre o modo de dirigir os convites ás irmandades e confrarias; receiando alguns dos membros presentes que entre ellas se suscitem questões de melindre, pelas precedencias, que entre as mesmas possa haver; e foi deliberado que, não cabendo nas attribuições da commissão central discriminar aquillo que entre essas corporações era ponto controverso, a commissão central declinasse de si essa difficuldade,

fazendo o convite em geral, porque todas eram credoras d'esta deferencia.

Para dirigir os trabalhos d'armação ficou auctorizado o sr. José Julio para deliberar como melhor entendesse, de accôrdo com o sr. Antonio José de Oliveira.

Relativamente a fogo, foi deliberado, que só se dispendesse a quantia strictamente necessaria para um certo número de girandolas, a fim de se não distrahiem os fundos da sua justa applicação.

Foi finalmente deliberado, que, sendo de triumpho a procissão que se premedita, serão admittidos anjos; o que assim se fará annunciar, para conhecimento das pessoas que costumam tomar a seu cargo o adôrno dos mesmos anjos; porém, que seria conveniente que as familias das crianças que alli hajam de concorrer, o façam constar ao secretario da commissão, para previamente se prevenirem certos arranjos, que para aquelle fim se tornam necessarios: com o que findou a sessão; devendo a seguinte ter logar no proximo domingo.

Secretario, *Olympio Nicolau Ruy Fernandes*.

Algumas considerações sobre as praças de guerra de Portugal

(Continuado do n.º 5)

Nestes ultimos tempos se tem em Portugal votado a um completo abandono, tudo que respeita a fortificações; nenhum melhoramento se tem feito em praça alguma, mas nem ainda se tem olhado pela sua conservação, deixando, que, a grande parte d'ellas, a acção do tempo as reduza a ruinas. Só com Elvas tem havido algum cuidado, mas unicamente com a sua conservação.

Esta praça é a unica que temos, que tal nome mereça, por estar ainda no caso de sustentar um aturado sitio a qualquer exército. E com quanto uma parte de suas fortificações não sejam muito modernas, com algumas pequenas correções pôr-se-ia em estado de poder continuar a merecer sua antiga celebridade.

Em todo o seu systema de defesa, sobressae o Forte da Graça, que se deve considerar um modelo no seu genero, e que nenhum outro melhoramento precisa, além da reforma de armamento.

O Forte de Sancta Luzia é de uma importancia muito inferior á d'aquelle; comtudo, não se pôde dizer que o seu traçado seja mau, porque na realidade, faz honra á epocha em que se construiu, pôde-se ainda hoje considerar uma obra de muita força, em attenção á sua proximidade da frente mais forte da praça, com que se communica por estrada coberta. Era porém de summa conveniencia, que pelo menos, se tractasse de abrigar mais o revestimento de suas muralhas, em que, em parte, offerece presa á artilheria inimiga desde os taludes.

Aos quatro reductos que occupam alguns pontos dominantes, nenhuma obra aconselhámos, senão a sua demolição: são obras tão singelas, que seria ridiculo esperar-se que ellas hoje resistissem á primeira investida do inimigo. A collocação de alguns, também não é a melhor. Os denominados de S. Pedro e de Sancto Antonio podiam ser vantajosamente substituidos por um fortim estrellado, no alto da Piedade. E os de S. Francisco e S. Mamede deveriam, cada um, ser substituido por

uma obra do mesmo genero; vindo por esta maneira a ficar melhor coberto com tres fortalezas, um maior espaço de terreno que aquelle que hoje cobrem as quatro; e em cujo espaço commodamente se podia entrincheirar um exército, que qualquer vicissitude de uma guerra levasse a procurar o abrigo da Praça.

Muito boas razões aconselham, que o alto da Boa-Fé tambem seja occupado por um bom fortim.

O recinto magistral da praça tem em parte alguns defeitos, mas de facil correcção, quando se não prefira firmar a defesa na linha de fortes exteriores. As suas frentes de oeste e de sul, estão bem cobertas e muito reforçadas com revellins, tenalhões, e outras obras são muito bem traçadas, e respeitaveis pela multiplicidade de seus fogos. Na frente do norte ha menos arte, mas tudo alli é dispensavel, pelo favor da elevação inaccessivel do terreno, e vizinhança do forte da Graça. A frente de leste é que não conceituámos tão forte:—tem um aspecto respeitavel e tambem é muito provida de fogos, mas na realidade é a mais fraca. Tem tambem algumas obras exteriores; assim como uma obra-corôa contigua, que occupa o alto do moinho de vento, e que pela simplicidade e disposição do seu traçado, constitue o maior perigo d'esta parte da praça.

Todas estas, ou quaesquer outras pequenas obras que a praça de Elvas precise, são de tão pouco custo, que jamais se poderá admittir, que a falta de recursos seja o unico embaraço para se effectuarem. Julgar-se-ha com mais acerto, em se acreditar que essa falta, e o olvido em que estão todas as outras praças, entre as quaes algumas ha, que devidamente melhoradas nos podiam ainda servir de muito, provêm mais d'essa indifferença que ha tempos se vota a tudo que respeita á fortificação do paiz, do que da falta de meios. Nenhuma nação por muito pobre que seja, deve por isso desatender a uma necessidade para ella de tanto momento; nem para isso serão preizas quantias impossiveis de realisar, se d'ellas se fizer uma acertada applicação. Pobrissimo estava Portugal em 1640, vendo-se a braços com mil difficuldades para levantar e sustentar os exercitos e esquadras que firmaram então a nossa independencia, e foi então que se construiu a maior parte das praças que hoje temos.

Em presença do constante desprezo, que os varios governos, que se têm succedido, têm votado a objecto tão vital para esta nação, é summamente grato para esta, e acima de todos os enconios, o procedimento do actual ministro da guerra, o honrado visconde de Sá da Bandeira, que constantemente tem erguido a sua auctoridade voz, clamando para que se fortifique o reino.

Pouca consideração e phrases mofadoras de alguns pertendidos espirituosos é o fructo que aquelle patriótico general tem até aqui tirado de seus aturados esforços por tão util medida; e outro ânimo, que não fôsse o seu, desde muito tempo que de tal teria desistido, tomando esse desgraçado exemplo do *laissez-aller*, com que se dirige a maior parte das nossas causas. Mas, felizmente, o dever e os honrados sentimentos têm podido mais no ânimo d'este nobre portuguez, do que exemplos tão fataes para a nação; não esmorecendo, e até mesmo mais persistindo em tão louvavel empenho; até que finalmente conseguiu, que se tomasse a muito consideravel resolução de se fortificar Lisboa e Porto, para o que, logo se votaram meios.

Mas, reconhecendo-se já que até aqui se tem commettido um grave erro, de se desconsiderar quanto respeita aos meios de defesa; reconhecer-se-ha tambem, que o unico meio de remediar o passado desleixo, é o de satisfazer

plena e cabalmente uma necessidade que o paiz tanto reclama?

As fortificações de Lisboa e Porto será só quanto nesta parte se queira fazer, com o unico fim de pôr aquellas capitães ao abrigo de um golpe de mão, ou levantar-se-hão em virtude de um plano geral de defesa?

De qualquer forma, a medida que se adoptou é de muita importancia; mas tanto maior será, quanto se attender a um plano de defesa geral, que melhor assegure o bom exito dos esforços que a nação possa fazer pela sua independencia. Quando unicamente se tracta de fortificar as capitães, e se deixe todo o paiz indefeso, faz-se uma despesa com probabilidades de se lhe não colher o fructo. Simula-se o reino a um poltrão que não sabe defender-se, e que só tracta de cobrir a cabeça, abandonando o corpo ás pancadas do aggressor.

Elvas, 14 de Outubro de 1861.

JOSÉ AUGUSTO CESAR DE VASCONCELLOS.

Hespanha e Portugal

(Continuado do número 5)

D'esta maneira, posto o *iberismo* em lucta aberta com os sentimentos mais respeitaveis, retrocede e perde terreno, em vez de adiantar. Tal é o resultado, bem nos péza dizello, que obteve o folheto do sr. Gullon. A suberba, o pundonoroso orgulho dos portuguezes, que tem grande parte na inimidade que suscitou o mencionado folheto são exorbitantes; convivimos nisto. Não somos nós menos suberbos, nem menos pundonorosos; importa porém não esquecer que uns e outros somos suberbos e pundonorosos, a fim de não nos ferirmos, quando tractámos de nos abraçarmos.

Pensar que havemos de aggregar-nos e conservar Portugal, pela violencia e pela conquista, é um absurdo evidente. Hespanha pôde conquistar Marrocos, pôde apoderar-se de toda a Africa barbara e civilisá-la; mas os povos civilizados da Europa não se conquistam nem se dominam já pela força. Até as nações que já foram dominadas e vencidas noutras eras, pugnam hoje por despedaçarem o jugo que as opprime, e é provavel que a final o despedaçem. Talvez venha o dia em que a Irlanda, a Polonia e até a pequena nacionalidade finlandezza recobrem a sua autonomia. Como se ha de pensar, pois, que a perca violentamente a patria de Viriato, de Egas Moniz e de Alvares Pereira, o immortal condestavel?

A união, a fusão, se ha de vir a realisar-se em algum tempo, como não negaremos que desejamos para bem e gloria de ambas as nações, ha de realisar-se por geral, mútuo e espontaneo consentimento. Para isso devemos deixar de nos desprezarmos, e de nos deslustrarmos, e começar a conhecer-nos e a amarmos. O momento da união politica estará sempre mui remoto, em quanto o não produzirem as sympathias, a confiança, a reciproca estimação e o carinhoso respeito. Assim o entenderam, por certo, os srs. Mas, Caldeira, Lopes de Mendonça e Latino Coelho, e não foi outro o pensamento que presidiu á fundação da *Revista Peninsular*. Desde então, a impaciencia, a precipitação, e os alardos de superioridade de alguns, têm amontoado innumeraveis difficuldades no caminho, longinquo sim, mas seguro, que iam abrindo e aplanando aquelles patriotas, tão entusiastas, quanto prudentes. Nós, que temos tido fé, que temos suspirado pela união, apenas a julgámos agora possivel. Explicaremos como se desvaneceram aquella fé e aquella esperanza, que noutro tempo tanto nos animavam e alegravam.

A maneira por que o auctor do folheto que vamos examinando chama á união é tão falsa e antipolitica em alguns pontos, que, ainda

quando os portuguezes foram menos zelosos da sua nacionalidade, é bem claro que não poderia deixar de os offender. Durante a primeira revolução franceza dizia-se *fraternidade ou morte*, isto é, *é meu irmão ou tiro-te a vida*; no folheto porém, em certo modo vac-se mais longe: pretende-se tirar a vida passada aos portuguezes, a vida que já viveram, para que sejam nossos irmãos. Segundo se deprehende do folheto, os portuguezes quasi que não têm historia nem litteratura.

Portugal só adquire a sua autonomia figurando separadamente como dote de uma *princesa castelhana*, isto é em ridicula humilhação que nunca poderá haver-se como origem historica de uma nação. O folhetinista esquece-se dos triumphos de D. Affonso Henriques, da batalha de Ourique, da aparição de Christo, do entusiasmo dos soldados quando levantaram por seu rei a D. Affonso, como noutro tempo Scipião fôra levantado imperador; esquece-se das conquistas d'este glorioso principe, que dilata o reino de Portugal até aos confins que hoje tem; esquece-se da origem heroica e poetica da monarchia portugueza, na qual, como na de Roma e nas de outras grandes republicas e estados, parece que a tradição e a historia, a verdade e a fábula, pleiteavam por aformoseal-a e engrandecel-a. Não se comprehende, pois, como o auctor do folheto se atreve a dizer que em Portugal não ha um só d'esses reflexos populares que com o nome de tradição vem a ser para assim dizer, o fermento nacional da historia.

Acrescenta, depois, ou dá a entender o sr. Gullon, que a parte principal da historia portugueza é apenas um arremêdo da nossa, porque *unida ou separada, aquella região da peninsula nos imitou*, palavras pouco pensadas, pois que com igual fundamento poderiam dizer os portuguezes que nós os imitámos. Foram elles os primeiros que pisaram a terra de Africa; foram elles, que, no tempo de D. João, o Vingador, o vencedor de Aljubarrota, conquistaram Ceuta, que nós ainda conservámos, e que foi e é o cimento e o principio da civilisação e imperio, que os hespanhoes devem levar e dilatar para além do Atlas; foram elles quem conservaram aquelle baluarte contra a mourama com o martyrio do Regulo christão, com a maravilhosa paciencia do principe constante, que mereceu a bemaventurança no ceu, e na terra que Calderon lhe eternisasse a gloria, no seu mais admiravel drama; foram elles que conquistaram Arzila, Azamor e outras cidades marroquinas, e levaram muito antes de nós a guerra á Mauritania: elles levaram o infante D. Henrique, a escola de astronomia, navegadores e descobridores, explorando, colonizando e cathechizando os reinos do Congo e de Guiné, e dilatando-se até ao cabo das Tormentas, antes que Colombo sahisse do Porto de Palos; ellez, finalmente, ainda que não contassem senão o reinado de D. Manuel, o Venturoso, não só teriam historia patria, senão um maravilhoso poema nacional, que porventura se eleva acima de todos os demais povos.

Na corte d'aquelle monarcha viveram Vasco da Gama, Pedro Alvares Cabral, Affonso de Albuquerque, terror e açoitador da Asia, conquistador de Gôa e de todo o reino de Ormuz; Soares de Albergaria, vencedor na Ethiopia e na Arabia; os Almeidas, domadores em Ceilão e Quíloa; Tristão da Cunha, Philippe de Castro, Abreu, Mello, Aguiar, Sequeira, Duarte Pacheco, o qual, com um punhado de homens, desbaratou todo o poder do Samorim, e tantos outros, cujos nomes não mencionámos por não sermos prolixos, posto que todos sejam dignos de eterna nomeada e de singular louvor. Ainda quando os portuguezes não hou-

veram feito senão o que temos dito, quem poderia afirmar, que d'esses feitos não poudes proceder outra historia mais que a hespanhola, que a nação portugueza não poudes adquirir caracter historico em seculos contados de interrompida independencia, e que toda a historia de Portugal se pôde reduzir ás biographias de quinze ou vinte grandes personagens? Será por tal theor que se grangeia a amizade de um povo, despojando-o com uma pennada da sua maior gloria, e negando-lhe até que existira?

No que toca á litteratura, não foi o sr. Gullon mais generoso com os portuguezes. *Camões e outros nomes tão notados como elle, posto que menos brilhantes*, diz o folhetista, *não podem por si sós constituir uma litteratura*. E quem assegurou ao sr. Gullon que Camões, e esses poucos nomes se acham tão isolados, e que não estão precedidos e acompanhados, como, segundo o proprio sr. Gullon, vemos em Hespanha o Cid e Cervantes pela numerosa e incomparavel hoste em que se agrupam os nossos guerreiros e escriptores de todos os tempos? Pois que, os grandes ingenhos nascem ao acaso, sem motivo, sem antecedentes, e morrem e passam, e não deixam de si rastro no paiz onde nasceram? Porventura os portuguezes tiveram Camões, o unico poeta epico nacional da Europa moderna, sem razão para o terem? Porque será que em Hespanha, na França, na Italia, na Inglaterra não ha uma grande epopeia nacional, e Portugal têm-na? Será porque o requinte, a instrucção e a admiravel perfeição da lingua coincidiram com o viver heroico, ou porque este durou alli mais tempo, ou porque aquelles nasceram mais cedo que em outras regiões? Assim é que nessas regiões, ou temos a zombaria mais ou menos dissimulada do viver heroico, como no Ariosto e em Cervantes, ou poemas artificiosos embora riquissimos de poesia, como no Tasso e Bolbuena, ou relações frias e desprovidas de ideal, como a *Henriada*, de Voltaire, ou poemas barbaros e rudes, como o *Cid*, os *Nibelungen* e as canções de Gestas, mas o livro de Camões sobrepuja a todos, porque encerra a vida, o espirito, o coração, as tradições, a gloria e as esperanças de todo um povo.

Da leitura dos *Lusiadas*, ainda quando se ignorasse a historia litteraria de Portugal, se devia deduzir *à priori*, que em Portugal houve uma grande litteratura, anterior e posterior. Livros como os *Lusiadas* não podem ser um facto isolado. Com effeito, os epicos portuguezes, prescindindo de Camões, se avantajam talvez aos do resto da Europa, excepto aos italianos. Por esta verdade respondem Corte Real, Pereira, Durão, Basilio da Gama e muitos outros.

(Continúa)

PASMATORIO

— Saudae, oh povos! saudae a aparição do *Tira-teimas*, semanario, que alguns esperançosos filhos de Minerva acabam de fazer sahir dos prelos da imprensa litteraria! Eucheivos de regosijo, deitae foguetes, mandae tocar os sinos, que agora já não ha quem seja teimoso! Oh! Providencia divina, do quanto vos somos devedores!...

Que a vida do novo collega seja prolongada é o que mais do coração estimámos; e se alguma gallega pretender atacar o illustre chronista, chame por soccorro, que immediatamente lh'o prestaremos.

— Em Viana do Castello, os festejos do 1.º de dezembro, constarão d'um *Te-Deum*, missa cantada, procissão, repiques de sinos, foguetes, illuminação e theatro. Honra seja aos patrioticos vianenses.

—Rectificando a noticia que demos, no nosso n.º 5, sobre o systema da recepção da décima neste concelho, cumpre-nos dizer, que, colhendo informações mais exactas, é menos exacto o que dissemos, porque a contribuição é cobrada por um individuo dentro dos limites de cada freguezia, e que porisso os povos de fóra da cidade não têm de vir a Coimbra satisfazer as suas collectas, mas sim na sua propria freguezia, á pessoa encarregada pelo recebedor do concelho. Assim entendemos, e é de crer, que se algum contribuinte tiver de pagar as custas, é porque não quiz cumprir em tempo competente. Achámos por consequencia que em um mez todos podem satisfazer. Em Coimbra apenas se recebe a décima dos contribuintes das seis freguezias. Agradecemos a um nosso amigo as explicações que nos deu a tal respeito.

Feita a rectificação em homenagem á verdade, fazemos uma ingenua pergunta: Qual é a razão, porque se não põe á cobrança a décima pessoal, junctamente com a predial e industrial? É para fazer andar o povo no castiguinho!

—Rogámos aos srs. directores de correios se dignem obsequiar-nos, promovendo sem perda de tempo a cobrança das assignaturas (1.º trimestre) nas suas localidades; ficando auctorizados a deduzir da importancia que receberem qualquer despesa, que por ventura hajam de fazer, enviando-nos o resto por meio de valles do correio, ou em estampilhas. É um obsequio que desde já agradecemos e que sabemos ter na devida consideração. Igual pedido dirigimos ao sr. Joaquim da Costa, livreiro em Viseu, que por nós se acha tambem encarregado de alli receber a importancia das assignaturas.

—Já começaram os ensaios no novo theatro de S. Christovão. É extraordinario o enthusiasmo de que está possuida a sociedade dramatica para que a récita de abertura tenha lugar impreterivelmente no dia 1.º de Dezembro.

—O basar de prendas em beneficio do artista Possidonio da Silva Alves Brandão, prêso nas cadeias d'esta cidade, a que se procedeu a 3 do corrente, esteve bastante concorrido. Dizemos porém, que o resultado não foi tão satisfactorio como era de esperar. Todavia o infeliz beneficiado confessa-se summamente grato é agradecido a tantas provas de philantropia que não só dos habitantes de Coimbra, como da briosa mocidade academica, recebeu por aquella occasião. A philarmonica Boa-União generosa e gratuitamente se prestou ao convite que lhe foi dirigido, tocando na alameda durante o basar. O producto do basar foi da quantia de 132\$370 réis.

—Sabemos que o sr. José Julio Cesar, a instancias d'alguns amigos e d'outras pessoas de distincção, que n'isso se têm empenhado, vae mandar á exposição universal de Londres, os dois vasos de barro, primorosamente acabados, que ultimamente estiveram na exposição industrial do Porto. O nobre e accreditado artista é digno dos mais bem tecidos elogios pelo interesse que tem tomado pelo engrandecimento da nossa industria, fazendo assim excitar o aperfeiçoamento e a applicação não só dos officiaes de sua fábrica, como tambem de todos os seus collegas. Ávante, pois, que a nação carece que seus filhos a engrandeam. Sentimos, porém, que até hoje o jury classificador dos objectos expostos na cidade do Porto, nada tenha resolvido ácerca do presente do sr. José Julio. Cremos, contudo, que terá na devida consideração os sacrificios feito por aquelle artista.

—Publicámos na sua integra a seguinte carta que nos foi dirigida pelos individuos

nella assignados, os quaes julgando que se *benziam*, quebraram os narizes. Para nós é um valioso escripto, que saberemos archivar em sitio onde a *cheia* lhe não chegue. Eis a alludida carta: —*Sr. Redactor.*—Recebemos a *graça* do seu jornal, que já sabiamos, não era de *graça*; e como nós lemos muitos jornaes de *graça*, por *graça*, e sem ser de *graça*, lhe rogámos a *graça* de suspender a remessa do seu jornal, que nos dirigia com *graça*, mas não de *graça*. —Somos com *graça* de v. —amigos de *graça*, attentos e veneradores *engraçados*. —Sampaio de Gramaços, aliás Oliveira do Hospital, 10 de outubro de 1861. —*Seraphim Garcia Ribeiro e João Garcia Ribeiro Junior.*

—Continúa a carregaçõ e a descarregaçõ na Sophia das encomendas que conduzem os carrões de Lisboa e do Porto. Pedimos pois ao sr. vereador fiscal, que se digne providenciar a tal respeito, prohibindo expressa e terminantemente que naquella rua os carrões façam paragem, estabelecendo outro local para aquelle fim.

—Sobre os festejos populares diz um jornal do Porto: aproxima-se o dia 1.º de Dezembro, e nas diferentes terras do reino, em que foi tomado a sério, como de razão era, o patriótico pensamento de commemorar o anniversario glorioso da restauração da independencia nacional, cuida-se com louvavel affan, dos preparativos para os festejos d'esse dia.

Na cidade de Lagos, (Algarve) um crescido número de bons portuguezes, resolveu a formação de uma associação, que se denomina —*Associação Patriótica do 1.º de Dezembro.*

O seu fim é promover a instrucção dos maritimos pobres, por meio do estabelecimento d'uma eschola que se inaugurará no 1.º de Dezembro, seguindo-se a este acto uma solemnidade religiosa.

Em igual dia de todos os annos, a direcção da Associação, depois da distribuição de premios, que constarão de objectos de vestuario, aos escolares, que mais aproveitamento mostrarem, assistirá com todos elles ao solemne *Te-Deum*, na igreja matriz.

Em Aveiro reuniu-se no dia 29 do proximo passado a commissão que promove e dirige a commemoração.

E bem escolhido foi o dia, porque era o anniversario natalicio de S. M. o sr. D. Fernando, o Rei Artista, que como regente na menoridade de seu Augusto Filho, foi um brilhante exemplo para monarchas constitucionaes, ganhando incontestavel direito á gratidão e sympathias do paiz. —É o rei a que o povo se gloria de dar o cognome de artista! E que é artista, como os meliores o desejariam ser, bem o mostra a collecção dos seus desenhos, que foi photographada por mr. Cifka, e se acha exposta á admiracão dos visitantes do gabinete d'este photographo, em Lisboa.

Ha na collecção 15 desenhos, em que a par do merecimento artistico, brilha a força de imaginação do augusto desenhador.

E o enthusiasmo da sympathia lá nos ia levando para longe do que começámos a contar!...

Como dissemos, a commissão de Aveiro, reuniu-se no dia 29 de Outubro findo, e resolveu a publicação d'um manifesto, que foi redigido pelo sr. Francisco Florido da Cunha Toscano, e approvado pela commissão.

Resolveu tambem que o festejo constásse de uma solemnidade religiosa, em que será orador o reverendo Conego Carvalho Goes, e dos actos de benificencia que o producto da subscrição comporte. As duas philarmonicas da cidade tomarão parte nos festejos.

Em Guimarães, berço da monarchia portugueza, começaram, no theatro de D. Affonso

Henriques, os ensaios do drama original, *Egas Moniz*, do reverendo conego Oliveira Cardoso, cuja representacão será uma das partes do festejo com que os vimaranenses, resolveram commemorar o 1.º de Dezembro.

Não sabemos se a exc.^{ma} camara do Porto, tem já tomada alguma resoluçõ relativamente a parte que deve caber-lhe, na commemoracão festiva de tão glorioso anniversario; —porém confiámos, que a tomará, se ainda a não tomou; mesmo porque ainda é lei, não derogada a que tal obrigaçõ impõe as camaras municipaes.

—No dia 3 do corrente teve lugar no Porto uma reuniõ de jornalistas para accordarem nos meios de levar a effeito os festejos que têm de celebrar-se, para commemorar o anniversario da nossa independencia, em 1640.

—Diz-se, que os italianos residentes na cidade do Porto tractam de suffragar a alma de Cavour, escolhendo para isso a magestosa igreja de S. Bento.

—O correspondente do *Districto de Aveiro* em Lisboa diz o seguinte, ao mesmo jornal:

«Os nossos vizinhos hespanhoes principiam agora a ter ciumes de nós. As bravatas de annexacão e absorpcão de Portugal, que julgavam tão facil como o fusilamento de qualquer criminoso politico, começam agora a converter-se em ciumes e receios. O projectado consorcio do sr. D. Pedro v, com a augusta filha de Victor Manuel, dá-lhes cuidado e crêem que será o precursor do engrandecimento da dynastia brigantina á custa da Hespanha. Ei-los pois proclamando aos seus brios, e invocando a ideia generosa da sua nacionalidade e independencia. De sorte que em quanto ameaçavam de nos absorver, e de nos sujeitar á sua *paternal* auctoridade, quasi que chegaram a duvidar do direito que nos assiste de pugnar pela nossa autonomia, e de repellir com energia a sua exagerada ambicão; agora, que começam a temer por si, e que se lhes vae affigurando como uma impossibilidade o seu sonho duradouro, já querem que seja respeitada a independencia da sua terra!

Em assumptos de egualdade bem se vê que os nossos vizinhos podem servir de modelo!»

—Para darmos a nossos leitores a noticia da sentida morte do sr. infante D. Fernando, anticipámos a publicação do jornal, sahindo comtudo com data de sabado, 9 do corrente.

ANNUNCIOS

1 — Pela repartiçõ da administração dos bens dos hospitaes da universidade se annuncia, que não se tendo effituado hoje o arrendamento das terras sijas nos campos de Cima, Anços e Borralha, no concelho de Monte-mór o Velho, pertencentes aos mesmos hospitaes, fica transferido o mesmo arrendamento para o dia 28 do corrente mez, o qual se ha de verificar no edificio d'este govêrno civil, abrindo-se a praça pelas onze horas da manhan. — Secretaria do govêrno civil de Coimbra, 4 de novembro de 1861. — O encarregado da administração dos bens dos hospitaes, *Adriano Lopes Guimarães.*

O basar de prendas em beneficio do asylo da infancia desvalida, terá lugar no salão do theatro academico, no dia 10 do corrente.

PORTUGAL INDEPENDENTE



Portuguezes! joelho em terra, e oremos!

Revestindo-nos hoje do crepe funereo, e derramando uma lagrima de saudade, seja essa a mais verdadeira prova de nosso profundo sentimento e consternação pela irreparavel perda, que acabamos de soffrer!

Já não existe o nosso joven Monarcha: o excelso e magnanimo Rei dos Portuguezes, a quem nos ufanavamos de prestar obediencia, respeito e amor, deixou de viver sobre a terra, desde as 7 horas da tarde do dia 11 do corrente!...

A sua alma, para e candida, foi chamada por Deus para a corte celestial, já que na terra não eramos dignos de possuir os seus elevados dotes!

Sua Magestade El-Rei o Sr. D. Pedro 5.º falleceu, e com elle as esperanças de um futuro brilhante! O nosso paiz, ha muito tempo victima de tantos infortunios, acaba de receber um golpe terrivel, pois era das virtudes d'aquelle bondoso Monarcha que nutriamos as maiores esperanças de podermos alcançar lenitivo aos nossos males!... Os decretos do Omnipotente são irrevogaveis!

Portuguezes! ajoelhemos, e oremos!

Medonho se nos antolharia o futuro da nossa cara Patria, se não contássemos com o auxilio da Providencia, que nunca desamparou esta boa terra de Portugal.

Os infaustos successos, que ora enluctam a Nação Portugueza, de certo produziram suas necessarias e funestas consequencias, se um esôrço supmo a nos não pôde conduzir a falta de união.

Somos pequenos, estamos pobres; mas podemos apontar para o nosso passado e exigir que ao menos sejam respeitados os fastos da nossa nacionalidade e o renome dos heroes, que, á custa de tantos sacrificios, por mais de uma vez firmaram a nossa independencia.

Somos pequenos, estamos pobres; mas por igual cataclysmo têm passado e estão passando outras nações, que com o seu poder quasi tem assuberbado o mundo inteiro.

Na actualidade nenhuma das nações, ainda a mais poderosa, pôde ostentar completa supremacia. Ainda não ha muito que as aguias da Russia foram vencidas na lucta pelas aguias da França e pelo leopardo da Inglaterra; em data mais recente as aguias austriacas foram derrotadas pelas mesmas aguias francezas, e pelas cohortes do Piemonte, em justa represalia do destroço de Novara. Na actualidade, ainda a Russia, a Austria, a Prussia, e a

Italia não descuram dos armamentos de seus exercitos, precavendo-se contra eventualidades que possam ameaçar o predomínio que lhes dá a sua superioridade.

E não é só na Europa que se nos apresenta este retrospecto: a America é hoje um continuado e não interrompido theatro de luctas fraticidas. Nos Estados-Unidos debatem-se os separatistas e os unionistas; no Mexico continúa uma guerra como de selvagens; e até o celeste imperio não foi exempto do funesto contagio das guerras civis!...

Portugal, nestes últimos tempos, havia desfructado uma paz invejavel, á sombra da qual fa readquirindo a sua quasi extincta prosperidade.

Sob os auspicios d'um rei verdadeiramente constitucional, os povos iam saboreando os mimosos fructos da arvore da liberdade, que parece vegetar da arvore neste paiz, onde o solo não é regado de sangue humano: um mútuo assenso estava estabelecido entre o rei e o povo: aquelle só curava da felicidade de seus subditos; estes só buscavam occasiões de patentear o seu reconhecimento a quem tão bom uso sabia fazer do sceptro, que a Providencia lhe confiara.

Curto foi este periodo de felicidade; e o seu benefico influxo quasi passára desapercibido, porque o bem não se aprecia quando se gosa, mas sim quando se perde.

O Senhor D. Pedro Quinto deixou de existir; porém, não obstante os poucos annos de sua idade, teve um tão feliz reinado, que a sua chronica irá enobrecer as páginas da nossa historia.

O throno vae ser occupado pelo inclito irmão do nosso magnanimo monarcha: acerquemo-nos todos d'elle, prestemos-lhe o preito e a homenagem que os Portuguezes sabem prometter e a que não costumam faltar. Unâmo-nos em uma só vontade, como um só homem; e assim, ainda que sejamos poucos, ainda que estejamos pobres, não deixaremos de ser fortes, e reconquistaremos o logar que já occupâmos nos congressos das nações.

Deponhâmos essas ambições facciosas, que nos depreciam perante os estranhos; tractemos de banir qualquer divisa politica, que nos desuna, e esforcemo-nos por elevar ao fastigio do poder quem só possa corresponder dignamente á elevada missão de governar um povo, que quer continuar a ser livre e independente.

Acima de tudo, a gloria de Portugal!

Parte official

ACTA DO CONSELHO DE ESTADO

Aos 11 dias do mez de novembro do anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1861, o conselho de estado reunido no Paço das Necessidades, sendo-lhe communicada a infausta e sentidissima noticia do fallecimento de El-Rei o senhor D. Pedro 5.º, foi admittido á real camara, e beijou a augusta mão de sua magestade el-rei defuncto.

O conselho, attendendo a que, na crise em que se acha o paiz por tão fatal aconte-

cimento, era de absoluta necessidade e conveniencia pública o providenciar de maneira que não haja a menor interrupção da acção governativa, e a que, não havendo expressa disposição na carta constitucional para o infausto caso que se apresenta, todas as razões de estado aconselhavam que fosse convidado el-rei o senhor D. Fernando para assumir a regencia do reino até á proxima chegada de sua magestade el-rei o senhor D. Luiz 1.º; o conselho levou o exposto á presença d'aquelle augusto senhor, e sua magestade logo ahi declarou que passava a exercer a regencia do reino, visto que assim o reclamava a causa pública, prestando o competente juramento por sua proclamação da data de hoje. E mais declarou sua magestade el-rei, que havia por bem confirmar o ministerio que se acha em exercicio, e que fôra gloriosa memoria. E, beijando os conselheiros de estado a mão a sua magestade el-rei regente, se deram todos estes solemnes actos por concluidos pelas onze horas da noite do mesmo dia 11; do que se lavrou esta acta, que é assignada por sua magestade el-rei regente e por todos os conselheiros de estado presentes.—REI, Regente.—*José Bernardo da Silva Cabral*—*Antonio José de Avila*—*Visconde de Castro*—*Visconde de Algés*—*João de Sousa Pinto de Magalhães*—*Visconde da Carreira*—*Marquez de Loulé*—*Joaquim Antonio de Aguiar*—*Visconde de Sá da Bandeira*.

PROCLAMAÇÃO

Portuguezes! Foi Deus servido chamar á sua sancta gloria, hoje pelas sete horas e um quarto da noite, el-rei o senhor D. Pedro 5.º, meu muito amado e presado filho. A dôr que opprime o meu coração de pae é sem duvida comprehendida por este povo que perdeu no Rei, que tanto amava, o modelo de todas as virtudes.

Na urgencia das circumstancias, e confôrme o voto do conselho de estado, entro no exercicio da regencia d'estes reinos durante a curta ausencia do legitimo successor da corôa. Na conformidade da carta constitucional —juro manter a religião catholica apostolica romana, a integridade do reino, observar e fazer observar a constituição politica da nação portugueza e mais leis do reino, e prover ao bem geral da nação quanto em mim couber —juro igualmente guardar fidelidade a El-Rei o Senhor D. Luiz 1.º, meu sobre todos muito amado e presado filho, e entregar-lhe o governo logo que chegue a estes reinos.

Tenho resolvido que os actuaes ministros e secretarios de estado continuem no exercicio de suas respectivas funcções.

Paço das Necessidades, em 11 de novembro de 1861. — REI, Regente.—*Marquez de Loulé*—*Alberto Antonio de Moraes Carvalho*—*Antonio José de Avila*—*Visconde de Sá da Bandeira*—*Carlos Bento da Silva*—*Thiago Augusto Velloso de Horta*.

PORTUGAL INDEPENDENTE

JORNAL ANTI-IBERICO, LITTERARIO E NOTICIOSO
DEDICADO À MEMORIA DE EL-REI O SENHOR D. PEDRO V
E AOS PORTUGUEZES RESIDENTES NO PAIZ E NO BRAZIL

REDACTOR — Augusto José Gonsalves Fino

PUBLICA-SE AOS SABADOS

Assigna-se e paga-se este jornal: em Coimbra, na Imprensa da Universidade; nas Provincias, em casa dos Srs. Directores de Correios; no Brazil, em casa do Sr. José Julio Lopes Gonsalves, Rio de Ostras. Preços por trimestre, ou 12 numeros: em Coimbra 400 réis; nas Provincias 460 réis; no Brazil (moeda forte) 700 réis;—número avulso 400 réis.—Toda a correspondencia, franca de porte, será dirigida ao Redactor do *Portugal Independente*, Coimbra.—Escriptos não publicados, não serão restituídos.

Não ha ninguem que se atreva a descrever a consternação e a dor justa e verdadeira que se apoderou de todos os bons e leaes portuguezes, ao receberem a infausta noticia da sempre chorada morte de Sua Magestade El-Rei o Senhor D. Pedro v; e qual seria a penna capaz de pintar com as verdadeiras côres, o sentimento puro, a dor acerba, que neste momento é sentida por todos que conheceram as virtudes, que adornavam tão joven, quanto esperanças, que monarchava?

O infausto acontecimento, que acaba de enlutar o Reino; a perda do nosso bondoso Rei, do nosso Amigo, do nosso Protector, é, e será sentida por todos, que amam a virtude, a honra, a caridade e todos os dons que constituem um bom Rei; e um bom cidadão.

Não o vimos nós, portuguezes, no seu curto e saudoso reinado, soffrer com a maior abnegação dolorosos transes? Não o vimos nós no meio de duas terriveis epidemias que assolaram o reino, e com especialidade Lisboa, quando todos fugiam do flagello, quando todos o aconselhavam, lhe pediam e rogavam, que sahisse da capital para evitar os perigos que ameaçavam a sua, para nós, preciosa existencia? Não o vimos nós, despresando os conselhos e rogativas, e não querendo abandonar o seu povo, que tanto amava, e por quem era tanto amado, correr diligente, a toda a hora do dia ou da noite a casa do rico, e do pobre, aos hospitaes, e finalmente a toda a parte, onde lhe constava haver uma victima do flagello, prodigalizando a todos, palavras de consolação e conforto, e ministrando até aos doentes por suas proprias mãos os remedios?! E quem haverá que não conheça estes, e tantos outros actos de abnegação, de caridade e de amor do proximo?

Mas o Ente Supremo não tinha ainda resolvido a morte do amigo dos portuguezes, e nova provação lhes preparava, para mostrar por certo ao mundo, o valor do seu dilecto filho da creatura por elle formada á sua imagem e similhaça.

Esposou o sr. D. Pedro v a escolhida do seu coração, a virtuosa princesa D. Estephania, com quem só partilhou o throno no curto espaço de 14 mezes, quando á Providencia Divina junctou o seu! Ainda assim, apesar de tantos desgostos e de tantas provações, o sabio Monarcha não succumbe: redobram os seus actos caridosos, augmenta o seu amor pelo seu povo, e durante o seu limitado reinado mostra ao mundo e a todos os imperantes como governa um Rei livre, como se castiga o mau, sem espalhar o sangue humano, e como deve portar-se um Rei, para ter o amor extremo d'um povo inteiro!

Todos os Monarchas, mesmo aquelles que deixaram seu nome eternizado por um reinado venturoso e benefico, tiveram paixões ou vicios, que offuscam o brilho de seus

actos heroicos, ou providentes; mas o sr. D. Pedro v era venturoso sem pretensão, religioso sem fanatismo, e sem a mais leve macula na sua reputação de Rei, e de primeiro cidadão; entregou-se sempre aos deveres que lhe impunha a coroa, que herdára, seguindo á risca os conselhos e exemplos de sua virtuosa Mãe, a senhora D. Maria II.

Quem haverá que se atreva a negar ao sr. D. Pedro v os costumes os mais puros e o maior desvelo por todos os portuguezes?

Cidadãos! perdemos o nosso Rei, o nosso Amigo, o Paç dos desvalidos, mas console-mos com a ideia, de que elle no ceu, juncto aos seus maiores, e á sua amada Estephania, roga a Deus pela nossa felicidade e pela nossa independencia: e uma vez que a sorte poude tirar d'entre nós aquelle que agiota, não possa ella riscar nunca, de nossos corações as suas constantes virtudes.

Espinhal, 13 de Novembro de 1861.

Luiz Pires Monteiro Bandeira.

Funeral do Sr. D. Pedro v O REI ILLUSTRADO

O sepulchro dos reis recebeu hoje mais um cadaver. O povo despediu-se de um dos seus melhores amigos.

Neste ultimo adeus a dor foi igual para todos. Uma profunda tristeza affligia todos os corações, tornava pallidos todos os rostos, humedecia todos os olhos.

Choravam tanto os que tinham vivido juncto do rei, como aquelles que nunca lhe tinham fallado, e estavam habituados a vê-lo passar, a fallar das suas virtudes e a soffrer com as suas desgraças.

Nunca a cidade se revestiu de tão pesado lucto, nunca um povo se despediu com mais saudade do seu rei. É que a desgraça é a pedra onde se aquilata os amigos e o sr. D. Pedro v nunca desamparou os seus subditos nas horas da desventura.

As ruas por onde passou o prestito estavam cheias de povo, e todas as mais ficaram desertas. Desde as Necessidades até S. Vicente estendiam-se as alas da tropa, entrelaçadas com as do povo. Seriam talvez, cem mil pessoas, as que estavam paradas, e as que formavam o cortejo, e em toda aquella immensa concurrencia reinava um silencio profundo e solenne. Todos receiavam perturbar com a voz o acto augusto a que assistiam.

As dez horas da manhã sahiu o prestito funebre do paço das Necessidades. Era precedido de um esquadrão de lanceiros, e de seis porteiros da canna, a cavallo, e vestidos de capa e volta.

Seguiam-se mais de cento e vinte carruagens de titulares e mais pessoas que formam a côrte.

Depois a pé as diversas corporações de Lis-

boa. Commissões dos asylos, do centro promotor, dos empregados publicos, homens de letras, dos actores e actrices, do corpo commercial portuguez e estrangeiro; os aspirantes e officiaes de marinha, a companhia de bombeiros, os empregados do arsenal, o conservatorio dramatico, os conselhos e alumnos das escholhas polytechnica, do exercito, medico-cirurgica e do collegio militar; uma numerosa commissão das tripulações dos navios mercantes, á frente da qual iam os condecorados com a medalha de salvação da sociedade humanitaria; a officialidade das armas scientificas; os alumnos do arsenal do exercito; e os alumnos da casa-pia, muitos collegios da capital com os seus directores e mestres, etc.

As tres camaras municipaes de Lisboa, Olivença e Belem; e egualmente a pé os srs. ministros de estado, visconde de Sá da Bandeira, com os seus ajudantes, e o sr. Thiago Horta.

Uma senhora levava uma corôa de perpétuas enterlaçadas com saudades, da forma da corôa real, para a depositar no jazigo de el-rei.

Seguiam os coches da casa real conduzindo o porteiro da camara, e moços da guarda-roupa, os officiaes môres da casa real, um dos quaes conduzia a corôa real, e os ecclesiasticos que acompanhavam o augusto cadaver.

Depois o coche de respeito armado em camarin, e logo o coche com o athaude do real cadaver.

O panno de velludo que cobria o athaude levava pregadas de cada um dos lados as medalhas, que S. M. tinha recebido, a da sociedade humanitaria, e a da febre amarella. De cada lado do athaude caminhavam dois condecorados com a última medalha.

Aos lados do ultimo coche iam os moços da real camara com tochas accesas entre as alas dos moços de estribeira, e archeiros da casa real, caminhando todos descobertos. Atraz ia a guarda real dos archeiros, seguindo-se os officiaes generaes, com o respectivo estado maior todos a cavallo.

Fechavam o prestito dois esquadrões de lanceiros, com as bandeiras das lanças cobertas de preto, e a cavallaria da guarda municipal. Depois todo a força de infantaria e caçadores debaixo do commando do sr. general Bravo.

Os coches da casa real chegaram a S. Vicente ás tres horas da tarde. O athaude foi collocado pelos competentes dignitarios sobre a tarima no adro da igreja, e d'ahi levado em um esquife pela irmandade da sancta casa da misericordia de Lisboa até á primeira eça collocada no meio do templo; as duas medalhas foram despregadas do panno do athaude e collocadas nos dois lados do esquife: alli a collegiada da mesma sancta casa cantou os devidos responsorios. Depois o athaude foi levado pelos mesmos dignitarios á segunda eça,

levantada no centro da quadratura patriarchal.

Seguiu-se a missa pontifical.

Findos os actos religiosos foi o augusto cadaver depositado no jazigo real.

Todos os corpos formados em roda do templo deram depois as descargas do estylo; o castello e os navios de guerra surtos no Têjo salvaram com 21 tiros.

Durante o dia conservaram-se fechadas todas as lojas da capital.

(Revolução de Setembro).

PORTUGAL

LISBOA 15 DE NOVEMBRO

Descobertos e em pé, graves e tristes, inclinemo-nos deante do sahimento real!

Póde passar sem nós essa pompa, porque todas as pompas nos afastam; mas não deve passar sem nós essa dôr, porque todas as dôres nos chamam!

Com o respeito, damos testemunho de nossos principios, honrando a realza; com a magua, damos prova de nossos sentimentos, lastimando o infortunio.

Legitimistas e monarchicos, bastava esse cadaver ser de Príncipe para nos attrahir a veneração; christãos e portuguezes, basta ser o cadaver de um homem, basta ser uma desgraça que fêre nossos irmãos, para se nos ir logo o coração nas sympathias da tristeza.

E se ahí caminham para o jazigo os despojos de um triste, de um infeliz, apesar de Príncipe; de um desgraçado, apesar dos faustos da fortuna apparente; de um que todos dizem e que elle proprio se dizia desditoso, como lhe pôdem faltar no cortejo das lagrimas os que de lagrimas vivem ha tantos annos, os cortezãos da desventura, os soldados fieis de outro Príncipe tão infeliz, tão desgraçado, tão desditoso tambem?! Oh! que ninguém melhor sente as dôres alheias do que aquelle que nas suas proprias tem aprendido como ellas dôem!

Esperanças ceifadas?! Sabemos bem o que custam. Nunca houve chão mais alastrado de folhas em mais cruel outumno de vida pública!

Feridas profundas?! Quantas e quão acerbadas, no destêrro, no lucto e na miseria! Na miseria, que é alguma cousa ainda mais terrivel e mais negra do que a morte!

Saudades?! Temol-as gemido longas; comprehendemos por isso como pungem a alma, avaliâmos como vos devem agora pungir a vossa!

Tomae, pois, para o vosso pranto este tributo que vae molhado com o nosso; com o nosso a que estamos acostumados; com o nosso que vos recordâmos aqui, não por memoria inopportuna de aggravos, mas só por segurança de que sabemos esquecer e chorar!

Chorâmos convosco porque sois hoje infelizes, como nós o temos sido, na orphandade e na ausencia; porque choraes como nós temos chorado; porque vêdes partir para o destêrro do tumulo o vosso Príncipe, como nós temos visto o nosso gemer pobre, e caminhar cada dia tambem para o tumulo, no destêrro da patria.

Patria! se a este vinculo já tão poderoso, ainda vem junctar-se o vinculo da dôr, porque não havemos nós todos, filhos da mesma terra e alliados por infortunios mutuos, tomar lição d'esses mesmos infortunios?! Príncipe, que ahí ides descansar em vossa última morada; Príncipe, que symbolisastes para nós uma opinião adversa, mas a quem sempre respeitâmos em vida e que hoje deplorâmos na morte; Príncipe, a quem aqui

cortejâmos a jerarchia e as desventuras; Príncipe, diante de cujo athaude vimos deitar sincero e solemne pregão de vossas virtudes de homem, e dar mostras de nossos sentimentos fraternaes para com aquelles que vos tinham como haste de sua bandeira; Príncipe, se a vossa morte é uma calamidade para a vossa augusta familia, e para uma parte da familia portugueza, embora seja para vós talvez socêgo e prêmio; fazei, diante do Altissimo, que tambem seja occasião e motivo de Suas Misericordias; sêde o embaixador de nossas supplicas, o advogado de nossas miserias, até tambem como victima d'ellas; e alcançae-nos dos milagres da Piedade Divina, que ainda nesta terra nos vejâmos todos os irmãos nas crenças e nos affectos, nos desejos e nas esperanças!

Então, Senhor, os que só hoje vos pranteiam, nas treguas de nossas discordias, não de memorar-vos agradecidos nos dias serenos da prosperidade e da paz!

Então, Senhor, do mesmo modo que hoje tendes as orações de todos, podeis e deveis ter de todos as saudades, já consoladas da vossa perda com a fortuna da Patria, que tambem assim terá sido, lá do ceu, obra e glória vossa, cá na terra! (Nação).

Auto de autopsia do cadaver de s. m. o senhor D. Pedro v, feita 37 horas depois do fallecimento.

Os facultativos abaixo assignados, medicos e cirurgiões da real camara, que foram consultados e assistiram a el-rei o senhor D. Pedro v, durante a sua última doença, e que procederam ou foram presentes á autopsia do real cadaver, executada por occasião e no acto da embalsamação, observaram as seguintes alterações:

Habito externo — Signaes de decomposição cadaverica muito adiantada em toda a superficie do tronco, cabeça, braços e parte superior das coxas.

Cavidade abdominal — Diversas manchas lividas no bôrdo convexo do intestino delgado; a primeira 18 centimetros acima da extremidade inferior do ileon, e a última juncto a esta mesma extremidade. Estas manchas tinham de 1 a 3 centimetros quadrados de superficie e correspondia-lhes maior espessura das paredes intestinaes.

Os ganglios do mesenterio quasi todos ingorgitados e vermelho-escuros.

Nenhuma alteração na superficie interna do estomago e intestino delgado até á distancia de 130 centimetros da sua extremidade inferior, em que começavam a apparecer as glandulas de Peyer notavelmente augmentadas de volume, formando muitas placas de variada extensão e espessura, algumas ulceradas, e correspondendo ás manchas notadas na superficie exterior. Duas d'estas placas de Peyer eram sôbre todas notaveis. Uma tinha 9 centimetros de comprimento e 3,5 centimetros de largura, bordos arredondados, irregulares e salientes, superficie desegual, e no meio uma úlcera circular de bordos delgados, com 1 centimetro de diametro e cujo fundo era formado pela membrana muscular do intestino. A outra placa, não ulcerada, estava 6 centimetros abaixo d'esta, e assentando em parte na valvula ileo-cecal tinha 5 centimetros de comprimento sôbre 4 de largura.

O intestino cego, colon ascendente e transverso, estavam semeados de numerosissimas granulações fulicosas, muitas das quaes ulceradas no centro, formando todas uma erupção mui confluyente; no colon descendente e S do

colon, iam successivamente rareando, mostrando-se ainda algumas no intestino recto.

Pequena quantidade de liquido bilioso no estomago e intestinos.

Baço augmentado de volume, de consistencia quasi diffluyente, e de côr vermelho-anegrado.

Figado amolecido e anegrado. Vesicula fellea com pouca bile menos espessa do que naturalmente.

Pancreas sem alteração apreciavel. Rins mais escuros e pouco consistentes. Bassinetes, ureteres e bexiga normaes.

Cavidade thoracica — Coração e pulmões sem outra alteração além de certo grau de amolecimento e hyperemia cadaverica.

Cavidade craneana — Vasos exteriores da dura-mater, consideravelmente ingorgitados. A pia-mater, muito injectada, dava a toda a superficie exterior do cerebro côr rubra intensa. As circumvaluações cerebraes participavam d'este estado congestivo. Não havia adherencias anormaes entre as meninges e a substancia cerebral. O ventriculo direito do cerebro continha alguma serosidade sanguinolenta. A consistencia do cerebro era anormal a do cerebello menor.

Estas alterações, bastante significativas, encontradas pela autopsia feita no cadaver de sua magestade o senhor D. Pedro v, nenhuma dúvida deixam sôbre a natureza do fallecimento a que succumbiu el-rei; e são ellas ao mesmo tempo plena confirmação do juizo anteriormente feito a este respeito. Uma erupção dotinenterica, bem caracterizada e das mais desinvolvidas que se costuma observar, attesta o ter havido uma febre das mais malignas como o foi a que accommetteu sua magestade. A alteração egualmente significativa do baço concorre a denunciar o genero de influencia que originou a molestia, a saber, o miasma paludoso, que, nos estragos que costuma produzir, particularmente affecta aquella viscera. Além d'isso, na marcha da infermidade, no modo por que começou e se desinvolveu, nas causas a que el-rei se expoz muito directa e prolongadamente, está sobejamente a confirmação do juizo que, para os facultativos que observaram e tractaram sua magestade, não podia ser duvidoso.

Paço das Necessidades, em 13 de Novembro de 1861. — *Barão da Silveira* — *Barão de Kessler* — *Dr. Bernardino Antonio Gomes* — *Dr. Francisco Antonio Barral* — *Dr. Simas* — *Manuel Carlos Teixeira* — *José Eduardo de Magalhães Coutinho* — *Antonio Maria Barbosa* — *Manuel José Teixeira*.

Barra da Figueira

O Periodico — *O Districto d'Aveiro* — n.º 38 de 8 do corrente mez, publicou uma correspondencia da Figueira da Foz, em que é atacado o nosso artigo inserto no n.º 3 de 19 do mez passado.

O auctor de tal correspondencia, ao passo que critica as que se têm publicado em diversos jornaes contra o sr. Silva, director das obras da barra, por serem anonymas, assim como por não serem assignados os artigos que têm tractado de taes obras, pretende defender este senhor, mas não se atreve tambem a assignar o seu nome, cahindo porisso no ridiculo.

Poremos de parte as phrases banaes e insultantes que otal figueirense emprega, porque desprezando tudo o que nos é offensivo, não é no campo das recriminações que defenderemos o nosso artigo. A elle não responde o correspondente, porque contra factos não ha argumentos, mas foge para o vasto campo das generalidades,

confessando em parte a justiça d'alguma das nossas acusações, e não se atrevendo a destruir as outras.

No artigo a que se allude, achou o correspondente uma asserção, em relação ao sr. presidente da camara, que por certo muito o magoou e muito lhe deu no gotto, e porisso lhe custou a engolir, e assim succede quando se ataca com baldas certas; mas tenha paciencia, vá mastigando e engulindo.

Cita-nos o figueirense uma correspondencia do sr. J. F. Thomaz em favor do director das obras, publicada no *Jornal do Commercio* de 11 do passado; mas permitta-nos que lhe digamos que fraca ancora buscou para se salvar, porque se o sr. F. Thomaz hoje tanto defende o sr. Silva, lá terá razões particulares para o fazer; o que nós ignorámos é o motivo porque esse senhor tão depressa mudou de opinião, pois o sr. figueirense, se é que o é, ha de lembrar-se que o sr. F. Thomaz foi um dos maiores inimigos do Sr. Silva, e que mais gritou contra as obras emprehidas por elle e contra os desperdicios que alli se practicavam, etc. É que o sr. Silva soube tapar a bocca a alguns seus accusadores, mas não o poudo conseguir em relação a todos. Nada mais diremos a este respeito. . .

Argumenta o figueirense com os beneficios feitos pelo sr. Silva á villa da Figueira, e critica, ainda que por modo inconveniente, os cavalheiros d'alli por serem tão desagradecidos.

Esses cavalheiros, cremos nós, não desconhecem que o sr. Silva tem beneficiado a Figueira; mas esses cavalheiros entendem, assim como nós entendemos, que uma grande, se não a maior parte dos melhoramentos, são completamente alheios á missão que o sr. Silva alli tem a desempenhar, porque elles nada tem com o *melhoramento do porto e barra, propriamente dicta*. Esses cavalheiros têm presenciado a enorme despesa que o Estado está fazendo constantemente, e que o porto da Figueira está cada vez peor; e tambem vêem que o sr. Silva tem descurado completamente de evitar a total ruina d'esse porto, se é que ainda se pôde dizer que essa ruina não é já total!

Esses cavalheiros, engenheiros de *tripeça ou balcão* como engraçadamente vós lhe chamaes, querem que o dinheiro da nação a titulo das obras da barra, não seja engulido por comilões, nem seja para fazer palacios, como o sr. Silva pretendia — querem que se faça o caes em toda a linha do norte — querem que immediatamente se destrua o antigo tapume no sitio chamado o Pontão, como obra de primeira necessidade a emprehender como o sr. director confessou no seu relatorio, por ser tal tapume a *causa originaria dos estragos do porto e barra*.

O sr. figueirense corre parelhas com o noticiario do collega *O Conimbricense* — que no n.º 809 de 26 de outubro, veio com as suas fanfarronadas, elogiando o sr. Silva e taxando de documento *muito honroso* para este senhor, a publicação do seu edital ou aviso de 23, em que, *desafiando os seus inimigos*, convidava todas as pessoas que soubessem de alguma irregularidade, extravió ou desperdicio feito nas obras, a apresentar suas declarações.

Ignorámos se o sr. Silva fez essa publicação voluntariamente, se obrigado pelo ex.º Visconde da Luz; mas seja como fór, s. s.º errou o cálculo, porque, fazendo um triste conceito dos habitantes da Figueira, não julgava que elles levantariam a luva que tão ousadamente lhes lançou; mas recebeu uma sévera lição, porque a esse convite correu todo o corpo commercial da villa e todos os cava-

lheiros mais notaveis que alli ha, e com toda a franqueza e verdade, relataram ao ex.º Visconde todas as miserias que têm havido nas obras da barra — essas grandes comedellas de duplos vencimentos d'alguns empregados — esses grandes roubos de bancas de pedra, esse afretamento dos navios do Estado e essas despesas de arribada, etc., e o sr. Silva que tão desassombradamente desafiou os *seus inimigos*, como dizeis, sendo chamado pelo ex.º Visconde para responder e ir defender-se de tão graves acusações, negou-se a comparecer e sumiu-se! . . .

Illustres defensores! Que dizeis a este procedimento do sr. director das obras da barra? Que prova quereis mais terminante da procedencia d'essas acusações? Para onde fugiu o vosso heroe, no momento em que a sua presenca era mais necessaria? Qual é o funcionario, que tendo a consciencia de um procedimento regular, e do cumprimento de seus deveres, foge vergonhosamente d'aquelles que desafiou, não se atrevendo mesmo, ainda que *mudo e quedo*, a suportar a presenca dos taes engenheiros de *tripeça e balcão*?

Esses engenheiros practicos, como vós dizeis, erram menos do que os theoreticos, e causam menos prejuizos ao Estado do que estes que repetidas vezes erram as suas obras, entende? . . .

Não entrámos nem entrámos na apreciação do merecimento do sr. Silva, como engenheiro, porque não somos competentes para isso, antes nos inclinámos a que s. s.º é digno d'esse nome, e é um portuguez que naquella qualidade faz honra á nação; mas o que negámos é que elle seja um bom administrador e fiscal — e que faltando-lhe estas essenciaes qualidades, que devia reunir ás de director das obras, deixou-se illudir pelos seus subalternos; e talvez pela sua muito boa fé, deu logar a que houvesse, como tem havido, tanto desperdicio nas obras de que tem estado encarregado; e illudido tambem por alguém, se esqueceu por um pouco do seu dever, e tractou de ser empresario, distrahiendo alguns fundos da nação, para esses pregoados melhoramentos, alheios áquellas obras — para cujas despesas só o municipio devia e deve concorrer; e diremos que foi illudido, porque não soube conhecer o laço que o sr. Borges lhe armou, e daremos a razão: feitos esses melhoramentos, para que toda a nação tem pago, o sr. presidente da camara havia de futuro argumentar e sustentar que elles foram feitos durante a sua gerencia — que sendo de tamanho vulto, com elles só gastou uma insignificante quantia ao municipio, *pela economica e boa administração que soube exercer*; — e por esta fórma havia de querer toda a gloria para si sómente, fazendo, como costuma dizer-se, — *cortusias com o chapéu alheio* — e o sr. Silva seria depois havido como simples director ou indicador das obras do municipio, por cujo trabalho receberia os 200\$000 réis, que aquelle sr. presidente incluiu para esse fim no respectivo orçamento!

Não somos amigos nem inimigos do sr. Silva — nunca tivemos a honra de fallar com s. s.º, mas julgámos do nosso dever avaliar e louvar ou censurar os seus actos, como funcionario público que é, e demais a mais dispondo de avultadas quantias; e se não fôssem os espertalhões de seus defensores tão ousados e atrevidos, reputando só hom o que se escreve a favor do sr. Silva, e mau e ridiculo o que lhe é contrário, por certo que s. s.º não teria soffrido como tem, tanto desgosto; e fazemos votos para que outros maiores não tenha ainda a soffrer.

Esclarecido como está o público de todas as occorrencias que tem havido em quanto

ás obras da barra da Figueira, nada mais diremos, nem responderemos, porque outros negocios de importancia occupam nosso cuidado, e não temos tempo nem geito para polemicas com que o público nada interessa; e se o tal sr. figueirense não tem outros deveres a desempenhar nem com que se entretenha, lembremos-lhe a leitura da correspondencia da Figueira, incerta em o n.º 601 do *Tribuna Popular* de 30 de outubro, porque ahí encontrará materia vasta, para dar largas á sua eloquencia.

Hespanha e Portugal

(Continuado do número 6)

É cousa indubitavel que a litteratura portugueza tem um caracter peculiar, que a distingue de todas e da propria litteratura do resto da peninsula, o que se nota tanto nas excellencias, como nas faltas. A lingua portugueza não é tão sonora e energica, é porém mais rica que a lingua castelhana. Por serem mais cultivados em Portugal os idiomas e litteraturas de Roma e da Grecia tambem o idioma portuguez se enriqueceu com maior número de vocabulos e phrases. Camões deu ao seu estylo, aos seus pensamentos, ás suas imagens um aroma; um sabor oriental. No portuguez se conservam tambem mais vocabulos arabes que no castelhana.

Os portuguezes não têm um romanceiro. Sem embargo dos trabalhos de Garrett, só podem apresentar-nos um como appendice do nosso, appendice menos rico e original que o romanceiro dos catalães. Ao lado do nosso theatro, o primeiro do mundo moderno, nada podem apresentar os portuguezes. Com os compatriotas de Calderon, Lope, Rojas, Moreto, Alarcon e Tirso, não deve Portugal jactar-se de Gil Vicente, que não vale muito mais que o seu contemporaneo, Juan de la Encina. Para oppôr ás tragedias classicas portuguezas temos nós muitas hoje esquecidas e escondidas por tanta riqueza original, e pelo castigo thesouro dos nossos dramaturgos populares. Só a *Ignez de Castro*, de Ferreira, sobrelleva por superior merecimento; tanto pela sua sentida e sublime poesia, como por ser a primeira boa tragedia escripta na Europa moderna, e anterior, por certo, á *Sofonisba*, de Trissino.

Se Portugal, porém, não possui theatro, nem romanceiro, a sua musa epica é absolutamente superior á nossa, e talvez na lyrica erudicta, na ode pindarica e sublime, nos levará vantagem, e nol-a leva, decerto, e grande se attendermos á população inferior á de Hespanha e se apartarmos da nossa conta o cantor da *Noche Serena* e da *Vida del Campo*.

Portugal tambem possui sabios prosadores elegantes, energicos historiadores, politicos e philosophos. A sua litteratura não está reduzida, como pretende o sr. Gullon, a Camões e alguns nomes mais isolados. Desde Ferreira e Sá de Miranda, succedem-se os eminentes lyricos até Garção, Francisco Manuel, Garrett, Mendes Leal e Feliciano de Castilho: os seus historiadores Barros, Couto, Freire, Lucena, fr. Luiz de Sousa, e Herculano nada têm que invejar aos nossos: e no que respeita a novellas e a outras obras de distracção têm os portuguezes muito que apresentar desde Bernardim Ribeiro até alguns novellistas ingenhosos da actualidade. Elles nos deram Jorge de Monte-mór, e elles nos disputam a criação dos dois mais discretos livros de cavallaria, o *Amadís de Gaula* e o *Palmeirim de Inglaterra*.

Julgámos haver demonstrado, posto que brevemente, que é falso que os portuguezes não possuam uma grande historia, uma grande litteratura, e um caracter proprio nacional.

Salta aos olhos que seria impolitico avançar essas proposições, embora não fôsem falsas, e que contrariam as vistas e os propositos de qualquer que pretendesse prégar o iberismo.

Ainda que de continuo lidassemos por persuadir os portuguezes da sua pouca importancia não se persuadiriam, e com razão; e só conseguiríamos, em vez de os tornarmos amigos, incitar a sua ira e o seu rancor, e despertar rivalidades, que deveram estar extintas para sempre. Os portuguezes e os castelhanos nos parecemos em muitas cousas, como irmãos que somos; e na suberba, na altiva condição e no incrível amor proprio nacional de certo nos parecemos muito; assim pois, como dissemos no outro artigo, devemos estar prevenidos para não ferirmos quando quizermos abraçar-nos. Camões que bem conhecia os seus compatriotas, e nesta conta nos lisongeámos, apesar de tudo, incluindo os hespanhoes dizia, fallando das differentes nações que povoam a peninsula, que são.

Todos de tal nobreza e tal valor
Que qualquer d'ellas cuida que é melhor.

Em nome da fraternidade, que deve unirmos aos portuguezes, temos condemnado várias expressões e raciocinios do sr. Gullon, que, talvez por inadvertencia, o auctor deixou escapar, e temos tractado de provar que Portugal foi uma grande nação; tarefa que seria inutil, sem dúvida, se em Hespanha conhecessemos melhor a vida d'esse povo habitante naquelle parte da Peninsula; mas que não deixa de ser a proposito, uma vez que em Hespanha se ignora tanto de Portugal, quanto em Portugal de Hespanha, nascendo d'esta imperdoavel ignorancia mútua, o mútuo desvio e infundado menospredo com que nos encarámos algumas vezes.

Portugal pois, como dissemos, é uma nação, e a sua historia e litteratura, independentes e grandes, lhe dão o caracter e condições de sel-o. Não são os portuguezes uma fracção da nossa nacionalidade que se constituiu em estado independente; mas sim uma nação gloriosa e distincta, como o foram a aragoneza e escosseza. Isto porém não se oppõe á possibilidade, nem á realisação da unidade pacifica de ambos os reinos, numa epocha futura mais ou menos remota. O erro do sr. Gullon não está, a nosso ver, em buscar a unidade, mas sim em querel-a e procural-a, menoscabando da nacionalidade portugueza, e negando seus brilhantes brasões.

Quanto ao mais, convimos com elle, em que a configuração topographica de ambos os paizes, a religião, a raça, os costumes convidam a unir-nos, e em que Hespanha possa um dia ser Portugal, ou Portugal Hespanha, sem que porisso percam seus timbres e louros antigos, como os não perderam Aragão e Castella. Aragão ainda não rasgou nem perdeu as páginas formosas de sua historia immortal, antes as esclareceu e duplicou. Não funda já sómente o seu orgulho nos infatigaveis e nobilissimos condes de Barcelona, mas tambem em Bernardo del Carpio, no Cid, e no conde Fernão Gonçalves; não blasona só de seus trovadores, mas tambem de nossos poetas; não se mostra só orgulhoso do seu D. Jaime, o Conquistador, mas tambem do nosso São Fernando; a par de Rogerio de Lauria colloca Pero Nino, e juncto de D. Pedro, o Grande, de D. Affonso, o Magnanimo, põe o Grão Capitão e o grande Cortez, ambos dignos de figurar ao lado de taes reis.

O hespanhol que rebaixa a gloria de Portugal e o portuguez que menoscaba da nossa, dir-se-hia que desejam destruir o thesouro que um dia ha de por inteiro pertencer á patria commum, e que de certo modo já lhe per-

tence. A gloria de Hespanha é um complemento da de Portugal, e a de Portugal da de Hespanha; não se limitam, não se molestem; mas são complemento uma da outra. Deixae ensuberecer-nos com o vosso Camões, e tomae em troca Cervantes; por vossos lyricos vos damos o Romancero; por Albuquerque a Cortez e Pizaro; por vosso rei D. Manuel vos damos Isabel a Catholica.

(Continúa)

Á SENTIDA MORTE DE SUA MAGESTADE

O SENHOR D. PEDRO V

SONETO

Dedicado a sua magestade el-rei

O SENHOR D. FERNANDO II

Fugiste d'entre nós, ó Rei Bondoso,
As illusões do mundo abandonaste!
Querido eras de Deus, p'ra Deus voltaste,
Curto foi teu reinado, mas saudoso.

O teu povo te lamenta lacrimoso,
Este povo a quem tu tanto amaste,
E em memoria dos bens que lhe legaste,
Chora por ti, ó Pedro Caridoso.

Pedro... amado Pedro... não respondes
A teu povo afflicto, que te chama,
E teu rosto melancholico escondes?!

Ah! sorte cruel, sorte tyranna,
Que do throno, o melhor dos reis, depondes!
Do nosso Pedro só nos resta a fama!

Espinal, 15 de Novembro de 1861.

Luiz Pires Monteiro Bandeira.

Em uma das correspondencias do nosso collega o *Commercio do Porto*, lêem-se as seguintes linhas, que provam o doloroso sentimento que avassallava o espirito d'el-rei o sr. D. Pedro V, antes da sua sentidissima e prematura morte:

«Mas el-rei queria morrer. Os desgostos levaram-no ao desapêgo da vida. Ha cinco dias, quando os facultativos o davam convalescente, dirigiu-se elle para o marquez de Ficalho, e disse-lhe o seguinte:

«Meu caro marquez. Tem-me v. dado tantas provas d'amigo, que me anima a pedir-lhe um favor, triste sim, mas de que devo carer muito breve. Minha mãe e a minha Estephania querem-me para juncto d'ellas. Presinto no coração o seu chamamento, e eu devo ir para onde estão. Quando, meu caro marquez, eu estiver em perigo de vida e deva receber os Sacramentos, diga-m'o; não receie assustar-me, porque a morte não me assusta. É este o favor que lhe peço. O meu marquez é muito meu amigo e muito christão para se negar a isto.»

PROCLAMAÇÃO

Portuguezes! Pelos decretos imperscrutaveis da Providencia Divina, e na conformidade das instituições politicas do reino, fui chamado a presidir aos destinos da nação.

A dolorosa surpresa que soffro pela perda immensa, que todos acabámos de experimentar, consterna o meu coração. O paiz chora a morte do mais justo e illustrado dos soberanos, e eu derramo lagrimas sobre a sepultura do mais caro dos irmãos.

No desempenho da difficil missão que me

é confiada procurarei seguir os nobres exemplos que me legou o virtuoso monarcha, tão prematuramente roubado á affeição do seu povo. Observar fielmente as instituições politicas do meu paiz é tão conforme á prescripção dos meus deveres, como ao dictame dos meus sentimentos. Em cumprimento da carta constitucional da monarchia — Juro manter a religião catholica, apostolica romana, a integridade do reino, observar e fazer observar a constituição politica da nação portugueza e mais leis do reino, e prover ao bem geral da nação quanto em mim couber. —

Este juramento será por mim ractificado em breve na próxima reunião das côrtes geraes da nação portugueza.

Tenho resolvido que os actuaes ministros e secretarios d'estado continuem no exercicio das suas respectivas funcções.

Paço de Belem, em 14 de novembro de 1861 — REI. — *Marquez de Loulé* — *Alberto Antonio de Moraes Carvalho* — *Antonio José d'Avila* — *Visconde de Sá da Bandeira* — *Carlos Bento da Silva* — *Thiago Augusto Velloso de Horta*.

ANNUNCIOS

1 — Pela repartição da administração dos bens dos hospitaes da universidade se annuncia, que não se tendo effectuado hoje o arrendamento das terras sitas nos campos de Montemor-o-Velho, pertencentes aos mesmos hospitaes, fica transferido o mesmo arrendamento para o dia 28 do corrente mez, o qual se ha de verificar no edificio d'este govêrno civil, abrindo-se a praça pelas onze horas da manhan. — Secretaria do govêrno civil de Coimbra, 4 de novembro de 1861. — O encarregado da administração dos bens dos hospitaes, *Adriano Lopes Guimarães*.

2 — Ha um typographo que se offerece para a escripturação de qualquer cartorio ou casa particular. Nesta Redacção se diz quem é.

AVISO

São convidados os artistas conimbricenses para uma reunião na sala da philarmonica Boa-União, no dia 24 do corrente, ás 11 horas da manhan.

Recomendámos aos artistas façam um pequeno sacrificio, assistindo a este acto, a que pelos seus collegas são chamados.

EXPEDIENTE

É com o maior empenho que rogámos aos srs. Assignantes das provincias se dignem satisfazer a importancia do primeiro trimestre, remettendo-a a esta redacção em estampilhas, ou em valles, ou entregando-a ao sr. director do correio da localidade. Eguamente pedimos o favor de nos obterem algumas assignaturas; pelo que nos confessaremos summamente agradecidos.

PORTUGAL INDEPENDENTE

JORNAL ANTI-IBERICO, LITTERARIO E NOTICIOSO
DEDICADO À MEMORIA DE EL-REI O SENHOR D. PEDRO V
E AOS PORTUGUEZES RESIDENTES NO PAIZ E NO BRAZIL

REDACTOR — Augusto José Gonsalves Fino

PUBLICA-SE AOS SABADOS

Assigna-se e paga-se este jornal: em Coimbra, na Imprensa da Universidade; nas Províncias, em casa dos Srs. Directores de Correios; no Brazil, em casa do Sr. José Julio Lopes Gonsalves, Rio de Ostras. Preços por trimestre, ou 12 números: em Coimbra 400 réis; nas Províncias 460 réis; no Brazil (moeda forte) 700 réis; — número avulso 400 réis. — Toda a correspondencia, franca de porte, será dirigida ao Redactor do *Portugal Independente*, Coimbra. — Escriptos não publicados, não serão restituídos.



Salve! DIA 1.º DE DEZEMBRO!

Salve! Gloriosa revolução de 1640!

Salve! Heroicos filhos de Portugal, que naquella memoravel dia restituistes a liberdade ao nosso paiz, proclamando a independencia da patria!

Tão oppressa e abatida jazia a Nação Portuguesa, que seu nome quasi que fôra eliminado do catalogo das nações!

Os castelhanos haviam quebrado o juramento que, nas côrtes de Thomar, nas mãos do venerando arcebispo de Braga, D. Frei Bartholomeu dos Martyres, em 5 de Dezembro de 1581, Philippe de Castella prestára, — de manter e guardar todos os sóros, liberdades, e privilegios do reino.

Aquelle juramento sacrilego foi secundado da mais nefanda perfidia.

Postergaram-se todas as liberdades e exemptions dos portuguezes;

— violaram-se as nossas leis;

— concederam-se aos castelhanos as dignidades ecclesiasticas, civis e militares;

— entregaram-se-lhes as nossas praças de guerra;

— descurou-se completamente do regimen das nossas ricas conquistas da Asia, Africa, e America, muitas das quaes passaram a dominio estrangeiro, e não poderam depois ser reivindicadas;

— o supremo govêrno do estado foi conferido a uma mulher, que se tornou um instrumento das vinganças de nossos oppressores, auxiliada por um dos poucos traidores, que preferiram as honras estrangeiras ao que deviam ao seu paiz;

— em lugar do conselho de Portugal, que devia sempre assistir a el-rei de Castella, em qualquer parte onde elle se achasse, foram os nobres, e todas as pessoas de valimento, afastados para longinquas regiões, para que o brio dos portuguezes se resen-

tisse da completa orphandade em que os lançavam;

— deixaram de ser convocadas as côrtes, e todos os assumptos relativos a Portugal eram decretados fóra do reino;

— el-rei de Castella não tractou de residir em Portugal a maior parte do tempo, nem cumpriu a promessa de que o principe herdeiro seria aqui educado, para assim se lhe inocular o amor aos portuguezes;

— as armadas e os exercitos de Portugal corriam sempre em auxilio de Castella, mas a expensas do thesouro portuguez; ao passo que eram pagos, bem caros, quaesquer serviços, ás vezes phantasticos, que a Portugal prestavam as armas de Castella!....

Paremos neste retrospecto dos vilipendios por que passou o nosso paiz, durante a ominosa dominação de Castella. Muito longe nos levaria a enumeração dos padecimentos e martyrios, que então affligiram a nossa patria. Deixemos que a historia os consigne, para que se não julgue que os exaggerámos, que por muitas considerações o não feriamos, não só porque desejámos vêr extinto o menor vislumbre de rivalidade e antipathia entre dois povos, tão irmãos a tantos respeitoes, como porque fazemos inteira justiça aos eminentes caracteres politicos, que hoje nobilitam o paiz vizinho.

A Iberia é hoje uma utopia, que, por completamente irrealisavel, tem chamado sobre seus fautores o stygma do ridiculo.

A nossa autonomia está assegurada não só pelos precedentes, que tanto o ennobrecem, como porque o estado actual da Europa não permittiria a subversão da nossa nacionalidade.

A casa de Bragança, esse venerando symbolo da nossa independencia, occupa hoje o throno portuguez, e nunca o regio solio gozou de tantas sympathias, como nos ultimos reinados.

O povo portuguez alimenta as aspirações e sentimentos, que em nobre exemplo lhe legaram os heroes seus antepassados;

— os manes de D. Philippa de Vilhena sempre serão invocados com respeito por todas as portuguezas, que se orgulham d'este nome;

— e a memoria de João Pinto Ribeiro e de seus arrojados companheiros cada vez adquire mais titulos á nossa veneração.

Somos livres e independentes; queremos continuar a sê-lo; e não seremos nisto contrariados, porque confiámos que a Providencia auxiliará os nossos esforços na sustentação de nossos direitos.

Salve, pois, 1.º DE DEZEMBRO DE 1861, anniversario do mais glorioso dos padrões da historia de Portugal!

1.º DE DEZEMBRO

DE 1640

D'estas e outras victorias longamente
Foram os castelhanos opprimidos:
Quando a paz, desejada já da gente,
Deram os vencedores aos vencidos.

CAMÕES, Lus. c. vi.

Desfralde-se a bandeira portugueza, e tremulem nas alturas as sagradas quinas.

Trôe o bronzeo canhão em festiva salva, e repercutam os echos do valle o som altivago.

Impere a alegria em peitos portuguezes, trage galas a nação, e seja o dia de hoje o mais fésto d'este anno.

Mas...

Não, não agite essa bandeira travêso norte, cubra as inclytas quinas o funéreo veu da morte...

Atroê o canhão com lugubres e descompasadas descargas, e vista dó o corpo, e trage lucto a alma...

Converta-se o *Te-Deum Laudamus* em *De profundis clamavit*, orvalhem-se de lagrimas tristes, perpetuas e saudades, e ao lado de uma corôa que symbolisa realesa, virtude e saber extinctos, modestamente se veja sobre o tumulo do melhor dos monarchas portuguezes uma coroa d'aquellas flores, que só represente a dor immensa de um povo agradecido...

E, em vez de risos, lagrimas; e em lugar de festa, tristeza, recolhimento e orações...

Choremos El-Rei o Senhor D. Pedro v...

E, pois que o 1.º DE DEZEMBRO DE 1861, nos commemora equal dia de 1640, e nos completa 221 annos de independencia e liberdade, vivâmos um pouco do passado, curve-mos a fronte triste e chorosa perante os vultos magestosos de alguns bravos que não vivem, e sejam d'elles nossos respeitoes, pertençam-lhes nossas vontades, e possa o mago prestigio de seus nomes queridos alentar nossos animos, incarnar-nos seu valor distincto, e robustecer nossos braços.

Faz hoje annos que meia duzia de homens corajosos e patriotas alevantaram um marco milenario no caminho do progresso e liberdade portuguezas; faz hoje annos que o ferreo cinzel do tempo insculpiu um grandissimo acontecimento em lamina de bronze na historia encyclopedica da humanidade, na historia universal das grandes reacções sociaes.

Faz hoje annos que no Terreiro do Paço em Lisboa, ás 8 horas da manhan, no anno de 1640 se agrupavam alguns homens, cada um com uma espada, para a espada um braço robusto, para o feito um ânimo esforçadissimo!

E, em poucas horas de lucta, sem lucta— que não permittia causa tão sancta opposição

— mede a altura dos paços reais da Ribeira o corpo de Miguel de Vasconcellos; larga da mão tremulosa o sceptro d'estes reinos a amedrontada Duqueza de Mantua, e, com as espadas nuas, proclamam esses homens, semideuses, o Duque de Bragança D. João, como seu legítimo Rei!

Faz hoje annos que para Portugal acabou o ominoso dominio da Hespanha, e que as armas da nossa patria deixaram de pertencer ao escudo d'essa nossa irman tão descaroavel!

E milhões de vozes entoaram então hymnos á liberdade; o echo tremendo d'essas expansões patrioticas assustou o Leão de Castella, que retirou, concentrada a sanha, e depois o futuro... e depois a espantosa lucta, e depois a victoria e com ella a paz!

A paz!...

Mas por que preço!... A custo de tantas hecatombas humanas!... Em troca do mais precioso do sangue, o dos bravos, o dos heroes, o dos gigantes!...

Corramos o veu agora; já vivemos um pouco do passado, já nos extasiámos admirando committimentos grandes, já se nos cortou o coração de dôr, já vimos o que soffremos, o que fizemos... o que fizemos?!...

E o que faremos? DEUS O DIRÁ!

UM ARTISTA.

O 1.º de Dezembro

Salve! Dia glorioso! Dia de eterno regoijo e recordação para os Portuguezes!

Completem-se hoje duzentos vinte e um annos que a Augusta Casa de Bragança impera sem interrupção sobre os destinos de Portugal! Outros tantos annos ha, que o brio e valor portuguez, sacudiu de sobre os seus hombros o jugo castelhano, que por sessenta annos havia soffrido!

Foi em igual dia de hoje que esses Portuguezes de então, estimulados pelo immortal João Pinto Ribeiro, aclamaram Rei de Portugal o Serenissimo D. João, Duque de Bragança, e praticaram acções de heroismo, com que libertaram estes Reinos do jugo tyrannico que por todas as fórmas e maneiras o opprimia.

Foi 'nesse dia que alguns portuguezes degenerados, e indignos de tal nome, receberam o justo castigo das oppressões que exerceram contra seus compatriotas; e foi 'nesse dia que principiou uma nova era, que chegou até nós; e firmemente cremos, que será duradoura, apesar dos esforços de alguns degenerados portuguezes (porque infelizmente alguns existem entre nós), que tanto trabalham por serem escravos, e escravos fazerem seus concidadãos. A Augusta Dynastia Brigantina, apesar dos repetidos golpes que a dura Parca tem descarregado sobre ella, ainda conta muitos e vigorosos membros; e confiámos no Todo Poderoso, que o Augusto Chefe do Estado, que ha poucos dias assumiu a Magestade Real, em breve escolherá uma Princesa, digna de com Elle occupar o throno, felicitando estes Reinos com um novo ramo d'essa Dynastia, com o qual ficará inabalavel e segura a independencia e autonomia de Portugal.

Oxalá que os governos, que tiverem de gerir os negocios do Estado, se possuam de um verdadeiro e sincero amor patrio, e promovam a nossa prosperidade, para obter a qual são até demasiados os elementos que possuímos, tanto no continente como nas ricas e abundantes possessões que ainda hoje nos pertencem, e das quaes podemos tirar avultadissimas riquezas.

É tambem em El-Rei o Sr. D. Luiz 1.º que

depositámos nossas esperanças. Mancebo cheio de vigor e energia — e amante extremado da navegação, dá-nos direito a esperar que em breve se operará a regeneração da nossa marinha de guerra, sem a qual é impossivel o desinvolvimento e prosperidade do commercio das nossas colonias, e por isso da riqueza nacional, que outr'ora possuímos, quando os galleses portuguezes coalhavam esses mares — nunca d'antes navegados.

Portuguezes! Felicitemo-nos cordealmente hoje! Abracemo-nos. Esqueçamos nossos desvarios passados, a que dissensões politicas internas, mas ridiculas e mesquinhas, nos levaram. Lembremo-nos sómente que somos portuguezes, e que portuguezes devemos morrer, e todos digamos em bem altas vozes:

Viva Portugal independente!

Viva El-Rei o Senhor D. Luiz 1.º!

Viva a Augusta Casa de Bragança!

A MINHA PATRIA!

Patria minha! tu encantas
O peito de um portuguez!
Que acções illustres e tantas
Nação alguma ainda as fez!
Que és sem rival na belleza
Do teu ceu, na gentileza
De teus prados e alcantis;
Nem a Suissa risonha,
Nos seus devaneios sonha
Ser rival do meu paiz.

C. Belem.

Minha patria é toda amores,
É jardim de lindas flores
No ceu, na terra, no mar;
É nossa mãe verdadeira.
Que vem meiga prasenteira
Seus filhos abençoar.

Tem feitiços, tem doçuras,
Que prendem mais que as ternuras
D'um sensível coração;
Promove tanta alegria!...
Inspira tanta poesia!...
Que nos enleva a razão!

Tem cidades — tão formosas,
Tão ornadas — tão airosas,
Que são mesmo um paraíso!...
Tem rios de nivea prata,
Onde a lua se retrata,
Onde encara o seu sorriso.

Tem altas serras — tão bellas,
Que tocam mesmo as estrellas
Com seus fêros alcantis!!
Tem veigas, bosques e prados,
Sempre verdes, recamados
Do mais virente matiz.

Tem noites — tão socegadas,
Tem tão lindas madrugadas,
É tão bella ao pôr do sol!
Encanta no dia ardente,
Quando no bosque imponente,
Trina o meigo rouxinol;

Tem dias do mez d'abril,
Que encerram feitiços mil
'Nesse pallido arreból,
E nas noites de janeiro,
Tem um luar tão fagueiro,
Que rivalisa co'o sol.

És um paiz de que eu gosto;
É tão bello como — aposto
N'Europa não ter igual;
És a patria gloriosa,
Tão soberba; tão briosa!!
— És o velho Portugal —

Como em ti se vê famosa,
Como róla magestosa,
O teu Tejo de crystal;
Como murmura em segredo,
Esse seductor Mondego,
Esse rio sem rival;

Como o teu Douro gigante
Vae pulando arrogante,
Sem das margens se importar!!
Na corrente audaz e forte,
Vae travar lucta de morte,
Com essas ondas do mar.

Tudo em ti é magestoso,
É bom, é bello, e famoso,
No ceu, na terra e no mar;
Tudo aqui diz — Portugal —
És um paiz sem rival,
Ninguem o póde negar;

Mas não é tua grandeza,
Nem a tua gentileza,
O que só me falla a mim;
São os teus feitos d'outr'ora,
Esses que CAMÕES memora,
Que jámais hão de ter fim.

Tu — PATRIA — tens 'nessa historia,
Padrões d'eterna gloria,
Que faz o mundo pasmar!
Foste nação respeitada,
E com tua forte armada,
Foste a rainha do mar;

Inda hoje és — liberdade,
Es a patria da egualdade,
Onde existe infindo amor!
Onde a FAMILIA REAL
Viaja de sorte tal,
Sem receio, sem temor!

És um paiz limitado;
Mas por Deus abençoado,
Com tão risonho porvir,
Que com teu braço potente,
Não temes, que estranha gente
Te venha cá opprimir.

Tens cada filho, um soldado;
Mas tão forte, tão honrado,
De tão vivaz coração
Que no campo da batalha,
Nunca o valor lá lhe falha,
Curvar-se — não sabem — não —

Eia pois, patria d'amores,
Meu jardim de lindas flores
Que ao sahir do berço eu vi;
Não temas que da Hespanha,
A opprimir-te o jugo venha,
Por que Deus véla por ti.

J. P. de Sousa Macario.

Hespanha e Portugal

(Continuado do número 8)

Assim como não queremos tornar pequena a nossa existencia passada, tão pouco queremos negar o vosso valor um dia. Se ambicionámos a unidade e suspirámos por ella, alguns talvez com dobrada imprudencia, não se julgue que é porque consideremos os portuguezes pobres e fracos, mas porque os julgámos ainda poderosos e ricos, ou capazes de sê-lo. Demasiadamente se sabe, ainda que diga o contrario algum pouco acertado escriptor em um momento d'esse orgulho que vós e nós temos, demasiadamente se sabe, que possuíis recursos para viver, e esperanças de larga vida, prosperidade e engrandecimento.

Não ha pois, motivo, a final de contas, para esse odio que mostram alguns, para esses continuos receios, e até para esse menesprêso, que falsos patriotas de Portugal e Hespanha, accendem ás vezes entre estas duas nações ir-mans, voltendo o rosto para paizes estrangeiros, admirando exclusivamente a litteratura de França e Inglaterra, arremedando mal as suas instituições, enchendo de encomios e exaltando com servil entusiasmo seus homens e suas cousas, desprezando, motejando, e ridiculizando tudo quanto é nosso, quer seja hespanhol quer seja portuguez. Dir-se-hia que nosso espirito se humilhou com a decadencia e desgraça, e que só dá guarida a ruins e mesquinhos zelos. Foi assim Lucena, que escolheu um hespanhol para heroe do livro mais bello que se tem escripto no vosso idioma? Era Camões que chamava ao castelhano *grande e raro*, e que prognosticava da Hespanha que a inconstante fortuna nunca poderia machal-a.

Que lh'a não tire o esforço e ousadia
Dos bellicosos peitos que em si cria.

Não era assim, por último, aquelle generoso castelhano, que, momentos antes de começar a batalha de Aljubarrota, disse ao vosso Alvares Pereira: «Assim sois os mais honrados do mundo, quer sejaes vencedores quer vencidos, porque se venceis sendo tão poucos, e se vencemos sendo nós tantos, toda a gloria e fama é vossa!»

Hoje, sem embargo, em plena paz, sem o menor projecto hostil nem invasor, maltratá-nos por palávras e escriptos. Haverá por ventura hoje mais patriotismo do que outr'ora? Não, é que sem o saber nos deixámos levar por inspirações estrangeiras; até porque nos maravilhámos tanto das grandezas e da prosperidade de outros paizes, que o ânimo se nos confrange e predispõe a menosprezar e a aborrecer, quando não o que nos é proprio por um certo pudor, o que deverá ser um ponto apenas abaixo do que nos é pessoal. A verdade é, que nunca o patriotismo exclusivo portuguez fallou tão altisonante como nos últimos tempos; nem mesmo ainda na deploravel guerra de 28 annos, que precedeu a separação. Então mostravam-se os nossos vizinhos com fundamento aborrecedores do *mal soffrido captiveiro*, do

Hypocrita, tyranno e não prudente

e dos dois Phillippes, seus successores; porém não aborreciam tanto, como mostram agora abofreecer alguns, a nação hespanhola. A ella pertencia essa valorosa senhora e prudentissima rainha, que tanto contribuiu a dar-vos a liberdade que apeteceis; aquella Gusmão que, persuadiu e resolveu seu tímido e vacillante marido a cingir a corôa; quem educou a seu filho D. Pedro para vos governar e dirigir, quem conteve e corrigiu em quanto lhe foi possível, os delirios e maldades de Affonso; quem procurou a aliança da França e da Inglaterra, e a alliança vir Schomberg e os soldados estrangeiros para que contra nós vos ajudassem.

Assim se apartou Portugal do moribundo imperio hespanhol, no tempo do desditoso Carlos II. Pelo tractado de 1668 reconheceu Hespanha a Portugal como um estado novamente livre e independente, porém do perpétuo cumprimento d'essa carta de afforria, sahio a Inglaterra por fiadora, e não ha dúvida que, se um dia todos os portuguezes unanimes quizessem tornar a unir-se á Hespanha, a Inglaterra os havia de coagir, se podesse, a *conservar sua liberdade e independencia*, valendo-se, talvez dos mesmos meios persuasorios e philantropicos, que já empregou os

habitantes das ilhas Jonias, para que se não unam aos demais gregos.

Não queremos com isto dizer que accreditámos que a Inglaterra exerça um protectorado sobre Portugal; que seja Portugal uma colonia ingleza, como pretendem alguns. Estamos, pelo contrario, convencidos de que os portuguezes são zelosos em extremo da sua dignidade e independencia, e não exaggerámos até esse ponto a influencia e preponderancia da Inglaterra sobre elles, porém, a ponderancia que tivéssemos como certa essa preponderancia, lamental-a-hiamos como um infortunio, e nunca a haviamos de censurar como falta de energia. A fatal e inevitavel humilhação de Gibraltar nos faz, neste ponto, menos severos, e a recente humilhação das notas de Calderon nos obriga a ser tolerantes. O que dizemos é que á Inglaterra convém e importa muito a nossa separação, e que talvez se resolvesse a conservar-a pela violencia, ainda mesmo quando fôsem poucos os portuguezes que a quizessem, ainda mesmo quando as cousas e opiniões estivessem já maravilhosamente dispostas e propicias á fusão de ambas as nações. Este seria o último e poderoso obstaculo que teria que vencer a unidade desejada sem uma guerra peninsular concitada, pelos proprios inglezes, e sem menoscabo ou perda de nenhuma das nossas colonias.

Porém, antes de chegar a este último transe, quantas outras difficuldades não nos ficam ainda para combater? Quantos meios não temos ainda que ajunctar e aproximar cada vez mais, em vez de nos separarmos?

Pensar, de nos separarmos, na fusão immediata, é quasi uma loucura, ou pelo menos uma imprudente audacia; mas pensar em separar-nos mais do que estamos é uma demasia e perda de sentimento patriótico, que reverte em prejuizo de ambos os paizes.

O melancholico amor da patria decahida, as saudades da passada grandeza, que fizeram sonhar com um *quinto imperio portuguez*, e converteram D. Sebastião em um Messias nacional, qual novo rei Arthur, não bastam para dar motivo de ser a estes receios perpetuos, a estas arreigadas e pouco amigaveis preocupações que mostram os portuguezes contra toda a nação hespanhola, em quanto que para cada um de seus individuos que chega a visitar-nos, temos de confessar e agradecer, que nos acham por extremo hospitaleiros, affectuosos e francos. Os portuguezes cedem nisto, como nós na infundada altivez com que ás vezes nos olhámos, a um espirito de estrangeirismo, que, a nosso pesar, e sem que bem o notemos, nos domina.

Assim, por exemplo, quando os portuguezes accusam de ferozes e crueis a nossos heroes passados, não fazem mais do que repetir e tornar-se echo da inveja estrangeira. Cortez, Pizarro, Almagro, Balbau foram crueis; porém quaes guerreiros de outra qualquer nação, não o seriam naquella idade? Eram os portuguezes muito mais vossos de condição, muito mais humanos? Vossos de condição, não qualificam Albuquerque chamando-lhe o *feroz*? Porém vós ou nós, não nos distinguimos pela ferocidade de que nos motejam os que então a tiveram igualmente, e ainda a têm hoje, com menos desculpa, e mostrando-se na India tão duros e sem entranhas como desgraçadamente se tem visto.

Distinguimo-nos pelo ditoso atrevimento, e por aquella constancia com que alargámos o mundo, dando ao antigo, novo hemispherio, e abrimos os mares nunca d'antes nevegados

Por onde fôsse a Lysia

Os immensos thesouros do oriente:

Por onde fôsse ao Tejo ufano

As perolas brilhantes, que adornavam
Do sol os ricos paços
E os thalamos da aurora.

E a fim de pôr termo, e coroar dignamente esta empresa de descobertas que Portugal começára, para eterna gloria do infante D. Henrique e dos navegantes de Sagres, que descobriram o outro formosissimo ceu austral, e as refulgentes estrellas com que sonhou Dante no seu poetico escrever, uniram Hespanha e Portugal dois filhos seus, e graças a Elcano e Magalhães, deu-se pela vez primeira a volta do globo em que habitámos.

As nossas glórias e as dos portuguezes são as mesmas, e não podem nol-as tirar, sem as tirar a si proprios: as mesmas são tambem as nossas culpas, e assim não podem injuriar-nos sem que a injúria recáia sobre elles.

Talvez nos tenhamos em demasia demorado nestas considerações sobre cousas que já foram; porém repetimos que não nos parecem ociosas para o assumpto, a fim de dissipar recriminações e vãos assomos, de que possa estar possuído, por desgraça, o vulgo de um e outro paiz, e ainda mesmo não poucas pessoas illustradas.

Fallemos agora do estado actual do vizinho reino, e procuremos demonstrar que não é lastimoso, como alguns julgam, nem é conveniente que o seja, antes pelo contrario, o proposito da união.

(Continúa)

A Revolução de Evora (1637)

Não se cansava o governo de Madrid de lançar novos tributos a Portugal. No anno de 1637 vieram ordens a todos os corregedores de comarca, para que obrigassem os povos a pagar todos os annos a el-rei de Castella, 500:000 crusados, além dos impostos existentes.

O corregedor de Evora, André de Moraes Sarmento, fiel instrumento de Castella, determinou que se lançasse o tributo, castigando asperamente os que duvidavam obedecer.

Os habitantes irritados, tendo á sua frente o juiz do povo Sezinando Rodrigues, e o seu escrivão João Barradas, revoltaram-se, e invadiram a casa do corregedor, a qual incendiaram, podendo elle escapar-se para o convento de S. Francisco, e d'alli para Lisboa. Do mesma fórma foram invadidas e maltratadas outras casas de pessoas affectas ao governo de Castella, custando muito a livrar as casas do Arcebispo D. João Coutinho, que ainda-assim teve as janellas quebradas.

O povo organisou uma especie de juncta, que se correspondia com as outras de Alemtejo, e as suas ordens eram assignadas com o nome de *Manuelinho*, que era um doudo célebre naquella cidade: persuadindo-se que assim evitavam a responsabilidade dos seus actos, no caso de que a revolução não vingasse.

A duqueza de Mantua, regente de Portugal, fez todas as diligencias para accommodar o tumulto; e o conde duque de Olivares, despotico ministro de Philippe IV, fez aproximar da fronteira portugueza um exército hespanhol, commandado pelo duque de Bejar, a fim de conseguir que entrassem na obediencia os povos amotinados.

Além d'isso veio de Madrid para Evora, commissionado pelo governo de Castella, o conde de Linhares, para ver se pelas suas diligencias se obtinha a pacificação. Aquelle governo exigia que de cada logar onde tinha havido alvoroços fôsem apresentar-se na corte de Madrid os dois magistrados populares, juiz

e procurador, os quaes logo que estivessem juntos, se vestiriam de sacco, e com cordas ao pescoço entrariam em pública audiência, a pedir a el-rei perdão pelos seus povos; e que el-rei os estaria esperando em throno levantado, assistido dos embaixadores, e de toda a nobreza da côrte. Em quanto a Evora vinham nomeados para irem a Madrid, os já mencionados Sezinando e Barradas.

O povo indignado não quiz annuir a esta infame proposta, e o conde de Linhares ausentou-se sem nada obter.

Comtudo a duqueza de Mantua mandou a Evora o corregedor da côrte Diogo Fernandes Salema, acompanhado de muitos ministros de justiça. Não só pelo terror de estarem próximas as tropas hespanholas, mas por algumas discordias que se davam entre os populares, poude este corregedor exercer alli todas as vinganças, e satisfazer o odio de Castella contra Portugal.

Muitos do povo foram enforcados, e outros lançados a galés. Sezinando e Barradas, que tinham podido evadir-se, foram enforcados em estatua, offerendo-se grandes premios a quem os descobrisse.

Para o Algarve tinha ido Pedro Vieira da Silva, desembargador dos agravos da casa da Supplicação, o qual com a ajuda de 6:000 soldados de infantaria hespanhola, que naquella provincia haviam entrado, commandados por D. Francisco de Andia e Fraçaval, practicou alli terribes castigos contra os desgraçados Algarvios, que tambem tinham seguido o patriótico exemplo dos habitantes de Evora, sendo muitos enforcados e outros desterrados.

Assim terminou esta mallograda revolução, mais infeliz que a que, 3 annos depois, fez de novo brilhar, no dia 1.º de Dezembro, o sol da independencia de Portugal.

AS SENTIDAS PALAVRAS DE EL-REI

O MUITO AMADO

SR. D. PEDRO V

Proferidas pouco antes do seu fallecimento

..... Quiz suffocar uma saudade. . .
..... Abri um tumulto!!

SONETO

Dedicado a sua magestade el-rei

O SENHOR D. FERNANDO II

Fernando... amado irmão... eis-te sem vida!
De meus braços a morte te roubou!
O teu Pedro, se ainda cá ficou,
Foi capricho da morte fementida!

Em tua busca vou, vou em seguida . . .
Tua morte as saudades augmentou
Da nossa mãe, da minha esposa q'rida...
Fernando... amado irmão, espera...eu vou.

Se meu Povo deixo em orphandade,
Este Povo a que amo com ternura,
E, no qual encontrei só lealdade:

Elle lamentará a desventura,
De quem p'ra matar uma saudade,
Por suas mãos abriu a sepultura!

Espinhal, 27 de Novembro de 1861.

Luiz Pires Monteiro Bandeira.

A sociedade philarmonica Boa-União, para suffragar a alma de sua magestade el-rei o sr. D. Pedro v, de saudosa memoria, mandou, no dia 18 do passado, celebrar na Sé Cathedral, uma missa de *requiem*, á qual assistiram os srs. Bispo Conde, Governador Civil, Lentas

da Universidade, Juiz de Direito, Governador Militar, chefes de repartições públicas, academicos, e um immenso concurso de povo. Durante a missa, a philarmonica executou algumas peças funebres. É para louvar a prova que aquella sociedade artistica acaba de dar, de que todos os seus illustres membros se acham possuidos da mais profunda saudade e consternação pela infausta morte do nosso excelso monarcha. É que na *gente do povo* tambem se encontra sentimento e gratidão.

PASMATORIO

— Alguns artistas d'esta cidade, em reunião que tiveram no dia 24 de novembro findo, deliberaram mandar celebrar uma missa de *requiem*, na Sé Cathedral, para suffragar a alma de sua magestade o sr. D. Pedro v. Nomearam commissões por freguezias e andam tirando uma subscrição pelos seus collegas. É para louvar o procedimento d'aquelles artistas, que tanto esforcem para que na sociedade a sua classe seja dignamente representada.

— Na última eleição da camara a que se procedeu neste concelho, foram mais votados os srs. conselheiro Antonio Luiz de Sousa Henriques Sêcco, Dr. Raymundo Venancio Rodrigues, Bacharel Abilio Xavier Pereira dos Sanctos, Bacharel Diogo José dos Sanctos, Olympio Nicolau Ruy Fernandes, Ruben Pereira de Carvalho e José de Oliveira Rocha.

— Chegou a esta cidade, o nosso amigo, o sr. João Rodrigues, tenente do regimento de infantaria n.º 9.

— No dia 14 do corrente, será impreterivelmente, a récita d'abertura do novo theatro de S. Christovão. Sobe á scena o drama em tres actos, do sr. Mendes Leal, Junior, intitulado — *O dia da Redempção*. A scena é passada em Coimbra; o primeiro acto, figurando o Penedo da Saudade; o segundo, a ponte do Mondego; e o terceiro, a sachristia de Sancta Cruz. O drama é magestoso, e de grande aparato.

— A camara municipal d'esta cidade deliberou que se verificasse a solemne e lugubre cerimonia da quebra dos escudos pela infausta morte de el-rei o sr. D. Pedro v, no dia 11 do corrente. É de esperar que a concurrencia áquelle acto seja numerosissima.

— Por decreto de 19 de novembro último, são convocadas as côrtes geraes para o dia 22 do corrente.

— Quasi todos os dias se celebram missas suffragando a alma do sr. D. Pedro v. É que os portuguezes amavam deveras o seu monarcha, o rei illustrado.

— A irmandade do Sanctissimo Sacramento da Sé velha tambem suffragou a alma do illustrado monarcha, o sr. D. Pedro v, mandando celebrar uma missa e *responsos*, no dia 27 do passado.

— Consta-nos que na loja do sr. J. B. J., negociante de Coimbra, se vende ainda á vara e ao côvado. E um abuso para que pedimos a attenção de quem compete fiscalisar.

— No dia 20 do passado, tivemos a honra de assistir a uma missa de *requiem*, que, para suffragar a alma de sua magestade el-rei o sr. D. Pedro v, mandou celebrar a philarmonica Boa-União, de Cantanhede. A igreja estava cheia de povo, incluindo as pessoas de maior representação da villa, e todas trajavam o mais rigoroso lucto. Durante o acto religioso, a philarmonica executou variadas peças funebres. É digna, pois, do maior louvor a resolução tomada pelos membros d'aquella sociedade, que assim se mostraram gratos á me-

moria do bom Rei, que tão acrisolado protector foi sempre da classe operaria, outr'ora tão esquecida e despresada. Avante, nobres artistas, mostraes ao mundo que tendes valor e que não esqueceis os vossos deveres.

AVISOS

INSPECÇÃO GERAL DOS THEATROS

DELEGAÇÃO NO DISTRICTO DE COIMBRA

Para os devidos effeitos, faço saber que pelo Ministerio do Reino me foram expedidos os seguintes diplomas:

«Ministerio do Reino — Direcção Geral de Instrucção Pública — 1.ª Repartição. — Passo ás mãos de V. S.ª a cópia authentica do Decreto pelo qual Sua Magestade El-Rei Houve por bem nomeal-o Delegado da Inspeccão Geral dos Theatros no districto administrativo de Coimbra.

«Deos guarde a V. S.ª — Secretaria d'Estado dos Negocios do Reino, em 22 de novembro de 1861.

«Ill.º Sr. Olympio Nicolau Ruy Fernandes. — José Eduardo de Magalhães Coutinho.»

«Attendendo ao merecimento e mais partes, que concorrem na pessoa de Olympio Nicolau Ruy Fernandes: Hei por bem nomeal-o Delegado da Inspeccão Geral dos Theatros, no districto administrativo de Coimbra. O Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Reino assim o tenha entendido e faça executar. Paço de Belem, em 21 de novembro de 1861. — REI — Marquez de Loulé.

«Está confôrme — Secretaria d'Estado dos Negocios do Reino, em 22 de novembro de 1861 — O Chefe da 1.ª Repartição, Francisco Palha de Faria Lacerda.»

Coimbra, 25 de novembro de 1861. — Olympio Nicolau Ruy Fernandes.

COMMISSÃO CENTRAL DOS ARTISTAS CONIMBRICENSES

Encarregada de promover os meios para que esta classe suffrague a alma de Sua Magestade o Senhor D. Pedro V, de boa memoria, pede a todos os artistas que compareçam no domingo proximo, 1.º de dezembro, ás 11 horas da manhan, em uma das salas da camara municipal, para alli lhes serem patentes os trabalhos já feitos.

ANNUNCIOS

Quem quizer comprar 6 fardamentos, todos em bom uso, que serviram na philarmonica Conimbricense, queira dirigir-se a esta Redacção, que se lhe diz quem os vende.

EXPEDIENTE

É com o maior empenho que rogamos aos srs. Assignantes das provincias se dignem satisfazer a importancia do primeiro trimestre, remettendo-a a esta redacção em estampilhas, ou em valles, ou entregando-a ao sr. director do correio da localidade. E igualmente pedimos o favor de nos obterem algumas assignaturas; pelo que nos confessaremos summamente agradecidos.

PORTUGAL INDEPENDENTE

JORNAL ANTI-IBERICO, LITTERARIO E NOTICIOSO
DEDICADO À MEMORIA DE EL-REI O SENHOR D. PEDRO V
E AOS PORTUGUEZES RESIDENTES NO PAIZ E NO BRAZIL

REDACTOR — Augusto José Gonsalves Fino

PUBLICA-SE AOS SABADOS

Assigna-se e paga-se este jornal: em Coimbra, na Imprensa da Universidade; nas Provincias, em casa dos Srs. Directores de Correios; no Brazil, em casa do Sr. José Julio Lopes Gonsalves, Rio de Ostras. Preços por trimestre, ou 12 numeros: em Coimbra 400 réis; nas Provincias 460 réis; no Brazil (moeda forte) 700 réis;— número avulso 400 réis. — Toda a correspondencia, franca de porte, será dirigida ao Redactor do *Portugal Independente*, Coimbra. — Escriptos não publicados, não serão restituídos.

EXPEDIENTE

É com o maior empenho que rogamos aos srs. Assignantes das provincias se dignem satisfazer a importancia do primeiro trimestre, remettendo-a a esta redacção em estampilhas, ou em valles, ou entregando-a ao sr. director do correio da localidade. E igualmente pedimos o favor de nos obterem algumas assignaturas; pelo que nos confessaremos summamente agradecidos.

Retiramos hoje da melhor vontade o nosso artigo do fundo, para darmos cabimento ao excellente artigo que reproduzimos do nosso collega 1.º de Dezembro.

Para o futuro Dezembro de 1862 se differiram as nossas festas anniversarias da independencia. Não as comportava agora a dor pública, o lucto da pragmática, e o lucto sincero dos corações. Salvas as crencas no futuro, e o justo e inabalavel brio das tradições o ânimo do povo portuguez experimentou fundo abalo. Se odios existissem entranhados entre a familia portugueza, nunca, tanto como agora, nos teriamos dado as mãos para a commum salvação. Se em armas estivessemos defronte de Castella, chorariamos sobre os estandartes, cahidos em redor do feretro do rei amado, de tres vezes querido pela virtude, pela intelligencia, e pelas aspirações.

Este funesto acontecimento deu logar a que a Hespanha revelasse o conceito em que tem os nossos costumes e policiamento. Accredittou-se lá que o fallecimento do senhor D. Pedro v, e de seu augusto irmão excitaria o suspeito odio dos portuguezes contra os hespanhoes residentes em Portugal. Um jornal de Madrid publicava uma correspondencia de Lisboa, noticiando que, durante os paroxismos do monarcha, já precorriam as residencias hespanholas pessoas furtivamente, assignalando as portas com cruces vermelhas. Phantasias d'estas só podiam sahir da imaginação dos nossos vizinhos que associam sempre o escarlate do sangue a todas as suas visões. A cruz não podia faltar ao invento. De longas eras vem o trazerem elles sempre a cruz em sociedade com as côres sinistras. O azulado escuro do fogo ou o vivo carminado do sangue andavam emparelhados com a cruz no sanbenito. Affigurou-se á apavorada imaginação dos castelhanos que os portuguezes atacassem as suas prerogativas nos aguadeiros, que pejam os chafarizes, ou nos carreteiros, que se agrupam ás esquinas. A profunda agonia, que a todos nos quebrantou, cuidaram elles que romperia em estúpida invectiva contra os inoffensivos hespanhoes, que por ahí grangeiam o seu pão. Aferiram-nos pelo padrão que elles

lá usam nas suas desforras, nos seus odios cruentos, na celeridade dos seus arrebatamentos. Em continente, enviaram dous vasos de guerra a defrontarem com Lisboa por amor dos seus concidadãos em perigo. Que reciproco amor liga entre si os nossos vizinhos! Que providencia de governo e que vigilancia tão amavel sobre os subditos de Castella! Esta união tem só o absurdo inconveniente de romper-se ámanhan de modo, que os protegidos sejam d'um para outro instante arcabuzados, em nome da ordem.

O ar minaçissimo da onça do Escorial, como João Pinto Ribeiro denominava o último dos Philippes usurpadores! Sempre a embofia, sob a capa do cavalheirismo; sempre a bravata, os feros, as hespanholadas já celeberrimas, sustentando a velha estulticia da nossa vizinha!

Generosissimos são os portuguezes, que ouvem ahí silenciosos os seus vizinhos empavesados pelo facto de virem ao Tejo as bandeiras hespanholas a tremularem nas gaves de dois navios! Os gallegos, conscios da noticia, gloriaram-se de serem filhos de Hespanha, e baforaram o orgulho de serem tão de prompto protegidos. Os portuguezes eventam com desprezo e irrisão a philautia dos utilissimos filhos de Castella, e receiam apenas que elles, por nimiamente patriotas, se vão cada vez esquecendo mais da antiga fidelidade e força muscular, que era a unica recommendação, e o seu mais saliente caracteristico de nacionalidade.

Que juízo faz a Hespanha da nossa critica, se accceitou o boato de que os portuguezes attribuiam a perda das pessoas reaes a peçonha propinada por Castella? Que lucrava Castella com a morte do sr. D. Pedro v!? Que entre-aberta lhes facilitava o terrivel desastre para executarem um qualquer plano de conquista ou assalto? A lastimada perda d'um homem, que cingiu a coroa, era muito na acção d'um povo, mas não esfriava os corajosos, nem delia no coração do povo, que fôra seu, os sentimentos da independencia.

Ficavam-nos ahí ainda principes, que a afeição popular sagraria reis, antes que as leis do reino os investissem do poder supremo. E, se a vontade imprescrutavel da divina providencia nos fechasse no tumulto todas as esperanças, cada um de nós, senhor da sua liberdade, e rei no palmo de terra, que lhe dá o direito de patria, sahiria por sua honra, como se na vanguarda lhe apontasse o caminho da victoria o neto de Pedro iv.

Se, por tanto, as atoardas sinistras passaram da classe irreflectida para os homens de critica, ácerca de envenenamentos, mal sabemos como desculpar o desvario, a não ser attribuindo-o ás impensadas expansões da dor, que fartas vezes humilham as mais fortes almas, e as sujeitam a inconsiderações de momento. Ainda assim, das turbas, que soffriam,

nunca transpirou palavra ameaçadora, nem o mais ligeiro motim se presenciou em Lisboa, que devesse prevenir o governo hespanhol, com arrogantes cautelas.

No Porto, testemunhámos nós que o povo, mais uma vez deu prova da sua cordura, sendo os portuenses de seu natural tão sensíveis ás affrontas, que apenas as presumem, sahem logo por sua dignidade. Pois era aqui devéras amado o soberano; e não será ousadia afirmar que em cada homem d'esta terra acharia o defuncto rei um vingador inexoravel, se por desventura a preciosa vida do rei do povo, do modelo dos grandes, e do querido de todos, não tivesse sido chamada por Deus, quando a nação, mais enlevada no amor d'ella, se confiava esperançosa aos grandiosos destinos, que lhe prometia.

Tristissima oportunidade aproveitou Castella para nos dar uma amostra do seu humor e dos seus intentos! Os vasos bellicos não vinham exprimir a condolencia, nem offerrecer á paz pública o ferro dos seus obuzes. O aparato, fanfarrão de mais para um povo que chorava, aparato de carrancas, não deve esquecer-nos, porque da sua mesma ineptia e inutilidade devemos tirar lição proficua, mais significativa e de aproveitar que as outras delicadas ameaças que transluzem nos jornaes hespanhoes.

A imprensa, que não ponde este anno ver, realizados os solemnes protestos do povo portuguez em prol da sustentação da liberdade da patria e da independencia nacional, pelo inesperado quanto sentido infausto successo, que enluctou a nação portugueza, addiou as manifestações solemnes incompativeis com o sentimento nacional, mas encarregou-se o jornalismo de ractificar aquelle protesto por meio da manifestação da imprensa, fazendo conhecer á Europa o nosso pensamento constante, a nossa divisa que é — liberdade e independencia nacional com o rei e pelo rei — nós pois adherindo a este solemne protesto, o ractificamos: e assim commemoramos o grandioso facto que nos restituiu a patria livre, e a independencia nacional, também não devemos callar os nomes dos egregios e illustres portuguezes que primeiro levantaram o grito de — viva a liberdade e a independencia nacional, quando no faustoso dia 1.º de dezembro, de 1640 acclamaram no paço e juncto dos aposentos reaes aonde estava a duqueza de Mantua então governando este reino em nome de Philippe iv de Castella. Os nomes d'estes benemeritos da patria, que em todos os tempos merecem o respeito e o acatamento d'esta heroica nação são os seguintes:

D. Miguel de Almeida, Fernão Telles de Menezes, D. João da Costa, Thomé de Sousa, Pedro de Mendonça, D. Antão de Almada, D. Luiz seu filho, D. Antonio Luiz de Mene-

zes, D. Rodrigo de Menezes, seu irmão, D. Carlos de Noronha, Antonio de Saldanha, D. Antonio da Costa, D. Antonio de Alcaçova, João Rodrigues de Sá, Martim Affonso de Mello, Francisco de Mello, Luiz de Mello que foi porteiro mór de el-rei, Manuel de Mello seu filho, Tristão de Mendonça, Luiz de Mendonça, D. Francisco de Sousa, D. Thomaz de Noronha, D. Francisco de Noronha, D. Antonio Mascarenhas, D. Fernando Telles do Faro, Rodrigo de Figueiredo, Luiz Gomes seu irmão, Francisco de Sampaio, Gomes Freire de Andrade seu filho, Gilvaz Lobo.

Receba pois a memoria d'estes homens illustres de Portugal, a homenagem de respeito e gratidão, que a nação deve sempre tributar aos restauradores da patria livre e da independencia nacional.

Hespanha e Portugal

(Continuado do número 9)

O sr. Gullon, depois de tentar todos os esforços possíveis para demonstrar a pouca importancia de Portugal, passa a examinar o estado presente de nossos vizinhos, e pinta-o e descreve-o como verdadeiramente lastimoso. *O seu commercio está arruinado ou reduzido á primitiva forma de transacções, vendendo seus unicos dois ou tres productos a um só comprador, no mesmo terreno em que os recolhe; a liberdade de commercio em Portugal é nociva, os portuguezes não têm nenhuma industria importante; em summa, aquella sexta parte da nossa peninsula carece de recursos; acha-se pobre, desvalida, e deve lançar-se em nossos braços.*

Triste seria para os hespanhoes ter que recolher e amparar um moribundo; porém, se Portugal se achasse, realmente, em circumstancias tão apuradas, e recorresse a nós, indubitavelmente o havíamos de recolher e amparar, carregando sobre os hombros, com fraternal caridade, tão pesada carga. Felizmente, não só para Portugal como para Hespanha, as cousas distam muito d'essa indigencia e falta de recursos, que o vulgo hespanhol suppõe.

Ainda que Portugal, durante a dominação dos reis austriacos, perdeu algumas de suas colonias, de que os hollandezes se apoderaram; ainda que depois teve que ceder á Inglaterra a ilha de Bombaim, para que o auxiliasse contra nós, podendo dizer-se que esta cessão foi o principio do imperio britannico na India, a abdicção da soberania portugueza em toda a Asia; e ainda que, como prenda e signal da nossa antiga dominação, nos deixasse a praça de Ceuta com o fim de dominar e civilisar Marrocos, e de lhe fazer pagar o ultrage de Alcacer; Portugal ainda conserva ricas provincias e formosas colonias no ultramar, ainda que, não tão florescentes como as nossas.

O imperio do Brasil, separado politicamente da metropole; une-se a ella com laços de amizade e commercio mais estreitos do que hoje dedicam á Hespanha as suas antigas colonias da America. A prosperidade, bom governo e civilização do Brasil fazem mais honra a Portugal, do que á Hespanha a decadencia, guerras perpetuas e revoluções estereis das republicas americano-hespanholas. O tráfico entre o Brasil e Portugal é uma fonte abundante de riqueza para este paiz, cujas exportações para aquelle imperio, são as mais importantes, depois dos Estados-Unidos, que surtem de farinha aquella povoação de mais de seis milhões de almas!

Portugal possui, ainda, além das populosas ilhas dos Açores e da formosissima ilha da Madeira, as ilhas de Cabo Verde, as de S.

Thomé e Príncipe, que formam grupo com as nossas de Fernão Pó, e muitos estabelecimentos nas costas de Angola e Bengalla; domina ainda na Africa Oriental sobre mais de 400 leguas de costa, e possui Moçambique e Sofala; na India tem as provincias de Bedjapour e Guzarate, com as cidades de Diu, Damão, Salsete e Góa, onde guarda os sepulchros do grande conquistador guerreiro Albuquerque, e do grande apostolo da Asia, S. Francisco Xavier, nosso compatriota; na China conserva, por último Macau, e na Oceania, Timor, Solor e outras ilhas.

Todas estas colonias acham-se em bastante decadencia, porém não tanta, que não contém ainda dois milhões e meio de almas, que ainda junctas aos tres milhões e meio do continente, sommam mais de seis milhões.

A riqueza e commercio de Portugal decahiram tambem d'aquella assombrosa prosperidade a que o marquez de Pombal soube levá-lo, prosperidade que foi gradualmente augmentando até chegar ao seu apogeu em 1807 que a exportação em cruzados com os estabelecimentos ultramarinos, montou a 25,871:000 e a importação a 42,422:000; a exportação em cruzados com as nações estrangeiras a 58,635:000, e a importação a 41,152:000.

A perda do Brazil, as guerras napoleonicas e o fatal tractado de 1810 com os inglezes, concorreram para acabar, ou ao menos para diminuir, de um grande modo, este brilhante estado. Não se creia, comtudo, como qualquer o acreditará, lendo o folheto que dá motivo a estes artigos, que Portugal agonisa, ou que se fina da inanición.

Poucos annos ha, no de 1855, publicou o sr. D. José de Aldama e Aayla um livro perfeitamente escripto e rico de dados de toda a especie, onde poderiam estudar alguns hespanhoes antes de fallar tão ao de leve de Portugal. O livro tem por titulo; *Compendio geographico estatistico de Portugal e suas possessões ultramarinas*. D'elle tomámos algumas noticias para escrever o presente artigo, e para elle enviámos nossos leitores, que queiram estar ao facto da situação do vizinho reino.

O sr. Aldama responde victoriosamente, com a eloquencia dos algarismos, aos que proclamam a pobreza de Portugal. Avalia elle Portugal em uma quinta parte da Hespanha, e partindo d'este dado, comparando a importação e exportação de Portugal em 1851, que conhece, com as de Hespanha em 1854, apresenta os seguintes resultados:

	Portugal	Hespanha
	1851	1854
Imp. em pesos fortes	14,957:794	40,687:367
Exp. em	11,621:340	49,369:506

Deduz-se d'estes valores, que o commercio portuguez é de 26,566:939 pesos fortes, e o de Hespanha, que deveria ser de 132,829:695, para serem ambos proporcionaes, é só de 90,362:506; de maneira que faltaram á Hespanha, naquelle anno, para ser tão rica e commerciante como Portugal, 42,467:189.

O sr. Aldama accrescenta immediatamente, para consolação da Hespanha: «Não se julgue porém, que as grandes differenças que notámos a favor de Portugal procedem de que, em equaldade de circumstancias, o territorio lusitano seja mais rico do que o hespanhol; não é isto o que suppomos, mas sim que, sendo Portugal uma facha de terreno estreita e comprida, banhada ao S. e O. pelo Atlantico, desembocando no mar, em seu territorio os principaes rios da Peninsula, que são navegaveis proximos á sua embocadura, como tambem alguns dos que nascem nesse territorio, goza do circumstancias, que auxiliam poderosamente o commercio, podendo dizer-se que

exporta tudo quanto produz, tendo logo que importa grande quantidade de cereaes e outros productos naturaes e de arte, como succede actualmente. Porém este fluxo e refluxo e os cambios a que dão logar, é o que constitue o verdadeiro commercio e riqueza de um paiz, ao contrario do que se observa em varias provincias centraes da Hespanha, etc. etc.» E por último conclue dizendo: «Os valores precedentes servem para provar a importancia commercial de Portugal, e de mostrar a alguns ignorantes, que, sem o estudarem e conhecerem o menospresam figurando ser um paiz que vale muito pouco, quando tão distantes se acham da verdade.»

(Continúa)

EPICEDIO

Á SENTIDA MORTE

DE SUA MAGESTADE EL-REI

O SENHOR D. PEDRO V

Dedicado a sua magestade el-rei

O SR. D. FERNANDO II.

Per Patriam, quae te tuta et securam parens est,
Sic tibi quem semper factis animoque me reris,
Reddatur debitus amor.

OVID., Trist. l. 2.

Que negra nuvem o coração me cobre!
Que som tremendo meus ouvidos fere?!
Que triste mágua por meus olhos corre;
A mente se me offusca, o ar me falta;
Um ai, um ai sequer soltar não posso.
Mas ah! redobra o pranto... lagrimas, lagrimas
D'uma justa saudade dão-me a vida:
Respira coração, respira em mágua
Ella é justa, ella é sancta, é verdadeira,
É filha do amor mais respeitoso,
Que só em peitos leaes acha guarida.
Infanda Parca, despota das vidas,
Prematura cortaste o fio áquella . . .
Áquella vida, que existir de véra.
E tu, ó dia, que o adeus lhe ouviste,
Nefasto, e para sempre te terei;
Vergonhoso t'esconde e fuge... vae-te.
O Rei... O bom amigo... O Protector,
D'este Povo, que o chora angustiado!
Mas que digo? O bom Pae, o Pae dos Lusos,
O Anjo de Deus, que sobre nós, pairou,
O nosso PEDRO, o nosso Companheiro,
Seus dias acabou; — já não existe?!
A Parca, a negra Parca, austera, cega,
Nem mesmo a tão bom Rei, poupou tal sorte.
Mas ah! Quão cedo foi! — um intervalo,
Bem curto lhe foi dado e concedido,
Pra gosar cá, na terra, nosso amor,
Que por tão justos titulos mereceu!
Providencia fallaz és cega, iniqua,
Teus actos do acaso, são só filhos!
Não pesas, com prudencia, antes que os faças.
Mas que digo... Perdôa eu sou mortal,
Teus arcanos sondar, foi-me vedado,
Desculpa a minha dor, — a voz do Povo,
Que lamenta o seu Rei, o seu Amigo.
E Vós, ó Pae do Povo, augustos manes,
Recebei lá no ceu os votos nossos,
Observa o teu povo afflicto e triste,
Num cahos de amarguras baralhando
Mil confusas tristissimas ideias,
Mais negras, mais frias, mais pesadas
Que os horridos vapores, que vagueiam
Na escura habitação da fria morte:
Ve teu Saudoso Pae, Ternos Irmãos,
Nos abysmos da dor, banhando em pranto
As maceradas faces, desprendendo
Dos semivivos peitos, ternos ais
Aos surdos ares, tristes como Elles.
Ve o monstro horrendo da saudade,
Como impera em nossos corações,

Como obriga os peitos, os mais rijos
Até os d'innocentes creancinhas
A verter tão saudosos prantos!
Recede Rei, e Amigo os votos.
Tudo te chora cá, montes e valles,
Feridos com o som, que sae do bronze,
Repetem tristes d'um espaço a espaço
Morte; — diz o canhão, morte; a terra geme,
Responde o echo em mágua... morte... morte.
Tudo te chora cá, e Deus concede
Que quão pesado é o pranto nosso
Tanto te seja, Ó PEDRO, a terra leve.

Espinhal, 3 de Dezembro de 1861.

L. P. M. B.

Portuguezes leaes ao seu rei

Determinando el-rei D. João II, pela morte do principe D. Affonso, que ficasse o reino ao principe D. Jorge, procurou casual-o em Castella com uma filha dos reis catholicos: para este fim mandou áquella córte, em segredo, Lourenço da Cunha, instruido competentemente. Chegando o mensageiro a Castella, e sabendo que por estar o rei doente, a rainha D. Isabel expedia e tractava os negocios publicos, dirigiu-se a ella; e entregando-lhe a carta, determinou que o rei de Portugal, tendo accrescentado que o reino passasse ao principe D. Jorge, por isso que era morto o principe D. Affonso, para estreitar os laços entre os dois povos, desejava que os reis catholicos dessem sua filha mais nova ao dicto principe, para com elle casar.

A rainha depois de ler a carta e de ouvir a Lourenço da Cunha, lhe respondeu: a infanta D. Catharina não a damos ao rei de Portugal; de boarmente porém lhe cedemos uma filha bastarda de el-rei.

Lourenço da Cunha, vendo o pouco respeito que a rainha D. Isabel guardava ao rei de Portugal, respondeu: Senhora, el-rei, meu anio, não pretende tanto aparentar-se com el-rei de Castella, como com Vossa Alteza, e por isso se Vossa Alteza tem outra filha bastarda, elle a acceptará para seu filho.

No dia immediato á grande e famosa batalha, chamada do Ameixial, na qual os exercitos hespanhoes, que invadiram Portugal, foram commandados pelo valente general, D. João de Austria, e que apesar de suas enormes forças e da mandança, foram batidos e postos em debandada pelos poucos, mas briosos portuguezes, que lhes fizeram frente, um curioso fez o seguinte soneto, que tem a arte de mandar e de fazer entregar ao proprio D. João de Austria:

SONETO

Soberbo, e enganado, Vossa Alteza
Entrou por Portugal mui abilhu
Com milhões de cavallos, e trabú
Ameaçando as praças do Alem-te.

Não sabe que tem dente de coê,
E que os nossos pelejam como brú?
Pois a poder de cavas e redú
Sempre os seus levaram na cabê.

Se o seu rei, lá gigante, foi Goli,
O nosso rei novo David se acclá
Por valente, por forte, e por meni

Poz a pedra, atirou, deu a pedrá,
E como a pedra tinha cinco qui,
Lhe pôz na dura testa as cinco chá.

No reinado de el-rei D. João III, foi mandado como embaixador a Hespanha Lourenço Pires de Tavora; um dia, em que este estava

em presença do imperador Carlos V, que então governava aquella nação, mostrou-se o imperador muito sentido de el-rei D. João III, porque, dizia, não consentia no casamento da infanta D. Maria (que era filha de D. Manuel e de D. Leonor), e voltando-se, em tom de ameaça, para Lourenço Pires, lhe disse: eu sei muito bem quantos rios e pontes tem Portugal. O valente filho d'esta nação, sem se alterar, respondeu áquelle dicto: Senhor, o reino de Portugal tem os mesmos rios e as mesmas pontes que tinha, faz hoje 134 annos. Eraam justamente os mesmos que naquelle dia se contavam desde a memoravel batalha de Aljubarrota.

VARIEDADES

Heliogabalo, um dos maiores tyrannos de Roma, tomou as redeas do governo quando só tinha quatorze annos, idade em que deram principio as suas tyrannias, pelas pessoas que mandou matar, ou que matou. Amostrás: nas deliberações do Senado fez entrar sua avó Mesa; criou um Senado de mulheres, para decidir das modas; mudou de esposa todos os annos; tomou a qualidade de mulher, e desposou um dos seus officiaes; enfim practicou taes acções em publico, que a decencia mesmo prohibe dizer.

Segundo Nero na crueldade, foi morto pelos soldados pretorianos, antes do quarto anno do seu reinado. Arrastado pelas ruas de Roma foi por fim lançado ao Tibre.

D. Rodrigo, o último rei dos Godos, foi assim (diz um auctor americano) que entrou na célebre batalha, em que perdeu com o reino a vida.

Vestia uma comprida tunica de brocado de ouro; os pés calçavam umas sandalhas bordadas tambem a ouro, perolas, e diamantes. Em um carro de marfim muito alto, cujos eixos eram de prata, as rodas e o timão cobertos de placas de ouro resplandescentes; vinha assentado o monarcha dos Godos. No mais alto do carro, um docel coberto de ouro, com as armas dos reis Scandinavos, formava uma abobada magnifica, cujo aspecto só deslumbrava a vista!

Autres temps, autres moeurs!

Conrado, chamado o sabio, imperador da Germania, tinha sido aclamado rei dos romanos, depois da morte de Henrique, o coxo, e logo que foi coroado promulgou contra os cabeças de varias sedições intestinas, a célebre lei do bando ou do desterro, cuja forma era concebida nestes termos: — Declarámos tua mulher viuva, teus filhos orphãos, e mandamos-te em nome do Diabo, para os quatro angulos do mundo.

PASMATORIO

— Chamámos a attenção do sr. Delegado do Thesouro d'este districto para a fórma por que o sr. Escrivão de Fazenda de Miranda do Corvo lançou a décima industrial. Um individuo d'aquelle concelho acaba de nos dizer que tendo só loja de mercearia, foi collectado em muito maior quantia que outro individuo tambem d'alli, que além de ter igual estabelecimento, tem taberna, e cujos interesses são muito superiores aos do queixoso. Pedimos, pois, as mais energicas providencias a tal respeito; e muito sentiremos ter de voltar ao assumpto, se o sr. Delegado do Thesouro se

não dignar providenciar, para que se evite tão grande abuso. Cremos, porém, que um empregado tão zeloso e activo no cumprimento de seus deveres, como é o sr. Francisco Pereira de Miranda, não deixará por certo de mandar proceder a uma rigorosa syndicancia; e que, achando verdadeiro o facto que apontamos, extranhará ao subordinado o seu modo de proceder em casos que requerem a maior imparcialidade, e a mais séria attenção. Ficaremos hoje por aqui.

— Temos repetidas vezes pedido as mais activas providencias, a fim de que na rua da Carrhia se não insinta a permanencia dos carrões, que alli impedem o trânsito, mas é prégar no deserto. Hoje de novo vamos rogár ao sr. Vereador Fiscal preste a sua attenção para aquelle ramo de serviço publico, para que se evite um abuso, que tão escandaloso se torna. Se o digno vereador se não acha com forças sufficientes para cumprir os deveres de que se encarregou, deve pedir a sua melhoração, para ser substituido por quem melhor saiba e possa desempenhar a sua missão.

— Amanhan, 8, terá logar, pelas 10 horas da manhan nos paços d'este concelho, uma reunião de artistas, a convite da Commissão Central encarregada pelos mesmos artistas de promover os meios para que esta digna classe mande celebrar uma missa de requiem pelo eterno descanso de Sua Magestade El-Rei o Sr. D. Pedro V. É de esperar que a concurrencia seja numerosa, e que os subscriptores não deixem de comparecer, porque nos dizem que o fim de semelhante reunião é bastante melindroso.

— O sr. Dr. João Antonio de Sousa Doria, professor proprietario da cadeira de historia, geographia e chronologia do lycee nacional d'esta cidade, foi agraciado com o augmento do terço do seu ordenado. Foi um acto de justiça.

— Corre por ahí que em Coimbra não ha á cerimonia da quebra dos escudos, porque o concelho de districto não approvou a verba de despesa appresentada pela camara municipal. Não sabemos com que fundamento aquelle tribunal deixou de approvar uma verba, cuja applicação era destinada a um acto inesperado.

— No dia 2 do corrente, os officiaes que trabalham em casa do sr. Antonio Correia de Lemos, mandaram celebrar uma missa pelo eterno descanso de Sua Magestade El-Rei o sr. D. Pedro V, na igreja de Sanct'Iago; durante o acto religioso, tocou a philarmonica, de que nos dizem ser mestre o sr. João Espingarda (!!!). Damos os nossos sinceros parabéns ao novo mestre.

— No mesmo dia, tambem os fogueteiros mandaram dizer uma missa, suffragando a alma do saudoso monarcha, o sr. D. Pedro V, na igreja de Sancta Justa. Assistiu a este acto a philarmonica — *Recreio dos Artistas de Coimbra*, que, com toda a proficiencia e harmonia, executou algumas peças funebres. A concurrencia de povo foi extraordinaria.

— A Juncta de Parochia da freguezia de S. Bartholomeu, d'esta cidade, ficou composta dos srs. Antonio Vicente do Amaral Monteiro, Antonio Mendes Saldanha Ferrão, Luiz José Maria, e João Balthasar Pereira, todos negociantes.

— Parece impossivel, mas é certo, que a camara municipal consinta que os empregados da policia se appresentem com o fardamento todo remendado, sujo e indecente. Pedimos á camara que mande fazer novos fardamentos; ao contrário o odioso recahirá sobre si.

— Chamámos a attenção dos leitores d'este concelho, para o communcado que o sr. Olympio Nicolau Ruy Fernandes publicou no nú-

mero de 4 do corrente, do *Commercio de Coimbra*, e não o reproduzimos porque as dimensões do nosso jornal nol-o não permite, o que bastante sentimos.

— É tal o estado deploravel em que se acha o local denominado — Caes do Serieiro, por causa do carvão que alli se descarrega, que não podemos deixar de pedir a quem compete, o favor de se dignar providenciar a tal respeito. Parece incrível que na terceira cidade do reino se consinta tanta immundicie, como por ahí se vê a cada canto. É precisa mais vigilancia e actividade de quem tem a seu cargo o velar pela saúde pública.

— Sua Magestade El-Rei o sr. D. Luiz I, para suffragar as almas do sr. D. Pedro v, e D. Fernando, resolveu que na real igreja de S. Vicente de Fóra se façam exequias solennes, a que tenciona assistir, designando o dia 9 do corrente para as exequias de sua alteza, e o dia 11 para as do fallecido monarcha.

— Acha-se a concurso por espaço de 60 dias, a contar de 5 do corrente, a cadeira de instrucção primaria de Serpins, concelho da Louzã.

— A récita de abertura do novo theatro de S. Christovão tem effectivamente logar no dia 14 do corrente. Consta-nos que já ha poucos bilhetes para vender, não só de plateia, como de galerias. Os camarotes acham-se todos vendidos. É grande o enthusiasmo de que está possuida toda a sociedade. O drama, cremos, que será desempenhado com proficiencia. A illustre Direcção não se poupa a fadigas e a sacrificios para obter, que no espectáculo não haja a mais pequena falta.

Por equívoco dissemos no nosso antecedente número, que (fallando do drama que ha de ir á scena) no primeiro acto apparecia a vista do Penedo da Saudade, e no segundo a da Ponte do Mondego, mas é *vice-versa*.

— Consta-nos que o sr. Possidonio da Silva Alves Brandão, prêso nas cadeias d'esta cidade, vae pedir que seja commutada a pena a que foi sentenciado, em trabalhos no Busaco, com obrigação de restaurar o que o tempo e o vandalismo alli têm destruido, e cujo estado é um permanente vexame e uma incriminação, a que não podemos esquivar-nos. É digno do maior louvor aquelle artista pelos desejos de que se acha possuido; e desde já pedimos o apoio do público, para que elle obtenha os fins a que se propõe.

— O sr. D. Pedro de Alcantara Maria Fernando Miguel Raphael Gabriel Gonzaga Xavier João Antonio Leopoldo Victor Francisco de Assis Julio Amelio, rei fidelissimo sob o nome de D. Pedro v, 30.º reinante de Portugal, e 26.º dos Algarves, 23.º duque de Bragança, 18.º de Barcellos, 20.º de Guimarães, 22.º marquez de Villa Viçosa, 24.º conde de Ourem, de Barcellos, de Faria e de Neiva, 26.º de Arrayollos, e 21.º de Guimarães, — nasceu no paço das Necessidades a 16 de setembro de 1837.

Foi jurado herdeiro pelas côrtes a 16 de janeiro de 1838.

Jurou a carta constitucional, como principe real, a 8 de julho de 1852.

Sucedou no throno a sua augusta mãe, a sr.ª D. Maria II, no dia 15 de novembro de 1853 — sob a regencia de seu pae, o sr. D. Fernando, por ser ainda menor.

Depois de fazer duas viagens pela Europa, durante a mesma regencia, na companhia de seu irmão mais velho, o sr. Infante D. Luiz, duque do Porto — hoje rei de Portugal — e tendo completado 18 annos de idade, foi aclamado em 16 de setembro de 1855.

Casou em Berlin, por procuração, a 29 de abril, e depois em pessoa, a 18 de maio de 1858, com a princeza Estephania, filha do

principe Hohenzollern Sigmaringen, e que morreu aos 17 de julho de 1859, pouco mais de um anno depois de casada.

Cortaram-se-lhe os fios da vida aos 11 de novembro corrente, pelas sete horas e um quarto da noite.

Morreu no paço das Necessidades, no mesmo paço em que havia nascido.

Por haver saído errado o seguinte soneto no nosso antecedente número, reproduzimos-o hoje, devidamente correcto.

AS SENTIDAS PALAVRAS DE EL-REI

O MUITO AMADO

SR. D. PEDRO V

Proferidas pouco antes do seu fallecimento

... Quiz suffocar uma saudade...
... Abri um tumulo!!

SONETO

Dedicado a sua magestade el-rei

O SR. D. FERNANDO II.

Fernando... amado irmão... eis-te sem vida!
De meus braços a morte te roubou!
O teu Pedro, se ainda cá ficou,
Foi capricho da sorte fementida!

Em tua busca vou, vou em seguida...
Tua morte as saudades augmentou
Da nossa mãe, da minha esposa q'rida...
Fernando... amado irmão, espera... eu vou.

Se meu Povo deixo em orphandade,
Este Povo a que amo com ternura,
E no qual encontrei só lealdade:

Elle lamentará a desventura,
De quem p'ra matar uma saudade,
Por suas mãos abriu a sepultura!

Espinal, 27 de Novembro de 1861.

L. P. M. B.

AVISOS

A mesa da commissão central de Coimbra convida os membros da mesma commissão, os das commissões filiaes de Coimbra, e todas as pessoas, que se dignarem subscrever para os festejos populares do 1.º de Dezembro, que se dignem comparecer nos paços do concelho, no domingo, 8 do corrente, pelas onze horas da manhan, para se deliberação sobre o destino que se deve dar ao producto da subscrição, visto que pelos infaustos successos, que todos lamentamos, não poderam ter logar aquelles festejos.

O secretario, *Olympio Nicolau Ruy Fernandes*.

COMISSÃO CENTRAL DOS ARTISTAS CONIMBRIGENSES

Encarregada de promover os meios para que esta classe suffrague a alma de Sua Magestade o Senhor D. Pedro V, de boa memoria, pede a todos os artistas que compareçam no domingo proximo, 8 de dezembro, ás 10 horas da manhan, em uma das salas da camara municipal, para alli lhes serem patentes os trabalhos já feitos.

INSPECÇÃO GERAL DOS THEATROS

DELEGAÇÃO NO DISTRICITO DE COIMBRA

Para os devidos effectos, faço saber que pelo Ministerio do Reino me foram expedidos os seguintes diplomas:

«Ministerio do Reino — Direcção Geral de Instrucção Pública — 1.ª Repartição. — Passo ás mãos de V. S.ª a cópia authentica do Decreto pelo qual Sua Magestade El-Rei Houve por bem nomeal-o Delegado da Inspeccão Geral dos Theatros no districto administrativo de Coimbra.

«Deos guarde a V. S.ª — Secretaria d'Estado dos Negocios do Reino, em 22 de novembro de 1861.

«III.º Sr. Olympio Nicolau Ruy Fernandes. — *José Eduardo de Magalhães Coutinho*.»

«Attendendo ao merecimento e mais partes, que concorrem na pessoa de Olympio Nicolau Ruy Fernandes: Hei por bem nomeal-o Delegado da Inspeccão Geral dos Theatros, no districto administrativo de Coimbra. O Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Reino assim o tenha entendido e faça executar. Paço de Belem, em 21 de novembro de 1861. — REI — *Marquez de Loulé*.

«Está confôrme — Secretaria d'Estado dos Negocios do Reino, em 22 de novembro de 1861 — O Chefe da 1.ª Repartição, *Francisco Palha de Faria Lacerda*.»

Coimbra, 25 de novembro de 1861. — *Olympio Nicolau Ruy Fernandes*.

ANNUNCIOS

Quem quizer comprar 6 fardamentos, todos em bom uso, que serviram na philarmonica *Conimbricense*, queira dirigir-se a esta Redacção, que se lhe diz quem os vende.

ESPECTACULOS

THEATRO DE S. CHRISTOVÃO

RÉCITA ORDINARIA

Sabbado, 14 de Dezembro de 1861

O DIA DA REDEMPÇÃO

Drama original em 3 actos,

do Senhor Mendes Leal Junior.

OFFERECIDO

Á CIDADE E UNIVERSIDADE DE COIMBRA

O QUI PRO QUO

ou

OS EFEITOS D'AUSENCIA

Comedia em 1 acto,

de Hypolito Garcez.

PREÇOS:

1.ª e 2.ª ordem	3\$000
Camarotes 3.ª dicta	2\$400
4.ª dicta	1\$800
Plateia	720 Galeria
	300

IMPRESA DA UNIVERSIDADE

PORTUGAL INDEPENDENTE

JORNAL ANTI-IBERICO, LITTERARIO E NOTICIOSO
DEDICADO À MEMORIA DE EL-REI O SENHOR D. PEDRO V

E AOS PORTUGUEZES RESIDENTES NO PAIZ E NO BRAZIL

REDACTOR — Augusto José Gonsalves Fino

PUBLICA-SE AOS SABADOS

Assigna-se e paga-se este jornal: em Coimbra, na Imprensa da Universidade; nas Províncias, em casa dos Srs. Directores de Correios; no Brazil, em casa do Sr. José Julio Lopes Gonsalves, Rio de Ostras. Preços por trimestre, ou 12 numeros: em Coimbra 400 réis; nas Províncias 460 réis; no Brazil (moeda forte) 700 réis; — número avulso 100 réis. — Toda a correspondencia, franca de porte, será dirigida ao Redactor do *Portugal Independente*, Coimbra. — Escriptos não publicados, não serão restituídos.

Ex.^{mo} Sr. A pedido da Redacção d'este jornal, temos a honra de nos dirigir por este meio a v. exc.^a, rogando-lhe com o maior empenho, a graça especial de se dignar continuar a proteger esta publicação com a sua assignatura, assim como sollicitar de seus numerosos amigos para que auxiliem a empresa de tão util como interessante publicação, no que prestarão, a todos os respeito, um bom serviço, que ha direito a esperar do seu patriotismo. Os abaixo assignados esperam merecer a attenção de v. exc.^a, pelo que desde já se confessam summamente agradecidos.

Antonio Vaz da Fonseca e Mello, Governador Civil.

Dr. Raymundo Venancio Rodrigues.

Dr. José Augusto Sanches da Gama.

Luiz Pires Monteiro Bandeira.

Olympio Nicolau Ruy Fernandes.

Paulo José da Silva Neves.

Ignacio Raymundo Alves Sobral.

Antonio José d'Oliveira.

Ricardo dos Sanctos Mesquita.

Antonio Vicente do Amaral Monteiro.

AGRADECIMENTO

A Redacção d'este jornal, summamente penhorada pelos innumeraveis obsequios que tem recebido de todas as pessoas que se hão dignado auxiliar esta publicação, já com seus valiosos escriptos, já por concorrerem com suas assignaturas, a todos tributa por este meio o mais profundo reconhecimento, e se confessa summamente agradecida. E de novo roga o favor de a continuarem a proteger, para que dignamente possa obter os fins a que se propoz, e tirar os resultados que espera.

A Redacção.

Pedimos venia ao nosso collega do *Diario Mercantil* para extrahirmos o seguinte artigo, e para o qual chamámos a attenção de nossos leitores:

Mais uma lagrima

Agora que todos desabafaram, cada um a seu modo, conforme o diverso modo de ver de cada um, seja-nos licito tambem, neste nosso desafogo, pagar uma divida sagrada de gratidão e reconhecimento á memoria do nunca assás chorado senhor D. Pedro v.

Tem-se dicto e escripto tanto sobre a infausta morte de S. M. que, parecendo já um pleonasmio, uma hypèrbolè pretender-se demonstrar ainda mais uma vez a calamidade d'um tal successo, nos parece a nós comtudo

quasi impossivel fazel-o d'um modo verdadeiramente condigno á augusta pessoa de S. M., cuja sensivel perda todos igualmente sentem e deploram. Tal é a necessidade e importancia da vida d'um bom rei, e tal foi, e era a do senhor D. Pedro v!

Nem nos deteremos mais em o querer provar; falla por nós de sobejo o facto virgem de tamanha dor pública: é quanto basta.

E isto posto, perguntaremos: que meios se empregaram para salvar a preciosa vida d'um tão grande soberano? Esgotaram-se, por ventura, em S. M. el-rei todos os recursos da sciencia medica? Não; tres vezes não!... S. M. o senhor D. Pedro v, foi victima d'uma molestia cuja natureza ignoravam e ignoram ainda os distinctos medicos que lhe assistiram. Provam-no exuberantemente as disparatadas e incoherentes noticias que se deram do estado assim de SS. AA., como de S. M. el-rei, e provam-no mais clara e exuberantemente ainda os relatorios da autopsia dos illustres finados.

Quando é que os medicos do paço fallaram verdade? Antes ou depois da morte? A contradicção entre as autopsias e as partes dadas antes é clara e manifesta! Agora podem escrever e improvisar o que quizerem; porém nós lhes redarguiremos sempre: — quando foi que os medicos do paço fallaram verdade? E assim concluiremos em boa logica — S. M. o senhor D. Pedro v, foi victima d'uma molestia cuja natureza ignoraram e ignoram ainda os distinctos medicos que lhe assistiram.

Cumpra-nos aqui declarar que não é como censura aos medicos da real camara, que escrevemos estas amargas reflexões; não é intenção nossa deslustrar-lhes o reconhecido merito, historiámos apenas um facto, e concebemos até bellamente a possibilidade de um estado morbido insidioso, desconhecido em sua forma e natureza. Não vae 'nisto, repetimos, censura aos medicos, nem está 'nisto a sua culpa. O que lamentámos é que as augustas pessoas de S. M. e AA. de cuja vida estavam pendentes os destinos de uma nação, fôsem tractadas com menos cuidado e mais desprezo do que seria hoje tractado no Porto e em Lisboa, e até já em algumas villas e aldeias, não um rei nem um principe, mas qualquer individuo, que se achasse acommittido de uma molestia grave, ou a braços com a morte!

E não nos estranhem o paradoxo: «o sr. D. Pedro v», repetimos, «no estado actual da sciencia, não foi tractado nem como rei, nem como era digno que o fôsse pelas elevadas qualidades e bondoso coração com que Deus o tinha dotado.»

É uma vergonha que o chefe do estado, o mais amado e querido dos monarchas, morresse á mingua dos recursos da sciencia: porque, digamol-o com lealdade e franqueza — a medicina, a sciencia de curar, nunca se resumiu nem resumirá jámais 'num só dos seus methodos, e muito menos 'naquelle, em-

hora lhe chamem official e orthodoxo, que é infelizmente o que mais notaveis provas dá da sua inferioridade! — Bastava já para eterna vergonha a morte de S. M. a rainha D. Estephania; diremos «eterna vergonha» porque lá está a ex.^{ma} sr.^a D. Virginia Folque¹, que votada a uma morte certa (com a mesma molestia) pela orthodoxa medecina, foi salva em dez dias, pelo methodo homoeopathico! E quantos se não curaram, por esse mesmo tempo, aqui e em Lisboa, pelo mesmo methodo, sem que conste que um só morresse?!

Era aqui o logar proprio para adduzirmos em nosso favor os milhões de curas obtidas, lá por fóra, pela medicina homoeopathica já nos palacios, já nos hospitaes públicos e particulares, já nos consultorios, já nas casas particulares, e já em fim nas proprias praças; porque finalmente é sabido que até nas praças e ruas públicas muitos individuos acommittidos da cholera, e já cahidos e quasi moribundos, foram salvos, graças á divina inspiração de Hahnemann, e zêlo ardente e caridade evangelica de seus discipulos! Mas para que ir buscar provas a casa alheia, quando as temos, e já tantas, na nossa propria? Appello para o juizo dos homens rectos e imparciaes; appello para a consciencia de centenares de nossos concidadãos, que devem a vida e a saude á medicina homoeopathica; appello finalmente para o opinião pública, e ella que diga quantos, desde o dia 5 de abril do anno de 1852² até hoje, e na nossa propria terra: lhe não devem a vida e a saude? Querem mais uma prova? Tel-a-hão e bem amarga.... Comparem a desgraçada sorte do nosso infeliz monarcha e de seus augustos irmãos, todos tres jovens ainda, e no vigor da vida, gosando de boa saude, e sem precedentes de molestias, com o manifesto triumpho alcançado no sr. duque de Saldanha, ancião, carregado d'annos e trabalhos, afflicções e molestias! Pensem e meditem bem 'nisto, a sangue frio e sem paixão, digam-nos, se, á vista d'estes factos e de muitos outros analogos, que podiamos referir, houve para com S. M. o sr. D. Pedro v, o cuidado, o zêlo, o interesse, o desvelo e attenção devida para um tão grande rei?

A vida do sr. D. Pedro v, como rei, não lhe pertencia a elle só, e á nação, o seu povo tinha direito á sua existencia.

Magoam-nos profundamente as reflexões que neste momento nos sobem á mente attribulada... Em face das provas irrefragaveis, que a historia «nos refere em favor da homeopathia» e das muitas igualmente, sem contestação, do dominio da actualidade, negar os fóros de verdadeira sciencia á homoeopathia, é negar á luz do dia a verdade reconhecida por tal, e insultar o senso commum na face de homens de sciencia e consciencia, é final-

¹ Vid. Gaz. Hom. Lisbonense n.º 17.

² Dia da abertura do consultorio Homoeopathico portuense.

mente ultrajar a divindade negando a força e poder de suas leis! E em relação ao augusto monarcha, ao magnanimo rei, que todos cor-dealmente choram, terem-se-lhe negado os recursos que elle, o sr. D. Pedro, o desditoso, poderia, talvez, ter tirado de uma justa applicação homoeopathica, foi, digamol-o para eterna vergonha de quem nos rege e governa, foi repetimos, uma falta que não sabemos qualificar! O governo de Portugal não comprehendeu devidamente a alma sancta e nobre do melhor dos reis; se a comprehendesse, el-rei o sr. D. Pedro v, teria morrido, é possível, mas não teria ficado este duro espinho a pungir o coração de um povo inteiro, que comprehendendo a grandeza do seu monarcha, o amava do fundo d'alma, e o chora agora e chorará em quanto Portugal for Portugal!...

É mister, pois, que este estado de dúvida e de descrença, mais sythematica que natural, desapareça. É mister que a protecção que o governo tem prestado á homoeopathia não seja uma protecção ficticia, uma burla: cumpra rigorosamente que se tenha na devida consideração o parecer e voto da antiga e muito respeitavel faculdade de medicina da Universidade de Coimbra, e cumpra mais que tudo isto ainda — *que se estude o que se ignora, e que a sciencia de curar, a medecina, não seja uma sciencia de impostura nas mãos da mór parte dos seus ministros.*

No reino vizinho acaba S. M. C. de dar um franco e leal testemunho do quanto pôde o seu amor maternal, e o seu dever, como rainha, para com S. A. Serenissima a sr.^a infanta D. Maria da Conceição, e para com o seu povo. Todos sabem que S. M. a rainha, tanto que soube que os medicos da real camara desesperavam de salvar o precioso fructo do seu catholico amor, se deu pressa a mandar chamar o ex.^{mo} sr. Dr. D. Joaquim Hysern, e que, em acto continuo, foram ouvidos em consulta mais quatro distinctos medicos, todos homoeopathas, e todos elles dos mais escolhidos dos representantes da medecina homoeopathica de Madrid. S. A. como é sabido, chegou ainda sob a influencia do tractamento homoeopathico, a apresentar algumas lisongeiras melhoras; porém a molestia era de si gravissima, quasi se podia dizer mortal, estava além d'isto muito adiantada, e assim força foi cumprirem-se nella os insondaveis decretos da Providencia. Todavia o sancto amor de mãe revelou-se clara e publicamente, e os sagrados deveres de rainha e de mãe, cumpriram-se tambem.

E que se fez em Portugal para salvar o rei e com elle a patria?

O REI E A PATRIA?!...

INFELIZ REI, E MAIS AINDA INFELIZ PATRIA...

Porto, 1 de Dezembro de 1861.

A. F. Moutinho.

Hespanha e Portugal

(Continuado do número 10)

Estranho contraste formam os citados paragraphos do sr. Aldama com a dolorida commiserção com que o nosso folhetista tracta os portuguezes, com aquellas phrases fatidicas da decadencia, por onde vemos precipitar-se Portugal, da prostração de suas provincias, de suas debilidades e lesões organicas, e d'aquelle corpo salto de vigor e de condições vitaes, opprimido pela Inglaterra dentro d'um sacco de algodão.

Porém não só nisto, mas em tudo, está o livro do sr. Aldama em aberta contradicção

com o folheto do sr. Gullon, escripto muito ligeiramente. «O número dos que lêem e escrevem em Portugal não cresce tanto como em Hespanha tem crescido.» E o sr. Aldama responde: Em porporção das respectivas povoações, temos sem dúvida que se lê mais em Portugal do que em Hespanha. «O sr. Gullon diz que os portuguezes não têm industria; e o sr. Aldama responde que na exposição universal de Paris houve 446 expositores de Portugal, dos quaes 218 obtiveram premio, e enche varias páginas do seu livro com uma lista de productos e manufacturas d'aquella parte da peninsula. Assim desvanece o erro em que têm incorrido a maior parte dos geographos, economistas e viajantes, suppondo os portuguezes quasi inteiramente desprovidos de fábricas; e assegura que o desinvolvimento que adquiriu a industria manufactora em Portugal merece a pena de que o governo mande fazer a sua estatistica, etc., etc.» Comtudo apesar dos imperfeitos dados estatisticos que sobre este ponto, nos subministra o sr. Aldama, bem se deixa ver em que ponto industrial e commercial relativo se acham os portuguezes muito mais prosperos, do que os hespanhoes.

Não gosam já d'aquella prosperidade de industria relativa, de que em principios d'este seculo gosavam, e que chegou a inspirar receios aos inglezes; porém, desde 1856, tornou a reanimar-se alguma cousa mais o espirito industrial, dando as fábricas nacionaes mostras de vida, competindo com os generos estrangeiros no interior, e chegando a alguns annos a exportar para a America e Africa, o valor de 700,000 duros da nossa moeda.

Não queremos fatigar por mais tempo com algarismos os nossos leitores. O que desejar saber o que Portugal vale hoje em dia materialmente, recommendamos-lhe de novo a leitura do livro do sr. Aldama, em quanto nos congratulámos de que Portugal não esteja tão abatido e prostrado como alguns o pintam, e em quanto desejámos e esperámos, mais unirmo-nos a elle pelo que vale, do que estender-lhe mão compassiva e amiga, vendo-o pobre e desvalido. O primeiro é compativel com o character portuguez, que por ventura concederia a união como decorosa e conveniente; o segundo de modo algum o é. No seu nobre orgulho, nossos irmãos resistiriam sempre a que os recebessemos como por piedade; antes prefeririam morrer independentes e sós da morte com que o folhetista os ameaça.

Em vista dos dados do artigo precedente, não parece que nós, hespanhoes, tenhamos direito para dizer que em Portugal ha um abandono inevitavel e constante dos grandes interesses materiaes, e uma escassez, já chronica, de recursos cuja existencia não se concebe'naquella sexta parte da peninsula, quando as outras cinco, com equal solo, nas mesmas condições, após transtornos mais prolongados e transcendentales, gosam d'uma situação desafogada, prospera e, relativamente, até opulenta.

Qualquer livro, qualquer documento que compulsemos para nos convencer d'esta opulencia relativa de Hespanha, e d'esta indigencia de Portugal, vem demonstrar-nos que nos achámos em erro. Do *Compendio Estatistico* do sr. Aldama passámos ao *Almanack Gotha*, e vemos que a Hespanha exportou em 1854, noventa e tres milhões de reales, e que Portugal exportou vinte e sete milhões e meio, isto é, muito mais de uma quinta parte.

Vemos igualmente que Portugal tem em 1858 uma marinha de guerra, que consta de 37 vasos com 362 boccas de fogo, e a Hespanha uma marinha de 82 navios com 887 peças; que o exército effectivo portuguez conta de 18 a 20:000 homens, isto é, se as forças de terra de Portugal não são relativamente

superiores á Hespanha, não se pôde negar que o são as maritimas.

Diz o sr. Gullon, que o estado da fazenda pública em Portugal é deploravel, porém não é muito mais satisfatorio o de Hespanha, e diz-se que alli ainda se não pôde achar o meio de egualar a receita com a despesa; que se fazem emprestimos, que se augmenta a dívida pública, e que ha deficit todos os annos, como se em Hespanha não houvesse nada d'isto, em equal ou maior escala.

É certo que os rendimentos do estado não são em Portugal proporcionalmente eguaes aos de Hespanha; mas isto pôde provar que a administração alli é mais economica, e que o povo não está tão sobrecarregado de tributos. Não ha sem embargo, nem nisto mesmo, uma notavel inferioridade proporcional. As rendas de Portugal serão uns 260 milhões de reales, de sorte que não é proporcionalmente mais rico o thesouro hespanhol, senão na quinta parte do que os nossos rendimentos excedem á somma de 1:300 milhões.

No que levámos grande vantagem aos portuguezes é nas colonias. Se o rendimento total da ilha de Cuba é maior que o de todo o reino vizinho, e o seu commercio é duas vezes mais consideravel; esta colonia produz á Hespanha de oito a nove milhões de duros annuaes, ao passo que as portuguezas nada produzem, antes custam á metropole para as guardar, conservar e administrar pobremente, de tres a quatro milhões de reales por anno.

Mas a differença mais notavel em nosso favor está no progresso material, rápido e visivel, que ha na Hespanha desde o começo d'este seculo, e sobretudo desde ha vinte ou trinta annos, ao passo que Portugal apenas se tem adiantado em muito poucas cousas, e noutras ha decabido.

Assim resulta que, quanto mais proximos forem a nossos dias, os dados a que nos socorramos para comparar Portugal á Hespanha, mais favoraveis serão esses dados para esta última nação. Não negaremos que Portugal faz progressos, porém não tantos como a Hespanha. Os rendimentos das nossas alfandegas, que em 1818 não passavam de 90 milhões, chegaram a 220 em 1858. O nosso commercio de importação e exportação, de que já demos a somma total em 1854, elevou-se em 1858 a 2,420,112,302 reales. A nossa marinha mercante teve tambem tão consideravel augmento, que já no dicto anno de 1858 contava 5175 navios; isto é, mais do que todas as nações da Europa, menos França e Inglaterra.

(Continúa)

— Produziu o melhor effeito, acompanhado de profunda sensação, a carta d'El-Rei o Senhor D. Luiz I, em que agradece ao reino todas as manifestações de affecto e saudade, prestadas á memoria de D. Pedro v.

A carta é dirigida ao presidente do conselho de ministros, e vem publicada no *Diario de Lisboa*. Está redigida com a mais eloquente singeleza; é a verdadeira expressão de uma alma nobre, e inspirada pelos sentimentos magnanimos da crença na liberdade e de amor ao povo.

Consideramol-a como a primeira página gloriosa da historia do novo reinado.

Eil-a:

«Ao Marquez de Loulé, presidente do conselho de ministros.

«Meu caro Marquez. — Ha dores que se sentem, mas que não se podem expressar. A minha é uma d'essas. Ainda não enxutas as lagrimas pela morte d'um irmão querido, já outra campã se abria para receber outro irmão, que todo se dedicava á felicidade do seu povo,

Não posso, contudo, apesar de opprimido pela dor mais cruel, esquecer e deixar d'agradecer, não só aos habitantes das cidades de Lisboa e Porto, como também aos de todo o reino, as provas d'amor e sympathia, que deram por occasião da morte de meu sóbro todos querido irmão, El-Rei o Senhor D. Pedro v.

«Quando a dor e o lucto são espontaneos, são o mais valioso epitaphio a que um rei pôde aspirar. Grande é a minha dor, mas peço ao Marquez que faça saber aos portuguezes, que igual é o meu reconhecimento.»
D. Luiz, rei de Portugal. — Lisboa, 1.º de Dezembro de 1861.»

A Iberia é um sonho

Em trovas cantemos um hymno bem livre
«De Lusos constantes na historia final»:
Brademos:—a Iberia é um sonho;—brademos;
E vivam os lusos, o Rei, Portugal.

Cobarde! nos brados insanos, que então,
Castella colloca bem louca ambição!
Nem lembra! que os lusos não têm só palavras,
Têm braços valentes, têm luso pendão.

O sangue fervente d'um grande Albuquerque,
Heroe mais que humano, d'Ormuz vencedor,
Lhes gyra nas veias: Camões, genio heroico,
Ateia em seus peitos da patria o amor.

Se em tempos felizes foi grande e potente
O reino, que aos reinos altivos deu lei,
E agora prostrado repousa; não julguem
Extincta dos Castros, dos Nunos a grey.

As portas do Oriente, á Europa latentes,
O Gama divino com arte mostrou;
Valôr, oh! desprezo!... negado por zoilos...
Qu'importa? não morre,—Camões o cantou.

Vós vistes os filhos d'Affonsos e Nunos,
Por Deus bemfadados d'Ourique no pó?!
Tremem?... Oh! Nunca; Bussaco dizcio-o,
Dizei-o francezes na guerra, sem dó.

Camões no seu leito de dores crivado
Moriêu, dando á patria seu último ai:
«Ao menos com ella, dizia o propheta,
«Eu morro...» E a gloria com elle se vae

E a patria, prostrada, partida de dores
Deixou aos Philippes lançar-lhe os grilhões.
Foi longo o martyrio... Porém de Dezembro
No dia primeiro partiu as prisões!!...

Canal e Montijo lembrae, castelhanos:
De Montes-Claros o feito? — lembrai-o:
Lembraí do Salado façanhas heroicas —
Das lusas cohortes, que ferem qual raio!

Ai! nunca na historia se viu de taes feitos
Contraste, arremedo de tal valentia!
Ainda no antigo nos gyra o delirio
Do grão Viriato, que Roma yencia.

Em trovas cantemos um hymno bem livre
«De Lusos constantes na historia final»:
Brademos:—a Iberia é um sonho;—brademos;
E vivam os Lusos, o Rei, Portugal.

Manuel S. Alegre.

PASMATORIO

— No dia 8 do corrente teve lugar no magestoso templo de Sancta Cruz, a festividade de N. S. da Conceição, cuja imagem alli se

venera. Oraram, de manhan, o sr. Padre Luiz Antonio Torreira, já bem conhecido na tribuna sagrada, como um dos mais abalizados pregadores, e de tarde o sr. Dr. Araujo. A egreja achava-se primorosamente adornada.

— Na segunda-feira, 16 do corrente, na Sé Cathedral, pelas 11 horas da manhan, ha de ter lugar uma missa de *requiem e responso*, pelo eterno descanso de Sua Magestade El-Rei o Senhor D. Pedro v, de sempre chorada memoria, mandada celebrar pelas artistas de Coimbra. Para assistir a cujo acto, foram convidadas todas as auctoridades, empregados publicos, associações, pessoas de distincção, e em geral a classe operária.

— A *Philharmonica Coimbricense*, de que é mestre o sr. João Alves, mandou, no dia 11 do corrente, na egreja de S. Bartholomeu, sufragando a alma do rei illustrado, o Senhor D. Pedro v, de saudosissima memoria. O templo estava cheio de povo.

— No dia 11 do corrente foram celebradas exequias solemnes, com *vesperas*, no dia 10, na capella da Misericordia d'esta cidade, sufragando a alma do fallecido rei, o Senhor D. Pedro v. Orou o sr. Padre Alves Matheus. A capella estava primorosamente adornada, e mais de cento e cincoenta lumes ardião, tanto em volta do tumulo, como nos altares e nos lustres. Assistiu o sr. Bispo Conde. A concurrencia foi numerosissima.

— No mesmo dia houve igual acto funebre na capella do Seminario Episcopal.

— Na capella da Universidade, e a expensas do corpo cathedratico e professores do lyceu, terão lugar no dia 16 do corrente, com *vesperas* no dia antecedente, solemnes exequias pelo descanso eterno do nosso bondoso monarcha, o Senhor D. Pedro v, de saudosissima memoria. — É orador o ex.º sr. Dr. Francisco Antonio Rodrigues d'Azevedo, um dos ornamentos da tribuna portugueza, e decano e director da faculdade de theologia. A capella acha-se elegantemente adornada, e está levantada uma eça magestosa.

— No mesmo dia, na egreja de S. Bento, terá lugar uma missa de *requiem e responso*, pelo mesmo motivo.

— Falleceu no mosteiro de Sancta Clara de Coimbra, a ex.ª sr.ª D. Maria Emilia, uma das religiosas que ainda existiam do convento de Sandelgas. Era uma virtuosa senhora. A sua perda é lamentada não só pelas dignas religiosas d'aquelle mosteiro, como por todas as pessoas d'amizade, e por aquellas a quem a fallecida prestava os maiores beneficios. A terra lhe seja leve.

— Em virtude de ser de grande galla o dia da aclamação do joven rei o Senhor D. Luiz I, ficou transferida para o dia 22 do corrente, a recita d'inauguração do theatro de S. Christovão. Applaudimos a resolução da illustre Direcção, que foi bem recebida pelos socios dramaticos.

— O sr. infante D. Augusto tem experimentado consideraveis melhoras, e parece que se acha livre de verride. Deus o permitta.

— Na villa de Verride, concelho de Montemor o Velho, a expensas da Juncta de Parochia, celebraram-se exequias pelo eterno descanso do rei illustrado, o Senhor D. Pedro v. Assistiram a este acto as principaes pessoas da villa, e o sr. Visconde de Ponte da Barca.

— Assistimos ao sermão pregado pelo sr. Alves Matheus, na capella da Misericordia d'esta cidade, por occasião das exequias de alli foram celebradas pelo eterno descanso de sua magestade o sr. D. Pedro v, e não podemos deixar de dizer que o achamos muito superior a muitos outros que temos ouvido aos primeiros oradores sagrados portuguezes. O

povo que alli concurreu sahio todo do templo derramando copiosas lagrimas, e possuido do mais profundo sentimento. O sr. Alves Matheus, como orador, poderá ser imitado, mas nunca excedido.

— Na reunião dos artistas, a que se procedeu no dia 8 do corrente, foi nomeada uma commissão para sómente pôr em pratica o programma approved pela assembleia, para a missa de *requiem* que a classe operária de Coimbra manda celebrar, sufragando a alma do virtuoso monarcha, o Senhor D. Pedro v, de saudosissima memoria. Não julgue pois o sr. Nascimento, membro d'esta commissão, que pôde deliberar o que quizer, ha de sujeitar-se ao que lhe for ordenado. A commissão foi eleita para trabalhar, e não para figurar.

— Continuam os carrões a impedir o tránsito na rua da Sophia. Não podemos deixar de acreditar que ha afilhados a proteger. Averige-o-hemos; e depois fallaremos.

Lê-se no *Districto de Aveiro*.

— Na noite do dia 30 do mez proximo passado Manuel Machado, barqueiro morador nesta cidade estava deitado na prôa do seu barco onde muitas vezes costumava dormir. Às 11 horas chegou ao mesmo barco seu filho Roque, mancebo de 20 annos, e quiz passar a noite na mesma prôa juncto de seu pae. Manuel Machado não queria receber o filho mas antes lhe disse repetidas vezes que fôsse dormir a casa para fazer companhia a sua irman. O filho teimou e o pae, parece que com pouca vontade, condescendêra.

Seria passado um quarto de hora quando se ouviram repetidas pancadas na prôa do barco de Manuel Machado. Seguiu-se o silencio d'alguns minutos e logo após o filho em pé no meio do barco começou a gritar á voz de el-rei que matavam seu pae.

Longo espaço gritou assim, sem que ninguem acudisse apesar de acontecer isto no caes juncto á praça e de serem os gritos lastimosos ouvidos a grande distancia. A guarda militar encarregada da segurança da alfandega que ficava a doze metros de distancia não acudiu logo e menos os barqueiros que passavam a noite nos seus respectivos barcos amarrados no caes. Foi então que o sr. dr. Bento de Magalhães vendo isto sahio de casa com um creado, chamou os soldados da guarda da alfandega foi com elles ao barco de Manoel Machado e á luz de uma lanterna viram este desgraçado dentro da prôa com largas e profundas feridas feitas no rosto, na cabeça e nos braços o qual desde alguns minutos antes e logo que ouvira vozes de quem ia soccorrel-o tinha começado a clamar com voz enfraquecida, aqui d'el-rei que me matou meu filho, — prendam meu filho que me matou.

Quando mais o pae quis se queixar do filho, tanto mais este se esforçava por abafar as vozes do pae, esganiçando as suas.

Logo se viu alli o instrumento do crime que foi um comprido podão todo tinto de sangue. O sr. Dr. Magalhães mandou logo que os soldados se apoderassem do filho de Manoel Machado e o levassem para a cadeia o que se fez sendo para isso necessario quasi arrastal-o até lá; tanto elle se recusava a isso gritando que não queria abandonar seu pae que estava a expirar!!!

A esse tempo o sr. dr. Magalhães já tinha mandado pelo seu creado e por um filho de Francisco Sancto Thyrso, unico barqueiro que alli appareceu, recado ao hospitaleiro, para ter aberto o hospital, e recolher o ferido, e aos facultativos do mesmo hospital para que lhe viessem pençar as feridas.

O sr. Antonio José Martins Raposo, que então appareceu, tambem correu a casa dos mesmos a pedir que se não demorassem.

Quando o infeliz pae foi trazido para fóra da proa, vinha no estado mais lastimoso. A cabeça cheia de profundos golpes que chegavam aos ossos do craneo, cheio de mutilações o braço esquerdo com que elle, defendendo-se do filho, lhe amparava alguns golpes;—o rosto mutilado por tal fórma que um dos golpes lhe abria toda a face esquerda de cima a baixo vendo-se-lhe por elle os dentes.

A cabeça e rosto estavam inteiramente cobertos de sangue empastado; os olhos envidrados e mal podia suster-se.

A custo foi transportado para o hospital onde o sr. João Maria Regalla e seu filho lhe pensaram as feridas.

Parece que nenhuma d'ellas é mortal o que provavelmente se deve a ter sido committido o delicto dentro da proa do barco, onde por falta da altura não teve o parricida, espaço para vibrar os golpes á sua vontade.

Crimes de tanta atrocidade são rarissimos em qualquer paiz. Aveiro nunca os viu. É muito para sentir a falta de policia d'esta cidade, que chegou a ponto de occasionar a fugida do delinquente. Ainda bem que a Providencia não quiz a sua impunidade, porque tendo muito tempo para fugir, ficou depois do crime o filho parricida, como que por uma força sobrenatural, amarrado ao que elle já suppunha cadaver de seu pae.

— Sahiu para Lisboa, a tomar assento na camara dos dignos pares, o sr. Bispo Conde d'esta diocese.

— No dia 11 do corrente se celebrou na igreja de S. Miguel, de Penella, uma missa de *requiem* por alma de sua magestade el-rei o Sr. D. Pedro V, de saudosa memoria; a cujo acto religioso assistiram muitas pessoas incluindo algumas de maior representação, trajando todas rigoroso lucto, e derramando copiosas lagrimas, com que exprimiam a viva dor que traspassava o seu coração pela morte do nosso adorado soberano. A philharmonica Penellense, possuida de eguaes sentimentos, foi em corporação ouvir a dicta missa, tocando durante esta várias peças funebres.

— Pedimos de novo a attenção da camara para o estado nojento e indigno em que andam os fardamentos dos guardas da policia municipal. É uma vergonha para os que têm a seu cargo os negocios do municipio. Teremos de voltar ao assumpto?

— O Caes do Serieiro continúa a estar cheio de imundicia. Quando é que a respectiva auctoridade se resolverá a mandar limpar aquelle local tão concorrido? O desmazêlo chegou ao maior auge de perfeição. Viva a tolerancia!

— Consta-nos que são dias de grande galla os dois posteriores ao da aclamação de Sua Magestade o Senhor D. Luiz I.—Será suspenso o lucto durante esse tempo, e poderá haver regosijo publico.

— Com o n.º 12 termina o 1.º trimestre da publicação do nosso jornal. Com o n.º 13 terá principio o 2.º, que esforcejaremos por agradar tanto, como até hoje o temos conseguido. Rogamos, pois, aos srs. Assignantes em débito, se dignem satisfazer a importancia d'aquelle trimestre.

— O sr. Possidonio Alves da Silva Brandão está fazendo, de argila nacional, o busto do fallecido Monarcha, para ser apresentado na exposição universal de Londres, e depois offerecido a Suas Magestades.

— Um moço de cavallaria recebeu um couce no estomago, e tão forte que atirou com elle a terra. Pouco depois voltando a si, as primeiras palavras que proferiu foram estas:

«Isto não me admirou; esse cavallo tem-me raiva desde que eu uma vez disse a meu amo que o vendesse.» Qual d'elles era mais cavallo?

AVISOS

Os Artistas de Coimbra têm a honra de convidar, todas as pessoas da cidade e á academia, para assistir no dia 16 do corrente, pelas 10 horas da manha a uma missa de *requiem*, que a mesma classe manda celebrar na Sé Cathedral, para suffragar a alma do magnanimo e bondoso rei portuguez, o sr. D. Pedro V, de sempre chorada memoria.

São convidados os artistas de Coimbra a comparecerem no dia 16 do corrente, ás 9 horas da manha, nos paços d'este concelho, afim de formarem prestito; e irem á Sé Cathedral assistir á missa de *requiem*, que os mesmos artistas alli mandam celebrar pelo eterno descanso de Sua Magestade el-rei o senhor D. Pedro V, de sempre chorada memoria. A commissão espera que todos se apresentarão trajando de rigoroso lucto.

Na segunda feira, 16 do corrente, pelas 8 horas da manha, os alumnos internos do Collegio de S. Bento, com o fim de suffragarem pela alma do muito chorado monarcha o Senhor D. Pedro V, de saudosa memoria, mandam celebrar na igreja do mesmo Collegio, uma missa cantada, acompanhada a musica vocal e instrumental, seguindo-se depois a absolvição do tumulo, com os respectivos responsorios.

Todas as pessoas que quizerem assistir a este acto todo sentimental e religioso, tornal-o-hão mais solemne, obsequiando ao mesmo tempo os alumnos do mesmo Collegio.

PUBLICAÇÕES LITERARIAS

FLOR DO MONDEGO

REDACTORES — Ilydio dos S.— A. M. da Conceição

Os redactores da nova empresa contam pouco mais de tres lustros de idade; e sem desconhecem as difficuldades d'uma tão arrojada tentativa, contam que ella se tornará menos embaraçosa, se pela benevolencia pública, para nós não merecida, mas muito necessaria, affluirem assignaturas sufficientes, não dizemos para haver lucro capaz de comprar uma cautella de 60 réis da loteria de Lisboa, mas ao menos para cobrir as despesas da impressão, já que infelizmente, e ainda menores, sujeitos ao pa-

trio podêr, não temos a esperar senão o que o fructo do nosso trabalho produzir.

Sáia, pois, á luz a *Flor do Mondego*; não sahirá como flor no apuro da dicção, e belleza da linguagem; mas sahirá juvenil, porque são jovens seus redactores.

Venham assignaturas, e venham a flux, sem o que o nosso empenho será mallogrado.

Quem arranjar seis assignaturas realisaveis, terá um exemplar *gratis*.

PREÇO DA ASSIGNATURA

Em Coimbra, por trimestre 240 réis; semestre 400 réis.

Para as provincias por trimestre 300 réis; semestre 460 réis.

Temos a rogar ao illustrado publico se digne honrar-nos com a sua bondosa assignatura.

Assigna-se na loja da Imprensa da Universidade.

AGRADECIMENTO

Antonio Teixeira Felix da Costa e sua esposa D. Maria Emilia Correia Bandeira da Costa com seus paes os ex.ºs conselheiro Dr. Manuel Martins Bandeira e D. Joaquina Emilia Correia Bandeira, vêm por esta fórma dar um publico testemunho de gratidão, em geral, a todas as pessoas, que se dignaram tomar parte no desgosto por que acabam de passar com a enfermidade e prematura morte de sua querida filha e neta, e em especial aos ill.ºs srs. Dr. Bernardo Antonio da Serra Mirabeau, Dr. Antonio d'Oliveira Silva Gaio, e Ignacio Rodrigues da Costa Duarte, pelos incessantes cuidados, carinho e desvelo, com que sempre assistiram á inferma, que hoje no ceu implora para tão bons amigos as benções de Deus.

ESPECTACULOS

THEATRO DE S. CHRISTOVÃO

RÉCITA ORDINARIA

Domingo, 22 de Dezembro de 1861

O DIA DA REDEMPÇÃO

Drama original em 3 actos,

do Senhor Mendes Leal Junior.

OFFERECIDO

Á CIDADE E UNIVERSIDADE DE COIMBRA

O QUI PRO QUO

ou

OS EFEITOS DA AUSENCIA

Comedia em 1 acto,

de Hypolito Garcez.

PREÇOS

1.ª e 2.ª ordem	3\$000
Camarotes { 3.ª dicta	2\$400
{ 4.ª dicta	1\$800

Plateia 720 | Galeria 300

Entrada ás 7 horas e meia.

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE

PORTUGAL INDEPENDENTE

JORNAL ANTI-IBERICO, LITTERARIO E NOTICIOSO
DEDICADO Á MEMORIA DE EL-REI O SENHOR D. PEDRO V

E AOS PORTUGUEZES RESIDENTES NO PAIZ E NO BRAZIL

REDACTOR — Augusto José Gonsalves Fino

PUBLICA-SE AOS SABADOS

Assigna-se e paga-se este jornal: em Coimbra, na Imprensa da Universidade; nas Províncias, em casa dos Srs. Directores de Correios; no Brazil, em casa do Sr. José Julio Lopes Gonsalves, Rio de Ostras. Preços por trimestre, ou 12 números: em Coimbra 400 réis; nas Províncias 460 réis; no Brazil (moeda forte) 700 réis; — número avulso 400 réis. — Toda a correspondencia, franca de porte, será dirigida ao Redactor do *Portugal Independente*, Coimbra. — Escriptos não publicados, não serão restituídos.

EXPEDIENTE

É com o maior empenho que rogamos aos srs. Assignantes das provincias se dignem satisfazer a importancia do primeiro trimestre, remetendo-a a esta redacção em estampilhas, ou em valles, ou entregando-a ao sr. director do correio da localidade. E igualmente pedimos o favor de nos obterem algumas assignaturas; pelo que nos confessaremos summamente agradecidos.

Ex.^{mo} Sr. A pedido da Redacção d'este jornal, temos a honra de nos dirigir por este meio a v. exc.^a, rogando-lhe com o maior empenho, a graça especial de se dignar continuar a proteger esta publicação com a sua assignatura, assim como sollicitar de seus numerosos amigos para que auxiliem a empresa de tão util como interessante publicação, no que prestarão, a todos os respeitos, um bom serviço, que ha direito a esperar do seu patriotismo. Os abaixo assignados esperam merecer a attenção de v. exc.^a, pelo que desde já se confessam summamente agradecidos.

Antonio Vaz da Fonseca e Mello, Governador Civil.
Dr. Raymundo Venancio Rodrigues.
Dr. José Augusto Sanches da Gama.
Luiz Pires Monteiro Bandeira.
Olympio Nicolau Ruy Fernandes.
Paulo José da Silva Neves.
Ignacio Raymundo Alves Sobral.
Antonio José d'Oliveira.
Ricardo dos Santos Mesquita.
Antonio Vicente do Amaral Monteiro.

Os artistas de Coimbra foram no dia 16 do corrente ampliar a extensissima e não interrompida serie de demonstrações saudosas pelo mais popular dos monarchas, El-Rei o senhor D. Pedro v.

Não é adulação á realza o que temos presenciado: é uma manifestação solemne do modo como um povo livre sabe galardoar as virtudes d'aquelle que entre nós tão exemplarmente exerceu as attribuições de primeiro cidadão constitucional.

Nem uma, nem outra classe pôde disputar primasia nas lugubres scenas, em que têm figurado um povo inteiro.

A memoria do fallecido monarcha é o melhor dos florões da dynastia de Bragança: não é só respeito; em muitos é já devoção por aquelle, de quem não ha uma queixa, um

resentimento; e por isso é tudo espontaneo, sincero, o que o povo exprime em suas lagrimas.

A classe operária, que tanto se tem enobrecido nestes últimos tempos, ainda grangeou por esta acerba occasião mais direitos á estima de seus concidadãos. O modo respeitoso por que se tem sabido conduzir, tem até promovido a admiração! Bem haja o povo, que assim se nivela com as outras classes da sociedade! É assim que a egualdade deixa de ser uma utopia irrealizavel; é assim que a mais numerosa porção d'um povo poderá reclamar o lugar que de direito lhe compete no regimen social: é uma conquista pacifica, em cuja lucta não ha vencedores, nem vencidos!

O nobre exemplo das associações de Lisboa devia forçosamente incitar nos artistas de todos os angulos do paiz o mesmo desejo de ver geralmente respeitada a classe operária.

Honra aos dilectos membros d'essa classe, que por um esforço immenso têm sabido implantar no animo de seus irmãos o dogma da fraternidade, que já vae sendo o distinctivo unanime dos filhos do trabalho.

As associações de Lisboa — não se lhes negue essa honra — foram o germen de tudo o que hoje está fruindo a classe artistica. Tem ella assumido um grau de illustração, que ascende o que se deveria esperar d'aquelles a quem não sobra o tempo das officinas. Assim mesmo, a imprensa diariamente registra o nome d'um ou outro artista, que, sequestrando alguns momentos ás fadigas diarias, apresenta o resultado de suas lucubrações litterarias, que não deixam de ser devidamente apreciadas. E neste lidar da intelligencia tomam já parte os filhos de todas as provincias do nosso paiz. Não citamos os exemplos, porque são elles do dominio de todos; e Coimbra não tem pequeno quinhão nesta nobre tarefa: ha aqui muitos artistas, que honram a sua classe, e que, se a fortuna os tivesse patrocinado, figurariam a par de muitas intelligencias, que por ahi pretendem ostentar de robustas...

O dia 16 do corrente ha de ficar memoravel entre os artistas de Coimbra: pagaram neste dia uma divida de gratidão ao amigo dos artistas, elevaram-se a uma altura, que muito os nobilita; porque todos, com pequenas excepções, se agruparam, unidos em uma só vontade, para suffragar a alma de El-Rei o senhor D. Pedro v.

Os preliminares d'esta manifestação te-

mol-os exposto neste jornal; agora só nos resta prestar neste lugar o nosso preito á classe dos artistas de Coimbra em geral, e em especial áquelles a quem foi commettido o encargo de effectuar o funebre cortejo, cuja descripção é como se segue:

O prestito compunha-se de cerca de duzentos artistas, trajando de rigoroso lucto. Na frente ia a philarmonica Conimbricense, com a sua bandeira coberta de crepe. Seguia-se depois a classe operária em duas alas, por entre as quaes se viam alguns anjos vestidos de branco com crepes do lado esquerdo, de velludo sobre salvas de prata e almofadas de peltudo preto — um, a coroa real feita de perpétuas e saudades; outro, o sceptro; outro a medalha de prata da Sociedade Humanitaria do Porto; outro uma bandeira com as quinas portuguezas; no fim das alas viam-se as diversas comissões. O sr. Olympio Nicolau Ruy Fernandes foi quem presidiu ao prestito; fechando-o a philarmonica Boa-União, com a sua bandeira coberta de crepe, e uma força de cavallaria e de infantaria.

Pelas ruas por onde passou o funebre cortejo, a concorrência era extraordinaria.

Celebrou a missa o ex.^{mo} sr. Conego Theoureiro Mór, e no fim houve o competente responso a instrumental.

O côro estava cheio de convidados, comprehendendo as auctoridades de Coimbra, e todas as pessoas da maior consideração.

Na igreja reuniu-se uma immensa multidão; e só quem souber como é o vasto templo da Cathedral, é que poderá avaliar o numero de pessoas alli reunidas.

Toda a fôrça militar aqui estacionada, assistiu a este acto religioso.

No corpo da igreja elevava-se uma elegante e magestosa eça, nos angulos do qual estavam quatro cherubins com brandões accesos, e o mesmo se via em volta do tumulo. Sobre a eça estava uma coroa e sceptro real coberto de crepe, e na frente via-se o seguinte epitaphio, impresso em pergaminho, e com fitas pretas em volta:

MEMORIA

DE
SUA Magestade EL-REI
O SENHOR

D. PEDRO V

Os artistas de Coimbra

Nos suffragios por elles feitos

Em 16 de Dezembro de 1861.

Durante a missa, as duas philarmonicas, collocadas dos dois lados da eça, tocaram alternadamente; e á elevação da hostia houve a costumada continencia, rufando os tambores e tocando as cornetas.

As janellas do templo foram todas cobertas de preto, o que tornava ainda mais lugubre e triste o acto que alli se celebrava.

Vimos muitas pessoas derramar copiosas lagrimas.

Em fim, nada faltou para que semelhante solemnidade se tornasse o mais pomposa possivel.

Os artistas em geral são dignos dos maiores elogios, e com especialidade os srs. José Albino da Conceição Alves, José Correia dos Sanctos, Francisco Maria Gonsalves Fino, Manuel Augusto Amaro de Seixas, Augusto José Gonsalves Fino, José Bento, Antonio Maria Martins, e outros, de cujos nomes nos não recordamos.

A corôa e o epitaphio foram remettidos para Lisboa, por mão do sr. Olympio Nicolau Ruy Fernandes, a fim de tudo ser collocado sobre o athaude de sua magestade el-rei o sr. D. Pedro V, de sempre chorada memoria.

Honra, pois, aos artistas de Coimbra, que já vão reconhecendo, qual o logar que lhes cumpre tomar e qual a sua importancia na sociedade.

● Rei de Portugal D. Pedro V

(Traduzido do *Journal des Débats*.)

Não ha ninguem que se não sinta tocado d'uma dolorosa sympathia á vista das desgraças, que, seguindo-se a tantas outras, acabam de ferir golpe sobre golpe a casa real de Portugal. As paixões e os interesses podem dividir-nos, a perda da fortuna d'outrem, um revez politico soffrido por outros podem deixar-nos indifferentes e mesmo darnos satisfação, quando nisso vemos um triumpho para nós, ou quando imaginamos que a nossa prudencia nos teria preservado dos escolhos em que outros têm naufragado: mas quando se tracta de um d'esses infortunios que pairam incessantemente por cima dos lares de nós todos, e que nenhum poder, como nenhuma ternura humana, podem conjurar, então sentimo-nos impressionados para com as victimas por uma compaixão sincera, e tanto mais viva quanto ella nos recorda talvez o que soffremos hontem, ou quanto nos assusta pela unica ideia do que poderíamos amanhan soffrer. Entre todos os que têm dado com seus filhos penhores ao destino, qual não teria querido levar o testemunho do seu sentimento até ao Rei D. Fernando, até ao pae, que, depois de já ter pago tão pesados tributos á má sorte, acaba de ver-se privado de dois filhos em cinco dias? É, sem dúvida, ainda muito pequeno o número das pessoas que apreciaram, como o merecem, as raras e solidas qualidades de que este Principe deu provas numa posição brilhante na apparencia, mas não poucas vezes ingrata e sempre difficil; ainda hoje, talvez o mundo não tenha avaliado devidamente a coragem tão simples e tão franca, o bom senso tão modesto e tão seguro, que nunca lhe saltaram nas vicissitudes da sua carreira; mas quem se não tem apiedado das suas dores paternas?

Na Europa, a emoção foi geral; em Portugal, onde se sentem tocados de mais perto ainda, rebentou ella com uma vivacidade que espanta quasi, mesmo da parte d'essas naturezas meridionaes. Já não é só um lucto, é uma verdadeira catastrophe pública, e a multidão, como acontece o mais das vezes quando se ve ferida por golpes inespe-

rados ou se julga sob a influencia de um grande flagello, quiz procurar a causa da morte do joven Rei e de seu irmão no trama de conspirações impossiveis. Eram os operarios hespanhoes empregados em grande número na construcção dos caminhos de ferro que com os seus trabalhos, com os seus maleficios talvez, tinham envenenado o ar que respiravam os Principes. Rumores absurdos, chimeras de imaginações afflictas, mas que mostram tambem quanto foi profundo o effeito produzido no coração do paiz pela perda que acabava de soffrer. E isto não deixa de causar admiração: não que o Rei D. Pedro não fôsse certamente muito digno de todos os testemunhos de affeição que prodigalisam á sua memoria; mas quando se pensa na idade em que a morte veio arrebatá-lo, quando se pensa na pouca duração do seu reinado, quando se diz que esse reinado não foi assignalado por nenhum acontecimento do genero dos que captivam as imaginações populares, quando, em fim, se sabe o pouco gosto que El-Rei tinha por se mostrar, a inclinação que ao contrario tinha pelo retiro, circumstancias que eram favorecidas, sendo demasiado justificadas, por todos os luctos que elle teve de usar, achase alguma dificuldade em adivinhar, a não ser pelo que aconteceu no tempo da explosão da febre amarella em Lisboa, as occasiões em que se havia formado entre o povo e o rei todo esse thesouro de sympathias reciprocas que acabam de se manifestar com tanta força e sensibilidade.

S. M. Fidelissima, o rei de Portugal e dos Algarves, D. Pedro, quinto do nome, era como se sabe, filho da rainha D. Maria II da Gloria e do duque de Saxe-Coburgo Fernando, primogenito de oito filhos, reduzidos hoje a cinco; e, como todos os primogenitos da casa de Bragança, devia tambem este, morrer antes de ter chegado aos limites ordinarios da vida humana. Muito poucos d'entre elles têm reinado, e os que subiram ao throno, apenas lá se têm sentado. Nascido a 16 de setembro de 1837, o Rei D. Pedro tinha 16 annos quando foi chamado á corôa pela morte da rainha sua mãe, em novembro de 1853; acabava de fazer o vigesimo quarto anno da sua idade quando foi arrebatado, a 11 de novembro último á affeição da sua familia e dos seus subditos, ao respeito de todos os que tinham tido a honra de conhecê-lo. Casado em 1858 com a Princesa Stephanía de Hohenzollern, ficou viuvo no anno seguinte. Não houve filhos d'este casamento e por conseguinte o Rei D. Pedro teve por legitimo successor o duque do Porto, seu irmão, mais novo do que elle um anno, e que acaba de ser proclamado sob o nome de D. Luiz 1.º

A educação dos dois irmãos foi dirigida simultaneamente, e debaixo da vigilancia de seus paes, pelo respeitavel visconde da Carreira, o mesmo que durante dezoito annos exerceu as funcções de ministro de Portugal em Paris, e que deixou na sociedade parisiense lembranças que o tempo ainda não destruiu. Desde o principio, o Principe D. Pedro mostrou pelo estudo e pelo trabalho um gosto que conservou toda a sua vida. Isto não era n'elle um resultado da educação e da disciplina, mas uma inclinação natural; tambem se póde dizer d'elle que

foi um dos principes mais instruidos do seu tempo e de um tempo em que a instrucção dos principes é geralmente cultivada com extremo cuidado. O seu genio meditabundo e sério, antes que frio ou reservado, a perspectiva longinqua da corôa e dos deveres que ella impõe, contribuiam, além d'isso, para conservar essas disposições. Com o tempo fôra levado a fazer escolha entre os objectos dos seus estudos, e a preferencia do seu espirito tinha-o conduzido para a historia, para a politica e para as sciencias sociaes. Em materia de economia politica possuia um saber muito real, e era, como se diz, livre-cambista tão esclarecido como fervente. Isto não o impedia, apesar do que possam pensar certos espiritos, de ser muito affeioado ás letras. Tinha fundado nas suas residencias das Necessidades e de Mafra escholhas primárias, cujo ensino era quasi dirigido por elle, assistindo ás sessões dos exames dos discipulos, que duravam algumas vezes cinco ou seis horas, comprazendo-se em distribuir elle proprio os premios, e em fazer os discursos do uso em semelhante occasião. Era como grande proprietario nas localidades onde tinha as suas residencias, que elle obrava assim, dando um exemplo que teria querido ver seguir pelos grandes do seu reino. Como Rei, tinha tomado dos rendimentos voluntariamente reduzidos da sua dotação os fundos necessarios para crear na academia de Lisboa cadeiras de historia e de litteratura nacional e estrangeira, e desejoso de as popularisar, assistia muitas vezes ás lições dos professores. Tinha uma fé inteira, absoluta no bem que deve fazer aos homens e ás sociedades a diffusão das luzes. Como consequencia assás natural, amava os livros. Era um bibliophilo com as qualidades e as innocentes fraquezas do officio. Não podia fazer pessoalmente essa caça ás raridades, que é um dos attractivos d'essa amavel paixão, mas tinha alguns amigos discretos que a faziam por elle, e a sua alegria era grande, quando se annunciava mysteriosamente a descoberta de alguns d'esses livros ou d'esses manuscriptos preciosos que as guerras, os abalos politicos e a supressão dos conventos lançaram em grande número nas lojas dos merceeiros ou nas dos mercadores de livros. Debaixo d'este ponto de vista, Portugal é um paiz a explorar para os amadores de livros. Ignoro a importancia numerica da collecção formada pelo joven Rei, mas vi, tive na mão e folheei alguns dos livros destinados a augmentar o thesouro real, e posso assegurar que, se algum dia se emprehender em Lisboa alguma publicação analoga á nossa collecção dos documentos ineditos relativos á historia nacional, haverá muito a aproveitar nessas obras perdidas, que os piedosos cuidados do Rei D. Pedro recolheram.

Aquelles que só o viram na viagem que fez em 1855, depois da proclamação da sua maioridade, não poderiam senão difficilmente fazer ideia do que elle se tornara, do desinvolvimento que se tinha produzido na sua pessoa, quando a morte veio arrebatá-lo. O anno passado tive a honra de o ver muitas vezes em Lisboa; quanto o achei diferente do que o tinha visto em Paris! Já não era o adolescente que se ensaiava com alguma timidez ainda para ser o Rei;

era um bello mancebo, de estatura elegante, de maneiras abertas e affectuosas, de phisionomia expressiva, ligeiramente ironica quando tractava de certos assumptos, e amada quando fallava das cousas que lhe eram caras, mas as mais das vezes marcada de um caracter de profunda melancholia. Através de toda a sua tristeza nunca notei, todavia, nada que se assemelhasse a amargura; pareceu-me, ao contrario, que apesar das saudades que lhe inspiravam a perda ainda recente de uma esposa adorada, a recordação da felicidade de que havia tão plenamente gosado durante alguns mezes do seu casamento, radiava sempre na sua alma religiosa e resignada. Era reconhecido por alguns dias felizes que lhe haviam sido concedidos; sabia que a vida não é só um tecido de afflicções, mas sentia que a sua parte era grande na sorte commum das dores humanas, e desconfiava de algum modo do seu destino. A primeira audiencia que tivera a benevolencia de fixar-me teve de ser adiada, em consequencia da morte de um ajudante de campo, a quem tinha particular affeição, o general Loureiro, arrebatado por um ataque de apoplexia fulminante. Foi muito naturalmente a primeira cousa de que depois me fallou. «Parece, dizia elle, que sou fatal a tudo o que amo; minha mãe, minha irman, minha tia a duquesa de Nemours, minha mulher, todas desapparecidas antes da idade!» Depois poz-se a contar todos os pares do reino, ministros, conselheiros de Estado, generaes que tinha nomeado depois de ter subido ao throno, e cujos logares estavam já vazios em derredor d'elle. Estas dolorosas lembranças não o abandonavam; á sua última hora, quando, não desconhecendo a gravidade do seu estado, procurava consolar os outros, recitava ainda essa lista funebre, mas accrescentava, em forma de compensação, que a sua morte ia em breve libertar Portugal da funesta influencia que tinha pesado incessantemente sem descanso nem mercê sobre a existencia do seu Rei. (Continúa)

HYMNO

Para o juramento e acclamação de el-rei D. Luiz I

Guiado pela saudade,
Nas azas da gratidão
Transcende os astros, ó Hymno,
Dos ceus entra na mansão:
Dize a Pedro — o Virtuoso:
«Jurou imitar-te o Irmão.»
E verás radiar o rosto
De patriotismo expressão!

Dia fecundo d'esperanças!
Dia de consolação!
Hoje LUIZ — o primeiro —
Jura aditar a nação!
Seja pois a voz do povo:
«Real! sim; real! real!»
«Por Luiz, o Esperançoso!
Por Luiz de Portugal!»

Seguir jura o alto exemplo
Do sempre chorado Irmão:
Do Avô, e dos Paes digno,
Não será perjuro, não,
Defendendo a liberdade,
A justiça, a san rasão,
Se não é Pedro no nome,
Vae sel-o no coração.

côro

Dia fecundo d'esperanças! etc.

Do que é grande, do que é util
Tendo a sublime paixão,
Ser amado, como Pedro,
De Luiz é a ambição.
Abrazado em amor-patrio,
Sua esclarecida mão
Espalhar vae sobre o povo
A ventura, a illustração.

côro

Dia fecundo d'esperanças! etc.

Pelas cinzas sacro-sanctas
Do teu saudoso Irmão
Eis do povo os juramentos:
O povo não jura em vão.
«Vidas e fortunas temos,
«Rei'sperançoso, e tuas são
«P'ra defender o teu throno,
«A liberdade, a nação.»

côro

Dia fecundo d'esperanças! etc.

Do ceu, ó Pedro, onde gosas
Da virtude o galardão,
D'estes mutuos juramentos
Sê a sagrada canção!
Põe ante o throno do Eterno
Tua válida oração!
Sê o nosso intercessor!
Salva o rei! Salva a nação!

côro

Dia fecundo d'esperanças! etc.

PASMATORIO

— A Direcção do novo theatro que foi construido na antiga igreja de S. Christovão, deliberou que elle se denominasse — *Theatro de D. Luiz 1.*

— Hoje têm logar nesta cidade a cerimonia da quebra dos escudos. O prestito sahirá dos paços do concelho ás 10 horas da manha.

— Já foi remettida ao presidente da sociedade dos artistas lisboenses a corôa e o epitaphio que a classe operaria de Coimbra deliberou mandar collocar sobre o jazigo do fallecido monarcha o sr. D. Pedro v. Aquelles objectos foram entregues com todo o apparato ao sr. Olympio Nicolau Ruy Fernandes, sendo as respectivas Comissões esperadas á porta da Imprensa da Universidade por todos os artistas d'este estabelecimento.

— Os alumnos do collegio de S. Bento mandaram, no dia 16 do corrente, celebrar missa cantada e responso suffragando a alma do magnanimo rei, o sr. D. Pedro v. A concurrencia a este acto foi grande.

— Partiu no dia 19 para Lisboa o ex.^{mo} sr. José de Moraes Pinto d'Almeida, o melhor representante do povo que ha muitos annos se tem sentado nas cadeiras de S. Bento.

— Falleceu o principe Alberto, esposo da rainha de Inglaterra.

— O nosso joven Monarcha parece achar-se disposto a casar, tendo resolvido já quem deve ser aquella a quem hade offerecer, além da corôa de rainha, o seu coração: eis o que um jornal de Lisboa diz a tal respeito:

«Todos sabem que depois de tantas desgraças todos se compenetraram da necessidade de que o joven Rei D. Luiz passe a dar o nó matrimonial quanto antes. Segundo nos informam hoave quem insinuára a Sua Magestade tão grande conveniencia, para socêgo e tranquillidade dos seus subditos e da nação. Pa-

rece que se chegaram a nomear nomes augustos, ao que redarguira o novo Rei, que já havia escolhido!...

«Foi grande a surpresa, que tal declaração produziua, mas não arrefecendo a curiosidade o senhor D. Luiz não teve dúvida em pôr claro o que para todos eram trevas.

Dizem-nos que o senhor D. Luiz se enamorara de formosa princesa prussiana, irman da fallecida rainha D. Estephania, e que declarára ter no coração de rei o mesmo sentimento que quando infante.

«Ha por tanto n'alma do joven rei essa elevação de affectos que tanto valem, e que muito devem brilhar e resplandecer no exercicio da sua missão suprema.

«El-rei D. Luiz, que parece havia dado o seu coração á princesa de Hohenzollern-Sigmaringen, poude agora offerter-lhe tambem uma coroa.»

— Calcula-se em Inglaterra que o marquez de Westminster tem 8.100:000\$000 réis de renda por anno; o duque de Bedford, réis 4.500:000\$000 réis; a marquezã de Londonderry 2.250:000\$000 réis, e assim muitos outros nobres. Mais de cincoenta d'estes poucos fortunas que lhes dão, segundo se calcula, de renda annual para mais de 225:000\$000 réis.

— Do *Commercio do Porto*. — Uma correspondencia do Bembe, com data de 30 de outubro, relata do modo seguinte o casamento de el-rei do Congo, celebrado em agosto:

«No dia 11 de agosto de 1861 logar o casamento de el-rei do Congo com a moxiconga D. Maria (hoje rainha). Este acto solemne foi pelas 9 horas da manha, para o que suas magestades se apresentaram juncto da fortaleza, onde d'antemão se tinha preparado uma capella, vindo acompanhadas do principe d'este reino, dos conselheiros e mais fidalgos, bem como de uma grande porção de povo, estando a maior parte armados de espingardas, e duas bandas de musica, uma do principe e outra de el-rei. As musicas compunham-se de oito a nove figuras e os instrumentos eram pequenas pontas de marfim, uma tamba e alguns chocalhós, etc.

El-Rei apresentou o seguinte vestuario: umas calças e jaleca de cotim, e uns sapatos velhos (os quaes elle pediu emprestados a um soldado que está ás suas ordens), e a elegante esposa trasia um lenço á roda da cabeça, um bonet á lanceira, um vestido de chita com alguns boracos e uns butes de soldado, não evitando estes que se lhe podessem contar os dedos dos pés.

Estando tudo preparado, seguiu-se o casamento, sendo o sacerdote o reverendo padre Gavião e padrinhos dois officiaes tirados da força armada d'esta guarnição, que tambem se achava presente a este acto. Finda a cerimonia, a fortaleza deu signal com uma salva real de artilheria. Por esta occasião el-rei deu de offerta ao rev. padre dois pequenos molletes, os quaes elle aceitou; bem como apparentava um porco para presentear o commandante da força, que o recusou, como tem feito a muitos outros. Este official parece ser o modelo dos officiaes da provincia, pois tem dado diversas prendas de valor ao rei e principe, e d'estes ainda não quiz receber cousa alguma. O que ha pouco d'aqui sabiu accitava inclusivê uma gallinha, e em todo o tempo que aqui esteve não lhe deu de seu nem um bago de coral, pois comia os presentes e gratificava-os com fazendas e aguardente da fazenda; isto é que é logica.

Estando tudo concluido, suas magestades se retiraram para palacio, digo cabana, acompanhados de seus prestitos. De tarde, el-rei brindou os soldados d'este destacamento com

um soffivel porco, que chegou a 4 onças a cada praça.

As seis horas da tarde os officiaes foram jantar ao palacio, para o que se achavam convidados de vespera por el-rei, e constou de uma gallinha guizada, duas assadas e cousa de meio arratel de lombo frito, e algumas bolachas que os convidados levavam, pois foi tão somente de que se compoz o lauto jantar. Em quanto a serviço, só direi que el-rei e sua familia costumam comer em uma bacia de mãos e em algumas gamellas de madeira, pois é a baixella que possui. Durante o jantar tocou escolhidas peças a harmoniosa musica, a qual se achava em uma sala proxima á do jantar (por equívoco disse salas, pois eram curraes de gado). No meio do jantar, el-rei, cheio de entusiasmo, fez ver ao innumeravel povo que o rodeava, qual era o seu poder, perguntando-lhe qual tinha sido a epocha em que elles tinham visto os reis do Congo terem á sua mesa os officiaes do *manipulo*, e outros palavriados; e em seguida deu os seguintes vivas — Viva o senhor D. Pedro v, rei do Congo — Viva D. Pedro v, rei de Portugal — e viva a senhora rainha! — Concluido o jantar, e mesmo porque estava escuro, e luz não a havia, os officiaes se retiraram para a fortaleza, terminando os reaes festejos com um solemne *batuque*, que durou toda a noite.

É preciso notar-se, que el-rei e a rainha foi esta a primeira vez na sua vida que usaram calçado. A rainha, á hora de jantar, estava um pouco mais decente, pois já não estava de vestido, e sim tinha um pequeno panno que só lhe tapava parte do corpo.

Por hoje basta de mais amargas verdades, tendo a lastimar que uma fracção do exercito portuguez esteja aqui prestando auxilio e homenagem a estes figurões.

Bembe, 30 de outubro de 1861. — *Um europeu.*

— Um homem rico, indolente e melancolico (é um medico quem falla) consultou-me ha tempos ácerca das suas molestias. Eu disse-lhe: nada vos posso aconselhar; o unico homem capaz de vos restituir a saude está longe d'aqui.

— Onde está elle?

— Em Leão.

— Irei a Leão, me respondeu o homem.

Pouco tempo depois caminhava elle na estrada para Leão, munido de uma carta de que eu o tinha eucarregado, mas ignorando que outra carta minha dirigida á mesma pessoa tinha já sido expedida havia dias. Chegando a Leão disseram-lhe com um certo ar de tristeza que o homem, que elle procurava, tinha ido para Montpellier. O doente parte para Montpellier, d'onde o mandam para Bordeus, d'ahi para Argentac, d'ahi para Tulle, d'ahi para Tiviers, d'ahi para Blois, d'ahi para Lorient, d'ahi para Lisieux, d'ahi para Paris, aonde chegou completamente curado. Veio abraçar-me. — Oh! meu caro doutor, me disse elle, destes-me dous bellissimos medicos, e aqui estou para vos agradecer. — Quaes medicos, lhe perguntei eu. — O *cansaço*, que faz dormir, e a *esperança*, que buscamos correndo atraz d'ella.

— O *Districto d'Aveiro* faz uma declaração dizendo que por mal informado dissera, na noticia que deu d'um parricida em Aveiro, que a guarda militar não acudira com promptidão; porém, melhor informado, declara que a guarda dão só acudira aos primeiros gritos da victima, mas evitára que o parricida se escapasse. Estimamos muito a declaração ainda que, só quem não conhece os senhores capitães Lopes e Amaral, duvidaria que a força do seu commando não seria activa e vigilante no seu serviço, muito mais sendo essa força

do bem disciplinado regimento 18, do commando do sr. Leote.

— Correm por esse mundo de Deus, muitos prospectos para novos periodicos, entre os quaes apparece o *Relampago* e o *Trovão*, que junctos com o *Raio* formarão uma trovoadá horrivel!... Desejavamos ver tambem annunciado o *Aguaceiro* para que não fôsse secca essa trovoadá periodocal. A *Esperança* que já se esta penteando para sahir á luz pública, apparecerá animadora, como o anjo da bonança no meio da tempestade.

— Começaremos no número seguinte a dar publicidade aos nomes dos dignissimos senhores assignantes que já satisfizeram a importancia do trimestre hoje findo, o que lhes servirá de recibo; e agradecemos a pontualidade com que nos obsequiaram, esperando nós continuar a merecer o seu valiosissimo apoio.

— Sabemos que o sr. Francisco Antonio, sapateiro, na Couraça dos Apostolos, no dia em que teve logar a missa dos artistas, chamou alguns pobres a sua casa e lhes deu de jantar, sentando-os consigo á mesa. Foi uma acção nobre, que folgamos de registrar.

COMMUNICADO

Assim como os ramos d'uma arvore voltam o seu suco para a raiz d'onde o extrahiram; assim como o rio lança suas correntes para o mar d'onde trouxe a sua origem; da mesma sorte o coração do homem agradecido, se deleita retribuindo o beneficio recebido. E se não póde recompensar-o, conserva com prazer a lembrança d'elle no seu peito, e não o esquece todos os dias da sua vida.

Foi possuida de tão religiosos, e nobres sentimentos que a ill.^{ma} camara da villa de Penella, presidida pelo ex.^{mo} sr. D. Luiz Cardozo d'Alarcão Vellasques Sarmiento, mandou celebrar no dia 16 do corrente, na igreja de Sancta Eufemia, umas solemnes exequias por alma do excelso e magnanimo rei de Portugal o sr. D. Pedro v, de saudosa memoria. O templo estava adornado de pannos pretos. No centro erguia-se uma magestosa eça com muitas luzes em todos os degraus. Sobre o athaude repousava a corôa real coberta de fumo; e quasi no meio da eça para o lado da porta principal do templo se achava o escudo das armas portuguezas tambem cobertas de fumo. Em volta do cenotaphio em que se sustentava o athaude liam-se as seguintes palavras: Gratidão ao amor, ao talento e á civilização. A orchestra compunha-se d'alguns socios da philarmonica Penellense, a qual em corporação veio assistir a este acto.

Cantaram-se os responsos e missa de *requiem*, estando presentes todos os parochos das freguezias do concelho, e outros ecclesiasticos. Os confrades do S. Sacramento das igrejas de S.^a Eufemia, e S. Miguel, d'esta villa, os das do Espinhal, Cumieira, e Podentes, tambem vieram ao templo em corporação dirigir ao altissimo suas supplicas pelo eterno descanso de sua magestade. A irmandade da sancta casa da misericordia igualmente foi presente a este acto, trazendo as respectivas insignias. A oração funebre foi recitada pelo reverendo Manuel José Erse, dignissimo prior de S. Miguel. O illustre orador sagrado escolheu para thema do seu discurso o seguinte: «*Nunc reges erudimini qui judicatis terram.*» O reverendo padre Erse reuniu num breve quadro os factos gloriosos do augusto monarcha, foi eloquente, e conseguiu commover o auditorio com a dolorosa discripção das desventuras que encheram o reinado do sr. D. Pedro v.

Assistiram a este acto a ill.^{ma} camara, ad-

ministrador do concelho, juiz ordinario, e mais empregados civis, e administrativos; bem como houve grande concurrencia de povo, que tornou mais pomposa a cerimonia funebre. É digna, pois, do maior louvor a deliberação da ill.^{ma} camara que assim se mostrou grata á memoria do nosso bom rei, dando uma prova clara e convincente do quanto lhe foi sensivel tão infausto acontecimento.

Penella, 17 de Dezembro de 1861.

José Maria Eugenio.

AGRADECIMENTOS

A Commissão dos Artistas de Coimbra, a quem foi incumbida a honrosa missão de levar a effeito a funebre demonstração e a missa por alma do Rei constitucional o Senhor D. Pedro V, vem por este meio, em nome da sua classe, patentear o seu reconhecimento á todas as auctoridades civis e militares, pela sua deferencia para com a classe artistica, por terem accedido ao convite, que pela commissão lhes foi feito. Igual agradecimento dirige ao Ill.^{mo} Cabido e mais pessoas, que cooperaram para a pompa d'aquelle acto, e que de qualquer modo coadjuvaram a commissão. Finalmente a commissão congratula-se com todos os seus collegas que tomaram parte no prestito, ou compareceram na Sé Cathedral, no que muito contribuíram para o bom exito de tão triste encargo. A commissão pede desculpa de qualquer convite, que deixasse de dirigir.

Em carta que dirigi á commissão dos artistas de Coimbra, agradecei-lhe o honroso logar que me concederam no prestito funebre em que os artistas se dirigiram á Sé Cathedral, para suffragar a alma de Sua Magestade El-Rei o Senhor D. Pedro V. Agora, por este meio, faço público o meu reconhecimento pela muita deferencia que os artistas se tem dignado dispensar-me, desejando ter occasiões em que possa corresponder-lhes.

Coimbra, 18 de dezembro de 1861.

Olympio Nicolau Ruy Fernandes.

ESPECTACULOS

THEATRO DE D. LUIZ I

RÉCITA ORDINARIA

Domingo, 22 de Dezembro de 1861

O DIA DA REDEMPÇÃO

Drama original em 3 actos,

do Senhor Mendes Leal Junior.

OFFERECIDO

Á CIDADE E UNIVERSIDADE DE COIMBRA

O QUI PRO QUO

OU

OS EFEITOS DA AUSENCIA

Comedia em 1 acto,

de Hypolito Garcez.

PREÇOS

Camarotes	1. ^a e 2. ^a ordem	3\$000
	3. ^a dicta	2\$400
	4. ^a dicta	1\$800
Plateia	720 Galeria	300

IMPRESA DA UNIVERSIDADE

PORTUGAL INDEPENDENTE

JORNAL ANTI-IBERICO, LITTERARIO E NOTICIOSO
DEDICADO Á MEMORIA DE EL-REI O SENHOR D. PEDRO V

E AOS PORTUGUEZES RESIDENTES NO PAIZ E NO BRAZIL

REDACTOR — Augusto José Gonsalves Fino

PUBLICA-SE AOS SABADOS

Assigna-se e paga-se este jornal: em Coimbra, na Imprensa da Universidade; nas Provincias, em casa dos Srs. Directores de Correios; no Brazil, em casa do Sr. José Julio Lopes Gonsalves, Rio de Ostras. Preços por trimestre, ou 12 numeros: em Coimbra 400 réis; nas Provincias 460 réis; no Brazil (moeda forte) 700 réis;— número avulso 100 réis. — Toda a correspondencia, franca de porte, será dirigida ao Redactor do *Portugal Independente*, Coimbra. — Escriptos não publicados, não serão restituídos.

EXPEDIENTE

Com este número damos principio ao 2.º trimestre d'este jornal, que julgamos haver correspondido dignamente ao fim a que se propoz; pelo menos temos empregado o mais activo zêlo por satisfazer a missão a que nos propozemos; e continuaremos a prestar todo o cuidado em não desmerecer na opinião pública.

Resta-nos agora, para cumulo de maior gloria, que os srs. Assignantes em debito satisfaçam immediatamente a importancia do 1.º trimestre, porque temos de satisfazer as despesas feitas com esta publicação; e porisso supplicamos-lhes a graça especial de se dignarem annuir ao nosso empenho, e attenderem a que nossas debeis circumstancias nos não permitem adiantar dinheiros que não possuimos.

Egualmente rogamos a todas as pessoas a quem dirigimos este número, e que ainda não hajam assignado, o favor de nos coadjuvarem, ao menos no presente trimestre; devolvendo-nos, porém, este exemplar se por ventura não formos attendidos.

Ex.º Sr. A pedido da Redacção d'este jornal, temos a honra de nos dirigir por este meio a v. exc.ª, rogando-lhe com o maior empenho, a graça especial de se dignar continuar a proteger esta publicação com a sua assignatura, assim como sollicitar de seus numerosos amigos para auxiliem a empresa de tão util como interessante publicação, no que prestarão, a todos os respeito, um bom serviço, que ha direito a esperar do seu patriotismo. Os abaixo assignados esperam merecer a attenção de v. exc.ª, pelo que desde já se confessam summamente agradecidos.

Antonio Vaz da Fonseca e Mello, Governador Civil.
Dr. Raymundo Venancio Rodrigues.
Dr. José Augusto Sanches da Gama.
Luiz Pires Monteiro Bandeira.
Olympio Nicolau Ruy Fernandes.
Paulo José da Silva Neves.
Ignacio Raymundo Alves Sobral.
Antonio José d'Oliveira.
Ricardo dos Sanctos Mesquita.
Antonio Vicente do Amaral Monteiro.

A familia real portugueza

Já não pôde haver dúvida que a familia Real Portugueza verga sob o péso de uma influencia occulta! A morte prematura de nosso adorado mas infeliz Monarcha, o sempre chorado sr. D. Pedro v, e de seu augusto irmão o sr. D. Fernando, ainda foi attribuida a essas influencias paludosas dos arrozaes e pantanos de Villa Viçosa, e assim foram quebradas, que não destruidas, as suspeiças que seus fieis subditos nutriram, de que um crime nefando produzira aquellas catastrophes; mas o estado perigosissimo em que se acha o sr. Infante D. João, e que a folha official, e com mais clareza e precisão diversas correspondencias particulares nos noticiam, vêm, desgraçadamente, confirmar aquellas suspeiças, porque Sua Alteza não aspira aos pestíferos miasmas dos arrozaes, e comtudo a molestia que o tem ás bordas da sepultura, é comtudo identica á que arrebatou aquellas duas vidas preciosas!

Poderá ainda negar-se que a Patria e a Dynastia de Bragança tem inimigos jurados, que procuram aniquilal-a? Pensemo como quizerem, que nós estamos convencidos de que existe uma conspiração nefanda, que a todo o custo e por todos os meios, quer arrebatat de nossos braços tão queridos Principes!

Qual o fim?!... Ignorâmo-lo, ou melhor, não diremos o que a tal respeito pensamos.

O sr. Infante D. Augusto, segundo as mesmas noticias, supposto continúe livre de perigo, ácha-se em um estado bem lastimoso, e poucas ou nenhuma esperanças offerece de um completo restabelecimento.

Que nos resta? Sua Magestade El-Rei o sr. D. Luiz.

Qual é porém o estado de sua saude?

Ainda essas noticias nol-o dão como passando encommodado!...

Oh fatalidade!

Deus que é Poderoso pôde em seus altos designios ter determinado todas essas molestias, e verdade, e grandes são os nossos crimes e perversidade para que Elle nos castigue por essa fôrma; mas se muitos são os máus, tambem entre elles devem existir alguns justos, a quem o Eterno não fulminaria, envolvendo-os nas calamidades e desgraças que a falta de nossos Principes nos acarretaria, porque Elle é Pae de misericordia e bondade, e porisso temos viva fé que as desgraças que nos têm affligido e que nos ameaçam, não é obra do Omnipotente, e sim da inaudita perversidade dos homens, e, talvez... quem sabe? d'essa... cousa a que alguns chamam *alta politica*!

Estamos pobres, é verdade: não temos tido um governo que bem comprehendesse sua alta missão, e promovesse com boa fé e sinceridade collocar-nos a par d'essas nações, hoje

poderosas, mas a quem já demos as leis, e para o que não nos faltam muitos elementos: só temos tido, salvas honrosas e mui limitadas excepções, governos de facção, que a nada mais tem olhado do que aos seus interesses pessoas e aos de sua clientela, esquecendo os da patria, a quem só deviam dedicar-se e servir: só temos tido esses governos, que a par d'alguns melhoramentos materiaes, têm, e mesmo a sombra d'elles e talvez sem reflexão, cavado a nossa ruína; mas se houver ha que não sabem ou não querem comprehender os seus deveres, e fecham os olhos aos nossos males, deixando-nos soffrer, sem esperança d'enchugar nossas lagrimas, desapareçam de entre nós, porque no seio de quatro milhões de portuguezes, ainda não de encontrar-se verdadeiros patriotas (não d'esses que apregoam patriotismo em tudo e por tudo, sem d'elle possuirem a mais insignificante particula) que nos possam salvar do abysmo que ameaça engulir-nos.

Essa pobreza e esses erros governativos, ainda não nos fizeram perder os nossos brios nacionaes, e bastantes têm sido as provas que nos ultimos dias temos dado d'essa verdade, para que algem julgue que, ainda mesmo que realizados fôssem seus tenebrosos planos, os portuguezes deixariam de ser portuguezes, mesmo á custa de seu sangue — do de seus filhos — e de tudo quanto lhes é caro, porque para conservarem sua nacionalidade, a nenhum sacrificio deixarão de sugeitar-se.

A voz do povo, que é a voz de Deus, já clama em altas vozes e nós fazemos córo com elle, para que o nosso jôven e esperanças soberano e familia real deixe immediatamente a capital, e venha estabelecer sua residencia na provincia: tem Coimbra e tem o Porto, cujos habitantes, subditos fieis, lhes dão toda a garantia de segurança pessoal; mas é necessario que Sua Magestade com o abandono da capital, abandonê tambem despedindo do seu real serviço, os facultativos e todos os empregados do Paço, desde o primeiro até ao último: não faltam portuguezes dignos da escolha de Sua Magestade, e que com todo o zêlo e fidelidade lhe prestem os serviços de que carecer, sem que d'elles possa haver as suspeiças que, bem ou mal fundadas, pesam hoje sobre essa camarilha que cerca a real familia, e que já ha muito devia talvez ter sido obrigada a abandonar os Paços reaes.

Confiâmos que o Conselho de Estado, o Governo, e as Côrtes deliberarão neste sentido, e empregarão todos os meios humanamente possíveis para descobrir a verdadeira causa de tão lamentaveis desgraças e os criminosos, se os ha, applicando a estes logo os castigos correspondentes ao seu nefando crime, sem consideração alguma a estado, sexo, ou condição de cada um; porque só assim será desafiada uma nação inteira.

Deus salve a Patria e o Rei. R.

Rei e Artistas

A *.

Ha um anno ainda acordava Coimbra ao som dos repiques festivos e dos gritos de entusiasmo, que partiam de todos os angulos da cidade! Ha um anno ainda artistas e fidalgos, commerciantes e homens de letras, reuniam-se todos e abriam suas fileiras, d'onde sahiam vivas loucos de contentamento, para deixar passar o Rei, que em tão pouco espaço tinha sabido conquistar o amor de seu povo! Então a alegria via-se nos rostos de todos, porque no seu seio viam um homem, que sendo Monarcha, vinha só ao meio d'elles, e lhes agradecia com a cabeça descoberta e as lagrimas nos olhos as demonstrações sinceras da sua dedicação.

Porque hoje esse som plangente do dobre continuado dos sinos nos vêm repercutir nos ouvidos?! Porque essa coroa real coberta de crepe, porque esses tropheus envolvidos em lucto, porque esse sceptro partido sobre um sarcophago?!...

É porque o dia 11 de novembro amanheceu lugubre para todo o Portugal; é porque no dia 11 de novembro, a morte subiu os degraus do throno dos nossos Reis, e precipitou d'elle para debaixo da lousa sepulchral o sr. Rei D. Pedro v, e hoje a classe artistica de Coimbra toda reunida num abraço de irmãos, vae depôr sobre a eça do que na terra foi o seu amigo e protector, um óbolo de respeito e saudade; não são mentidas as suas lagrimas, e estas não as arranca a adulação.

É o espectáculo mais tocante, dos que ha muito temos presenciado, é o de que Coimbra foi hoje testemunha; homens, a quem as mais duras privações não fazem verter muitas vezes uma lagrima, homens, que comem todos os dias o pão amassado com o suor, que lhes gotteja das fronteiras, vergadas sob o peso do trabalho, hoje formados em alas, com a dor, que lhes vae na alma, reflectida nos rostos e nos pobres vestidos, caminham em silencio, com os olhos, que o servilismo não faz abaxiar, virados tristemente para a terra, para o templo, aonde vão em breve dirigir suas supplicas ao Senhor pelo descanso eterno do que na terra foi Rei, e que hoje é de certo um dos seus eleitos; e quem ha ali que se não sinta repassado de dor, ao ver esses homens, para quem o trabalho é mais do que uma lei, é uma necessidade, e essas criancinhas vestidas de branco, symbolo de pureza, e de escomilha, symbolo de tristeza, reunidos para um fim tão sancto como nobre?! Qual é o coração verdadeiramente portuguez, que não estremece de saudade ao ver essa coroa de perpétuas, offerecida humilde, mas dictada por um sentimento verdadeiro, e destinada a ser um dos mais bellos adornos do tumulo de D. Pedro v?!

Abria o prestito uma das philarmonicas de artistas d'esta cidade, fechava-a a outra, ambas tocando marchas funebres; e atraz da última marchava a guarda de infantaria. Nas alas ia tudo quanto em Coimbra é artistas, e no fim d'ellas tinham concedido o logar de honra a quem de direito competia; caminhava ahí o Administrador da Imprensa da Universidade, com os olhos afogados em lagrimas, e procurando abafar os soluços, que lhe rasgavam o peito; artista, não tinha querido deixar de acompanhar os seus irmãos pelo trabalho, de quem elle é mais que irmão, é amigo estremo: era elle que conduzia o anjo, que sobre uma almofada de veludo preto levava essa coroa tão leve, porque era de flores. Na Sé o officio divino foi ouvido com todo o respeito, tocando durante elle, cada uma por sua vez, as duas philarmonicas.

Chorem artistas, são nobres as vossas lagrimas; o homem, que com a sua presença e o seu exemplo animava os vossos trabalhos, morreu, o amigo, que durante as epidemias, que devastaram Lisboa, ia sentar-se á cabeceira dos vossos irmãos agonisantes, refrescando-lhes os labios seccos pela febre, e animando-os com palavras de consolação, já não existe; a lapide fria do tumulo desceu sobre o Monarcha verdadeiramente constitucional, que tão bem tinha comprehendido a sua difficil missão, o Neto do heroe, que com a ponta da espada escreveu a nossa constituição, repousa já, entre a Mãe e a Esposa, em S. Vicente de Fóra. Foi-lhe a vida continuo martyrio, que Deus quiz recompensar, chamando-o a si.

Mas se o homem morreu, a sua memoria será eterna no coração dos portuguezes; e esses curtos seis annos, que elle se sentou no throno de Portugal, serão uma das páginas mais brilhantes da nossa já tão rica historia.

Honra pois aos artistas de Coimbra, que se não esqueceram de mostrar a todo o reino, que tinham sabido avaliar a perda immensa que todos soffremos.

E nós todos, que somos portuguezes, ajoelhemos em volta d'esse tumulo ainda meio aberto: se Pedro v, deixou de nos dirigir na terra, foi mais um protector, que ganhámos juncto da throno de Deus.

Coimbra, 16 de Dezembro de 1861.

Um Estudante.

O Rei de Portugal D. Pedro V

(Traduzido do *Journal des Débats*.)

(Continuado do n.º 12)

Não era, comtudo, uma alma desalentada. Certamente todos se recordam dos admiraveis exemplos de firmeza e dedicação que, apenas de idade de vinte annos, elle soube dar a todos quando foi preciso consolar e tranquilisar as populações aterradas pela explosão da febre amarella. Seja-nos nesta occasião permitido referir uma anecdota, que me foi contada em Lisboa, e que faz comprehender os sentimentos de que o povo estava animado para com o seu Rei. O joven Principe concebeu a suspeita de que no meio de uma mortalidade tão consideravel podia acontecer que se desesperasse demasiado cedo dos moribundos, e formára tenção de visitar não só os enfermos, mas até os mortos. Certo dia, chega ao leito de um soldado, um corneteiro de infantaria, sobre o qual os enfermeiros acabavam de estender o seu capote militar, para dizerem com isto que elle cessára de viver. O Rei acha o corpo ainda quente; inclina-se, ouve o coração que ainda palpita fracamente; exclama que o homem não está morto, e pergunta o que se poderia fazer para o salvar. Os medicos aconselham uma fricção. O Rei manda immediatamente buscar o medicamento designado, e, arregaçando as mangas do casaco, applica com as suas proprias mãos uma vigorosa fricção ao doente. Pouco a pouco o paciente dá signaes de si; ainda não tem consciencia bem clara de seu estado, mas pronuncia algumas palavras como para perguntar o que lhe querem. «É o Rei que quer saber como estás.—Estou bem doente.—Não tanto como julgas; d'aqui a quinze dias estarás restabelecido, e no dia em que sahires do hospital recommendo-te que vás receber as minhas ordens ao Paço.» O soldado foi salvo, e desde então a admiração popular ficou convencida de que o Rei tinha feito um milagre. Quem parecesse duvidar que um Principe tão caritativo e tão bravo tivesse podido fazer um milagre, expor-se-hia a offender estes corações simples e reconhecidos.

O que provou ainda melhor que não era, apesar de tudo quanto tinha soffrido, uma alma desalentada, é o gosto extremo que elle mostrava pelos negocios, as nobres paixões que agitavam o seu coração. Era liberal e patriota ardente. Lord Macaulay, depois de ter passado uma noite inteira a conversar com D. Pedro, dizia a um amigo nesso: «Não imaginava que um homem tão moço podesse ser tão instruido, nem um Rei tão liberal.» Não me pertence tractar de confirmar pelas minhas apreciações pessoas o juizo feito pelo illustre historiador; mas se eu podesse referir tudo o que El-Rei D. Pedro quiz ter a benevolencia de dizer-me no abandono de conversações sempre amaveis e sempre interessantes, a quantos outros não inspiraria eu os sentimentos de respeito e de dedicação que, para aquelles que o conheceram, é impossivel deixar de conservar á sua querida e encantadora memoria? Devo, porém, limitar-me, e não citarei entre todos senão dois exemplos, mas elles serão sufficientes para mostrar a profundez de seus sentimentos liberaes, e a elevação verdadeiramente real de seu patriotismo.

Passeando na galeria em que D. Pedro dava audiencia, disse-me elle um dia: «Os acontecimentos que se seguiram á revolução de fevereiro vingaram hem o rei Luiz Philippe dos povos e dos reis; mas isto não deve ser de grande satisfação para os amigos dos princípios constitucionaes e da liberdade, porque foi á custa da liberdade que esta vingança se cumpriu. O credito das ideias liberaes soffreu grandemente na estima das nações e dos soberanos. O cansaço, a desconfiança, o desgosto apoderaram-se dos espiritos, e, não vos enganais, ainda ahí dominam. Invadiram até os paizes que parecem ter escapado á influencia das vossas agitações: aqui mesmo, sinto eu essa influencia. Os debates das côrtes, as discussões de nossos jornaes podem illudir-vos pela sua vivacidade; mas, acreditae-o bem, o que demais difficil tenho a fazer, é ensinar a massa do povo a servir-se das liberdades que lhe concedem as nossas leis.»

Uma outra vez, fallando do que se chama o partido iberico, dizia ainda D. Pedro: «Julgam que estas vistas lisongeiavam a minha ambição e que eu as favoreço. Tendes entre os vossos amigos pessoas que assim o crêem, mas enganam-se. Além das razões de conveniencia, de politica e de honra que devem conter-me, ha ainda considerações a que eu devo attender, com quanto os outros possam esquecel-as. Os extravagantes, e mesmo aqui os ha que afagam estas chimeras, não reflectem que se a casa de Bragança subisse algum dia ao throno da Peninsula, Portugal não seria necessariamente então mais do que uma provincia hespanhola, a nossa nacionalidade seria absorvida e desappareceria. Ora eu, que sou o primeiro dos portuguezes, o primeiro d'um povo que tem um logar honroso na historia da especie humana, não seria mais do que um mandatario infiel se patrocinasse similhantes projectos. Esta gente, além d'isso, causa-nos grande desgosto, porque contraria muitas cousas uteis que poderiam fazer-se para o bem commum dos dois povos: o desinvolvimento das communicações internacionaes, a aproximação dos interesses materiaes, a unidade dos pesos e medidas e das moedas, a associação das alfandegas, etc., etc.»; e então entrou a fallar sobre o seu assumpto favorito, a exposição dos projectos e das esperanças que a sua imaginação não cessava de formar pensando na prosperidade do seu querido paiz.

«Pedro, dizia El-Rei D. Fernando seu pae, Pedro não sabe ainda o que vale, e eu tão pouco o sei; mas parece-me que não haverá

homem de bem que d'elle se approxime e o conheça, que não se interessa vivamente por elle. Quando mesmo não fôsse o Rei, ninguém poderia deixar de ficar impressionado da pureza exemplar de sua vida, de sua applicação ao estudo, de sua tam firme confiança em tudo o que é bem, do ardor d'essa imaginação que fermenta e da sinceridade de todas essas illusões que persistem a despeito dos desenganos e dos revezes, que já tem soffrido. É como uma arvore nova e desconhecida que, vinda da outra extremidade do mundo, havia de ter soffrido, para chegar até nós, muitas vicissitudes e tempestades, eil-a aqui agora que começa a brotar os seus primeiros renovos e as suas primeiras flores, mas não se sabe ainda que fructos dará. Espero, contudo, não me illudir com a affeição paternal, quando creio que a colheita será bella e boa.

Não aprouve a providencia deixar amadurecer esta colheita, que effectivamente era promettedora, porque até já tinha produzido resultados que honram a memoria do joven Rei. Durante todo o seu reinado, Portugal gosou, sem a mais pequena interrupção, d'um socêgo e d'uma tranquillidade que já não conhecia havia meio seculo; a prosperidade geral desinvolveu-se grandemente com a instrução pública, a agricultura, o commercio, a industria e a marinha, esse antigo instrumento da gloria nacional. As graves desintelligencias que subsistiam desde tanto tempo entre Portugal e a Sancta Sé foram apaziguadas, conciliadas; as finanças, que tantos annos de agitações tinham reduzido a um estado deploravel, foram sensivelmente melhoradas; a questão dos caminhos de ferro foi resolvida; as pautas das alfandegas foram reformadas numa sentida liberal, e se é verdade que ainda resta muito a fazer a tal respeito, não se pôde tambem negar que o Rei D. Pedro se não tenha applicado com ardor a fazer o que de bom se tem feito. A lei eleitoral, a repartição do imposto foram reformadas sob a inspiração dos sentimentos generosos que o animavam. Assim, quando se pensa que elle apenas tinha vinte e quatro annos, quando se pensa no pouco tempo que durou o seu reinado, não se podem desconhecer os titulos solidos que soubera adquirir ao reconhecimento dos seus e á consideração da Europa. Se ha, pois, um voto que devem formar aquelles que têm um interesse sincero pela prosperidade do novo reinado, é que o Rei D. Luiz continue as tradições e as virtudes d'aquelle a quem não só estava ligado pelos laços de sangue, mas ainda de quem era, um honra sua, o confidente mais intimo e o amigo mais caro.

XAVIER RAYMOND.

(Transcripto do Commercio do Porto.)

Hespanha e Portugal

(Continuado do numero 11)

Na historia de ambos os povos ha uma circumstancia que explica esta situação respectiva. A guerra da independencia contra Napoleão I, influiu em sentido mais contrario em Portugal do que em Hespanha. Aqui rejuvenesceu a nação, e imprimiu-lhe um caracter impulsivo, com que ainda se move. Alli submetteu-a a Inglaterra, afogou a sua prosperidade, esterilizou seu commercio e industria, e fel-a cahir numa syncope de que agora torna a si com grande trabalho e esforço.

Desde 1802 ha em Hespanha a consciencia da nossa existencia, como nação, que apesar de seu nobre orgulho e de sua portuzega passada, não têm com igual vigor os portuzegueses. Seus homens conspicuos de todos os partidos

acham-se abismados em um desalento muito mais profundo do que aquelle que opprime os hespanhoes. Os liberaes, como Garrett, dizem: *fomos e já não somos*; os absolutistas e legitimistas, como o sr. Palha, confessam que a nação dorme um somno de morte desde Alcaer-Quibir até hoje, somno de que não despertará, senão para se separar da Hespanha.

Desde então até agora
Nesse somno que a devora
Tornou de novo a cahir.

Não tomamos na genuina expressão da palavra estes lamentos patrióticos: comprehendendo-se exaggerações do patriotismo, lastimando-se porém, as exaggerações, e os ais têm algum fundamento. A última efflorescencia litteraria de Portugal, que começa em Garrett, e produz logo Mendes Leal, Latino Coelho, João de Lemos, Rebello da Silva e outros engenhos de primeira ordem, parece-se, sem dúvida, com uma ressurreição, com um remocamento do espirito publico nacional; mas não tem, por desgraça, todos os seus caracteres. O patriotismo exclusivo afoga, e não consente o perfeito desinvolvimento d'esse espirito publico. O pensamento nacional, se tem de renascer em Portugal e Hespanha, é sob a forma do *iberismo*, porém o *iberismo* paciente, sereno e firme, que quer ir com pausa e socêgo até á unidade, por seus passos e grãos naturaes, como unico meio de recobrar, nas circumstancias presentes do mundo, a força e preponderancia politica perdidas, como unico meio que ambos os povos da Iberia possuem para não serem povos insignificantes, e tornarem a ter uma grande missão na historia.

D'esta historia é como comprehendemos o *iberismo*. Não é uma necessidade, e pôde ser uma conveniencia. Não se requer a união para se viver: Portugal viveu bem, com riqueza e prosperidade materiaes, e pôde viver do mesmo modo sem nós; pôde chegar a ser uma nação mais industrial, mais rica, mais abastada do que a Belgica; porém Portugal, sem nós, não pôde tornar a ser uma grande nação, e Portugal aspira a sê-lo. Portugal não pôde renegar do seu passado.

Nós estabelecemos um argumento precisamente contrario ao do sr. Gullon. Este é *iberico*, por que não estima tanto como nós o extraordinario e sublime das historias portuzegas: nós somos *ibericos* ainda appellando para o futuro, para a realisação de nossas ideias, porque admiramos essas historias. Se Portugal as não tivera, seus escriptores e pensadores teriam outro fito mais burguez, mais humilde, menos heroico: limitar-se-hiam a ser invejosos, sem terem ambição. Estas queixas de *fomos, e já não somos*; não sahiriam de labios portuzegues; nem mereceria tanta dor haver em 1851 algumas fábricas menos do que em 1807. Aquella prosperidade pôde renovar-se facilmente, porém Portugal não pôde ficar satisfeito com ella. A condicção, a indole, o instincto, as tradições de todo o portuzeguez o movem e arrastam a propositos e fins mais elevados. Nenhum portuzeguez, de mão sobre o coração, o poderá negar. Isto, pois, e não a necessidade de viver, para a qual não precisamos de nós, é o que mais tarde ou mais cedo os ha de levar todos ao *iberismo*. Não será a ideia de que valem pouco, não será o sentimento de prostração e de humidade, mas sim o orgulho nacional e seus devaneios ambiciosos, e as saudades do passado poderio, o que ha de impedil-os a serem *ibericos*, não se resignando só a serem prosperos e ricos, como a Belgica ou a Suissa.

No seculo XVIII, quasi desde o momento da

separação de Hespanha, estiveram os portuzegueses ricos e prosperos, relativamente á sua pequenez de população e territorio, e comparando-os com as demais nações da Europa. Sem embargo nem Portugal nem os portuzegueses estão satisfeitos com aquella epocha, como o não estaria um grande principe, que, perdida a sua coroa, adquirisse dinheiro e bem-estar, consagrando-se apenas ás prosaicas occupações do lavrador, do mercador ou do fabricante. O throno, o sceptro, a dominação passada o atormentariam de continuo com a sua recordação, e até embargariam o espirito, impedindo-o de que se occupasse com fructo de suas novas e plebeias funcções.

Os portuzegueses desejam ainda, e têm fatalmente que continuar a desejar ser uma grande nação. Sob este ponto de vista, e desta situação de animo, é que reprovam com espresma o que na generalidade nem desprezo nem reprovação merece. Como o illustrado escriptor Lopes de Mendonça, chamam á sua historia, desde 1640 até ha pouco, um *longo pesadelo de duzentos annos*, condemnam D. João IV, porque vendeu á Inglaterra as possessões da India e a cidade de Tangar, declaram D. Pedro II, um pachá de Inglaterra; escarnecem de D. João V, apesar de fundar o patriarcbado, pagando a *pêso de ouro a insaciavel cubica do papa*, e apesar de ter edificado *Mafra, grande monumento material sem pensamento*. Escorial sem São Quintino; e apenas concedem que Portugal seguisse a corrente civilisadora da Europa, no tempo do despotico, ainda que admiravel e intelligente, marquez de Pombal.

(Continúa)

PORTUGAL!

Tenho orgulho de ser filho
D'este nobre Portugal!

É tão lindo, e é tão fertil,
A nossa terra natal!
Por ventura ha outro reino
Como é este Portugal?
É nas armas esforçado,
É nas letras illustrado,
Este berço patrio meu!
Nos jardins brotam mil flores...
Nas campinas mil primores...
Não tem par este aureo ceu!...
Nossos montes são tão bellos...
Não ha 'nelles aridez!
Ninguém vive tão feliz,
Como vive o portuzeguez!
Das aves ledo trinar
O vem á cama acordar
Nas manhas de primavera
Vem o astro magestoso
O dia tornar formoso,
— Com'em p'raiso vivêra!
Temos rios murmurantes,
Que já deram grande brado!
Lá está o do Mondego
Pelo Camões decantado!
Temos villas mui formosas,
Cidades mui magestosas,
Praças, castellos sem par!
Temos jardins surpr'hendentes,
Temos memorias luzentes,
Que jámais se hão de apagar!
Nosso reino é muito rico...
Nenhum outro é mais feliz!
Ha 'nelle mor abundancia
Que em qualquer outro paiz!
França, Hespanha, Inglaterra
Bem dizem a nossa terra,
Nossa terra sem igual!
Todos que vêm visital-a,
Não se fartam de gabal-a!
Como és bello, ó Portugal!..

És a patria dos Affonsos,
Dos Albuquerque, do Gama!
Dos Cabraes, dos Magalhães,
Que ganharam tanta fama!
Em batalhas foste ousado
E sempre victoriado!
Que elogios te votaram!...
Na d'Ourique, Santarem,
Aljubarrota, e mar além,
Que teus feitos augmentaram!

Portugal! não tenhas pejo
Do mappa de outras nações!...
Não têm ellas, como tu,
Ganhado tantas acções!...
Com trabalhos... com fadigas...
Nunca d'este enfraquecidas
As forças dos braços teus!
Sempre altivo... sempre forte
Prosequiste o teu norte,
Conquistando mil tropheus!

Ainda hoje, podes crer,
Todos te guardam respeito!
Sempre guerreiro audaz
É forte o teu fraco peito!...
Oh! não tenhas não! receio
D'essas nações... pois eu creio
No teu antigo valor!...
Se uma guerra começar,
Tuas armas hão de causar
Ao mundo inteiro o terror!

As espadas ferrugentas
Ha annos embainhadas,
Cortam mais que mil outras
As guerras acostumadas!
Portugal! ávantel... ávantel!...
Toma coragem bastante...
Vamos todos combater!...
Não vacilles... e verás,
Que no marico campo irás
Fulgentes louros colher!

Podes confiar nos teus...
Impelle p'ra longe os fados!
Somos humanos na paz
E na guerra encarniçados!
Crê, sim... nos portuguezes
Qu'elles já por tantas vezes
Têm mostrado valentia!
Não queiras ser infeliz!
Não queiras ver no paiz
Vegetar a tyrannia!

Portugal! teu marcio ardor
Não definha na indolencia!
Desprende do peito a voz,
Dá um brado á INDEPENDENCIA!
Alerta... á guerra corramos!
Com os nossos feitos vamos
A lusa historia augmentar!
Combata o rico e o pobre,
Combata tambem o nobre...
Pelo nosso patrio lar!

Não é o silvo das balas,
Que nos faz esmorecer!...
Na guerra somos leões!...
A ninguem lembra o morrer!
Só tememos com verdade
Perder nossa liberdade,
Que tanto nos custou já!...
Pegue n'arma cada filho,
Sigamos o mesmo trilho
Á batalha!... iremos lá!...

Portuguezes denodados
De fogo o peito enchei!
É por nós que combatemos,
Combatemos pelo Rei!...
Quando rufar o tambor!

Preparar!... valor... valor
Não teremos um rival!
Soldados!... mais uma vez
Diremos com altivez:
— Viva o nosso Portugal! —

Braga 1.º de Dezembro de 1861.

Augusto Cohen.

CURIOSIDADES HISTORICAS

A proposito do sentimento que em todo o paiz se manifestou, pela morte do sr. D. Pedro v, o *Jornal do Commercio*, publicou as seguintes curiosidades historicas:

«O que os chronistas referem que se fez no fallecimento do principe D. Affonso, filho de el-rei D. João II, é realmente para pasmar.

É sabido o triste destino d'esse principe, chamado a junctar na sua cabeça as corôas de Portugal, Castella e Leão.

Contava apenas 16 annos o principe D. Affonso, e achava-se casado com a princesa D. Izabel, filha dos reis de Castella; apesar de tão verdes annos, diz Garcia de Rezende que parecia no corpo, na barba, no saber, no sizo e no socêgo, homem de 25 annos.

O mesmo chronista na sua *Miscellanea*, lhe dedica estas estrophes:

Era de dezeseis annos
e casado de oito mezes;
perfeito entre os mundanos,
mui quisto de castelhanos,
descanço dos portuguezes:
Uma triste terça feira,
correndo numa carreira,
com um cavallo cahiu,
nunca fallou nem buliu:
e morreu d'esta maneira.

Por sua gran formosura
foi no mundo nomeado;
angelica creatura
nunca foi tal desventura,
nem principe tão amado:
Em Castella e Portugal
foi tão sentido seu mal
tão chorado em toda a Hespanha
que foi tristeza tamanha
que se não viu outra igual.

Em uma terça feira, 12 de Julho do anno de 1491, correndo o principe D. Affonso, a cavallo pela praia do Tejo, na villa de Santarem, na mesma occasião em que o rei seu pae nadava, succedeu que o cavallo cahiu com elle, e tão desastrada foi a queda, que logo ficou sem falla e sem sentidos. Levaram o principe para a primeira casa que acharam, que foi a d'um pobre pescador.

(Continúa)

O nosso collega do *Commercio de Coimbra*, publicou o seguinte em Supplemento:

Lisboa, 26 do corrente ás 12 horas e 35 minutos da tarde.

D. João vive ainda mas agonisante. As suspeitas de envenenamento tomaram vulto, sem todavia haverem provas.

Isto tem dado motivo a motins, que felizmente foram pacificados. O conde da Ponte foi insultado e ferido na cabeça.

Os palacios do conde de Thomar e Marquez de Vallada, foram apedrejados. Estando o ministerio em conselho, no ministerio da fazenda foi o edificio invadido pelo povo, mas nada houve de lamentar. O Rei, a pedido do povo, foi para o paço de Caxias.

Lisboa, 26 do corrente á 1 e 44 minutos da tarde.

O govêrno declarou nas camaras ter a força precisa para manter a ordem pública. A camara dos srs. deputados votou unanimemente o mais franco apoio ao govêrno para as circumstancias que os successos reclamarem.

Grandes forças de cavallaria percorrem as ruas para impedir motins. Não se espera a sua repetição.

PASMATORIO

—No dia 22 do corrente teve logar a récita de abertura do novo theatro de D. Luiz I. O drama — *O Dia da Redempção*, cuja scena foi passada em Coimbra, em 1640, agradou, e foi geralmente bem desempenhado. Algumas figuras, porém, andaram *frias*, devido talvez a defeitos do drama; merecem todavia especial menção os srs. Matta, Jacintho, Perdigão, Motta, Paula e Silva, Almeida e José Francisco.

A comedia foi bem desempenhada: mas poucos expectadores comprehenderam o enredo. Para a inauguração d'um theatro, como o de D. Luiz I, devia escolher-se uma comedia de bastante chiste, e de maior acção.

Centenares de madamas da mais elevada aristocracia concorreram ao espectáculo. A plateia estava cheia, a mais não poder ser, de espectadores. Calcula-se que o número de pessoas alli reunidas seria de mil e duzentas.

As vistas, assim como o panno de bocca, foram pintadas pelo habil artista, o sr. Antonio Gonsalves Neves, que mais esta vez mostrou a sua rara habilidade e talento. Foi mais uma corôa ganha pelo accreditado artista.

A direcção do theatro é digna dos maiores louvores pelo seu zêlo e assiduidade no desempenho dos deveres de que se achava encarregada; e a sociedade muito deve aos srs. Dr. João Antonio de Sousa Doria, Paulo José da Silva Neves, Domingos Antonio de Freitas e José Julio Cesar.

—Em Coimbra abriu-se um abaixo assignado, no qual se pede a sua magestade el-rei o sr. D. Luiz I, haja por bem demittir o Barão de Moreira, de consul geral portuguez no imperio do Brazil. A representação já conta algumas centenares de assignaturas, e espera-se que o seu número seja ainda muito mais superior.

E de crer que os habitantes de Coimbra, que tiverem em consideração e desejarem o bem-estar e socêgo de nossos irmãos, residentes naquelle imperio, não deixarão, por certo, de concorrer com a sua assignatura para uma obra de que muita honra e credito resultará para a nação portugueza.

—Consta que o Barão de Moreira recebêra ordem do nosso govêrno para entregar o consulado portuguez no Brazil, e partir immediatamente para Lisboa. Se é verdadeira esta noticia, felicitâmos os nossos irmãos, no imperio brasileiro.

A última hora.—São medonhas as últimas noticias da capital. Não é possível salvar-se o sr. D. João. O povo está em alvoroço, e a tropa em armas. Têm havido môrras aos traidores. A patria está em perigo. Deus nos accuda.

PORTUGAL INDEPENDENTE

JORNAL ANTI-IBERICO, LITTERARIO E NOTICIOSO
DEDICADO Á MEMORIA DE EL-REI O SENHOR D. PEDRO V

E AOS PORTUGUEZES RESIDENTES NO PAIZ E NO BRAZIL

REDACTOR — Augusto José Gonsalves Fino

PUBLICA-SE AOS SABADOS

Assigna-se e paga-se este jornal: em Coimbra, na Imprensa da Universidade; nas Provincias, em casa dos Srs. Directores de Correios; no Brazil, em casa do Sr. José Julio Lopes Gonsalves, Rio de Ostras. Preços por trimestre, ou 12 numeros: em Coimbra 400 réis; nas Provincias 460 réis; no Brazil (moeda forte) 700 réis;— número avulso 400 réis. — Toda a correspondencia, franca de porte, será dirigida ao Redactor do *Portugal Independente*, Coimbra. — Escriptos não publicados, não serão restituídos.

EXPEDIENTE

Supplicamos aos srs. Assignantes em debito, o favor de, sem perda de tempo, mandar satisfazer a importancia do 1.º trimestre, em valles do correio. A Recacção espera merecer a devida attenção.



Falleceu no dia 27 de dezembro de 1861, pelas 8 horas da noite, o sr. Infante D. João Maria Fernando Pedro de Alcantara Miguel Rafael Gabriel Leopoldo Carlos Antonio Gregorio Francisco de Assis Borja Gonzaga Felix, duque de Bragança, de Beja, e Saxe-Coburgo-Gotha, coronel do regimento de lanceiros número 1, condestavel do reino, grão cruz e alferes das ordens de Christo, Sanct'Iago, San Bento d'Aviz e grão-cruz da Conceição. Nasceu no Paço das Necessidades aos 16 de Março de 1812.

A familia real portugueza

No artigo principal do número passado, dissemos nós que a familia real portugueza verga sob o peso de uma influencia occulta, e que a Dynastia de Bragança tem inimigos jurados que procuram aniquilal-a; e supposto tenhamos visto já publicadas algumas noticias sobre a autopsia feita ao cadaver do fallecido Infante D. João, da qual resultou um voto unanime dos facultativos, de que sua alteza fôra victima d'uma febre typhoide do mais pessimo caracter ainda as suspeitas do povo, e nem as nossas, se acham completamente desvanecidas, em quanto ás verdadeiras causas que produziram aquelle e os anteriores fallecimentos das pessoas reaes, que todos deploramos.

Nesse artigo não asseveramos a causa determinada d'essas desgraças, ou indicamos, nem indicaremos, individuos que as promovesse, porque nos repugna a ideia de haver um homem portuguez ou estrangeiro que se prestasse a ser instrumento de crimes tão atrozes, e para castigar os quaes, não achamos em qualquer codigo penas sufficientes nem que; houvesse interesse remoto ou proximo que fizesse gerar o pensamento sequer de tão inaudita perversidade, fôssem quaes fôssem as conveniencias ou razões que porventura lhe quizessem associar. No entanto essa série de fatalidades que em tão poucos dias têm feito derramar tantas lagrimas aos portuguezes, obriga e auctorisa ainda a desconfiança de todos; e essa desconfiança tem augmentado desde que houve conhecimento da noticia que em seguida transcrevemos, e que foi encontrada no *Panorama*, n.º 50 de 14 de abril de 1858, pag. 120, com o titulo de — *Agua Tofana*.

Nessa noticia se refere a mortandade que no seculo xvii, converteu a Italia em um vasto cemiterio, produzida pelo envenenamento: ahi se declara que o veneno era de tal qualidade que os chimicos nunca poderam assentar qual a sua verdadeira composição, porque elle produzia os seus effeitos, sem deixar indicios por onde podesse conhecer-se.

É o que receamos tenha succedido aos nossos principes fallecidos, propinando-se-lhes um veneno identico ao tal *maná de S. Nicolau*; e como actualmente se está procedendo á análise chimica dos intestinos dos illustres finados, talvez façamos um bom serviço, dando publicidade áquella noticia, para que a commissão nomeada para o indicado fim, possa mais completamente desvanecer as apprehensões publicas, quando porventura não encontre indicio algum que leve a acreditar na existencia do grand ecrime que geralmente se suspeita.

Agua Tofana

No seculo xvii, a Italia parecia estar convertida em um amplo cemiterio: familias inteiras cahiam na sepultura, sem que se podesse dar com a causa de tamanha mortandade: tudo estava coberto de lucto; e só orphãos e viúvas se viam. Durante cincoenta annos todos os esforços das auctoridades, para achar a raiz do mal, foram baldados. Emfim esta obra das trévas veio á luz do dia. Toda esta gente tinha morrido envenenada.

O veneno, que tão desapiedadamente se administrava, era certa agua inventada por uma velha, chamada Tofani, a qual ella vendia em frasquinhos, e a que dava o nome de *maná de S. Nicolau*, porque d'um lado os vidros tinham pintada a imagem d'este sancto.

Havia *negociado* neste genero de industria durante meio seculo, quando foi descoberta.

Confessou que só por sua parte tinha ajudado a envenenar 600 pessoas; e em consequencia dos seus depoimentos muita gente de todas as qualidades se achou involvida no seu crime, e grande número de pessoas soffreram a pena última.

Toda a Italia andava revolta; muitos tiveram de fugir, e várias pessoas nobres soffreram garrote na prisão. Pareceu que era principalmente usado pelas mulheres para matarem os maridos.

A tal agua tofana, nome que tomou da sua inventora, era de tal casta que seis pingos bastavam para causar a morte; mas o seu effeito era muito lento, e por isso não causava suspeitas. O liquido era claro como a agua da fonte, e os chimicos nunca poderam assentar em qual era a sua verdadeira composição.

Numa especie de pastoral que o Papa publicou em consequencia d'aquelle caso, diz-se,

que era agua forte destillada e arsenico crystallizado. O segredo d'esse veneno passou para França, onde a marqueza de Brinvilliers se aproveitou d'elle para matar seu pae e irmãos, além d'outras pessoas que se serviram d'elle contra os seus inimigos: neste paiz breve se pôz termo ao mal, queimando-se vivos todos os que se achavam culpados de tão horrivel crime.

Em seguida reproduzimos o artigo, que o nosso collega da *Independencia* publicou no seu número de 28 de dezembro findo, e para o qual chamamos a attenção de nossos leitores.

Ha envenenadores?

Morreu o infante D. Fernando. Morreu D. Pedro v. Esteve quasi morto o infante D. Augusto. Está cadaver o infante D. João. E todos estes fataes acontecimentos se deram em menos de dois mezes. Os boletins dos medicos régios apresentam pouca clareza, e parece deduzir-se d'elles que a medicina palaciana mal atinára com a causa da doença d'um, e da morte d'outros.

É fundado nestes factos que o povo clama que mão traidora propinou grandes doses de veneno á familia real: veneno subtil, como o dos Borgias, que matava dentro de certo tempo, e cujo antidoto só elles conheciam. As turbas desvairam-se, e levadas pelo sentimento esquecem-se da razão. Imaginam e vingam-se.

Mas de quem se vingam? Se houve veneno, quem o propinou? Aqui se desencontram as respostas, e cada qual fundamenta opiniões que podem ser verdadeiras, mas que tambem podem ser um tecido de enganos. A facção regeneratoria, o lazzarismo, um notavel membro do partido historico, e um subdito hespanhol têm sido accusados pela voz publica de propinadores de veneno. Ao acharem-se tão pouco semelhantes entre si taes opiniões, deve-se ficar vendo que nenhuma d'ellas é digna de ser seguida.

Parece-nos que a imprensa deve registrar esses diversos pareceres e indicar os erros que encerram ou a verdade que contêm; é por isso que vamos fazer algumas reflexões sobre alguns boatos que tem ultimamente circulado.

Mais d'uma pessoa tem proferido o nome do marquez de Loulé como o d'aquelle que tentou contra a vida da familia real. Dão como fundamentos — que todos os titulos d'elle é dos seus antepassados tem sido obtidos por traições; que no tempo da juncta do Porto o marquez tentára acclamar rei seu filho, e que para esse fim presidira a uma loja secreta; que, finalmente, tentára casar uma filha sua com o senhor D. Pedro v; mas que obtendo uma recusa, logo destinára matar quem o não queria para mui proximo parente.

Quasi que recuámos ao escrever o que ahí fica; mas parece-nos que, por menos fundados que sejam estes boatos, é necessario mostrar a sua irracionalidade.

Não temos diante de nós os pergaminhos do marquez de Loulé, mas o que sabemos dos seus antepassados diverge muito do que dizem os censores d'elle.

Leiam o seguinte documento:

«Attendendo á qualidade, merecimento e mais circumstancias que concorrem na pessoa do conde de Valle de Reis, Nuno de Mendonça, e querendo dar-lhe uma prova da minha real saudade pelo marquez de Loulé, seu pae, meu leal e infeliz creado: hei por bem fazer-lhe mercê do titulo de marquez de Loulé, e dos bens da corôa e ordens que possuía o mesmo marquez de Loulé, seu fallecido pae. Palacio de Salvaterra de Magos, em 29 de Fevereiro de 1824. Com rúbrica de el-rei o senhor D. João VI.»

Outros documentos, datados de 25 e 26 de agosto de 1824, provam a consideração em que o senhor D. João VI tinha o marquez de Loulé.

Em 18 de Setembro de 1777, lia-se 'numa portaria da senhora D. Maria I:

«A rainha nossa senhora, tendo consideração a lhe representar o conde de Valle de Reis, Lourenço Philippe de Mendonça e Moura, não haverem até agora tido remuneração alguma os serviços do conde seu pae Nuno Manuel de Mendonça, obrados por espaço de 30 annos e 6 mezes em coronel dos privilegiados e em deputado da juncta dos tres estados, com distincção e recommendavel merecimento, o grande zêlo da real fazenda, como tambem os proprios serviços do mesmo conde Lourenço Philippe de Mendonça Moura, obrados por 51 annos, no militar... no exercicio de vedor da casa da augustissima senhora D. Marianna Victoria, desde o anno de 1744 até ao de 1765, em que foi estribeiro-mór da mesma senhora, e cujo officio tem servido até ao presente na côrte e em todas as jornadas; com o zêlo, distincção e lusimento, que são notorios, e no logar de deputado da juncta dos tres estados desde 25 de abril de 1749 até ao presente; attendendo sua magestade ao bem que o sobredito conde Lourenço Philippe de Mendonça a tem servido, e aos serviços de seu pae, o conde Nuno Manuel de Mendonça, em remuneração d'uns e outros serviços, ha por bem fazer mercê ao mesmo conde de uma vida em todos os bens da corôa, e ordens que actualmente possui, etc., etc. Palacio de Queluz, em 16 de Setembro de 1777.»

Em 9 de Julho de 1799 a senhora D. Maria I, conferia o titulo de marquez de Loulé áquelle mesmo a quem já tinha dado outras honras.

Em 12 de Janeiro de 1833 o senhor marquez de Loulé era nomeado ministro do senhor D. Pedro IV.

Estes documentos rebatem os que fallam das infamias praticadas pelos ascendentes do marquez de Loulé.

Dir-nos-hão que D. Philippe III conferiu a um dos antepassados do marquez de Loulé o titulo de conde de Valle de Reis. É verdade. Esse titulo tem a data de 16 de Agosto de 1628. Não sabemos que motivos levaram um dos usurpadores a dar tal honra; mas que valem os antepassados? Que democratas sois vós que pondeis a honra e a deshonra na parentella? Ide perguntar a d'Alembert e Franklin, a Dorfling, e a Hanhemann quem eram seus paes?

Podeis argumentar-nos com que as qualidades paternaes continuam a transmittir-se; supponhamos que sim; pois ahí vos appresentámos documentos que provam que ha mais

de um seculo os antepassados do marquez de Loulé prestam serviços aos reis de Portugal. As qualidades d'ha pouco devem transmittir-se mais facilmente do que as de ha muito.

Vamos aos outros argumentos.

Pessoas que privavam com os membros da juncta, e que muito de perto sabiam dos negocios politicos d'então, ignoram completamente a existencia de tal loja secreta, e de taes pretensões do marquez de Loulé. Haveria ahí exaltados, como os ha sempre, que se lembrassem do filho do marquez de Loulé; mas s. exc.^a era estranho a isso. Até o principal promotor da revolução de 9 de outubro dizia que o marquez de Loulé sempre se mostrára completamente dedicado pela familia real.

Quer pertençam ao partido cartista, quer ao partido regenerador os que attribuem taes desejos ao senhor marquez de Loulé, dever-se-iam lembrar do que succedeu logo depois da revolta de abril de 1851. Um marechal bem conhecido, e o chefe d'uma fracção conservadora, sabem muito bem todos os segredos d'essa revolta; e elles podem dizer quão grandes eram os desejos que os chamados amigos da senhora D. Maria II, tinham de que sua magestade abdicasse para que houvesse uma regencia. Então um heroe portuguez, um homem venerando que figurára na primeira plana dos acontecimentos da juncta, foi instado para se pôr á frente d'uma nova revolta em que se pedisse a abdicção. E foi um outro membro da juncta, que nobremente destruiu os ardis dos que se diziam defensores do throno da senhora D. Maria II. O conde das Antas houve-se então com todo o brio e pundonor.

Falta-nos fallar do último fundamento das suspeitas contra o marquez de Loulé.

Lembrámos aos que nos lerem, que admittir tal fundamento é infamar a propria memoria de D. Pedro Quinto, que escolhia para conselheiro e amigo, quem não sabia ser pae; é violar o sacrario da familia, e involver no lodo das paixões politicas um dos mais sanctos ornamentos do coração humano.

Não se pense que defendemos o marquez de Loulé por amizade propria, ou por outro qualquer motivo, que não seja a de mostrar como podem ser infundadas todas as suspeitas. O que ahí deixámos dicto bem sabemos que não demonstra a innocencia do presidente de ministros, do mesmo modo que é impossivel demonstrar a innocencia de outro qualquer: quem pôde adivinhar o que vae no pensamento de cada um? Mas o que quizemos foi provar como havia êrro em contar certos factos da vida do marquez de Loulé. Venham inqueritos, venham commissões investigadoras, venha tudo quanto possa esclarecer; mas, primeiro que tudo, sejamos prudentes, e dêmos provas da nossa illustração. Matar, ferir e apedrejar sem primeiramente demonstrar o crime, não o deve fazer um povo civilisado. Castigar por suspeitas, fazem-no os despotas; não o praticam homens livres.

Tambem a reacção é accusada de envenenadora; são-n'o egualmente os ibericos, e os regeneradores; mas não ha por ora fundamentos para dizer que este ou aquelle propinou veneno. Tudo o que ha são suspeitas. Indaguem e desenganem o povo, que tem direito a ser esclarecido.

Haja d'um lado a prudencia, haja do outro a diligencia.

Acêrca da infausta morte do sr. Infante D. João diz o *Commercio do Porto* o seguinte:

«Ainda se não achavam cumpridos os decretos da Providencia. Ainda a nação Portu-

gueza tinha de soffrer mais uma angustiada provação!

Mais um filho querido foi arrancado pela morte ao amor paterno e fraternal! Mais um portuguez illustre, predilecto de todos os portuguezes, baixou ao tumulo!

O Senhor Infante D. João, duque de Beja, condestavel do reino, e coronel de lanceiros, é morto!

É morto e quando?! Quando ainda estão tépidos os restos mortaes do Senhor D. Pedro V, e do Senhor D. Fernando; quando ainda se não enchugaram as lagrimas d'uma nação inteira; quando um pae extremo ainda se persuade ouvir os ais do Pedro e do seu Fernando; e quando um estimadissimo irmão ainda se não convenceu de que era rei!

É muito soffrer!

Quem deixará de condoer-se d'este desgraçado paiz? Para quem será indifferente esta singularidade nos acontecimentos tristes, que hão de offercer aos vindouros uma página sensível na historia portugueza?

O serenissimo infante D. João Maria Fernando de Alcantara Miguel Raphael Gabriel Leopoldo Carlos Antonio Gregorio Francisco de Assis Borja Gonzaga Felix de Bragança Bourbon havia nascido a 16 de Março de 1842.

Era Sua Alteza o individuo da familia real em quem sobressahiam mais as feições da casa de Bragança. De educação esmerada, como a que receberam seus augustos irmãos, a bondade via-se-lhe desenhada no semblante. Afavel para todos, era carinhoso para com o povo.

Na última visita que Sua Alteza fez ao Porto acompanhando o Senhor D. Pedro V, visita que não pôde ser recordada sem a mais veheamente saudade, o Senhor D. João sorria-se para as alas do povo que demoravam pelas ruas do trânsito real. O povo revia-se em Sua Alteza, e ao presencer o ar cavalheiresco e agradável do illustre mancebo, dizia:—como é lindo.

Quando Sua Magestade o Senhor D. Pedro V, o muito amado, foi com seu augusto irmão visitar a Alfandega d'esta cidade, ao sahir a porta da repartição para entrar no coche que se achava na rua dos Inglezes, começou a chover. Um homem do povo de humilde posição abriu o seu guarda chuva e cobriu com elle o sr. Infante D. João, Sua Alteza accitou carinhoso o serviço do bom homem, que acompanhou o Infante até o coche, arrebatado de prazer. Sua Alteza entrou para o coche e bondosamente agradeceu o serviço prestado.

É por acções d'estas que os filhos da Senhora D. Maria II e do Senhor D. Fernando grangeam as geraes sympathias do povo. É por essa razão que o coração do povo se despedaça ao considerar as irreparaveis perdas que têm soffrido com a morte das pessoas reaes.

Nos salões era Sua Alteza um estimavel cavalheiro de singela affabilidade e ameno tracto. A todos encantava. Todos o choram hoje.

Sua Alteza era coronel de lanceiros. Os soldados morriam pelo seu commandante. Ainda ha pouco gritavam no auge da desesperação que queriam vê-lo. Hoje terão de acompanhá-lo cadaver a S. Vicente de Fóra! Pobres soldados! Se a dor não fôsse geral, só a vossa a despertaria em todos...

Desejariamos continuar... não podemos... A fatalidade que vemos perseguir a familia real e o nosso paiz preenche-nos de tal sentimento, que a expressão nos foge e a penna nos cahe das mãos...

Damos publicidade aos seguintes documentos, que o illm.º sr. Olympio nos enviou, com os quaes se demonstra que s. s.ª cumpriu a missão de que foi encarregado pelos artistas de Coimbra; satisfazendo-se tambem por este meio os desejos expressados no officio dirigido a s. s.ª, pela mesa da sociedade dos artistas lisboenses.

Ill.º Sr. Presidente da Sociedade dos Artistas Lisboenses.

Foi-me incumbida uma honrosa missão, ainda que bem pungente, para o complemento da qual vou sollicitar o concurso da nossa sociedade.

Os Artistas de Coimbra sahiram no dia 16 do corrente dos paços do concelho, em respeitoso prestito, dirigindo-se á Sé Cathedral, onde ouviram uma missa pelo eterno descanso de El-Rei o Senhor D. Pedro v, a quem a nossa classe tanto deve.

No prestito figuraram diversos emblemas funebres, entre os quaes a corôa e ramos, que vos envio, e junctamente o pergaminho que commemora aquelle luctuoso acto.

Concederam-me a honra de os collocar sobre a eça real; e hoje foram-me entregues com toda a solemnidade, pedindo-se-me que obtenha dos funcionarios da nossa sociedade o distincto favor de os depositarem sobre o ataúde do Monarcha popular.

Espero, pois que annuireis a este nosso pedido, dignando-vos de communicar a satisfação do mesmo ao

Vosso antigo consocio e amigo,
Olympio Nicolau Ruy Fernandes.

Ill.º Sr.

Juncto achará V. S.ª o Auto de collocação e deposito de uns ramos e uma corôa, que os Artistas de Coimbra resolveram se pozessêm sobre o regio feretro de Sua Magestade o Senhor D. Pedro v, de sempre chorada memoria.

São muitos os emblemas que alli se acham, em testemunho da máguã por tão fatal perda; mas são poucos para o que merecia o Rei virtuoso e popular por excellencia.

No entanto, o que é verdade é que a dôr d'este povo, por tal evento, é muita, muitissima, inexplicavel, — e isso se traduz na tristeza de todos os rostos.

Cumpriu-se, pois, o que V. S.ª exigiu; e a Mesa d'esta Sociedade tem a ponderar que foi menos do que o desejado o número dos concorrentes a tal acto, mas mais do que o esperado, em attenção ao pouco tempo para convites e mesmo a ser um dia semanal.

À Mesa d'esta Sociedade, summamente grata e peñhorada pela prova de consideração que pelos seus collegas artistas de Coimbra acaba de lhe ser dada, resta significar o seu contentamento por uma acção que tão evidentemente demonstra o quanto alli se preza o principio social e de união, e é da existencia d'estes sentimentos, que dominam todos os nossos consocios, que eu rogo a V. S.ª se sirva fazer sciente essa util e respeitavel corporação.

Deus guarde a V. S.ª Mesa da Sociedade dos Artistas Lisboenses, 24 de Dezembro de 1861.

Ill.º Sr. Olympio Nicolau Ruy Fernandes.

José Caetano Themudo Junior

1.º Secretario.

Auto de collocação e depósito, effectuados pela Sociedade dos Artistas Lisboenses, a pedido dos Artistas de Coimbra, de uns ramos e uma corôa de perpétuas e saudades, sobre o

regio ataúde do Senhor D. Pedro v, de sempre chorada memoria.

Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos sessenta e um, ás doze horas do dia vinte e um de Dezembro do mesmo anno, na egreja de São Vicente de Fóra e Jazigo Real, onde vim eu José Caetano Themudo Junior, primeiro Secretario da Mesa da Sociedade dos Artistas Lisboenses, abaixo assignados, em companhia dos funcionarios e mais Socios da mesma Sociedade, tambem abaixo assignados, todos em deputação nomeados para o fim de se depositar sobre o ataúde de El-Rei o Senhor D. Pedro v, uns ramos e uma corôa de perpétuas e saudades, cuja collocação os Artistas de Coimbra rogaram esta Sociedade em seu nome fizesse, em testemunho dos seus sentimentos de amor e saudade pelo Rei virtuoso e popular, — ahi então se levou a effeito tal acto, collocando e depositando o Senhor Presidente da Mesa d'esta Sociedade aquelles emblemas sobre o feretro do mesmo Augusto Monarcha. Em fé do que, e para constar onde convier, lavrei em duplicado este Auto, que vaé assignado por todos os socios e mais pessoas presentes. Era ut supra.

O Presidente, *João Manuel Gonçalves* — O vice-presidente, *Francisco José Barroso e Araujo* — O 1.º secretario, *José Caetano Themudo Junior* — O 2.º secretario, *João Wager Russell Junior* — O vice-secretario, *Augusto Severino de Castro* — O presidente da direcção, *João Antonio de Campos* — O director, *Augusto Cesar de Carvalho* — Sub-director, *André Vicente dos Sanctos* — Sub-director, *Francisco Ludgero Marques* — A convite da Sociedade dos Artistas, o vice-presidente do Centro Promotor, *Francisco Vieira da Silva* — O socio do mesmo Centro, *José Maria Antonio Nogueira* — Por convite da Sociedade dos Artistas Lisboenses, *Pedro Wenceslau de Brito Aranha*, da associação typographica lisboense e jornalista — Os socios da Sociedade dos Artistas Lisboenses, *Antonio Joaquim de Oliveira* — *Luiz da Silva Athaide e Mello* — *Antonio Ignacio de Jesus e Silveira* — *Julio Cesar Pereira de Mello* — Pelos alumnos presentes do collegio da Sociedade dos Artistas Lisboenses, o professor *João Wager Russell Junior*.

Está conforme. Lisboa, 21 de Dezembro de 1862. — *José Caetano Themudo Junior*, 1.º secretario da Mesa.

Abaixo publicamos a representação que, pelos habitantes de Coimbra, vaé ser enviada a S. M. o senhor D. Luiz i, na qual pedem a demissão do Barão de Moreira de Consul Geral no imperio do Brazil.

Senhor. — Os abaixo assignados, cidadãos de Coimbra, justamente impressionados pelas queixas dirigidas por tantos compatriotas seus, residentes no Rio de Janeiro, contra o Consul portuguez naquella capital, Barão de Moreira, e sentidos porque ainda se não fizesse justiça demittindo d'aquelle lugar o mesmo Consul para alliviar tantos milhares de filhos d'este paiz da pressão e prepotencia contra elles exercida, não podem deixar de corresponder ao brado que no Porto se começou a levantar, pedindo a Vossa Magestade a graça de depor aquelle Consul do lugar que tão indignamente está exercendo.

A par das desgraças, que de ordinario impellem os nossos concidadãos a deixarem a sua patria, para irem mendigar em terras tão longinhas o pão do sustento, deixando familias, amigos e vizinhos, é duro que ainda ahi vão soffrer a perseguição e os maus tractos

d'aquelle que o governo de Vossa Magestade lá colloca para os proteger.

Quando não fôssem attendiveis só por si as queixas dos nossos compatriotas, residentes na capital do Brazil, os documentos já publicados na folha official do governo, são bastantes para levarem os abaixo assignados á plena convicção, de que sollicitando de Vossa Magestade a demissão do Barão de Moreira, pedem um acto de eterna justiça, e de humanidade, a que Vossa Magestade de certo responderá, pelos virtuosos impulsos do seu bom coração, e pelo seu amor para com os subditos, que têm a felicidade de possuir a Vossa Magestade como Monarcha,

Os abaixo assignados confiam pois em que Vossa Magestade lhes deferirá.

E R. M.

Dissemos no nosso n.º 12, que hoje comegariamos a dar publicidade aos nomes dos senhores Assignantes, que tão dignamente têm satisfeito a importancia do 1.º trimestre; e vamos cumprir esse dever.

Foram os senhores — Carlos Duarte Villariño, Monte-mór o Velho; Manuel Artimidero Duarte, Almeida; João José Vaz, Pinhel; José Caetano Pereira do Paço, idem; Padre Egydio Antonio Mexedo, idem; Antonio de Noronha Castello Branco Avilez, idem; Dr. Pedro Balthasar de Campos, idem; José Antonio de Campos Henriques, idem; Fernando Maria Pereira Machado, Sandomil; José Maria Nunes de Andrade, Almeida; Antonio da Costa Chaves de Figueiredo, Tondella; Julio José Gonsalves, Porto; José da Silva Sanctos, Leiria; Eduardo Candido Fortunato, Pombal; Costa & Monteiro, S. João da Madeira; Justino da Costa Monteiro, Vizeu; Directores do Correio de Braga, Avó, Albergaria, Figueira, Miranda do Corvo, Penella, Gouveia, Castello-Branco e Alvaizere; Caetano Fernandes Gaspar, Figueira.

Após o pranto e o lucto, vieram as alegrias, mas alegrias que só duraram um dia, para logo darem lugar a novos e acervos pesares. Sobre Portugal peza uma tremenda desgraça. A morte estende seus vãos sobre os paços de nossos reis. A dôr que alli entrara, crava cada vez mais fundo seus espinhos.

Ainda não estavam bem fechados dous tumulos sobre os cadaveres d'um principe e d'um rei, e que outro convalescia d'uma terrivel enfermidade, já outro membro da familia real, o sr. infante D. João, cahia gravemente fulminado pela doença, que acaba de o roubar á vida!

Esta noticia, derramando a maior consternação em todo o paiz, produziu ao mesmo tempo as mais sérias e terriveis apprehensões. A anciedade não pôde ser maior, nem as suspeitas mais vehementes. É uma provação extrema, e da qual só a prudencia pôde paralisar os tristes effeitos. Convém que o povo seja cauteloso, e que escute primeiro a razão, do que as vozes d'aquelles que só dirigem pela paixão.

É grande o amor do povo á familia reinante; mas maior deve ser a sua cordura n'esta conjunctura angustiosa em que nos achamos. Se uma desgraça immensa nos fere, é preciso evitar, que pelo arrebatamento da nossa dôr, tão justa e tão funda, não vamos provocar outras calamidades, que possam tornar-se ainda em maiores desventuras, não só para a patria, mas para a propria dynastia que nos rege.

(A Independencia)

CURIOSIDADES HISTORICAS

(Continuado do n.º 13)

Informado o rei do lastimoso successo, immediatamente foi vêr o filho, e, divulgado o caso, logo se fez uma *mui grande e devota procissão com toda a cleresia e reliquias, indo todos descalços e alguns nus* implorando a vida do principe; mas na quarta feira seguinte o infeliz mancebo expirou.

O rei D. João sahiu do aposento onde se finára o filho, que era todo o seu enlevo, porque não tinha outro, e porque era o herdeiro do seu grande nome, e, voltando-se para os que alli se achavam, disse-lhes: — «Ahi vos fica o principe meu filho.»

Diz então o chronista:

«E com isto se levantou entre todos um muito grande e muito triste e desaventurado pranto, dando todos em si muitas bofetadas, depenando muitas e mui honradas barbas e cabellos; e as mulheres desfazendo com as suas mãos a formosura de seus rostos, que lhes corriam em sangue, cousa tão espantosa e triste que se não viu nem cuidou.»

E do lucto que por este successo houve, falla assim o chronista:

«El-rei, por tamanha perda, e tamanho nojo, se tosquiou. E a princesa tosqueou os seus presados cabellos, e se vestiu toda de almafega (lan grossa) e a cabeça coberta de negro vaso. E na côrte e em todo o reino não ficou senhor, nem pessoa principal, nem homem conhecido que não se tosqueasse... E a gente pobre que não tinha com que comprar burel, que valia a 300 réis a vara, muitos tempos andou com os vestidos virados do avesso... e porque se não achava tanto burel, os lavradores e gente baixa, vendiam as cobertas de suas camas a preço de pannos finos, e os homens se vestiam de saccos e cobertas de bestas.»

Foi o cadaver do desditoso principe levado para o convento da Batalha, e ahi, diz o chronista:

«O prégador allegou tantas e taes razões para choro e tristeza, que muitos homens de muita auctoridade, muito saber, muito siso, áquella hora parecia que o não tinham; vendo-lhes muito cruamente dar na eça tamanhas cabeçadas que parecia que quebravam as cabeças: depenando todos as suas barbas e cabellos, dando em si muitas bofetadas, assim homens como mulheres e velhos e moços, coisa tão espantosa e de tanta dôr e tristesa que não se viu, e durou tanto que os não podiam fazer callar.»

Garcia Resende, na sua *Miscellanea*, depois de referir a triste retirada da princesa D. Isabel para Castella, apoz o fallecimento do principe D. Affonso accrescenta esta copla:

Vimos Portugal, Castella
quatro vezes ajunctados
por casamentos liados;
principe e natural d'ella
que herdava todos os reinados:

todos vimos fallecer
em breve tempo morrer
e nenhum durou tres annos:
portuguezes e castelhanos
não os quer Deus junctos ver.

As quatro vezes que Portugal e Castella se liaram por casamentos, para se ajunctarem, foram:

1.º No tempo de el-rei D. Affonso v, o qual foi jurado rei de Castella e de Leão, em 1471, pelo direito da rainha D. Joanna, filha de Henrique iv de Castella, e da rainha D. Joanna de Portugal, depois chamada a excellente senhora, com quem casou, não tendo consumado todavia o matrimonio por opposição de Fernando e Isabel de Aragão. D'aqui se originou uma guerra desastrosa para Portugal.

2.º No tempo de D. João ii, pelo casamento do principe D. Affonso, herdeiro da corôa com a princesa D. Isabel, primogenita de Castella.

3.º No tempo de el-rei D. Manuel pelo seu casamento com a princeza D. Isabel, viuva do principe D. Affonso, herdeiro da corôa de Castella, pela morte do principe D. João.

4.º No tempo do mesmo rei D. Manuel, sendo jurado herdeiro da corôa de Castella, o principe D. Miguel da Paz, que morreu menino.

De todas estas quatro vezes, pareceu que Portugal e Castella se junctariam, mas a união jámais veio a realisar-se parecendo que uma fôrça superior não queria vêr os dois povos sob um só sceptro.

Da usurpação não se falla porque Garcia de Resende é anterior a esse facto, e porque essa foi violenta e não por alliança régia ou bom accôrdo dos dois povos.

PASMATORIO

— Alguns artistas d'esta cidade, preoccupados com a adulteração das noticias, censuram mas injustamente, os seus collegas, que, em commissão, foram ao sr. governador civil, perguntar pela saude da familia real, em nome da classe operaria. Foi esta uma resolução que muito ennobrece os artistas da terceira cidade do reino.

Tendo-se, porém, espalhado que aquella commissão havia declarado que a sua classe estava deliberada a lançar mão das armas, excitou contra ella o ânimo dos artistas que não tinham sido consultados, e por isso nos cumpre declarar que tal boato é inteiramente falso.

— O ex.º sr. Francisco Gomes d'Almeida Branquinho, que com tanta honra e dignidade exerceu em Coimbra o cargo de secretario geral, acaba de ser nomeado governador civil do districto de Vizeu. Uma tão acertada escôlha honra o ministro que a fez. Damos os nossos sinceros e cordeaes parabens ao illustre agraciado, e felicitamos os habitantes d'aquelle districto por terem por chefe uma auctoridade que possui as qualidades precisas para o bom desempenho da missão de que se acha revestida.

— Consta que a rainha Victoria, d'Inglaterra, projecta abdicar a corôa, e recolher-se á vida privada.

— Diz-se que o sr. D. Pedro v, deixára um livro, intitulado — *o livro negro* — onde declara tudo o que havia assignado contra a sua convicção; o que havia soffrido, e o que lhe haviam feito! Pobre rei!...

— As feridas que o sr. Conde da Ponte ultimamente recebeu, em Lisboa, não são de gravidade.

— Segundo se lê' numa correspondencia de Pariz dirigida á *Independencia Belga*, o imperador Napoleão mandou fazer o retrato, de corpo inteiro, do fallecido Rei de Portugal o senhor D. Pedro v, para o museu de Versailles.

— No theatro de D. Luiz I, está em ensaios o drama em um acto e dois quadros, intitulado — *Oppressão e Liberdade*, original portuguez do nosso patricio, o sr. Eduardo Coelho. Está bem escripto, é de grande acção, e ha de excitar maior entusiasmo do que o — *Dia da Redempção*.

A comedia é — *A chavena de chá*, em um acto. É linda e apparatusa, e por certo que ha de agradar geralmente.

— No dia 31 de dezembro findo, mandaram alguns artistas de Coimbra celebrar uma missa por alma do sr. infante D. João. Assistiram todas as auctoridades, muito povo; e durante ella tocaram as philarmonicas Conimbricense e Boa-União. Houve tambem uma salva real de vinte e um tiros.

— A imprensa portugueza soffreu uma grande perda, na pessoa do seu decano, José de Souza Bandeira, proprietario e redactor do *Braz Tizana*. Era um veterano da liberdade, que nunca abandonou o seu posto de honra, quando se tractava de defender a liberdade do pensamento.

Martyr da liberdade d'este paiz, sabia bem e por experiencia, o que ella custára, e apesar de velho tinha sempre brios de moço para a defender.

— Em Lisboa procedeu-se á autopsia do cadaver do sr. Infante D. João, e não se achou o mais leve indicio de envenenamento. Os facultativos assim o declararam.

— Recebemos e agradecemos a remessa do novo jornal quinzenal, noticioso e litterario, que, com o titulo de *Ensaio litterarios*, se publica em Coimbra, redigido por A. Coelho e A. P. d'Almeida. Desejamos ao nosso collega um futuro auspicioso, e que a sua vida seja prolongada. Amen.

— Ignoramos o motivo porque foi suspêndida a posse do nova Camara Municipal d'esta cidade, que havia de servir no biennio de 1862 a 1863. Esperamos, pois, que a auctoridade respectiva esclareça o público do que houver a tal respeito.

— Amanhan, domingo, terá lugar uma récita, no theatro — *União de Artistas*, na rua da Esperança. Sobem á scena as seguintes comedias: *Por ter compaixão*, — *Um namorado exemplar* — *As duas bengalas* e o *Perdão d'Acto*, cada uma em um acto. Entrada ás sete e meia horas da tarde.

— O sr. Infante D. Augusto tem peiorado; e consta que poucas esperanças ha de salvar tão preciosa existencia. Cartas particulares vindas de Lisboa nos dão tão fatal noticia.

— O funeral do sr. Infante D. João fica reservado para quando opportunamente fôr designado; o real cadaver acha-se depositado na igreja parochial de Sancta Maria de Belem, até o conduzirem para o jazigo de S. Vicente de Fóra.

— O sr. Duque de Palmella mandou offerrecer de Paris, onde s. ex.ª se acha, a sua bella quinta e palacio do Lumiar a El-Rei e ao sr. Infante.

À ultima hora

Sabemos que foi expedida uma portaria do sr. Marquez de Loulé, ao sr. Governador Civil, agradecendo em termos os mais lisongeiros, em nome de El-Rei, aos artistas de Coimbra o cuidado que têm mostrado pela saude da familia real. É um honroso documento aquelle, que muito eleva a nobre classe operaria da terceira cidade do reino.

PORTUGAL INDEPENDENTE

JORNAL ANTI-IBERICO, LITTERARIO E NOTICIOSO

DEDICADO Á MEMORIA DE EL-REI O SENHOR D. PEDRO V

PELOS ARTISTAS DE COIMBRA

REDACTOR — Augusto José Gonsalves Fino

PUBLICA-SE AOS SABADOS

Assigna-se e paga-se este jornal: em Coimbra, na Imprensa da Universidade; nas Províncias, em casa dos Srs. Directores de Correios; no Brazil, em casa do Sr. José Julio Lopes Gonsalves, Rio de Ostras. Preços por trimestre, ou 12 numeros: em Coimbra 400 réis; nas Províncias 460 réis; no Brazil (moeda forte) 700 réis; — número avulso 400 réis. — Toda a correspondencia, franca de porte, será dirigida ao Redactor do *Portugal Independente*, Coimbra. — Escriptos não publicados, não serão restituídos.

EXPEDIENTE

Supplicámos aos srs. Assignantes em debito o favor de, sem perda de tempo, mandar satisfazer a importancia do 1.º trimestre, em vales do correio. A Redacção espera merecer a devida attenção. A importancia será dirigida ao Administrador do *Portugal Independente*, Coimbra.

Aos artistas de Coimbra

A Redacção d'este Jornal, por deferencia á classe operária de Coimbra, que por occasião do fallecimento de Sua Magestade o sr. D. Pedro v, e de seus augustos irmãos, os srs. Infantes D. João e D. Fernando, deu as mais exuberantes provas de amor e lealdade para com a familia real portugueza, o que de certo muito honra e eleva os membros de tão nobre classe, tornando-a por isso credora da consideração e estima pública; resolveu: que este jornal fôsse dedicado, em nome dos artistas de Coimbra, á memoria de sua magestade el-rei o sr. D. Pedro v, e que as suas columnas fôsem cedidas aos operarios que por este meio quizerem aqui advogar a sua causa e interesses, e pugnar pelo bem-estar da classe artistica não só de Coimbra, como do paiz em geral.

O *Clamor Militar* publicou o seguinte artigo, que sentimos não poder reproduzir na sua íntegra, por não ser compativel com as proporções e com a índole d'este jornal.

Independencia nacional

Não é com um solemne *Te-Deum*, nem com outras demonstrações de regosijo publico que se firma a independencia d'um povo, zeloso de seus fóros, de sua liberdade e de suas prerogativas nacionaes. Como nação independente de Castella, ha sete seculos que Portugal tem uma grandiosa e gloriosa página na historia das nações do mundo, e mal poderia hoje unir-se á Hespanha sem abdicar as glorias de suas grandezas passadas, sem insultar os manes de seus predecessores, que tanto fizeram pela grandeza do nome portuguez e pelos fóros das liberdades patrias. D. Affonso Henriques, D. João i, e D. João iv, levantar-se-hiam de seus tumulos para com suas mãos, que outrora empunharam as espadas contra o dominio dos estrangeiros, lançarem a maldição sobre uma raça, que elles chamariam degenerada.

O povo portuguez de certo jámais poderá insultar os manes d'estes vultos gloriosos, que sobresahem nas paginas da nossa historia; o somno eterno em que esses grandes campeões das liberdades patrias, estão jazendo ha se-

culos, jámais será perturbado pelos clamores do povo portuguez em ovações á união ibérica. O povo ouvirá sempre com repugnancia pronunciar a palavra — Iberia; e considerará sempre como insulto á sua dignidade de homens livres, qualquer ideia de junção á Hespanha, por mais revestida que seja das pomposas grandezas do progresso, e da importancia politica no mundo.

O povo portuguez preferirá sempre uma vida e existencia modestas como povo livre, a uma vida de ephemeras grandezas no meio da Europa, atrelado, como escravo, ao carro de triumpho de Hespanha.

Mas o povo ha de succumbir no meio de sua dedicacão á causa da independencia nacional, se o paiz não estiver preparado para a sustentar. Assim lhe succedeu em 1807, e no tempo dos Philippes, e não foi sem esforços sobre humanos, sacrificios immensos, e desgraças lamentaveis que a nação portugueza reivindicou tanto numa como noutra época, a sua independencia, os seus fóros e o seu nome.

Traidores, houve-os sempre, e quando o patriotismo era o primeiro sentimento dos portuguezes, os havia, e poderá duvidar-se que hoje, numa época em que se especula com as desgraças da nação, em que os homens sob a capa de probidade, honestidade e patriotismo, só visam a seus interesses e grandeza pessoal, expondo o paiz a insultos dos estrangeiros, deixando o exército tocar o eumulo de todas as desgraças, arruinando nossas colonias, deixando perder nossa marinha, abandonando as fortunas e interesses de portuguezes aos cuidados d'um consul convicto de ladrão, trazendo-se calculadamente o espirito publico só distraido para estradas, muitas das quaes nos põem á mercê dos hespanhoes; poderá duvidar-se, como iamoz dizendo, que hoje hajam traidores á patria, em muito maior número, que em outros tempos, e que esses traidores sejam aquelles mesmos que mais se inculcam de patriotas e de honrados?

Que parece haver uma mão occulta que está preparando grandes e calamitosos successos para Portugal, tudo o indica, tudo o faz suspeitar.

Não se deixe o povo levar pelo apregoado patriotismo de certos homens, que mais calamidades e desgraças tem trazido a Portugal, embuçados na capa do patriotismo e da honestidade; não se deixe arrastar por vans palavras e seduzir por hypocritas abnegações de riqueza; desconfie d'esses homens que até hoje têm especulado com as suas desgraças, que no meio d'ellas têm sabido enfeitar-se de pomposos nomes, e obtido lucrativas posições, não para servir a nação, mas para se saciarem do oiro do povo, vertido nos cofres do estado para satisfazer sua voracidade, ficando o paiz pobre de melhoramentos e reformas.

Veja-se o estado do exército, chegado a um

ponto tal, que já serve de infame especulação para se obter dinheiro; não ha soldados, não ha armamentos, não ha provisões de guerra, não ha exército numa palavra; mas os cofres publicos enchem-se de sommas avultadas, provenientes das remissões do serviço militar, e nas fileiras cada vez mingua mais os soldados; o Porto já não tem soldados para o pequeno serviço da guarnição da cidade, a capital está só com a guarda municipal, porque todos os corpos que lá estão não têm mil praças; as províncias estão da mesma sorte; as nossas praças de guerra desabam; tudo em fim está militarmente preparado para soffrermos o jugo, quando julgarem ser tempo de o lançar.

É necessario que o povo abra os olhos para este estado lamentavel do exército e se compenetre bem da ideia de que a independencia da nação repousa essencialmente sobre a força do exército e seu arranjo. Sem uma força capaz de embaraçar qualquer tentativa, que sobre nós se possa fazer, acordaremos uma manha com as quinas riscadas das bandeiras, que se levantam nas nossas praças, e Portugal pertencendo só á historia. Consumado uma vez o facto, a Europa olhará para nós com os mesmos olhos de piedade, que hoje volve para a Polonia, para a Hungria, para Veneza e para Ronia; mas não nos tirará da cerviz o jugo, que uma vez nos tenha sido lançado, como agora o não tira aquelles povos governados por estranhos.

Não nos deixemos illudir por essas ideias, que parece adrede por ahi se espalham — de que o equilibrio europeu sustenta a nossa independencia — esse equilibrio europeu sustenta-se bem sem a nossa nacionalidade; assim como se sustenta sem os tractados de 1815, que tinham feito da Italia uma manta de retalhos e banido *in perpetuum* do throno de França a dynastia napoleonica.

Antes d'estes factos se consummarem aos olhos da Europa, impossivel a sua successão, quem diria que em França se havia de assentar no throno de S. Luiz um Luiz Napoleão, Francisco ii deixar o throno vago a Victor Manuel, os duques de Toscana, Parma e Modena, perder igualmente seus estados, a Austria ceder do Milanez á Sardenha e o filho do desthronado de Novara ser rei da Italia?

Quem se ousaria a tal proferir em presença do equilibrio europeu, que se dizia perdido no momento em que taes acontecimentos se realisassem?

Pois o equilibrio europeu não se perdeu no meio de tão espantosos successos, e perder-se-ha por uma pequena tira de terra de reino passar a provincia?

Quem ha ahi tão ingenuo, tão crente na sinceridade da politica, que não se arrecee de vêr a nossa nacionalidade perdida, porque os estranhos sympathisam com a nossa causa? deixemol-a uma vez perder e esperemos

então que a Europa nos venha dar a mão; a Europa que não a estende á Polónia, á Hungria, a Veneza, e a Roma!!

Quem se importou com o insulto que sofremos quando á força entregámos a barca Carlos Jorge? Não o presenciou a Europa inteira? Não lavou d'ahi as mãos a nossa *fiel e amiga* Inglaterra?

Que o povo se não deixe assim desarmar, como estamos presenciando; que o povo imponha aos seus delegados em côrtes a imperiosa obrigação de, mais que tudo, velarem pela segurança e independência da patria, exigindo dos governos melhoras as condições do exército e elevando a altura de nossas necessidades políticas.

É necessario que o exército se melhore, e que deixe assim de ser um instrumento d'os governos dissiparem sommas immensas, sem o paiz se ver guarnecido de força. O ministerio da guerra é e tem sido o maior cúmplice nesta desgraça do exército; é d'esta repartição que tão despejadamente promove todas as miserias de que está sendo victima o exército, que a administração militar tem soffrido os maiores males.

Observe attentamente o paiz o que se está passando nas altas regiões da politica, e diganos depois se não está em risco a nossa nacionalidade.

Pedimos venia ao nosso collega da *Independencia* para transcrevermos o seguinte artigo, que publicou no seu número de 5 do corrente.

Com o titulo — *Ha envenenadores?* escrevemos no ultimo número um artigo, que terminámos assim:

«Tambem a reacção é accusada de envenenadora; são-nô egualmente os ibericos e os regeneradores; mas não ha por ora fundamento para dizer que este ou aquelle propinou veneno. Tudo o que ha são suspeitas. Indaguem e desenganem o povo, que tem direito a ser esclarecido.»

Disseramol-o assim porque estavamos d'isso mesmo convencidos. Parece-nos indecoroso aproveitar uma occasião de lagrimas para semear odios e distanciar uns dos outros os membros da familia portugueza. Pareceu-nos que partilhar na dor era diverso de praticar nefandos crimes; que deplorar a morte de principes não era assassinar condes; que ser povo cheio d'amor não era ser povo cheio de loucura. Corydon amava, e a demencia o tomou; o povo deve ter mais juizo do que Corydon, se quiser constituir uma nação livre e independente. A civilisação é a melhor fiadora da independência. As loucuras intestinas são a morte da mais robusta nacionalidade. Não ha constituição que resista á continuada orgia, ou que se não defina na inacção.

Ouvimos clamores tão desencontrados, que logo lhes demos pouca fé. Depois, fallava-se d'assassinatos, e não se diziam bem os fins do assassinato. Conheciamos que mais d'uma suspeita se podia formar; porém a suspeita só pôde ordenar a precaução, e não basear a certeza.

Defendemos o marquez de Loulé, porque nos pareceu muito util não desauthorisar o governo, e porque estavamos e estamos convencidos da sua completa innocencia. Se a população realisasse seus intentos, a ordem publica seria gravissimamente alterada: e tanto mais quanto as suas iras se dirigissem aos poderes publicos. Que queriam os revoltosos? A queda do ministerio? Mas por que, e para

que? Se era por causa da reacção, outros são os meios para a destruir.

Ha a representação ás camaras e ao rei, ha os *meetings* feitos com ordem, e por muito tempo. Costume-se o povo a ter vida liberal, vida constitucional, e verá como é verdadeiramente respeitado. A sua soberania fica estabelecida e acatada, quando for a soberania da liberdade razoavel; será escarnecida em quanto quizer ser a soberania da desordem, do incendio, do machado, e do assassinato.

Deplorámos tanto o proceder da população, como alguns excessos da força armada. Era desnecessaria tanta pranchada, e tanto ferimento, e tanto espectáculo bellicoso. O governo tinha força bastante e sobejá para fazer respeitar todas as garantias individuaes. Deixasse o povo reunir-se onde lhe approvesse, mas seguisse-o e vigiasse-o. Apenas exorbitasse, corrigisse-o; mas em antes, não o cohibisse do que estava no direito d'elle.

A revolta findou. Foi um espectáculo horroroso. O povo olvidou-se da sua dignidade, e manchou-se com um proceder atroz.

Mas agora que resta fazer, senão extinguir a causa de novas revoltas? Se o ministerio tinha força para suffocar revoltas, tinha-a tambem para propor medidas rasgadamente liberaes, em vez de se cobrir de receios, e decretar sem tenções de executar. A questão religiosa vive ainda com todo o vigor. É um volcão que é preciso extinguir. É uma fonte de discordias, que cumpre seccar. Se o governo tem força para tanto, ponha mãos á obra. Se não tem, deixe a outros mais habeis tão elevada missão.

Não adulámos o povo, nem o poder. Dizemos a verdade, tal qual a entendemos.

Sabemos que o habil e acreditado pharmaceutico d'esta cidade, o sr. José Pereira da Cunha Souto Maior, enviou aos seus collegas d'aqui a seguinte carta, cujo fim 'nella se acha declarado. Depois de haverem prometido que concorreriam, bem poucos pharmaceuticos foram presentes, e tão poucos, que nada poderam decidir, por ser a minoria. O honroso convite do sr. Pereira, como nossos leitores verão, era para a celebração d'um acto, com o qual a classe dos pharmaceuticos provasse a estima e consideração, que tributava ao seu fallecido monarcha e infantes. Mas infelizmente nada pôde realizar-se!

Parece incrível, mas é certo, que quando todas as classes sociaes têm dado provas não equivocadas de amor e lealdade á familia real portugueza, os Pharmaceuticos de Coimbra, com raras excepções, não quizessem annuir a um pedido do seu collega, que só deseja ver ennobrecida e elevada a classe a que se preza de pertencer.

Honra, pois, ao sr. José Pereira da Cunha Souto Maior, pelos nobres e patrioticos sentimentos de que se acha possuido.

Eis a carta:

Ill.^{mo} Sr. — Sendo plausivel, a exemplo dos nossos collegas da heroica cidade do Porto, que os Pharmaceuticos d'esta cidade dêem um publico testemunho do alto apreço, em que têm as distinctas qualidades e excelsas virtudes, que adornavam os nossos nunca assás chorados principes, el-rei o sr. D. Pedro v, e seus augustos irmãos, os srs. D. João e D. Fernando; vae, por este meio, o abaixo assignado, pharmaceutico d'esta cidade, convidar a v. s.^a para uma reunião, que deverá ter lugar ámanhan, 3 do corrente, pelas 3 horas e meia da tarde, na aula do Dispensatorio Pharmaceutico da Universidade, a fim de que, 'nessa reunião de Pharmaceuticos se delibere sobre a natureza do testemunho publico, que

esta classe quer dar em memoria dos augustos fallecidos principes. — Deus guarde a v. s.^a — Coimbra, 2 de Janeiro de 1862. — Ill.^{mo} Sr. — O pharmaceutico, José Pereira da Cunha Souto Maior.

O nosso presado thio e amigo; o sr. dr. Matheus de Sousa Fino, que se achava collocado em 3.^o classe, foi promovido, precedendo consulta do supremo tribunal de justiça, e nomeado para o logar de Juiz de Direito da comarca da Louzan, de 2.^o classe, por decreto de 21 de dezembro último.

Dirigimos publicamente a s. s.^a os nossos sinceros e cordeaes parabens; e felicitámos os povos da comarca da Louzan pelo magistrado zeloso, recto e imparcial, que vão ter.



Á MEMORIA

DO

REI D. PEDRO V.

Sancta ergo, et salubris est cogitatio, pro defunctis exorare.

MACHAB., L. II, c. XII, 46.

Sahirá uma vara do tronco de Jessé, e uma flor brotará da sua raiz. (*Isaias*, c. XI, 1.)

E descansará sobre ella o espirito do Senhor: espirito de sabedoria e de entendimento, espirito de conselho e de fortaleza, espirito de sciencia e de piedade. (*Isaias*, c. XI, 2.)

E enche-la-ha o espirito do temor do Senhor: não julgará segundo a vista dos olhos, nem julgará pelo fundamento d'um ouvi dizer. (*Isaias*, c. XI, 2.)

Mas julgará os pobres com justiça, e arguirá com equidade em defeza dos mansos da terra: e ferirá a terra com a vara da sua bocca, e matará o impio com o assopro de seus labios. (*Isaias*, c. XI, 4.)

E a justiça será o cinto de seus lombos: e a fé o talabarte dos seus rins. (*Isaias*, c. XI, 5.)

Agora pois, ó Senhor Deus, tu me fizeste reinar a mim, teu servo, em logar de David, meu pae: mas eu sou um menino pequenino, que não sei por onde hei de sair, nem por onde hei de entrar. (*Reis*, L. III, c. III, 7.)

Dá pois a teu servo um coração docil, para poder julgar o teu povo, e discernir entre o bem e o mal. Porque quem poderá julgar a este povo, a este teu povo tão vasto? (*Reis*, c. III, L. III, 9.)

Agradou pois ao Senhor esta oração de Salomão. (*Reis*, L. III, c. III, 10.)

Melhor é a sabedoria do que a força, e mais val o homem prudente do que o corajoso. (*Sabedoria*, c. VI, 1.)

Por ella me farei illustre entre o povo, e moço como sou serei honrado dos anciãos. (*Sabedoria*, c. VIII, 10.)

Por ella governarei os povos, e as nações me serão submissas. (*Sabedoria*, c. VIII, 14.)

Ó Deus, tu nos repelliste, e tu nos destruíste: tu te iraste contra nós, e tu te compadeceste de nós. (*Psalmos de David*, LIX, 1.)

Tu fizeste ver ao teu povo cousas duras: tu nos deste a beber um vinho de compunção. (*Psalmos de David*, LIX, 3.)

Assim havia entre todos mortos sem número, e feridos todos da mesma morte. Nem eram suficientes os vivos para os sepultar, porque o que havia de mais illustre nas famílias era exterminado num momento. (*Sabedoria*, c. XVIII, 12.)

A orelha que me ouvia chamava-me bem-aventurado; e o olho que me via dava testemunho de mim; porque eu tinha livrado o pobre que gritava, e o orphão que não tinha quem o soccorresse. (*Job*, c. XXIX, 11, 12.)

A bênção do que estava a perecer vinha sobre mim; e consolei o coração da viuva. (*Job*, c. XXIX, 13.)

Habitará o mancebo com a donzella sua esposa... e o teu Deus folgará contigo. (*Isaias*, c. LXII, 5.)

A mulher virtuosa é uma boa sorte. É a sorte dos que temem a Deus, e que tocará em partilha a um homem pelas suas boas acções. (*Eclesiastico*, c. XXVI, 3.)

A mulher sancta e que tem pudor é uma graça que excede toda a outra graça. (*Eclesiastico*, XXVI, 19.)

Abriu a sua mão para o necessitado, e estendeu os seus braços para o pobre. (*Proverbios*, c. XXXI, 20.)

Daê-lhe do fructo das suas mãos: e as suas obras o louvem na assembleia dos juizes. (*Proverbios*, c. XXXI, 31.)

Oh! como é bella a raça casta, quando está ligada com o esplendor da virtude! Immortal é a sua memoria, porque é honrada não só perante Deus mas tambem perante os homens. (*Sabedoria*, c. LV, 1.)

Como o justo agradou a Deus foi por elle amado: e Deus o tirou do meio dos peccadores com quem viveu. (*Sabedoria*, c. IV, 10.)

Por isso que a sua alma era agradável a Deus, é que se apressou a tiral-o do meio das iniquidades. Os povos vêem este procedimento sem o comprehender, e não lhes vem ao pensamento:

Que a graça de Deus e a sua misericórdia são para os seus sanctos e as suas considerações para os seus escolhidos. (*Sabedoria*, c. IV, 14 e 15.)

E lhe foi dado o vestir-se de finissimo linho, resplandecente e branco. Este linho fino são as virtudes dos sanctos. (*Apocalypse*, c. XIX, 8.)

Viveu longa vida em pouco tempo. (*Sabedoria*, c. IV, 13.)

Piè Jesu, Domine,
Dona ei requiem sempiternam

JULES LE SIRE.

JULES THIEURY.

Abaixo publicamos o discurso recitado pelo sr. Amaral Tavares, por occasião das pompas exequias que a Sociedade Portuguesa de Beneficencia *Dezeseis de Setembro*, mandou celebrar na Bahia, no dia 11 de dezembro findo, pelo descanso eterno de S. M. o sr. D. Pedro v.

«Senhores.—É um filho de outro hemisphero, é um individuo de outro povo, é um membro de outra associação, que vem tambem ajoelhar juncto ao tumulo, em que se reclina o monarcha portuguez.

«Ha certas occasiões, em que parece que um só ente de razão domina tudo: em que, como que voltando-se aos tempos primitivos, quando uma unica familia povoava a terra, todos pensam do mesmo modo, todos os labios articulam as mesmas palavras, todos os corações pulsam impellidos pelo mesmo sentimento.

«É assim, que brazileiros e portuguezes neste momento lamentam unisonos o infausto acontecimento, que enlucta a corôa lusitana; e é assim, que, delegado por uma associação igualmente nobre, venho reunir-me á Sociedade *Dezeseis de Setembro* neste culto ás cinzas de seu real protector.

«Senhores, como homens, como philosophos, vejamos neste triste successo a marcha invariavel e uniforme da natureza; lamentemos essa existencia cortada em flor; mas resignemo-nos porque Deus o mandou. O que porém nos deve confranger o coração é assistir ao despedaçamento de tantas esperanças depositas por um povo inteiro na pessoa do moço rei; é ver como desaparece da terra, onde se tornará uma necessidade para sua nação, o principe illustrado, que logo em um dos seus primeiros actos mostrou o vigor de um grande coração, a dignidade de grande patriota.

«Senhores, Pedro v, não era um dynasta da casa de Bragança; não era um descendente do mestre de Aviz; não se originava de Affonso Henriques: elle fundava a sua monarchia, elle era o primeiro rei da sua dynastia — a dynastia dos reis constitucionaes.

«Nascido em meio das convulsões politicas, seus vagidos de infante uniram-se ás lagrimas do povo, e com as primeiras noções da vida, aprendeu as primeiras necessidades da sua nação. Com a propria experiencia, triste experiencia em tão verdes annos! conheceu quanto abalam os thronos, as paixões desenfreadas dos partidos; viu baterem-se na praça pública por mesquinhas questões tantos bravos que não desdiziam de Egas Moniz ou Fuas

Roupinho; viu desaparecerem da terra envolvidos nos desmoronamentos revolucionarios tantos cidadãos, que tanto podiam concorrer para o engrandecimento da patria!

«Moço ainda, elle tinha a illustração dos projectos, e aquella triste experiencia.

«Batêra a hora. Subindo ao throno, empunhando o sceptro, desenrolou a carta constitucional e fez d'ella o seu programma de governo.

«Chorae-o, portuguezes!

«Não, porque finou-se um homem; mas porque nesse homem os mais bellos germens se desinvolviam: mas porque nesse homem, nesse rei — de tão poucos annos tinha Portugal a fiança de sua grandeza futura.

«Chorae-o, portuguezes!

«Foi elle o primeiro rei que nasceu com a constituição de vossa patria: foi elle o primeiro rei que quiz governar o povo pelo povo: foi elle o primeiro e talvez que por muito tempo seja o unico rei liberal da Europa.

«Chorae-o, portuguezes!

«Seus olhos já não vêem, seus ouvidos já não ouvem, sua mão já não pôde firmar os decretos das condecorações: podeis choral-o sem reboço: a calúmia não dirá que vossas lagrimas são mentidas, que vossas lamentações são uma impostura.

«Chorae-o, portuguezes!

«Porque muito nelle perdeste; porque muito já lhe devia Portugal e muito tinha que lhe dever.

«Chorae esse filho da liberdade, esse propugnador estrenuo dos adiantamentos do seu povo; chorae-o pelo que foi e pelo que havia de ser.

«Sede cortezãos de nova espécie; cortezãos da morte, muito embora!

«E quando lhe fechardes o sepulchro, não escrevae em cima — Pedro v, o muito amado; não escrevais — Pedro v, o infeliz; porque essas palavras nada dirão d'elle á posteridade, não esclarecerão sua memoria; escrevei Pedro v, o constitucional.»

CORRESPONDENCIA

Sr. Redactor.—Consta-nos que ha perto de um anno, Joaquim Ribeiro, natural do Corvo concelho de Miranda, d'este districto de Coimbra, ministrou numa chavena de café, onde lançou pó de dormideiras, a Francisco Gomes do mesmo logar, do que resultou ficar completamente alienado, e sem esperanças de voltar ao seu estado normal.

O competente processo foi instaurado, e pronunciado o dicto Joaquim Ribeiro, que em seguida foi tambem suspenso do exercicio de suas funcções na qualidade de professor de ensino primario naquella freguezia! Apesar de tudo, obteve o poder prestar fiança para não ir á prisão; mas o sr. Delegado substituto da comarca da Louzan, vendo que tal crime não admittia fiança de qualidade alguma, levou o processo para a Relação do Porto, onde ainda se acha pendente.

O criminoso, no entanto, passeia impunemente, apresentando-se, segundo dizem, no lugar, muitas vezes armado, e com ar ameaçador.

Ignoramos o estado em que se acha semelhante processo, qual o andamento que se lhe tem dado, e quando será o dia em que o réo tenha de ser julgado.

É de esperar que o sr. Juiz de Direito, ultimamente transferido para a Louzan, não deixará de prestar a attenção devida sobre este negocio.

PORTUGAL

Só nos falta haver motivo
Que nos falle ao coração:
É tentar-nos com reveses
Se querem vêr Portuguezes!

I

Portugal altivo outr'ora
Temido por seu poder,
O grande gigante agora
Cansado, mas de vencer,
De quem as sonhadas glorias
São outras tantas victorias,
Solta um brado, ergue a cerviz
Curvada, não d'humilhante,
Do seu vencer incessante
De glorias que o mundo diz.

Eil-o ahi de fronte erguida,
Porque morto elle não é;
Os que o crêem já sem vida
Hão de encontral-o de pé!
De pé o velho soldado
De seus filhos rodeado,
Que por seus filhos chamou:
E elles ouvindo o brado
Cada qual mais apressado
Juncto do pae se acercou.

Que ao vél-os todos cerrados,
Tão junctos, todos alli;
Ao vél-os tão dedicados
O veterano sorri:
Revolvendo lá na mente
O que assim pôde tal gente
O que ella fez e fará!
Relembrando antigas eras,
Montes Claros, Albuéras,
Que jámais se olvidará.

II

•Meus filhos, que alguém esqueça
Direitos... não é de crer;
Que assim tão vil se invilêça
Da sua fôrça e poder,
Que esqueça velhos respeito,
Todo o valor d'estes peitos:
Repito ainda outra vez,
Não creio que d'outras eras
Se esqueçam lições severas
Do meu povo, o Portuguez!

Mas se algum alucinado
Por ambição cega e van,
Quizer pôr os pés, ousado,
Como os pôz em Tetuan,
Sóbre este sólo e bandeira,
Que é da nossa Padroeira
▲ virgem da Conceição!
Se alguém nosso abatimento
Julgar ser aviltamento...
Sem honra!... sem coração!...

Por que saibam se elle bate,
Então, meus filhos, então...!
Á minha voz ao combate
Em tórno d'este pendão,
Das sacras quinas d'Ouriquel!
Nem um só vivo ahi fique,
Nem um de vós nem um só...!
Antes que nosso estandarte,
Vencedor em tanta parte,
Possa sujar-se no pó!

Embora rôto succumba,
Succumba, mas com valor;
Muito embora, antes a tumba
Do que um viver por favor!
Demonstrar ao mundo vamos,
Que na Europa não deixámos
De encher o nosso logar:
Mostremos que nem por sanhas,
Nem com risos, nem com manhas,
Nos podem avassallar.

De inimigo o ferro ousado
Vós, meus filhos, não temaes,
Logo heis de vel-o quebrado
Ao transpor nossos umbraes;
Não deveis ser esquecidos
Que, da Virgem protegidos,
Sancta a causa, heis de vencer,
Avivae antigos brilhos
A este brado meus filhos,
Eia! Ás armas! Combater!

Um traidor!... oh! não o espero;
Mas se ahi algum houver,
No que até nem pensar quero,
Se entre nós elle apparecer,
E como vilão vendido,
Queira arrojarse atrevido
A cuspir neste pendão!...
Por Deus! que antes da peleja,
Maldicto! o primeiro seja
Que vá morder esse chão!»

III

E os filhos, qual mais attento,
Perante o seu Portugal
Juraram neste momento
Correr da guerra ao signal;
Mostrar constancia perenne
Chegada a hora solemne
D'ouvir ás armas bradar.
E todos mais estreitados
Uns com outros abraçados,
Lá se escutam a clamar.

Viva o Rei e a liberdade
Da nossa terra natal!
Viva a lusa heroicidade,
Viva o nosso Portugal!
Viva a nossa independencia!
Como Nação a existencia
D'esta terra que Deus fez
Cada um de nós defendendo,
Se não vence, cáe morrendo
Porém sempre Portuguez!

E. C. Beltrão.

PASMATORIO

— Agora é que se vai sabendo melhor —
que o sr. D. Pedro V, de saudosissima memoria, fôra no throno, a verdadeira providencia dos desvalidos.

Entre os muitos factos, que a sua exemplar modestia cobria do mais impenetravel segredo, conta-se o seguinte:

Pouco antes de acamar da doença, que o levou ao tumulo, achava-se elle, conversando com um mancebo, na occasião em que entrava um dos seus ministros, que fez reparo no que assim fallava a sós com o rei.

Dias depois S. M. fallou ao ministro em favor d'um bacharel, que acabava de formar-se, e carecia d'emprego.

O rei acamou, e morreu.

Alguns dias depois do fatal acontecimento, appresentou-se um mancebo ao ministro, que o reconheceu pelo mesmo que vira conversando com o rei.

O mancebo contou, banhado em lagrimas, que não tendo meios para se formar recorrêra á munificencia do sr. D. Pedro V, que lhe estabeleceu uma mesada, mediante a qual pôde fazer e concluir a sua formatura em direito. Que já depois de formado S. M. lhe dava 4 libras por mez; e que era o desejo de não ser tão pesado ao seu real protector, que o levára ao Paço, no dia em que alli o vira o ministro, a pedir a protecção de S. M. para obter um emprego. O joven bacharel concluiu invocando a boa memoria d'aquelle

a quem tudo devêra, para interessar o ministro em seu favor; e crêmos que o deveria conseguir.

— No Porto já começaram os bailes de mascarar. Se se descuidam talvez que os principiassem pelo S. Miguel. Tem pressa os taes senhores!

— A começar de 7 do corrente, estão a concurso por espaço de 60 dias, as cadeiras de ensino primario de Antuzede, Arazede, Cadafaz e Mouronho, todas no districto de Coimbra.

— No lugar competente do nosso numero de hoje, publicamos o annuncio da 2.ª recita ordinaria no theatro de D. Luiz 1, que deve ter logar hoje. Já dissemos que o espectáculo ha de agradar, não só pela escolha do drama e da comedia, mas tambem porque os actores se acham bem ensaiados; devido tudo aos esforços do sr. Philippe do Qental, que da melhor vontade se prestou ao honroso convite, que lhe foi feito pela illustre Direcção, e aos puros desejos, que os socios dramaticos mostram pelo engrandecimento e credito do theatro. É de esperar que a concorrência seja extraordinaria.

— Sabemos que o sr. José Francisco da Cruz enviou do seu estabelecimento treze qualidades de bolacha, para a exposição de Londres, e que são superiores a outras fabricadas no nosso paiz.

O nosso amigo tem empregado o mais decidido zelo e esforços em elevar o seu estabelecimento, na Couraça de Lisboa, ao maior aperfeiçoamento possível, não se poupando a fadigas e a sacrificios para conseguir, como tem conseguido, os melhores resultados.

Tambem sabemos que o mesmo senhor, vai montar uma fabrica de massas, ao que já deu principio. É digno dos mais bem tecidos elogios e elogios o sr. José Francisco da Cruz, por tomar tanto a peito o engrandecimento da nossa industria fabril.

— Amanhan, 12, terá logar uma recita no theatro *União de Artistas*, na rua da Esperança; subindo á scena as seguintes comedias: *Por ter compaixão* — *Um namorado exemplar* — *O Perdão d'Acto*, e a scena comica — *A última victima do Hermann*.

ESPECTACULOS**THEATRO DE D. LUIZ I**

2.ª RECITA ORDINARIA

Sabbado, 11 de Janeiro de 1862

OPPRESSÃO E LIBERDADE

Drama original portuguez em um acto e dois quadros de Eduardo Coelho.

UMA CHAVENA DE CHÁ

Comedia em um acto de J. C. Sanctos.

PREÇOS

1.ª e 2.ª ordem	2\$500	
3.ª dicta	2\$000	
4.ª dicta	1\$500	
Plateia	500 Galeria	210

Entrada ás 7 horas e meia.

Os bilhetes acham-se á venda no theatro no dia da recita — do meio dia ás 5 horas.

O Secretário da Direcção,

José Maria Galeão.

PORTUGAL INDEPENDENTE

JORNAL ANTI-IBERICO, LITTERARIO E NOTICIOSO

DEDICADO À MEMORIA DE EL-REI O SENHOR D. PEDRO V
PELOS ARTISTAS DE COIMBRA

REDACTOR — Augusto José Gonsalves Fino

PUBLICA-SE AOS SABADOS

Assigna-se e paga-se este jornal: em Coimbra, na Imprensa da Universidade; nas Provincias, em casa dos Srs. Directores de Correios; no Brazil, em casa do Sr. José Julio Lopes Gonsalves, Rio de Ostras. Preços por trimestre, ou 12 números: em Coimbra 400 réis; nas Provincias 460 réis; no Brazil (moeda forte) 700 réis; — número avulso 400 réis. — Toda a correspondencia, franca de porte, será dirigida ao Redactor do *Portugal Independente*, Coimbra. — Escriptos não publicados, não serão restituídos.

EXPEDIENTE

Supplicamos aos srs. Assignantes em debito o favor de, sem perda de tempo, mandarem satisfazer a importancia do 1.º e 2.º trimestre, em vales do correio. A Redacção espera merecer a devida attenção. A importancia será dirigida ao Administrador do *Portugal Independente*, Coimbra.

O nosso collega do *Bracharense* publicou o seguinte artigo, a quem pedimos venia para o transcrever:

Para dissuadir o povo das suspeitas de envenenamento nas pessoas da familia reinante mandou o governo reunir uma commissão de doutores, que analysassem os contentos das cavidades cadavericas das tres pessoas reaes fallecidas, e deu a maior publicidade ás autopsias. Mas isto, se pôde servir para mostrar a boa fé do governo, nada pôde contra os receios e probabilidades da propinação de veneno.

As suspeitas fundam-se na incoherencia dos boletins a respeito da marcha da enfermidade das duas primeiras victimas, na rapidez com que correram os periodos da doença a principio desconhecida, na impossibilidade de ser affectado pelos miasmas dos arrozaes do Alentejo o Infante D. João, que lá não tinha ido, e em alguns symptomas que appareceram no Sr. D. Luiz e no seu medico Bernardino, depois de fumarem certos charutos.

Além d'isto, causa gravissima suspeita o não ter apparecido a molestia senão nos membros da linha reinante, contagiar-se ao Infante D. João e não aos criados, fidalgos, nem outras pessoas de palacio, e parecer-se com a que levou ao tumulo o principe Alberto, marido da rainha de Inglaterra, onde estiveram pouco antes o já fallecido Infante D. João e o Sr. D. Luiz, e onde tambem houveram as mesmas suspeitas apesar de ser a molestia do principe caracterizada como typho, logo ao principio.

A autopsia pôde revelar a lesão dos órgãos; mas não a ligação entre essa lesão e a sua causa. Uma ulceração intestinal, ou estomacal, pôde ser causada pelos venenos corrosivos, pelas febres typhosas, pelas inflamações agudas, e pela passagem de corpos estranhos angulosos, ponteagudos ou cortantes, rebeldes á acção do estomago, sem que possa conhecer-se ou discernir-se, sem auxilio de outros meios, qual a causa promotora d'ella.

A analyse chimica é um d'esses meios auxiliares do medico na investigação da causa; mas que pôde a analyse chimica em tal caso? Se as ulcerações e mais lesões organicas tiverem sido causadas pelos venenos mineraes,

propinados em grande dose, pôde a analyse demonstral-o; mas já não succederá assim se o envenenamento for lento e produzir lesões ulteriores, porque neste caso os contentos das cavidades já não darão indicio do veneno no tempo da morte, pois que os órgãos o terão expellido.

A analyse chimica pôde ainda menos no caso de veneno vegetal. A atropina, e os seus preparados, podem causar a destruição da vida, sem que a analyse possa revelar a existencia d'este veneno, que é activissimo, e por isso lhe deram o nome de *morte*. No mesmo caso estão outros venenos acidos, que pela acção e reacção dos órgãos são decompostos, e a analyse só pôde encontrar nos contentos das cavidades os elementos de que se compunham, sem poder por isso só concluir qual a natureza da substancia toxica ingerida.

Se dos venenos vegetaes passarmos aos animaes veremos que a analyse é impotente para os revelar. Morre um animal mordido pela vibora, ou por outra serpente, ou insecto venenoso, e nos liquidos contidos no cadaver não apparece o veneno, por que foi absorvido e produziu a morte pela alteração causada no sangue, nos outros liquidos animaes, e nos solidos. A sciencia não possui por ora meios de analyse para revelar nos solidos e liquidos cadavericos a existencia de taes venenos, apenas possui algumas historias d'esses envenenamentos para se guiar na apreciação dos symptomas durante a vida.

Que valor se pôde dar portanto ás autopsias e analyses dos reaes cadaveres e seus contentos? Apenas poderão certificar-nos da existencia ou não existencia actual de venenos mineraes.

Não censuramos a medida; pelo contrario julgamos de absoluta necessidade que se empreguem todos os meios possiveis para indagação da verdade, e satisfação da anciedade pública. Mas depois de bem acabadas e minuciosas autopsias, depois de repetidas analyses de prova e contraprova, ficam subsistindo as mesmas suspeitas de envenenamento, porque a sciencia está ainda muito atrazada para estas investigações, e o que por enquanto pôde fazer é colligir factos para um dia, pela comparação e combinação d'elles, poder chegar á verdade.

Pela nossa parte somos povo nesta questão. Suspeitamos como o povo.

Theatro de D. Luiz I

Como annunciámos no nosso antecedente numero, teve lugar no dia 11 do corrente a segunda recita ordinaria no theatro de D. Luiz I.

Subiram á scena o drama em um acto e dois quadros do sr. Eduardo Coelho, intitulado — *Oppressão e Liberdade*, e a comedia

em um acto, do sr. J. C. dos Sanctos, — *Uma chavena de chá*.

No drama, a sr.ª D. Julia Amelia de Faria e Pinho, primeira dama, e que desempenhou o papel de Leonor, foi muito applaudida, principalmente na entrada que fez no momento em que o incendio começava a devorar a habitação de seu supposto pae, André Moraes Sarmento, e quando veio, depois de quatro annos de ausencia, visitar o seu infeliz amante, que se achava preso nas cadeias de Evora. A insigne Actriz deu um formal desmentido a todas essas pessoas que duvidavam do seu já tão conhecido merito dramatico, e que tem por vicio o dizer mal do que na realidade é bom e agradável. O conceito que temos formado a respeito da sr.ª D. Julia, é que possui a necessaria intelligencia, conhecimentos e practica para bem desempenhar os papeis que, no seu caracter, lhe houverem de ser distribuidos, e que ha de continuar a merecer as ovações que lhe são devidas; no que se provará que em Coimbra se não desconhece a arte dramatica, e que se sabe avaliar o merecimento do actor.

O sr. José Maria Galião, no papel de Corregedor, pae de Leonor, comprehendeu perfeitamente o seu caracter e a sua posição, e apesar de representar um traidor á patria, foi muito victoriado e chamado algumas vezes ao proscenio.

O sr. José d'Almeida Motta, no papel de carcereiro, duvidamos que haja quem o exceda. Apesar do seu estado de saude o não permittir, o sr. Motta desempenhou o papel que lhe foi distribuido com toda a proficiencia; e na última entrada do primeiro quadro, os applausos dos espectadores passaram a delirio; pois que repetidas vezes o sr. Motta não poude fallar com o estrondo das palmas e bravos.

O sr. Adriano Affonso da Matta, no papel de Anselmo, trilhou o palco com os preceitos da arte, e comprehendeu e desempenhou com toda a intelligencia a parte de que se encarregou, sendo entusiasticamente applaudido pelos espectadores, que mais uma vez admiraram a rara habilidade do sr. Matta.

O sr. Francisco Marques Perdigão, no papel de Luiz do Povo, cremos que se houve como um patriota, que apesar de ser auctoridade castelhana, pugnava com ardencia e coragem pela independencia de Portugal. O valor e sangue frio com que soltou alguns brados em favor da patria, motivaram em todos os espectadores estrondosas palmas e repetidos bravos. O sr. Perdigão ganhou mais uma coroa de verdes louros na arena dramatica.

O sr. Antonio Ferraz, no papel de alcaide, tambem o desempenhou com intelligencia, e recebeu applausos.

O sr. José Francisco dos Sanctos, no papel de Franciscano, andou com a coragem necessaria a um ecclesiastico, que debaixo da capa da hypocrisia, obedecia ás auctoridades cas-

telhanas, mas que não esquecia os seus deveres como portuguez leal; aconselhando o povo a ser moderado para se não precipitar, mas que levantasse o brado de independencia nacional.

Em fim todos os personagens do drama foram phreneticamente applaudidos e chamados ao proscenio.

As vistas foram — sala do Corregedor de Evora, que foi reduzida a cinzas no fim do acto; a prisão onde se achava Anselmo; e a praça de Evora. E estavam todas tão bem acabadas; era o seu merito artistico de tanto valor, que os espectadores não poderam deixar de repetidas vezes chamar ao proscenio, o habil pintor, o sr. Antonio Gonsalves Neves.

Na comedia — o sr. Jacintho, no papel de Barão, andou com regularidade, e foi applaudido.

O sr. José Francisco dos Sanctos, no papel de criado, podia andar com mais desembaraço; todavia agradou.

A sr.^a D. Julia Amelia, no papel de Baroneza, recebeu muitos applausos, e desempenhou com gosto e intelligencia.

O sr. Domingos Antonio Simões, no papel de Duarte Tinoco (um criado de v. ex.^o) é impossivel que seja excedido, e custa-nos mesmo a crer que possa ser imitado. Desde que entrou em scena até concluida a comedia, o nosso amigo, a cada palavra que soltava, a cada gesto que fazia, excitava sempre geraes applausos. Tal é o merito dramatico do sr. Domingos Antonio Simões.

Eis ahi, pois, uma anályse franca e sincera do espectáculo que teve logar no theatro de D. Luiz I. Tudo quanto apparecer publicado ao contrário do que temos dicto, é inteiramente falso: não merece credito algum. E se alguém tiver a ousadia de dizer publicamente que as figuras não desempenharam como deviam, os seus papeis, fica desde já convidado a escolher o papel que melhor lhe convier, e ir ao menos recital-o no mesmo theatro. Mas desgraçadamente esses escrevinhadores que são *useiros e veseiros* em dizer mal de materias de que nada entendem, se lhes entregarem um papel, simples que seja, solettram as palavras primeiro que as leiam, e nunca chegam a comprehendel-o. O mundo compõe-se assim, e o que val é que já ninguem dá credito a tanta *consciencia corrompida*, como por ahi se vê a cada canto.

Algumas acções menos polidas que se praticaram na plateia, como, por exemplo, haver um espectador que tocava num assobio quando eram applaudidos os actores, e cujo nome hoje não publicamos, o que faremos todavia, se continuar, assim como os d'outros *trocistas* que deshonram a classe a que pertencem, nos levam a pedir á illustre Direcção que tome as mais energicas providencias para que se não continuem a repetir taes actos.

É de absoluta necessidade que a Direcção nomeie seis individuos de consideração para policiar o theatro em noites de récita, e que estabeleça um artigo, em que determine, que todo o espectador que na sala se não portar com decencia e educação devida, seja mandado sahir do theatro, e o seu nome publicado em todos os jornaes de Coimbra, indicando-o ao público como incapaz de ter entrada em qualquer reunião. É assim como se castigam os turbulentos, e se dão lições de civilidade.

Não devemos, nem podemos deixar de aqui tecer os maiores elogios aos srs. Paulo José da Silva Neves e José Julio Cesar, membros da Direcção, pelo zelo e assiduidade que empregaram no que lhes estava encarregado, para que a segunda récita tivesse logar no dia 11 do corrente; não se poupando a grandes sacrificios, com especialidade o primeiro se-

nhor, que durante alguns dias anteriores ao do espectáculo, esteve continuamente no theatro, trabalhando em tudo o que se achava ao seu alcance, a fim de que não houvesse a menor falta.

Pedimos venia ao nosso collega o *Transtagano* para transcrever o seguinte artigo:

Evora e os seus artistas

Longe de irmos susceptibilisar qualquer classe, não podemos com tudo deixar de estranhar que se tracte tão de leve, tão imerecidamente a maior classe urbana da vetusta cidade de Evora. E é assim. Desdenham os artistas de pretenderem buscar os fins que seriam susceptiveis de alcançar, se porventura tivessem quem d'elles curasse com mais afan.

Existe uma sociedade artistica; e acertará ella com os interesses moraes e materiaes de cada classe de artistas?!

Tememos avançar uma ruim proposição, dizendo que não; porém, não temeremos dizer, que procurando sanar os males, tambem nada tem produzido para bem. Concedamos que tenha creado doze bons artistas 'nestes quasi cinco annos; mas, dizei-nos, que progressos têm feito os vossos socios, novos e velhos, já em artes, já em officios? Tendes, por acaso, creado premios para fazer nascer a emulação?! Não, não fizeste nada 'neste sentido; todavia, ha genios artisticos entre vós, e pareceis desprezal-os!

A sociedade artistica eborense, sem quereremos offender melindres, parece mais uma sociedade commercial, do que outra cousa.

No art. 1.^o dizem os seus estatutos: «A associação poderá trazer a juro de lei os seus fundos disponiveis, preferindo os socios em egualdade de circumstancias.»

Muito bem! Então tinheis a certeza de encontrar fundos? E para isso, que era preciso? A concorrência de artistas. Mas, se vós devieis fazer por ter quantos mais, tanto melhor; para que não desteis mais garantias, puramente artisticas, aos socios?

Attendam bem; não queremos ferir os interesses da sociedade; queriamos, porém, que dessem maior latitude ao seu titulo 1.^o, e que 'nelle consignassem os premios; que creassem officinas dirigidas por habéis peritos, etc. Conheçemos que não houve fim mais sancto e justo do que o da fundação d'esta sociedade; precisa porém de réformas, e essas meditadas por espiritos desinteressados. Fizeram já alguma cousa fundando a sociedade, mas não esmoreçam; continuem aperfeiçoando.

De artistas sabemos nós, que possuem merito incontestavel, e vivem aliás 'numa soffrivel posição; outros, de merito igual e superior, jazem na miseria! Serão scenas d'este mundo?! Admittimos que sim. Mas, poderão remediar-se quanto seja possivel? Napoleão III que vos responda; ou os seus factos, que são irrespondiveis. Tem elle attendido a tudo quanto é arte, officio e sciencia? Tem; e porque? Porque vê, que sem artistas não ha nações, não ha consummadores, e não pôde haver progresso! Por tanto, é de extrema precisão, que mesmo aquellos, que não são artistas qualificados nas estatisticas, e fórmulas do antigo regimen, se convençam que os devem estimular.

A troca, e a livre permutação em commercio e artes é que produzem sempre maior riqueza, e a do maior número: e não aquella, que se limita a meia duzia de individuos. Referimo-nos ao monopolio.

A maior classe, e a mais rica é a dos lavradores: porém que mandam elles fazer aos

artistas? E os commerciantes? Quasi nada; ou então, obras de pouco valor! E querem ter muitos interesses? Querem; porque é ideia innata em todos os homens. As vezes, vendo as circumstancias dos artistas, lá lhes dizem, que façam esta ou aquella obra, mas a podêr de barata. E a isto é que chamam ajudar as artes e os officios.

Evora, capital transtagana, é aonde mais abundam as classes operárias, ligando-se-lhes pouca importancia; contudo, ainda progridem alguma cousa, é força dizel-o.

Vede como são considerados todos os homens, que vivem de trabalho mechanicó; vede como é considerada e retribuida a mais util classe — a artistica — como já dissemos?

Evora, que dá consideração a tanta nullidade; que retribue a tanta ociosidade, só para o trabalho olha indifferente, não lhe dando consideração. Perdoem as perorações.

Quererá Evora ser antiga em tudo? Quererá só continuar a ser murmuradora silenciosa; quererá só dar pasto a maledicencia, e não pretenderá sahir do involuço em que se envolveu?!

«Fulano é este, é aquelle; não trabalha, não concerta, nem arranja nada!» É verdade!

E vós, senhores, que criticaes assim, apostamos que o deixaeis morrer de inercia! Ahi para as bandas da rua do Aviz, existe... não, vegeta um bom artista, que, acabrunhado por mil desgostos, se vae finando! Ora, respondei-nos: se vós o não tivesseis desprezado, não lhe terieis dado uma lição mais util? Supponmos que nós, no principio da vida, errámos; e quem é que não erra?! Haverá alguém exempto de culpa? que o diga!

Porém, se este artista assim vive, tambem outros, como alfaiates, serralheiros, carpinteiros, padecem de identicos males.

A vida toda é repassada de prazeres e dores; aquelle que teve a felicidade de encontrar quem o educasse e lhe ensinasse o melhor, é de certo o mais feliz! Nem todos podemos gozar de tal prazer, e por isso, vendo os vicios e crimes, uns abraçam estes, outros aquelles! E serão elles culpados? Não, não foram. Foi a má educação; foi a estrada por onde encetaram a vida.

É, pois, á sociedade, em geral, que cumpre conduzir os seus membros: e ás associações que compete ajudal-os a desviarem-se do mal, insinuando bons principios e contribuindo para que o estygma os não fira desapiedadamente.

Que proveito tiram do descrédito dos artistas da mesma classe? Com criticas insulsas é que se corrigem os costumes; ou é com uma moderada critica que se ensina e se aconselha?

Renegámos de tudo o que chamam critica de alpendre, que não ensina nem salva ninguém, e só afoga o individuo no lodaçal imundo, sem mais ter remedio!

Os conselhos salutaes e salvadores do nosso Redemptor para nada serviram até hoje: a humanidade tem caminhado 'numa estrada opposta áquella que lhe traçou o Divino Mestre. Com as associações, com os bons conselhos dos homens independentes e com a emulação bem entendida, é que a sociedade, artistas e operarios, todos, 'neste mundo podem crescer, desinvolver-se e aperfeiçoar-se.

A critica, *má lingua*, e na alta sociedade, *fazer espirito*, para ninguém serve de proveito. A critica que ensina, que educa, que salva, que levanta o artista da miseria, que o faz ter emulação; essa é que, no nosso fraco entender, corrige os defeitos; e aperfeiçoa os individuos; tornando-os cidadãos uteis á humanidade e á sociedade de que fazem parte.

No titulo 1.^o dos estatutos da Sociedade

Artística Eborense, se consignam importantes pensamentos philantropicos; e, como nos referimos só ao seu artigo 1.º, é força declarar neste lugar, que não tivemos a intenção de lhe aconselhar senão a reforma, apresentando novamente outros estatutos, onde se mostre mais amor pela classe artistica, e mais claramente se exprima o principio que serve para associar artistas e outras classes de obreiros.

No seio da paz é que as sciencias e as artes prosperam; felizmente estamos gozando d'ella. Tendes tempo para tractar dos vossos, dos nossos melhoramentos, regulando por outra fórma os interesses da sociedade.

Não finalisaremos sem que façamos uma reflexão sem lisboja, que escrevendo este artigo, só tivemos em vista que os artistas e todas as mais classes attendam aos seus interesses recíprocos, a fim de que Evora aumente em riqueza e bellezas artisticas.

Exequias

No dia 30 do corrente, com vespas no dia 29, na Sé Cathedral d'esta cidade, haverão pomposas exequias, mandadas celebrar pela academia, para suffragar a alma do virtuoso, excelso e magnanimo monarcha portuguez, o sr. D. Pedro v, de sempre chorada memoria.

No magestoso templo da Cathedral já começaram os trabalhos d'armação; será toda forrada de preto, e no corpo da igreja se levantará a elegante eça de Nossa Senhora da Boa-Morte, que será toda coberta de crepe.

Eis o que um nosso amigo nos diz a respeito d'essa resolução academica:

Sr. Redactor.—Mui digno dos maiores encomios é sem dúvida o nobre pensamento, que domina os academicos da nossa universidade, querendo manifestar seu sentimento pela inesperada morte do Senhor D. Pedro v, e gratidão á sua saudosa memoria.

Seja esta generosa inspiração pronunciada por solemnes e sumptuosas exequias, mas tambem devia ser attestada aos vindouros por um duradouro monumento, que se não for de marmore ou bronze fôsse uma primorosa pintura allusiva aos dedicados offerentes, e representando o idolatrado monarcha, de quem ficam memorias soberanas.—Este é o pensar de

Um seu dedicado assignante.

No domingo, 12 do corrente, teve lugar nos Paços d'este concelho, com toda a pompa e magnificencia, a cerimonia da distribuição das medalhas, conferidas pela Real Sociedade Humanitaria do Porto, aos individuos que, nas enchentes do rio Mondego em 1861, praticaram actos de valor e coragem, salvando algumas vidas com riscos das suas.

A esta cerimonia concorreram todas as autoridades, militares e muitas outras pessoas de consideração e de todas as classes da sociedade.

As medalhas foram distribuidas pelo ex.º sr. Governador Civil, que por esta occasião recitou uma extensa allucução, a que não podemos dar publicidade pelas dimensões do nosso jornal.

Durante o acto, a philarmonica Boa-União esteve executando algumas peças de musica, o que bastante concorreu para o tornar mais brilhante.

Os agraciados foram os seguintes srs.:

José Antonio Ribeiro Paulo e Manuel Grillo, medalha de 2.ª classe. João Simões Serio, Antonio dos Sanctos Donato, Antonio Gomes Tinouco, Antonio de Padua Lobo e Alfredo de Moura, medalha da 3.ª classe—são todos d'esta cidade, exceptuando Manuel Grillo, que é do Padrão.

Continuação dos nomes dos dignissimos srs. Assignantes d'este jornal, que têm satisfeito a importancia do 1.º trimestre:

Os srs. Manuel Marques Braga, Maçans de D. Maria. José Metello Corte-Real, Pinhel. João Antonio de Sequeira Seixas, idem. José Maria de Macedo Caldeira, idem. José Antonio dos Sanctos, idem. Dr. Francisco Maria de Carvalho, Lamego. Padre José Justino Pereira d'Andrade, Sabugosa. Directores dos correios de Trancoso, S. Miguel d'Outeiro, Satão, Covilhan e Nellas. Dr. Thomaz Antonio Ribeiro, S. Miguel d'Outeiro. João Fernandes Gaspar, Figueira da Fóz. Joaquim Maria dos Sanctos, idem. José dos Sanctos Fera, idem. Carlos da Costa Guia, idem. Gil Pereira Gonsalves, Verride. José Augusto Pereira Gonsalves, Espinhel. Abel Maria de Mello Brandão, Figueira da Fóz. João d'Oliveira Pinto, Verride. Francisco Maria da Cruz Rebello, Montemor-o-Velho. Manuel Soares Pinto, Figueiró dos Vinhos. Maximiano da Silva Monteiro, Lamego. Dr. Giraldo Joaquim Maria da Costa, Figueiró dos Vinhos. Luiz Pires Monteiro Bandeira, Espinhel. Dr. Antonio Joaquim da Silva, Celorico da Beira. Francisco Antonio Lopes Navarro d'Andrade, idem.

(Continúa)

VARIÉDADES

O capuz do Duque de Bragança

D. Theodosio

El-Rei D. João, o terceiro, mandou a seu sobrinho D. Theodosio Duque de Bragança, para cumprimentar e acompanhar a infanta de Hespanha D. Joanna, filha do imperador Carlos v, que vinha a Portugal para casar com o principe D. João, seu filho, devendo o duque receber a infanta entre Elvas e Badajoz.

Os fidalgos e mais pessoas que haviam de acompanhar o duque, fizeram taes despesas com o vestuario e arranjos para aquella jornada, que o duque ficou espantado com a relação que das mesmas lhe fez um seu confidente, e projectou logo mostrar-lhes a sua desaprovación.

No dia da partida apresentou-se effectivamente ao duque, um rico e luzido acompanhamento. Tudo eram galas e riqueza. O duque, montou a cavallo trajando simplesmente um capuz, trajo muito usado naquelles tempos, feito de panno pardo muito grosseiro, porém o fôrro era todo de tela finissima semeada de diamantes: quando os seus companheiros o viram, ficaram corridos, e muitos desejariam não terem sido convidados para tal jornada, porém era tarde, e o duque estava em caminho.

Os fidalgos castelhanos chegaram á raia, com a princeza, muito antes do duque de Bragança; porém, encontrando alli parte do luzido acompanhamento do duque, julgando que algum dos cavalleiros era D. Theodosio, não se fartavam de perguntar e pedir que alguém lhes indicasse qual dos cavalleiros era, mas tendo-lhes respondido que nenhum dos que estavam presentes era o duque, diziam elles cheios de curiosidade—*Valga-me Dios, adonde vienne el duque?* Finalmente chegou D. Theodosio com o seu capuz de panno pardo; os castelhanos quando o viram não lhe prestaram a maior attenção convencidos de que, um homem tão grosseiramente vestido não seria o duque de Bragança, tão conhecido em Hespanha, pelo seu bom e apurado gosto. Os portuguezes estavam apoquentados pela ideia de se terem apresentado mais ricos do que o seu chefe, e muito mais o estavam aquellos que sabiam o motivo ou o desconfiavam: mas

sendo perguntados pelos de Castella, elles lhe indicaram, o homem de capuz pardo, dizendo—*alli tiendes el duque!* então grande foi o espanto dos castelhanos (talvez porque ignorassem o nosso dictado, o hábito não faz o monje), parecia-lhes incrível que um homem tão grosseiramente vestido fôsse D. Theodosio, mas este que os entendeu, dirigindo-se á princeza para lhe beijar a mão, levantou uma das abas do capuz sobre o hombro de modo, que ficou descoberto o fôrro, e como o sol lhe batésse, resplandecia de tal modo, que cegava quantos punham os olhos nelle, os castelhanos que o não tinham perdido da vista um momento, sendo de prompto forçados a voltar o rosto, cheios de cholera, diziam—*Valga el diabo el hombre, que viene ahorrado del sol!*

PASMATORIO

— Parece incrível, mas é certo, que a camara municipal da terceira cidade do reino, consentisse que um dos empregados da policia se apresentasse no domingo 12 do corrente, a receber a medalha que lhe foi conferida pela Real Sociedade Humanitaria do Porto, com o fardamento todo sujo, sebento e remendado!... É um facto altamente escandaloso, mas que não podemos deixar de registrar.

— Já se está ensaiando no theatro de D. Luiz i, a comedia-drama em tres actos, do sr. J. C. dos Sanctos—*O segredo d'uma familia*. O espectáculo terá logar no dia 25 do corrente. São muito procurados os bilhetes.

— Tendo por ahi andado por essas ruas muitos cães damnados, não nos consta que sejam dadas as providencias para impedir que elles causem alguns prejuizos. É preciso mais vigilancia. Lançam ás vezes as taes bolas a cães de estimação, e que não fazem mal a pessoa alguma, e não se importam que um cão damnado percorra toda a cidade com risco de pregar a sua dentada!... Por mais que nos esforcemos por indireitar o mundo, mais elle se inclina.

— Consta-nos que ha grande empenho em se annullar as últimas eleições da camara municipal d'esta cidade. Ignoramos os motivos. Ficaremos d'atalaia.

— Vão brevemente começar os ensaios no theatro da Graça.

— Numa das últimas sessões da camara dos srs. deputados, o ex.º sr. José de Moraes Pinto d'Almeida chamou a attenção do sr. Ministro das Obras Públicas para o paredão construido pela empresa do caminho de ferro, proximo á ponte de ferro que se anda lançando sobre o Mondego, para baixo do porto da Pedra.

O respectivo ministro respondeu convenientemente.

— O nosso patricio, o sr. José Felix Machado, canta a sua primeira missa no domingo, 19 do corrente, na capella da Misericordia d'esta cidade.

— Consta-nos que o nosso thio e amigo, o sr. Matheus de Sousa Fino, não accéita a transferencia para Juiz de Direito da comarca da Lousan.

— O sr. dr. Antonio Maria da Cruz, nosso patricio, foi ultimamente nomeado para o partido de medicina de Obidos, pela respectiva camara municipal. O nosso amigo esteve alguns annos no partido das Cinco Villas, onde soube grangear a estima e consideração de todos aquelles povos, tractando sempre com a maior affabilidade e desinteresse as pessoas que viviam na indigencia.

— Felicitamos, pois, os habitantes da Villa de Obidos pela acertada escolha que a camara

municipal soube fazer; e dirigimos os nossos sinceros parabens ao sr. Antonio Maria da Cruz, por ver assim coroados os seus trabalhos litterarios.

— Consta que o nosso ministro em Pariz, instou com o sr. Arcebispo d'aquella capital, para que não concedesse a licença pedida pelos srs. Julio Thieury e Julio Le Sire, para celebrarem as exequias pelo descanso eterno de S. M. El-Rei o Sr. D. Pedro v.

— As ultimas noticias chegadas de Lisboa, da enfermidade do sr. Infante D. Augusto continuam a ser bem pouco satisfactorias.

— Amanha haverá uma récita no theatro *União de Artistas*, na rua da Esperança, em beneficio do actor Ferreira, que se acha nesta cidade. Sobem á scena as seguintes comedias: *Um namorado exemplar* — *O Perdão d'Acto* — as scenas comicas — *Os effeitos do vinho novo*, executada a capricho pelo insigne artista, o sr. João Epiphânio Bastos, que tanto tem desenvolvido o seu talento dramatico, e a *Luizinha, a leiteira*.

— Brevemente começaremos a publicar a *Historia das mulheres celebres da Revolução Françeza*. É uma obra rica de estylo, bastante interessante, e cremos que ha de chamar a attenção das pessoas que gostam de saber até que ponto pôde chegar o valor e o merecimento d'aquellas a quem chamámos — *fracas*.

— O anno de 1861 foi fatal para a realza. Durante o seu decurso, que nos recordemos, verificou-se o fallecimento das seguintes pessoas reaes: do rei da Prussia, do conde de Montemolin, pertendente á coroa de Hespanha; da condessa de Montemolin, sua espôsa e princeza napolitana; de D. Fernando de Bourbon, irmão do conde de Montemolin; do conde de Syracuse, thio de Francisco II de Napoles; da infanta D. Conceição, filha da rainha de Hespanha; do imperador da China, da rainha de Madagascar; do Sr. D. Pedro v, e de seus dois augustos irmãos D. Fernando e D. João, e finalmente do principe Alberto, espôso da rainha de Inglaterra.

Cumprer notor que no mesmo anno foi destronado Francisco II de Napoles, e que se verificaram duas tentativas de regicidio, uma contra o rei da Prussia, em Baden, e outra contra o rei da Grecia, em Athenas.

PUBLICAÇÕES LITTERARIAS

ARCHIVO JURIDICO

Principiou a distribuição dos n.º 4 e 5, da 2.ª serie d'este jornal de legislação. O n.º 4 contém a — Lei do Registro. O 5.º — Regulamento e tabellas da Lei do Sello. Os n.º transactos contém o 1.º a — Lei da Desamortisação. O 2.º a — Lei do Sello. E o 3.º a — Lei de Transmissão.

Aviso aos srs. Assignantes das Provincias

Com o n.º 5 d'esta serie, ficam concluidas as assignaturas dos srs. Assignantes que tinham pago até ao n.º 6 da 1.ª serie. O indice dos n.º 4 e 5 da 1.ª, ser-lhe-ha remetido logo que se publique o n.º 6 da 2.ª; sendo-lhe este enviado, com o indice, se suas s.ª mandarem reformarem ás suas assignaturas; que para as provincias continuam a receber-se com as condições da 1.ª serie; porém segundo a nova ordem d'esta publicação — resolvemos receber assignaturas, por series, ou 12 n.º — custando cada serie 1\$440 réis, sendo o *Archivo* enviado franco de porte aos srs. Assignantes.

Não se tomam assignaturas para as provincias, sem previo pagamento, que pôde ser em dinheiro, valles do correio ou em estampilhas.

Aos srs. Assignantes que não reformarem a sua assignatura, será enviado o indice — que lhes falta dos n.º 3 e 5 da 1.ª serie, e quando se publicar o da 2.ª tambem lh'o remetteremos, franco de porte, ainda mesmo que não reformem.

A empreza do *Archivo Juridico* agradece a todos os srs. juriconsultos, empregados da justiça, do fôro e outras pessoas a coadjuvação que têm prestado a esta publicação, e com especialidade aos seus collegas da imprensa periodica; não só pela publicação dos annuncios, mas tambem pela generosidade e delicadeza de a obsequiarem com as suas folhas que têm recebido com a maior regularidade possível.

Assigna-se em Coimbra na loja do sr. José de Mesquita.

NOVA TABUADA

EXACTA E CURIOSA

COM O NOVO

SYSTEMA METRICO-DECIMAL

DE PESOS E MEDIDAS

TABELLAS DE REDUCÇÃO

E

EXERCICIOS E PROBLEMAS PARA INTELLIGENCIA DO MESMO SYSTEMA

POR

J. S. Bandeira

Approvada pelo Conselho Geral de Instrução Pública.

3.ª EDIÇÃO

CORRECTA E REFORMADA

Vende-se na loja de livros da Imprensa da Universidade. Preço 50 réis.

O DIA 4.º DE DEZEMBRO DE 1640

OU

Memoria historica dos successos de Portugal, desde a morte de El-Rei D. Sebastião, até á feliz aclamação de D. João IV

POR

ANTONIO FRANCISCO MOREIRA DE SA.

Vende-se em Coimbra, na Imprensa da Universidade, e em Lisboa, Porto e nas mais terras do costume.

Preço 100 réis.

ANNOS EM COIMBRA

POR

A. A. F. de Albuquerque

Este interessante livro destina-se a narrar uma parte da historia das antiguidades e monumentos de Coimbra; descrever os typos das diversas classes conimbricenses, entre as quaes avulta o lente, o estudante, o artista, o commerciante, a dama, a tricana, o aldeão, etc.; apontar as bellezas de Coimbra, com a maior e mais precisa exactidão.

PREÇO DE CADA EXEMPLAR

Para os srs. assignantes 300 rs. Avulso 400 rs.

Assigna-se e vende-se em todas as lojas de livros de Coimbra, e na Imprensa Litteraria.

Para fóra já se remetem exemplares pagos adiantados.

REINADO

ULTIMOS MOMENTOS

DE D. PEDRO V

POR JOSÉ MARIA DE ANDRADE FERREIRA

Segunda edição, correcta e accrescentada com uma carta do proprio punho do Rei finado, e mais documentos importantes.

Vende-se na loja de livros da Imprensa da Universidade.

ARCHIVO PITTORESCO

PRINCIPAL REDACTOR—SR. SILVA TULLIO

REDACTORES—Castro, Irmão & C.ª

Publicou-se o n.º 43 do 4.º volume.

NOBILIARCHIA CONIMBRICENSE

BOSQUEJO HISTORICO

DA NOBREZA DE COIMBRA

POR

Antonio Maria Seabra d'Albuquerque

AGRADECIMENTOS

A Redacção d'este jornal, summamente penhorada pelos innumeraveis obsequios que tem recebido de todas as pessoas que se hão dignado auxiliar esta publicação, já com seus valiosos escriptos, já por concorrerem com suas assignaturas, a todos tributa por este meio o mais profundo reconhecimento, e se confessa summamente agradecida. E de novo roga o favor de a continuarem a proteger, para que dignamente possa obter os fins a que se propoz, e tirar os resultados que espera.

A Redacção.

Hayendo ido por diversas vezes á villa de Tentugal, tenho sempre sido tractado pelas pessoas minhas amigas com toda a consideração; amizade e reconhecimento, com especialidade na última visita que alli fiz. As finezas que recebi do meu presado amigo, o sr. J. A. e sua excellente familia, durante todo o tempo que alli permaneci, não podem, nem devem esquecer-se, e faltaria por certo a um dos mais sagrados deveres de gratidão e estima, se por ventura não testemunhasse por este meio o profundo reconhecimento de que me encontro possuido.

Tambem não posso, nem é possível deixar de confessar que fui altamente obsequiado pelo sr. E., sua estremosa consorte e sympathicos e candidos filhinhos; principalmente no dia e noite dos Reis Magos. É impossível descrever o jubilo, o prazer e satisfação que reinava em tão luzida sociedade, naquella magnifica casa; sente-se, mas não se pôde explicar. Foi um dia, foi uma noite, que sempre d'ella me recordarei com saudade!

M.

ANNUNCIOS

 Vende-se um Dogcart com arreios em muito bom uso; nesta redacção se diz quem é seu dono.

IMPRESA DA UNIVERSIDADE

PORTUGAL INDEPENDENTE

JORNAL ANTI-IBERICO, LITTERARIO E NOTICIOSO
DEDICADO Á MEMORIA DE EL-REI O SENHOR D. PEDRO V
PELOS ARTISTAS DE COIMBRA

REDACTOR — Augusto José Gonsalves Fino

PUBLICA-SE ÁS SEXTAS FEIRAS

Assigna-se e paga-se este jornal: em Coimbra, na Imprensa da Universidade; nas Provincias, em casa dos Srs. Directores de Correios; no Brazil, em casa do Sr. José Julio Lopes Gonsalves, Rio de Ostras. Preços por trimestre, ou 12 numeros: em Coimbra 400 réis; nas Provincias 460 réis; no Brazil (moeda forte) 700 réis; — número actual 400 réis. — Toda a correspondencia, franca de porte, será dirigida ao Redactor do *Portugal Independente*, Coimbra. — Escriptos não publicados, não serão restituídos.

EXPEDIENTE

Supplicámos aos srs. Assignantes em debito o favor de, sem perda de tempo, mandarem satisfazer a importância do 1.º e 2.º trimestre, em vales do correio. A Redacção espera merecer a devida attenção. A importância será dirigida ao Administrador do *Portugal Independente*, Coimbra.

Camara Municipal

Consta que por um alvará do ex.º sr. governador civil, se ordenou que a actual vereação continuasse a dirigir os negocios do municipio, porque a camara ultimamente eleita, não tomava posse por em quanto.

Diz-se que se empregam os maiores esforços para annullar a última eleição da camara municipal d'esta cidade, que ha de servir no biennio de 1862 a 1863; damos a isto todo o credito, porque se esses desejos não existissem, por certo que a nova camara já teria entrado no exercicio de suas funcções.

Não sabemos quaes os fundamentos que ha para se não dar por válida uma eleição, que em todos os circulos correu com a maior regularidade, não tendo apparecido protesto algum.

Dá-se como motivo que alguns dos vereadores eleitos não pagam o censo que a lei marca, e que por isso não estão no caso de servir, mas este caso já se deu em outras occasiões, e os eleitos serviram os cargos para que foram escolhidos pelo povo.

Consta-nos tambem que em quasi todas as novas vereações do districto se deram as mesmas circumstancias, e ellas tomaram posse e estão já no exercicio de suas funcções, menos a de Coimbra.

Não discutimos politica porque o não podemos, e mesmo porque a nossa politica é viver com todas as pessoas, sem distincção de classe; não nos importando que á testa dos negocios do municipio esteja Paulo, Martinho ou Sanchinho: para nós é isso indifferente; desejavamos que se concedesse ao povo a escolha de quem lhe parecesse apto para estes e outros cargos.

Em quanto 'nestes e 'noutros negocios entrar a tal senhora a que chamam — politica, não pôde haver ordem, nem socêgo, nem boa administração; ha de sempre haver o que estamos vendo.

Sentimos só que a indole do nosso jornal nos não permita sermos mais explicitos, porque de certo elucidariamos muitos mysterios...

A Rainha Sancta Isabel

Nasceu ella em Hespanha no anno de 1271, filha de D. Pedro III, de Aragão e de D. Constança de Napoles, neta de D. Violanta, filha

de André II, da Hungria, girava-lhe nas veias sangue nobre.

Era tão formosa que, quando apenas contava onze annos, já a fama das suas perfeições começava a correr o mundo, dizem os chronicistas do seculo XII; e foi esse o motivo por que tres dos mais afamados reinantes d'então disputavam a sua posse, e a pediram em casamento para os herdeiros de seus thronos. Desejavam possuir a bella princeza a França, a Inglaterra e a Grecia, mas estava ella destinada para ser espôsa de um rei portuguez.

Foi a rainha Sancta Isabel um constante modêlo de virtudes, não havendo um só acto da sua vida que deixasse de ser um exemplo.

El-rei D. Diniz era pouco regular no seu proceder, mas a Sancta Rainha chamava para juncto de si os filhos bastardos do espôso, acarinhava-os, protegia-os e facultava ás victimas os meios physicos e moraes de sahirem do mau caminho. Se a guerra civil se ateava entre el-rei D. Diniz e seu filho, a sancta rainha dos portuguezes não parava em quanto se não mettesse entre as lanças dos dois exercitos, a fim de evitar uma guerra parricida; se a peste assolava o reino, ahi a tinham os portuguezes liberal, caridosa, correndo a levar soccorro aos logares onde o contagio mais damninho se mostrava.

O primeiro hospital que houve em Portugal foi fundado e dotado por ella, mas, além d'este fundou e dotou muitos outros e alguns conventos, concluindo um hospital para engeitados.

Tanto que el-rei seu marido expirou, a rainha de Portugal, a filha, a mãe, a neta de reis, querendo mostrar o nada das vaidades do mundo (diz o sr. A. X. Rodrigues Cordeiro), «cencerrou-se no seu aposento, chamou as suas camareiras, despojou-se dos seus vestidos, entregou os cabellos a uma thesoura, envergou o hábito de Sancta Clara, cingiu-se com um cordão, e entre lagrimas de todas e d'ella, que as sanctas tambem choram, fez um protesto, não de professar porque era sua intenção não se privar das suas rendas, e exercer a caridade, mas de assim continuar vestida o resto da vida.»

Morreu em Estremoz, onde cincoenta e cinco annos antes D. Diniz havia assignado a procuração para o seu casamento. Acha-se em Coimbra em um rico mausoleu de prata em que a collocára D. Pedro II.

O 1.º de Dezembro.

Sabemos que o sr. Antonio Joaquim da Silva, de Celorico da Beira, que não ha muito tempo exerceu o cargo de administrador do concelho de Goes com toda a honra, dignidade, inteireza e circumspecção, se propõe requerer um logar de delegado do procurador regio.

Durante que o sr. Silva esteve como auctoridade administrativa em Goes, todos os jor-

naes, sem distincção de côr politica, teceram a s. s.º os maiores elogios, e felicitaram o govêrno que fez tão acertada escolha.

O sr. Silva nunca se deixou levar por empenhos, e muito menos temeu ameaças; a justiça foi sempre administrada com imparcialidade e independencia; e jámais deu ouvidos a mexericos e intrigas, como sempre costuma haver, para se exercer influencia perante a auctoridade, ou vingança nos inimigos.

O sr. Silva, como homem, é um excellente cavalheiro, digno de toda a consideração; como auctoridade, foi e será sempre um fiel executor da lei, e em quem o govêrno pôde depôr inteira confiança, sem temor de quebra de dignidade.

Homens de tão elevadas qualidades e de san consciencia, como o sr. Silva, é que o govêrno devia escolher para os cargos publicos que envolvem responsabilidade; e porisso, concorrendo no nosso amigo todas as circumstancias precisas para o bom desempenho dos seus deveres, nós pedimos ao sr. ministro da justiça se digne tomar em consideração o que temos expellido, nomeando o sr. Antonio Joaquim da Silva para um dos logares de delegado do procurador regio.

COMMUNICADO

Não tenho a honra de ser pessoa íntima do sr. Francisco Pereira de Miranda, dignissimo delegado do thesoura d'este districto, todavia tenho obtido de s. s.º algumas audiencias particulares, nas quaes reconheci no sr. Miranda todos os dotes precisos a um cavalheiro aliás distincto.

As attenciosas maneiras com que fui recebido pelo sr. Miranda, captivaram-me a tal ponto, que, confirmando a opinião que de ha muito formava de s. s.º, me obriga a lançar mão da penna a fim de, por este meio, agradecer a s. s.º a delicadeza com que se dignou tractar-me.

Como empregado público, o sr. Miranda é zeloso e activo no cumprimento dos seus deveres; como homem, é um excellente cavalheiro, digno da estima dos seus numerosos amigos.

Ainda ha pouco, quando em todo o districto se recejava que houvesse confusão e barulho na occasião de se receberem os novos impostos, e com especialidade a contribuição industrial, o sr. Miranda, com aquella moderação que lhe é tão propria, obistou a que entre tantos contribuintes tivessem logar divergencias, de que poderiam resultar graves consequencias.

Os habitantes do districto devem estar satisfeitos com a acertada escolha do thesoura, mandando para seu delegado aqui, um homem, cujas nobres qualidades e boas intenções podem ser imitadas, mas não excedidas.

Receba, pois, tão exemplar fiscalizador da fazenda pública os protestos de estima e consideração que lhe tributam os povos do districto de Coimbra.

E v., sr. Redactor, muito me obsequia, se por ventura dêr publicidade no seu accreditado jornal a estas mal traçadas linhas.

Um seu assignante.

CORRESPONDENCIA

Sr. Redactor.

Desde a primeira vez que li o seu limitado mas proveitoso jornal, suscitaram-me logo ideias de me fazer litterato, isto é, de fazer tambem uma poesia, o que a custo de muito pensar consegui, porém com o intento de que esta minha primeira produção chegasse a ver a luz do dia, mas se ella nasceu fadada para viver na escuridão, adeus poesias!... adeus poeta!...

Tancos, 14 de Janeiro de 1862.

SAUDADE

Offerecido ao meu amigo

F. J. DA SILVA

A debil planta que nasceu na plaga
Descorada e triste no hastil pendeu
Secou-lhe a seiva o furacão ruidoso,
Tão nova ainda, a infeliz morreu.

PINA

Minha lyra de lucto vestida
Traz-me um hymno saudoso e bem triste,
Vae depôl-o na campa gelada
Da donzella que já não existe.

Vae trocar-lhe por cantos funereos
Esses cantos d'outr'ora felizes,
Vae dizer-lhe que a dor e saudade
Tem no peito profundas raizes.

Vae contar-lhe a tristeza, os suspiros
Dês que vi seu amor fenecer;
Vae dizer-lhe na terra sósinho
Eu sem ella não posso viver.

Vae contar-lhe meus prantos amargos,
A saudade, os gemidos, o lucto,
Sôbre a campa cercada de goivos
Vae pagar-lhe teu negro tributo.

Parca cruel! impia
P'ra que tanta tyrannia
No teu braço eu vi alçada?
Para que roubas-te ao mundo
O que o jazigo iracundo
Encerra em pedra gelada?
A donzella que ha pouco ainda
Era na terra tão linda
'Nessa terra é hoje nada!...

Com ella morreu amor
Que outr'ora no seu verdor
Do meu peito era a vida,
Lá o vi, porém murchou
Quando a morte o avassalou
'Nesse leito eu vi pendida
Tenra flor que a impia sorte
Na aurora lhe deu a morte
Sem a ver na haste erguida.

Roubou-me na terra a flor,
Que ostentava seu vigor
No hastil em que pendeu,
Roubou-me na terra a vida
Pois lá a vi confundida
'Nesse amor que feneceu:
Nem uma esperança me deixou
Tudo! tudo me roubou,
Tudo com ella morreu.

Que m'importa a mim a vida,
Se essa esperança tão querida
Já de todo murchou,
Que importa? se esse amor,
Inda mal no seu verdor,
Morte cruel m'o roubou.

Quando apenas tenra flor
Da primavera no alvor
A desabrochar começou,
Morte negra! desabrida
Roubou-lhe para sempre a vida,
E no frio chão a calcou.

E lá jaz qual flor mimosa
A donzella tão formosa
Na gelada campa a dormir:
Dorme! dorme! que acabaste,
Já para sempre findaste
Teu tão curto existir.

Acabaram tuas doces fallas,
Acabaram para ti galas
'Neste mundo d'illusão,
Lá acabaram teus encantos,
Os teus amorosos prantos,
Tuas saudades d'então.

Que m'importa a mim a vida,
Se essa esperança tão querida
Em leda aurora murchou;
Que importa se esse amor,
Inda mal no seu verdor,
Já para sempre acabou.

Augusto da Silva.

Abaixo publicámos o parecer da respectiva comissão, ácerca dos ultimos tumultos que tiveram lugar em Lisboa, que foi appresentado na camara dos srs. deputados:

Senhores.—A comissão especial encarregada de apreciar a questão que se suscitou na camara com relação aos deploraveis acontecimentos que occorreram na capital nos dias 25 e 26 de dezembro último, vem hoje apresentar-vos o seu parecer.

A comissão examinou o relatório enviado á camara pelo sr. ministro do reino, assim como os relatórios especiaes dos administradores dos diversos bairros, e obteve do govêrno todos os esclarecimentos e explicações concernentes a este assumpto, a fim de formular sóbre elle o seu juizo.

A comissão julga desnecessario narrar aqui essas condemnaveis occorrencias, assim como a serie de medidas que o govêrno tomou para restabelecer e assegurar a ordem pública, pois essa triste historia é hoje geralmente conhecida em todo o paiz; basta-lhe só rememorar que a immensa maioria da população da capital foi completamente estranha ao desvairamento de alguns homens illudidos ou insensatos, e que o govêrno conseguiu fazer respeitar as leis e manter a segurança dos cidadãos sem empregar excessos de violencia.

A dor profunda que affligia o povo pelas funestas e repetidas perdas que enluctaram o paiz, podia explicar até certo ponto algumas apprehensões infundadas, algumas ideias erroneas que circulavam em uma parte da população, e mesmo uma manifestação pública de sollicitude pela vida do novo chefe do estado; mas atacar a propriedade e a vida dos cidadãos, especular com um sentimento nobre para postergar as leis e pretender decidir nas praças amotinadas a queda ou a elevação dos ministerios, são factos altamente criminosos, que não só devem ser punidos pelas auctoridades, mas solemnemente estigmatizados pelos representantes do paiz.

A comissão, para emittir o seu juizo sóbre

este objecto, não julga necessario entrar em particularidades que o debate poderá esclarecer, por isso conclue que, em presença das explicações do govêrno, do conhecimento que todos temos dos factos e das circumstancias em que elles occorreram, a comissão julga que o govêrno, reprimindo os tumultos sediciosos, e assegurando a ordem pública, cumpriu com o seu dever e não desmereceu a confiança da camara.

Sala da comissão, 18 de janeiro de 1862.
— José Bernardo Braamcamp—José da Silva Mendes Leal Junior—Vicente Ferrer Netto Paiva—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Mártens (com declarações e vencido em parte)—Joaquim Thomaz Lobo d'Avila, relator—Antonio Ayres de Gouveia, secretario.

VARIEDADES

Um prégador, como ha muitos

No tempo de el-rei D. João IV, assistindo el-rei a um sermão na capella real, notou que o prégador em lugar de se occupar de materias proprias da sua profissão, esquecendo o lugar e a occasião, só tractou de politica, e dos negocios do Estado: el-rei ouviu-o com toda a paciencia e prudencia, porém findo que foi o sermão, mandou chamar o prégador, e teve com elle a seguinte conversação:—Meu padre, tive hoje occasião de avaliar o vosso saber, em relação aos negocios publicos, dizei-me meu padre: quantos cargos tendes occupado na vossa religião? Nenhum, senhor. Respondeu o prégador; então el-rei aproveitando a resposta, continuou. Pois: se até agora na vossa religião vos não achavam capaz de governardes uma comunidade, como vos achaes vós com talento e merecimento para querer governar o meu reino? O pobre prégador ficou tão confuso com este simples galanteio, e tão castigada a sua ignorancia com a gravidade de el-rei, que nada poudo responder, mas el-rei, condoendo-se do estado d'elle, disse-lhe com a maior affabilidade—ide meu padre, ide estudar novamente o sermão, e quando o souberdes, voltae ao pulpito da minha capella, que eu terci muito gosto em vos ouvir, mas deixae-me governar o meu reino, como eu melhor o entender.

D. Brites de Vilhena

D. Brites de Vilhena, viuva de Manuel Telles, foi uma das heroínas portuguezas de ânimo mui varonil e constante, e era camareira mór da rainha D. Izabel, mulher d'el-rei D. Affonso V, genro do infante D. Pedro.

Na batalha em que ficou morto o infante, ficou bem assim Manuel Telles, e um dos dois filhos que o acompanhavam; fugindo porém o outro para Hespanha, foram-lhe confiscados os bens e incorporados nos da coroa; outra qualquer, que não fôra a heroína portugueza, succumbiria a tantas desgraças, porém não aconteceu assim, portou-se D. Brites de modo tal, que não só ninguém lhe viu verter uma lagrima, mas ainda aconselhou a rainha que mandasse fazer uma procissão de graças, pela mercê que Deus fizera a el-rei com o vencimento d'aquella batalha.

Teve lugar a solemnidade aconselhada por D. Brites de Vilhena, e quando a rainha entrou no palacio, voltando da procissão, logo se lhe apresentou a camareira toda vestida de gala a beijar-lhe a mão, e assim andou durante todo o tempo que viveu no Paço: el-rei conheceu tanto o seu merecimento e fidelidade que d'ahi em diante nunca deixou de se aconselhar com ella, e de governar segundo os conselhos que ella lhe dava, e passados alguns

annos, persuadido o rei de que obsequiava D. Brites, perdoando a seu filho que tinha fugido para Castella, sem consultar a mãe perdoou ao traidor, e mandou lhe fôsem restituídos todos os bens confiscados; porém D. Brites, que antes de ser mãe era portugueza, no dia em que lhe deram parte da graça que o rei fizera a seu filho, dirigindo-se ao rei e beijando-lhe a mão, lhe disse:— Senhor, é tempo de chorar a morte de meu marido, e de meu filho: dê-me vossa alteza licença para ir para minha casa; o rei ficou espantado de tanta fidelidade e coragem, e por mais diligências que empregou não pôde conseguir que D. Brites de Vilhena continuasse a ser camareira mór, e a residir no Paço.

L. P. B.

PASMATORIO

— Visto que já demos principio á publicação dos nomes dos srs. assignantes que se têm dignado satisfazer a importancia do primeiro trimestre do nosso jornal, tambem havemos de começar no n.º 20, a estampar os nomes de aquelles que até então não fazem a honra de satisfazer o que debitam, tanto do 1.º, como do 2.º trimestre. Pedimos desculpa, mas não podemos deixar de dar semelhante passo. Pois o que custa ir, á repartição do correio da localidade, mandar passar um vale e remetter-nol-o, ou entregar a quantia ao sr. director? Temos despesas obrigatorias, e por isso cumpre-nos satisfazer-as. Esperámos, pois, obter a attenção que nos é devida.

— Dizem por ahí que temos brevemente nova eleição de camara; a ser verdade, nós recomendamos aos dignos concidadãos que se não esqueçam do programma que, no *Commercio de Coimbra*, publicou o sr. Olympio Nicolau Ruy Fernandes, quando foi eleito para camara; entendemos pois que s. s.ª deve ser re-eleito, porque é um cavalheiro digno da maior confiança, e que ha de pugnar pelos interesses e bem-estar dos povos d'este municipio.

— No sabado 18 do corrente houve uma récita no theatro Academico, subindo á scena — *O homem d'ouro*, drama em tres actos, do sr. Mendes Leal, Junior; e — *Eu sou meu filho*, comedia em um acto. O desempenho foi regular; os actores que mais se distinguiram e que mais applausos receberam, foram os srs. Parente, Callado e Castro (dama). A concurrencia foi grande. Cumpre-nos aqui lembrar ao illustre *Conselho Dramatico*, que muito bem andaria se se dignasse remetter um bilhete de plateia a cada redacção dos jornaes de Coimbra, ou aquellas que julgasse mais dignas de semelhante honra. Em Lisboa e no Porto usa-se assim; mas em Coimbra (exceptuando o theatro de D. Luiz 1), não se faz o que se deve fazer.

— Em Braga começou a publicar-se um novo jornal, intitulado — *Commercio de Braga*.

— Eguamente saiu á luz, no Porto, o n.º 1 do *Seculo*, jornal que se publica aos sabados.

— Não queremos discussão. Mas parece-nos que o *chronista do Tira Teimas*, embirra solemnemente com a primeira dama do theatro de D. Luiz 1. Ora o collega não seja tão mau; falle desapaixonadamente, e dir-nos-ha depois, se ella é tão *ridicula*, como a pretende fazer aos olhos do publico. A primeira dama tem apenas a voz fraca, e nada mais. E que mais querem d'uma senhora que ha seis annos não trilha o palco? Bem sabemos, que ella não é uma Emilia das Neves, nem uma Ristori, mas é de grande merecimento. O futuro virá em abôno do que avançamos, e o sr. *chroniqueiro* saberá então avaliar o merito artistico da insigne actriz.

— Ainda não chegou a Lisboa o sr. Barão de Moreira, consul portuguez no Brazil. Custa-lhe bem a deixar aquelle imperio. «Elle que tem tanto apêgo ao logar, é porque allí ha grande borbulha.» É um rifão mui antigo e bem certo. O governo deve demittil-o sem perda de tempo; toda a nação o reclama.

— Dissemos no nosso numero passado, que nos constava que o nosso presado thio e amigo não havia acceitado a sua transferencia para juiz de direito da Louzan; mas hoje melhor informados, declarámos que se dignou acceitar, e que não tardará em ir tomar posse. Os louzanenses estão anciosos pela chegada de seu novo juiz.

— Não podemos deixar de pedir e instar com a illustrissima camara municipal que faça prohibir expressa e terminantemente que nas ruas da cidade e em plena hora do dia se matem porcos e se parta lenha na calçada. Confessemos que isto além de ser escandaloso, pôde trazer graves consequencias, que se devem evitar. Esperámos não ter de voltar ao assumpto, aliás seremos um pouco aspero na accusação que houvermos de fazer. Como por ahí se diz que a camara não tem força para fazer cumprir as suas determinações, não queiram fazer do dito verdadeiro, consentindo abusos taes como os que acabámos de censurar.

— Consta-nos que um 2.º sargento do 14, aqui estacionado, practicára alguns actos menos dignos na occasião em que commandava uma guarda. A ser verdade o que nos dizem, pedimos ao sr. capitão Libanio Evangelista dos Sanctos, se digne providenciar energicamente para que nos não vejamos na necessidade de voltar ao assumpto.

— Os srs. assignantes que começaram a sê-lo no 2.º trimestre, se desejarem possuir a collecção do 1.º, podem participal-o a esta redacção, enviando a quantia de 460 réis.

— Os srs. assignantes que não tenham recebido alguns dos numeros, avisem esta redacção a fim de se providenciar.

— Consta que sua sanctidade expediu uma circular a todos os bispos do orbe catholico, convidando-os a assistir a um concilio geral que deve ter logar em Roma, no proximo futuro mez d'abril.

— O periodico que se publicava no Porto, intitulado o *Luso*, mudou para — *Clamor Militar*.

— A *Independencia*, semanario do Porto, vae suspender a sua publicação em quanto não arranjar os precisos para que esta folha seja diaria; mas vae reaparecer breve.

— De todos os angulos do paiz estão sendo dirigidas ao governo, representações, pedindo a demissão do Barão de Moreira de consul geral no Brazil. E ainda esse homem será conservado por mais tempo em semelhante posição? Cremos que o governo ha de attender.

— O jornal que sahia em Leiria, com o titulo de *Districto de Leiria*, tornou de novo a publicar-se. Desejámos que a vida do collega seja prolongada.

— Em Wolnerhampton está-se fabricando uma fechadura sem chave que tem 244.140:625 combinações. Compõe-se de cinco cylindros, cada um dos quaes contém as vinte e cinco letras do alphabeto. Se não se descobre a palavra com que se fechou, é preciso tentar todas as combinações, o que exigiria um trabalho de annos. Na grande exposição de Londres apresentar-se-ha uma d'estas fechaduras em uma caixa de ferro, que conterà quinhentas libras esterlinas, as quaes poderá levar-as o afortunado mortal, que atine com a combinação com que foi fechada.

— Da *Opinião*: São interessantes os apontamentos que colligimos sobre as viagens que fez sua magestade el-rei D. Luiz 1, quando in-

fante, e das cartas régias, pelas quaes obteve as nomeações para os cargos que exerceu como official de marinha.

Foi nomeado:

Guarda marinha em 9 de outubro de 1846.

Segundo tenente em 19 de maio de 1851.

Capitão tenente em 29 de outubro de 1854.

Capitão de fragata em 24 de março de 1858.

Capitão de mar e guerra em 9 de março de 1858.

Nomeado commandante do brigue *Pedro Nunes*, em 12 de setembro de 1857.

Como commandante d'este navio fez as seguintes viagens.

Em 18 de janeiro de 1858 saiu a barra de Lisboa, para cruzar na costa, e entrou neste porto em 21 do mesmo mez.

Em 19 de março de 1858, para cruzar na costa de Gibraltar, e entrou em 16 de abril, do mesmo anno.

Foi nomeado commandante da corveta a vapor *Bartholomeu Dias*, em 12 de Junho de 1858, e como commandante d'este navio, fez as seguintes viagens:

Em 5 de outubro de 1858 á Madeira e Açores, e recolheu em 17 de novembro.

Em 10 de abril de 1859 á Inglaterra, e recolheu a 7 de maio.

Em 14 de maio de 1859 á Inglaterra, conduzindo a bôrdo do navio do seu commando sua alteza a senhora infanta D. Maria Anna, e recolheu a 14 de julho.

Em 14 de setembro de 1859 a Marrocos, d'onde recolheu a 21 do mesmo mez.

Em 1 de agosto de 1860 a Angola, recolhendo a 15 de outubro.

Em 15 de abril de 1861 á Madeira e Gibraltar, e recolheu em 13 de maio.

Em 3 de agosto de 1861 a Southampton, onde foi para acompanhar a esta cidade sua alteza o principe Leopoldo, e recolheu a este porto de Lisboa a 26 do mesmo mez.

Em 4 de setembro de 1861 á barra do Porto, esperar sua magestade el-rei o senhor D. Pedro v, e entrou de volta a este porto, em 5 do mesmo mez.

E, finalmente, em 18 de setembro de 1861 a Antuerpia, acompanhando a sua alteza a senhora Infanta D. Antonia, e seu augusto espôso, e regressando a Lisboa no dia 15 de novembro, a tomar posse do governo d'estes reinos como herdeiro do fallecido monarcha e seu augusto irmão o muito amado D. Pedro v.

— Perguntámos ao sr. delegado da sub-inspecção geral dos theatros no districto de Coimbra, se o theatro academico é ou não considerado publico, e se n'elle se pôde representar sem a licença que a lei manda?

— Ao illustre folhetinista do *Braz-Tizana*, muito agradecemos as maviosas expressões que nos dirigiu, e rogámos-lhe o favor de continuar a adornar as columnas do nosso jornal com os seus valiosos escriptos, que tão apreciaveis se tornam.

— Consta-nos que o sr. José Christina, da Pampilhosa, foi provido interinamente no lugar de amanuense da secretaria das obras do Mondego. Sentimos que um dos concurrentes ao mesmo lugar, que se achava mais habilitado, não fosse o escolhido.

— Falleceu o sr. Manuel da Silva Passos.

— Na segunda feira d'esta semana, na occasião em que se estava para dar principio á festividade de S. Sebastião, em Almelaguez, houveram alguns dictos entre o parcho da freguezia e um dos festeiros por causa do orador, dizem, de que resultou não ter logar a cerimonia religiosa. Pedimos, pois, a attenção do sr. governador do bispado.

— No hospital de Sanct'Iago, de Coruña (Hespanha) foi operada uma mulber, que em seguida deu á luz 17 creanças mortas!

— De hoje em diante começaremos a publicar o nosso jornal ás sextas feiras.

— Tem a provincia de Angola muitos productos com que os indigenas curam molestias, para que a medicina ainda não descobriu remedio.

São ellas, entre outras, a asma, a morfêa e a gotta-coral. Para a primeira temos nós visto applicar, com bom resultado, a pelle do jacaré torrada e reduzida a pó, tomando uma colher das de chá do dicto pó numa chavena de café todos os dias pela manhan em quanto dura o ataque.

— Tinha o padre J., cura d'uma das principaes freguezias de Italia, e fallecido ha pouco, uma bella matilha de cães, em que se distinguia um magnifico perdigueiro, que elle muito prezava: morto este, foi, por ordem de J., enterrado no cemiterio, apesar da grande opposição do povo. Sabedor do facto o abbade... manda chamar J., que se lhe apresentou depois de reforçada a bolça com cincoenta ducados.

— Fostes vós, indigno servo de Christo, que enterrastes em terreno sagrado o cadaver de um cão, lhe diz irritadissimo o abbade.

— Sim, sr. abbade, redargue J., mas se o houvesseis conhecido melhor, desculpar-me-heis... era tal a amizade que vos tributava que vos legou cincoenta ducados!

— Cumpri o testamento, e ide-vos em paz, redargue o abbade, risonho e abraçando o cura.

— Os jornaes de Lisboa noticiam o casamento da ex.^{ma} sr.^a D. Maria da Piedade Lencastre com o ex.^{mo} sr. José Maria Camara Mello. A noiva é filha do ex.^{mo} sr. D. Diogo Maria de Almeida Pereira Forjaz; e dizem aquelles jornaes que foram umas nupcias estrondosas, que tiveram logar no dia 19 de dezembro proximo passado, na igreja de S. Julião.

PUBLICAÇÕES LITERARIAS

ARCHIVO JURIDICO

Principiou a distribuição dos n.^{os} 4 e 5 da 2.^a serie d'este jornal de legislação. O n.^o 4 contém a — Lei do Registro. O 5.^o — Regulamento e tabellas da Lei do Sello. Os n.^{os} transactos contém o 1.^o a — Lei da Desamortisação. O 2.^o a — Lei do Sello. E o 3.^o a — Lei de Transmissão.

Aviso aos srs. Assignantes das Provincias

Com o n.^o 5 d'esta serie ficam concluidas as assignaturas dos srs. Assignantes que tinham pago até ao n.^o 6 da 1.^a serie. O indice dos n.^{os} 4 e 5 da 1.^a, ser-lhe-ha remettido logo que se publique o n.^o 6 da 2.^a; sendo-lhe este enviado, com o indice, se suas s.^{as} mandarem reformar as suas assignaturas; que para as provincias continuam a receber-se com as condições da 1.^a serie; porém segundo a nova ordem d'esta publicação — resolvemos receber assignaturas, por series, ou 12 n.^{os} — custando cada serie 1\$440 réis, sendo o *Archivo* enviado franco de porte aos srs. Assignantes.

Não se tomam assignaturas para as provincias, sem previo pagamento, que póde ser em dinheiro, valles do correio ou em estampilhas.

Aos srs. Assignantes que não reformarem a sua assignatura, será enviado o indice — que lhes falta dos n.^{os} 4 e 5 da 1.^a serie, e quando se publicar o da 2.^a também lh'o remetteremos, franco de porte, ainda mesmo que não reformem.

A empresa do *Archivo Juridico* agradece a todos os srs. juriconsultos, empregados da justiça, do fóro e outras pessoas a coadjuvação que têm prestado a esta publicação, e com especialidade aos seus collegas da imprensa periodica; não só pela publicação dos annuncios, mas também pela generosidade e delicadeza de a obsequiarem com as suas folhas que têm recebido com a maior regularidade possivel.

O n.^o 6 do ARCHIVO JURIDICO que fica no prelo conterà a: *Legislação e Regulamento da Contribuição Pessoal*.

Deve ser publicada na 1.^a ou 2.^a semana de fevereiro.

O ARCHIVO JURIDICO publica todos os mezes um ou dois numeros da legislação, de mais interesse público — o seu preço é modico, por isso ao alcance não só de todos os empregados, que precisam estar ao facto da legislação, como também das classes particulares, negociantes, advogados, sollicitadores e outras pessoas empregadas no foro tanto civil como commercial ou criminal.

Assigna-se no Porto, rua do Bomjardim á esquina, ou defronte da *Viella da Neta*, e vende-se em Lisboa, na loja do sr. Lavado; Vianna, na do sr. André Joaquim Pereira, em Coimbra, na do sr. José de Mesquita; e em Braga, na do sr. Germano Joaquim Barreto, rua do Souto n.^o 21.

Na redacção d'este jornal também se recebem as assignaturas.

NOVA TABUADA

EXACTA E CURIOSA

COM O NOVO

SYSTEMA METRICO-DECIMAL

DE PESOS E MEDIDAS

TABELLAS DE REDUCÇÃO

E

EXERCICIOS E PROBLEMAS PARA INTELLIGENCIA DO MESMO SYSTEMA

POR

J. S. Bandeira

Approvada pelo Conselho Geral de Instrucção Pública.

3.^a EDIÇÃO

CORRECTA E REFORMADA

Vende-se na loja de livros da Imprensa da Universidade. Preço 50 réis.

O DIA 1.^o DE DEZEMBRO DE 1640

OU

Memoria historica dos successos de Portugal, desde a morte de El-Rei D. Sebastião, até á feliz aclamação de D. João IV

POR

ANTONIO FRANCISCO MOREIRA DE SA.

Vende-se em Coimbra, na Imprensa da Universidade, e em Lisboa, Porto e nas mais terras do costume.

Preço 100 réis.

ANNOS EM COIMBRA

POR

A. A. F. de Albuquerque

Este interessante livro destina-se a narrar uma parte da historia das antiguidades e monumentos de Coimbra; descrever os typos das diversas classes coimbricenses, entre as quaes avulta o lente, o estudante, o artista, o commerciante, a dama, a tricana, o aldeão, etc.; apontar as bellezas de Coimbra, com a maior e mais precisa exactidão.

ANNUNCIOS

ATTENÇÃO

1 A fábrica de fundição do Bicalho na cidade do Porto, continúa a encarregar-se de toda e qualquer encomenda para as obras do seu fabrico, em que cada vez mais disputa a perfeição e commodidade de preços.

O extraordinario consummo de todas as qualidades de noras de ferro, denominadas *estanca-rios*, das bombas de ferro para poços de qualquer altura, e dos fogões de fogo circular para cosinha são a prova mais importante de que os seus productos satisfazem á maior utilidade para os consumidores.

Fabrica obras de metal e cobre de qualquer feitio e sinos por afinacão, e como a sua fundição é diaria, póde satisfazer qualquer encomenda com muita brevidade, o seu gerente se encarrega de mandar conduzir as obras para onde sejam destinadas.

Porto, 26 de dezembro de 1861. — Luiz Ferreira de Sousa Cruz.

ESPECTACULOS

THEATRO DE D. LUIZ I

3.^a RÉCITA ORDINARIA

Sabbado, 25 de Janeiro de 1862

O SEGREDO D'UMA FAMILIA

Comedia-drama em tres actos, do sr. J. C. dos Sanctos.

DISTRACÇÕES D'UM MATHEMATICO

Comedia em um acto.

PREÇOS

Camarotes	1. ^a e 2. ^a ordem	2\$500
	3. ^a dicta	2\$000
	4. ^a dicta	1\$500
Plateia	500	Galeria 240

Entrada ás 7 horas e meia.

Os bilhetes acham-se á venda no theatro no dia da récita — do meio dia ás 5 horas.

O Secretario da Direcção

José Maria Galvão.

Á ultima hora

São doze horas da manhan. Ainda não chegaram a esta cidade os correios do Porto, Vizeu, Figueira e Ceia. A enchente do Mondego innunda o bairro baixo. As obras do caminho de ferro estão-se tornando em ruinas.

IMPRESA DA UNIVERSIDADE

PORTUGAL INDEPENDENTE

JORNAL ANTI-IBERICO, LITTERARIO E NOTICIOSO
DEDICADO À MEMORIA DE EL-REI O SENHOR D. PEDRO V
PELOS ARTISTAS DE COIMBRA

REDACTOR — Augusto José Gonsalves Fino

PUBLICA-SE ÀS SEXTAS FEIRAS

Assigna-se e paga-se este jornal: em Coimbra, na Imprensa da Universidade; nas Províncias, em casa dos Srs. Directores de Correios; no Brazil, em casa do Sr. José Julio Lopes Gonsalves, Rio de Ostras. Preços por trimestre, ou 12 números: em Coimbra 400 réis; nas Províncias 460 réis; no Brazil (moeda forte) 700 réis; — número avulso 400 réis. — Toda a correspondencia, franca de porte, será dirigida ao Redactor do *Portugal Independente*, Coimbra. — Escriptos não publicados, não serão restituídos.

Hontem o Senhor D. PEDRO V abraçava os Estudantes de Coimbra!

Hoje os mesmos Estudantes, não podendo rociar de lagrimas o Augusto Cadaver, curvam a cabeça diante d'um catafalco, soluçando a prece christan!

A divida sagrada vae ser paga. Os Estudantes não olvidam os seus deveres!

A Comissão das Exequias offerece um programma aos Academicos, e a todas as Pessoas, que se dignarem assistir aos Officios funebres, que têm de ser celebrados por Alma do Primeiro Cidadão do Paiz!

A ordem, que sempre deve reinar em occasiões tão solennes, como sanctas, é o fim d'este

PROGRAMMA

Celebrar-se-hão na Sé Cathedral por alma do Senhor D. Pedro V os Actos Religiosos em 29 e 30 do corrente.

No dia 29, á hora de Vesperas, nas torres da Universidade, Cathedral, Sancta Cruz e demais Egrejas os sinos dobrarão a finados.

As 4 horas da tarde começarão os Officios funebres de Vesperas e Matinas.

No dia 30 a voz dos sinos anunciará que mais um dia de tristeza e dó vae principiar para nós.

São convidados a reunirem-se ás 9 horas da manhan na Universidade todos os Estudantes, para ahi receberem os Ex.^{mos} Conselheiros Reitor e Vice-Reitor e respectivos Corpos Docentes.

D'alli dirigir-se-hão em alas pela rua Larga, Loios, e Feira á Sé Cathedral para assistirem á celebração das Exequias.

Chegados que forem á Sé Cathedral, os Estudantes darão passagem pelo centro das alas aos Ex.^{mos} Reitor, Vice-Reitor e Corpos Docentes.

Occuparão os seus logares segundo as pragmaticas e precedencias do estylo os Ex.^{mos} Conselheiros Reitor e Vice-Reitor, Corpos Docentes, Auctoridades Ecclesiasticas, Administrativas, Judiciaes e Militares, Ill.^{mas} Camara Municipal, Direcções dos differentes Estabelecimentos, Associações Pias, Scientificas, Commerciaes e Artisticas, Irmandades e Confrarias, todas as Redacções, e mais convidados.

Os Estudantes têm logar designado, que occuparão com a regularidade precisa e ordem rigorosa, que elles sabem observar.

A Guarda de honra do catafalco será feita por Militares Academicos.

As 11 horas principiarão os Actos Religiosos, em que officiará o Ill.^{mo} e Rev.^{mo} Sr. Deão da Sé Cathedral: assistirão como Ministros e Acolytos Ecclesiasticos Academicos.

Recitará a Oração funebre o Ill.^{mo} Sr. Dr. Francisco dos Sanctos Donato.

Seguir-se-hão as absolvições do estylo, rezando a última o Ex.^{mo} e Rev.^{mo} Sr. Arcebispo de Góa, Primaz do Oriente.

Terminados os Officios Religiosos, dar-se-hão as descargas do costume.

Coimbra, 25 de Janeiro de 1862.

Manuel Emygdio Garcia.

João Manuel Cardoso de Napoles.

José Antonio de Sanct'Anna Correia.

Manuel Paulino d'Oliveira.

José Augusto da Silva Mattos.

Antonio d'Ascensão.

Jeronymo Rodrigues Ramos.

Julio Cesar d'Almeida Rainha.

Antonio Bernardino Cerqueira Lobo.

José Correia de Loureiro.

A camara municipal

Por accordão do conselho d'este districto, em sessão de 27 do corrente mez, foi annullada a eleição da camara municipal d'esta cidade, a que se tinha procedido em 24 de novembro do anno passado; mas ainda ignoramos os verdadeiros motivos em que esse accordão se funda.

Foram necessarios tres mezes e tres dias para aquelle tribunal decidir um negocio, que desde ha muito devêra ter sido concluido; e certamente o teria, se não foram as tricas empregadas por alguns dos conselheiros, que aproveitaram uma tal occasião para fazerem politica, em proveito d'alguns dos cavalheiros eleitos, e opposição á auctoridade superior do districto e ao governo, no que, crêmos, andaram menos avisadamente.

Ainda que a escolha dos membros de uma municipalidade não seja inteiramente indifferente aos negocios politicos do districto e mesmo aos geraes do Estado, em consequencia d'algumas das attribuições que as leis lhes conferem, entendemos que tudo isso é menos do que a importancia que tal corpo tem, em relação aos negocios e interesses especiaes do municipio que representam; e era para esses interesses importantes, que nós queriamos que o tribunal do conselho de districto tivesse voltado toda a sua attenção, pondo de parte e até despresando mesquinhas considerações, regulando seu procedimento sómente em presenca da lei que regula tal eleição.

Tambem não ignoramos que a nossa legislação é deficiente, e muito, em providencias que regulem todos os casos e incidentes que possam dar-se por occasião de uma semelhante eleição, com tudo crêmos que, sem offensa da lei, a eleição da camara municipal de Coimbra, podia julgar-se valida, senão em quanto a todos os cavalheiros que obtiveram maior número de votos, ao menos em quanto á maior parte d'elles, chamando os immediatos em votos, para completar o número que a lei designa, por isso que para ser eleito para os cargos municipaes, diz o código, é necessario que se pague o censo de 45000 réis; e a Portaria de 23 de agosto de 1853, em opposição ao código, determina que são dispensados d'aquelle censo os bachareis formados, bastando esta circumstancia para os tornar elegiveis.

Admittimos esta doutrina para a eleição de deputados, porque esses só têm a responsabilidade moral, mas rejeitamos-a para o cargo de vereador, porque o censo litterario não dá ao eleito meios para responder pela fazenda do municipio, cuja responsabilidade a lei lhe impõe, e uma Portaria lhe não pôde tirar.

Consta-nos que o conselho de districto tomára como um dos fundamentos para a annullação da eleição, uma falta de formalidade no recenseamento geral; mas se esta existe,

culpa teve a respectiva commissão, que não soube cumprir o seu dever; e culpa teve a auctoridade competente, que não fiscalisou ou não fez fiscalisar os serviços d'essa commissão; occasionando assim todos os transtornos que se têm dado e não de necessariamente seguir-se ainda na administração do municipio, que tão fatal tem sido até hoje e que ainda continúa a sentir seus efeitos, e continuará a soffrel-os, se uma providencia prompta não vier obstar a todas as consequencias que podem resultar da deliberação tomada pelo conselho de districto, parte do qual, desde principio, andou neste negocio de má fé, podendo illudir assim a franqueza com que d'elle tractou o seu presidente, segundo nos consta.

Respeitamos essa deliberação, porque é caso julgado, mas primeiro que tudo, queriamos a fiel observancia da lei, como indispensavel ao bem-estar dos povos e á regularidade dos negocios publicos; mas se essa deliberação é fundada só na falta de simples formalidades, que nada influissem para a verdadeira legalidade da eleição, sentimos que assim se escarneça da vontade do municipio, inutilizando seus votos, e deixando de aproveitar-se os serviços d'alguns dos cidadãos eleitos, de quem muito havia a esperar, em proveito d'este concelho, que até hoje pouco de proveitoso tem conseguido das pessoas a quem tem sido confiada a administração de seus abundantes rendimentos, que só temos visto empregar quasi exclusivamente em proveito da cidade, com escandaloso esquecimento das mais urgentes necessidades das freguezias ruraes, que têm direito a exigir que com ellas se repartam proporcionalmente esses rendimentos.

Para se conseguir o cumprimento sagrado, d'esse dever, não julgamos tambem necessaria, como alguém diz, a eleição de cavalheiros de fóra da cidade, que por esse facto se obrigam a graves sacrificios, com prejuizo de seus mais caros interesses, elegendo-os para a vreação; o que entendemos indispensavel é que na escolha dos camaristas, quando haja de proceder-se a nova eleição, se tenha em vista o cavalheirismo e boa fé dos individuos a eleger, procurar que tenham as qualidades que deve possuir um bom administrador — que sejam pessoas activas e zelosas, e que sendo capazes de conhecer e avaliar a grande importancia das funcções que lhes são confiadas, saibam cabalmente desempenhar os seus deveres. Para se obter este bom resultado, convém que a auctoridade pública intervenha com energia em tal negocio, mas sómente tanto quanto a lei lhe permittir, para assim se evitar que algum corrilho, abusando da credulidade dos povos, faça eleger pessoas que, esquecidas dos deveres que são chamados a desempenhar, só satisfaçam a interesses e paixões mesquinhas, a que só homens de inteira probidade, saberão ser superiores. R.

Bibliotheca pública em Coimbra

Quando em 1860 publicámos o *Cysne do Mondego*, fallámos acerca da grande conveniencia e interesse de que em Coimbra se estabelecesse uma bibliotheca popular, onde, com especialidade os artistas, fóssem ler as obras que melhor lhes conviessem para o seu aperfeiçoamento intellectual, que infelizmente tão necessario lhes é, para que na sociedade não só se dê a esta classe a importancia que lhe é devida, mas tambem para que os membros d'ella conheçam quaes os seus deveres, e a consideração a que têm direito.

Nossos esforços d'então foram baldados, apesar de sermos geralmente bem acolhidos; e

por isso de novo voltámos hoje ao mesmo assumpto, que na realidade é do maior interesse, e para o que chamamos a attenção de quem compete prover os indispensaveis recursos para a illustração da classe operária.

Uma bibliotheca popular em Coimbra não é cousa que custa a montar; em os nossos governos tendo desejos n'isso, é-lhes facil a sua organização.

Tracta-se primeiro de obter casa com as commodidades precisas; e depois obriguem-se todos os auctores a remetter um exemplar de suas obras á bibliotheca pública de Coimbra; e além d'isto, os governos incluam no orçamento do estado uma verba sufficiente para pagamento aos empregados, que podem ser poucos; por exemplo:

Um director com o ordenado annual de.....	300\$000
A dois empregados.....	400\$000
A um continuo.....	100\$000
Despesas extraordinarias.....	200\$000
	<hr/>
	1:000\$000

Eis a despesa annual que se póde fazer com a bibliotheca pública.

Se por ventura os dois empregados não forem sufficientes para a regularidade do serviço, a camara municipal deveria pagar a um terceiro, ou mandar ajudar a fazer o serviço por um dos empregados da sua secretaria.

Em aluguer de casa não era mister dispendir verba alguma, a não ser em reparos, porque nesta cidade ha tantas pertencentes ao Estado, que sem difficuldades podia dispor de uma d'ellas.

Em quanto ao Regulamento, isso ficaria a cargo d'uma commissão provisoria, nomeada pelo governo, ou pela camara municipal.

Dir-nos-hão: para que se ha de montar uma bibliotheca, se nesta cidade existe a da universidade? Responderemos então, que na da universidade não é permittida a entrada a pessoas de baixa esphera, e além d'isso, os artistas não podem de dia frequental-a, e a da universidade apenas está aberta algumas horas de manhan e de tarde.

A bibliotheca popular devia conservar-se franca até certa hora da noite; aqui é que está a sua conveniencia e utilidade.

Temos demonstrado, e continuaremos ainda a fazel-o em outros numeros, a necessidade que ha de ser montada a bibliotheca em questão; e os artistas, como os primeiros a lucrar com isso, devem reunir-se e requerer ás côrtes, porque estamos certos de que não de ser attendidos.

Dado este passo, a classe operária continuará a trilhar o verdadeiro caminho da civilização, e saberá depois quaes os resultados brilhantes que tira d'essas poucas horas em que se entregue ao estudo dos bons livros de que d'outra fôrma nunca teria conhecimento.

Avante, pois, artistas.

Um pedido justo

Existe na camara electiva um requerimento dos bedeis de Theologia, Direito, Mathematica e Philosophia, para lhes ser o ordenado equiparado ao do bedel de Medicina. Achamos de toda a justiça a allegação dos requerentes; e parece-nos que não haverá camara que lhes negue deferimento.

O bedel de Medicina tem menos estudantes do que qualquer outro dos seus collegas; não tem aulas de tarde, que lhe tirem mais tempo; e recebe propinas dos exames de Pharmacia, por exemplo, que lhe augmentam ainda os

proventos do logar. Não ha pois motivo algum, para lhe conservar uma superioridade de vencimento, que nenhuma razão póde justificar. Se os ordenados dos bedeis devessem, que não devem, ser deseguaes, então a preferencia pertencia ao bedel de Direito, pelo enorme trabalho, a que está sujeito com os cursos relativamente muito numerosos d'esta faculdade.

Esperamos que estas razões, que são obvias, levem a commissão de instrucção pública da camara electiva a deferir ao requerimento dos bedeis da universidade, como é de evidente justiça.

Eis como o *Jornal do Commercio* de 19 do corrente, descreve as eminentes qualidades do honrado e liberal estadista, Manuel da Silva Passos.

Morreu hoje, ás 9 horas da manhan, na sua casa em Santarem, o sr. Manuel da Silva Passos.

Portugal deplora a perda de um dos seus filhos mais illustres. Manuel da Silva Passos, deixa um nome glorioso na historia d'este paiz. Soldado da liberdade, pelejou no campo, no gabinete, e na tribuna, por essa causa, á qual não houve outro mais dedicado.

Era um grande e nobre talento. Na voz, na physionomia, no gesto, revelava a grandeza do seu espirito, a elevação do seu pensamento, a generosidade da sua alma.

Uma só vez foi ministro, e entre todos os ministros desde 1834, nenhum tem havido mais patriota, mais illustrado, e a quem o paiz mais deva.

Ahi estão as suas obras para o exaltarem. Manuel da Silva Passos é o unico ministro da era liberal, cuja memoria fica perpetuada em honrados monumentos.

O orador vehemente e liberal das côrtes de 1834; o patriota, sentinella vigilante da lei e dos interesses publicos, levado ao poder por uma revolução, mostra logo, que o chefe da opposição era digno de ser ministro.

O ministro era sempre o homem do povo, e este queria-lhe e obedecia-lhe como um tribuno sincero, como a um amigo devotado. Á sua voz serenavam-se as procellas populares. Só com uma palavra impunha respeito aos mais desvairados. É que ninguem duvidava do amor de Manuel da Silva Passos ao povo; é que todos tinham fé na sinceridade das suas convicções; é que o povo via no chefe da revolução um caracter puro, um espirito elevado, e um patriota verdadeiro.

Dominando, como dictador, a revolução de setembro de 1836, resumido em si o governo do Estado, largou o poder desornado de titulos e fitas, e tão rico como quando subiu a elle.

Foi Manuel da Silva Passos quem deu um grande impulso á industria, com leis protectoras; á instrucção pública, em todos os seus ramos, fomentando a criação de escholae, fundando a Eschola Polytechnica de Lisboa, e a do Porto; as bellas-artes, estabelecendo as academias de Lisboa e Porto; ás artes e officios, creando os conservatorios; em fim, alentou e reformou muitos ramos da pública administração, e fundou muitos estabelecimentos que ahi estão, como perpetuo padrão da sua gloria.

E tudo fez com o apoio do povo, sem se temer d'elle, e armando-o para a defesa das leis. Se depois muitas das suas instituições foram presadas, se depois, alguém traíu o povo e o levou a abusar das armas que Passos Manuel lhe confiara, não teve elle a culpa d'isso. Pouco tempo esteve no poder (não chegou a um anno), e os que vieram depois d'elle, já não possuíam a sua grande alma, a sua fe-

cunda inspiração, nem a sua admirável actividade, e acrisolado amor-patrio.

Quando o tempo lhe acalmou as exaltações de um espirito naturalmente activo e energico, a sua voz sempre eloquente, só teve palavras generosas para todos.

Manuel Passos, dotado de uma alma sublime, não podia alimentar a inveja, paixão dos espiritos baixos, dos talentos mesquinhos, dos ambiciosos sem nobreza.

Passos Manuel, como ministro, foi um genio superior, como deputado, um eloquentissimo orador, e um advogado de todas as causas nobres; na sua vida particular um homem de bem, e sempre um cidadão prestante e uma gloria da sua patria.

Apagou-se a luz d'aquella brilhantissima intelligencia; nunca mais na sala de S. Bento se ouvirá a voz sympathica do mais elevado orador portuguez.

Com Manuel Passos contou sempre o partido liberal. Nascido entre o povo, elevado pelo povo, jámais o traiu; serviu com immaculada lealdade a causa a que se votára.

Agora que a memoria das tempestades que o cercaram enquanto esteve no poder, já é como uma recordação historica, quem ha ahi, que não reconheça no popular ministro, e no popular orador, um cidadão que foi exemplar, para todos quantos fiamam e sabem servir a sua patria, com extremoso affecto?

Manuel da Silva Passos não tinha inimigos, não deixa um só; porque não é possível olhar um homem tão ilhano, tão franco, tão sincero, como era o illustre patriota.

Descanse em paz aquelle que venerámos como um cidadão que honrou a patria, e seja a sua memoria para todos um incentivo para amarmos esta terra, que por infelicidade, nestes ultimos annos, não tem tido no poder homens como Manuel da Silva Passos.

Com a devida venia transcrevemos do n.º 2492 do *Jornal do Commercio* uma correspondencia dirigida áquelle jornal pelos srs. Jules le Sire e Jules Tieury e uma representação que estes e outros cavalheiros francezes enviaram a Sua Magestade.

O objecto de que se occupam os subditos francezes é importante, e merece toda a attenção do público. Pela nossa parte reservamos para em occasião opportuna fazermos algumas considerações a tal respeito.

« Sr. redactor — Ainda que offendidos pelo sr. ministro de Portugal em Paris, em a nossa dignidade e nossa honra, nem o meu amigo Jules Tieury nem eu tivemos intenção de occupar a imprensa portugueza, para nós tão benevola, ácerca do penoso caso, que até foi levado á tribuna do vosso parlamento.

« O nosso respeito á memoria do finado rei Sua Magestade D. Pedro V, nos impunha por dever devorar em silencio a affronta que o sr. Paiva nos infligiu, em face do feretro do que foi seu monarcha.

« Tão sómente cogitámos de que, deixando fóra das discussões da imprensa este desagradavel assumpto, cumpria ao nosso decoro elevar á presença de Sua Magestade El-Rei D. Luiz I a exposição sincera dos factos, e requerer á régia benignidade a permissão de realizar a nossa intenção piedosa e dedicada.

« O paquete de 4 do corrente foi portador de uma exposição a Sua Magestade El-Rei, encaminhada por via de s. ex.ª o sr. conselheiro Avila, ministro dos negocios estrangeiros, na qual se manifestava o brado da

nossa justa magua e o assombro dos nossos compatriotas.

« Collocámos o nosso decoro á sombra da protecção de Sua Magestade e do seu governo.

« Todavia, a attitudo tão pronunciada da imprensa portugueza nesta circumstancia nos impõe o dever de lhe manifestar o nosso reconhecimento do modo mais efficaz e nos obriga a ministrar-lhe todos os esclarecimentos relativos ao insulto que recebemos de mr. de Paiva em nome do soberano que representa, e quando iam dar testemunho perante Deus da nossa dedicação á memoria do rei D. Pedro V, de tão merecida recordação. Não o poderíamos fazer melhor do que dirigindo-vos a cópia da narração dos factos, que tivemos a honra de submeter á benevola attenção de El-Rei, e rogando-vos que a publikeis. Actualmente, que a imprensa tomou conhecimento d'este penoso successo, é mister que se esclareçam as causas que determinaram o ministro de Portugal a solicitar do em.º cardeal arcebispo de Paris, que obstasse á celebração das exequias.

« Aproveitámos esta occasião para agradecer do íntimo do nosso coração á imprensa portugueza toda a benevolencia para com francezes, que quizeram testemunhar o seu respeito á memoria do finado monarcha D. Pedro, e pêsá-nos não poder enviar a todos os jornaes o communicado que temos a honra de vos dirigir.

« Devemos aos jornaes de Portugal saber que a nação portugueza não tinha parte alguma nem se envolvia na affronta que por mr. de Paiva nos foi feita. É por tanto uma consolação. Esperámos sem receio a resolução do vosso governo.

« Dignae-vos, sr. redactor, aceitar a expressão de estima e gratidão dos vossos collegas, etc. — Jules le Sire — J. Thieury.

A S. M. D. LUIZ I, REI DE PORTUGAL E DOS ALGARVES

« Senhor: — Queira Vossa Magestade dignar-se permittir aos signatarios d'esta protestaçaõ depôr aos pés do throno a sincera confirmação do seu respeito e affecto.

« Lembraram-se de que, dirigindo-se directamente a El-Rei de Portugal nas graves circumstancias que acabam de dar-se, achavam um coração nobre para attendel-os, uma auctoridade assás poderosa para fazer entrar nos seus deveres um ministro que se esqueceu d'elles.

« Eis aqui os factos, Senhor, em sua mais exacta verdade:—Grande número de subditos francezes, tendo á sua frente Jules le Sire e Jules Tieury, recentemente condecorados com a ordem de Christo, tiveram a ideia, movidos por um sentimento de vivo reconhecimento e de profunda admiração, de fazerem celebrar sollemnes officios funebres pelo descanso eterno de Sua Magestade El-Rei D. Pedro V, de gloriosa e saudosa memoria, irmão de Vossa Magestade.

« Pediram a um amigo, mr. l'abde Goumard, vigario em S. Martinho, que se encarregasse da orção funebre do illustre fallecido, e este aceitou com effusão d'alma digna de elogios a incumbencia. O talentoso compositor de musica, mr. Steenmann, amigo de mr. Jules le Sire, promptificou-se a compor

uma missa especial para aquelle acto sollemne.

« Mr. Jules le Sire, em virtude das suas altas relações, encarregou-se de dar todos os passos para a auctorisação necessaria a fim de realizar-se esta manifestação inteiramente christan e de todo o ponto franceza. Dirigiu-se para esse effeito a s. em.ª o cardeal arcebispo de Paris, que o acolheu com benignidade perfeitamente paternal. Mr. Jules le Sire obteve a auctorisação pedida com a condição de que s. ex.ª o ministro de Portugal não oppozesse obstaculo algum a esta solemnidade e em especial a proferir-se a oração funebre.

(Continúa)

Continuação dos nomes dos dignissimos srs. Assignantes d'este jornal, que têm satisfeito a importancia do 1.º trimestre:

Foram os srs. dr. João Salles de Mendonça, Vizeu. Directores do correio das Caldas, Bemposta, Mortagua e Trancoso. Joaquim Rebelo da Costa Arnaut, Alvaros. Dr. Arsenio Moreira da Camara, Caldas. Dr. José Lopes de Moraes, Mortagua. Dr. João Bernardo Frazão, Ferreira do Zezere. José Joaquim dos Sanctos Ferreira, idem. Francisco Adriano de Rezende, idem. Antonio da Motta Cardoso, idem. José Maria da Costa, idem. Gregorio Mendes Godinho, idem. Joaquim José Nunes Ferreira, idem. Joaquim Ignacio Nunes, idem. Padre Aniceto José Nunes Ferreira, idem. Antonio Dias Nestorio, Figueira. Hugo José dos Sanctos, idem. Joaquim Manuel da Costa Pereira, idem. Antonio d'Oliveira e Silva, idem. Dr. Manuel José de Sousa Junior, idem. Dr. João Pedro Fernandes Thomaz Pipa, idem. Francisco de Paula Vieira, idem. (Continúa)

PASMATORIO

—Tem por ahi sido bastante censurado o procedimento d'um ecclesiastico academico, na última reunião que esta nobre e honrosa classe teve para discutir sobre as exequias mandadas celebrar pelo eterno descanso de sua magestade el-rei o Sr. D. Pedro V, de saudosissima memoria.

O orador, segundo consta, disse que o povo da cidade procurava impedir aquella solemnidade religiosa; mas faltou á verdade, e por tanto cumpre-nos protestar energicamente contra as allusões do ecclesiastico, que pela sua elevada intelligencia e saber, duvidariamos que proferisse semelhantes palavras; se até a quasi todos os seus collegas não o tivéssemos ouvido dizer É necessario, pois, que de futuro se pense melhor no que se tem a dizer, para não haver motivo de censura merecida.

—No dia 25 do corrente mez, teve lugar no theatro de D. Luiz I, a 3.ª recita ordinaria. Subiram á scena — *O segredo d'uma familia*, e as *Distracções d'um mathematico*. O espectáculo correu muito bem, sendo os actores em geral phreneticamente applaudidos e repetidas vezes chamados ao proscenio. Oxalá que assim continuem, porque se tornam dignos dos maiores encomios. Houve enchente, ordem e socêgo.

—No dia 26 do corrente teve lugar no mesmo theatro um variado espectáculo, dado pelo sr. Spira. Tocou num instrumento, realmente bem exquisito, que era de pau e palha, e apresentou differentes quadros dissolventes. O sr. Spira foi muito applaudido, e teve a sala cheia de espectadores.

—Parece que a camara municipal d'esta cidade resolveu finalmente mandar fazer novos

fardamentos aos empregados da sua policia. Cremos ser verdadeira a noticia porque confiámos demasiado nas puras intenções e serios desejos de todos os seus illustres membros.

— Que medida tomaria a camara de Coimbra para fazer cessar esses escandalos, para que pedimos providencias no nosso antecedente numero? Seria já prohibida a matança de porcos por essas ruas, e o partir-se lenha na Calçada?

— No lugar competente d'este numero damos publicidade ao programma para as execuções que hontem tiveram lugar na Sé Cathedral, mandadas celebrar pelos academicos, suffragando a alma do virtuoso monarcha, o sr. D. Pedro v.

O templo achava-se todo adornado de preto, e no corpo da igreja estava levantada a elegante eça de Nossa Senhora da Boa-Morte, coberta de lucto.

Do lado esquerdo do templo estava armado um grande coreto para a musica, onde se via uma quantidade immensa de instrumentos e de vozes.

Celebrou a missa o ex.^{mo} sr. Deão da Sé Cathedral. Orou o sr. dr. Donato.

Assistiram tanto ás vespersas, como á missa, todas as auctoridades de Coimbra, o corpo cathedratico, professores do lyceu, chefes de repartições publicas, empregados publicos, as diversas redacções, os representantes das associações, e muitas pessoas de distincção. O templo estava cheio de povo.

Em fim foi uma solemnidade digna da classe que a mandou celebrar. Honra, pois, aos estudantes de Coimbra.

— O nosso collega do *Tira-Teimas*, está teimoso em *teimar*, que a primeira dama do theatro de D. Luiz é ridicula e que está abaixo de toda a critica. Só o collega é que se abalança a tanto, sem temer que o desmintam... Não seremos, porém, nós que o façamos, mas insistimos em que o sr.^a D. Julia é uma actriz de bastante merecimento. É esta a nossa opinião; e, como o illustre chroniqueiro, não receiámos, que, com verdade, nos possam fazer sahir d'este campo: todavia o collega sustenta que não; pois continue, que se ha de vencer da verdade, e então nos dirá qual de nós é que se enganou.

Antes d'isso, porém, permitta-nos que transcrevamos a censura que nos dirige no seu n.^o 13:

«Li no *Portugal Independente* último, um artigo sobre o theatro de D. Luiz, que me revoltou de veras, e a todos que o leram.

«É a parcialidade mais declarada que imaginar se pôde.

«O theatro de D. Luiz, não precisa de quem assim deturpe os factos, para attrahir o publico. Ha alli muitos actores, e mandam as palmas e bravos.

«Esses é que o hão de sustentar.

«Que são as ameaças do *Portugal Independente*, e as suas pouco cordatas censuras?... querera elle arvorar-se em fazedor de reputações e unico apreciador habilitado da arte dramatica!...

«O publico, que sempre tem acolhido com favor aquelle jornal, admira-se de como o seu Redactor admittisse em suas columnas um tal artigo, e lendo ri-se de tanta bravata e stulticia.

Por mais que façam, nunca hão de lançar terra aos olhos do publico. É longa a trama; e alterosos os esforços para salvar a *sublime actriz* — tudo porém será baldado.

«Nós que sympathisámos com o theatro de D. Luiz, não podemos deixar de desejar-lhe a renegação de defensores (de que aliás não precisa) tão desastrados.»

— O sr. José Pereira da Cunha Souto-Maior, dignissimo e acreditado pharmaceutico nesta cidade, vendo que a maior parte de seus collegas se não deliberava em dar um testemunho publico e solemne de consideração ao nosso fallecido monarcha e augustos principes, mandou, de seu bolso, celebrar uma missa de *requiem* suffragando as almas d'aquelles monarcha e principes, na igreja de S. João d'Almedina, no dia 30 do corrente, a cujo acto religioso concorreu immenso povo.

O nosso amigo não quiz deixar de cumprir um dever a que toda a sua classe estava obrigada, e não podendo conseguir o que desejava, mostrou que possui as mais puras intenções, e os mais elevados sentimentos.

É que o sr. Pereira nunca se negou a concorrer, ou a praticar actos que muito o enobrecem e honram; e porisso quiz fazer ver quaes os deveres do homem, seja qualquer que for a sua classe, para com a memoria de aquelles que tão queridos eram do povo portuguez.

Honra, pois, seja feita ao abalisado pharmaceutico, o sr. José Pereira da Cunha Souto-Maior.

— No dia 8 teve lugar no Paço de Caxias uma scena tocante.

O fallecido brigadeiro D. Carlos de Mascarenhas, sendo capitão de lanceiros, na divisão auxiliar, que foi a Hespanha combater pela liberdade d'aquelle paiz, obrou taes prodigios na famosa batalha pelejada nas immediações da villa de Armiñon (julho de 1836), que ganhando o posto de major por distincção, mereceu que os hespanhoes, que foram testemunhas do seu valor, o presentassem com uma espada de fina tempera, porisso que tão digno se mostrara de a empunhar. Esta espada conservou-a sempre aquelle valente militar, como penhor precioso da sua gloria.

Quando S. A. o senhor infante D. João foi nomeado coronel do regimento de lanceiros n.^o 2, o sr. D. Carlos brindou o joven coronel, com a espada gloriosa, que lhe fôra premio do heroismo.

O sr. infante, quando viu que a sua última hora era chegada, quiz legar ao seu regimento, uma lembrança, e legou-lhe a espada que devia recordar, não só aquelle que a legava, mas tambem o primeiro possuidor, que igualmente fôra coronel e commandante do dicto regimento.

A entrega d'este glorioso legado foi feita por S. M. o senhor D. Luiz I a uma commissão do regimento, composta do coronel, tenente-coronel, major, um official, e um sargento de cada gradação, um cabo, um ansepeçada, e um soldado.

A scena foi commovente!

El-rei pegou na espada, e, na occasião de a entregar ao coronel, proferiu uma curta, mas sentida allocução, que a commoção e a dor, mal deixaram concluir.

As lagrimas rebentaram dos olhos de todos!...

O que aquella scena seria é facil de comprehender.

— As duas camaras do Parlamento resolveram, que se consignasse na acta a demonstração da sua magua pelo fallecimento do sr. Passos Manuel. Na dos deputados, resolveu-se que fôsse collocado o busto do insigne estadista, na bibliotheca das côrtes, que elle fundára.

— Diz o *Jornal do Commercio* de Lisboa, que lá por fóra o anno de 1862 amanheceu envolto em sombras, que não deixam ver qual será o destino d'alguns povos, e a resolução de altissimas questões de grande alcance humanitario.

Roma tem os olhos postos em Paris e em

Turin, esperando que sôe a hora da sua emancipação.

Veneza estremece sob o jugo austriaco. A Hungria agita-se, aspirando á sua autonomia.

A Polonia, coberta de lucto, chora as suas desgraças, implora a clemencia divina para os seus filhos mortos ás mãos dos tyrannos estrangeiros que o opprimem, e no entretanto ruga temerosa e ameaçadora.

A Inglaterra commercial, faz-se guerreira para vingar a affronta que lhe fez a sua antiga colonia e agora rival.

A America do Norte anda envolvida em uma lucta quasi fratrecida, cujo resultado não é dado prever.

A Italia constitue-se laboriosamente, mas o seu govêrno verdadeiramente liberal e illustrado vae progredindo na obra da emancipação italiana com tenacidade, prudencia e sabedoria. E Deus abençoará tão generosos esforços.

Por outras partes do mundo os povos commovem-se; as nações gladiam-se; e ouve-se o terrivel e assolador grito de guerra! guerra!

E muito sangue humano será derramado em cruas pelejas, por motivos frivolos, por questões caprichosas, e tambem em luctas grandes e heroicas, a bem da regeneração e da humanidade.

E a cruz, symbolo de paz e de amor, ha de hastear-se, como emblema de guerra, entre povos que vivem á sombra d'esse Labaro Sancto e confessam a Lei de Christo!

E a humanidade caminhará sempre á realisação dos seus destinos, mas, como até hoje, por entre cadaveres, através de rios de sangue, calcando aos pés o Credo sublime do Evangelho, esmagando-se os homens uns aos outros, como inimigos, sendo irmãos.

— Achando-se uma manhan Philippe II, a inspecionar as obras do Escorial, viu deante de si um grupo de soldados, que escutavam absorto um dos seus companheiros. Picado da curiosidade, aproximou-se sem ser visto e pôde ainda ouvir parte do que dizia um grnadeiro:

«Não tem tanto merito como dizeis aquelle angulo, por exemplo, apontava para um lado do monumento, está muito mau.

Impaciente o monarcha por saber em que elle apoiava o seu dicto, aproximou-se do grupo, deu-se a conhecer, dirigindo se ao grnadeiro, pergunta-lhe:

— Dize-me, o que é angulo?

— Senhor, respondeu o soldado, angulo é... é...

— Vamos depressa, o que é angulo?

— Angulo, senhor, é metter-se uma pessoa naquillo que não entende.

O soberano riu, não poude deixar de applaudir a agudeza do soldado.

Quantos criticos não haverá por ahí da laia do soldado, mas sem a mesma sinceridade para o confessarem!

PUBLICAÇÕES LITERARIAS

NOVO COMPENDIO

DE

CHOROGRAPHIA PORTUGUEZA

Para uso das escholas d'instrucção primaria.

Vende-se na loja de livros da Imprensa da Universidade; na do sr. Mesquita, rua das Covas e em casa do sr. Paulo José da Silva Neves, na Calçada. Preço 120 réis.

IMPRESA DA UNIVERSIDADE

PORTUGAL INDEPENDENTE

JORNAL ANTI-IBERICO, LITTERARIO E NOTICIOSO
DEDICADO Á MEMORIA DE EL-REI O SENHOR D. PEDRO V
PELOS ARTISTAS DE COIMBRA

REDACITOR — Augusto José Gonsalves Fino

PUBLICA-SE ÀS SEXTAS FEIRAS

Assigna-se e paga-se este jornal: em Coimbra, na Imprensa da Universidade; nas Provincias, em casa dos Srs. Directores de Correios; no Brazil, em casa do Sr. José Julio Lopes Gonsalves, Rio de Ostras. Preços por trimestre, ou 12 numeros: em Coimbra 400 réis; nas Provincias 460 réis; no Brazil (moeda forte) 700 réis; — número avulso 100 réis. — Toda a correspondencia, franca de porte, será dirigida ao Redactor do *Portugal Independente*, Coimbra. — Escriptos não publicados, não serão restituídos.

EXPEDIENTE

Supplicámos aos srs. Assignantes em debito o favor de, sem perda de tempo, mandarem satisfazer a importancia do 1.º e 2.º trimestre, em vales do correio. A Redacção espera merecer a devida attenção. A importancia será dirigida ao Administrador do *Portugal Independente*, Coimbra.

Campos e ponte de Coimbra

Na sessão de 20 de janeiro proximo passado, appresentou o sr. deputado Lopes Branco, um projecto de lei assignado tambem pelos srs. José de Moraes, Quaresma e Galvão, sôbre melhoramentos dos campos e rio Mondego.

Achámos mui proveitosos, de grande alcance e urgentes, as obras que alli são indicadas, porque com a prompta execução d'ellas, e especialmente com o canal subsidiario, na margem direita do Mondego, aonde chamam o *Pedrado*, e de que tracta o art. 6.º do projecto, muitos beneficios se devem conseguir, e será esse, como sempre foi nossa humilde opinião, o meio unico de se ir obtendo a remoção das areias que atulham o rio d'aquelle sitio para cima, e que tem quasi sepultada a magnifica ponte d'esta cidade.

É nossa convicção que com a abertura do indicado canal, e com a adopção de medidas inérgicas que prohibam a sementeira dos montes vizinhos ao rio, em que só deve consentir-se a cultura d'arvoredos, as areias hão-de acompanhar as aguas na sua corrente, e a ponte em poucos annos ha de desobstruir-se, e a cidade melhorar muito, em consequencia da profundidade que o rio necessariamente deve tomar; e que podiam poupar-se á nação as enormes despesas que vae causar a decretada obra da nova ponte.

Tolhida e quebrada a fôrça das aguas pela curva que faz o paredão da estrada do *Pedrado*, é evidente que as areias se depositam constantemente no leito do rio em frente da cidade, como ahi as vemos acumuladas, e que nenhum meio ha de as fazer correr para baixo, a não ser estabelecido o canal de que tracta o citado art. 6.º do projecto.

Parece-nos, porém, que ao sr. Lopes Branco escapou uma provisão no seu projecto, em quanto aos peritos que devem informar sôbre as obras, e dirigil-as, especialmente as do canal, porque s. ex.ª bem sabe que a juncta administrativa creada pela lei de 12 de agosto de 1856 não se acha habilitada para prestar qualquer informação; que ella nada tem feito de que proviesse algum pequeno beneficio ao rio, ou ao campo, e que não é só a falta de meios que a isso tem obstado, mas sim a de um engenheiro com conhecimentos hydraulicos, que o govêrno devia ha muito ter man-

dado para aqui; e tambem porque os membros da juncta não satisfazem aos deveres que a referida lei lhes incumbe, pois ainda nos não consta que elles fôsem examinar pessoalmente os campos em todo o seu perimetro, e conhecer quaes as necessidades a que mais de prompto havia a satisfazer; contentando-se com difficilissimas informações de pessoas pouco competentes, e alguns pedidos ou representações das auctoridades locais ou povoações incluídas no mesmo perimetro, para então se ordenar algum remendo ou pequena obra que de pouco serve e pouco aproveita.

O actual e interino engenheiro mal pôde desempenhar as respectivas funcções como director que é das obras publicas d'este districto; e por muita vontade que tenha em acudir ás obras dos campos, não lhe é isso possível; tornando-se por tanto da maior urgencia que o govêrno tracte de remediar essa falta tão sensível, porque nenhuma esperanza podêmos ter no futuro melhoramento dos campos, se um engenheiro entendido, não vier exclusivamente traçar e dirigir as obras necessarias.

Louvâmos o ex.º sr. Lopes Branco pela apresentação do seu projecto, que não deixará certamente de ser approvedo pelas camaras legislativas pelos salutaes resultados que d'elle hão de provir; e estamos certos que todos os proprietarios concorrerão de muito boa vontade com qualquer imposto que se estabeleça para se realisarem as obras projectadas, e bem-dirão o sr. Lopes Branco, pela parte activa que toma em taes melhoramentos. Para conhecimento dos nossos leitores publicámos em seguida o projecto de lei, para melhor ser avaliada a sua importancia. É o seguinte:

Artigo 1.º É auctorisado o govêrno, pelo ministerio das obras publicas, a mandar abrir e pôr em boas condições a valla real, chamada de Tentugal, nos campos do Mondego, e bem assim vallas parallelas ás duas margens do rio, e outras perpendiculares sôbre ellas, de norte a sul e de sul a norte, na distancia de meia em meia legua.

§ unico. Poderá mais o govêrno mandar abrir ao longo das terras do sul uma valla correspondente á que se chama de Tentugal.

Art. 2.º O govêrno ordenará estas obras, com prévia informação de peritos, e as dará de empreitada por concurso publico, havendo quem as queira tomar; ou o fará por administração, não havendo quem as tome; repartindo a importancia d'ellas pelos proprietarios que interessarem com as mesmas obras, na proporção que corresponder a cada aguilhada de terra; e esta arrecadação se fará nos cofres do estado.

Art. 3.º E juiz privativo para as execuções das quotas que, na conformidade do artigo antecedente, pertencerem a cada proprietario

pagar, o juiz de direito da comarca de Montemor-o-velho.

Art. 4.º As disposições da presente lei se observarão em quanto não fôr publicada outra que definitivamente proveja ao melhoramento dos campos de Coimbra.

Art. 5.º É applicado ás disposições dos artigos antecedentes, e para os seus effeitos, o que se ordena na carta de lei de 12 de maio de 1856.

Art. 6.º O govêrno mandará abrir por conta do estado um canal subsidiario, na margem direita do Mondego, no lugar aonde chamam o *Pedrado*, que vá communicar com o valle de Tentugal, para sahirem por este ponto espontaneamente, nas enchentes d'este rio, as aguas que excederem a sua capacidade d'alli para baixo.

Art. 7.º Fica revogada a legislação em contrario.

Sala da camara dos deputados, 20 de janeiro de 1862.—A. R. O. Lopes Branco — José de Moraes Pinto de Almeida — Antonio Egypcio Quaresma Lopes Vasconcellos — José Augusto Ferreira Galvão.

A reforma doCodigo Penal

Todas as vezes que se não pôde punir sem que as penas dos delictos custem muito caras á sociedade, deve-se deixar de punir. É nestes casos que os perdões e as amnistias são recommendadas por um cálculo de prudencia e pelos deveres da humanidade. R. DE BASTOS.

Foi apresentado á camara dos deputados um projecto de reforma doCodigo Penal: — este projecto que já é um grande melhoramento e que mostra o nosso adiantamento na civilisação, não é com tudo ainda o que deveria ser, e o que a civilisação dos povos e o espirito do seculo reclamam. Desgraçadamente ainda figura noCodigo Penal a odiosa e repugnante applicação da pena de morte: — pena que já não devia figurar nos códigos portuguezes pela sua impopularidade; — e, quando as penas se tornam impopulares, ellas apresentam só a imagem da violencia e da tyrannia, e nunca podem ter o publico por alliado.

Não é levado pelo empenho de mostrar sentimentos de humanidade, nem para ostentar ideias doces, e caritativas, que traço estas linhas; é sim pela convicção íntima que em mim existe, filha do estudo e de alguma leitura, que me leva a advogar, com minhas fracas fôrças, a abolição da pena de morte, por entender que é um castigo injusto, tyrannico, sanguinario e usurpador, digno da maldição de Deus e dos homens.

A imposição da pena de morte é a mais feia nodoa da civilisação moderna; e assim o entendeu o virtuoso rei D. Pedro v, no seu curto, mas saudoso reinado, e o fez sentir a

um de seus ministros, quando lhe apresentava algumas sentenças para por elle serem assignadas. Este acto, entre tantos outros praticados por aquelle bondoso monarcha, servirá de padrão eterno á sua memoria.

Perguntarei. Póde a sociedade declarar-se carrasco de si mesmo? Póde arrogar-se e exercer o poder supremo com que pretende elevar-se á altura de Deus? Podem os homens, pelo impulso d'um instincto sanguinario destruir a obra mais preciosa que Deus creou? Que se allega em favor de tão horrenda barbaie? Allega-se que, quando os governos de todas as nações applicaram em todos os tempos a pena de morte, não é crível que seja por um instincto sanguinario; e que é a prova melhor da sua conveniencia e da sua indispensavel applicação.

Mas, se este argumento merecesse attenção, pouco teria progredido a civilisação dos povos, e como resposta poderá dizer-se que por todo o universo estenderam os jesuitas o seu dominio, e que então por esse facto o nosso grande marquez de Pombal não os deveria ter expulso do nosso paiz, e muito menos pedido e instado com as outras nações para lhes fazerem o mesmo: porque, em verdade, os jesuitas tinham um dominio quasi universal; eram recebidos e respeitados desde o rei até ao infimo vassallo: logo eram uns anjos os taes chamados fidalgo de Sancto Ignacio: mas encarregou-se o tempo de descobrir sua hypocrisia, e a illustração do seculo apresenta hoje como um grande triumpho e uma honra para Portugal a expulsão total dos jesuitas assim como nós faremos no grande dia em que for supprimida totalmente no nosso paiz a abolição de pena de morte.

Para que foram instituidos os tribunales? Para a justiça ou para a vingança? Pois o fim do castigo será exterminar em logar de corrigir? Como ficou corrigido o inforcado? Com a cessação da vida?! E, sabe alguém se elle se arrependeu? Esta correção trouxe algum proveito á sociedade? Não, por certo. Antes ella foi aggravada na pessoa de um de seus membros, que castigado por outra qualquer maneira poderia arrepender-se e vir a ser um de seus filhos proveitosos.

Não nego que ha crimes tão horribes que demandam castigos rigorosos; mas, para esses tem Portugal suas provincias ultramarinas, onde podem ser mandados por toda a vida, que é um genero de morte mais penosa do que o da forca. Esta acaba em uma hora e aquella dura muitos annos com trabalhos peiores de soffrer que a mesma morte. Não se diga, que esta ideia é nova; porquanto nossos antigos reis costumavam mandar os condemnados á morte que lhes fôsse descobrir terras. Se elles morriam na empresa, empregavam bem a sua vida; e, se escapavam, era em proveito da patria.

Não seria este modo de castigar proveitoso, justo e caritativo? Por certo que sim. O criminoso não escapava á acção da justiça, e a sociedade não perdia um de seus membros, e muitas vezes tirava d'elle grande proveito.

O famoso Padre Antonio Vieira, fallando dos zelosos que tudo querem castigado com rigor para que haja emenda, diz: «Que o seu zelo quanto mais se refina, é como o d'aquelle de quem o poeta disse: *Dat veniam corvis, vezat censura columbas*. O fim do castigo é corrigir o culpado da sua falta e mostrar á sociedade que igual sorte espera aquelles que commetterem eguaes crimes. E que mais póde desejar a sociedade do que a correção do criminoso? Vingarse com a morte d'elle?! Isso é por certo um absurdo; porque por um crime vamos fazer um outro, quanto a mim, superior; pois negando ao criminoso o direito

de morte sobre seu semelhante vamos exercer sobre elle tal direito e com premeditação. Finalmente, sou soldado, considero a vida, o posto avançado sobre as fronteiras da eternidade, e por isso não dou ao meu semelhante o direito de me desalojar d'elle d'onde só posso ser desalojado por Aquelle, que no posto me collocou.

O Homem Deus perdoou aquelles que o crucificaram; e nós desgraçadamente entendemos que devemos tirar a vida aos nossos semelhantes por terem commettido crimes infinitamente tão pequenos em proporção d'aquelle. — *Concrescat ut pluvia doctrina mea, fluat ut ros super herbam, et quasi stellae super gramina.* — DEUTERON. L. P. B.

Associação operária

Ha já algum tempo que em casa do sr. José de Figueiredo Pinto, na calçada, teve logar uma concorrida reunião de artistas, para discutirem a conveniencia d'uma associação operária, com o fim de se illustrarem e instruirem.

Houve acalorada discussão, em que tomaram parte em alguns individuos de bastante intelligencia, e resolveu-se que fôsse nomeada uma comissão encarregada de elaborar os seus estatutos.

Desde então que não mais tornámos a ouvir dizer cousa alguma de tal projecto, que bastante desejavamos se realisasse; e portanto, visto que o nosso intuito é pugnar pelo engrandecimento da classe a que nos honramos de pertencer, temos o dever de perguntar a quem compete, se por ventura não ha em Coimbra os necessarios elementos para levar ávante uma empresa tão luminosa.

Sabemos, porém, que o sr. Olympio Nicolau Ruy Fernandes se tem ultimamente occupado na confecção dos estatutos; e nós queriamos que desde aquella reunião, a sociedade ficasse constituída, e em vigor um regulamento interno, de facil organisação, porque, para a confecção dos estatutos, já, podem haver algumas faltas, que depois causem prejuizo ao andamento e regularidade da associação.

Felicítamos, pois, os artistas de Coimbra; e fazemos votos para que, no mais curto espaço de tempo a associação esteja legalmente constituída, e que o seu numero de membros corresponda aos desejos d'aquelles que tanto a peito tomam o engrandecimento e prosperidade da classe operária. F.

Commemoração funebre

Os israelitas residentes em Ponta Delgada tambem quizeram prestar as ultimas homenagens á memoria de S. M. el-rei o senhor D. Pedro v, o bem amado.

Reuniram-se no seu templo, e ahi o ministro da religião judaica recitou uma oração funebre mui conceituosa, em honra do fallecido monarcha.

Os nossos leitores de certo lerão com prazer as sentidas palavras do ministro de uma religião diferente da nossa, e que vem dar uma prova de tolerancia mui digna de ser imitada.

Caros irmãos: — Triste é o objecto que hoje aqui vos traz: triste a missão que neste templo venho desempenhar! mas o mesmo sentimento que a todos vos enlucta, vem apertar-me o coração e fazel-o trahbordar amarguras que só na oração se desfazem!

É geral e profunda a mágua; não vedes? Todas as classes, todas as fortunas e todos os cultos param no horborinho da vida, e vão dar a um cadaver um pensamento e uma lagrima!

É porque Deus chamou da terra um homem pio e justo, um espirito nobre e brilhante, um rei caridoso e sabio, Sua Magestade o Senhor D. Pedro v!

É porque sua curta vida foi uma serie de infortunios, sem que no seu coração jámais se alterassem as virtudes que lhe incutiua sua tão chorada mãe; sem que nunca voltasse seus labios a Deus senão para orar pelo povo que Elle lhe confiara!

Soberano, rodeado de galas e orgulhos, foi sempre a sua bolsa dos necessitados, seus cuidados de quem padecia, e seu coração de quem era infeliz!

Vede-o entre as febres e o contagio vir pensar e animar os padecentes, com a abnegação e coragem da mais sublime de todas as virtudes, da virtude sobre que assenta a nossa e todas as religiões, filho do principio secundo que Moysés estabeleceu, e de que tem surgido as mais sanctas consequencias: — *Amarás a teu proximo como a ti mesmo.* — (Levitico, cap. 19 — v. 18.)

Vede-o a occultas e ignorado de todos, fazendo chegar a consolação ao triste, e o sustento e agasalho ao pobre; virtude recommendada tambem por nossos maiores: — *Quando vires alguém desagasalhado cobril-o-has* — (Isaias, cap. 58 — v. 79.)

Mas nem assim o respeitou a lei da morte! Debalde procura hoje o povo portuguez o seu joven e dedicado chefe! Debalde procura o infeliz o seu generoso consolador! Debalde procura o orphãozinho o seu bemfeitor constante, o seu affectuoso pae! *E já não existe, que Deus tomou-o!* (Genesis, cap. 5 — v. 24.)

O anjo da morte o arrebatou do throno! Do degrau mais elevado da terra!

Quereis uma prova mais frisante da nossa fragilidade e do nosso nada? Hontem poderoso e cercado de honras: hoje inerte e pertença do tumulo! — Hontem rei, hoje pó! E de todo o seu poder, brilho e virtudes, só resta a memoria!!

Mas, memoria abençoada e duradoira, porque foi bom; porque foi caridoso; porque em sua breve reinado seguiu a prescripção da nossa e sua religião — *Seguirás os costumes do teu Deus.* (Deuteronomio, cap. 13 — v. 4); e porque comprehendeu que *os reinos da terra são um reflexo do reino do ceu.* (Baruch 58); e que o Eterno *não affasta o seu olhar do justo e dos reis que estão no throno.* (Job. cap. 37 — v. 7). E como Deus visitou a Abrahão em Mambre, (Genesis. cap. 18 — v. 1); como Deus abençoou e consolou Isaac na perda de seu pae (Genesis, cap. 25 — v. 11) imitando-o D. Pedro v, visitou na peste os enfermos, e foi sempre o lenitivo dos desgraçados.

Sua alma era das almas grandes que Deus manda ao mundo para sua gloria e nosso exemplo. Suas virtudes eram as que puramente dimanam da oração de Deus que nos acompanha — da nossa alma!

Mas no geral dos homens, caros irmãos, desgraçadamente muitissimas vezes a alma succumbe á pressão do corpo: muitas vezes os nossos sentidos podem mais do que a razão, a paixão mais do que a intelligencia; muitas vezes esquecemos o ceu pela terra, a eternidade pelo tempo, a alma pelo corpo, Deus pelos homens.

O homem, composto como é, de duas substancias heterogeneas e discordantes — a materia e o espirito — está continuamente a lutar com as pasmosas contrariedades que sente em si mesmo; com a continú desharmonia entre os sentidos e a razão; com a agitação incessante da força que o eleva e o transporta para o ceu, e do peso que o attrahe e o arrasta para a terra; e é a determinação da sua vontade que decide da sua grandeza ou da sua abje-

ção. O homem eleva-se ou degrada-se segundo obedece ás inspirações do espirito, ou aos impulsos da materia; segundo se sujeita ao ascendente da alma, ou á attracção do corpo; segundo se aproxima da sua origem celeste, ou se affasta d'ella: — em uma palavra — segundo domina as suas paixões ou se deixa dominar por ellas.

Mas no Senhor D. Pedro v, foi sempre uniforme a resolução; a sua escolha era sempre para o lado da virtude, ainda que imperiosas circumstancias devessem afastal-o d'ella. Levado pela sua posição a ter de sancionar um dia a sentença de morte de um condemnado não quiz por fórma alguma assignal-a; porque para elle antes de todos os deveres estava a humanidade. Antes da coroa dera-lhe Deus o coração!

Mas nem assim, repito, o respeitou o anjo da morte!

Curvemo-nos diante da vontade sancta do Altissimo, que a ninguem é permitido penetrar!

O Senhor chamou-o tão cedo para lhe dar, talvez, larga recompensa de suas obras. Mas deu-lhe tempo de ser homem, de sentir como homem, e de estampar indelevelmente na historia dos reis a mais saudosa e querida página!

Oremos, irmãos; e como David nos rios de Babel (Psalmo 137) sentemo-nos a chorar sobre a sua memoria!

Seja abençoada a memoria do justo!

Quando um individuo, qualquer que seja a classe a que pertença, practica acções louváveis e dignas de especial menção, não podemos deixar de registral-as, para que o público, conhecedor dos nobres e elevados sentimentos d'esse membro da sociedade, lhe tribute os merecidos encomios, e faça votos pela prolongada existencia de quem tão util e necessario se torna neste mundo.

Ha em Coimbra um homem, que conhecedor dos seus deveres como possuidor de sentimentos patrióticos, e d'um caracter verdadeiramente humanitario e philantropico, mandou no dia 30 do passado, a expensas suas, celebrar na igreja de S. João d'Almedina, uma missa de *requiem* e *responso*, a que assistiu um grande concurso de povo de todas as classes e hierarchias, suffragando as almas dos virtuosos, excelsos e magnanimos filhos da fallecida rainha, a sr.^a D. Maria II, os quaes, no curto espaço de tres mezes, nos foram roubados e chamados para juncto do Altissimo, a fim de occuparem os logares que lhes haviam sido reservados, pelas suas excellentes virtudes e inimitaveis qualidades.

Quando dissemos um homem, referimo-nos ao sr. José Pereira da Cunha Souto-Maior, que fiel aos seus sentimentos politicos, nunca deixou de auxiliar quanto pôde a sancta causa da liberdade, e pugnando sempre para que o throno portuguez fôsse e seja occupado pelos illustres descendentes do rei soldado, do Senhor D. Pedro IV, do doador da carta constitucional da monarchia portugueza.

Na celebração d'aquelle acto religioso, mas funebre, o sr. Pereira mostrou clara e evidentemente o quanto tinha em consideração os dotes e virtudes do Senhor D. Pedro v, e dos Senhores infantes D. Fernando e D. João; e ainda mais, querendo que a pobreza elevasse as suas supplicas ao Todo Poderoso, distribuiu avultadas esmolhas pela indigencia; perdoou algumas receitas que tinha na sua botica a pessoas recolhidas, que por serem desfavorecidas da fortuna não podiam satisfazer as importancias; e remetteu aos asylos da infancia e da mendicidade diversas quantias além do

receituario, de importancia superior a duzentos e cincoenta mil réis, para que mandassem fazer a cobrança, e arrecadassem o producto nos respectivos cofres, como augmentos de fundos.

O sr. Pereira foi 'naquelle dia felicitado por grande parte de seus amigos, a quem s. s.^a agradecia, respondendo que practicava um acto de beneficencia e philantropia, visto que era a beneficencia e philantropia o que mais adornava o caracter dos fallecidos monarcha e principes.

A muitas pessoas vimos nós derramar lagrimas, quando o sr. Pereira depositava na mão do pobre, o obolo da caridade, que com tanta piedade e devoção se dignava distribuir.

Não cremos que actos taes sejam excedidos por outra pessoa, a não ser o sr. Pereira, porque em bem poucas talvez se encontre a sufficiente coragem para os practicar com tanta vontade, como no sr. José Pereira da Cunha Souto-Maior.

Apesar de já haveremos fallado sobre este assumpto no nosso numero antecedente, não podemos deixar de consagrar ainda este artigo em honra d'aquelle, que tão digno se torna dos mais bem tecidos elogios.

Honra, pois, seja feita ao benemerito pharmaceutico.

Continuação da correspondencia dos srs. Jules le Sire e Jules Thieury, que começámos a publicar no numero antecedente.

Em 10 de dezembro dirigiu-se mr. Jules le Sire a s. ex.^a o ministro de Portugal, que *não vê obstaculo algum a esta cerimonia*, posto que não comprehenda a causal que dá logar a esta manifestação franceza. E só accrescenta *que não percebe que subditos francezes orem por um rei que não era seu*. Mr. le Sire volta então a prevenir s. em.^a de que o sr. visconde de Paiva *não encontra impedimento algum á celebração das exequias projectadas*. Uma auctorisação por escripto é dirigida pela camara archiepiscopal a mr. le Sire, que a communica ao sr. cura de S. Martinho e ao Padre Goumard, o prégador convidado.

Seguiram-se as cartas de convite com duas assignaturas Jules le Sire, Jules Thieury: foram dirigidas a S. M. o imperador, ao corpo diplomatico, aos senadores, aos deputados, e a todas as notabilidades parisienses. A embaixada de Portugal recebe como todas as outras o seu convite *oito dias* antes do dia fixado para a cerimonia.

Em 22 de dezembro, mr. le Sire recebe uma carta do gabinete do imperador assim concebida:

«A missa, que pretendeis celebrar inspirados por sentimentos particulares de reconhecimento, por alma do Rei de Portugal, terá o caracter de uma cerimonia particular, pelo que o imperador não poderá mandar representantes seus a esse acto, etc., etc., etc.»

Sete dias antes os jornaes de Paris, comprehendido o *Moniteur*, annunciavam a piedosa reunião. No sabbado 21 de dezembro o sr. padre Goumard é chamado ao paço do arcebispo, onde sabe o descontentamento de s. ex.^a o ministro de Portugal, e é convidado a fallar ao sr. Paiva. O padre vae a casa de s. ex.^a, que conhece ha muito tempo, e ouve de sua bôcca que as exequias lhe desagradam e que se oppõe a proferir-se a oração funebre.

Para evitar graves complicações, o padre previne 'nessa mesma tarde mr. le Sire de que lhe era impossivel recitar o elogio funebre de Sua Magestade D. Pedro V, porque desagradava ao ministro de Portugal.

O sr. visconde de Paiva, sahindo-se bem d'este primeiro triumpho, aspirou a segundo, e passa logo ao paço de s. em.^a para fazer cessar a auctorisação das exequias; á força de sollicitações, vence a resistencia do prelado e expede-se ordem ao já citado cura para avisar aos interessados. Não se celebraram portanto os officios funebres, porque o ministro de Portugal se lhe oppoz, desconhecendo a lealdade das nossas intenções e os seus deveres. Para augmentar o arruido d'este caso, escolheu o momento em que tudo estava preparado, e todos os convites expedidos havia bastante tempo.

Teriamos supportado com paciencia esta affronta para evitar toda a casta de escandalo a proposito da memoria do rei vosso augusto irmão, se a affronta não fôsse publicada, e o facto de modo offensivo para a nossa consideração pessoal. No dia fixado para as exequias, os convidados sabiam á porta da igreja que o ministro de Portugal fizera com que se prohibissem. Se muitos, conhecendo o sr. Paiva, não viram 'nesse caso senão motivos pouco honrosos, outros poderiam acreditar que nós occultavamos, sob pretextos pios, intenções reprehensíveis, e que o ministro fez o seu dever tirando-nos a mascara. A nossa honra nos constrange, portanto, a exigir que se esclareça este deploravel processo.

Senhor: temos fé na vossa justiça. A unica satisfação que pedimos, com todo o respeito que professámos ao digno successor de Sua Magestade D. Pedro V, é que se digne ordenar que a manifestação christan e franceza tenha sua plena execução; ou que Vossa Magestade haja por bem ordenar que se nos façam constar os motivos que deram logar aos procedimentos descortezes e ultrajantes do sr. ministro de Portugal, para que possamos desfazer as calúmnias que se apresentaram.

Vossa Magestade fica sabendo que, por termos querido honrar a memoria de vosso illustre irmão, fomos desacreditados pelo sr. ministro de Portugal perante o corpo diplomatico, perante o senado, a imprensa parisiense e perante Paris inteiro.

Vossa Magestade nos desculpe 'nestas circumstancias; a nossa honra está nas mãos de Vossa Magestade. Somos, senhor, de Vossa Magestade, mui humildes e mui respeitosos.

Jules le Sire — Jules Thieury.

Assignaram mrs. Amedée Desandré, Engler, Bonfond père, Bonfond fils, Steenmann, Sejourneveu, Delaunay, Fontenay, Chery, Bourdiliat, de Boedgrave, de Sena, Dardenne de la Grangerie, Victor Sauvage, e seguem mais cem assignaturas.

Continuação dos nomes dos dignissimos srs. Assignantes d'este jornal, que têm satisfeito a importancia do 1.^o trimestre:

Foram os srs. Padre Francisco Couceiro, Montemor-o-velho. Jacintho Pereira Forjaz de Sampaio, idem. Sebastião Pinto Garcez, idem. Ricardo de Noronha, idem. Francisco Maria da Cruz Rebello, idem. Carlos Duarte Villarinho, idem. Servolo Maria de Carvalho,

idem. João d'Oliveira Pinto, Verride. Fernando Maria Pereira Machado, Sandomil. Justino da Costa Monteiro, Vizeu. João Coelho Serrão Diniz, Cantanhede. José Correia Nogueira, idem. Padre Luiz Antonio Torreira, Pocariga.

(Continúa)

VARIÉDADES

A justiça de D. Pedro I
ou Pedro, o crú

No reinado de D. Pedro primeiro, ao qual a historia chama Pedro Crú, devendo antes alcunhal-o de Pedro, o justiceiro, um frade muito atrevido, que havia em Santarem, tendo tido uma desordem com um pobre lavrador, entendeu, que matando-o, era o melhor modo de se ver livre d'elle, e assim o fez, persuadido de que, não podia soffrer pena maior do que ser privado do officio de sacerdote.

Ficou a viuva inconsolavel, com a perda de seu marido, que lhe ganhava o pão, e a cinco filhos, todos creancinhas de tenra idade, em quanto o mau sacerdote se vangloriava da sua acção, e dizia, quando ameaçado com a justiça do rei, que a não temia por estar fóra da sua alçada; tudo isto constou ao rei justiceiro, o qual mandando chamar a viuva e ouvindo da bocca d'ella, tudo o que passára entre o frade e o lavrador, deu á mulher uma avultada esmola, e disse-lhe que elle d'aquelle dia em diante passava a proteger a viuva e orphãos, ficando-lhe uma pensão paga pelo thesouro real: a viuva partiu para Santarem, e nunca mais se tornou a fallar em tal.

Passados dois annos, foi D. Pedro a Santarem, quando entrava, a então villa, viu um pedreiro a trabalhar em um predio juncto á estrada; era um moço bem disposto, robusto e valente, e o rei tendo parado o cavallo para melhor o ver, chamando-o á parte lhe disse: conheces tu o frade fulano, que matou o lavrador fulano? E respondendo o pedreiro afirmativamente, continuou o rei: Tu sabes quem eu sou? Sei, senhor, lhe tornou o pedreiro já meio confuso. Então como me chamam por cá? Chamam-vos, senhor, Pedro Crú, mas não sou eu que tal diga. D. Pedro tendo achado muita graça ao homem, e depois de o socegar disse-lhe: Pois que sabes quem eu sou, e melhor ainda como me appellidam por Santarem, haveis de matar o frade fulano, por isso que elle matou o lavrador.

Correu o tempo, e o pedreiro encontrando um dia o frade, fez o que o rei lhe ordenára, e matou o frade, estando este com diversos amigos fazendo uma pescaria; foi logo prèso e processado pelo crime, fazendo-lhe carga todo o corpo ecclesiastico de Santarem a ponto tal, que o processo estava prompto dentro de pouco dias.

No dia do julgamento voltou D. Pedro a Santarem para assistir á leitura de todo o processo e lavrar elle proprio a sentença, mandou ler todas as peças do processo, e vendo que no mesmo era dicto que o frade era de bons costumes, e nada se dizia sôbre a morte do lavrador, perguntou aos julgadores, senão haveria alguma cousa, por que se podêsse presumir que o pedreiro tivesse commettido aquella morte: responderam, que o frade tinha matado havia tempos o lavrador fulano, mas que já estava livre; então, tornou D. Pedro, qual a pena a que foi condemnado por esse crime? Responderam-lhe, que o juizo ecclesiastico o castigára privando-o de dizer missa, ouvindo a resposta, o rei carregando o rosto e mostrando no mesmo a sua indignação, pediu os autos e lavrou a seguinte sentença: Visto que o frade F... por matar o lavrador F... tão sómente lhe

foi applicada no juizo ecclesiastico a pena de ficar privado do seu officio sacerdotal, condemno eu, no meu juizo secular, ao pedreiro fulano, porque matou o frade, a não tornar em sua vida, a exercer o officio de pedreiro, sob pena de morte, e mando seja já posto em liberdade.

Voltando a Lisboa mandou chamar o pedreiro, deu-lhe um bom dote, e mandou que casasse com a viuva do lavrador, e que servisse de bom pae aos orphãos!

Se todos assim julgassem? L. P. B.

PASMATORIO

—Consta-nos que em alguns concelhos de este districto, os escrivães de fazenda ainda não pagaram aos louvados, que avaliaram as propriedades inscriptas nas respectivas matrizes, e que só lhes satisfazem com promettimentos, desculpando-se junctamente que ainda não receberam ordem superior para realisar taes pagamentos.

Pedimos, pois, a quem compete, se digne providenciar a tal respeito, aliás seremos mais extensos. Ficámos de atalaia.

—No domingo proximo passado, falleceu repentinamente o sr. José da Costa Moura Gouveia, prior da freguezia de S. Bartholomeu, d'esta cidade.

—Rogámos a todas as pessoas a quem enviámos prospectos d'este jornal, o favor de se dignarem remettel-os a esta redacção, o mais breve possivel.

—Foi approvedo na camara electiva o projecto de lei, que elimina a clausula de perderem as suas pensões as pensionistas do Estado que casarem.

—Dizia-se em Paris, que em consequencia das repetidas desgraças da familia real de Portugal, o ministerio portuguez chamára dois medicos francezes, da academia de Paris, e que estes iam partir para Lisboa.

—Um telegramma de Paris, annuncia que a marquezia de Isabela, filha da rainha Christina, dera á luz, no dia 9, do proximo passado, ás 2 da tarde, com toda a felicidade, um robusto menino.

—O nosso collega do *Raio*, foi querellado pelo ministerio público, por causa d'alguns artigos que publicou, chamando o povo á revolta. Desejaremos que o collega tenha o resultado brilhante que espera obter.

—O sr. consul geral de Portugal em Marrocos dirigiu ao sr. ministro dos negocios estrangeiros um officio, acompanhado da cópia da carta que recebera do ministro dos negocios estrangeiros d'aquelle imperio por motivo do fallecimento de Sua Magestade o Senhor D. Pedro v, de saudosissima memoria, e exaltação ao throno do seu augusto irmão o Senhor D. Luiz.

É a seguinte traducção:

Louvado seja Deus unico.—Nosso querido e illustrado cavalheiro consul geral da nação portugueza, D. José Daniel Collaço, e depois de perguntar por vós e de rogar a Deus vos deixe em bem, segue-se que recebemos a vossa carta em que nos annunciastes o fallecimento do vosso soberano o Senhor D. Pedro V, e fazemos ideia do vosso sentimento por elle, que assim se foi na primavera da sua vida com vinte e quatro annos de idade, passando onde forçosamente tudo que é vivo pertence, e deixando os seus subditos afflictos e inconsolaveis. Quanto a nós lamentámos comvosco este triste acontecimento, e tomámos parte no vosso desgosto.

Verdade é que, como vimos, teve Sua Magestade por successor a seu irmão por nome o Senhor D. Luiz I, o querido da sua nação, contando vinte e tres annos de idade, e ao qual, como vós, desejámos uma longa vida. Meu amo, a quem Deus ajude, sabedor d'isto, me respondeu no mesmo sentido, e diz que, visto El-Rei ficar assim substituido, é o mesmo que se não tivesse morrido, e como a morte é condição de todo o ser vivente, deve esta ideia afastar a sua imagem da nossa memoria. Recebi a nossa amizade e a paz.

Escrepta em 15 de rajab, anno de 1278 (corresponde a 14 de janeiro de 1862).—O servo do throno elevado por Deus, Mohammed Bargach.—Deus o ajude.

Está conforme.—Consulado geral em Tanger, aos 18 de janeiro de 1862.—O consul geral, José Daniel Collaço.

PUBLICAÇÕES LITERARIAS

NOVO COMPENDIO

DE

CHOROGRAPHIA PORTUGUEZA

Para uso das escholas d'instrucção primaria.

Vende-se na loja de livros da Imprensa da Universidade; na do sr. Mesquita, rua das Covas e em casa do sr. Paulo José da Silva Neves, na Calçada. Preço 120 réis.

O SECULO

Este jornal principiou a publicar-se no primeiro do anno, porém não sendo passivel satisfazer todo o seu programma, por falta de espaço, sahirá duas vezes por semana logo que realise sufficiente número de assignaturas. Realizadas, será politico, mas a sua divisa será a imparcialidade. Advogará tudo que fôr de interesse geral — o commercio, as artes e as industrias — estigmatizará os abusos das auctoridades civis, militares, ecclesiasticas e judicias — publicará semanalmente uma chronica estrangeira — um folhetim critico-literario — e successivamente melhorará quanto seja possivel.

Os preços continuam os mesmos. Por anno, franco de porte, para o reino e ilhas 28000 réis.

As assignaturas das provincias, para serem attendidas, devem vir acompanhadas do respectivo importe. Toda a correspondencia deve ser dirigida, franca de porte, á redacção do *Seculo*, rua de S. Miguel n.º 61 — Porto.

ANNUNCIOS

1 Nos trabalhos do caminho de ferro em Alfarellos, acceitam-se todos os trabalhadores, que alli se apresentem.

Costa Simões & C.^a

IMPRESA DA UNIVERSIDADE

PORTUGAL INDEPENDENTE

JORNAL ANTI-IBERICO, LITTERARIO E NOTICIOSO DEDICADO Á MEMORIA DE EL-REI O SENHOR D. PEDRO V PELOS ARTISTAS DE COIMBRA

REDACTOR — Augusto José Gonsalves Fino

PUBLICA-SE AS SEXTAS FEIRAS

Assigna-se e paga-se este jornal: em Coimbra, na Imprensa da Universidade; nas Províncias, em casa dos Srs. Directores de Correios; no Brazil, em casa do Sr. José Julio Lopes Gonsalves, Rio de Ostras. Preços por trimestre, ou 12 números: em Coimbra 400 réis; nas Províncias 460 réis; no Brazil (moeda forte) 700 réis; — número avulso 100 réis. — Toda a correspondencia, franca de porte, será dirigida ao Redactor do *Portugal Independente*, Coimbra. — Escriptos não publicados, não serão restituídos.

EXPEDIENTE

Supplicamos aos srs. Assignantes em debito o favor de, sem perda de tempo, mandarem satisfazer a importancia do 1.º e 2.º trimestre, em vales do correio. A Redacção espera merecer a devida attenção. A importancia será dirigida ao Administrador do *Portugal Independente*, Coimbra.

Acaba de ser publicado pelo illm.º sr. Dr. Raymundo Venancio Rodrigues um extenso e volumoso livro, com o titulo de *Relatorio da gerencia municipal do Concelho de Coimbra, nos dois biennios decorridos de 2 de Janeiro de 1858 até 31 de dezembro de 1861*.

Não podemos ainda dedicar a leitura e exame d'esse livro o tempo que para esse fim seria necessario, porque não é documento que facilmente possa lêr-se nem menos comprehender-se; e por alguns periodos que rapidamente passamos pela vista, ficamos entendendo, que bem longe está aquella obra de ser um verdadeiro relatorio; parecendo-nos que mais é uma manta de retalhos do que uma historia da gerencia camarária dos dois biennios que findaram, em que só cumpria ao sr. presidente ou á camara, segundo nossa humilde opinião, dar conhecimento ao publico, das obras effectuadas e sua importancia, providencias adoptadas para o aperfeiçoamento da administração municipal — adopção das novas contribuições para fazer face ás despesas e maneira estabelecida para a realisação da sua cobrança — qual o producto d'ellas, e sua legal applicação.

Mas o sr. presidente não se limitou a isto. Vendo que era continuamente agredido, por excessos que se dizem commettidos por s. s.º pela illegal e arbitrária applicação de muitos dos rendimentos municipaes contra as deliberações da camara, que era obrigado a executar religiosamente, quiz, á custa de grave sacrificio do municipio, que não podia com a avultada despesa d'aquelle impresso, justificar perante o publico, que aquellas accusações eram não verdadeiras.

Se s. s.º o conseguiram para essa forma ou o conseguirá, é isso um ponto sobre o qual não podemos por enquanto emitir nosso juizo; porque para o fazermos, necessario é, como acima dissemos, um longo e aturado estudo.

Acompanham o Relatorio muitos documentos officiaes, e muitos mappas, que bem longe de trazerem luz á defesa de s. s.º, parece-nos que mais complicada a tornam; e que com a publicação d'alguns d'esses documentos, só se teve talvez em vista deprimir as auctoridades superiores e o governo de Sua Magestade pelas providencias que foram adoptadas, e que pelo sr. dr. Raymundo podiam e deviam ser evi-

tadas, se s. s.º fôsse mais exacto e escripturoso no cumprimento da lei.

As camaras dos dois biennios que findaram, é força confessar, alguns melhoramentos realisaram de vantagem para o municipio, porque dispunham de avultadissimos meios, de que ainda nenhuma outra poderam dispôr; mas a par d'esses melhoramentos, seremos francos em o declarar, sem intenção de offender, houve tambem muito desperdicio, e tem havido muito abuso, por quem practica não o diremos agora. O sr. presidente é activo, e tem intelligencia, e podia ter feito muitas cousas boas, e evitado muitas más, mas infelizmente s. s.º não tem tido juncto a si uma unica pessoa que o ajudasse com o prudente conselho, e que mesmo agora na publicação da sua obra, lhe lizesse algumas advertencias para evitar inconveniencias a que a paixão ou amor proprio o levaram; pelo contrario, ligado estreitamente a pessoas menos competentes para o aconselharem sobre os negocios a seu cargo, deixou-se arrastar, e precipitou-se num abysmo de que difficilissimamente ha de poder sahir.

A sua obra poderá ser favoravelmente avaliada por pessoas que existam longe de Coimbra, mas quem aqui reside, e que tem noticia exacta dos factos, pouco ou nenhum merecimento lhe pôde achar, porque á simples leitura de qualquer periodo, lhe nota a paixão que o dictou, e menos reflexão com que foi escripto, dando isso logar á publicação de alguns absurdos estabelecidos pelo sr. presidente, como por exemplo aquelle de que s. s.º, desconhecendo ou inculcando esquecer a disposição da lei, nega ao governador civil, chefe superior do districto, a auctoridade de superintender nos actos da administração municipal, opinando que essa superintendencia só compete ao tribunal de contas, quando é inegavel que a este só a lei incumbe o exame das contas, e julgar sobre a sua legalidade em vista do orçamento, que é a lei que ao sr. presidente cumpria observar estritamente, e assim evitaria tanto desgosto que o tem affligido, e de que parece ainda não esta enfadado.

Examinaremos quando podermos, detida e desapassionadamente o Relatorio, e seremos severos na sua apreciação; por supposto dedicarmos toda a nossa consideração ao seu auctor, não nos cega essa circumstancia, para deixarmos de fallar a verdade; e muito estimaremos encontrar factos apreciaveis que pela sua importancia possam atenuar aquelles que menos dignos forem da approvação do publico, que mais habilitado se acharia hoje, para ser juiz imparcial em tão importante causa, se, como a camara por mais d'uma vez determinou, se tivesse feito a publicação das actas das sessões da camara, o que s. s.º não consentiu, faltando a um dos deveres que a lei lhe impõe, quando o encarrega de executar

as deliberações por ella tomadas. Na falta da execução d'este preceito, tem s. s.º bastantes peccados, segundo nos consta.

A dor acerba, que punziu o coração de todos os portuguezes, ao saberem da infusta e prematura morte de el-rei o Sr. D. Pedro v, foi indizível... immensa; mal podem traduzir-lhe os sentidos echos de seus prantos.

As manifestações de tanta dor têm sido espontaneas e geraes: de toda a parte, como que á porfia, sobem ao Altissimo incessantes rogos pelo eterno descanso da alma d'este monarcha illustrado, protector zeloso das sciencias e das artes, e amigo sincero dos que trabalham.

Neste justo sentimento não podia deixar de tomar parte a antiga villa de Atouguia da Baleia, a qual tambem pagou o devido tributo de suas lagrimas e orações nas sollemnes exequias alli celebradas no dia 19 de Dezembro último.

Eis o que a tal respeito se lê no *Districto de Leiria* do 1.º do corrente:

«A irmandade do Sanctissimo Sacramento da freguezia de S. Leonardo d'esta villa, determinou fazer exequias solemnes pelo eterno descanso da alma do sr. D. Pedro v.

«Effectivamente no dia 19 de Dezembro do proximo passado anno teve logar esta solemni- dade, com uma pompa que excedeu todas as esperanças, attenta a escacez dos recursos.

«Sublime foi o quadro!

«Todas as estradas e avenidas estavam povoadas; todos cortiam á porfia ao templo; não havia distancias, não havia pertinaz inverno que lhes affastasse o proposito: orar, e orar com fervor era o seu unico intuito.

«Todos se agglomeraram em torno do sumptuoso e elegante catafalco; centenas de lumens o esclareciam, fazendo reflectir o resplendor das insignias reaes.

«Era um cortejo espontaneo, impellido por um sentimento tão nobre quanto sincero.

«Era a verdadeira homenagem ás excelsas virtudes do regio finado.

«A igreja, que é vasta e magestosa pelos gostos godo e arabe que transmite, estava armada o melhor possível, mais pelo gosto, que pela riqueza; mas o fausto e a opulencia nem sempre é o melhor transmissor das profundas sensações d'um povo de heroes.

Ao que fica extractado do excellente artigo do sr. Arez, cumpre-nos acrescentar a descripção de uma das scenas mais patheticas, que tiveram lugar nesta lugubre solemni- dade, e que nos maravilhou não vemos alli men- ção.

«A dar-se começo aos officios: eis que inesperadamente entram no templo incorporados,

em número de 42, e presididos pelo seu digno professor, os alumnos de instrução primária, levando na sua frente um d'elles, a bandeira nacional, coberta de negro crepe, com a legenda — I. P. em Atouguia da Baleia — e outro, numa salva, uma coroa de perpétuas, que um sacerdote foi collocar junto da elevada eça, como homenagem de gratidão prestada ao magnanimo rei, que tanto protegêra e animára a instrução da mocidade.

Este acto surprehendeu e encheu de assombro a immensa multidão que o presenciou; e a religiosa attenção, que se notára em alumnos de tão verdes annos, por espaço de mais de quatro horas, que durou a lugubre funcção, excitou a admiração de todos.

Bem haja o nosso patricio e particular amigo, o sr. Dionysio Roberto Quaresma, que assim contribuiu para realçar a pompa de um acto tão solemne, plantando ao mesmo tempo nos tenros corações de seus discipulos os elevados sentimentos de amor da patria, e de adhesão á real familia.

Coimbra, justamente orgulhosa, ufana-se de que seus filhos, em toda a parte, se distinguam por acções nobres, que os honram a si proprios, e á patria que lhes deu o ser.

Seríamos injustos se não mencionassemos tambem aqui os relevantes serviços prestados pelo rev.º sr. D. Sebastião Martyr, o qual gratuitamente se encarregou da direcção da armação do templo; de todo o ceremonial durante o officio; e da oração funebre, que recitou em estylo tão elegante e pathetico, que fez brotar copiosas lagrimas a todo o auditorio que, commovido, o escutava.

É egualmente justo, que fiquem aqui registrados os nomes do muito rev.º prior, o sr. dr. Francisco de Carvalho, e do thesoureiro da confraria, o sr. Manuel Antonio Monteiro, pelos esforços que empregaram para tornar este acto o mais apparatuso possivel.

Mil louvores a todos os que assim contribuíram, para o esplendor de um acto, que attesta, quanto tem sido doloroso o sentimento pela perda do excelso monarcha, a quem tão sinceramente chorámos! **B.**

Ouro é, o que ouro vale

(Tradução)

Uma grande concorrência enchia os degraus do adro de Sevilha, no primeiro dia de Paschoa da Ressurreição do anno de 1515. Os sinos das egrejas da cidade annunciavam com alegres repiques a solemnidade do dia, e os diversos individuos de todas as classes e condições só se occupavam de objectos de religião. Sem embargo, a galanteria não estava ociosa, e se o huliçoso vento levantando o veu de alguma dama, deixava a descoberto um rosto, viam-se uns olhos, cujos reflexos projectavam fundas feridas no coração d'aquelles, para quem se dirigiam.

Em quanto a multidão se comprimia em torno do templo, formando um susurro como de cortiço de abelhas, encontraram-se no portal da egreja um mancebo e uma dama, cujo garbo enchia de admiração a quantos a viam. O mancebo caminhava com todo o desembaraço, levando o chapéu pôsto á banda, a capa caía-lhe em graciosas pregas; uma das mãos apoiava-se na guarnição da espada; e a outra acariciava um lindo bigode preto, que contribuía para dar maior realce á alvura de seu rosto: não ia acompanhado por pagem ou escudeiro.

A dama essa era guardada por uma dona, a mais perspicaz Argos de quantas donas existiam de Jaen a Cadiz; para não se distrahir, levava os olhos fixos no seu livro d'orações.

Advertindo a joven que o cavalheiro lhe ia tão proximo, procurou cobrir-se com o veu, que o vento tinha levantado; mas não o fez com tanta ligeireza que não desse logar a que este visse um semblante perigrino, e capaz de causar inveja ás mais celebradas bellezas de Sevilha. Deteve-se o cavalheiro, para dar logar a que a joven passasse, e, tirando o chapéu, cuja pluma chegou a varrer o chão, fez uma profunda cortesia.

— Se eu fôra rei, vós de certo serieis rainha, disse elle com muita galanteria.

As faces da donzella, ouvidas estas palavras, coloriram-se de vivo carmim, mas como a este tempo a velha dona levantasse os olhos do livro, e visse o cavalheiro embevecido na contemplação da dama, cuja guarda lhe fôra confiada, agarrou-lhe no braço, e a passos precipitados se encaminhou para a egreja, murmurando encolerizada.

— Pela Virgem dos reis! Nem aqui nos deixam em paz. Se eu tivera algum poder, não havia de deixar na cidade nem um d'estes peralvilhos, havia de envia-los para além dos mares, para evitar que pervertam as mulheres, pondo-as em risco de perderem a virtude. A formosa sevilhana não pensava porém por esta fôrma. *(Continúa)*

Achámos de tanto interesse para as classes laboriosas o seguinte que publicou o nosso collega do *Gremio Alemtejano*, que, sendo nós um dos que mais se empenham pelo seu engrandecimento e illustração, não podemos deixar de, com a devida venia, o reproduzir. Eil-o:

Propomo-nos hoje a tractar das associações de *soccorros mutuos*, as quaes, como diz o sr. Forjaz «são tão eminentemente uteis á moralidade como á economia politica.»

Num periodico como o nosso, seria uma falta indesculpavel não fallar d'este assumpto e d'outros, de que tencionámos occupar-nos depois d'este: só esta consideração venceu a tentação, que experimentámos de nada dizer d'esta importantissima instituição, tentação, que foi produzida pela lembrança de que habeis escriptores a têm descripto com tão bellas côres, e fundamentado em tão solidos argumentos, que nós nada podemos acrescentar, e só podemos expôr as suas ideias, o que de modo nenhum faremos com elles; o nosso artigo, será como o astro da noite, que nos transmite os raios da luz, que recebe do sol, mas pallidos já, e pouco intensos; assim no nosso escripto se reflectirão as ideias, dos poucos escriptores que lemos, mas já sem a graça de uma boa exposição.

Em toda a parte desejavamos ver fundadas estas tão bellas associações compostas de individuos, que entrando com pequenas mensalidades para o fundo geral da sociedade, tivessem depois direito a receber soccorros determinados, na molestia, na velhice, na interrupção do trabalho, ou a deixar por sua morte a seus filhos orphãos, ou a sua mulher viuva estes mesmos soccorros, que matariam a fome ao filho, que não pôde ganhar pelo trabalho, ou á desditosa viuva.

Na classe laboriosa, em que o braço vigoroso do pae é a unica fonte de riqueza da familia muitas vezes numerosa, é incontestavel e até evidente a absoluta necessidade d'uma tal instituição: quando esta não pôde trabalhar e ganhar a subsistencia para elle e para sua familia, ou porque cae victima d'uma enfermidade, ou pela velhice ou por qualquer circumstancia, quem sustental-os? Nas actuaes circumstancias da mór parte das terras, a caridade pública; mas triste recurso, que torna o homem escravo de seu protector, que muitas

vezes não é impellido a praticar as boas acções por um espirito caritativo, que não é um christão, mas um despota, que deseja ver crescer o número dos seus dependentes, para depois abusar d'um nobre sentimento da parte d'estes, do seu reconhecimento, para os tornar instrumentos cegos dos seus caprichos, das suas paixões! Triste recurso sempre penoso de solicitar! Remedio precario e incerto, que por isso pôde precipitar no tumulo o homem laborioso, e amante de sua familia. As fadigas continuas e incessantes, produzem muitas vezes a enfermidade do homem, que trabalha e que arrosta com o sol ardente do estio, e com os rigores do inverno para os sustentar e a sua familia: elle tem um recurso, a caridade subministra em regra o hospital, mas a familia, a mulher e os innocentes filhinhos? Esses desditosos são obrigados a mendigar o pão de cada dia, e felizes e mui felizes quando o alcançam; mas quantas vezes soffrem a fome e a miseria com todas as suas tristes consequencias? Fome e miseria! nomes horrorosos e ainda mais horrorosas e temiveis circumstancias, que fazem vacillar a virtude mesmo onde ella se acha firme em mais solidas bases! Quantas vezes produzem o roubo, a deshonra, o descredito de quem lhe não pôde oppor mais do que a virtude?! Soffre muitas vezes a mãe as proprias necessidades, sempre firme, sem a sua virtude ser abalada; mas as necessidades d'um filho custam mais a uma carinhosa mãe, e a mulher que encarou corajosa a fome propria, não tem a sufficiente força para resistir, se a fome assalta o filho, e ella já a não pôde saciar; d'aqui provém crimes de todas as naturezas.

O mesmo que se dá quando o marido se acha enfermo, se dá, e com mais razão, em todas as outras circumstancias, em que não pôde trabalhar.

Na hypothese que expozemos, achando-se o marido doente num hospital, já encarámos a sorte da familia, mas lancemos agora os olhos sobre o estado do proprio enfermo, e vejamos se além dos padecimentos physicos não soffre incommodos a que a medicina não pôde dar remedios, incommodos, que bem merecem ser attendidos por todos os que se empenham em conseguir o bem estar da humanidade.

Se podesseis descobrir os pensamentos de cada um, se podesseis ver as dores, que lhe dilaceram o coração, se muitas vezes ouviseis as expressões, que lhe escapam furtivamente por entre os labios, ou mesmo, que o excesso da dor o obriga a proferir e commuñicar a quem o escuta, conhecereis que o espirito está enfermo, e que d'esta enfermidade se resente o corpo; o remedio sobre o corpo será infructuoso, e verieis, que o longo padecer do espirito, por mais d'uma vez precipita no sepulchro este homem desditoso.

Mas quaes as causas d'este soffrer? Bem as podeis descobrir no que acima disse; é que ao enfermo continuamente atormentam as desgraças, a miseria, a fome da familia, a seus ouvidos continuamente soarão as vozes já enfraquecidas dos filhinhos, que lhe dirão — tenho fome! — e estas e outras lembranças atormentam horrivelmente um pae: d'aqui a sua maior doença, este o seu mais pungente soffrer.

Estas e outras reflexões não podiam deixar de ser attendidas pelos operarios do progresso; o genio dos homens, que desejam o bem-estar da humanidade, não podia ser indifferente a estes incommodos Moraes d'um pae, elles não poderão deixar de attender á desgraça d'um pae, a quem a morte muitas vezes surprehende; quando lastima a fortuna do querido filhinho, que reputa já orphão; e os homens

co'o seu regato, as suas oliveiras,
o chão tractado de horta,
o breve canavial, o páteo, a casa,
o freixo erguido á porta;

ha de deter-se o viandante; o artista
abrir o lapiceiro;
e hão de ambos respirar: Oh! valle! oh! campo!
suppris-me o mundo inteiro.

Vae, desce o umbroso atalho, que entre comoros
cavado, ermo, e tranquillo,
te vae pôr ante o ádito singelo
d'aquelle *manso asylo*.

E eil-o o amigo portal, que ensombram heras,
aberto e prásenteiro.
Entra. No páteo, arrulhos te dão logo
um *salvo* hospitaleiro.

A immensa paz d'este risinho albergue,
tão rude e tão sincero,
ha de acalmar-te ess'alma toda fogo,
e reflorir-te, espero!

E como resistir-lhe, ouvindo em torno
do musgoso tugurio
aves, abelhas, musica de folhas,
o campo, e o seu murmurio!

Depois, os teus passeios ao ar livre,
entre o olival e a messe,
á tarde, a ouvir na ermida a Ave-Maria
como uma infantil prece!

Depois o poetar, livre, fecundo,
a poesia bucolica,
deixando muda, antes quebrando á lyra
a corda melancholica!

E depois, as leituras no silencio
de um serão de invérnia!
Oh! só pensando em tal!... sinto eu no peito
um mundo de poesia!

De manhan, darés tu, tu própria, o milho
ao teu povo esvoaçante
da capoeira e do pombal; á tarde,
lá no aprisco balante.

ordenhar, recontar esse outro povo.
Toda a noite levada
'num somno bemfeitor. E no outro dia
á frésca madrugada!

Oh! gozar 'num tal sitio uma tal vida
é quasi um ceu na terra!
Vae, vae gosal-os, anjo; amor, saude,
esse ermo tudo encerra.

Adeus, monja do baile; a tua lyra
invoque o estro, e espere-o;
e diz: — «Eremita sou da poesia;
e o vate descobriu-me este eremiterio.»

PASMATORIO

— Na 2.ª página, 1.ª columna, linha 37,
do antecedente número d'este jornal, onde se
lê — foi supprimida totalmente no nosso paiz a
abolição de pena de morte — deve ler-se — quando
for supprimida totalmente no nosso paiz a
pena de morte.

— Sabemos que no sabbado, 22 do cor-
rente, terá lugar no theatro de D. Luiz 1, a
4.ª récita ordinaria, subindo á scena a *Pro-
bidade*, drama em 1 prologo e 2 actos, e *Uma
chavena de chá*, comedia em um acto.

É grande a influencia.
— Os srs. assignantes d'este jornal, que

não queiram continual-o a ser no terceiro
trimestre, que começará no n.º 25, terão a
bondade de o participar á Redacção o mais
breve possivel; e os que debitem a impor-
tancia da assignatura, tanto do 1.º como do
2.º trimestre, convidamol-os a mandar satis-
fazer, se no seguinte número (21) não quize-
rem ver os seus nomes publicados; o que de
certo não podêmos deixar de fazer se não for-
mos attendidos. Não é a quantia tão avultada
que não possa ser satisfeita no mais curto es-
paço de tempo, ou por meio de estampilhas,
ou em vales do correio. As despesas a que
estamos obrigados hão de ser satisfeitas; e
portanto rogâmos o favor de nos auxiliarem
com as importancias em debito.

— O sr. ministro dos negocios estrangeiros,
sendo interrogado na camara dos srs. depu-
tados sôbre a questão do Barão de Moreira,
declarou que já havia dirigido ao mesmo Ba-
rão a sua demissão de consul geral no Bra-
zil. Oxalá que assim seja.

— É tal o estado intransitavel em que se
acha o becco da Carqueija, que somos obri-
gados a pedir providencias, a fim de que
aquelle local se conserve sempre limpo e
aceiado.

— Recebemos um Relatorio da gerencia da
vereação municipal d'esta cidade, nos dois
biennios findos, cuja remessa muito agradece-
mos.

— Consta-nos que o sr. dr. Luiz Caetano
Lobo, reitor em Arganil, stenciona pedir a
sua transferencia para a parochia de S. Bar-
tholomeu, d'esta cidade. A ser verdadeira esta
noticia, felicitâmos os interessados.

— O nosso collega do *Tira-feimas*, fallando
da última récita que houve no theatro de D.
Luiz 1, diz: «O desempenho foi regular; e al-
guns dos actores conseguiram vencer as difi-
culdades dos seus papeis.»

«Por nós, só diremos que as damas andam
como era de esperar! mal e sem consci-
encia dos seus papeis.»

Em que ficâmos, collega; se o desempenho
foi regular, as damas não andaram mal; se
andaram mal, o desempenho não foi regular.
Já se vê que o illustre chroniqueiro diz mal
das damas porque antipathisa com ellas. Não
seja pois tão mau; chegue-se á razão, e diga:
as damas andaram mal, nesta ou naquella
scena, mas tiveram outras de bom exito, e
foram applaudidas. Será isto verdade?

PUBLICAÇÕES LITERARIAS

NOVO COMPENDIO

CHOROGRAPHIA PORTUGUEZA

Para uso das escholas d'instrucção primaria.

Vende-se na loja de livros da Imprensa da
Universidade; na do sr. Mesquita, rua das Covas
e em casa do sr. Paulo José da Silva Neves,
na Calçada. Preço 120 réis.

O SECULO

Este jornal principiou a publicar-se no
primeiro do anno, porém não sendo pos-
sivel satisfazer todo o seu programma,
por falta de espaço, sahira duas vezes por
semana logo que realise sufficiente nú-
mero de assignaturas. Realizadas, será po-
litico, mas a sua divisa será a imparcia-

lidade. Advogará tudo que for de interesse
geral — o commercio, as artes e as indus-
trias — estigmatizará os abusos das aucto-
ridades civis, militares, ecclesiasticas e ju-
diciaes — publicará semanalmente uma chro-
nica estrangeira — um folhetim critico-lit-
terario — e successivamente melhorará
quanto seja possivel.

Os preços continuam os mesmos. Por
anno, franco de porte, para o reino e ilhas
2\$000 réis.

As assignaturas das provincias, para se-
rem attendidas, devem vir acompanhadas
do respectivo importe. Toda a correspon-
dencia deve ser dirigida, franca de porte,
á redacção do *Seculo*, rua de S. Miguel
n.º 61 — Porto.

O DIA 1.º DE DEZEMBRO DE 1640

Memoria historica dos successos
de Portugal, desde a morte de El-Rei
D. Sebastião, até á feliz aclamação
de D. João IV

ANTONIO FRANCISCO MOREIRA DE SA
Vende-se em Coimbra, na Imprensa da
Universidade, e em Lisboa, Porto e nas mais
terras do costume. Preço 100 réis.

LEI DO SELLO

Vende-se na loja da Imprensa da Univer-
sidade. Preço 40 réis.

ANNUNCIOS

1 Reunião da assembleia geral dos ac-
cionistas no dia 16 de fevereiro de
balhadores, que alli se apresentem.
Costa Simões & C.ª

**SOCIEDADE DOS BANHOS
DE LUSO**

2 Nos trabalhos do caminho de ferro em
Alfarellos, aceitam-se todos os tra-
1862, pelas 11 horas da manhan, no Paço
Episcopal. Parecer da commissão de con-
tas. — O secretario da direcção, *Alexan-
dre de Assis Leão*.

3 José Dias de Paiva, morador na rua do
Visconde da Luz (antiga do Coruche) faz
público, que tem aberto o seu estabelecimento
de ferragens nacionaes e estrangeiras, oleo e
tintas para pintar. Tambem tem á venda bi-
lhetes, de loterias e fracções, que tudo vende
por preços commodos.

Offerece seus serviços a todos os seus ami-
gos e freguezes, que eram do estabelecimento
que girava debaixo da firma de Sousa &
Paiva.

IMPRESA DA UNIVERSIDADE

PORTUGAL INDEPENDENTE

JORNAL ANTI-IBERICO, LITTERARIO E NOTICIOSO
DEDICADO Á MEMORIA DE EL-REI O SENHOR D. PEDRO V
PELOS ARTISTAS DE COIMBRA

REDACTOR — Augusto José Gonsalves Fino

PUBLICA-SE ÁS SEXTAS FEIRAS

Assigna-se e paga-se este jornal: em Coimbra, na Imprensa da Universidade; nas Provincias, em casa dos Srs. Directores de Correios; no Brazil, em casa do Sr. José Julio Lopes Gonsalves, Rio de Ostras. Preços por trimestre, ou 12 números: em Coimbra 400 réis; nas Provincias 460 réis; no Brazil (moeda forte) 700 réis; — número avulso 400 réis. — Toda a correspondencia, franca de porte, será dirigida ao Redactor do *Portugal Independente*, Coimbra. — Escriptos não publicados, não serão restituídos.

EXPEDIENTE

Supplicámos aos srs. Assignantes em debito o favor de, sem perda de tempo, mandarem satisfazer a importancia do 1.º e 2.º trimestre, em vales do correio. A Redacção espera merecer a devida attenção. A importancia será dirigida ao Administrador do *Portugal Independente*, Coimbra.

Mulheres celebres da revolução franceza

Foram tantas e tão dignas de menção honrosa as heroínas, que appareceram em França, no tempo dos chamados Jacobinos, que não sei a qual deva dar a preferencia: algumas houveram que, junctando o amor ao patriotismo, fizeram prodigios e mostraram ao mundo inteiro, que o amor é o sentimento impetuoso, que engrandece o coração humano, e o torna superior, muitas vezes, a todos os obstaculos e a todos os perigos.

A historia abunda em exemplos de sacrificios nobres, e de triumphos, que assignalaram o imperio do amor em todos os tempos; mas a revolução franceza, que levou todos os sentimentos ao enthusiasmo, deu, sôbre tudo, ao amor, no coração das mulheres, um grau de exaltação de que ha poucos exemplos nos fastos da especie humana; e os factos, que vou apresentar, provam assás quanto acabo de dizer.

Thereza, a INFERMEIRA

O amor é uma gotta celeste, que a Providencia verteu no calix da vida para lhe corrigir o amargor.

R. DE B.

Foi prêso em Paris um pobre rapaz, chamado *Dubois*, natural de Bordeus, a titulo de — contra revolucionario; porém o pobre rapaz, que tinha tantos crimes como muitas outras victimas, que perderam a cabeça no cadafal, adoeceu gravemente na cadeia, e força foi mandarem-no para o hospital: aqui teve a fortuna de encontrar uma caridosa mulher, chamada *Thereza*, que o tratou com tanto desvelo e carinho, como teria mostrado a um filho seu.

Dubois era um rapaz perfeito e de boa presença; e sua caridosa enfermeira, pelo tracto constante, sentiu-se captivada d'elle a ponto tal, que não podia estar longe do doente a quem de continuo pedia lhe contasse suas desgraças e desgostos; cujos soffrimentos ella procurava distrahir com seu constante desvelo e carinho. Mas a pobre enfermeira não tinha força para declarar a *Dubois* seu amor; e a ideia de que a guilhotina lhe havia de roubar aquelle que tanto amava, era para ella insupportavel: aquella que tinha por officio ver todos os dias a morte, succumbia com a ideia

de que havia de perder um ente, a quem se ligára insensivelmente: quando estava longe do doente as lagrimas lhe banhavam o rosto, e sem cessar, pedia forças a Deus, para que lhe inspirasse o modo de salvar a *Dubois* da guilhotina.

Um dia em que o medico acabava de visitar o inferno, deu á enfermeira os parabens pelo bom tractamento empregado por ella para salvar a vida a *Dubois*; mas, accrescentou elle, para que havia de melhorar? Não o espera uma morte tão cruel? A pobre rapariga ficou como ferida d'um raio, e posta de joelhos defronte da imagem da Virgem, seu pranto e orações não tiveram limites; mas de subito accomettida por uma ideia, corre ao quarto de *Dubois*, e, sem lhe declarar seu amor, communicou-lhe o que o medico acabava de dizer, e a ideia fixa em que estava de o salvar mesmo á custa de sua vida. *Dubois* fica admirado de tanta dedicação, e, agradecendo-lhe tão generoso desejo, mostra-lhe a impossibilidade de sahir d'um quarto, onde tão vigiado era: ella então lhe aconselha que dê signaes de convulsões violentas, e que, depois de vizitado no dia seguinte, se fingisse morto por effeito das convulsões, porque do mais ella se encarregava. *Dubois*, vendo em *Thereza* sua unica tábua de salvação, promptificou-se a tudo; no dia seguinte, depois de vizitado pelo medico, que observou o estado do doente e lhe receitou para as convulsões, recommendou á enfermeira que vigiasse os effeitos do remedio, e tivesse muita cautela com o doente, porque desconfiava que elle se houvesse envenenado.

Thereza, mal o medico sahiu, foi agradecer á Virgem Sanctissima a ideia, que lhe suggerira e que lhe parecia tão pudico, para salvar seu amado, depois de tudo, deu parte a *Dubois*, e, no dia immediato, quando o facultativo se apresentou á visita, a enfermeira lhe participou que o doente depois de haver tido alguns vomitos, fallecera, deplorando em sentidos termos, a morte d'elle. O medico, vendo que elle já estava involvido num lençol, não procurou indagar mais nada, e retirou-se sem a menor suspeita do estratagem. Logo, 'nessa noite, mandou *Thereza* a cadaver do supposto morto para a sala das disseccões, dizendo que os discipulos de Anatomia o haviam pedido.

Dubois, apenas se viu só na sala, tractou de se vestir com o fato d'um cirurgião, que *Thereza* tinha involvido no negocio, e escapou-se com este disfarce sem ser conhecido. Porém o engano não podia durar muito tempo e logo no dia immediato, se descobriu. *Thereza* foi prêsa e chamada a perguntas: era tanta a sua alegria por ter salvado a *Dubois*, que confessou tudo da melhor vontade e sem a menor dissimulação; e accrescentou: — Não tenho o menor arrependimento do que practiquei, e, se á guilhotina tirei o corpo d'um in-

nocente, em paga, dou o meu, porque — sou culpada.

Suas maneiras, sinceridade, belleza e coragem moveram de tal modo os animos d'aquelles algozes, que *Thereza* foi posta em liberdade.

Sabendo *Dubois* tudo o que acabava de acontecer, escreveu logo de Hespanha, para onde se havia refugiado, dizendo á bella enfermeira os sentimentos que o dominavam e pedindo-lhe fôsse ter com elle; o que ella fez, depois de se informar de que eram verdadeiros seus sentimentos e intenções, 'naquelle paiz casaram e lá viveram até que a morte de *Rebepierre* mudou a face ao estado calamitoso em que jazia a França.

(Continúa)

L. P. B.

Fins das associações dos artistas

Que triste sorte é a do pobre artista, que trabalha e mata seu corpo, para receber no fim da semana uma ferida que muitas vezes mal chega para se alimentar a si, e a sua propria familia!

Pobre é o artista que trabalha toda a sua vida para comer um bocado de pão, sem passar por algum vexame!

O artista muitas vezes deixa de satisfazer as suas necessidades e de sua familia, por causa da mesquinhez do seu salario; trabalha incessantemente para economisar algum dinheiro, mas muitas vezes gasta-o com prejuizo seu e de sua familia, e não se lembra que pôde chegar a uma idade avançada que o prive do trabalho, tendo por assim dizer de mendigar uma esmola de porta em porta, sem a sua vez nada adquirir, e a seus innocentes filhos! Não será pois possivel remediar a sorte do artista?

Não haverá um meio com que elle possa viver com mais satisfação e com menos sacrificio, não se vendo desamparado durante a doença ou a velhice? Ha; mas qual? A associação. Então porque não se associam os artistas que ainda o não estão? Porventura, as associações de soccorros não tem valido a tantos milhares de infelizes, soccorrendo-os, a trôco d'uma insignificante quantia que elles dão semanalmente?

O artista deve possuir sentimentos nobres para poder partilhar d'estas vantagens nos infortunios da vida, e praticar boas acções, para ser estimado e respeitado na sociedade, desprezando todos os vicios que lhe possam ser prejudiciaes á saude, entregando-se ao sancto principio da associação, pelo que necessariamente ha de vir a ser bemquisto, não prejudicando de fórma alguma os seus interesses pelo amor próprio que lhes dedicar.

Convencido está já o artista associado, que, durante a sua infirmitade, lhe não faltam os

sóccorros precisos para o seu restabelecimento, e por essa razão pedimos para que cada membro da associação seja o seu sustentáculo, concorrendo todos com as suas forças para o bem-estar d'ellas, acabando-se por uma vez com as desintelligencias e rivalidades que a cada momento apparecem, que só servem muitas vezes para ver se podem destruir o que tanto custou a conseguir. Unam-se todos como irmãos, não só no trabalho como na lide social, abençoando os que primeiro arvoraram a bandeira da liberdade social, e que á custa de tantos sacrificios e fadigas, a tem propagado para o bem geral dos artistas.

(Jornal dos Artistas). M. M. S.

Havendo algumas pessoas mal intencionadas espalhado por ahi o boato de que temos obtido do sr. governador civil d'este districto muitas audiencias particulares, e que por isso as nossas relações com s. exc.^a são íntimas, cumpre-nos aqui declarar bem alto e com a viseira descoberta, que tudo quanto a tal respeito se tem dicto é inteiramente falso e destituído de fundamento.

Se temos publicado neste jornal alguns artigos elogiando a administração de s. exc.^a, também temos apresentado outros censurando seus actos, o que por certo não o fariamos se por ventura as nossas relações com s. exc.^a fôsem tão íntimas, como se pretende fazer acreditar.

Que intimidade pôde haver entre duas pessoas que apenas uma unica vez se fallaram, e que quando na rua se encontram nem ao menos se comprimentam?

Qual será, pois, o motivo d'esta indifferença? Será porque s. exc.^a nos não ligue a menor importancia; ou nos não conheça? Ou porque entre ambos haja combinação para assim obrar? Quem duvidar da verdade, pergunte-o ao sr. governador civil; mas antes d'isso suspenda-se qualquer juizo que a nosso respeito possa ser feito.

Esta satisfação não a damos a quem tem feito espalhar taes boatos, porque essas pessoas só nos merecem dó e compaixão; devemos-lhe sim áquelles individuos, que nos honram com a sua estima e amizade, e que se têm dignado dispensar-nos a maior consideração, que não merecemos.

Se os nossos inimigos, porém, quizerem continuar a dizer o que bem lhes approuver, podem fazel-o, porque nos não causa nem o mais pequeno abalo, nem o menor damno, porque temos a consciencia tranquilla e socegada, e porque os nossos actos, por onde havemos de ser julgados, estão acima de todas essas invectivas.

Fallámos sem receio de que nos desmintam.

A. J. GONSALVES FINO.

No n.º 19 d'este jornal publicámos um excellento artigo, que tem por titulo — *A reforma do Código Penal*, no qual se diz haver sido apresentado á camara dos srs. deputados um projecto de reforma ao mesmo código.

Neste projecto ainda infelizmente se vê notada a repugnante applicação de pena de morte; e como Portugal é um dos paizes civilizados, deve ser infallivelmente eliminada aquella parte do código, para que não queiramos parecer-nos, neste caso, com a nossa vizinha Hespanha, onde o sangue de tantas victimas tem regado grande porção de terra.

Affastemos para longe da nossa imaginação essa odiosa ideia: mostremos a toda a Europa, ao mundo inteiro, que caminhámos na vanguarda da civilização; provemos que ao ho-

mem não é permitido tirar o que dar não pôde — a vida, o que só a Deus compete.

Reconhecemos a necessidade que ha de castigar asperamente aquelles que praticam horrosos crimes; busquem, pois, esse meio de punir, mas não façam rolar cabeças, nem correr sangue de irmãos, que talvez innocentes, subam ao cadafalso.

A occasião é obvia; não percamos tempo em mostrar que a nação reclama unisona a abolição da pena de morte; e por isso chamámos a attenção da imprensa periodica para um assumpto de tanta importancia e da maior responsabilidade.

Em breve seremos mais extensos.

AUGUSTO JOSÉ GONSALVES FINO.

Quando no nosso antecedente número demos publicidade a um artigo sobre o relatório do ex.^{mo} sr. presidente da camara municipal d'esta cidade, não foi com o fim de offender uma pessoa tão respeitavel como o sr. Dr. Raymundo Venancio Rodrigues, cujos serviços prestados ao municipio durante a sua gerencia, são de grande importancia e interesse.

Sua ex.^a dignou-se enviar-nos um exemplar d'aquelle relatório, e o nosso dever era apresentar sobre elle algumas observações: e foi o que fizemos, segundo nos parece.

Sentimos, porém, amargamente, que s. ex.^a duvide da nossa boa fé; porque, cremos, que temos dado a s. ex.^a exuberantes provas de affeição e amizade que lhe consagrámos, e que pelos obsequios que do nosso amigo temos recebido, jámais deixariamos de lhe prestar consideração e estima.

AUGUSTO JOSÉ GONSALVES FINO.

Falleceu em Coimbra o carteiro Francisco José d'Almeida. Extremamente pobre, a sua morte foi devida á cruel doença para a qual não houve barreira que lhe estorvasse o passo. A falta de meios associou-se com a doença e lançou-o na sepultura.

A este respeito, diz o *Conimbricense*:

A morte d'este homem suggere-nos algumas considerações sobre os carteiros de Coimbra.

Estes empregados ganham 300 réis cada um dia em que trabalham. Se é pouco ou muito não o diremos aqui; apenas lembraremos que, fôra um acto da maior justiça venderem esses empregados o mesmo ordenado quando a doença os assaltasse.

A vida do homem não tem preço. O carteiro em geral, é um homem com familia, e que para a sustentar tem apenas 300 réis por dia. Com este dinheiro vive mal, mas vive, se tem saude; se adoce, morre, porque não recebe a parca quantia! Que miseria a da familia que deixa!...

O carteiro que expirou foi dos que experimentou a triste consequencia. Sem meios para combater a doença, apenas alimentado pela caridade de seus companheiros, e pela de uma familia d'esta cidade, a todos os quaes tributámos por isso os merecidos louvores, Francisco José d'Almeida expirou no serviço público, quasi ao abandono!

Constando-nos que, á maneira dos carteiros de Lisboa e Porto, os de Coimbra tencionam réquerer pedindo o vencimento de ordenado nas doenças, rogámos aqui, na imprensa, aonde se devem advogar e defender as causas sanctas, ao ex.^{mo} conselheiro Lessa, que proteja esta pretensão, e á camara dos srs. deputados o favoravel despacho do projectado requerimento dos carteiros, attendendo-os com a justiça que os acompanha, em nome da boa moral e da humanidade.

Recebemos um exemplar do relatório e contas da direcção da sociedade philantropico-academico, no anno de 1861-1862.

Em seguida damos publicidade ao bem elaborado relatório:

Senhores! A Direcção da Sociedade Philantropico-Academica, concluido o tempo da sua gerencia, vem hoje, depositando em vossas mãos o mandato honroso de que a encarregastes, dar-vos conta da sua administração; e, cumprindo assim uma obrigação que lhe impõem os Estatutos no art. 13, § 7, obedece também a um dever que a consciencia e a honra lhe dicta.

A Direcção, Senhores, conscia da nobre missão que lhe haviéis outorgado, e desejando satisfazer, quanto nella fôsse, aos encargos da sua ardua tarefa, nem um só momento deixou de se esforçar pelo engrandecimento e prosperidade de uma associação tão justa, tão sancta e que pelos seus fins tão digna se torna da protecção da academia. Se mais não fez, não foi á mingua de desejos, mas porque onde sobrava a vontade não alcançaram as forças. De mais, senhores, forçoso é confessal-o, a academia, parecendo desconhecer o fim e utilidade d'esta instituição tão nobre, tão sua, e que tanta honra lhe faz, não a tem auxiliado quanto podia e devia fazer. Pretextam a má applicação dos fundos, queixam-se de pouco zêlo das direcções; mas isto é frivolo e infundado, e só serve para acobertar o pouco interesse com que se olha para esta sociedade.

A nós resta-nos a consciencia tranquilla de que, durante o tempo da nossa gerencia, cumprimos sempre com a lei, moderada pela equidade. Fomos summamente meticulosos no conceder de sóccorros.

Se julgam que á lei se deve imputar o não ter esta sociedade progredido mais — venham e reformem-a, que têm esse podêr. Se a nós, por não a termos cumprido, patentes lhes estão as portas da secretaria, ahi os documentos, que justificam nossa gerencia, vejam-os, e examinem-os minuciosamente, e depois, aferindo os nossos actos pela lei que nos rege, ajuizem d'elles o que a sua illustrada intelligencia lhes dictar.

Encetámos a nossa gerencia com bons desejos: era fito nosso proseguir na senda trilhada pela Direcção passada, que, honra lhe seja feita, muito trabalhou pela prosperidade d'esta associação.

Havia-nos esta deixado um fundo de réis 2:250\$525 em dinheiro e em inscrições, e queriamos, quando não podessemos deixar um maior á nova Direcção, deixar-lhe ao menos igual; não podêmos, todavia, levar á realisação nossos desejos, porque não tivemos, como ella, receita alguma extraordinaria. A não serem 32\$295 réis, que recebemos por occasião de se fecharem matriculas, não tivemos alguma outra, apesar de que por mais de uma vez tentámos conseguil-o; mas infelizmente parece que má sina acompanhava os nossos projectos, nem um só vingou!

Desejando realisar algumas quantias, que as direcções passadas haviam emprestado, escrevemos por mais d'uma vez aos diferentes devedores; mas desgraçadamente pouco aproveitámos com as nossas diligencias e instancias, porque alguns d'elles nem ao menos responderam ás cartas que lhes enviámos, e nós não tínhamos meios de os obrigar judicialmente.

Vendo que as mensalidades dos socios são a unica fonte de receita com que a sociedade pôde contar, e sendo aquellas tão pequenas, e o número d'estes tão limitado, tractou a direcção de fazer alistar o maior número que pôde; e a esse fim dirigiu ultimamente um

convite especial a cada um dos membros do corpo cathedratico. Endereçamos aqui os nossos agradecimentos aos que se dignaram acceder ao nosso pedido.

A direcção, summamente escrupulosa em distribuir os soccorros, sabendo que entre os academicos prestacionados pelas direcções transactas havia alguns que actualmente não satisfaziam ás condições dos Estatutos, retirou-lhes as prestações, dando-as a outros que mais satisfizessem aquellas condições.

Ha um facto, que a direcção não pôde, sem quebra d'um dever de gratidão e saudade, deixar de registrar aqui. É um facto, que, cobrindo de lucto uma nação inteira, ainda hoje faz verter lagrimas, que a saudade não deixa estancar!

O anjo da morte, pairando por sobre o throno portuguez, arrojou de lá ás sombras do tumulo o monarcha illustrado, o rei eminentemente liberal e philantropico, o protector d'esta associação, o Senhor D. Pedro v!

A direcção, interprete dos sentimentos da sociedade, quiz prestar ao monarcha augusto o ultimo feudo de reconhecimento e saudade, mandando dizer uma missa na capella da universidade pelo seu eterno descanso, para a qual convidou os socios e mais pessoas que a ella quizessem assistir.

Pelo que respeita á despesa, vereis pelo mappa juncto que foram quarenta e tres as mensalidades distribuidas (214\$000 rs.); e que foram pagas dezeseite matriculas (réis 189\$920).

Recebeu-se a quantia de 26\$730 réis, importancia de dois empréstimos effectuados pelas Direcções passadas.

Eis aqui, senhores, a exposição succinta e fiel da nossa gerencia. Se houve faltas, o releval-as é proprio da vossa benignidade; para ella appellamos.

O passado ahi vos fica descripto; o futuro é a vós que pertence e á nova direcção por vós escolhida com tanto acerto.

Coimbra, 9 de fevereiro de 1862.

Agostinho Machado de Faria e Maia Junior, Presidente.

Joaquim Pedro Parente, Fiscal.

Augusto Ernesto Batalha, Vogal.

Alfredo de Freitas Leal, Procurador.

Jeronymo da Cunha Pimentel, Secretario.

PERDÕES

Do Diario de Lisboa transcrevemos o seguinte decreto:

Querendo solemnizar a epocha da minha acclamação com um acto de clemencia tão amplo, quanto seja compativel com a segurança commum e com a disciplina do exercito: hei por bem, e exercendo uma das attribuições do poder moderador, que me é mais agradável, e tendo ouvido o conselho de estado, decretar o seguinte:

Artigo 1.º É concedida amnistia:

1.º Para os crimes de abuso de liberdade de imprensa, em que sómente seja parte o ministerio público.

2.º Para os crimes de contrabando, ficando perdidos a favor da fazenda e das pessoas a quem pertencer, segundo as leis, os objectos respectivos ao mesmo contrabando.

3.º Para os crimes de sedição ou assuada, commettidos com o fim de impedir o estabelecimento dos novos systemas legaes de pesos e medidas, e de contribuições públicas.

4.º Para as contravenções da legislação

especial, reguladora dos respectivos estabelecimentos scientificos, aos estudantes da universidade e de outros estabelecimentos de instrução superior e secundária.

5.º Para os crimes de deserção simples, ou aggravada por alguma das circumstancias mencionadas no artigo 5.º da carta de lei de 21 de julho de 1856, commettidos por praças de pret do exercito, depois de haverem concluido o seu tempo de serviço.

6.º Para os crimes de primeira e segunda deserção simples ou aggravada por subtração ou descaminho de objectos de subtração ou descaminho por praças de pret do exercito anteriormente á carta de lei de 21 de julho de 1856, por praças de pret do corpo de marinheiros da armada real e do depósito do extincto batalhão naval e por praças de pret das guarnições das provincias ultramarinas.

§ unico. Esta amnistia só aproveitará aos desertores que se apresentarem dentro de tres mezes no reino, de cinco nas ilhas adjacentes, e de oito no ultramar, contados, quanto ao reino e ilhas adjacentes, desde a data em que este decreto fôr publicado na ordem do exercito ou armada; e, quanto ao ultramar, desde o dia em que fôr publicado na capital da provincia.

Art. 2.º Ás praças de pret não comprehendidas no n.º 6.º do artigo antecedente, e condemnadas por crime de deserção simples, ou aggravada por alguma das circumstancias mencionadas no artigo 5.º da carta de lei de 31 de julho de 1856; e bem assim ás sentenciadas por incorrigibilidade fica-lhes perdoada a quarta parte do tempo da pena, em que foram condemnadas.

Art. 3.º Ás praças de pret, que tiverem commettido transgressões de disciplina, ficam perdoadas as penas em que incorreram impostas pelas competentes auctoridades.

Art. 4.º Aos reus condemnados á pena de morte por sentença passada em julgado, fica a mesma pena commutada na immediata.

Art. 5.º Aos reus condemnados, por sentença passada em julgado, em penas maiores temporarias de qualquer natureza, é perdoada a quarta parte do tempo em que foram condemnados.

§ unico. São exceptuados da disposição d'este artigo os reus de crime de falsidade, quebra fraudulenta e moeda falsa.

Art. 6.º As penas correccionaes de prisão ou desterro, impostas por sentença passada em julgado, que não excederem a um anno ficam perdoadas aos reus, e, quando excedam, fica-lhes perdoado um anno das sobre-dictas penas.

Art. 7.º Nas disposições dos dois antecedentes artigos não são comprehendidos os reus que, depois de condemnados por sentença passada em julgado, tiverem obtido commutação, ou diminuição das penas a elles impostas; nem aquelles que, tendo sido accusados pela parte offendida, não tiverem obtido perdão d'esta.

Os ministros e secretarios d'estado das diferentes repartições o tenham assim entendido e façam executar. Paço, em 12 de fevereiro de 1862.— REI — Marquez de Loulé — Alberto Antonio de Moraes Carvalho — Antonio José d'Avila — Visconde de Sá da Bandeira — Carlos Bento da Silva — Thiago Augusto Velloso de Horta.

A OPULENCIA

Lá vejo em sumptuosos, doirados salões
Ao som das orgias a dor esquecer,
E o rico engolfado nas pompas e galas
Respira opulento aéreo prazer.

'Nessa hora que o rico se deleita no gôzo,
Que só pensa em gozar com affan o prazer,
No meio da desgraça se sente a pobreza
Com o pêso da fome afflicta gemer.

Vê-se a viuva cercada de filhos
Gemidos de dor do peito arrancar,
Sem ter coitadinha um bocado de pão
Pr'os pobres innocentes a fome matar.

Vêem-se os orphãos no mundo sosinhos,
Só restando-lhe na terra o pão mendigar,
Que ás vezes cansados de tanto soffrer
Na estrada do crime se vêem trilhar!...

Vêem-se donzellas no mundo gentis,
Da negra desgraça cruel producção,
E o rico zombando da casta innocencia
Em cambio da honra lhe dá negro pão.

Vê-se o pobre operario no leito jazendo,
No leito cruel d'agonia e de dor,
Tendo a seu lado mulher e filhinhos
Que de joelhos imploram protecção ao Senhor!

E o rico quem é? a quem a riqueza protege,
Que não ouve a voz da desgraça soar,
Quem é? que nos deleites d'uma vida de rosas
Se não lembra aos infelizes o pranto enxugar?!!

Não se lembra que a vida no mundo
Não é mais do que negra illusão,
Não se lembra que findam na campo
Essas pompas e galas d'então.

Não se lembra que o pobre abatido,
Passa a vida no mundo a gemer,
E se todos nascemos irmãos,
Porque irmão não é nosso soffrer?...

Deu-lhe Deus nesta vida a riqueza
Que entre galas a sabe gozar,
Mas não sabe ao pobre! ao irmão!
Uma lagrima de dor enxugar.

Entre a mágua e a dor que o domina
Vive o pobre no mundo a carpir,
Se desgraças só vê no presente
Só desgraças lhe traz o porvir.

Supportae neste mundo a fadiga
Que lá vereis bem erguido o tropheu
Se o rico tem galas na terra,
Tendes vós a gloria no ceu.

Augusto da Silva.

VARIEDADES

Perguntado Agesilau, rei dos Lacedemonios, com que um homem poderia alcançar nesta vida gloria perpétua? respondeu: Se desprezar a morte.

Perguntado Xenocrates, porque causa se fazia mudo? respondeu: Porque muitas vezes me pezou de haver fallado, e nunca de me ter callado.

Um philosopho, perguntando-lhe um rei, que cousa era homem? respondeu: É escravo da morte, hospede do logar, caminhante que passa.

Tres cousas, dizia Socrates, que queria seus discipulos tivessem: prudencia no animo, vergonha no rosto, silencio na lingua.

Disse Seneca: Muito aproveita á quietação fallar pouco com os outros, e muito comsigo.

PASMATORIO

— No dia e noite de 18 do corrente esteve continuamente a chover, de que resultou derreter-se a neve que cobria as serras, e encher o Mondego a um ponto desmarcado. A ponte, em parte quasi que se não via; e o bairro baixo inundou-se todo. Felizmente não nos consta que houvessem desgraças de maior a lamentar.

— No domingo, 16 do corrente, chegou a esta cidade, o sr. Dr. Matheus de Sousa Fino, nosso thio e amigo, que já partiu para a Louzan tomar posse da vara de juiz d'aquella comarca; pelo que felicitamos os povos respectivos.

— Amanhan haverá uma récita ordinaria no theatro de D. Luiz I, cujo annuncio publicamos no lugar competente d'este numero. Consta-nos que é tão grande a affluencia de pessoas a querer gosar uma noite divertidissima, que já poucos ou nenhuns bilhetes ha á venda. É que o drama escolhido é um dos melhores portuguezes; e o seu desempenho ha de, cremos, ser muito regular. No seguinte numero faremos uma circumstanciada analyse do andamento do espectáculo.

— Foi confirmado pelo sr. governador Civil de Coimbra, substituto de regedor da freguezia da Sé Nova, o nosso amigo José Albino da Conceição Alves. Damos-lhe os nossos sinceros parabens.

— Está aberto o concurso para o provimento de tres canonicatos na Sé Episcopal de Coimbra, tendo dois d'elles annexa a obrigação do ensino das disciplinas ecclesiasticas no respectivo Seminario diocesano.

— Foi mandada pôr a concurso a igreja de Nossa Senhora da Conceição de Arega, concelho de Figueiró dos Vinhos, diocese de Coimbra.

— Chamámos a attenção da imprensa periodica do nosso paiz para o artigo que hoje publicamos sobre a abolição da pena de morte em Portugal. É um assumpto que desejavamos ver bastante discutido, para que do nosso código penal fosse banida tão horrivel ideia.

— Um soldado francez, recolhendo da guerra da Crimeia, fazia alardo das suas proezas diante de um grande numero de camaradas, que não haviam tido a honra de tomar parte naquella campanha.

— Cortei as pernas a um russo! Dizia elle muito ufano.

— E porque não lhe cortaste a cabeça?

— Ora... é que já outro lh'a tiuha decapado!

— Um jornal estrangeiro diz-nos que um sujeito de Jaen está fazendo uma variadissima collecção dos objectos encontrados dentro dos cigarros de papel; já tinha:

- Um bocadinho de casca de laranja
- Um alfinete oxidado
- Uma perna de escaravelho
- Cabellos, sem dúvida, da Venus elaboradora.
- Uma pevide de maçan ou pero
- Um grão de chumbo
- Uma ramasinha de seda (cór desconhecida)
- Uma migalhinha de pão
- Um pedacinho de ferro (parecido ao eixo de uma thesoura)

Idem outro de casca de ovo

Idem outro de fazenda de algodão.

Se houvesse alguém no nosso paiz tão apaixonado em colleccionar raridades de tanto interesse, teria uma lista mil vezes mais ampla que essa que ahi publicamos, pois além das infinitas e variadas miudesas do genero das que alli se contém, acharia nos nossos bellos cigarros, cobras, lagartos e todo o genero de serpentes que Deus creou para martyrio da humanidade.

— Lê-se no *Jornal do Havre*.

«Deu-se ultimamente na communa de Bondy um facto dos mais extraordinarios.

Os esposos S..., domiciliados naquella localidade, têm um menino de nove mezes e uma menina chamada Margarida, de dois annos e oito mezes. Esta menina, que é muito robusta, logo nos primeiros dias depois de seu nascimento manifestou um appetite extraordinario, esgotando o leite das amas e mordendo-lhes o peito, quando já não tinha leite.

Foi preciso dar-lhe alimento mais substancial; porém a fome renascia sempre como se fóra aguilhoada pela tenia.

Ha cousa de tres mezes os paes sahiram de casa, e foram na volta surpreendidos por um extraordinario espectáculo.

A pequena Margarida lançou-se a seu irmão, e, apesar dos gritos desesperados do menino, devorava-lhe os dedos das mãos. A cama estava cheia de sangue.

Custou muito a salvar a creança da voracidade de sua irman. Deram-se ao menino os soccorros necessarios, e o pae e a mãe tomaram precauções para evitar que o facto se reproduzisse.

No dia 4 de Janeiro último, vendo os dois filhos dormindo pacificamente cada um no seu berço, os esposos S... julgaram que por pouco tempo os podiam deixar sós.

Quando voltaram, os gritos terriveis, que ouviram na escada, lhes inspiraram um terrivel presentimento.

Entrando precipitadamente em casa viram a filha debruçada sobre seu irmão e devorando-lhe as coixas.

D'esta vez as mordeduras foram tão graves que se desesperava de salvar o menino.

PUBLICAÇÕES LITERARIAS

NOVO COMPENDIO

DE

CHOROGRAPHIA PORTUGUEZA

Para uso das escholas d'instrucção primaria.

Vende-se na loja de livros da Imprensa da Universidade; na do sr. Mesquita, rua das Covas e em casa do sr. Paulo José da Silva Neves, na Calçada. Preço 120 réis.

O SECULO

Este jornal principiou a publicar-se no primeiro do anno, porém não sendo possível satisfazer todo o seu programma, por falta de espaço, sahirá duas vezes por semana logo que realise sufficiente numero de assignaturas. Realizadas, será politico, mas a sua divisa será a imparcialidade. Advogará tudo que fôr de interesse geral — o commercio, as artes e as industrias — estigmatizará os abusos das auctoridades civis, militares, ecclesiasticas e ju-

diciaes — publicará semanalmente uma chronica estrangeira — um folhetim critico-literario — e successivamente melhorará quanto seja possível.

Os preços continuam os mesmos. Por anno, franco de porte, para o reino e ilhas 2\$000 réis.

As assignaturas das provincias, para serem attendidas, devem vir acompanhadas do respectivo importe. Toda a correspondencia deve ser dirigida, franca de porte, á redacção do *Seculo*, rua de S. Miguel n.º 61 — Porto.

O DIA 1.º DE DEZEMBRO DE 1640

ou

Memoria historica dos successos de Portugal, desde a morte de El-Rei D. Sebastião, até á feliz acclamação de D. João IV

POR

ANTONIO FRANCISCO MOREIRA DE SÁ

Preço 100 réis.

ANNUNCIOS

1. José Dias de Paiva, morador na rua do Visconde da Luz (antiga do Coruche) faz público, que tem aberto o seu estabelecimento de ferragens nacionaes e estrangeiras, oleo e tintas para pintar. Tambem tem á venda bilhetes, de loterias e fracções, que tudo vende por preços commodos.

Offerece seus serviços a todos os seus amigos e freguezes, que eram do estabelecimento que girava debaixo da firma de Sousa & Paiva.

ESPECTACULOS

THEATRO DE D. LUIZ I

4.ª RÉCITA ORDINARIA

Sabbado, 22 de Fevereiro de 1862

A PROBIDADE

Drama em dois actos e um prologo

UMA CHAVENA DE CHA

Comedia em um acto.

PREÇOS

Camarotes { 1.ª e 2.ª ordem 2\$500
3.ª dicta 2\$000
4.ª dicta 1\$500

Plateia 600 | Galeria 300

Entrada ás 7 horas e meia.

Os bilhetes acham-se á venda no theatro no dia da récita — do meio dia ás 5 horas.

Na quarta feira, 26 do corrente, em beneficio do theatro, haverá repetição do drama — A PROBIDADE.

O Secretario da Direcção
José Maria Galião.

PORTUGAL INDEPENDENTE

JORNAL ANTI-IBERICO, LITTERARIO E NOTICIOSO
DEDICADO Á MEMORIA DE EL-REI O SENHOR D. PEDRO V
PELOS ARTISTAS DE COIMBRA

REDACTOR — Augusto José Gonçalves Fino

PUBLICA-SE ÁS SEXTAS FEIRAS

Assigna-se e paga-se este jornal: em Coimbra, na Imprensa da Universidade; nas Provincias, em casa dos Srs. Directores de Correios; no Brazil, em casa do Sr. José Julio Lopes Gonçalves, Rio de Ostras, Preços por trimestre, ou 12 numeros: em Coimbra 400 réis; nas Provincias 460 réis; no Brazil (moeda forte) 700 réis; — número avulso 100 réis. — Toda a correspondencia, franca de porte, será dirigida ao Redactor do *Portugal Independente*, Coimbra. — Escriptos não publicados, não serão restituídos.

EXPEDIENTE

Supplicámos aos srs. Assignantes em debito o favor de, sem perda de tempo, mandarem satisfazer a importancia do 1.º e 2.º trimestre, em vales do correio. A Redacção espera merecer a devida attenção. A importancia será dirigida ao Administrador do *Portugal Independente*, Coimbra.

Mulheres celebres da revolução franceza

(Continuação)

Madame de Payssac

Quem não crê na possibilidade da abnegação, não crê no heroismo da virtude.
R. DE BASTOS.

É seguramente acção digna de todo o elogio dar hospitalidade ao infeliz que a pede, expondo-se por amor d'esta acção nos effeitos das proscricções: mas dar hospitalidade ao infeliz que a não pede, tomando sobre si os perigos e os riscos, de que seu semelhante está ameaçado, e mais que acção digna é, é por certo um acto de heroismo, um acto de abnegação, e digno de estima e da veneração pública, aquelle que o practica.

Vivia em Paris no tempo de Robispirre Madame Payssac, senhora necessitada, e amada, por quantos tiveram a fortuna de a conhecer; o seu maior prazer, era fazer o bem, e quando lhe constava que algum infeliz precisava socorro, apressava-se em lh'o ministrar, nunca esperando que lhe fôsse implorado; é porque Madame de Payssac conhecia bem, que a charidade é tão doce, quando ella se offerece ao desgraçado, como amarga quando é preciso imploral-a, e de algum modo forçá-la.

Rabaud du Saint Etienne, homem sincero, amigo do seu paiz, e da felicidade da França foi accusado no tempo de Robispirre, de contra-revolucionario, e proscripto pelos tribunaes, da morte, que assim lhe podemos chamar; este homem andava errante de domicilio em domicilio, quando aos deidos de Madame Payssac chegou a noticia de tal infortunio, esta caridosa senhora, mandou logo por toda a parte procurar Rabaud e offerecer-lhe a sua casa, mas vendo que eram infructiferas todas as diligencias para o encontrar, offereceu e deu grossas sommas a quem, uma noite lhe foi dizer onde o pobre condemnado estava escondido: Madame Payssac sahio só e dirigindo-se ao asylo de Rabaud, que era a habitação d'uns desgraçados soccorridos por ella diariamente, offereceu-lhe a sua casa, porém Rabaud, homem sincero e verdadeiro, dizendo á sua bemfeitora os perigos a que ficaria exposta se elle acceitasse tal offereci-

mento, acabou pelo rejeitar; Madame Payssac, depois de ouvir tudo, quanto Rabaud dissera, e as razões por que rejeitava a sua offerta, respondeu-lhe: então porque côrro risco, devo desistir do projecto de vos salvar da morte? Que merecimento será o d'aquelle que practica o bem — tão sómente — quando nada lhe custa a fazer? Não desejais comprometter-me a mim que nada me falta, e vindes obrigar-vos em casa d'estes infelizes a quem eu dou o pão diario? Rabaud, vencido por tanta generosidade, acceitou a hospitalidade, e por algum tempo gosou em casa de Madame Payssac, o socêgo que pôde gosar o homem condemnado á morte, e que uma alma generosa abriga em sua casa e tracta com o maior desvelo, mas raros foram os proscriptos que escaparam em França ao furor dos Tribernos, Rabaud foi descoberto, e tanto elle como Madame Payssac foram condemnados á morte, e levados á guilhotina, mostrando Payssac tanta coragem, heroismo e abnegação juncto da guilhotina, quanto havia mostrado a Rabaud quando o procurou e instou para que acceitasse a sua casa para asylo. Neste acto bem mostrou Madame de Payssac, que o heroismo e virtudes é mais frequente nas mulheres que nos homens.
L. P. B.

Associação operaria

Temos por mais d'uma vez fallado neste jornal sobre a conveniencia e utilidade que resultam das associações, quando ellas tenham por unico e principal fim o beneficiar seus membros, quando uma enfermidade os faça jazer no leito da amargura e da afflicção, e propagar a instrucção de que tanto carece a classe operária, especialemente de Coimbra, que infelizmente caminha ainda muito na retaguarda da civilização e do progresso.

Em Lisboa, no Porto e em outras muitas cidades e villas de Portugal, a classe artistica, reconhecendo os brilhantes beneficios que se tiram da associação, tem-se associado; e aquelles individuos que mesmo d'antes reproavam tão sublime ideia, vão de seu motu proprio alistar-se nas bandeiras sob que seus irmãos militam. E isto é mais do que sufficiente prova de que desejam elevar-se e engrandecer-se.

Em Coimbra acha-se em projecto a formação d'uma sociedade puramente operária, têm havido algumas reuniões; e, como já no outro número dissemos, foi nomeada uma comissão especial para tractar da confecção de seus estatutos. Mas isto não é o bastante para se poder dizer que existe uma associação artistica; e por certo que se não poderá tomar por tal sem que esteja legalmente constituída, ou que pelo menos os individuos já inscriptos como associados se formem temporariamente em associação, satisfazendo a todas as exi-

gencias d'um regulamento interino, em quanto que os estatutos se não achem concluidos e approvados pelo govêrno de Sua Magestade.

E dizem que em Coimbra é impossivel a realização de sociedades operárias!... É um completo engano. Os artistas de Coimbra reconhecem, como os de Lisboa e Porto, porque os ha aqui de grande merecimento, e cujas intelligencias de ha muito são conhecidas, a necessidade de se associarem; mas é que nem todos concordam ao primeiro; chamamento de seus collegas; achincalham muitas vezes, os desejos e melhores intenções dos que tomam a iniciativa; e só depois de muito padecer, de arruinar sua saúde e a rogos de suas familias, é que se resolvem a entrar no gremio para que foram convidados.

Mas infelizmente já é tarde e muito tarde. Em todas as sociedades (pelo exemplo 'nalgumas sabemol-o nós) ha uma disposição prohibindo a entrada 'nellas de individuos que padeçam molestias, sejam de que qualidade forem; ora se o artista não quer ser membro d'essa sociedade em quanto logrou saúde, e só pretende sel-o, quando quasi se acha impossibilitado de trabalhar, parece-se de toda a justiça que a sociedade o não admita, castigando assim a incredulidade d'esse individuo no principio da formação da associação, e mostrando um exemplo terrivel aos seus collegas que até a esse tempo não tiverem seguido o estandarte da civilização e do progresso.

E depois não são só estes os que não augmentam o número de associados, mas sim outros que se deixam seduzir por aquelles, etc. Ora se isto acontece, o que desgraçadamente é verdade, quando de prompto se forma qualquer associação, não será para admirar que com tão grande demora, como a que tem havido desde a primeira reunião, os artistas de Coimbra percam a vontade e o ânimo de se unir e levar ávante a projectada sociedade, porque em poucos são aquelles que acreditam na possibilidade de sua formação.

Quanta maior for a demora, mais se debilita o espirito de fraternidade e união.

Se essas pessoas que tanto prezam a classe operária; que tanto velam pela sua emancipação e liberdade; que se esforçam por conseguir os melhores e mais proficuos resultados de seus puros desejos e intenções, querem em fim chegar aonde pretendem, dêem prompto andamento aos negocios já em principio; confeccionem um pequeno regulamento interino, e comece desde já a vigorar a associação. D'este modo conseguirão tudo; ao contrario nada obterão, senão com aturadissimo trabalho e grandes sacrificios, que bem poucos dos interessados saberão reconhecer.

É isto o que sentimos a tal respeito, e o que não podemos deixar de dizer para que não nos chamem *hypocrita*.

AUGUSTO JOSÉ GONÇALVES FINO.

A sociedade, que desde o seu começo de existir tanto sangue tem vertido, tantos sacrificios provado, tantos esforços empregado para alcançar uma organização estavel, que mais se coadune com o fim a que é predestinada, adoptando umas vezes o regimen monarchico, outras as constituições democraticas, formas primordiales de toda a governação das sociedades conhecidas, sendo as outras formas de organização, temperamentos ou alterações sómente, que circumstancias inevitaveis obrigaram a fazer d'aquellas duas formas primárias, não conheceu apesar de tantas provações, que a consecução do fim social é independente, talvez até estranho, a forma especificada da sua constituição politica que é hoje um ponto de questão puramente escholar, ou de simples entretenimento especulativo sem utilidade real.

É a historia de todas as edades, que nos apresenta esta verdade inconcussa, adduzindo-nos em argumento factos, que fallam bem alto, provando, que os povos na sua variedade de forma de governação não se têm avantajado em prosperidade e gozo de commodos mais uns do que outros.

Esses povos cuja historia nos apresenta esses quadros grandiosos, fascinadores de gloria e poderio, esses mesmos povos não precederam aquelles, que passam quasi desapercibidos na historia da humanidade, na prosperidade, na fruição de commodos: talvez pareça absurda a conclusão? Não é; os factos nol-a comprovam em toda a sua plenitude; é do seu reflectido estudo quando bem conhecidos, bem examinados com olhos prescrutadores e intelligencia descortinadora, que se deduz a independencia do bem-estar social, fim primario da humanidade, de qualquer forma determinada de organização social, porque embora se varie a forma, os resultados são os mesmos, porque os elementos não variam, a sua natureza persiste sempre: causas analogas, produzem efeitos analogos.

Sejamos pois contentes com a nossa constituição social embora ella não seja a realisação da perfeição ideal. — Tacito esse profundo pensador considerava-a como a forma de organização social por excellencia, por ser constituida exclusivamente do melhor que as tres formas conhecidas *monarchica, aristocratica e democratica* continham, porém elle mesmo reconhecia a sua impossibilidade practica, pela instabilidade d'aquelles elementos: ainda mesmo que fosse realisavel nunca seria duradoura tal forma que tanto apraz á imaginação.

Sendo a instabilidade vicio inherente a esta organização politica, que a eiva pela raiz, e que ha de desmoralizar-a inevitavelmente; sendo a corrupção principal instrumento para o exercicio do seu mysterio, que circula pelas veias e arterias de todo o corpo social desde o mais elevado até ao mais infimo de seus membros: dos ministros motores da máchima politica fluem para todos os seus subordinados, dos eleitores victimas inevitaveis d'acção infecta d'aquelles instrumentos dimana nos seus eleitos, que actuam no parlamento, não deixando elle de soffrer sempre o mal herdado, essas continuadas luctas electoraes em que se empregam sem selecção todos os meios para a consecução de um fim, que é a satisfação de uma paixão mesquinha desregrada, recalçando os sentimentos de honra e dignidade que deviam caracterisar os homens, que pelo embate porfiado são investidos dos negocios mais importantes da vida social: esses homens o que ambicionam é saciarem os seus abjectos e ignobeis desejos, postergando os elementos, que os deviam caracterisar — probidade e desinteresse pessoal — mas obtenham-se os fins, não importem os meios. A solução rapida e

segura que os negocios requerem em muitas circumstancias não pôde existir nesta organização social, a morosidade é um dos seus defeitos. Mas se nesta forma de governo os defeitos são grandes e de perigosos resultados practicos, não se infira por isso, que esta organização, é desvantajosa a outra qualquer que se haja de ensaiar, ou se tenha adoptado.

Recorramos ainda á historia, para que como mestra da vida, nos ensine o caminho do futuro pelo do passado. Se attendermos á organização politica que para longos tempos se buscava ou na monarchia da primeira dynastia modificada pelo influxo aristocratico, ou na da segunda que se esforçava quanto em si cabia para fortalecer-se com o favor popular, ou na estrangeira que teve por sustentaculo a traição e as armas, ou finalmente a reinante, que foi de todas a mais puramente absoluta, até a essa grande commoção, verdadeiro cataclysmo politico, que deu uma forma nova de existencia á sociedade, em todas essas em que a gerencia e direcção social tinha só em mira quaes seriam os meios mais concernentes para ella auferir a maior somma de prosperidades, não deu o que nos devia dar, e o que outra não daria. Se em paralelo com a especificada forma actual ella se avantajava em certos pontos, noutros fica muito áquem, para cuja comprovação bastará mencionar o perigo eminente de auctoridade monarchica, torna-se mera vontade despótica, annullando assim tudo o quanto tenha de bom. Haverá situação mais cheia de espinhos que rasgam, dilacerando fibra a fibra a sociedade, em que a sua liberdade, a sua vida, finalmente tudo que é mais querido, está dependente, sujeito até, ao querer ou caprichar d'um sómente.

Se houvesse meio de curar aquelle vicio radical, se houvesse antidoto, que neutralisasse os seus prejudiciaes efeitos, a forma de organização social a preferir era bem manifesta: mas lá está a historia mostrando-nos a verdade despida de atavios ricos, coberta só com andrajos, afigurando-se sempre o phantasma do impossivel uniforme e invariavel, conservadora das suas reaes consequencias: as *camarilhas, os favoritos*, independente mesmo do character do soberano são causas temerosas para esta forma social não existir e cantar victoria.

Mas o governo representativo, se não tem defeitos tão perigosos como o monarchico, tem contudo, além dos mencionados, o ser, como diz um escriptor, um instrumento que só por excellentes artistas pôde ser tangido, por ser de si difficil e caprichoso.

Mas se d'esta forma de governo se não tem auferido, quanto se devêra e esperava, é porque os artistas, ainda não estão aptos para tocarem tal instrumento, amotinam a sociedade com a desafinação, mas prejudicando-a muito, o defeito é dos homens a cujo cargo está a direcção social e não da sua instituição, qualquer que ella seja é sempre proficua para o fim primario da sociedade, é hoje um ponto axiomático.

No logar competente d'este numero damos publicidade a uma correspondencia que nos foi enviada pelo ex.^{mo} sr. Dr. Raymundo Venancio Rodrigues.

Diz nella s. exc.^a que não pôde, nem deve accetar uma *pillula tão dourada*, provavelmente manipulada pelo auctor do artigo do nosso n.^o 20. Permitta-nos o sr. Dr. Raymundo que lhe digamos, que não costumamos assignar o que não é da nossa lavra; e por tanto pôde s. exc.^a ficar certo de que o artigo do n.^o 21, assignado por nós, é puramente nosso, e cujo fim foi darmos uma cabal satisfação ao digno presidente da camara se por-

ventura julgasse que o nosso intuito foi offendido no citado artigo do n.^o 20.

E damos esta questão por concluida com a publicação da correspondencia do sr. Dr. Raymundo, porque nos queremos abster de discussões que não são do valor que se lhes pretende dar.

AUGUSTO JOSÉ GONSALVES PINO.

Continuámos hoje a reproduzir o excellent e bem escripto artigo, que o nosso collega do *Gremio Alemtejan* tem publicado sobre a conveniencia das associações operárias: para que pedimos venia.

Contrahimos no n.^o 18 do *Gremio Alemtejan* uma obrigação para com os leitores de que hoje nos vamos desligar: promettemos-lhes, que tentariamos demonstrar, que as associações de soccorros mutuos asseguram ao homem nos dias de infelicidade os meios de subsistencia para si e sua familia, que o seu braço vergado sob o peso da enfermidade ou velhice não podia ganhar, e hoje vamos cumprir a nossa promessa, que certamente não é a parte mais difficil da empreza, que temos entre mãos — tractar das associações de soccorros mutuos.

Não queremos fazer uma longa demonstração de que todo o homem deve por si alcançar os meios necessarios, para conseguir o fim que tem em vista, e obter por si, isto é, sem auxilio não remunerado, o indispensavel para satisfazer ás suas mais urgentes necessidades: o mundo acabaria no dia seguinte ao da sua criação, se cada homem não podesse alcançar os meios necessarios, para se conservar, e não progridiria, se, além dos meios de conservação, o homem não podesse conseguir meios do desinvolvimento: mas o mundo existe, e que o mundo progride, não sei se se encontra quem duvide, mas é um facto incontestavel como a existencia do mesmo mundo; a conclusão logica d'estes dois factos é que o homem tem as sufficientes forças para remover os obstaculos, que impedem a satisfação das necessidades, que não satisfeitas fariam findar a vida, e que ainda depois d'estes obstaculos removidos lhe restam forças, que tem empregado em se aproximar, ou antes dirigir para a perfeição, a que nunca chegará, porque a perfeição exclue a perfectibilidade, e o homem é por essencia perfectivel.

Posto isto, consideremos o homem, que simplesmente tem de seu o capital, que elle mesmo representa, ou pouco mais, este trabalha, e o seu trabalho, remunerado pelo salario, lhe subministra os meios d'obviar as suas mais imperiosas necessidades; mas se não trabalha, se a enfermidade, ou velhice o impedem de ser útil ao seu semelhante, as necessidades continuam, e muitas vezes mais exigentes, mas o salario cessa, como satisfaz-as? O homem como dissemos, tem obrigação de satisfazer ás necessidades, cuja satisfação é condição essencial para a sua conservação, mas como elle não recebe salario, que é a compra de servigos, os quaes elle não pôde prestar, o unico recurso é evidente, que é economisar do salario, que recebe quando trabalha, os meios de satisfazer as suas necessidades, quando não pôde trabalhar.

Parece porém concluir-se do que levámos dicto, que não queremos as associações de soccorros mutuos, que basta, que cada qual economise nos dias de felicidade, o que depois deverá gastar nos dias de infelicidade, porque assim obterá o nivelamento dos rendimentos, quando trabalha, e quando não trabalha, e sua repartição igual por todas as epochas da vida: mas não é assim, aqui, como em muitos outros casos, se vê a absoluta necessidade, que o homem tem de se reunir a

seus semelhantes, para conseguirem junctos fins que cada um não poderia conseguir, e que, junctando-se a elle não, só satisfaz e segue uma tendência do coração, mas também as regras, que lhe dicta a boa razão.

Muitos individuos, a quem a infelicidade parece perseguir, não podem por certo economisar nos dias do trabalho o sufficiente para satisfazer as necessidades, que experimentam nos dias, em que não podem trabalhar, que são muitas vezes tantas, ou até mais do que aquelles; mas isto, que para um individuo não é possível, torna-se possível para muitos, porque assim como ha individuos em que a infirmitade é o estado ordinario, também ha outros, em que ella é uma excepção: junctem-se muitos individuos, e nesta reunião encontrar-se-hão de todos, concorrerão todos com *tantum*; assim se conseguirá poder assegurar ao operario infirmo, os meios de subsistencia, que não pôde ganhar; uns pagarão para socorrer os outros; e estes não são os mais infelizes. Ninguém por certo, porque tem disfructado saúde por um grande espaço de tempo, deixará de querer associar-se, porque o futuro espera-nos, mas não o conhecemos; se muitas vezes a phantasia o descreve risinho, outras muitas a reflexão e observação do que nos outros se passa, nos fez receber o antevel-o triste, e carrancudo, e em todos os casos a razão nos diz, que é incerto; acha-se encoberto com um veu, que nos não é dado levantar: esperemol-o com firmeza prevenidos para o mal, o que não afugenta o bem; e uma prevenção para o mal é certamente o ser membro d'uma associação de socorros mutuos.

Muitas pessoas ha que têm pouca fé nestas instituições, e a estes me parece já estar ouvindo dizer, como poderá economisar o operario, com um pequenissimo salario, que a custo lhe chega para satisfazer as necessidades de cada dia? Tem aqui logar como resposta a esta objecção o que já agira dissemos: o trabalho do homem é sufficiente, para satisfazer todas as suas primeiras necessidades, e o salario, remuneração d'este trabalho, deve necessariamente ser sufficiente, para satisfazer as despesas necessarias do individuo, e as primeiras necessidades de certo não cessam durante a infirmitade e por isso parte dos salarios deve de necessidade ser guardada para esse tempo. E qual será o melhor meio de os guardar? Será cada um tirar do salario de cada dia a décima parte, por exemplo, guardal-a em sua casa? Parece-nos que este meio será pouco exequível, que será melhor cada um a proporção, que vae recebendo o seu salario, ir tirando a parte que lhe é exigida, e deposital-a na associação dos socorros mutuos; alli estes pequenos capitães, livres das tentações de se consumirem, postos em gyro, não só se augmentam com os interesses d'estes capitães os fundos da sociedade, mas tem o socio a certeza, que nunca lhe faltarão na infirmitade os meios de subsistencia, em quanto que, se cada qual os tivesse em sua casa, a economia não só seria regular, mas mesmo estas pequenas parcelas, que reunidas são grandes capitães nada renderiam; e o infirmo veria desgostoso o seu pecúlio diminuir todos os dias, e atormental-o-hia o receio, de que em breve se acharia na última extremidade, sem meios de subsistencia.

Assim a economia facilita-se, o industrial adquire a certeza dos socorros no caso de necessidade, com esta certeza vem a maior independencia, e com esta a razão de cada um o ser a causa ou motivo de suas acções; augmentam-se os capitães em gyro, ou o que vale o mesmo novas forças humanas se tor-

nam disponiveis, para se dedicarem a novas industrias, cujos productos augmentam os gozos da vida, fazendo-se servir em seu logar as forças da natureza: as vantagens, visiveis d'estas sociedades fazem nascer o desejo de entrar nellas, d'ahi um estímulo a economisar a mensalidade, com que cada um deve entrar; estas economias realisadas são a diminuição da devassidão, da embriaguez, e com isto lucra a moral, lucra a economia politica: são estas outras tantas vantagens, que vêm a par das certas tantas vantagens, que vêm em todas as epochas da vida, quer na infirmitade, quer nos dias felizes: e não me digam que isto são bellas theorias impossiveis de se levarem á prática, respondem por nós os factos; observe-se o que se passa na Inglaterra, e ver-se-ha, que ali por metade da povoação adulta está gozando os beneficos efeitos d'estas tão bellas associações, tendo estas um grande rendimento annual, e um immenso capital accumulado.

Mas qual deverá ser a missão do governo relativamente a estas associações?

No número seguinte apresentaremos a nossa opinião.

CORRESPONDENCIA

Sr. Redactor. — Diz v. no seu número de hontem que tendo eu enviado a essa Redacção um relatório da minha gerencia municipal, não foram suas intenções o offender-me com *algumas observações* que fez sobre o dicto relatório. Primeiro que tudo agradeço a urbanidade com que v. me tracta, e da qual não me julgo merecedor, se não pela extrema benevolencia de v. Porém, em minha consciencia não posso e nem devo aceitar uma *pílula tão dourada*, provavelmente manipulada pelo auctor do artigo do seu n.º 20, a que alludo a satisfacção de v. pretende dar-me.

Com a assignatura de v. na dicta satisfação, quererá o sr. Ignacio Raymundo Alves Sobral, *chefe da alçada contra mim*, encobrir ao publico de que elle não fôra o auctor do artigo do seu n.º 20, e a que immediatamente respondi no *Conimbricense* (a) de 15 do corrente?... A luva foi lançada pelo sr. Ignacio — não a levantaria tão cedo se não fôra a destemperada imprudencia com que o sr. Ignacio foi analysar o dicto relatório sem ter tido tempo para se dedicar á leitura e exame d'este livro!! *Credite posteri!*... admiro a posteridade e a omiscencia do sr. Ignacio, que conhece e analisa factos sem ter conhecimento d'elles.

Nem o sr. Ignacio é entidade que me mereça conceito e consideração. Se fallei nelle é para o publico, que não ignora as prendas do sr. Ignacio, avaliar qual é o juizo que poderá merecer a syndicança feita por um individuo cheio de rancor contra mim, manifestado na sua correspondencia publicada no n.º 20 do seu *Portugal Independente*, e enfeitado de tão lindas prendas, que tanto fazem realçar os farrapos da sua carapuça (b) (Vid. o *Conimbricense* de 15 do corrente).

Em conclusão peço (c) ao sr. Ignacio que continue a escrever contra mim o que bem quizer, tanto no seu jornal, como no *Tribuno*, ficando certo que jámais responderei. Com a publicação d'esta ficará muito obrigado o de v. ven.^{do} *Raymundo Venancio Rodrigues*. — Coimbra, 22 de fevereiro de 1862.

(a) Só o sr. Dr. Raymundo é quem diz que respondeu; os leitores do *Conimbricense* dizem que não. Quem tem razão?

(b) E será isto responder ou insultar?

(c) Não tem nada que pedir ao sr. Ignacio, mas sim á redacção.

(Notas da Redacção).

O SOLDADO

Trabalhar é missão da humanidade,
Impoz-lh'a o Creador:
O cunho ella tem pois da dignidade
Vinda de Vós, Senhor!
Nem lhe impunha a Vossa mão poderosa
Condição que lhe fôsse deshonrosa:
Trabalha, disse Deus ao homem, rega
Com teu suor o chão;
E elle nasce e da vida ao termo chega
Assim comendo o pão:
Por lei divina foi ao homem posto
Que p'ra colher o pão banhasse o fosto.
Sôbre a terra vereis soando em bagas
Curvado agricultor;
E do nauta sulcando irosas vagas
Lá escorre o suor:
O artista não se exime d'esse humano
Tributo para o pão quotidiano.
Se o do servo não é mais amargoso,
Tambem menos não sei
Ter mais ou menos é forçoso
P'ra de todos, é de lei.
É que o pão é de todos amargado,
Porém de ninguém mais que do Soldado.

II

Do soldado é muito amargo
Negro e triste o pobre pão,
Duro é grave é seu encargo
E de muita abnegação;
Gozam todos liberdade,
Elle só não tem vontade,
Parte... fica... sem fallar:
Regar a todos é dado
Com agua a terra, o soldado
Com seu sangue a vae regar.

Esse tributo pesado
É partilha d'elle só;
Da honra ao campo chamado
Lá fica mordendo o pó!
Sem restar d'elle memoria
Sem haver honra nem gloria
Muitas vezes, nem dever,
Lá vae o pobre soldado
Ser innocente immolado
E assassinatos fazer!

Quando a honra é defendida
E se defende a Nação;
Quando assim se perde a vida
Quando a patria, a liberdade
Se defende, na verdade,
Morrer não, não custa assim:
O soldado, então mui nobre,
Se esqueceu de ser tão pobre
Do seu pão ser tão ruim.

Sem fallar porém na guerra,
Mas ainda mesmo na paz,
O soldado á sua terra
Que serviços, que não faz!
Em toda a parte onde ha p'rigo
Não pôde buscar abrigo
Como os seus concidadãos,
Sempre prompto, prompto morre,
Ha peste? lá vae, lá corre
A defender seus irmãos.

É a ordem perturbada,
Ha risco de lá entrar?
Vae, marchou, não teme nada,
Vae a ordem sustentar.
De incendio signal é dado?
Lá correndo acelerado
O soldado encontereiis,
E alli o fogo apagando,
Ou dois roubos evitando,
Servidor fiel vereis.

Vel-o-heis sempre occupado
Dia e noite em vos guardar;
Quando vós bem socegados
Ide's então repousar
Quanta vez elle não ha de
Afrontar a tempestade,
Quanta vez, sem murmurar!
Muitos dizem ociosa
Essa vida, ser de rosa...
Mas não a querem gozar.

Pede a lei, a sociedade
D'algum crime a punição?
Inda o soldado é quem ha de
Prender, seguir seu irmão:
Mantendo a força aos juizes
Contra áquelles infelizes
Eil-o ahí em pró da lei,
Soffrendo sempre calado,
Servidor tão mal fadado,
Outro haver, não ha, não sei.

III

Não choreis do soldado a triste paga
Que lhe daes,
Sua vida, menos sua, incerta e vaga
Vale mais
Essa paga dar não póde o alimento
D'elle só;
E da esposa e filhinhos... que tormento
Tende dó,
Que o soldado homem não seja, é loucura,
Não tenteis;
Do Creador não é dado á creatura
Calcar leis.
Ah! d'ahí só viria á sociedade
Grande mal,
De que muito se sentia a orphandade
E a moral!
O soldado não é um vosso escravo
Mas irmão,
Não negueis o que se deve a esse bravo,
Dai-lhe o pão,
D'egual mãe filhos, grande e pequenos
Deus nos fez
Do que vós o soldado não é menos
Portuguez!

Angra do Heroismo, janeiro de 1862.

E. de C. Beltrão.

PASMATORIO

—Na noite de 22 do corrente teve lugar a 4.ª recita ordinaria, no theatro de D. Luiz I. Subiu á scena a *Probidade*, drama do sr. Cesar de Lacerda. O desempenho foi superior ao que se esperava, e os actores em geral foram muito applaudidos, e repetidas vezes chamados ao proscenio. Parece-nos que o *Tira-Teimas* d'esta vez não terá defeitos a notar á dama, porque foi testemunha ocular do seu genio dramatico, e viu que a plateia toda deu signaes evidentes de que reconheceu na sr.ª D. Julia bastante merito artistico, dirigindo-lhe os maiores applausos.

A comedia *Uma chavena de chá*, correu com a maior regularidade, não havendo a notar a mais pequena falta.

Não podêmos, nem devemos deixar de tecer os mais bem merecidos encomios ao sr. Antonio Doria pela maneira como se houve no arranjo de todo o machinismo, que na realidade se achava bem construido, e a illusão era perfeita. Honra pois lhe seja.

—A contar de 27 do corrente, e por 15 dias, acha-se a curso um logar de carteiro supranumerario da administração central do

correio de Coimbra, com o vencimento de 300 réis diarios quando seja chamado a substituir qualquer dos carteiros effectivos. Os pretendentes deverão requerer a s. ex.ª o conselheiro sub-inspector geral dos correios e terão de apresentar — certidão d'idade; certidão que prove estarem exemptos do serviço militar; attestados de comportamento; e declaração authentica offerecida por fiador. Terão de sujeitar-se a um exame de ler, escrever e contar, para que serão opportunamente avisados, e entregarão os seus requerimentos na administração do correio d'esta cidade.

—Na 4.ª feira subiu á scena, pela segunda vez, no theatro de D. Luiz I, a *Probidade*, drama do sr. Cesar de Lacerda. O desempenho foi superior ao que se esperava. A comedia — *Um marido que é victima das modas* — agradou geralmente. Os espectadores applaudiram phreneticamente os actores. A sala estava litteralmente cheia. Aproveitámos esta occasião para aconselhar a illustre direcção a que prohiba expressamente no theatro, durante os ensaios, a entrada a pessoas alli estranhas.

—A delegação do correio na villa da Louzan foi por Sua Magestade, elevada á categoria de direcção; e brevemente começarão carreiras diarias d'esta cidade para alli.

—Rogámos aos srs. assignantes em Vizeu, que ainda não satisfizeram as importancias do 1.º e 2.º trimestres, o favor de as entregarem ao sr. Joaquim da Costa, livreiro, que por nós se acha encarregado para as receber. Em Lamego serão entregues ao sr. Francisco José Cardoso.

PUBLICAÇÕES LITERARIAS

ARCHIVO JURIDICO

Publicou-se o n.º 6, da 2.ª serie contém a legislação, regulamento e tabellas que diz respeito á

Contribuição Pessoal.

Assigna-se e vende-se no Porto, rua do Bomjardim n.º 69, *defronte da viella da Neta* — Em Lisboa, na loja do sr. Lavado, rua Augusta n.º 8 — em Coimbra, na do sr. José de Mesquita; — em Viana, na do sr. André Joaquim Pereira; em Braga, na do sr. Germano Joaquim Barreto, rua do Soulo n.º 21.

● **Archivo Juridico**, além da legislação contida na 1.ª serie — contém na 2.ª leis e regulamentos especialissimos e de interesse popular — como são:

Archivo n.º 1.º (2.ª serie)

LEI DA DESAMORTISAÇÃO

n.º 2 — LEI DO SELLO

n.º 3 — LEI DE TRANSMISSÃO

n.º 4 — LEI DO REGISTRO

n.º 5 — REGULAMENTO E TABELLAS DA LEI DO SELLO.

O 7.º número que fica no prelo, e que ainda será distribuido no presente mez, comprehenderá a legislação sobre a

CONTRIBUIÇÃO INDUSTRIAL.

O SECULO

Este jornal principiou a publicar-se no primeiro do anno, porém não sendo possível satisfazer todo o seu programma,

por falta de espaço, sahirá duas vezes por semana logo que realise sufficiente número de assignaturas. Realizadas, será politico, mas a sua divisa será a imparcialidade. Advogará tudo que fôr de interesse geral — o commercio, as artes e as industrias — estigmatizará os abusos das autoridades civis, militares, ecclesiasticas e judiciaes — publicará semanalmente uma chronica estrangeira — um folhetim critico-litterario — e successivamente melhorará quanto seja possível.

Os preços continuam os mesmos. Por anno, franco de porte, para o reino e ilhas 2\$000 réis.

As assignaturas das provincias, para serem attendidas, devem vir acompanhadas do respectivo importe. Toda a correspondencia deve ser dirigida, franca de porte, á redacção do *Seculo*, rua de S. Miguel n.º 61 — Porto.

NOVA TABUADA

EXACTA E CURIOSA

COM O NOVO

SYSTEMA METRICO-DECIMAL

DE PESOS E MEDIDAS

TABELLAS DE REDUCÇÃO

E

EXERCICIOS E PROBLEMAS PARA INTELLIGENCIA DO MESMO SYSTEMA

POR

J. S. Bandeira

Approvada pelo Conselho Geral de Instrução Pública.

3.ª EDIÇÃO

CORRECTA E REFORMADA

Vende-se na loja de livros da Imprensa da Universidade. Preço 50 réis.

NOVO COMPENDIO

DE

CHOROGRAPHIA PORTUGUEZA

Para uso das escholhas d'instrução primaria.

Vende-se na loja de livros da Imprensa da Universidade; na do sr. Mesquita, rua das Covas e em casa do sr. Paulo José da Silva Neves, na Calçada. Preço 120 réis.

ANNUNCIOS

1.º José Dias de Paiva, morador na rua do Visconde da Luz (antiga do Coruche), faz público, que tem aberto o seu estabelecimento de ferragens nacionaes e estrangeiras, oleo e tintas para pintar. Tambem tem á venda bilhetes, de loterias e fracções, que tudo vende por preços commodos.

Offerece seus serviços a todos os seus amigos e freguezes, que eram do estabelecimento que girava debaixo da firma de Sousa & Paiva.

IMPRESA DA UNIVERSIDADE

PORTUGAL INDEPENDENTE

JORNAL ANTI-IBERICO, LITTERARIO E NOTICIOSO
DEDICADO Á MEMORIA DE EL-REI O SENHOR D. PEDRO V
PELOS ARTISTAS DE COIMBRA

REDACTOR — Augusto José Gonsalves Fino

PUBLICA-SE ÁS SEXTAS FEIRAS

Assigna-se e paga-se este jornal: em Coimbra, na Imprensa da Universidade; nas Provincias, em casa dos Srs. Directores de Correios; no Brazil, em casa do Sr. José Julio Lopes Gonsalves, Rio de Ostras. Preços por trimestre, ou 12 numeros: em Coimbra 400 réis; nas Provincias 460 réis; no Brazil (moeda forte) 700 réis; — número avulso 100 réis. — Toda a correspondencia, franca de porte, será dirigida ao Redactor do *Portugal Independente*, Coimbra. — Escriptos não publicados, não serão restituídos.

Mulheres celebres da revolução franceza

(Continuação)

1.ª Maria Carlota Corday

Tudo se deve sacrificar á patria,
excepto a religião e a virtude.

R. DE B.

Entre as mulheres celebres da revolução franceza, merece por certo menção especial, Maria Carlota Corday; o seu ânimo varonil, a generosidade de sua alma, cultivada pelo estudo profundo da historia antiga, deram-lhe a convicção de que a alma se degrada, se o sentimento da immortalidade a não sustenta.

Carlota Corday, habitava com os seus paes em Caen, quando a mocidade d'aquella cidade se estava alistando debaixo das ordens de Winfen, para ir dar fôrça á maioria da convenção nacional, oprimida pelos Jacobinos; o ardor com que a mocidade se sacrificava pela patria, acordou na alma de Carlota Corday, o sentimento, que a acção de Mucio Scevola, lhe tinha inspirado.

Marat, um dos carrascos da França, que tanto sangue fez correr, escrevia um jornal, que era lido em Caen, e olhado como o principal motor das calamidades públicas, porque os artigos respirando sangue, e exterminio, eram escriptos com pennas das aves do averno, molhadas no fel: um dos artigos d'este jornal tinha promovido o assassinato do amante de Carlota Corday, talvez este acontecimento excitasse e promovesse a resolução que tomou, de por suas proprias mãos assassinar a Marat.

Carlota Corday foge a seus paes, dirige-se

a Paris, e alli procurando occasião oportuna, para o que expoz, não só a vida, mas até a honra, encontra-se com Marat, e cravou-lhe um punhal no coração! Foi logo presa, e levada em acto continuo ao tribunal revolucionario; longe de se defender, com a maior coragem e sangue frio, respondendo ás perguntas que lhe fizeram, disse: Eu tinha direito de matar Marat, porque elle ha muito estava convencido pela opinião pública, da sua perversidade; elle estava condemnado, eu executei a sentença.

A doçura da sua physionomia, contrastava com a intrepidez de que precisára, para executar uma acção de tal natureza; porém nunca perdeu a coragem; respondeu a quantas perguntas lhe fizeram, com toda a exactidão, compostura e decencia, e quando fallava era com tal eloquencia, que por vezes prendeu a attenção do público e dos seus algozes, sendo necessario apressar a execução da sentença fatal, pelo effeito que a voz, argumentos, e proceder de Carlota, iam produzindo no público, acto este de que ella se sorriu com a maior graça.

Durante os interrogatorios, viu Carlota que um artista a estava retratando, ella longe de procurar evitar este trabalho, collocou-se na attitude que mais conveniente lhe pareceu, para favorecer o artista, e pediu-lhe como remuneração, que fizesse mais d'um retrato para mandar um exemplar á sua familia.

Ouviu Carlota ler a sentença sem se perturbar, no fim da leitura agradeceu ao seu defensor officioso o trabalho que tivera, e en-

trejou aos juizes algumas cartas, pedindo-lhes as mandassem ao seu destino, sendo uma d'ellas para seu pae de quem se despedia com ternura.

Soffreu a guilhotina com toda a coragem, não apresentando no rosto outros signaes a não ser os do pudor, que a assaltou quando o carrasco lhe tirou o lenço que lhe encobria o seio. L. P. B.

Resposta

de um ministro a el-rei Philippe IV
sobre o fazer ou não fazer
as pazes com Portugal.

Applicavel á presente occasião.

Se conselho pede a afflicção, annos ha, Senhor, que vossa magestade devia pedir conselho; porque com elle fóra tão facil o remedio, como agora aspero o desengano. A verdade, senhor, nasceu na terra, mas em pobre casa: não nasceu em palacio; e uma vez que um sancto (a) a palacio a levou, lhe custou a cabeça: ao mesmo passo que nenhuma outra coisa arruina tanto uma monarchia, como a damnosa peçonha da lisonja; de sorte, que é mais damnoso um lisonjeiro, do que um inimigo declarado, ou contrario poderoso; porque este dá cuidado, mas do cuidado nasce o sollicitar o remedio; e aquelle docemente me entrega ao descuido, e sem remedio me faz cahir no precipicio. Mortifica-se, senhor, o juizo do zeloso, vendo sem reparo governar o appetite; e este subordinando a verdade, fórma

(a) O Baptista, no palacio de Herodes.

FOLHETIM

Escrever um folhetim não é das cousas mais faceis do mundo; ainda assim ha litteratos que possuem um genio puramente folhetinista, e então a esses não é tão difficil lançar mão da penna, e escrever um verdadeiro folhetim. Mas a quem não tem bossa para tal genero de litteratura, é levar-se do diabo, primeiro que saiba o que ha de dizer.

Por exemplo, eu, que ha mais de seis annos tenho na cabeça a mania de escrever uma cousa a que se dêse o nome de folhetim, mas nada, não vae lá; pois o demão não consente em tal! Tambem olhem que é infelicidade! Por mais que dê voltas ao miolo não sae cousa que geito tenha; e isto para o meu genio de homem d'uma esperteza finissima, é o mesmo que açoitam-me.

Visto que já comeci a escrever nem eu sei o que, hei de acabar, dê lá por onde dér, embora as minhas amaveis e queridas leitoras digam que não tenho geito para isto.

O carnaval, cá na lusa-athenas esteve muito borralheiro. Isto não é novidade; dirão, porque toda a gente sabe que choveu. É verdade,

responderei então, mas por chover em Coimbra não é provavel que o mesmo acontecesse em outras terras para onde este periodico é enviado. E os srs. assignantes gostam de saber quando chove, ou faz sol (principalmente os que tractam da lavoura) para fazerem as sementeiras ou os recolhimentos.

Continuando, pois, com o carnaval, direi que em quanto a mascarar, não esteve a cousa lá de muito entusiasmo. Lourenços e mais Lourenços é o que se via por essas ruas, e a não ser algumas variedades dignas d'attenção, e de todo o chiste, podia dizer-se que o carnaval passava quasi desaperecebido.

Relativamente a bailes, vistel-os, nem eu. Não que nem um só houve. Apenas algumas reuniões em casas particulares, mas que estão longe de poder-se chamar bailes, e só uma, duas ou tres familias é que se divertiam aqui ou acolá.

Jantares lautos e toucas, foi o que se viu com a maior abundancia. Mas tudo na boa ordem. Sabem o que é boa ordem?... É socêgo e tranquilidade pública.

As laranjinas de cera tiveram grande distracção. Ferviam pelo ar, atiradas ao bello

sexo que das janellas pretendia ver o que na rua se passava. Não haviam descanso as senhoras. Ainda bem não tinham a cabeça fóra do peitoril da janella, já uma laranginha se esmigalhava em seu mimoso rosto, atirada da rua por mão robusta, porque era tal a altura em que se achavam, que só d'aquella fórma poderia galgar até lá cima.

Na Calçada atiraram com uma ao meu caneco de ver a Deus, que se não fujo com rapidez, teria de ir para casa com a calva á mostra. Mas vinguei-me dos que faziam alvo do meu zabumba, porque julgando que eu daria o cavaco, comeci a rir-me para elles, mas ausentando-me, já se entende, sem mais cerimonia. Fiz bem?

Ora visto que se acabaram os folguedos populares, e como entrámos no tempo sancto, será bom que cada um de nós vá cumprir com os preceitos religiosos, lançando-nos aos pés do confessor, pedindo perdão a Deus de nossos peccados, para que possamos ser absolvidos, e termos havemos de ir, ou mais hoje, para onde todos havemos de ir, ou mais hoje ou mais amanhã.

E disse.

fundamentos na malícia. Não é bem que um rei dê credito a uma voz que engana quando deleita, e não sóa quando engana: examine-se senhor, o coração, d'onde sae; saiba-se o mal d'onde vem; porque ha palavras, que sahem d'alma, e ha almas que não tem palavra: aquella como se vê sem execução no que persuade, vergonhosa se retira a verdade do governo, onde preside o engano. Chora-se o precipício, que arruina; e não se atreve o zêlo, que desengana; porque perde a graça quem falla na justiça, pois toda goza quem lisongeia. Se vossa magestade não despertára a minha penna, eu calára o que entendo: e ainda assim vae temerosa a razão, porque sae d'alma o desvelo, em que não só sou desenganado, mas zeloso. Porém não teme a morte quem a seu senhor obedece; e menos eu, que estou no fim de minha vida. Digo pois assim, senhor. Quem facilita o que não sabe, não sabe o que facilita. Para ter experiencia de uma nação não basta ser só examinada do estado presente: é preciso conhecer do passado para não chorar o erro no futuro; porque seria milagre acertar a ignorancia onde muitas vezes não acerta a experiencia. Portugal negou obediencia a vossa magestade; acclamou rei; facilitaram lisongeiros o remedio, e agora temerosos se retiram do perigo.

Esta nação, senhor, conquistou no oriente as Indias, jornada que, só imaginada, escutrece os animos para a comprehender. Dominou barbaras nações, e adquiriu com seu braço, muitos corações; conquistou, com seu assombro, muitos reinos, e fez seu nome eterno, não só entre gentios e pagãos, senão em o mundo todo. Africa, que provou o seu valor, chorou o seu estrago, e sempre vive temerosa, porque nella se viam os meninos obrarem prodigiosas acções; o Brasil, parte da America, se viu conquistado pela Hollanda com sagacidade mas ficou com ganancia, porque os sacudiu com heroica violencia o valor dos nacionaes, e isto quando o amor os não ajudava, nem o poder os soccorria, que, para rei alheio, muito se obrou com amor proprio; este foi o engano que hoje se chora sem remedio. Com jugo alheio pareciam os leões cordeiros, porém com o proprio, que é suave, parecem os cordeiros leões. Castella, com tantos reinos, com tantos milhões e com tantos exercitos, cobrou nas armas o odio a esta nação; porém, desde rei até ao presente V. M. o tem lido, e com admiração o tem ouvido, e com sobresalto, e quicá o está vendo sem remedio. Dormindo estava o valor de Portugal; com grande oppressão nas forças, mas a cubia e tyrannia, executada com a ignorancia, lhe despertou o esforço. Por tempo de sessenta annos não pôde Vossa Magestade adquirir suas vontades porque os ministros foram tyrannos neste tempo, castigo pedia o seu desafôgo; porém creou raizes porque se dilatou o castigo. As armas estavam olvidadas e com subjeição oprimidas; as nossas lhe fizeram militar com as suas. Não é esta gente, senhor, a que se rende com ameaças; mais facilmente se acomodam com caricias. Se lhe chamamos rebeldes, por que se não determina a razão? Por que não ajudamos do direito? Por que se attende ao severo, e não ao catholico? Letrados dão a Vossa Magestade o direito; a Portugal tambem dão direito os seus letrados.

Pois porque se não poz em juizo esta causa, pois ha vinte e tres annos que se sollicita esta causa com armas, devendo ser com o acerto? Senhor, melhor aconselha o desengano, que a razão se pôde olvidar pelo remedio. Nem tudo, senhor, dizem a Vossa Magestade: um rei ha de saber tudo. Dizem o bem, e calam o mal, e este cresce tanto quanto mais o calam. A saude não se dá nas adversidades. E

o reino desmaia em accidentes. A um valor grande tudo lhe parece pequeno. Dizem a Vossa Magestade que Portugal não tem dinheiro, não tem navios, não tem gente. Traidores são os que o dizem. Pois com que nos tem destruido? Sem gente, sem dinheiro, sem naus nós têm desbaratado tantas vezes? Valha-me Deus! Que fariam, se tivessem o que supponmos que lhes falta? Sem nada chorámos a nossa desgraça, que fariámos, se tivessem alguma coisa? Portugal nos destruiu em Montes Claros. Portugal nos destruiu em Silves; Luiz Mendes de Haro fugiu deixando cavallos, infantaria, artilheria, bagagens; o luzido de Milão, o escolhido de Napoles; e o grande da Extremadura; vergonhosamente se retirou S. A. (b) deixando oito milhões que lhe custou esta empreza, oito mil mortos, seis mil prisioneiros, quatro mil cavallos e vinte e quatro peças d'artilheria: e o mais lastimoso foi que de cento e vinte titulos e cabos, só escaparam cinco, porque fugiram deixando o estandarte do seu principe.

Se nada tem Portugal, ha maior affronta, do que vencer-nos sem nada? Se nada basta para vencer este nada, para que continuámos a nossa ruina? Para nada? Isto é tão alheio do valor, que prudentemente se lhe deve chamar teimosa covardia. Os effeitos, que vemos da parte de Portugal são milagrosos: e sustentam opposições contra determinações do ceu não só é loucura, mas temeridade; e se é valor portuguez, é maior a nossa fraqueza, que o seu poder. Cada dia espera Vossa Magestade se ganhe uma batalha, e cada dia perde um exercito. O sr. D. João d'Austria levou 40:000 homens entre infantes e de cavallo, gastadores, e o maior número que pôde ajuntar Hespanha, e o maior número de carroagens que pode unir o poder ao maior apparato, e a maior quantidade de artilheria que jámais se viu em exercito de Hespanha, e tudo isto nos ficou destruido: viram-se mais que mil infantes, e mil e quinhentos cavallos? Porventura ha grande no reino que não esteja pequeno? Pequeno que não esteja pobre? E pobre que não morra de fome? Em que se consomem das Indias os milhões? E em que gasta Vossa Magestade as suas rendas? Onde morreram mais de cem mil homens em vinte annos, senão em Portugal sem dinheiro, sem naus e sem gente? A minha penna o diz, e mais de 60:000 viuvas o choram, sem sollicitar applausos ou ministrar lisonjas e receber perigos. Tudo, senhor, pelos portuguezes é evidencia. Deus assim o quer. Os prodigios em o ceu se deixam ver; os milagres são claros. Ha, senhor, maior desatino, do que oppor-se ao ceu! Vossa Magestade por esta guerra furta a justiça a Portugal, soccorro a Flandres, auxilio a Milão; defeza a Napoles, presidio ao imperio, saude a Catalunha, remedio e esperanza a Hespanha toda: não se podem já provêr as praças, enfraqueceu o reino todo, morrem os pobres, alentam-se os inimigos. França e Inglaterra não podem soffrer intento tão injusto, ajudam com cautella ao necessitado, e se não é amor que tem a Portugal, é odio que tem a Hespanha.

Rei e senhor meu, de uma parte ha de ser justa a guerra entre christãos, para que não padeçam tantas almas na guerra: mostra-nos o ceu ser justa a sua, pois os favorece tanto: logo, é injusta a nossa. E se não é affronta para Hespanha fazer pazes com Hollanda, se não ha desdoiro fazer pazes com Bretanha, e se é conveniente fazel-as com França, porque não será licito fazel-as com Portugal? Se a Hespanha temem todos, e Portugal vence a Hespanha, unido com Hespanha quanto mais venerada e temida será! Mais crédito se perde

nas armas do que no brio: mais se interessa nos augmentos da casa, do que na esperanza de fóra. Senhor, em nome do Estado falla a minha penna, obedecendo temeroso ao real preceito de Vossa Magestade, e esta obediencia espero me sirva de defeza aos poderosos rigores dos emulos, que têm a confiança de enganarem a Vossa Magestade com tão inrearcível perda do seu real erario, usurpando d'este modo não só a sua real fazenda, mas o respeitavel acerto das suas determinações, ficando estas arbitrarias ao conceito dos nossos inimigos, valendo-se d'esta inadvertida porfia para desafôgo da sua mesma vontade.

Disse.

O nosso collega do *Clamor Militar*, publicou o seguinte artigo sobre a independencia de Portugal; e faltariamos a um dever se por ventura o não reproduzissemos; para o que pedimos a competente venia.

Independencia nacional

As brilhantes páginas da nossa historia nos ensinam que os portuguezes prezaram sempre antes que tudo, a sua independencia nacional; e por ella fizeram sempre os sacrificios de que uma nação pondunorosa era capaz; não se poupando a esses sacrificios, homens, mulheres, e até crianças.

Todos elles se ergueram sempre como um só braço, com a fé no coração, e o nome do Deus de Afonso Henriques nos labios em qualquer occasião, que estrangeiros ameaçaram seus pacíficos lares; e o Omnipotente impulso do amor da patria lhe dava a coragem necessaria para triumphar, quaesquer que fossem os tempos, os inimigos e as circumstancias.

Já, desde as edades dos Celtas e dos Phenicios, as tradições nos transmittem o caracter nacional dos Lusitanos; e ellas nos dizem que tudo tremia ante as armas victoriosas, quando nas extremidades do mundo, esse povo com um Viriato á frente, desbaratava as hostes inimigas, obrigando-as a circumscrever-se á occupação unica dos seus territorios.

Os mesmos homens commandados por Sertorios destroçaram os exercitos dos proprios Mellez e Pompeus-os-Grandes! E só aos punhaes e aos venenos, deveu Roma subjugar por algum tempo essa nação de bravos, que nunca procurou invadir solo estranho; mas que nunca consentiu tambem, que impune-mente lhe invadissem o seu.

Godos, Suevos, Alanos e Mouros invadiram successivamente este invejado territorio, mas todos esses grandes exercitos, toda a fama dos grandes capitães, d'esses barbaros, todo o poder colossal d'esses invasores, fugiu espavorido e desbaratado, diante de um punhado de valerosos Lusitanos.

A fundação da monarchia portugueza, liga-se a prodigios de valor na expulsão dos Arabes pelos nossos antepassados, a quem devemos a legitimidade de senhores d'esta terra independente e soberana.

Desde a epocha dos devaneios de Napoleão I, ninguém imaginou seriamente conquistar Portugal.

Verdade é que as infelizes desavenças que em diferentes epochas tivemos com os nossos vizinhos de Castella, durante as quaes ella tanto pensou na possibilidade de incorporar a si este nosso tão invejado reino, nos nutrem o receio de que essa lembrança exista ainda, e que de novo tentem lançar-nos os grilhões com que por espaço de sessenta annos maneataram os pulsos dos nossos illustres avós. Mas pensando seriamente como portuguezes, e não nos animando nenhum impulso d'odio contra nossos vizinhos, que como nós susten-

(b) D. João de Austria.

taram sangrentas batalhas, contra Romanos, Vandalos, Suevos, Alanos, Gódos e Mouros para conquistar a sua independência; nenhum receio temos que Castella cuide seriamente em nos avassallar, nem tentar contra a nossa independência nacional. Mas se infelizmente Castella, se deixar dominar da ideia ambiciosa de engrandecer-se á custa das nacionalidades alheias... Oh! então, os portuguezes saberão sustentar os direitos e fôros da nação a quem nenhuma excede, em gloria, em tradições, e em brios.

A honra das nações não se mede pelo seu tamanho.

Quanto mais limitado considerarmos a Europa o nosso territorio, mais alta opinião deve o mundo fazer d'este punhado de homens que sempre de punho na espada estão promptos a segurar a sua independência, a sua soberania, e os brios herdados de seus antepassados, como o estão as nações que contam cincoenta vezes mais que a nossa população.

Aonde estavam os Bretões, os Suecos, os Dinamarquezes e os Polacos, no tempo dos Viriato, e Sertorio?... Basta.

Permitam-nos que admiremos a grandeza, e o brilho dos nossos vizinhos.

Permittam-nos que os consideremos como amigos, e até como irmãos; mas permittam-nos tambem que nos contentemos com a nossa sorte, prodiga ou mesquinha com que a providencia nos dispartiu.

Não queremos ser grandes e escravos. Preferimos antes como Cesar, ser os segundos e livres na nossa aldeia, do que sermos escravos e os primeiros nas ruas de Roma.

HYMNO

ANTI-IBERICO

Quem se lembra de unir a Hespanha
Nossa terra que é patria de heroes?
Quem se lembra, quem cuida qu'a apanha?
Por ventura serão hespanhoes?
Pois se ainda na Hespanha ha esp'rança
De fazer uma tal união,
Entre nós ainda dura a lembrança
Dos seus ferros de vil servidão.

Este povo que o filho de Henrique
De inimigos ferozes remiu;
Depois d'essa batalha d'Ourique,
Sempre o jugo d'estranho expelliu.
É verdade que um dia, fiado,
Em promessas mentidas, ficou
Carregado de ferros de escravo,
Mas com força depois os quebrou.

E cahiu d'essa vez na cilada,
Que nos paços um rei soube urdir,
Por não crer que uma frente c'roada,
Que um monarcha pudesse mentir:
Aliás, nunca escravo seria
Quem á patria deu brilho e deu luz,
Quem os mares mais bravos abria,
Por abrir novas terras á cruz.

Mas agora que está cauteloso
Com aquella terrível lição,
Pobre ou rico, feliz ou ditoso
Ha de livre manter á nação.
Não herdámos as velhas grandezas,
Não herdámos os brios senis:
Este reino de tantas proezas
Não é facil vergar a cerviz.

Este povo já teve no mundo,
Sob'rania, já foi povo-rei:
Os seus brios, num brado profundo,
D'estrangeiros rejeitam a lei.

Quando as suas altivas bandeiras,
Como as aguias voavam, no mar,
Tê nas praias as máis derradeiras
Soube as quinas ovantes firmar.

Conservemos, fieis portuguezes,
Sempre livre o gentil Portugal;
A má sorte dos reinos ás vezes
Tambem muda, não é perennal.
Demandemos aos campos os fructos,
Animemos a industria tambem,
Que o commercio de nossos productos
Um thesouro guardado nos tem.

Estas bellas conquistas do arado
Dão riqueza, opulencia ás nações;
Quem as outras já fez denodado,
D'estas póde colher os florões.
Estas luctas, são luctas mais nobres;
Que aquell'outras de sangue e de horror;
Ellas podem tirar-nos de pobres,
E p'ra ellas nós temos vigor.

CÓRO

Desprezemos promessas do estranho
Que nos soube illudir uma vez;
Sempre livrés, cuidemos do amanho
D'este sólo que é tão portuguez.
E se os ferros que outr'ora soffremos,
Outra vez nos vierem lançar,
Sóbre as aras da patria juremos
Com mais força que outr'ora os quebrar.

M. C. Sampaio.

Portugal, Roma e a Italia

(Carta a sua em.^a o cardeal Antonelli)

Eminentissimo Senhor.

El-rei D. Pedro v morreu. Ha tres mezes que aquella sancta alma subiu ao seio de Deus, acompanhado das benções e das lagrimas de um povo, a qual deixava, como elemento eterno de saudades, a memoria de inimitaveis virtudes.

Não ha consolações para uma dor d'aquellas; mas se a homenagem prestada por estranhos á memoria d'aquelle que chorámos póde minorar, de algum modo, a máguia da sua perda, Portugal recebeu muitas consolações d'essas.

Na noite em que os sinos chamavam os fieis ao templo, para implorarem a Deus a vida do monarcha moribundo, a synagoga de Lisboa abriu-se, e os israelitas acompanharam com as suas orações as preces dos portuguezes catholicos. No funeral de el-rei D. Pedro, os portuguezes de todas as classes, desde a mais humilde até á mais elevada sociedade, que acompanharam o feretro ao jazigo dos reis, viram ao seu lado os estrangeiros sem distincção de nacionalidade, sem differença de religião, prestarem o tributo devido ás virtudes do fallecido monarcha. E quando a Russia orthodoxa, a Allemanha lutherana, a Inglaterra protestante, como as nações catholicas da Europa, nos davam provas de inequivoco affecto, vimos Marrocos mahometana tributar preito á memoria de D. Pedro, e os judeus de Ponta Delgada celebrarem suffragios pela sua alma.

E Roma! onde estava? Que fez a capital do mundo christão, o centro do catholicismo?

Com vergonha o devemos dizer nós os catholicos: Roma não teve ainda uma palavra para significar a sua sympathia pelas amarguras d'este povo.

Eminentissimo senhor. Diante do silencio do *Diario* official, sempre cuidadoso em registrar as provas de consideração, que raro recebemos das côrtes estrangeiras, agora tão sol-

licitas em demonstrar-nos quanto veneravam as virtudes do fallecido Rei de Portugal, o paiz tem notado com espanto o procedimento de Roma, sua antiga e mais cara amiga; e não faltam espiritos mal intencionados que comparem esta indifferença, agora? que Portugal está pobre, com as muitas provas de sympathia recebidas da Curia, quando disputava do oiro das Indias. Calúmnias, ás quaes está sujeita a mais recta e pura intenção, como eu supponho serem sempre as do governo a que v. em.^a preside.

D'onde nasce, porém, que sómente Roma fôsse, entre todas as côrtes a que não teve uma palavra de amizade, uma pequena prova de sentimento pelas máguas d'este povo? Muitas são as razões dadas; uma é só, a meu ver, a verdadeira.

A missa celebrada por alma do conde de Cavour; aquella tão disputada missa foi o espinho que feriu os animos da Curia, e que a impede de nos estender, como outr'ora, os braços em apparente effusão de affecto. Que a côrte catholica por excellencia olhe Portugal como inimigo por haver ouvido uma missa parecerá sem dúvida, absurdo aos que não conhecem o estylo romano; mas a verdade é essa. A Curia tomou como affronta a celebração das exequias de Camillo de Benzo; como um attentado ao seu direito a censura do governo ao patriarcha de Lisboa; como escárnio aos seus decretos a assistencia dos ministros aos suffragios por alma do conde de Cavour; e, não podendo significar de modo mais digno o seu odio, vingou-se dos suppostos crimes do peccador na alma do justo; afflige a alma sancta de D. Pedro pelos imaginarios delictos do governo! Repugnante theologia é essa; mas é theologia de Roma.

A Curia, exm.^o sr., é injusta. O governo portuguez, que, ainda ha poucos mezes, tolerou, por mais de 12 horas, em Lisboa, o nuncio que tinha calumniado officialmente o rei de Portugal; o governo, que arrimado ao tortuoso bordão da diplomacia, foi a Roma, calcando as prerogativas da corôa, e com desprezo da propria dignidade, comprar um arcebispo para Goa; que pede o seu consentimento para a execução de leis, que escusam d'elle; o governo portuguez, repito, podia mecer commiseração; odio nunca. E a Curia votou-lhe odio, sem ver, que, atraz d'esse governo, como quer que elle seja, está uma nação, a qual chora Aquelle, que um cardeal representante da papa, insultou em vida, e ella escarnece depois de morto! Sustenha-lhe v. em.^a as iras. Aquella memoria é sagrada; e as memorias de Roma aqui são negras. O coração dos portuguezes para Aquelle tem lagrimas e saudades, para esta não sei se terá sempre a fria indifferença de hoje!

É impossivel, porém, que em tudo isto, a Curia se guiasse por noticias adulteradas de factos praticados na esphera da legalidade. O governo portuguez, se não cumpriu completamente as leis, seguiu, ao menos, no que fez as inspirações do dever. O ministro censurou o arcebispo de Lisboa porque devia censural-o; a missa pelo conde de Cavour, celebrou-se, porque devia celebrar-se.

É para provar isto; é para restabelecer no espirito de v. em.^a a verdade dos factos, que eu tomo a liberdade de lhe dirigir esta carta, pedindo-lhe conceda á leitura d'ella alguns minutos da sua infinita paciencia.

Os filhos da Italia residentes em Lisboa resolveram, de commum accôrdo, fazer celebrar exequias solemnes por alma de Camillo de Benzo, conde de Cavour; homem, que consagrara o coração e a intelligencia á liberdade da sua bella patria. Era um pensamento nobre e generoso.

Mas um dia affixara-se ás portas de Latrão e no Campo de Flora, em Roma, um papel sahido da chancellaria apostolica, no qual, em nome do Sancto Padre Pio IX, se lançava a excommunhão e o anathema sobre os invasores e auctores da occupação dos Estados romanos; e um prelado portuguez, o arcebispo de Lisboa, esquecido, para não dizer ignorante, tanto dos seus deveres ecclesiasticos, como das leis do paiz, ousou negar licença para os suffragios publicos por alma do conde de Cavour, fundado na auctoridade de um papel que não tem nenhuma em Portugal. Direi a v. em.^a porque.

O chamado breve de 26 de março de 1860 não tinha valor de lei em Portugal, porque não fôra, como ácêrca das excommunhões determinam os sagrados canones e indica o Pontifical Romano, e como, a respeito de quaesquer constituições, mandam os principios geraes de direito, promulgado legal e universalmente, para que a todos, como das leis se requer, fôsse notorio, e para que em toda a parte, como as leis necessitam, fôsse observado. A Curia julga bastante fazer a publicação em Roma para que as decisões pontificias sejam conhecidas em todo o orbe catholico; e engana-se. A igreja catholica, confiada por Christo á direcção do Papa, não pôde ser por elle abandonada á malevolencia do primeiro falsificador de bullas, nem, por conseguinte, ter confiança nellas sem lhe haverem sido intimadas pelos proprios pastores; mas como os diversos prelados da igreja universal não moram ás portas de Latrão nem vivem no Campo de Flora, não sei que meio legal tenha inventado a Curia para a communicação das ordens de Sua Sanctidade. Reiffestuel, canonista predilecto de Roma, descobriu uma via commoda. Diz elle, com natural ingenuidade, que sendo Roma a capital do mundo catholico e havendo alli sempre muitos estrangeiros, elles podem fazer saber as determinações do Papa. É o absurdo a justificar o absurdo; o abysmo a chamar o abysmo. Se basta a publicação em Roma, ignoro para que serve esse luxo inutil de nuncios e legados, que infestam as nações catholicas. Noticias de Roma podêmos nós cá tel-as pelas informações dos peregrinos.

No prezente caso, porém, avulta mais ainda o absurdo da legislação romana, por isso que devendo a excommunhão produzir os effeitos que a igreja julgou convenientes, se ignoram a existencia d'ella os prelados que devem communicar-a aos fieis, não pôde ter vigor «o nervo da disciplina ecclesiastica» no mundo, que não sabe da sentença nem conhece os criminosos.

Todavia, como é de praxe, o supposto breve de 26 de março determina a sua observancia em toda a parte.

A. Seromenho.
(Continúa)

VARIÉDADES

Sixto v, papa

Foi Sixto v um dos papas, que governando Roma, e o Orbe Catholico, maior memoria deixou de si; o seu govêrno vigoroso e rigoroso cortou muitos abusos e despotismos, e chegou a ser tão temido dos povos, que em Roma as mães para metterem medo ás creanças, lhes diziam: cala-te que passa o papa Sixto! Foi este successor de S. Pedro, que, advertido pelo Cardeal Rusticucci, que todos reparavam que Sua Sanctidade antes da eleição tivesse encarecido a necessidade de coadjutores para tão pesado officio, e que depois de eleito despensasse a assistencia dos car-

deaes, respondeu com o maior socêgo: «É verdade, que assim o dissemos, mas agora o revogamos. Da mentira officiosa nos absolverá o nosso penitenciaro; e adverti: que se acaso nos destes o pontificado a usuras, nós protestámos que o não acceitámos senão de graça.»

Fr. Felix, que assim se chamava na religião Sixto v, andava mui corcovado, e encostada a moletas, quando succedendo a morte de Gregorio XIII se procedeu á eleição de novo papa, e sobre elle recaiu a escolha dos cardeaes; logo que foi proclamado, como por milagre arremeçou as muletas fóra, e caminhou do conclave mui direito e agil para a igreja de S. Pedro; este acto causou tanta admiração que o cardeal Medicis lhe disse: Sanctissimo padre, todos se admiram que depois que vossa sanctidade é papa, não anda corcovado. Sixto v, rindo-se respondeu-lhe: É porque já achei as chaves de S. Pedro, que buscava em quanto fui cardeal. L. P. B.

PASMATORIO

— Na 4.^a feira finda, teve logar 'nesta cidade a costumada procissão da cinza, que sae da igreja do Carmo, e a ella se recolhe depois de haver percorrido diversas ruas. Concorreu muito povo das circumvizinhanças de Coimbra.

— Continuam a permanecer na rua da Sophia os grandes carrões, sobre os quaes por mais por mais d'uma vez temos pedido providencias; e hoje de novo o fazemos, porque na realidade não podêmos deixar de o fazer, a fim de que não sejam alli consentidos.

— Parece que ámanhan irá a scena no theatro academico a *Probidade*, drama que tão esmerado desempenho teve no theatro de D. Luiz. Faremos no seguinte número a analyse do andamento do espectáculo, que cremos será o mais regular, em vista dos elementos que ha 'naquelle theatro, e na intelligencia e pericia dos actores.

— Com o n.º 24 termina o segundo trimestre d'este jornal. E como até esse tempo estamos obrigados a saldar as nossas contas com a imprensa e com o expediente, rogámos encarecidamente aos srs. assignantes em debito tanto do 1.º como do 2.º trimestre, assim de Coimbra, como das provincias o favor de se dignarem satisfazer as respectivas importancias, com a maior brevidade possivel, a fim de que nos não vejamos na necessidade de dar um passo, a que tentámos resistir, e na realidade não será muito airoso para aquelles que não attenderem nossas supplicas.

Esta Redacção resolveu que sem excepção alguma, fôsem no n.º 24 publicados os nomes dos que até esse dia não houverem satisfeito, visto que d'outra forma não pôde tornar publico quaes são os individuos de que o journalismo se deve livrar.

Aos srs. assignantes que já satisfizeram, a Redacção vota agradecimentos.

— Chamámos a attenção de nossos leitores para a carta que o sr. A. Seromenho acaba de publicar, e que nós começámos hoje a reproduzir, com a competente venia, com o titulo de — *Portugal, Roma e a Italia*, e que foi dirigida pelo auctor ao sr. cardeal Antonelli.

— E não diziamos nós que o collega *Tira-Teimas* ainda havia de elogiar as damas do theatro de D. Luiz? Meu dicto, e meu feito; diz elle que na última recita que alli houve as damas lhe agradaram. Ainda bem: é até muito provavel que o collega estivesse confundido; e é o que foi; ora adeus. O illustre

chroniqueiro não é tão mau como á primeira vista parece. E se assim continuar a fallar, creia que a não deita em sacco roto, porque o bello e encantador sexo ha de sympathisar com o excellentissimo collega por dizer bem isto é, a verdade; como anthipatisava por dizer mal, isto é, quando estava de mau humor contra as pobres damas em questão. Pôde acreditar que o seu último número foi lido com o maior interesse, e geralmente applaudida a sua conversão. Por isso temos a honra de lhe dirigir nossos sinceros e cordeaes parabens.

— Pedimos venia ao nosso collega do *Jornal do Commercio*, para transcrevermos o artigo que publicou no seu n.º 2518, que tem por titulo = *Resposta d'um ministro a el-rei Philippe IV, sobre o fazer ou não fazer as pazes com Portugal*.

— No n.º 22, no artigo sobre = *as mulheres celebres na revolução franceza*, na terceira linha, onde se lê — nos effeitos — deve ler-se — aos effeitos. Na setima linha, onde se lê — e mais que acção digna, é, — deve ler-se — é mais que acção digna, é por certo. Na linha dôze, onde se lê — senhora necessitada — deve ler-se — senhora respeitavel. Na segunda columna, linha dezoito, onde se lê — ao furor dos Tribernos — deve ler-se — ao furor dos Tribunos.

PUBLICAÇÕES LITERARIAS

NOVO COMPENDIO

DE

CHOROGRAPHIA PORTUGUEZA

Para uso das escholhas d'instrucção primaria.

Vende-se na loja de livros da Imprensa da Universidade; na do sr. Mesquita, rua das Covas e em casa do sr. Paulo José da Silva Neves, na Calçada. Preço 120 réis.

ANNUNCIOS

1 José Dias de Paiva, morador na rua do Visconde da Luz (antiga do Coruche), faz publico, que tem aberto o seu estabelecimento de ferragens nacionaes e estrangeiras, oleo e tintas para pintar. Tambem tem á venda bilhetes, de loterias e fracções, que tudo vende por preços commodos.

Offerece seus serviços a todos os seus amigos e freguezes, que eram do estabelecimento que girava debaixo da firma de Sousa & Paiva.

2 José Francisco da Cruz, na Couraça de Lisboa n.º 3, faz publico, que além das qualidades de bolacha que fabrica, tem no seu estabelecimento as seguintes massas: macarrão, macarronete, letria, talharim e lazanha, que vende ao miudo a 180 réis o kilogramma. De 30 kilogrammas para cima far-se-ha algum abatimento. Depósito tanto d'um como d'outro genero, em casa do sr. Manuel Duarte Ariosa & filho, largo de Sansão.

3 Vende-se um clarinete moderno de B Fâ, de 13 chaves, e com pouco uso. 'Nesta Redacção se diz quem o vende.

PORTUGAL INDEPENDENTE

JORNAL ANTI-IBERICO, LITTERARIO E NOTICIOSO DEDICADO Á MEMORIA DE EL-REI O SENHOR D. PEDRO V PELOS ARTISTAS DE COIMBRA

REDACTOR — Augusto José Gonsalves Fino

PUBLICA-SE ÁS SEXTAS FEIRAS

Assigna-se e paga-se este jornal: em Coimbra, na Imprensa da Universidade; nas Provincias, em casa dos Srs. Directores de Correios; no Brazil, em casa do Sr. José Julio Lopes Gonsalves, Rio de Ostras. Preços: por trimestre, ou 12 numeros: em Coimbra 400 réis; nas Provincias 460 réis; no Brazil (moeda forte) 700 réis; — número avulso 400 réis. — Toda a correspondencia, franca de porte, será dirigida ao Redactor do *Portugal Independente*, Coimbra. — Escriptos não publicados, não serão restituídos.

EXPEDIENTE

Esperámos da honradez e probidade dos srs. assignantes em debito, que no mais curto espaço de tempo se dignarão satisfazer a importancia de suas assignaturas; aliás não sabemos como classificar o proceder de cada um. É esta a última vez que pedimos, e se agora não formos attendidos, quando o seremos?

Com o presente número termina o primeiro semestre d'este jornal, cuja Redacção tem a consciencia de que cumpriu religiosamente com os deveres e responsabilidade que se encarregou; e oxalá que a maior parte dos srs. assignantes soubessem corresponder aos seus desejos, mas infelizmente nem todos pensaram da mesma fórma, porque nem todos satisfizeram as importancias das suas assignaturas; e por isso vimo-nos obrigados a dar publicidade aos seus nomes num appenso que vamos dar a este número, para que possam ser julgados pelo público; sendo, porém, dever nosso fazer-o constar por igual meio quando realizarem aquelle pagamento.

Este jornal suspende temporariamente a sua publicação, em quanto a nova Redacção se não habilita a tornal-o politico, e a publicar-o tres vezes por semana; ficando nós exonerados da missao a que nos propozemos, e sem generancia alguma de futuro em semelhante empreza.

Os individuos a quem passámos a propriedade do jornal, são d'um caracter rigido e independente, e por tanto é de esperar que não de corresponder ao programma que opportunamente publicarem.

Os srs. assignantes actuaes que não quizerem continuar a sel-o, deverão, sem demora, participar-o em carta fechada e franca de porte a esta Redacção, e os que debitaem alguma importancia o farão da mesma fórma, enviando-nol-a ou em estampilhas, ou em vales do correio.

Por esta occasião não podemos deixar de testemunhar o nosso profundo reconhecimento a todas as pessoas que se dignaram honrar-nos com o seu valioso apoio durante o tempo em que tivemos o encargo de redigir este jornal; e por certo que faltariamos a um sagrado dever de gratidão e amizade se o não fizéssemos.

Recebam, pois, todos os protestos de consideração, estima e agradecimento que lhes votámos; podendo dispor do nosso limitadissimo prestimo.

Aos srs. directores de correios que tanto nos coadjuvaram nesta empreza, igualmente tributámos o nosso mais profundo reconhecimento.

Coimbra, 13 de Março de 1862.

AUGUSTO JOSÉ GONSALVES FINO.

Mulheres celebres da revolução franceza

Madame Lëssinai

A amizade é um fogo, que não arde, senão em corações puros. Tirar aos homens a amizade seria tirar o sol ao mundo. R. DE B.

Foi presa em Nantes, Madame Lëssinai, esposa do general da Vendée mr. Lëssinai: esta virtuosa senhora, tinha em sua companhia uma criada, ou antes uma amiga dedicada, fiel e sincera, rapariga muito moça natural de Chatelevault.

Esta rapariga não querendo por modo algum abandonar sua ama, pediu e obteve ser encarcerada com madame Lëssinai no mesmo carcere, e alli se conservou dando a sua ama todas as provas d'uma amizade sincera, e de uma fidelidade inabalavel, procurando com a sua constancia, e com o seu amor, adoçar a alma, e amenisar a vida de madame Lëssinai.

Um dia abre-se a porta do carcere e uma escolta de soldados entra para levar madame, bem como os outros presos condemnados á morte; ouvindo a moça chamar por sua ama, que uma pequena disposição forçara naquella dia a ficar de cama, a rapariga se apresenta aos soldados como se fóra ella aquella a quem procuravam, e aproveitando a ignorancia da escolta, é levada em lugar de Lëssinai, e lançada nas ondas do Loire, com outras muitas victimas, tendo pelo caminho mostrado a maior alegria e sangue frio, por poder sacrificar a sua vida, para salvar a de madame Lëssinai?

Dizem que a desigualdade de condição, e de fortuna, destroe a franqueza, a confiança, e a liberdade, que constituem o caracter de uma união verdadeira, e d'uma amizade sincera; quanto se enganam aquelles que assim pensam; a virtude atrahê a si a virtude, como o iman atrahê o ferro; que importa a condição e a fortuna a um coração virtuoso?

L. P. B.

Maria de Sousa

DRAMA POR

Manuel Augusto Correia Bandeira

Subiu á scena na noite de 15 do passado, no Theatro Academico, esta mimosa producção. Amizade antiga, obriga-nos hoje a dizer o que sentimos, quando o novo, e modesto auctor e actor, recebia no palco as coroas, com que mancebos, cheios de aspirações, de fé viva no futuro, lhe engrinaldavam a frente.

Não tem pretensões a juizo critico, o que vae ler-se: confessámos ingenuamente, que não somos dos mais competentes, para afemen-

car defeitós, ou exaltar perfeições. Emittiremos a nossa opinião franca... e mais nada. Temos o direito de escrever o que sentimos, e escrevemos: eis tudo.

Não precisa o auctor, que a nossa humilissima penna lave, o que lhe disseram as palmas e as coroas, com que foi recebido o seu drama: homens eminentes na arte lh'o fizeram já; Tasso e Pinto dos Sanctos, não duvidaram anovellar as bellezas, que essa producção contém, e prophetisar ao auctor o que ellas lhe renderiam mais tarde: e a não ser a sua nimia susceptibilidade, transcreveriamos aqui alguns periodos, que honrãm tanto quem os escreveu, como a quem foram dirigidos.

Manuel Bandeira, tem de si a consciencia que deve, e a intelligencia precisa, para avaliar o que escrevo, está convencido de que o seu drama, como primeira producção, têm muito, que aperfeiçoar, mas tambem não deve ignorar, que muitos dramas, que por ahí têm sido representados com applauso, não podem de maneira alguma ser cotejados como seu.

Não temos o desgarrô de afirmar, que Bandeira, seja um estylista consumado, e ainda, que Pelletan diga, que livro sem estylo, é noiva sem dote; parece-nos comtudo, que a regra para o ser, tem excepção, e esta é o drama: temos para nós que estylo empolado vale muito... muitissimo até, para a intelligencia, ao coração chega mais a linguagem, sem corcovos e escaramuças, como diz Camillo Castello-Branco. Longe de nós porém, o que-remos dizer, que o drama deva ser escripto em linguagem rasteira; nem o drama de que fallámos está nesse caso; porque se o phraseado não é retoução, e o polido de ljaças; brota todavia natural, e não destoa.

Promettemos escrever a impressão, que nos causou, *Maria de Sousa* em scena; ella ahí vae, não acafejada, e em portuguez lidimo.

Seguindo a *eschola* modernã, o auctor desprezou os venenos, *punhaes*, e *subterraneos*, que faziam outr'ora as delicias das nossas pláteias, e coagiam os pobres dos actores a soffrer convulsões horripilantes; a ullularem; cahirem por fim assassinados, envenenados, ou cousa semelhante d'onde lhes resultavam algumas contusões, quando o enthusiasmo não lhes deixava entrever, que em realidade estavam vivos.

Gizou os caracteres precisos para o enredo na sociedade de hoje, e esforçou-se por mostrar, que metá pôde tocar o vicio e o amor; este induz *Eduardo* ao assassinio; aquelle enfi-na *Alberto* a devorar em silencio uma af-frenta que lhe é arremeçada pelo pae de *Maria*. O enredo não é lardeado de lances que obriguem o espectador a continuos transportes desinvolve-se porém natural e verosimil.

Gizou os caracteres precisos para o enredo na sociedade de hoje, e esforçou-se por mostrar, que metá pôde tocar o vicio e o amor; este induz *Eduardo* ao assassinio; aquelle enfi-na *Alberto* a devorar em silencio uma af-frenta que lhe é arremeçada pelo pae de *Maria*. O enredo não é lardeado de lances que obriguem o espectador a continuos transportes desinvolve-se porém natural e verosimil.

(Continúa)

Portugal, Roma e a Italia

(Carta a sua em.^a o cardeal Antonelli)

(Continuação)

Um prelado da igreja lusitana disse ha mais de um seculo, e 'nisso disse a verdade, que não era permittido crer que o Pontifice ignorasse o direito público ecclesiastico, mas sim o particular; porém, com esta simples clausula, a chancellaria apostolica lança sobre o Sancto Padre a nota de total ignorancia de todo o direito, o que me faz suppor o breve obra da malevolencia d'algum mau notario.

As leis da igreja — e quando digo «leis da igreja» bem sabe v. em.^a que fallo das resoluções dos concilios ecumenicos — recebem do poder civil o valor práctico; e estão sujeitas ao direito particular que regula cada uma das nações catholicas. Ora, se precisam a sanção dos poderes publicos essas leis redigidas sob a immediata assistencia do Espirito Sancto, como hão de esquivar-se a ella resoluções da Curia romana, a qual, como diz a historia, tantas vezes tem attentado contra a tranquillidade dos povos e contra a auctoridade dos soberanos? Da Curia, que, como dizia um nosso embaixador em Roma, é tão difficil em reconhecer direitos, como prompta em vencer a quebra d'elles?

Em Roma deve saber-se que em Portugal ha um direito real, o de beneplacito, em virtude do qual nenhuma decisão, não sómente pontificias, senão tambem conciliares, podem ser admittidas, publicadas, observadas e cumpridas no reino sem haverem previamente obtido o régio *exequatur*. É um direito inherente á suprema auctoridade secular; direito, disse um illustre canonista, que, se alguém tentasse tirar aos principes catholicos, veria, por manifesta experiencia, quantas calamidades tinha causado á republica.

Foi por attentar contra as prerogativas da coroa, que o ministro censurou o arcebispo, reu d'um delicto que tem na lei outras penas.

Observa com tudo alguém que a validade da excommunhão não depende do beneplacito do rei de Portugal. É verdade; nem tambem só de haver sido lançada pelo Papa.

O senso commum, eminentissimo senhor, (não sei se succede o mesmo em Roma) tem uma qualidade rara; é ser pouco commum. Não pôde, nem pretende o rei de Portugal invalidar, se é válida, a excommunhão lançada sobre os invasores dos Estados Romanos; mas pôde, e tem direito de prohibir só a publicação d'ella no seu reino, mas tambem que sejam considerados vitandos quaesquer individuos que possam crer-se incursos nella.

A excommunhão é um acto de mera disciplina, e a disciplina da igreja tem uma legislação, não direi muito legitima, mas auctorizada, reconhecida e observada. O rei de Portugal é protector advogado da igreja, tem a guarda e defesa dos canones, e quando a excommunhão for, como no presente caso, illegal e arbitrariamente fulminada, tem o dever de vedar a publicação d'ella, para que na igreja confiada á sua protecção se não introduzam disposições contrárias ás leis da mesma igreja, e d'ahi se origine, por exemplos sempre perniciosos, a relaxação da disciplina.

É por estas razões, em.^{mo} sr., que ainda quando fôsse communicado officialmente, o breve de 26 de março de 1860 não podia receber o régio beneplacito. Eu vou provar a v. em.^a que o supposto breve é contrario ao espirito do Evangelho, opposto ás leis da igreja, absurdo, e por consequencia falso, porque o Sancto Padre não pôde negar o Evangelho, calcar as leis canonicas e abdicar a intelli-

gencia, que Deus lhe deu para pastorear o seu immenso rebanho.

Qual é o fim do breve de 26 de março? É melhor ouvir-o:

«... Declarámos (o auctor do breve falla em nome do Sancto Padre), declarámos todos os que consummaram a criminosa rebelião nas provincias sujeitas á nossa auctoridade pontificia, e a usurpação, occupação e invasão das mesmas, e outros semelhantes factos; e igualmente aquelles que os mandaram, os seus partidarios, coadjutores, conselheiros, e adherentes, etc., incursos na excommunhão maior e nas mais censuras e penas ecclesiasticas... e, se tanto for necessario, de novo os excommunhámos e anathematizámos.»

Não ha dúvida: é a excommunhão e o anathema com todo o seu terrivel peso lançado sobre os revolucionarios «invasores e usurpadores das provincias sujeitas á auctoridade pontificia» do Sancto Padre Pio IX. Mas, em.^{mo} sr., sendo a auctoridade pontificia a jurisdicção apostolica, desconhecida noutro terreno que não seja o da igreja; e sendo anathematizados os individuos a que allude o breve, é indubitavel que o crime de que se tracta é um delicto ecclesiastico, pois é impossivel, d'outro modo, excommungar, isto é, lançar fóra da igreja, quem não está dentro d'ella. Como foi isso?

Foi, diz o breve, o governo sardo que invadiu os Estados Romanos, attentando assim contra a auctoridade do pontifice e da Sancto Sé. Ah!... Nesse caso, porém, uma vez que no citado breve invoca a auctoridade de Deus Todo Poderoso e dos sanctos apostolos Pedro e Paulo, para impor as censuras e penas ecclesiasticas consignadas «nos sagrados canones, constituições apostolicas dos decretos dos concilios geraes, e principalmente no Concilio Tridentino sessão XXII, cap. XI de Reformat.» é evidente serem os Estados Romanos, bens ecclesiasticos adquiridos *intuitu ecclesiae*, pois só d'esses fallam os canones, as constituições apostolicas e os concilios, nem sobre outras deu Christo e os apostolos S. Pedro e S. Paulo poder e auctoridade ao Sancto Padre. Tem esse character os Estados do Papa, as provincias agora usurpadas, pelo governo sardo?

Ouçamos o breve:

«Quando o imperio romano desabou e foi dividido em muitos estados, o pontifice romano, a quem Christo instituiria chefe e centro da sua igreja, obteve um dominio temporal», e esse dominio temporal são as provincias occupadas pelas forças da Sardenha.

Sancto Deus! E é em defeza d'um dominio temporal que se invoca a auctoridade de Christo, que disse: — *Regnum meum non est hoc mundo. Vende quae habes; veni, et sequere me?* — do apostolo S. Pedro, que disse: — *Ecce nos reliquimus omnia, et secuti sumus te: quid ergo erit nobis?* — do apostolo S. Paulo, que disse: — *Nemo militans Deo implicat se negotiis secularibus?*

Onde está, no Evangelho, dado por Christo aos apostolos, ou nos apostolos confiada aos seus successores a auctoridade temporal? E como que se não bastasse esta invocação falsa e sacrilega, o auctor do breve soccorre-se ainda aos canones, aos concilios, e ás constituições apostolicas, quando as constituições apostolicas, os concilios e os canones só condemnam a usurpação dos bens da igreja, e tres, seis, dez provincias não são, não podem ser, nem serão nunca bens ecclesiasticos: — *bona intuitu ecclesiae juste ac canonicè acquisita.* — V. em.^a bem o sabe.

Suppondo, porém, que assim seja; concedendo que reinos ou provincias possam ser bens da igreja, é certo que, sendo um attentado contra a «auctoridade pontificia» a usur-

pação dos estados romanos, uma vez que essa auctoridade se estende a todo o orbe catholico, a usurpação e occupação de qualquer parte do mundo é igualmente um attentado contra a jurisdicção do Sancto Padre, um delicto ecclesiastico, que deve ser severamente punido pelas leis canonicas. E como tem Roma applicado esta jurisprudencia?

O Papa S. Gregorio VII, que os Impios de accôrdo com S. Pedro Damiano, chamam o demonio do orgulho e da ambição, declarou positivamente que a *propriedade e dominio dos reinos de Hespanha, por direito, a nenhum mortal pertence, mas a S. Pedro e á igreja romana.* São palavras textuaes do sancto Pontifice, reduzidas a linguagem humana para melhor intelligencia da Curia. Ora, Affonso I de Portugal arrancou uma das mais bellas provincias aos reinos de Hespanha para constituir uma monarchia á parte. Como acceptaram os papas successores de S. Gregorio VII este facto? Como reconheceram a independencia absoluta e inteira d'este paiz na successão dos tempos? Como deram o titulo de *fidelissimos* aos reis de Portugal, usurpadores de uma parte dos estados da igreja romana?

Ou Gregorio VII era um mentiroso e espoliador, hypothese inadmissivel para a Curia que o metteu no rol dos sanctos; ou o titulo de independencia de Portugal não é melhor do que o da incorporação das provincias romanas ao reino de Italia, nem a legitimidade da dynastia portugueza mais solida do que a de Victor Manuel. Temos em.^{mo} sr., as mesmas culpas no cartorio que têm os italianos; e de aqui procede talvez a impiedade com que os nossos ministros se apressaram a reconhecer o reino de Italia, porque ainda que, durante dois annos, tenham feito quanto lhes é possivel para nos convencerem de que estão resoluídos a proteger a *boa causa*, não vão tão longe que tráiam por esse motivo a sua patria e o seu rei. E tomarei por esta occasião, a liberdade de advertir a v. em.^a que não se fie demasiado das manifestações (se as ha) dos prelados portuguezes. Quando elles virem que as pretensões da curia podem comprometter, de algum modo, os principios em que se estriba a independencia nacional, segundo o exemplo de alguns antecessores seus do seculo passado, pregam-lhe com S. Gregorio VII fóra do calendario, e mandam atrás d'elle as boas relações com v. em.^a, preferindo a mal entendidos interesses a propria lealdade.

Não é este, contudo, o unico contrasenso do periodo citado. Ahi se diz que Christo instituiria o Pontifice romano centro e chefe da sua igreja. Não pretendo entrar nessa questão. Mas que deu Christo a S. Pedro? Nada, senão o cuidado do rebanho: *Pasce oves meas.* Foi esta, na verdade, a missão que, segundo o espirito do Evangelho e conforme o exemplo do apostolo, desempenhou por alguns seculos o Pontifice romano, até que, obtendo, ao desabar do imperio, um dominio temporal, abandonou a cathedra de S. Pedro, e veio tomar um logar humilde entre os principes da terra.

Mas quem deu, ou de quem obteve o Pontifice taes dominios! De Christo não, que só deu a Pedro o que tinha como homem; não o rebanho, mas o cuidado das ovelhas; não o campo, mas o cuidado do pasto. Foram, por consequencia, os homens; e o poder temporal do Sancto Padre é, portanto, fragil, transitorio, ephemero como tudo o que é humano. Mas querer a perpetuidade d'essa concessão; pretender associar esse poder á auctoridade apostolica; alterar as instituições divinas pelas conveniencias terrenas é, além de sacrilego, absurdo e ridiculo!

Na verdade, em.^{mo} sr., é necessario ignorar profundamente o que é a igreja e o estado;

qual o caracter das leis evangelicas e das leis civis; em que consiste o poder temporal e espirital; quaes são as attribuições do Papa e as do Rei; o que é direito divino e humano, para ousar dizer ao mundo catholico: «A auctoridade pontificia, a jurisdicção espirital dada por Christo ao Papa, estendeu-se, por uma concessão dos homens, aos dominios temporaes!»

Mas não pára aqui o auctor do breve. «Isto — diz elle — foi sabiamente decretado por Deus... Deus quiz que esta Sé de S. Pedro fôsse munida do poder temporal.»

Deus quiz! Pois Christo, em quanto andou na terra, recusou-se a julgar dos bens temporaes, por isso que só tinha descido ao mundo para os bens espirituaes; e, depois de estar no ceu, depois de espalhado por todo o orbe e accreditado o Evangelho, havia de desmentil-o, derogal-o, e negar a propria palavra, fazendo-se distribuidor de terrenos, como quer o auctor do breve?

Deus decretou! E esse decreto é a doação de Constantino, que a sacrilega critica humana tem provado com toda a evidencia ser falsa, e ridiculamente fabricada?

E com que fim quiz e decretou Deus o dominio temporal do Papa? Foi, diz o breve, «para que no meio de tamanha multidão e variedade de principes temporaes o Summo Pontifice tivesse a liberdade politica, tão necessaria ao livre exercicio da sua jurisdicção, auctoridade e poder espirital por todo o orbe»; foi, diz elle ainda, «para proteger e conservar a liberdade do ministerio apostolico.» Quer dizer: Deus, segundo esta doutrina, decretou e quiz o poder temporal dos Papas para provar a inefficacia da missão apostolica, para demonstrar a fragilidade da religião catholica, e dar um solemne desmentido ao Evangelho!

Ó senhor cardeal! Christo, impondo aos discipulos a missão de evangelisar por todo o mundo, diz-lhes que não tenham ouro nem prata, nada senão o alimento da sua palavra, nada senão a assistencia do Espirito Sancto, quando tão difficil ministerio os devia levar por longas terras, onde o sustento devia escassear-lhes, onde devia faltar-lhes o vestido; e depois de prégado o Evangelho, depois de constituida a sua igreja, é que dá cidades, terras, alfaias e dinheiro aos papas para alcançarem «o livre exercicio da sua jurisdicção!» Christo annuncia aos apóstolos tribulações, perseguições, odio e morte violenta, e não lhes dá poder de oppor força á força; e dá aos pontifices tropas, forcas, prisões e venenos para proteger a liberdade do ministerio apostolico! Christo impõe aos apóstolos a obrigação da humildade e do soffrimento pelo seu nome, e dá aos papas auctoridade de fusilar em nome de Deus, para fazerem valer «a sua auctoridade e poder espirital por todo o orbe!»

O breve, em.^o sr., é impio!

Supponhamos porém verdadeira a doutrina do breve, que é tambem a opinião de Bossuet, Voltaire, Fleury e Hurter — «o poder temporal era necessario para a liberdade politica, indispensavel ao exercicio do ministerio apostolico.» Se, até ao desabamento do imperio romano, os papas não tiveram dominio temporal, como poderam elles, sem «liberdade politica», firmar a unidade catholica, estabelecer a supremacia metropolitana de Roma e fazer chegar aos confins do mundo, então conhecido, as suas decretaes, através de idolatras e barbaros, rodeados de inimigos, e no meio das guerras e perturbações do imperio? Foi pelo poder temporal de S. Pedro que se crearam as metropoles de Antiochia, e de Alexandria, e de Roma, se querem? É do dominio temporal do Papa que deriva a auctoridade de sua jurisdicção na Asia, na Africa, na Ame-

rica, na Oceania, e mesmo na Europa? Ou da existencia e da observancia da religião catholica nessas regiões? Pois o missionario, sem dominios temporaes, por consequencia como diz o breve, sem liberdade politica, em paizes incultos, entre selvagens, rodeado de perigos, ameaçado da morte, impõe pelo poder divino da missão apostolica a sua auctoridade aos christãos novos, e o Sancto Padre precisa poder temporal para fazer valer a sua aos que nasceram, se educaram e vivem na excommunhão da igreja catholica?

A chancellaria, sem dúvida, trefada com a urgencia de fazer sahir de Roma a excommunhão, não viu que, attribuindo a valia da auctoridade espirital ao poder temporal dos papas, negava o Evangelho e a divindade da religião de Christo! É desculpavel o engano.

Passemos porém á epocha da queda do imperio romano, e entremos naquella em que os papas estavam já no gozo pleno da sua «liberdade politica.» Onde estava a liberdade politica de Gregorio vii exilado? A de Bento vi estrangulado? A de João x assassinado? A de Bento xi envenenado? E a de tantos outros perseguidos, expulsos, presos, assassinados?

Foi para isto que Deus quiz e decretou o poder temporal dos vigarios na terra?

Os maus theologos da Curia, em.^o sr., ensinando a interferencia immediata de Deus nas acções humanas, ignoram que, ao mesmo tempo, negam o livre arbitrio ao homem e attribuem á Divindade crimes, sacrilegios, absurdos. E, se não, veja v. em.^o Se é verdadeira a doutrina do breve; se Deus quiz e decretou que o Sancto Padre tivesse, e lhe deu, um dominio temporal, é Deus tambem agora quem decreta e quer que ella seja unicamente, como Christo o instituirá, soberano espirital; e a chancellaria apostolica excommunga os instrumentos da vontade de Deus, os executores dos decretos do Todo Poderoso. E debalde quer o breve fazer crer que este attentado contra a igreja é obra de Satanaz incarnado no governo sardo. É obra de Deus; porque elle mesmo disse: «*portae inferi non prevalebunt adversus eam.*» De Satanaz é que não póde ser. Mas se, como pretende a Curia, o poder temporal é indispensavel á auctoridade pontificia, é certo que, sendo essa auctoridade necessaria á existencia do catholicismo, no momento em que o Summo Pontifice perder o dominio temporal, a Curia declara extincta a religião catholica, dá como falso o Evangelho, e proclama o poder das «portas do inferno» sobre a igreja.

É a logica da Curia.

Mas não se cifram nisto ainda as razões de conveniencia do poder temporal, arranjado por Deus para uso do Sancto Padre. «Assim convinha, diz o breve, para que em todo o orbe catholico não fôsse possivel reccar-se que a Sancta Sé, á qual, pela sua suprema preeminencia, se deve unir toda a igreja, podesse, no exercicio das suas universaes funções, ser movida ou pelo impulso dos poderes temporaes, ou pela influencia dos partidos.»

Boa razão é tambem esta. Uma auctoridade desligada de todas as conveniencias e interesses mundanos, como é, de instituição divina, a pontificia, póde ser movida «no exercicio das suas funções» espirituaes pelos poderes politicos e pelos partidos; e quando está intimamente ligada aos partidos e á politica, quando toma como derivado de Deus igualmente o seu poder temporal e a jurisdicção apostolica, póde ser imparcial nos negocios espirituaes.

A prova d'esta independencia está no objecto do breve de 26 de março. Emquanto o governo sardo causou simplesmente «deplo-

raveis damnos e prejuizos á igreja e aos ministros d'ella», o Sancto Padre, como diz o auctor do breve, só fez lamentações no consistorio de 22 de janeiro de 1855; mas quando as tropas piemontezas invadiram os dominios temporaes da Sé de Roma, o Pontifice (se é verdadeiro o breve) empunhou a espada espirital para punir actos civis, em que não é permittido usar das armas da igreja, e á sua voz a excommunhão sahiu a toda a pressa as portas do Vaticano. É que no primeiro facto, havia simplesmente um attentado contra o corpo mystico de Christo; o segundo era um crime contra o poder do rei de Roma; e a Chancellaria apostolica não podia deixar de dar, como é de praxe, o logar de honra ao segundo.

Deixemos, porém, este espinhoso assumpto, e entremos no mais negro da historia. Vejamos por que tenebrosos meios conseguiu o impio governo sardo o dominio dos Estados temporaes de Sua Sanctidade.

A Chancellaria vae fallar. «Não se envergonham, diz ella, de persuadir os povos á rebellião contra os legitimos principes; rebellião clara e abertamente condemnada pelo apóstolo quando diz: «Toda a alma é sujeita aos poderes superiores. Todo o poder vem de Deus: os que existem foram estabelecidos por Deus. Portanto, quem lhes resiste chama sobre si a condemnação eterna.» Palavras de S. Paulo aos romanos, cap. xiii, v. 1 e seguintes.

S. Paulo falla dos senhores temporaes. E pertence á ordem d'esses «principes estabelecidos por Deus,» o Papa, o successor de S. Pedro, a quem disse Christo: «Os reis da terra dominam sobre os povos: porém vós não?»

O Papa não tem poder que Christo não tomou, nem auctoridade que S. Pedro não usasse; e dominios temporaes nem um, nem outro disfructaram. Christo disse que o seu reino não era d'este mundo, e fugiu quando o quiseram fazer rei: eloquente reprehensão áquelles, que, em defeza de um principio falso sustentando um poder illegitimo, uma auctoridade só tolerada, mas não constituida de direito, derramam o sangue das ovelhas confiadas ao Pae commum dos fieis!

E não estranhe v. em.^o a rebellião suscitada contra o rei de Roma. São as tempestades que colhe quem semeia ventos. Alfonso ix de Leão era, sem dúvida, um soberano legitimo; e Celestino iii auctorisava D. Sancho i de Portugal a usurpar-lhe uma parte do reino: principe legitimo era Sancho ii, e Innocencio iv não só promoveu a rebellião contra elle, mas lançou a excommunhão sobre os seus defensores, isto é, sobre os que obedecessem ao soberano legitimo, como lhes ordenava o Apóstolo. Se o que affirma o breve não é uma calúmnia (vicio velho na Chancellaria), o governo sardo obrou como devia, empregando um meio sanctificado pelo exemplo de tão dignos Pontifices; e a Curia attribuindo isto a pouca vergonha do governo piemontez não deixou muito illibada a reputação dos seus sanctos.

Mas fez mais ainda o impio. «Aquelles que serviam na legação d'aquelle governo em Roma sem attenção á honra devida e ao direito das gentes, abusavam do seu cargo, formando tenebrosas tramas para conseguirem a ruina do governo pontificio» de S. Santidade.

A vocação rhetorica da Chancellaria leva-a muitas vezes ao embuste; mas se diz nisto a verdade, Roma tem visivelmente sobre si a espada da justiça de Deus. Ella, que, tantas vezes, com a falsa invocação do bem da igreja, tem levado a desordem aos Estados da Christandade, causando a desgraça de muitos homens e a desthronisação de tantos principes, colhe agora o fructo, tardio, sim, mas sabo-

roso, das sementes espalhadas. E queixa-se a Curia da infracção do direito das gentes! do pouco respeito á honra!

Permitta-me v. em.^a contar-lhe um pequeno episodio da larga historia da Curia; episodio de que talvez não tem noticia.

Era pelos fins de 1547. O Sancto Padre Paulo III havia transferido o Concilio de Trento para Bolonha por uma d'aquellas razões, que v. em.^a conhece melhor do que eu; e Carlos V enviara o fiscal Francisco Vargas, homem do seu Conselho, com um protesto ao Concilio. Parece que não agradou isto aos veneraveis padres do partido de S. Santidade. Vargas era homem sério, e ao que parece pouco capaz de se vender; e, por isso, convinha á economia espiritual do Concilio oppor ao desempenho da sua missão uma barreira poderosa. Foi o que fizeram.

Cesar Jacomello, bispo de Belcastro, então nuncio e commissario do Papa, propoz, mais de uma vez, ao hospede de Vargas que o envenenasse ou matasse como melhor podesse, promettendo nomeal-o bispo e fazer-lhe outras grandes merces, dando-lhe a entender que o pedido e a offerta vinham de mais alto. Vargas teve conhecimento d'isto; e v. em.^a talvez saiba do susto que houve em Bolonha, e obrigou o legado do Concilio, o cardeal Moron, legado da cidade, e os quarenta governadores a irem pedir a Vargas desculpa d'este «respeito á honra devida e ao direito das gentes.»

Lembre-se v. em.^a do preceito. «Se não és casto, sê, ao menos, cauto,» e ensine-o á chancellaria apostolica.

Mas o Sancto Padre vae fallar. Ouçamol-o: «As coisas, diz elle, tem chegado a tal ponto, que nós, seguindo os illustres exemplos dos nossos predecessores, devemos usar de aquella suprema auctoridade, pelo qual nos é dado, por virtude divina, ligar e desligar.»

Os exemplos dos seus predecessores!... Paremos ainda aqui um pouco. Porque razão invoca Sua Santidade o exemplo dos seus predecessores para usar d'uma auctoridade, que a elle, como aos demais bispos, compete por direito divino? Apoiou-se n'elles S. Pedro para usar do poder que lhe dera o Mestre? Invocou-os S. Paulo para o exercicio da jurisdicção que recebera de Christo?

De duas, uma: ou a auctoridade do Sancto Padre é de direito divino, e os exemplos são inúteis; ou não é de direito divino, e taes exemplos nada valem. Para que é, pois, essa allegação em que o exemplo humano precede o direito divino?

Para dar á illegalidade e ao abuso a apparencia de justiça. O breve dirige-se a fazer crer incursos na excommunhão maior e no anathema o rei da Sardenha, o governo, o exército e os subditos piemontezes; e como o direito divino lh'o não permite, invoca primeiro que tudo, e sobre tudo, exemplos de papas, que tambem postergaram o Evangelho para servir os interesses mundanos. Sim, em.^{mo} sr., desgraçadamente esses deploraveis exemplos existem. Predecessores de Sua Santidade foram (S.) Gregorio VII que excommungou Henrique IV que excommungou Frederico II, e Paulo III, e Urbano II, e João XXII, e outros: mas tambem foram predecessores de Sua Santidade Julio I, que não excommungou Constancio, protector do Arianismo; S. Damaso, que não excommungou Valente, perseguidor dos catholicos; e finalmente Vitaliano, que não só não excommungou, mas até recebeu honorificamente Constancio, hereje, fraticida, e sacrilego! E quaes exemplos são mais dignos de imitar? O d'aquelles, contra os quaes se proclamou a igreja e a sociedade,

ou o d'estes, que a igreja louva e a historia chama dignos successores dos apóstolos?

A Curia romana tem procurado sempre dilatar o terreno em que é permittido usar as armas da igreja, tentando introduzir a jurisdicção espiritual num campo que por direito divino, lhe é vedado; e todas as vezes que, por estúpida concessão dos homens, o tem conseguido, tem attentado contra a igreja e contra o Estado, e por consequencia, contra Deus. O breve de 26 de março de 1860 é ainda um d'esses esforços importantes contra a lei divina, que os homens têm obrigação de defender quando os ministros da igreja a ofendem.

O rei da Sardenha, em.^{mo} sr., não pôde ser excommungado pelos seus actos civis, nem tão pouco os ministros, o exército, e os subditos d'elles. Peço a v. em.^a licença para lhe apresentar o Papa Bonifacio VIII, que disse em latim, e eu repito em portuguez, para intelligencia de todos:

«Ha quarenta annos que estamos iniciados na sciencia do direito, e sabemos que ha dois poderes ordenados por Deus. Quem pôde crer, pois, que tal loucura (*tanta fatuitas, tanta insipientia*) podesse haver-nos entrado no espirito? Protestamos que de modo algum, queremos usurpar a jurisdicção do rei... mas o rei, ou outro qualquer fiel não pôde negar que nos está sujeito quanto aos peccados (*ratione peccati*).» Se os exemplos dos predecessores de S. Santidade servem para alguma coisa, ahi está um que, como os seus actos provam, não é suspeito nesta causa.

Bonifacio VIII disse a verdade. O rei está sujeito ao bispo, não como rei, mas como filho da igreja; ao bispo pertence, não o conhecimento dos seus actos como soberano, mas o dos seus peccados como fiel catholico. É assim que se exerce «a auctoridade de ligar e desligar», que nao e senao o poder de «perdoar ou reter os peccados»; poder e auctoridade falsamente invocados neste caso. A excommunhão é uma pena, e a pena presuppõe um delicto; mas para applicar a condemnação é indispensavel na lei a definição do crime. Os delictos na jurisprudencia da igreja são peccados; e d'onde consta que o sejam a invasão e occupação de estados temporaes? Dos canones? Dos concilios?

Não consta, nem pôde constar. Ora o crime que o breve attribue ao rei da Sardenha e aos que o coadjuvaram é um facto civil; por consequente, a excommunhão fulminada contra elles não é sómente injusta e illegal, mas invalida e nulla; não só não deve não ser observada, mas nem mesmo temida.

E se o rei da Sardenha não está excommungado, como v. em.^a sabe que não pôde estar, é possível crer ligado *apud Deum* ou *apud Ecclesiam* o conde de Cavour, cooperador dos seus actos? O exercicio executor das suas ordens? Os subditos observadores das leis do paiz? E todos ligados ao soberano pelo preceito divino da obediencia, do qual Sua Santidade não pôde desligal-os?

Ahi tem v. em.^a as razões porque se celebrou a missa por alma do conde Cavour. O breve analysado á luz do Evangelho, é contrario aos preceitos divinos; segundo o espirito dos canones, opposto ás leis da igreja; absurdo pelos principios do direito humano; e, além d'isso ob e subrepticio. Dirigido legalmente a Portugal, não podia receber o *exequatur regio*; introduzido clandestinamente deviam ser severamente punidos os que ouzassem dar-lhe cumprimento.

O governo portuguez (estou conxencido de isso) auctorizando a celebração das exequias por alma de Camillo Benzo e censurando o arcebispo, teve necessariamente em vista dar

á Curia uma prova da alta consideração em que a tem, e da elevada ideia que forma da intelligencia de v. em.^a O breve é de tal modo absurdo e ridiculo, que custa a crer, não pôde mesmo crer-se inspirado por uma capacidade menos de mediana. Só podia ser obra d'um theologo nosso.

É possível, em.^{mo} sr., que eu esteja em erro, mas, se v. em.^a não poder roubar um momento ao estudo da sciencia bancaria, rogo-lhe encarregue um theologo ou canonista (melhor que o fabricante do breve) para d'ahi me guiar com a luz da sua sciencia ao caminho da verdade. E se, por inerivel acaso, o breve de 26 de março é verdadeiro, obtenha-me v. em.^a perdão de haver assim commentado uma boa obra, cuja analyse lá se diz vedada, e para a qual se declara ter o Sancto Padre «implorado a luz do Espirito Sancto e ouvido os veneraveis cardeaes da igreja romana.» Eu sabia que S. Pedro, apesar de haver recebido de Christo a imposição do Espirito Sancto, se afastara alguma vez da verdade do Evangelho; sabia que a igreja, a quem elle assiste, podia enganar-se muitas vezes; e que o Summo Pontifice, que não é infallivel, estava sujeito ao erro. O que eu não podia crer, sem offensa, era que elle conservasse *in scrinio pectoris* uma obra d'estas.

Digne-se v. em.^a aceitar o testemunho da alta consideração com que sou — De v. em.^a att.^o venr. — Lisboa, 20 de fevereiro de 1861.

A. Soromenho.

VARIÉDADES

No reinado de D. João II, mandou o rei de Hespanha a Portugal como embaixadores a D. Pedro Dayala, que era manco, e a D. Garcia de Carvajal, homem fatuo e muito vão, irmão do cardeal Sancta Cruz, para tractarem de negocios graves. D. João II ouvindo-os, e não lhe agradando as propostas, voltou para os do seu conselho e disse-lhes: senhores, esta embaixada, tanto na pessoa dos embaixadores como na conclusão d'ella, não tem pés nem cabeça.

ANNUNCIOS

1 José Dias de Paiva, morador na rua do Visconde da Luz (antiga do Coruchê), faz publico, que tem aberto o seu estabelecimento de ferragens nacionaes e estrangeiras, oleo e tintas para pintar. Tambem tem á venda bilhetes, de loterias e fracções, que tudo vende por preços commodos.

Offerece seus serviços a todos os seus amigos e freguezes, que eram do estabelecimento que girava debaixo da firma de Sousa & Paiva.

2 José Francisco da Cruz, na Couraça de Lisboa n.º 3, faz publico, que além das qualidades de bolacha que fabrica, tem no seu estabelecimento as seguintes massas: macarrão, macarronete, letria, talharim e laranja, que vende ao miudo a 180 réis o kilogramma. De 30 kilogrammas para cima far-se-ha algum abatimento. Depósito tanto d'um como d'outro genero, em casa do sr. Manuel Duarte Ariosa & filhos. largo de Sansão.

3 Vende-se um clarinete moderno de B Fá, de 13 chaves, e com pouco uso. Nesta Redacção se diz quem o vende.